



Grupo CA Auto Bank
RELATÓRIO E BILANÇO CONSOLIDADO
31 DE DEZEMBRO DE 2025

RELATÓRIO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

CA Auto Bank S.p.A.

Sede Social: Corso Orbassano, 367 - 10137 Turim, www.ca-autobank.com, Capital Social: 700 000 000 euros integralmente realizado, Registo Comercial do Tribunal de Turim n.º 08349560014, Número de Identificação Fiscal e NIF 08349560014, inscrita no Registo de Bancos com o n.º 5764, Empresa-mãe do Grupo Bancário «CA Auto Bank», inscrita no Registo de Grupos Bancários - Código ABI 3445, inscrita no Registo Único de Intermediários de Seguros (RUI) n.º D000164561. Adesão ao Fundo Interbancário de Proteção de Depósitos. Sociedade unipessoal, sujeita à atividade de Direção e Coordenação da Crédit Agricole Consumer Finance S.A.

INTRODUÇÃO

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CA Auto Bank em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas com base nos princípios contabilísticos internacionais IAS/IFRS, de acordo com o disposto nas instruções do Banco de Itália contidas na circular n.º 262 de 22 de dezembro de 2005 e atualizações subsequentes. Estas instruções estabelecem de forma vinculativa os esquemas de balanço e as respetivas modalidades de elaboração, bem como o conteúdo da nota explicativa.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são constituídas pelo balanço patrimonial consolidado, pela demonstração de resultados consolidada, pela demonstração do resultado global consolidado, pela demonstração das variações do capital próprio consolidado, pelo fluxo de caixa consolidado e pelas notas explicativas consolidadas. Por fim, as Demonstrações Financeiras Consolidadas são acompanhadas por um relatório sobre a evolução da gestão, os resultados económicos alcançados e a situação financeira do Grupo. Em apoio aos comentários, são apresentadas a demonstração de resultados reclassificada, alguns indicadores patrimoniais e determinados indicadores alternativos de desempenho; os respetivos esquemas de reconciliação com as demonstrações financeiras estão incluídos no próprio relatório.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são redigidas com clareza e representam de forma verdadeira e correta a situação patrimonial, a situação financeira e o resultado económico do exercício; além disso, são acompanhadas pelo relatório do Conselho Fiscal, bem como pelo relatório da empresa de auditoria, nos termos do Decreto Legislativo n.º 39, de 27 de janeiro de 2010.

No site do Grupo CA Auto Bank (www.ca-autobank.com) estão também disponíveis comunicações relativas a factos relevantes, as apresentações feitas aos investidores e a Informação ao Público nos termos do Regulamento UE 575/2013.

São igualmente publicadas e disponibilizadas no site, de acordo com os respetivos processos de aprovação, as informações relativas às remunerações previstas no artigo 123.º-B do TUF e a informação prevista pelo Terceiro Pilar de Basileia (o chamado Pilar III).

DADOS DESTAQUES

811 milhões de euros

Margem de intermediação e aluguer

2,91 %

Sobre os empréstimos médios

161 milhões de euros
Custo do risco

0,58%

Sobre os empréstimos médios

324 €/milhões
Custos operacionais líquidos

40%

Custos/Receitas líquidas

8.831

€/MILHÃO

Novos volumes de financiamento/leasing e aluguer/mobilidade

7.485 €/MLN

dos quais volumes de financiamento/leasing financeiro

1 346 milhões de euros

dos quais volumes de aluguer/mobilidade

1.478

MILHÕES

Contratos ativos de financiamento/leasing e aluguer/mobilidade

1.273 MIL

dos quais financiamento/leasing financeiro

205 MIL

dos quais aluguer/mobilidade

28,4 €/mil milhões^(*)

milhões^(**)

Empréstimos no final do ano

24,5 €/MLD^(*)

dos quais empréstimos no final do ano: financiamento/leasing

3,9 mil milhões de euros^(*)

dos quais valor líquido dos veículos Drivalia (aluguer/mobilidade)

27,9 €/mil

Empréstimos médios

24,2 mil milhões de euros

dos quais empréstimos médios de financiamento/leasing

3,7 mil milhões de euros

do qual valor líquido dos veículos

Drivalia (alquiler/mobilidade)

12,0

%

Rácio CET 1

326 €/MLN

Resultado
operacional do Grupo
CA Auto Bank

47

€/M

dos quais Drivalia (aluguer/mobilidade)

20

Países onde
operamos

12,5

%

Rácio de alavancagem

2.623

Colaboradores do
Grupo CA Auto
Bank

840

dos quais Drivalia (aluguer/mobilidade)

71

Marcas suportadas

AEC - AIXAM - ASTON MARTIN – BENETEAU - BMC TRUCKS – BYD – CADILLAC – CARTHAGO – CATERHAM – CONCORDE – CORVETTE – DR AUTOMOBILES – EBRO – FERRARI – FORD - FORD TRUCKS – FOTON TRUCKS – FOUNTAINE PAJOT / DUFOUR - GAC - GAS GAS – GEELY - HARLEY DAVIDSON – HONDA – HUSQVARNA – HYMER – INDIAN MOTORCYCLES – JAECOO - K&W – KAWASAKI - KNAUS TABBERT – KYMCO – LIGIER – LOTUS – LUCID – MAXUS – MAZDA – MCLAREN – MG – MICROLINO - MORGAN - MOTO MORINI – NIO – OMODA - PEUGEOT MOTORCYCLES – PILOTE – POLARIS - QJ MOTOR – RAPIDO – RCM – ROBETA - ROYAL ENFIELD – SERES – SMART - SSANGYONG (KGM) - SUZUKI MARINE – SWM – TESLA – VINFAST – WINGAMM - WOF MOOVEO – XEV - ABARTH** - ALFA ROMEO** - CITROEN** - DS** - FIAT** - FIAT PROFESSIONAL** - JEEP** - LANCIA** - MASERATI** - PEUGEOT**

17,95

%

Rácio de capital total

174 milhões de euros

Resultado líquido do
Grupo CA Auto Bank

37

€/M

dos quais Drivalia (aluguer/mobilidade)

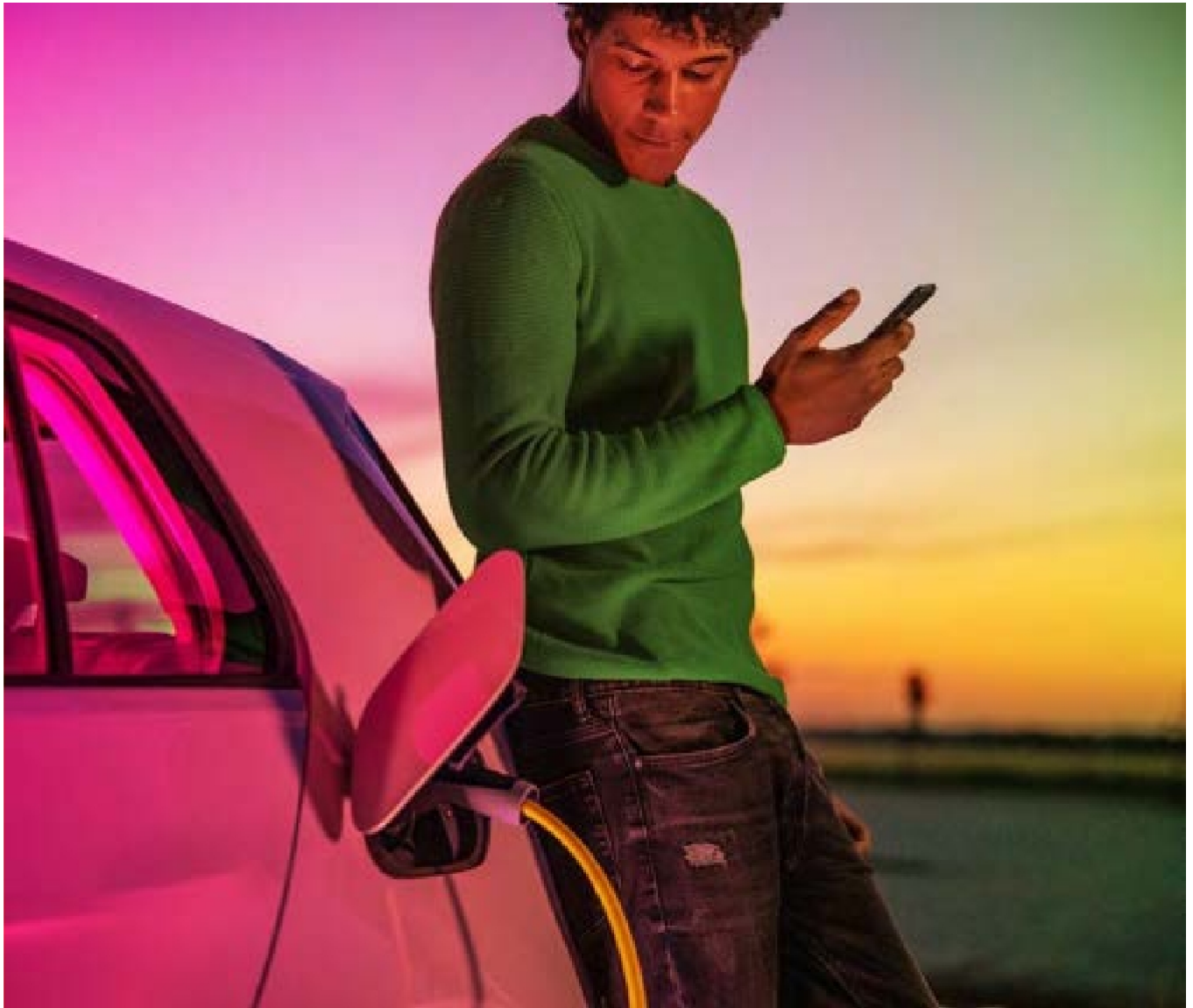
205

MIL

Drivalia (aluguer/mobilidade)
Frota de aluguer de longa
duração, de curta duração e
gestão de frotas

(*) 28 €/MLD è il valore totale impieghi al netto del fondo.

(**) Solo nei paesi in cui Stellantis Financial Services non è presente.



ÍNDICE

ÍNDICE.....	8
EDITORIAL DE GIACOMO CARELLI (CEO & DIRETOR GERAL)	10
CONTEXTO MACROECONÓMICO E POLÍTICA FINANCEIRA DE LUCA CAFFARO (CFO).....	11
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO	12
SEDE E ALTA DIREÇÃO	13
APRESENTAÇÃO E RESUMO HISTÓRICO	14
ESTRUTURA ACIONÁRIA.....	16
ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO	17
PRESENÇA GEOGRÁFICA	18
RESULTADOS DA GESTÃO	19
AS ÁREAS DE NEGÓCIO	20
MONOGRAFIAS DAS DIVERSAS FUNÇÕES EMPRESARIAIS.....	38
RELATÓRIO DE GESTÃO	44
CONTEXTO MACROECONÓMICO, O MERCADO AUTOMÓVEL E OS MERCADOS FINANCEIROS	44
FATOS RELEVANTES E OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS	47
POLÍTICA FINANCEIRA	52
CUSTO DO RISCO E QUALIDADE DO CRÉDITO	61
RESULTADOS DA GESTÃO	68
FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS PATRIMONIAIS	76
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	80
O SISTEMA DE CONTROLOS INTERNOS	84
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE CONSOLIDADO	92
OUTRAS INFORMAÇÕES.....	315
ESQUEMAS DO BALANÇO CONSOLIDADO	321
NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS.....	330
PARTE A - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	330
PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO CONSOLIDADO	370

PARTE C - INFORMAÇÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA	438
PARTE D – RENDIBILIDADE CONSOLIDADA GLOBAL	462
PARTE E - INFORMAÇÕES SOBRE OS RISCOS E AS RESPECTIVAS POLÍTICAS DE COBERTURA.....	463
PARTE F – INFORMAÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO CONSOLIDADO	557
PARTE G – OPERAÇÕES DE AGREGAÇÃO RELATIVAS A EMPRESAS OU RAMOS DE ATIVIDADE	561
PARTE H – OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	562
PARTE L – INFORMAÇÃO SECTORIAL	564
PARTE M - INFORMAÇÃO SOBRE LOCAÇÃO	566
DADOS DO BALANÇO DA EMPRESA-MÃE CRÉDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.	570
INFORMAÇÃO AO PÚBLICO POR ESTADO - DADOS A 31/12/2025.....	573
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	577
RELATÓRIO DA EMPRESA DE AUDITORIA	586

EDITORIAL DE GIACOMO CARELLI (CEO E DIRETOR GERAL)

UM SÉCULO DE HISTÓRIA, UM FUTURO DE PROTAGONISTAS: A FORÇA DA NOSSA IDENTIDADE

GIACOMO CARELLI – DIRETOR EXECUTIVO E GERENTE GERAL

O ano de 2025 não foi um ano qualquer. Comemorar o nosso primeiro século de história representou um marco extraordinário e o testemunho de uma resiliência forjada ao longo do tempo, que nos permite hoje afirmar-nos como «o Banco da mobilidade para um planeta melhor». Num contexto macroeconómico complexo, caracterizado por um mercado europeu estagnado e por uma transição energética que avança a ritmos díspares, o Grupo CA Auto Bank confirmou a solidez das suas raízes e a capacidade de se reinventar.

Encerramos o segundo semestre de 2025 com resultados que confirmam a validade do nosso modelo de Banco da Mobilidade. Com um volume de crédito no final do ano de cerca de 28 mil milhões de euros e uma posição de liderança consolidada, traçámos novos rumos a seguir, confirmando-nos como uma das forças motrizes do novo plano a médio prazo do Crédit Agricole. Um papel decisivo para alcançar o ambicioso objetivo do Grupo fixado para 2028: financiar e alugar uma quota de novos veículos elétricos (BEV) superior em 10 pontos à média do mercado europeu.

A nossa confiança no futuro assenta em bases bem definidas, em primeiro lugar a força das nossas alianças. Nestes meses, consolidámos parcerias históricas, renovando a colaboração com o Erwin Hymer Group, e, ao mesmo tempo, acelerámos a expansão com os novos protagonistas globais. A ampliação dos acordos com a BYD e a parceria estratégica com a Hedin Sport Car, dedicada à icónica marca Corvette, demonstram a nossa capacidade de apoiar tanto as marcas históricas como os novos intervenientes emergentes.

Atualmente, prestamos serviços a mais de 70 parceiros em 19 mercados europeus e em Marrocos, oferecendo um ecossistema único que integra financiamento, leasing e mobilidade.

O nosso crescimento está indissociavelmente ligado à sustentabilidade e à inovação. A credibilidade do nosso compromisso ESG é certificada não só pelo sucesso da estreia no mercado dos Green Bonds, com uma procura quatro vezes superior à oferta, mas também pelos prestigiados prémios internacionais obtidos pela Drivalia.

As 12 medalhas atribuídas pela EcoVadis à sede e às filiais europeias atestam a excelência do desempenho ambiental e social da nossa empresa de mobilidade, confirmando um percurso de crescimento cada vez mais responsável.

Paralelamente, continuamos a inovar. O lançamento da Conta Corrente Remunerada em Itália marca um ponto de viragem na nossa evolução: já não somos apenas líderes no financiamento, mas fornecedores de uma oferta bancária completa e 100% digital. Este ativo estratégico, que estende a remuneração à liquidez diária, funciona como um hub comercial capaz de otimizar o nosso mix de financiamento e de partilhar valor real com os clientes.

Esta estratégia assenta em bases sólidas. Mantemos o custo do risco estável, graças a processos de decisão cada vez mais eficientes, e monitorizamos atentamente os valores residuais através de modelos de previsão avançados e de uma governação centralizada.

O nosso caminho é claro: não queremos limitar-nos a participar no futuro da mobilidade, mas sim moldá-lo, transformando os

desafios de hoje nos sucessos de amanhã.

CONTEXTO MACROECONÓMICO E POLÍTICA FINANCEIRA DE LUCA CAFFARO (CFO) A POLÍTICA FINANCEIRA DO BANCO NO ATUAL CONTEXTO MACROECONÓMICO

LUCA CAFFARO – DIRETOR FINANCEIRO

O ano de 2025 confirmou-se como um ano de profunda transformação, durante o qual o CA Auto Bank soube navegar num contexto internacional caracterizado por incertezas geopolíticas persistentes e volatilidade comercial. Na segunda metade de 2025, a economia da zona euro registou uma aceleração moderada – embora com evoluções díspares entre os vários países –, impulsionada, em particular, pelo setor dos serviços. De acordo com as últimas estimativas do Banco Central Europeu (BCE), o PIB da zona euro deverá crescer 1,4% em 2025, enquanto a inflação deverá situar-se ligeiramente acima da meta do BCE, ou seja, 2,1%, para depois se alinhar ao longo de 2026.

Ao longo de 2025, o BCE prosseguiu o processo de flexibilização da política monetária, reduzindo as taxas de referência quatro vezes, num total de 100 pontos base, o que levou a taxa de referência para 2%. Quaisquer decisões futuras serão tomadas com base na evolução do panorama macroeconómico e do nível de inflação da zona euro.

Neste contexto, o CA Auto Bank, além de contar com a disponibilidade de financiamento por parte do grupo Crédit Agricole, implementou, por um lado, medidas destinadas a aumentar a rentabilidade das suas carteiras e, por outro, prosseguiu com a política de diversificação das fontes de financiamento e de redução do custo da dívida. De particular interesse é a estreia no mercado dos green bonds, onde a CA Auto Bank colocou 500 milhões de euros (sempre no âmbito do programa EMTN) que serão utilizados, no âmbito do Green Bond Framework do Grupo Crédit Agricole, para financiar ou refinarar veículos elétricos, em apoio à sua estratégia de eletrificação.

No que diz respeito ao reforço da estrutura de capital do banco, em março de 2025 foi concluído um empréstimo AT1 intragrupo no valor total de 300 milhões de euros, enquanto em junho do mesmo ano foi fixado o preço de uma nova emissão de obrigações Senior Non-Preferred no valor de 150 milhões de euros, também neste caso subscrita pelo acionista Crédit Agricole Personal Finance & Mobility.

Por fim, foi concluído um empréstimo de nível 2 (totalmente subscrito pelo acionista direto) no valor de 250 milhões de euros e, simultaneamente, foi reembolsado um empréstimo de nível 2 existente no valor de 204 milhões de euros. Estas operações permitem ao CA Auto Bank reforçar ainda mais a sua reserva de passivos elegíveis para o bail-in, em proteção dos seus credores seniores.

Ao longo de 2025, a captação de depósitos foi também alargada, através da plataforma do parceiro Raisin, à Polónia e à Alemanha – país onde o Grupo já operava através do seu canal direto –, permitindo aumentar o saldo total para cerca de 4,3 mil milhões de euros.

O conjunto de todas estas atividades, aliado à conclusão de novas linhas de crédito com bancos terceiros no valor de cerca de 1,5 mil milhões de euros, garantiu os recursos necessários para financiar as atividades do Grupo.

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO

Conselho de Administração

Presidente

Stéphane Priami

Administrador Delegado

e Diretor-Geral

Giacomo Carelli

Conselheiros

Richard Bouligny

Paola De Vincentiis*

Anne Marie Guirchoux

Jérôme Hombourger

Sophie Lazarevitch*

Yannick Mouillet

Vittorio Ratto

Anne Vincent Laimè

Conselho Fiscal

Presidente

Maria Ludovica Giovanardi

Auditores efetivos

Mauro Ranalli

Francesca Michela Maurelli**

Auditores suplentes

Francesca Pasqualin

Luca Ambroso***

Sociedade de Revisão

PricewaterhouseCoopers S.p.A.

*Administradores independentes

**Assumiu o cargo com efeito a partir de 1 de julho de 2025,

nos termos do artigo 2401.º do Código Civil, e confirmada pela assembleia em 18 de novembro de 2025

***Nomeado em 18 de novembro de 2025

SEDE E DIREÇÃO

- **GIACOMO CARELLI:** Diretor Executivo e Diretor Geral
- **LUCA CAFFARO:** Diretor Financeiro
- **ALEXANDER PAUL HUGHES:** CA Auto Bank Mercados Europeus e CA Auto Bank e Drivalia Reino Unido e Irlanda
- **ROBERT OGULLUK:** CA Auto Bank França
- **JAKOB BÖHME:** CA Auto Bank Alemanha
- **FEDERICO BERRA:** CA Auto Bank Itália
- **ROBERTO SPORTIELLO:** Drivalia
- **PAOLO MANFREDI:** Ferrari Financial Services GMBH
- **ANDREA BARCIO:** Recursos Humanos, Gestão de Processos e Aprovisionamento
- **LUCYNA BOGUSZ:** Vendas, Marketing e Desenvolvimento de Negócios
- **SYLVIA BOTEVA:** Financiamento por Grosso
- **LIONEL ERIC LAFON:** Sede de Crédito e Itália
- **PATRIZIO LATTANZI:** Conformidade, Relações com as Autoridades de Supervisão e Proteção de Dados
- **VALENTINA LUGLI:** Comunicação e ESG
- **LUCA POLLANO:** TIC, Digitalização e Governança de Dados
- **RIJA RAJOELIARIVONY:** Risco e Controlo Permanente
- **MARINA SAPELLO:** Assuntos Jurídicos e Corporativos
- **ANDREA TRAPÈ:** Auditoria Interna

APRESENTAÇÃO E RESUMO HISTÓRICO

A 4 de abril de 2023, inicia-se em Turim uma nova era, um novo capítulo para as finanças e o setor automóvel, que parte mais uma vez da capital do Piemonte: nasce a CA Auto Bank, o novo player pan-europeu, o novo banco digital omnicanal especializado em mobilidade ecológica, presente em 18 países europeus e em Marrocos, com o apelo de ser o único operador independente com a experiência de uma captive.

A empresa, nascida da transformação do FCA Bank, torna-se independente do grupo Stellantis em abril de 2023, com a cessão da participação do fabricante ao Crédit Agricole, que agora controla 100% da nova empresa através do Crédit Agricole Consumer Finance (agora CA Personal Finance & Mobility).

A CA Auto Bank assenta em raízes históricas bem consolidadas. São estes os pilares em que se baseia, demonstrando a importância das suas origens, juntamente com a vontade de continuar a inovar e a progredir no setor financeiro e do aluguer automóvel:

- O grupo nasceu há cem anos como S.A.V.A., a primeira sociedade financeira dedicada ao automóvel em Itália, criada em 1925 para financiar as prestações as vendas de automóveis Fiat;
- Em dezembro de 2006, a Fiat Auto S.p.A. e o Crédit Agricole S.A. uniram-se numa joint venture paritária com o objetivo de exercer atividades financeiras na Europa. A 28 de dezembro de 2006, a Fiat Sava S.p.A. (e a sua controladora Fidis Retail Italia) fundem-se e a entidade resultante é inscrita na lista especial nos termos do art. 107.º do Decreto Legislativo n.º 385/1993, mudando a denominação para Fiat Auto Financial Services S.p.A. O grupo Crédit Agricole entra no capital social com uma participação de 50%;
- A 5 de abril de 2007, a Fiat Auto Financial Services S.p.A. passa a chamar-se Fiat Group Automobiles Financial Services S.p.A.;
- Em 2009, a empresa (que entretanto mudou a denominação para FGA Capital) torna-se a captive de todas as marcas Chrysler na Europa;
- A 16 de janeiro de 2015, a empresa torna-se um banco e passa a chamar-se FCA Bank S.p.A., desenvolvendo o seu negócio e crescendo até se tornar um dos principais intervenientes no setor do leasing na Itália e na Europa, para chegar à sua transformação em CA Auto Bank em abril de 2023.

O novo interveniente pan-europeu nasce, assim, com «um olhar para o futuro, mas com raízes sólidas e uma tradição histórica consolidada», com o objetivo de se tornar um dos principais intervenientes independentes e multimarca no setor do financiamento automóvel, do aluguer e da mobilidade, oferecendo os seus serviços aos setores automóvel, dos motociclos, do lazer, dos veículos comerciais ligeiros e pesados e, no futuro, da náutica e da agricultura.

A mudança de rumo é evidente: o setor automóvel está, de facto, a passar por uma profunda evolução nas tecnologias de fabrico e nas modalidades e formas de utilização dos veículos. Por um lado, assiste-se à transição da mobilidade baseada em motores a combustão para uma mobilidade orientada para veículos híbridos e elétricos; por outro, verifica-se a transformação da economia,

que evolui da ideia de propriedade do veículo para a de utilização e aluguer.

Como prova da nova tendência dos tempos, destaca-se o nascimento da Drivalia, a nova empresa de aluguer e mobilidade do grupo, que dá continuidade à Leasys Rent e permite à CA Auto Bank posicionar-se como operador independente, pronto a acolher novas oportunidades de colaboração com o objetivo de tornar a mobilidade sustentável e acessível a todos.

Apresentada oficialmente no Salão Automóvel de Paris em outubro de 2022, a Drivalia já pode orgulhar-se de uma presença generalizada em dezasseis países europeus (Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Espanha, Suécia e Alemanha).

A Drivalia tem como objetivo tornar-se um protagonista da transição para a mobilidade sustentável e a contribuição da experiência da CA Auto Bank é essencial. A empresa oferece soluções personalizadas também para democratizar a utilização de veículos elétricos e híbridos, facilitando o acesso ao maior número possível de pessoas e desenvolvendo uma gama completa de soluções inovadoras.

O Grupo CA Auto Bank apresenta-se, assim, como um verdadeiro modelo pan-europeu de inovação e porta de entrada para uma mobilidade mais sustentável. As novas tecnologias e a digitalização serão, cada vez mais, instrumentos fundamentais para o negócio do Grupo. Os objetivos de crescimento e diversificação acompanharão também a evolução dos instrumentos financeiros, de seguros e de pagamento, em linha com as últimas novidades dos setores fintech, insurtech e do open banking.

A CA Auto Bank prosseguirá determinada no caminho da transição energética, com o compromisso de acelerar o processo de transformação em curso, propondo uma ampla gama de produtos financeiros e soluções de mobilidade ecológica, através dos quais os clientes poderão contribuir para a proteção do ambiente, tudo isto para se afirmar como líder da mobilidade sustentável a nível europeu e como «Banco da mobilidade para um planeta melhor».

ESTRUTURA ACIONÁRIA

CRÉDIT AGRICOLE PERSONAL FINANCE & MOBILITY (*)

A Crédit Agricole Personal Finance & Mobility é líder no mercado do crédito ao consumo, com uma carteira de empréstimos de 65 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2025.

Oferecendo soluções de financiamento flexíveis e responsáveis, personalizadas de acordo com as necessidades específicas, opera em 20 mercados europeus, bem como na China e em Marrocos.

Graças ao seu know-how consolidado e à sua experiência, a empresa garante o sucesso comercial das políticas de fidelização de clientes implementadas pelos seus parceiros, entre os quais se contam fabricantes de automóveis, concessionários, bancos e instituições.

A satisfação do cliente está no centro da estratégia da Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, que visa fornecer aos consumidores as ferramentas necessárias para tomarem decisões informadas sobre os seus projetos. Colocando a ênfase na inovação e no investimento em tecnologias digitais, a empresa compromete-se a oferecer as melhores soluções aos seus stakeholders, promovendo assim uma experiência de financiamento nova e melhorada.

Em 2006, a Crédit Agricole Consumer Finance e a Fiat Auto constituíram uma joint venture paritária (50/50) denominada FIAT GROUP AUTOMOBILES FINANCIAL SERVICES, posteriormente renomeada FGA Capital em 2009.

Após a transformação em banco, ocorrida em 2015, a empresa passou a denominar-se FCA Bank S.p.A.

No entanto, em 4 de abril de 2023, ocorreu uma mudança significativa: a Stellantis retirou-se da parceria e a Crédit Agricole Consumer Finance adquiriu a totalidade da participação. Esta evolução levou à criação de um novo banco denominado Crédit Agricole Auto Bank.



CRÉDIT AGRICOLE S.A.

100 %



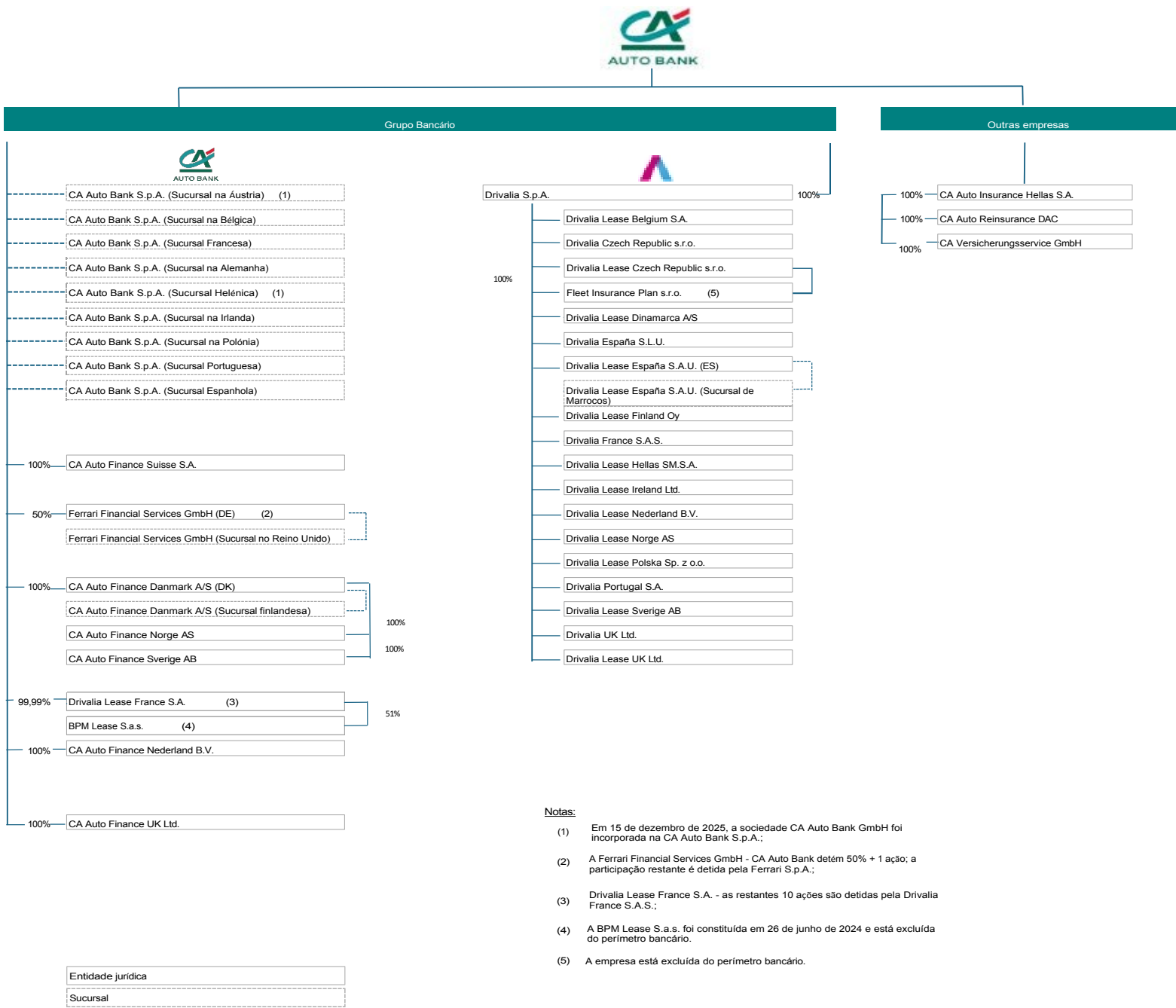
PERSONAL FINANCE
& MOBILITY
100 %



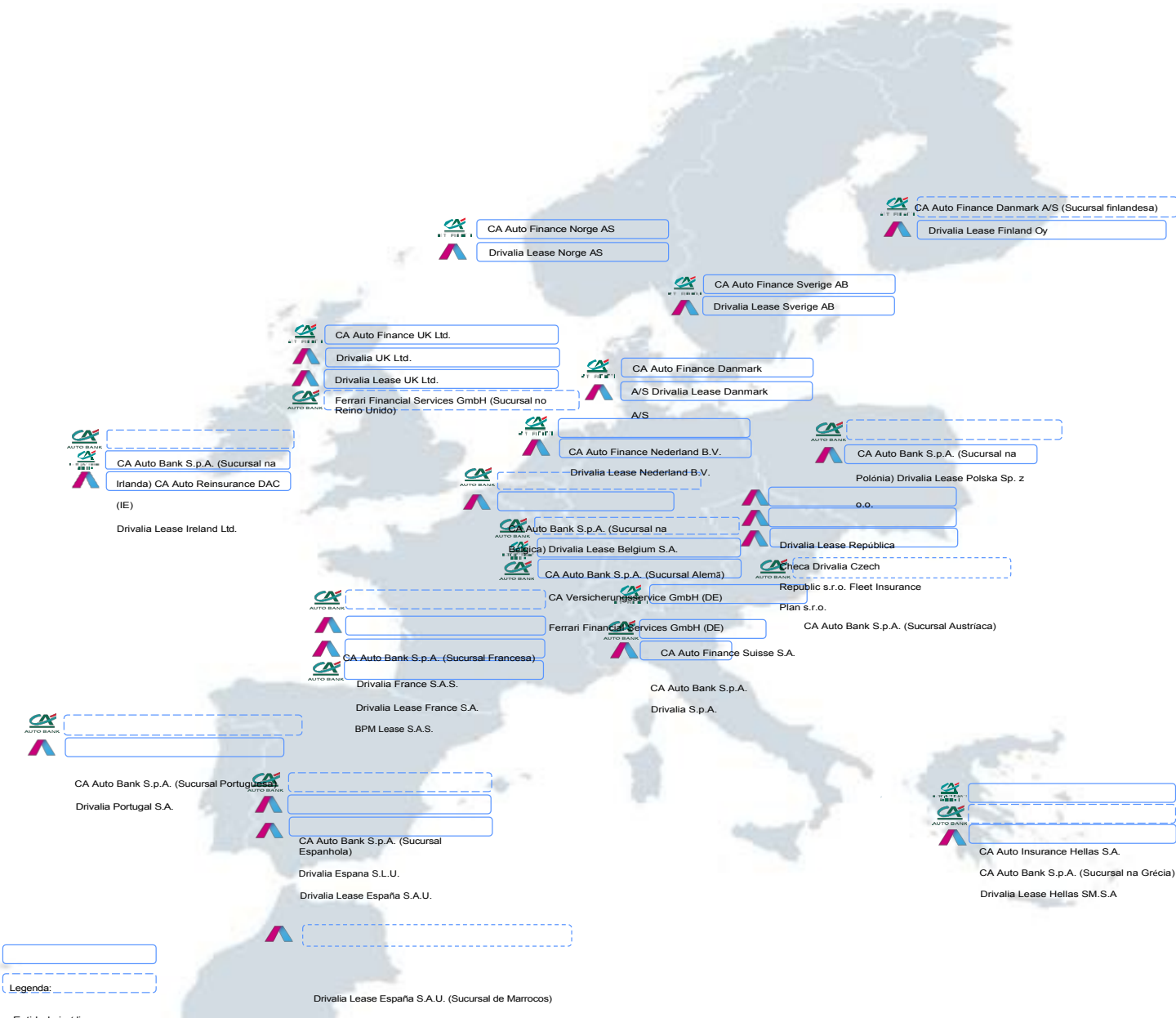
AUTO BANK

(*) A partir de 16 de maio de 2024, a Crédit Agricole Consumer Finance passou a ser comercialmente rebrandizada como Crédit Agricole Personal Finance & Mobility.

ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO



PRESENÇA GEOGRÁFICA

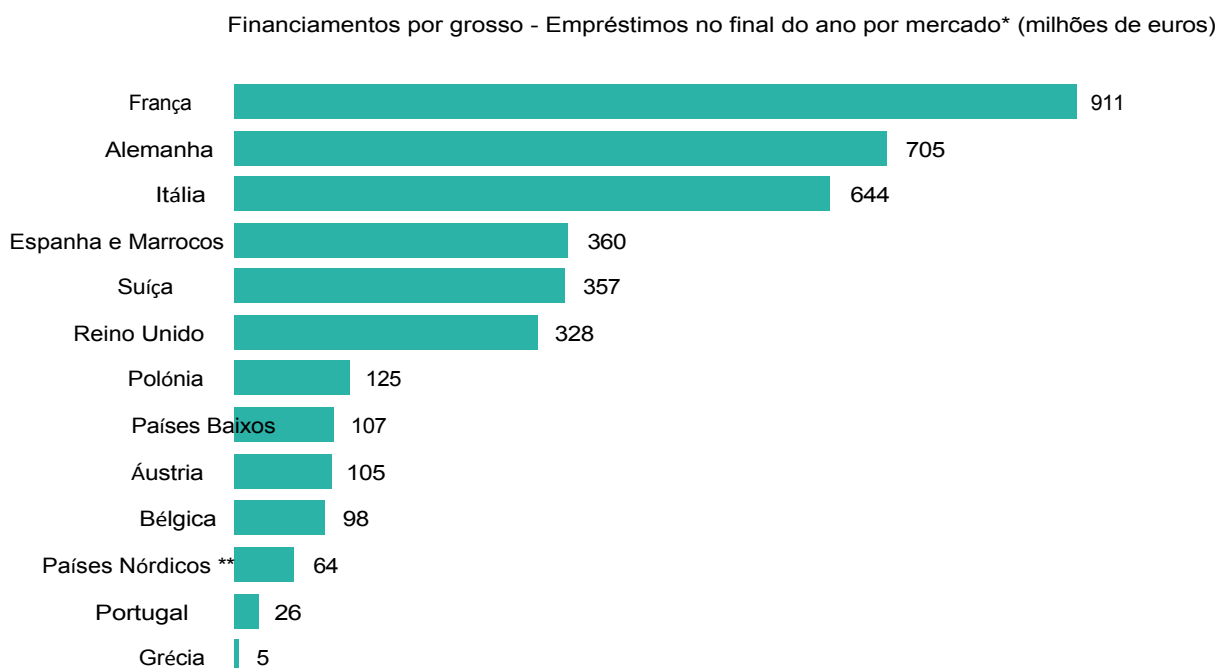
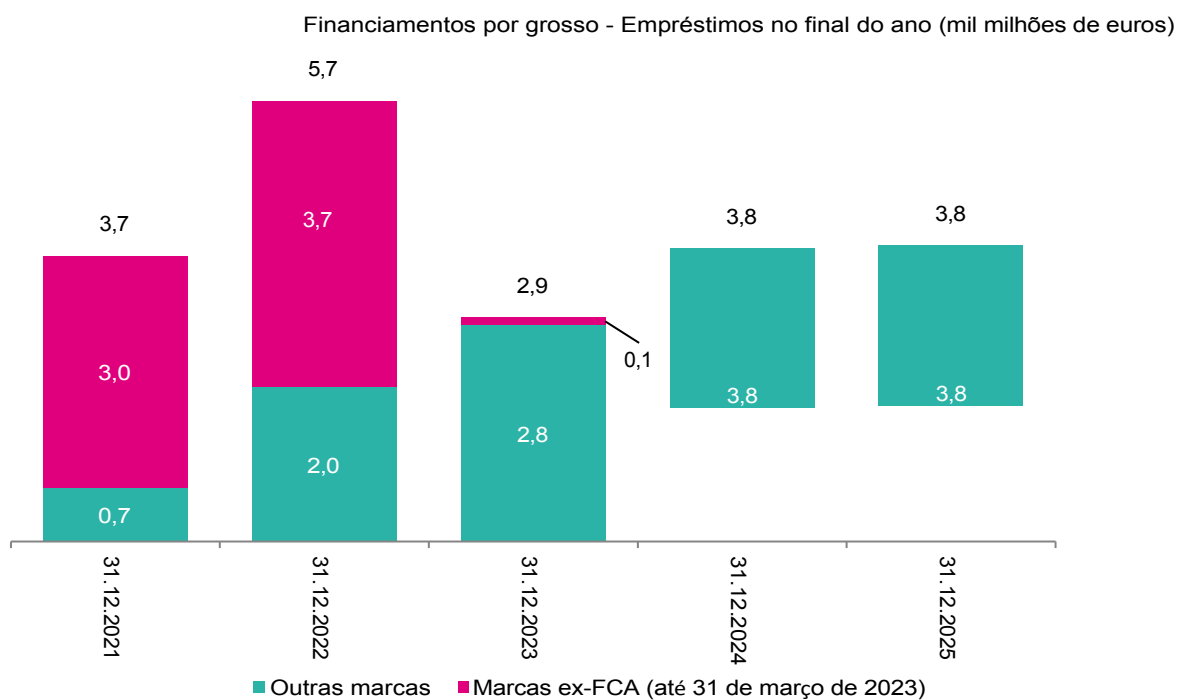


RESULTADOS DA GESTÃO

Dados económicos (€/milhões)	31/12/2025	31/12/2024
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	811	833
Custos operacionais líquidos	(324)	(308)
Custo do risco	(161)	(134)
Resultado operacional	326	390
Outros rendimentos/ (encargos)	(111)	(44)
Resultado antes de impostos	215	346
Resultado líquido	174	260
Empréstimos		
Médias	27 902	28.043
No final do período	28 392	29 782
Rácio		
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer (sobre os empréstimos médios)	2,91%	2,97%
Rácio custo/rendimento	39,94%	37,01%
Custo do risco (sobre os empréstimos médios)	0,58%	0,48
CET1	12,04%	12,46%
Rácio de Capital Total (TCR)	17,95%	16,58%
Rácio de alavancagem	12,52%	11,40%

LINHAS DE NEGÓCIO

BANCA – CRÉDITO WHOLESALE



* O dado inclui veículos de demonstração e empréstimos comerciais

** Países Nórdicos: DK, FI, NO, SE

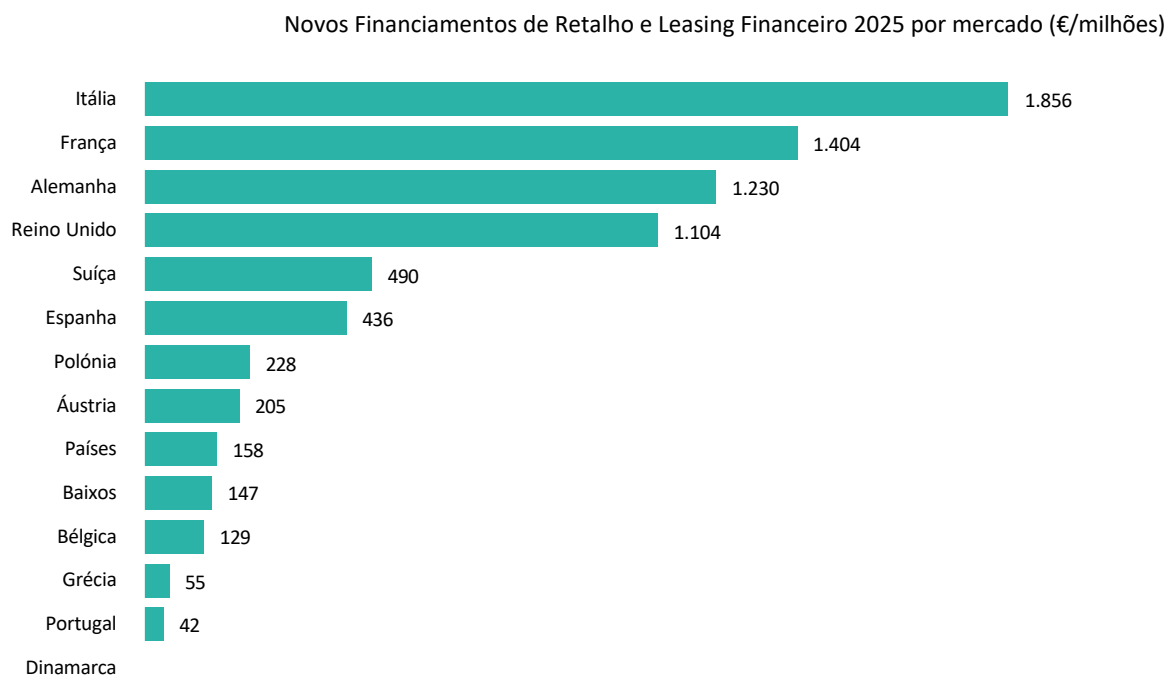
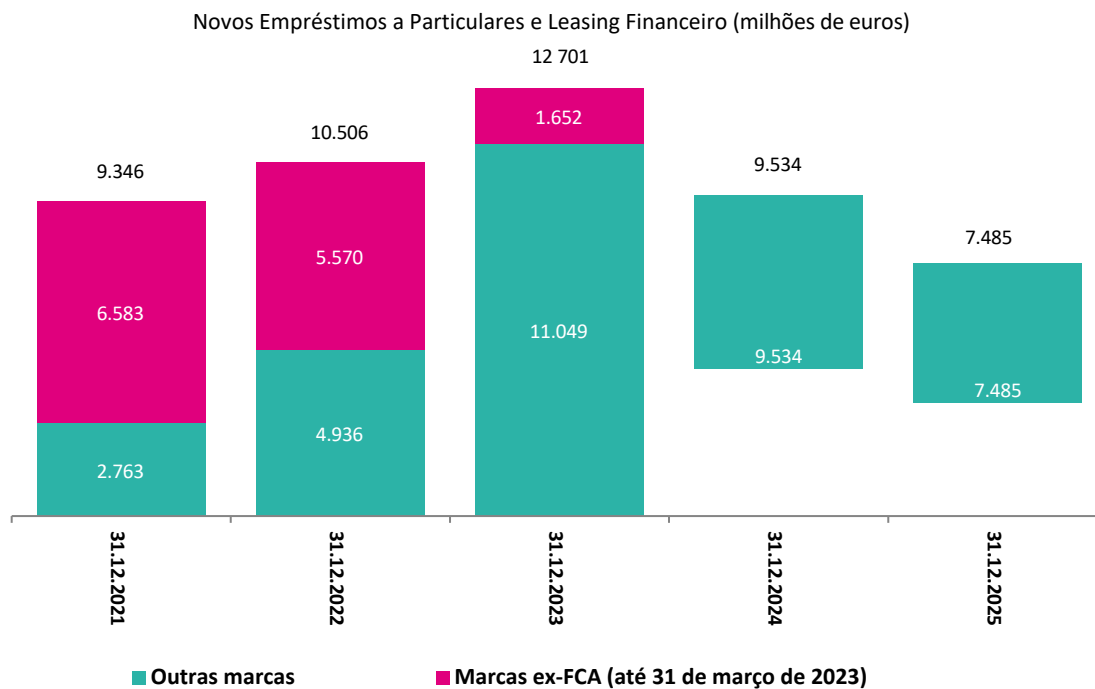
O ano de 2025 foi dedicado à consolidação das parcerias já estabelecidas nos setores automóvel, lazer, motociclos, camiões e náutico, mas também à expansão contínua através de novos acordos de parceria.

Os empréstimos no segmento Wholesale situaram-se nos 3,8 mil milhões de euros, mantendo-se em linha com os valores registados no final de dezembro de 2024. Ao longo de 2025, o CA Auto Bank não só assinou novas parcerias, como também consolidou as colaborações históricas, alargando o seu perímetro operacional a mais mercados.

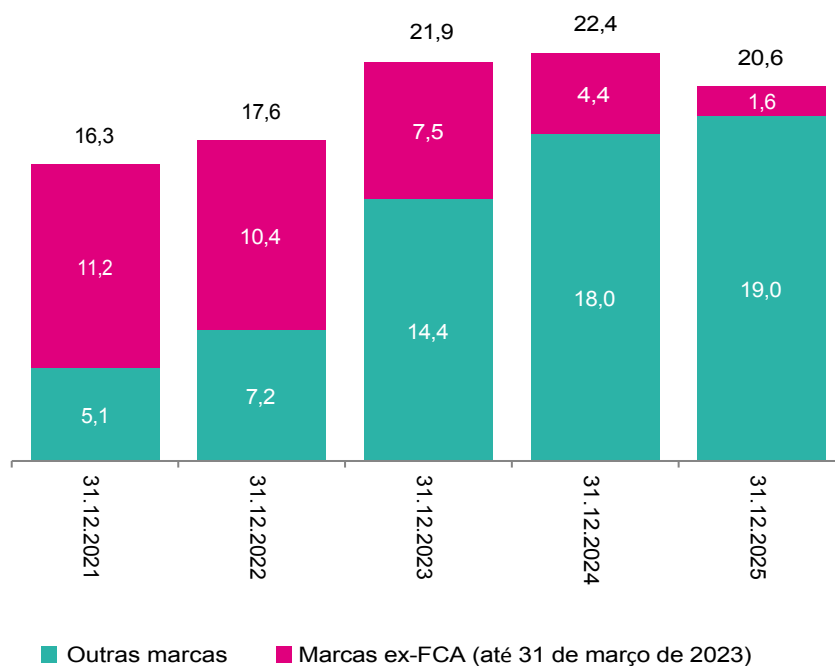
A França consolida-se como o principal mercado do perímetro. Juntamente com a Alemanha e a Itália, confirma-se entre os mercados de referência, com volumes que representam cerca de 59% do total de empréstimos. Esta quota sobe para 78% incluindo a Espanha e a Suíça, atingindo 86% com a contribuição da Grã-Bretanha.

Também em 2025, a CA Auto Bank mantém a sua posição de líder na nova mobilidade, confirmando o seu apoio financeiro à rede de concessionários dos vários parceiros locais e pan-europeus.

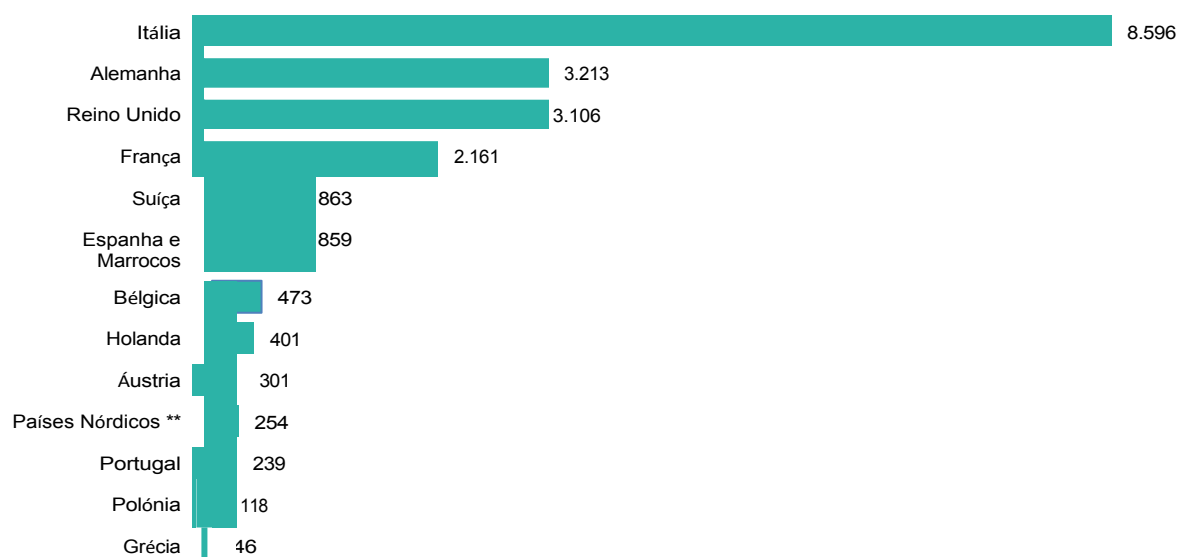
Graças ao profundo conhecimento do setor e ao nível de serviço oferecido, a linha de negócio alcançou um resultado económico em termos de margem de intermediação bancária (2,91%), mantendo também um bom desempenho de pagamentos em toda a carteira.



Financiamentos a retalho/leasing financeiro - Empréstimos no final do ano (mil milhões de €)



Financiamentos a retalho/leasing financeiro - Empréstimos no final do ano por mercado* (milhões de euros)



*o dado exclui os veículos de demonstração e o crédito comercial

** Países Nórdicos: DK, FI, NO, SE

Para completar a oferta de produtos bancários, o ano de 2025 foi marcado pelo lançamento da nova Conta Corrente Remunerada CA Auto Bank em Itália.

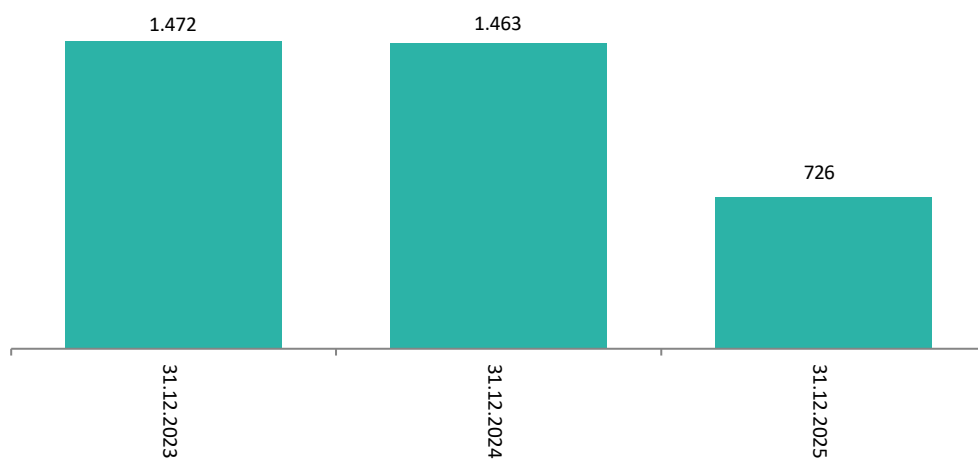
A introdução deste novo produto representa um passo fundamental para o CA Auto Bank no percurso de evolução da gestão de poupanças rumo a uma solução completa de serviços bancários.

Esta inovação é estratégica para a CA Auto Bank, na medida em que permitirá alcançar:

- Autonomia financeira, obtendo liquidez diretamente dos titulares de contas correntes, reduzindo o recurso a mercados externos;
- Fidelização e ampliação da base de clientes, atraindo uma clientela tecnologicamente avançada e consolidando o vínculo com os clientes já existentes;
- Solidez operacional, garantindo uma captação que permite sustentar o negócio principal do CA Auto Bank e os projetos de crescimento futuros.

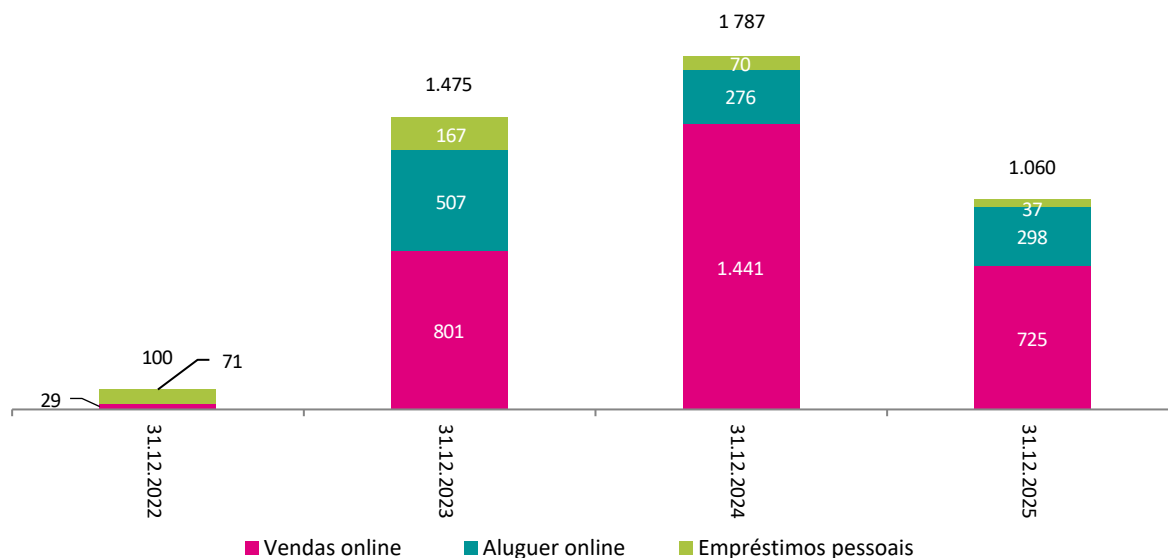
A Conta Corrente CA Auto Bank não é apenas um novo produto bancário, mas representa o centro de gravidade de um ecossistema de produtos financeiros. Através desta inovação, o banco pretende gerar um benefício partilhado, combinando flexibilidade operacional para a instituição e rendimentos concretos para os clientes.

Volumes financiados em Open Banking (milhões de euros)



A queda nos volumes do Open Banking está intimamente ligada à acentuada redução nos volumes de financiamento em 2025, o que se reflete também no comércio eletrónico, um segmento em que os clientes demonstram uma forte propensão para os processos digitais.

Volumes financiados no comércio eletrónico (milhões de euros)

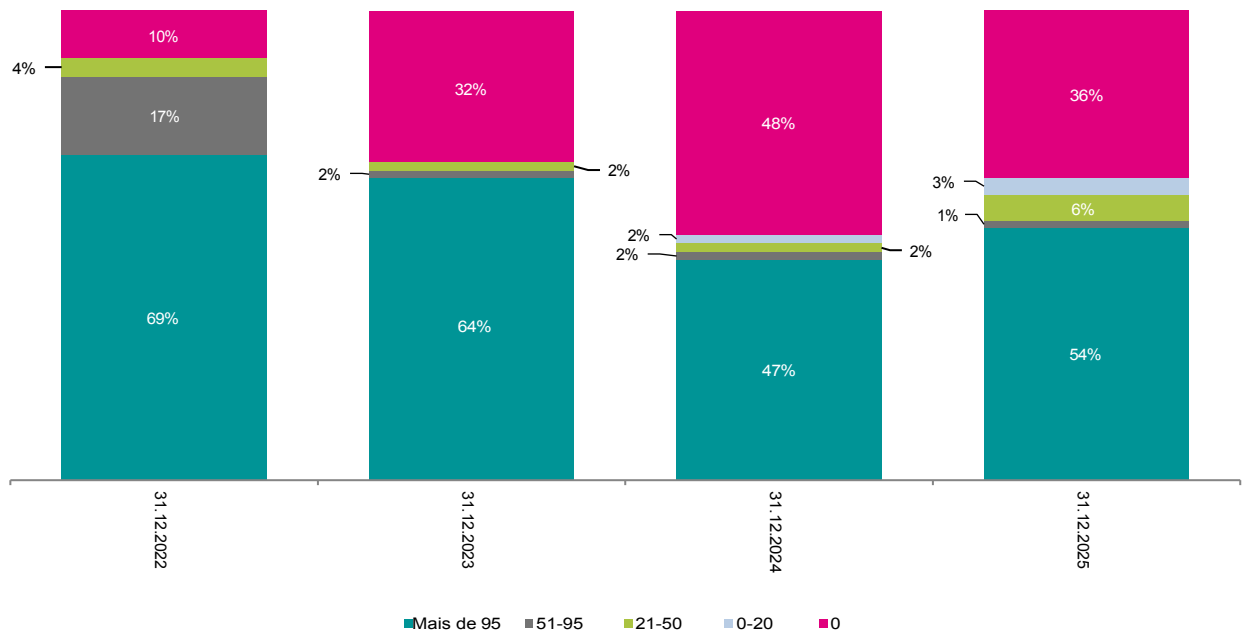


O negócio de «comércio eletrónico» é aquele que resulta de um processo de solicitação de financiamento (ou de um produto bancário) totalmente digital e autónomo por parte dos clientes, sem a intermediação do concessionário; exemplos disso são as vendas online de automóveis e os empréstimos pessoais.

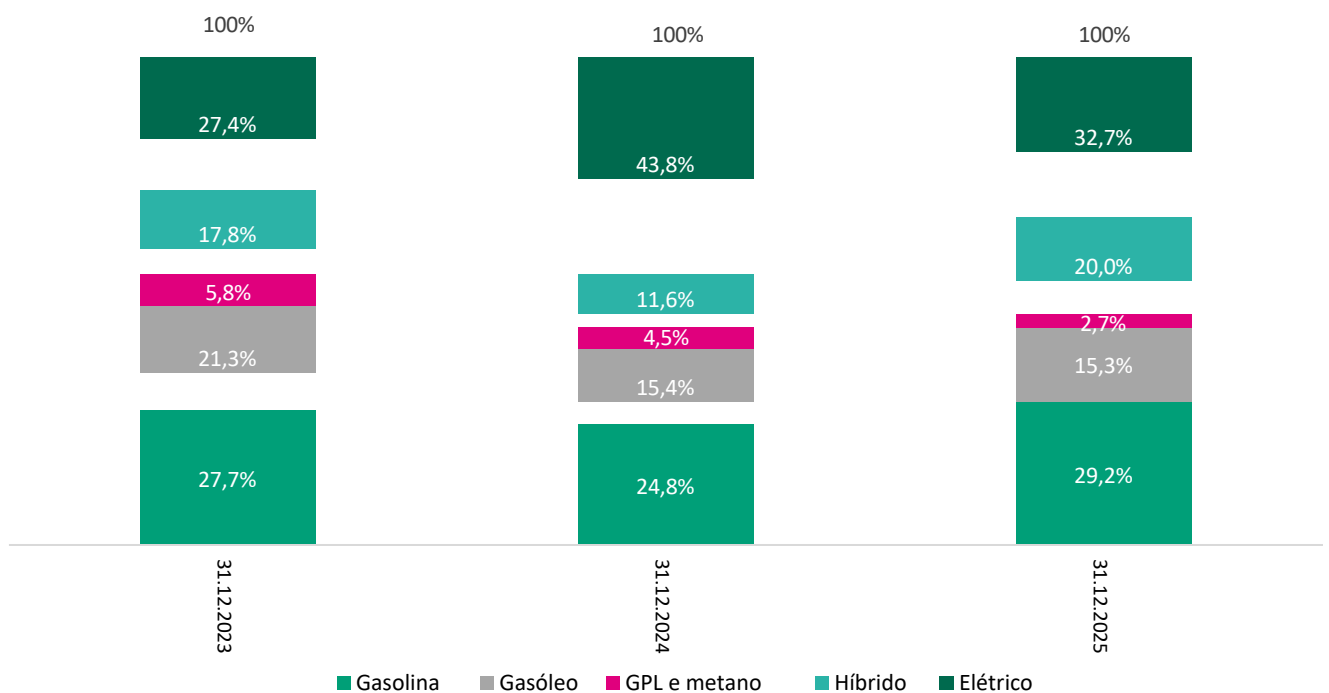
A Drivalia tem uma quota significativa e crescente do seu volume de negócios gerado totalmente online. Todos os alugueres de curta duração provenientes do portal www.drivalia.com e todos os produtos em subscrição, como o Car Cloud, Be Free, Car Box e Flex Rent, são geridos com soluções digitais totalmente online, com entrega do automóvel nas lojas Drivalia Mobility Store.

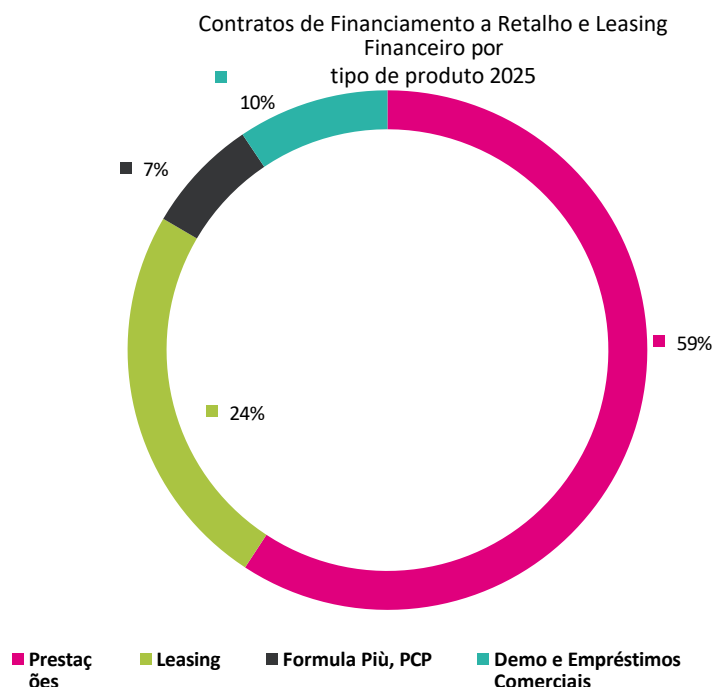
A CA Auto Bank está a trabalhar para expandir o negócio digital em todo o perímetro europeu. Tendo desenvolvido a capacidade de realizar financiamentos totalmente online em 11 países, a CAAB garante a liderança no mundo digital, apoiada também por soluções de destaque para a assinatura digital e a utilização do open banking.

Volumes financiados no retalho e leasing financeiro
(€/milhões) de automóveis novos por classe de CO2
(g/km)



Volumes financiados no retalho e leasing financeiro
(milhões de €) de automóveis novos por tipo de
combustível (%)





Em 2025, dedicámo-nos a melhorar a nossa gama de soluções digitais personalizadas, concebidas para projetar o Banco para um futuro mais ágil e competitivo: desde a implementação de sistemas interfuncionais – como a nossa plataforma de comércio eletrónico de financiamento online – até à computação em nuvem e à integração da inteligência artificial.

A Drivalia, a empresa de aluguer, leasing e mobilidade do grupo, expandiu a sua presença europeia, lançando a sua atividade na Suécia. Num contexto de mercado muito complexo, o Grupo CA Auto Bank continua a ampliar a oferta aos seus clientes com uma vasta gama de produtos: não só soluções financeiras, mas também de seguros, para satisfazer adequadamente as necessidades de todos os clientes.

Numa altura em que a digitalização é a chave para construir e manter o contacto com os clientes, o Grupo CA Auto Bank apoia a fase de venda e continua a melhorar as ferramentas destinadas a aumentar não só a satisfação do cliente, mas também a sua fidelização, promovendo ainda o processo de fim de contrato totalmente online.

Consolidou-se o percurso estratégico da CA Auto Bank rumo à digitalização dos processos e dos canais de distribuição, melhorando a gama de soluções digitais à medida, concebidas para projetar o Banco para um futuro mais ágil e competitivo: desde a implementação de sistemas integrados – como a plataforma de comércio eletrónico de financiamento online – até à integração da inteligência artificial.

Com particular referência à oferta de seguros, o Grupo CA Auto Bank confirmou a vontade de colaborar com as empresas líderes de mercado para poder construir uma gama completa de produtos que vai desde coberturas em caso de eventos que envolvam pessoalmente o cliente até às dedicadas ao veículo e à sua utilização.

Desta forma, a oferta financeira, a oferta de seguros e a oferta de serviços convergem numa única relação com o cliente, o que simplifica e facilita a gestão e o pagamento do veículo e dos serviços a ele associados.

A CA Auto Bank fez da digitalização um dos seus pontos fortes e, com este novo desenvolvimento, decidiu oferecer aos seus clientes uma forma nova e complementar de acesso aos seus serviços. Desde a integração do cliente no início do contrato de financiamento, passando pela gestão do cliente durante o período contratual através do Portal do Cliente, até às soluções digitais de Fim de Contrato, que tornam o cliente totalmente autónomo na gestão do encerramento do contrato.

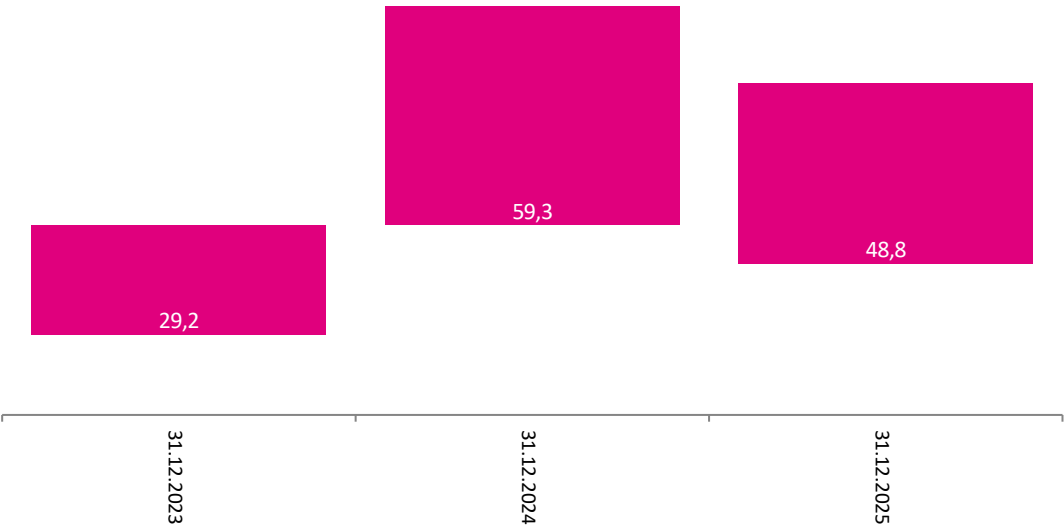
Estas soluções aumentam a satisfação do cliente que, a partir de 2025, será medida em todos os mercados europeus com a metodologia NPS. O índice de satisfação dos nossos clientes atingiu o nível de 45, considerado muito alto na escala de -100 a +100.

Como «Banco da Mobilidade para um Planeta Melhor», o CA Auto Bank também levou a cabo uma sólida estratégia de sustentabilidade ambiental e social, lançada já em 2024 e baseada nos quatro pilares ESG: Mobilidade sustentável, Inovação e digitalização, Pessoas, Ambiente. Esta estratégia concretizou-se, em particular, através do desenvolvimento de produtos e serviços concebidos para promover a mobilidade verde.

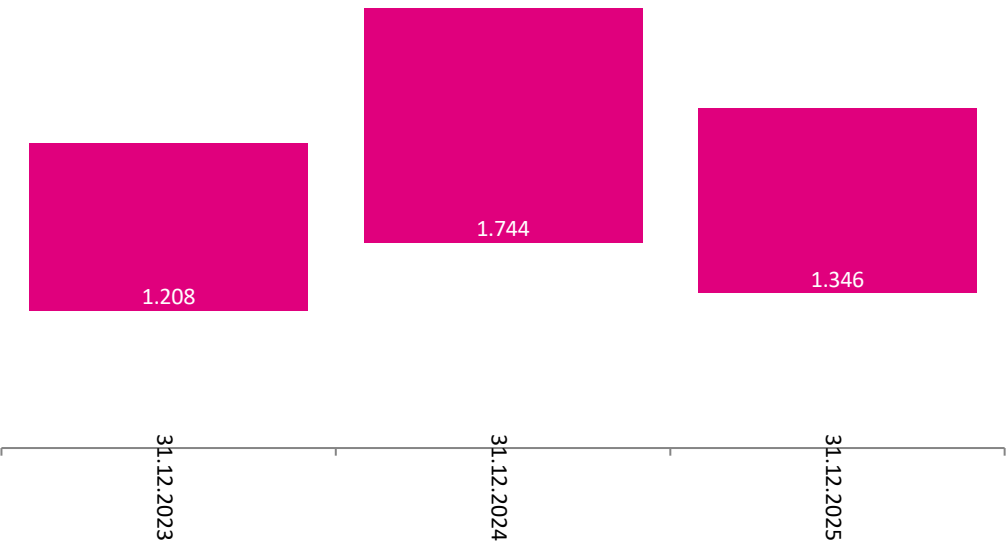
DRIVALIA (ALUGUER/MOBILIDADE)

A atividade de aluguer/mobilidade da Drivalia resulta da celebração de contratos de aluguer de longa duração e da aquisição de veículos para aluguer de curta duração.

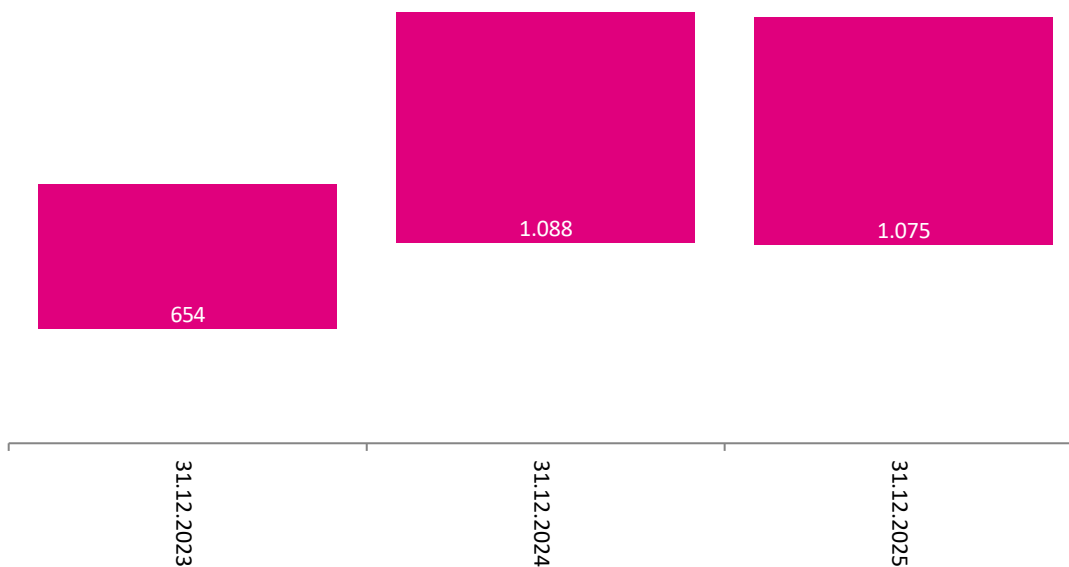
Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Novos Contratos de Aluguer de Longa Duração (ctr/000)



Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Nova produção para aluguer de longa duração e novas aquisições de veículos para aluguer de curta duração e assinaturas (€/milhões)

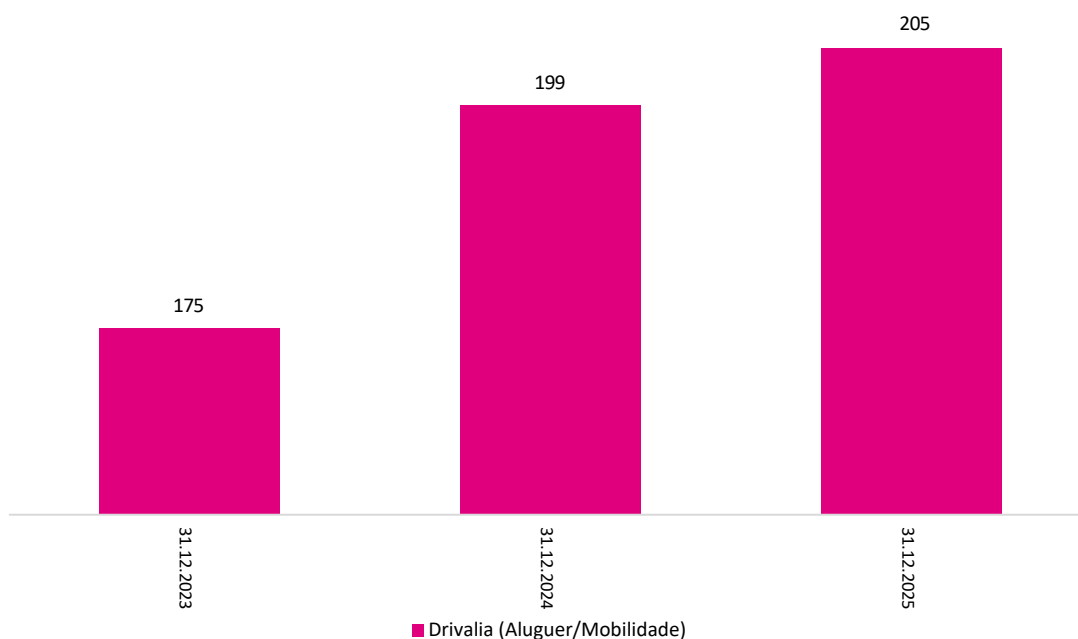


Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Volume de negócios (milhões de €)



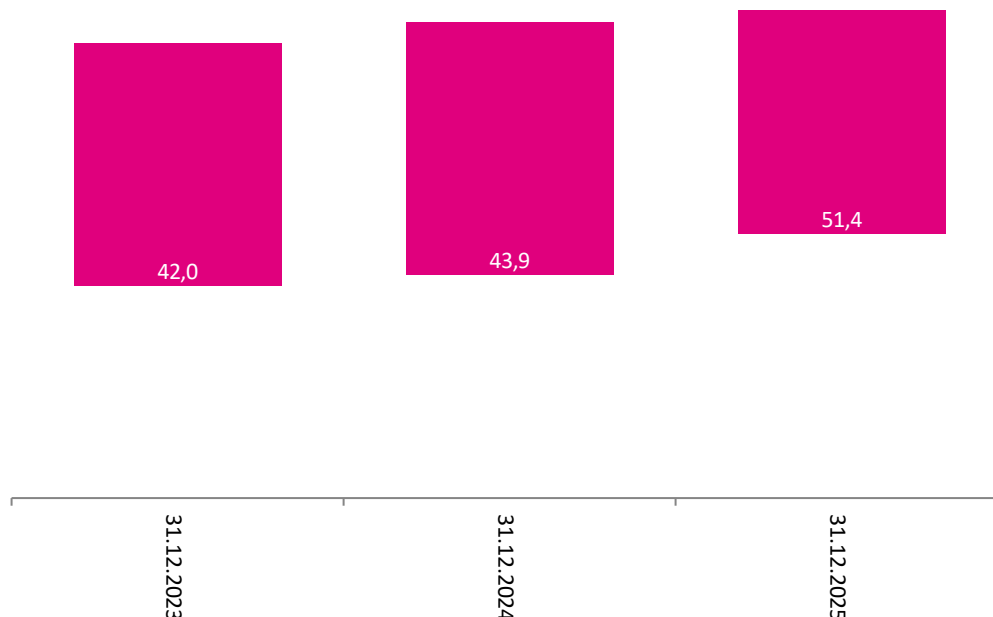
O volume de negócios da Drivalia inclui faturas de aluguer de curta duração (online e assinaturas), partilha de veículos, faturas de aluguer de longa duração e revenda de veículos devolvidos no final do contrato de aluguer.

Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Frota (milhares de unidades)



A frota da Drivalia (Aluguer/Mobilidade), a 31 de dezembro de 2025, conta com um total de 205 mil veículos, enquanto os novos veículos adicionados à frota no período ascenderam a 51,4 mil unidades.

Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Novos veículos para integração na frota (milhares de unidades)



No que diz respeito ao setor da mobilidade, o Grupo CA Auto Bank opera através da Drivalia em dezasseis países (Itália, Reino Unido, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Países Baixos, Polónia, Grécia, Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Noruega, República Checa, Suécia e Alemanha) e em Marrocos. O número de Drivalia Mobility Store em dezembro de 2025 é de 668 lojas em toda a Europa e 1.958 pontos de carregamento distribuídos pelo território.

A CA Auto Bank e a Drivalia confirmam-se como promotoras da revolução europeia da mobilidade elétrica e sustentável, com um significativo programa de investimentos em infraestruturas, frota e serviços.

Através dos serviços CarCloud (um dos primeiros serviços de aluguer de automóveis por assinatura na Europa, renovável mensalmente, sem restrições temporais nem penalizações) e CarBox (uma assinatura anual de mobilidade que garante, mediante uma mensalidade fixa, o carro certo na altura certa), oferece várias fórmulas de assinatura disponíveis.

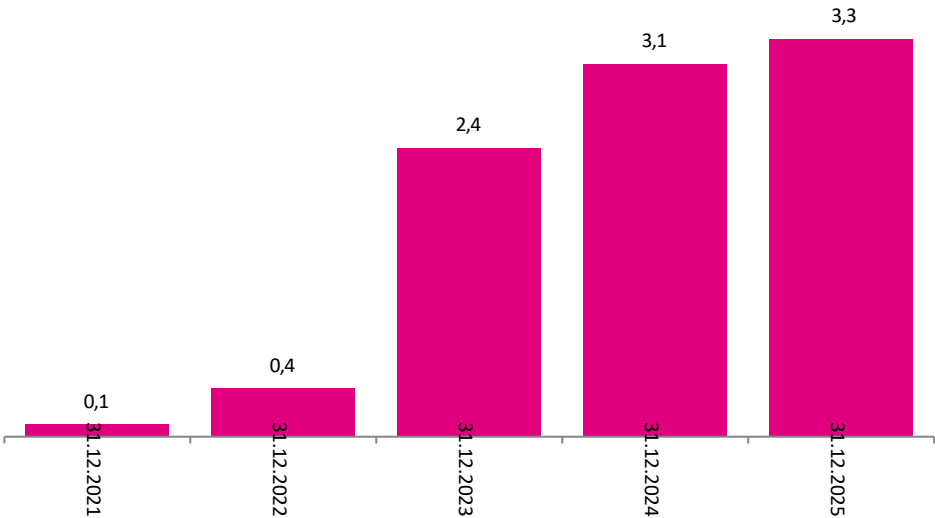
Além disso, existe uma série de serviços que vão desde o aluguer de autocaravanas até à flexibilidade do BeFree Evo, que garante o acesso a um programa de assinatura «sem adiantamento», com uma mensalidade fixa durante 24 meses e a possibilidade de rescisão antecipada sem penalizações. No âmbito da Drivalia, está também disponível o car sharing 100% elétrico e+ share DRIVALIA, ativo em Turim, Roma e Milão com uma frota composta exclusivamente por Fiat 500 elétricos em modo free floating (fluxo livre, sem restrições de estacionamento), uma solução inovadora que se estendeu também para além-fronteiras, na cidade de Lyon, em França.

Também está disponível o programa Drive To Buy, o primeiro serviço de aluguer por assinatura mensal, um produto concebido para clientes particulares e profissionais liberais, que permite, nos primeiros dois meses, escolher entre continuar a conduzir o próprio carro através da assinatura ou

comprar o carro, num pagamento único ou em prestações mensais convenientes, pelo valor de tabela menos as mensalidades já pagas, tudo através de um financiamento 100% digital da CA Auto Bank.

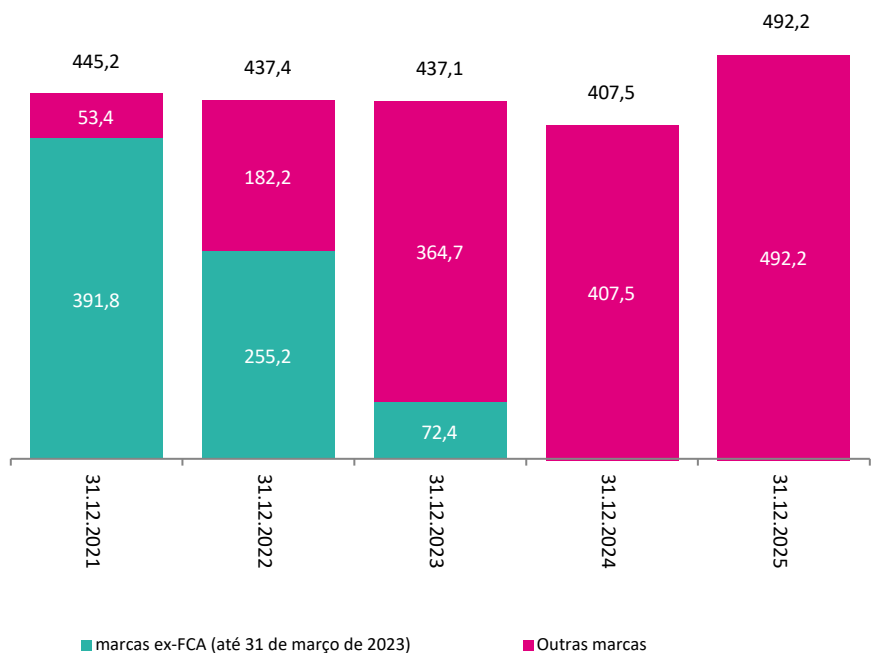
O Grupo CA Auto Bank demonstra, assim, estar cada vez mais apto a responder às diversas necessidades de mobilidade de todos os tipos de clientes, desde grandes empresas e PME até profissionais e particulares.

Drivalia (Aluguer/Mobilidade) - Frota
(Valores contabilísticos líquidos no final do período) (€/mil milhões)

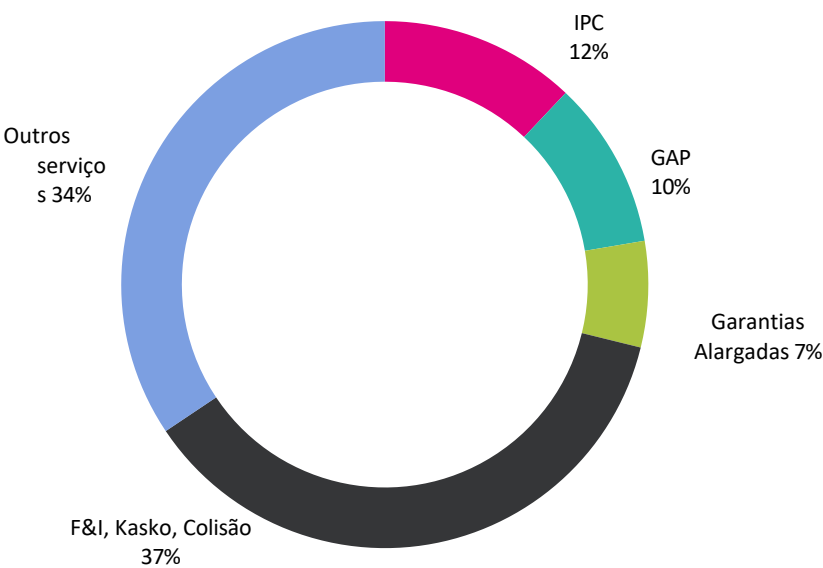


SEGUROS E SERVIÇOS

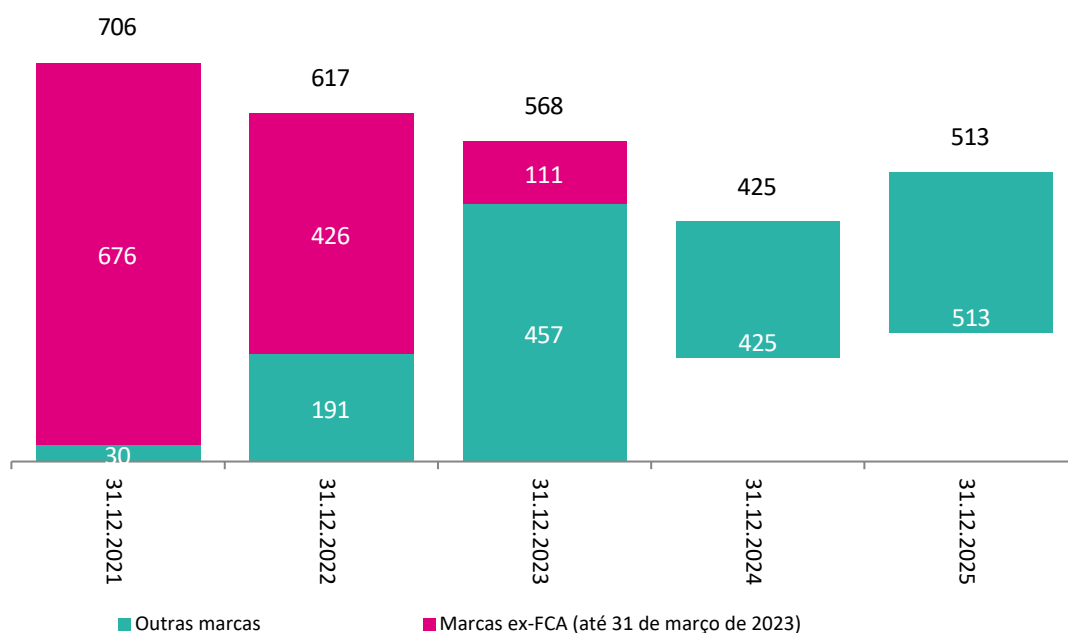
Prémios de Seguros e Serviços Brutos Intermediados (€/milhões)



Prémios brutos por produto de seguro 2025



Contratos de seguro e serviços intermediados (milhares de unidades)



O Grupo CA Auto Bank oferece uma ampla gama de produtos e serviços de seguros associados ao contrato de financiamento, tanto para a proteção do crédito como para a proteção do veículo, o que permitiu, em 2025, promover mais de uma apólice por contrato de Financiamento e Aluguer/Mobilidade, em benefício dos Clientes do banco.

A seguir, enumeram-se os principais serviços de seguros oferecidos nos vários mercados europeus, com especial destaque para os mais inovadores:

- Empréstimo Protegido (Credit Protection Insurance), que isenta o cliente da obrigação de pagar a dívida residual, na totalidade ou em parte, em caso de determinados eventos repentinos e/ou inesperados; em particular, ao longo de 2025, as companhias parceiras do Grupo implementaram produtos deste tipo com o objetivo de aumentar as proteções a favor dos clientes (Customer Centricity);
- Seguro GAP (Guaranteed Asset Protection), que protege o valor da compra, garantindo ao cliente, em caso de roubo ou perda total, o reembolso do valor de reposição do veículo durante um determinado número de anos a partir da compra ou uma indemnização vantajosa, variável consoante a legislação em vigor no país;
- Marcação de vidros/veículos, que constitui um importante elemento dissuasor contra o roubo;
- Seguro de responsabilidade civil automóvel, associado ou não à prestação do financiamento;
- Apólice de roubo e incêndio que, associada à prestação do financiamento durante toda a vigência do contrato, assegura o veículo contra roubo, incêndio, assalto, eventos naturais, eventos sociopolíticos, atos de vandalismo e quebra de vidros;

- Kasko & Colisão: o seguro Kasko prevê o reembolso dos danos em caso de colisão com outro veículo, impacto contra obstáculos fixos e móveis, capotamento e saída da estrada. O seguro Colisão intervém apenas em caso de colisão com outro veículo identificado;
- Extensão de garantia (Extended Warranty) que prolonga o período de garantia padrão do fabricante com uma gama de soluções capazes de cobrir eventuais despesas em caso de avaria do veículo;
- Mobility AID e Mobility Plus: uma solução inovadora que, embora se enquadre na categoria das apólices de «Proteção de Rendimentos», combina as garantias tradicionais da CPI com serviços de assistência ao veículo em caso de avaria e acidente;
- Produtos para veículos elétricos (EV): com um importante passo em frente na transição de mercados, como o Reino Unido, para os veículos elétricos (EV), a CA Auto Bank estabeleceu uma parceria com fornecedores inovadores na área da recarga inteligente, para lançar uma solução de recarga doméstica para veículos elétricos totalmente integrada e pronta a usar, concebida especificamente para o mercado de veículos elétricos usados em rápida expansão;
- Hi Flow: Aproveitando as parcerias do Grupo em França, foram implementados os serviços Hi Flow para garantir a autonomia do cliente, oferecendo serviços de recolha e entrega da frota Drivalia e para a sua movimentação.

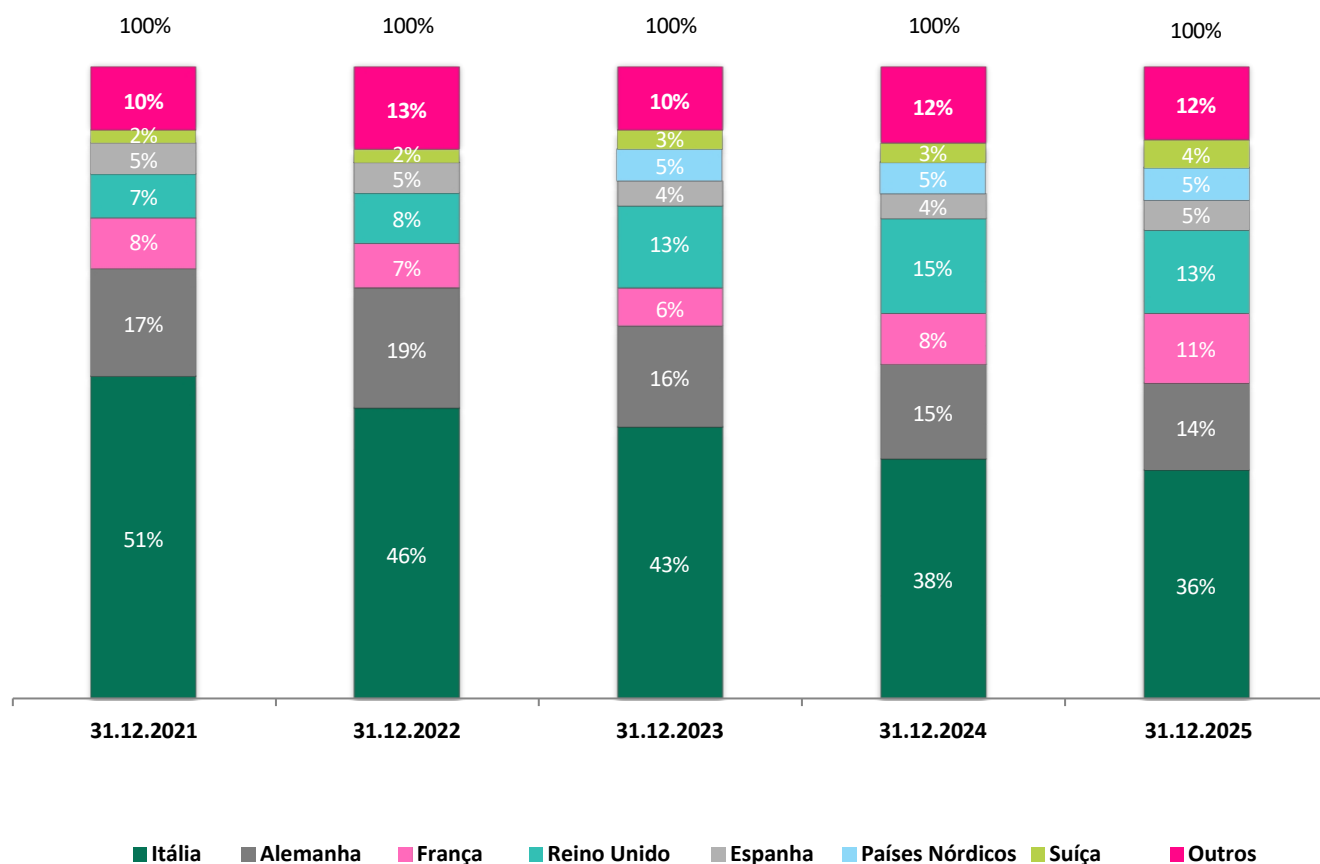
O ano de 2025 foi marcado pelo lançamento da venda online de produtos de seguros, com o objetivo de completar a experiência do cliente com produtos até então disponíveis apenas através da distribuição tradicional. O comércio eletrónico veio enriquecer os canais de venda, para além das vendas nos showrooms dos concessionários e do telemarketing, que até então eram os únicos canais de distribuição utilizados.

Todas as soluções financeiras e de seguros descritas são adaptadas localmente às necessidades dos diferentes tipos de clientes dos vários mercados europeus em que o Grupo CA Auto Bank opera e são flexíveis na adaptação às alterações legislativas específicas do mercado.

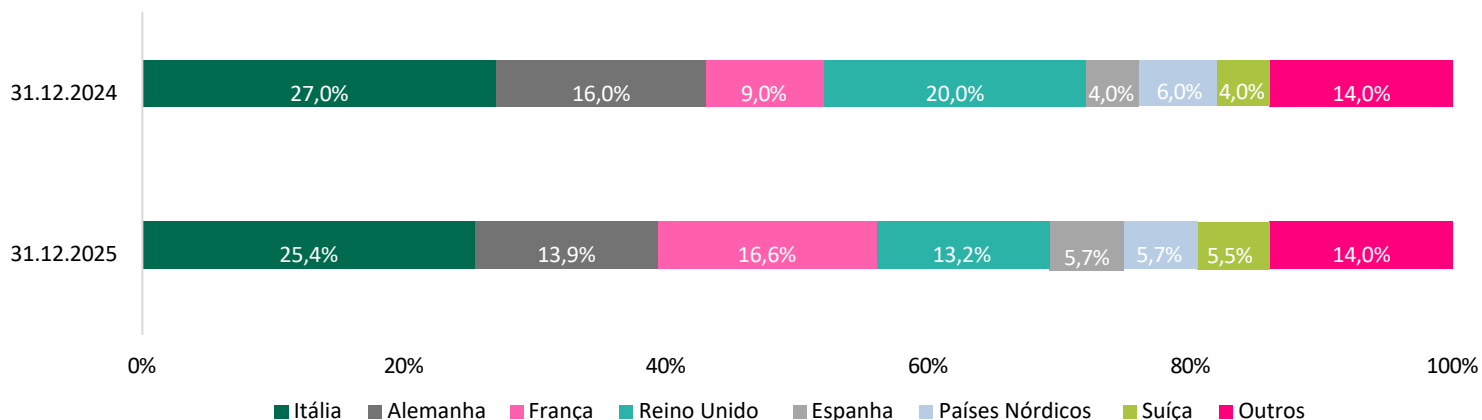
Em 2025, a CA Auto Bank reforçou a implementação do portfólio de produtos de seguros e serviços também para a Drivalia.

SÍNTESE DOS EMPREGOS POR ÁREA GEOGRÁFICA

Distribuição geográfica - Saldo em dívida no final do ano para todas as linhas de negócio (%)



Nova produção por país para todas as linhas de negócio (%)



A EVOLUÇÃO DO MERCADO E DAS MARCAS AUTOMÓVEIS

O mercado automóvel na Europa (União Europeia + Reino Unido + EFTA) registou, em 2025, quase 13,3 milhões de matrículas de automóveis novos, um aumento de 2,4% em relação a 2024 (fonte: Association des Constructeurs Européens d'Automobiles, doravante designada ACEA).

OS PARCEIROS DA CA AUTO BANK

Graças ao seu profundo conhecimento dos setores do financiamento, do leasing e da mobilidade, a CA Auto Bank tornou-se parceira de inúmeras e prestigiadas marcas automóveis. O Banco enriqueceu ainda a sua oferta com uma vasta gama de veículos, em particular elétricos e híbridos, apoiando eficazmente tanto as marcas como os grandes grupos de distribuição.

Em 2025, o CA Auto Bank registou 8 831 milhões de euros em volumes de financiamento concedidos. Destes, 6 494 milhões de euros corresponderam a financiamentos de retalho e leasing financeiro; 991 milhões de euros a empréstimos comerciais e demonstrações; a parte restante, no valor de 1 346 milhões de euros, diz respeito ao aluguer/mobilidade.

O ano de 2025 confirma-se como um ano de crescimento estratégico para a CA Auto Bank, caracterizado por um duplo percurso: o consolidação das parcerias existentes e a assinatura de novos acordos-chave. No que diz respeito à consolidação, destaca-se o alargamento da colaboração com a BYD, estendida com sucesso a mercados estratégicos como a França, a Alemanha e a Suíça, e a renovação do acordo com o Erwin Hymer Group, líder no setor dos veículos recreativos.

Paralelamente, o Banco prosseguiu novas oportunidades para expandir e diversificar a sua carteira. Foram assinadas parcerias de destaque com importantes marcas automóveis como a Chery (através da Chery Finance Service) e a icónica marca desportiva Caterham, bem como com grandes redes de vendas como a CAR Avenue.

Em linha com a sua estratégia de diversificação, a CA Auto Bank reforçou a sua presença no setor náutico com um novo acordo com a Suzuki Marine para o mercado francês.

Até à data, são mais de 70 as marcas com as quais a CA Auto Bank assinou um acordo – ativas nos setores automóvel, de duas rodas, de lazer, de veículos comerciais ligeiros e pesados e náutico.

Para apoiar as suas marcas parceiras e tornar os seus produtos mais acessíveis, a CA Auto Bank oferece uma gama completa de soluções financeiras e de mobilidade, inovadoras e flexíveis.

Este compromisso traduz-se num forte impulso à transição energética: em 2025, 50% dos novos veículos financiados eram elétricos ou híbridos.

A inovação abrange também os canais de venda, com 12% dos volumes de financiamento e aluguer gerados através de plataformas de comércio eletrónico, posicionando o Banco na vanguarda da digitalização dos serviços.

MONOGRAFIAS DAS DIVERSAS FUNÇÕES EMPRESARIAIS

O NOSSO COMPROMISSO PARTILHADO COM UMA SUSTENTABILIDADE INTEGRADA E UM CRESCIMENTO RESPONSÁVEL

GERENTE DE RSE E ESG DA CA AUTO BANK – ANDREA MASTROENI

Também em 2025, a CA Auto Bank e a Drivalia uniram forças num percurso de sustentabilidade que, ano após ano, está a redefinir o nosso futuro e a nossa forma de fazer negócios.

O Relatório Consolidado de Sustentabilidade do Grupo CA Auto Bank, em conformidade com a Diretiva relativa à divulgação de informações sobre sustentabilidade das empresas, representa muito mais do que um simples cumprimento normativo: foi o resultado de um esforço coletivo considerável para recolher dados cada vez mais precisos das subsidiárias, analisar e melhorar os processos empresariais e definir a visão estratégica para um futuro mais sustentável.

O nosso relatório expressa o nosso compromisso em integrar a sustentabilidade em todos os aspetos do nosso negócio, desde a governação estratégica até às atividades operacionais quotidianas.

Cada departamento trabalhou para fornecer um panorama completo do nosso impacto e das nossas ambições nas áreas social, de governação e ambiental, garantindo assim aos nossos stakeholders a máxima transparência sobre os resultados alcançados.

No âmbito financeiro, a nossa atenção à descarbonização do setor automóvel foi confirmada pela emissão de um Green Bond no valor de 500 milhões de euros. Esta operação, recebida de forma positiva pelo mercado, gerou receitas que serão utilizadas pela CA Auto Bank para financiar ou refinarar veículos elétricos, em apoio à sua estratégia de eletrificação.

2025 foi também o ano da finalização do novo questionário ESG, desenvolvido internamente para avaliar a sustentabilidade dos nossos clientes corporativos a partir de 2026. Esta ferramenta permitir-nos-á analisar os perfis de risco e oportunidade dos nossos clientes, integrando critérios extra-financeiros nas nossas decisões de negócio e confirmando o nosso papel de líderes na finança sustentável.

Paralelamente, ainda em 2025, as empresas europeias da Drivalia conquistaram nada menos que 12 medalhas EcoVadis: um resultado significativo que constitui a prova tangível do nosso compromisso com a sustentabilidade a nível internacional.

A EcoVadis, uma das plataformas de classificação ESG mais importantes do mundo, avaliou positivamente o nosso desempenho nas áreas ambiental, social e ética, reconhecendo a sua eficácia. Este sucesso é um tributo ao trabalho de todas as equipas da Drivalia que, dia após dia, colocam em prática os nossos valores e a nossa visão para construir um crescimento responsável e duradouro.

DRIVALIA: IMPULSIONAR O CRESCIMENTO E A INOVAÇÃO ALÉM DAS FRONTEIRAS

DIRETOR DE VENDAS DO GRUPO DRIVALIA – CYRIL CHATELET

A Drivalia prossegue a sua expansão internacional na Europa, buscando um crescimento sustentável e reforçando ainda mais as bases da qualidade do serviço e da escalabilidade operacional. Esta estratégia reflete uma abordagem equilibrada, que combina a expansão geográfica com investimentos em tecnologia, processos e atendimento ao cliente.

No segmento do Aluguer de Curta Duração, a Drivalia entrou com sucesso no mercado da República Checa. Ao mesmo tempo, o Grupo avançou com a integração do seu sistema de gestão, o Planet, com intermediários externos.

Uma vez que a digitalização e a interoperabilidade das plataformas se estão a tornar padrões fundamentais no setor das viagens, a Drivalia está a evoluir para satisfazer as crescentes expectativas dos clientes em relação a soluções end-to-end fluidas e integradas. Neste contexto, a recente integração com a Travelport representa um marco significativo, permitindo o acesso ao mercado global de viagens corporativas e diversificando ainda mais os canais de venda.

Aproveitando este impulso, durante o segundo semestre de 2025, a Drivalia finalizou a infraestrutura fundamental necessária para o lançamento do Planet em Espanha e definiu um roteiro completo para a sua implementação em Portugal. Estas iniciativas lançam as bases para um maior desenvolvimento internacional e garantem um modelo operacional escalável e coerente em todos os mercados.

No que diz respeito ao aluguer de longa duração, a Drivalia continua a apostar nas melhores práticas partilhadas entre os vários países, promovendo a transferência de conhecimentos estratégicos e de eficiências operacionais. Esta abordagem apoia o desenvolvimento de um modelo de negócio unificado, mas flexível, capaz de se adaptar às especificidades do mercado local, mantendo padrões de serviço consistentes. O objetivo continua a ser impulsionar o crescimento internacional com um forte foco local, alinhado com as dinâmicas de cada mercado.

Paralelamente, a Drivalia está a reforçar o canal International Key Account, potenciando as ferramentas de apoio à sua estrutura internacional. Estas incluem o Fleet View, concebido para melhorar a reportabilidade e a transparência da frota, e o Salesforce, utilizado para gerir as relações com os clientes a nível local e internacional.

A Drivalia participou ainda em vários concursos públicos com o objetivo de fidelizar os clientes, expandir a frota e aumentar a visibilidade da marca.

Com vista a 2026, as prioridades estratégicas da Drivalia consistem em reforçar e expandir ainda mais o negócio do aluguer de longa duração, consolidando simultaneamente as operações de aluguer de curta duração, melhorando a experiência do cliente e reforçando a competitividade global no mercado.

EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, GOVERNANÇA DE PROCESSOS E APROVISIONAMENTO DA CA AUTO BANK – ANDREA BARCIO

Ao longo de 2025, o Grupo CA Auto Bank concluiu a transformação estrutural destinada a consolidar a sua liderança europeia no setor da mobilidade. A estratégia integrou a inovação digital como alavanca para a eficiência operacional e a competitividade, combinando o desenvolvimento do negócio com a valorização do capital humano.

Para gerir a complexidade organizacional, os RH renovaram os processos internos, adotando plataformas de última geração. A implementação do Oracle HCM permitiu centralizar os dados a nível global e introduzir um novo módulo de Gestão de Desempenho, baseado num conjunto de objetivos individuais e empresariais, sem descurar a dimensão comportamental (de liderança). Paralelamente, a adoção dos sistemas ADP para a folha de pagamentos e do SAP CONCUR para a gestão de viagens padronizou os fluxos administrativos, otimizando custos e a experiência do utilizador para a primeira vaga de mercados europeus.

Numa perspetiva de simplificação e conformidade regulamentar, a responsabilidade pelos processos de Outsourcing foi transferida para a entidade de Procurement. Ambos foram centralizados sob a Direção de RH para garantir uma governação unificada, através da adoção de processos específicos e de um sistema de gestão de Compras e Outsourcing.

O Grupo confirmou o seu compromisso na área de Formação e Desenvolvimento, enriquecendo a oferta digital através da integração entre a plataforma Oracle e o LinkedIn Learning. Isto permitiu disponibilizar percursos de e-learning centrados em pilares estratégicos como a Cibersegurança e a Diversidade e Inclusão, facilitando o crescimento profissional e garantindo o pleno alinhamento com a missão ESG da empresa.

A propensão para a inovação foi ainda mais reforçada através da relação constante com o ecossistema das startups e da criação de Embaixadores em Inteligência Artificial. Em termos de desenvolvimento profissional, o Grupo reforçou as políticas de mobilidade interna, através da publicação de ofertas de emprego entre mercados, e programas de sucessão de gestores, privilegiando o investimento na reserva de talentos internos.

Por fim, a escuta ativa dos colaboradores manteve-se central: ao longo do primeiro semestre de 2025, foram lançados planos de ação baseados no feedback do inquérito anual IMR. As intervenções em matéria de comunicação, partilha e team building testemunham o empenho constante no reforço do clima empresarial, indispensável para sustentar o percurso de inovação e desenvolvimento sustentável empreendido.

A EVOLUÇÃO DIGITAL DA CA AUTO BANK: INOVAÇÃO E RESILIÊNCIA EM 2025

GERENTE DE TIC E COMÉRCIO ELETRÓNICO DA CA AUTO BANK – FRANCESCA GENOVESE

O segundo semestre de 2025 representou uma etapa fundamental no percurso de transformação digital da CA Auto Bank, consolidando uma estratégia orientada para a diversificação de produtos e a padronização de processos à escala europeia.

O empenho constante da área de Tecnologias da Informação e Comunicação centrou-se na integração de tecnologias de ponta para elevar a eficiência operacional e a experiência do cliente, garantindo uma transição fluida para modelos de negócio ágeis.

O ano foi marcado pela migração para a nuvem da Calculadora Financeira 4.0 e pela consolidação da plataforma de comércio eletrónico. Esta última, ao integrar soluções de Reconhecimento Remoto através de vídeo-selfie e Assinatura Remota, permite um onboarding totalmente digital. O sucesso deste ecossistema é comprovado pela sua extensão a parceiros de prestígio como a BYD em Itália e Espanha, que se juntam a marcas como a Tesla, a Vinfast, a Lucid e a Mazda.

Um marco excecional foi a conclusão da cisão de infraestruturas da Stellantis, que dotou o Grupo de um centro de dados e de uma infraestrutura inteiramente dedicados.

Deve-se destacar também a obtenção da certificação ISO/IEC 27001:2022 em dezembro de 2025, que confirma a solidez do sistema de gestão do Banco e a conformidade com as normas internacionais de proteção de dados.

Paralelamente, prosseguiu a implementação do CRM Salesforce, com o lançamento na Alemanha e na Áustria, e a transformação em sucursais das sociedades na Áustria e na Grécia.

A Drivalia também acelerou a sua transformação através da plataforma pan-europeia Planet, operacional em França para o car sharing e o aluguer, e da integração do SAP S/4HANA para o Leasing Operativo em Itália.

A expansão da plataforma de remarketing Future em mercados como a Dinamarca e a Finlândia sublinha a vontade de criar um ecossistema de mobilidade sem fronteiras, capaz de maximizar o valor do ciclo de vida dos veículos.

Por fim, os projetos-piloto baseados no Google Gemini demonstram a nossa visão: aproveitar a Inteligência Artificial para automatizar processos de baixo valor acrescentado, como a subscrição e o atendimento ao cliente, permitindo que os nossos profissionais se concentrem em atividades de elevado impacto estratégico. Estes resultados são os alicerces de um banco digital e sustentável, orientado para o futuro.

A CONTA CORRENTE REMUNERADA E A EVOLUÇÃO DA OFERTA BANCÁRIA

NOVO GERENTE DE PRODUTOS E SERVIÇOS BANCÁRIOS DA CA AUTO BANK – FABRIZIO JAMES

O setor bancário está a atravessar uma transformação radical e irreversível: as regras do jogo estão hoje a ser reescritas por novos intervenientes digitais que fizeram da rapidez de execução e da transparência as suas vantagens competitivas. Para se afirmar com sucesso neste cenário desafiante, a CA Auto Bank optou por acelerar a sua evolução: já não é apenas líder no financiamento automóvel, mas fornecedora de uma gama completa, inovadora e 100% digital de produtos bancários.

O ponto de viragem desta estratégia é o lançamento da Conta Corrente Remunerada. Este instrumento constitui um ativo estratégico crucial, concebido para maximizar a resiliência e reforçar o posicionamento competitivo no panorama bancário digital.

Em termos operacionais, a nova conta marca a evolução da Conta de Depósito, introduzindo uma novidade: a aplicação da lógica da remuneração à liquidez diária. Do ponto de vista comercial, a conta responde a objetivos precisos e vitais para a sustentabilidade do CA Auto Bank: diversificar e otimizar o mix de financiamento, reduzindo a dependência de fontes externas; fidelizar a base de clientes existente; atrair um novo público «evoluído» que exige soluções bancárias modernas. Através deste canal, o Banco garante uma captação estável e eficiente, elemento indispensável para alimentar a expansão dos volumes de crédito e sustentar a execução do plano industrial.

O valor distintivo deste lançamento reside na sua capacidade de ativar todo o ecossistema do Banco. A conta funciona como um verdadeiro centro comercial que liga e valoriza os outros produtos.

A Conta Corrente Remunerada concretiza a visão de um Banco que cresce, inova e partilha o valor gerado. Com este instrumento, a CA Auto Bank demonstra a agilidade necessária para sustentar a expansão das suas atividades, oferecendo uma experiência de cliente superior e lançando as bases para uma relação de valor recíproco e sustentável ao longo do tempo.

A OPINIÃO DO CLIENTE COMO MOTOR DE CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

GERENTE DE EXPERIÊNCIA DO CLIENTE DA CA AUTO BANK – LAURA GASTALDO

Para a CA Auto Bank, colocar o cliente no centro significa estar atenta às suas expectativas reais, oferecendo personalização, um acesso simples aos serviços bancários e percursos digitais fáceis e intuitivos. Num contexto de mercado em rápida evolução, o envolvimento e a satisfação do cliente representam a força vital do nosso sucesso.

Um cliente satisfeito é um cliente que permanece connosco, recomenda os nossos serviços e apoia ativamente o nosso crescimento. Por este motivo, o Net Promoter Score (NPS) foi elevado a KPI estratégico no âmbito da nossa visão de Grupo, estando intimamente ligado ao desempenho empresarial e sendo monitorizado com atenção.

Ao longo do último ano, implementámos, em todos os países onde a CA Auto Bank opera, um novo sistema de inquérito automatizado, integrado no sistema CRM pan-europeu Salesforce, cujos processos automatizados nos permitem medir o NPS e os nossos indicadores-chave de forma oportuna e consistente, alcançando o cliente em momentos cruciais do ciclo de vida do contrato, desde a ativação até ao pós-venda.

Os resultados deste primeiro ano confirmam a solidez da nossa estratégia. No final de dezembro, o nosso NPS global situou-se em 46, um valor que comprova a fiabilidade dos nossos processos. Paralelamente, o Índice de Satisfação do Cliente (CSI) atingiu uma pontuação de 4,2 em 5, demonstrando que os clientes consideram os nossos processos eficazes e fluidos. Um indicador tangível adicional desta confiança é a elevada propensão à renovação: 8 em cada 10 clientes afirmam estar dispostos a voltar a comprar com a CA Auto Bank.

No entanto, medir não é suficiente. Para enriquecer as nossas análises, utilizamos a Análise de Sentimento dos comentários dos clientes, apoiada pela GenAI, para identificar padrões comportamentais e fatores emocionais que nos permitem ativar ações proativas baseadas nas necessidades reais.

O nosso roteiro rumo à Centricidade do Cliente abrange todo o ecossistema: de facto, lançámos inquéritos dedicados também à rede de concessionários cativos nos principais mercados, para avaliar e reforçar a cooperação com os nossos parceiros, completando assim a visão de ponta a ponta sobre todo o ciclo de vida.

Reforçar o envolvimento do cliente é essencial para construir confiança e apoiar o crescimento do negócio: continuaremos a trabalhar para garantir a coerência entre os mercados e experiências que sejam reconhecidas em todo o lado como simples e de valor.

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTEXTO MACROECONÓMICO, O MERCADO AUTOMÓVEL E OS MERCADOS FINANCEIROS

Os acordos assinados pelos Estados Unidos com a União Europeia, no âmbito da aplicação das novas tarifas comerciais, deram início à definição de um novo quadro para as relações comerciais. No entanto, o panorama está em evolução e a incerteza em torno das políticas comerciais continua a pesar sobre as perspetivas da economia global a médio prazo. No segundo trimestre, o aumento das tarifas já contribuiu para reduzir o comércio internacional, tal como previsto pelos principais analistas. Os efeitos sobre a economia norte-americana têm sido, até agora, limitados: o PIB voltou a crescer, embora num contexto de enfraquecimento do mercado de trabalho. A economia chinesa continua a ser travada pela fraqueza da procura interna. De acordo com as previsões do Fundo Monetário Internacional, na média do bienal 2025-26, o crescimento global será ligeiramente inferior ao de 2024.

Nos meses da primavera, o PIB da zona euro desacelerou significativamente; desapareceu o impulso extraordinário da procura norte-americana que o tinha sustentado no primeiro trimestre, associado à antecipação de compras em vista da entrada em vigor dos direitos aduaneiros. Com base nas estimativas, o crescimento do produto foi modesto também nos meses de verão. De acordo com as projeções mais recentes dos especialistas do Banco Central Europeu, o PIB da zona aumentará pouco mais de 1 por cento ao ano, em média, no triénio 2025-

27. A inflação no consumo situa-se em cerca de 2% desde maio passado; prevê-se uma ligeira descida em 2026, para depois regressar a valores não muito distantes da meta em 2027.

Nas reuniões de julho e setembro, o Conselho do BCE manteve inalteradas as taxas oficiais. Entre maio e agosto, o custo do crédito para as empresas diminuiu ainda mais, em resultado da transmissão da anterior flexibilização da política monetária. Apesar desta descida, a dinâmica do crédito manteve-se moderada, afetada pela fraqueza da procura e pelas tensões comerciais; estas últimas, em particular, levaram a uma reestruturação do financiamento, com uma transferência dos prazos de longo prazo para os de curto prazo.

O PIB da Itália registou uma ligeira descida no segundo trimestre, refletindo a forte queda das exportações, tal como noutros países da região. Com base nas avaliações realizadas, no terceiro trimestre a economia italiana voltou a crescer, embora de forma modesta. Ao novo aumento dos investimentos — graças às condições de financiamento mais favoráveis, aos incentivos fiscais e às medidas relacionadas com o PNRR

—, associou-se a um ligeiro aumento do consumo, impulsionado pela melhoria da confiança das famílias e pela estabilidade dos rendimentos do trabalho. A atividade cresceu nos serviços e na construção, enquanto se manteve fraca na indústria transformadora.

No segundo trimestre, o número de pessoas empregadas permaneceu praticamente inalterado, face a um ligeiro aumento das horas trabalhadas per capita. O crescimento dos salários contratuais abrandou, mantendo-se, no entanto, acima da inflação.

A transmissão das reduções das taxas oficiais para o custo da captação bancária e para o custo do financiamento às empresas prosseguiu. O crédito às sociedades não financeiras voltou a crescer: a evolução dos empréstimos voltou a ser positiva no setor dos serviços e a queda na indústria abrandou.

O quadro de previsões está sujeito a elevada incerteza, atribuível, em particular, à evolução das políticas comerciais e aos conflitos

em curso. O crescimento poderá ser afetado pelos receios quanto às perspectivas das finanças públicas na área do euro e noutras economias avançadas. Por outro lado, uma orientação mais expansionista da política orçamental a nível europeu, associada, em particular, a um aumento significativo das despesas com a defesa, poderá apoiar a atividade económica.

O mercado automóvel na Europa, ao longo do ano de 2025, apresentou uma recuperação lenta, com uma forte transição para a eletrificação, embora se observem dinâmicas contrastantes entre os diferentes canais de venda e os tipos de propulsão.

Na Europa alargada (UE + EFTA + Reino Unido), observou-se um ligeiro aumento de 2,4% em relação a 2024, impulsionado pelos veículos elétricos (BEV e PHEV), que ultrapassam os 60% de quota de mercado.

O ano de 2025 continuou a evidenciar uma forte tendência para as motorizações elétricas, em detrimento dos veículos com motor de combustão interna.

Os veículos híbridos (HEV) continuam a ser o tipo de motorização mais difundido na Europa, atingindo uma quota de mercado de 34%. Enquanto os veículos híbridos plug-in (PHEV) e os veículos totalmente elétricos (BEV) representam 29% da quota de mercado total.

Por outro lado, os automóveis a gasolina e a gasóleo continuam a registar quedas muito significativas; as matrículas do ano registam uma queda a nível europeu de cerca de 20%.

Em resumo, o ano de 2025 assistiu a uma ligeira recuperação do mercado automóvel europeu a nível global, mas com uma transição clara e contínua para as motorizações elétricas (especialmente BEV e híbridas) em detrimento da gasolina e do gasóleo. A situação permanece dinâmica e influenciada por fatores económicos, políticos e pela evolução da oferta dos fabricantes.

O mercado das autocaravanas (campers) na Europa, em 2025, apresenta-se como um setor em fase de maturação e evolução tecnológica, após o crescimento explosivo dos anos pós-pandemia. Embora o volume total de matrículas mostre sinais de estabilização, o valor económico e a inovação tecnológica continuam a impulsionar o setor.

O ano de 2025 confirma a resiliência do setor, embora com diferenças marcantes entre os vários mercados nacionais. Prevê-se que o mercado de autocaravanas tenha um crescimento constante até 2030 (CAGR de 8,5%).

Após um 2024 muito positivo (+9,5% na Europa), os dados de 2025 revelam um abrandamento natural nos novos registos, devido em parte a uma diminuição das compras por parte das frotas de aluguer e ao aumento dos preços dos veículos novos.

A Itália confirma-se como um mercado extremamente dinâmico, com um crescimento das matrículas que roçou os +20% entre 2024 e o início de 2025, consolidando-se como o terceiro maior mercado europeu, a seguir à Alemanha e à França.

2025 foi o ano da qualidade em detrimento da quantidade. Os consumidores procuram veículos mais tecnológicos, fáceis de conduzir e adequados a um estilo de vida ao longo de todo o ano. Apesar dos desafios económicos (preços elevados e taxas de juro), o desejo de liberdade e turismo ao ar livre continua a ser um pilar do consumo europeu.

O mercado europeu de motociclos em 2025 viveu um ano de transição e estabilização, caracterizado por uma contração inicial devido a fatores regulamentares, seguida de sinais de recuperação impulsionados pelo segmento das scooters.

Os pontos-chave da evolução atual foram uma «queda técnica» e o «efeito Euro 5+». Os primeiros meses de 2025 registaram dados negativos em quase todo o continente (com quedas superiores a 10% no primeiro semestre). Este fenómeno é considerado uma «queda técnica» devido ao efeito das auto-matriculações ocorridas no final de 2024; muitos concessionários matricularam em

massa modelos Euro 5 no final de 2024 para antecipar a entrada em vigor da normativa Euro 5+ (obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2025). Isto «inflacionou» os números

de 2024 e esvaziou os armazéns de veículos novos no primeiro trimestre de 2025, tornando a comparação ano a ano aparentemente alarmante, mas fisiológica.

Apesar de um início difícil, a Itália mantém-se como o mercado líder e demonstra uma resiliência superior à média europeia. A queda acumulada foi progressivamente reduzida graças a um verão excelente. A Espanha é o único grande país em contrapontuação positiva, com crescimentos constantes (cerca de +5-8%) que a tornam o motor do mercado europeu. A Alemanha e a França são os mercados que mais sofreram, com quedas de dois dígitos devidas não só à regulamentação, mas também a um abrandamento económico geral e a uma menor confiança dos consumidores.

O mercado está a demonstrar uma estabilização gradual e os especialistas prevêem que 2026 possa trazer de volta um equilíbrio natural entre a oferta e a procura.

O mercado náutico europeu em 2025 atravessou uma fase de normalização e transição, marcada por um contraste nítido entre a solidez dos grandes iates e as dificuldades dos segmentos mais pequenos. Após o boom excecional do período pós-pandémico, o setor enfrenta agora um reajustamento fisiológico.

O mercado avança a duas velocidades diferentes:

- Superiates (>24 metros): Continuam a ser o principal motor do setor, com carteiras de encomendas ainda sólidas que abrangem vários anos. A Itália mantém a liderança mundial neste segmento.
- Náutica de Pequeno e Médio Porte (até 12-15 metros): Este segmento é o que mais sofre. O aumento das taxas de juro e a inflação reduziram o poder de compra dos clientes «entry-level». Muitos concessionários encontram-se com excesso de stock (inventário não vendido) acumulado entre o final de 2024 e o início de 2025.

Enquanto as vendas de barcos novos poderão abrandar, os serviços relacionados crescem: aluguer, gestão de lugares de amarração e remodelação (manutenção e modernização).

2025 é o ano em que a «navegação ecológica» sai do nicho: propulsão elétrica e híbrida em forte crescimento para a navegação costeira e sistemas híbridos para grandes iates.

A escassez de lugares de amarração em áreas premium como o Mediterrâneo continua a fazer subir os preços, influenciando a decisão de compra.

Em resumo, 2025 não foi um ano de crise profunda, mas sim de «regresso à realidade». A procura é mais seletiva e atenta ao valor real e à sustentabilidade tecnológica da embarcação.

FATOS DESTACADOS E OPERAÇÕES ESTRATÉGICAS

CA AUTO BANK GMBH (ÁUSTRIA) & SUCURSAL HELÉNICA

Com efeito a partir de 26 de junho de 2025, a CA Auto Bank S.p.A., já detentora de 50% das participações da sociedade austríaca CA Auto Bank GmbH (com sede na Áustria e que opera também na Grécia através da sua sucursal), adquiriu à CA Consumer Finance S.A. (CAPFM) as restantes participações na sociedade austríaca.

Assim, com efeito a partir da mesma data de 26 de junho de 2025, a CA Auto Bank S.p.A. detém a totalidade das ações do capital social da CA Auto Bank GmbH, tornando-se assim o seu único acionista.

Posteriormente, após a obtenção das autorizações necessárias e a assinatura da respetiva escritura notarial em 11 de dezembro de 2025, a CA Auto Bank S.p.A. concluiu, com efeito a partir de 15 de dezembro de 2025, o processo de fusão transfronteiriça da sua subsidiária austríaca e a respetiva transformação numa sucursal estrangeira direta.

Na sequência da referida fusão, a sucursal grega do banco austríaco foi encerrada, tendo entrado simultaneamente em funcionamento a nova sucursal da CA Auto Bank S.p.A., que opera sob a denominação CA Auto Bank S.p.A. Hellenic Branch, mantendo a sua sede em Atenas.

Esta transformação societária representa um passo significativo no percurso do Banco, com vista a harmonizar a sua presença na Europa. Através da conversão das entidades austríaca e grega em sucursais da CA Auto Bank S.p.A. – um processo já concretizado com sucesso nos anos anteriores noutros mercados, como a Irlanda, a Bélgica, a Polónia, a França, Portugal, a Espanha e a Alemanha –, a CA Auto Bank visa criar uma estrutura organizacional mais ágil e mais integrada. Além disso, esta escolha permite uma sinergia mais direta com a empresa-mãe, tornando ainda mais eficientes os processos organizacionais e de gestão da clientela.

Há muito tempo uma referência no financiamento de veículos, as entidades austríaca e grega construíram ao longo dos anos uma sólida reputação. Hoje, respetivamente como CA Auto Bank S.p.A., Zweigniederlassung Österreich e CA Auto Bank S.p.A. Hellenic Branch, as novas sucursais continuam a ser entre os principais operadores em serviços financeiros para o setor da mobilidade.

As novas filiais gerem as atividades de crédito no respeito pelos princípios de gestão sã e prudente típicos da atividade bancária, apoiando ativamente as operações comerciais e de marketing do Grupo e dos seus parceiros do setor automóvel.

NASCE A CONTA CORRENTE REMUNERADA

Em 2025, a CA Auto Bank introduziu a Conta Corrente Remunerada, um instrumento inteiramente digital que amplia as soluções de gestão de liquidez oferecidas pelo banco.

A nova conta representa a evolução operacional da Conta de Depósito, aplicando a lógica da remuneração também aos montantes disponíveis para utilização diária.

O serviço inclui transferências bancárias normais e instantâneas gratuitas, bem como a possibilidade de domiciliar as contas de serviços públicos. A conta inclui um Cartão de Débito Internacional Virtual Nexi, sem anuidade e habilitado para pagamentos digitais, com cobertura de seguro incluída. A introdução da Conta Corrente Remunerada amplia o ecossistema de serviços financeiros do banco, ativando sinergias técnicas com os produtos já existentes na carteira.

A EVOLUÇÃO ESTRATÉGICA E NOVAS PARCERIAS 2025

Ao longo de 2025, o Crédit Agricole Auto Bank acelerou o seu percurso de transformação, consolidando a sua posição de player de referência no panorama da mobilidade sustentável. O Banco, subsidiário do Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, opera hoje como um banco de mobilidade líder no setor do financiamento e do leasing, caracterizado por um modelo de negócio independente e multimarcas.

Através de uma estratégia específica de expansão geográfica e de uma diversificação constante do portfólio de produtos, o Banco alargou a sua atividade a 19 países europeus e a Marrocos. Esta presença internacional permitiu apoiar eficazmente tanto os grandes fabricantes automóveis globais como os produtores especializados de nicho.

Nesta perspetiva, o ano de 2025 foi marcado pelo reforço de alianças estratégicas com parceiros de renome internacional, com o objetivo de apoiar a entrada de novos intervenientes no mercado europeu e consolidar a presença de marcas icónicas.

Geely Auto: A entrada no Reino Unido

Um dos marcos fundamentais do ano foi a nomeação da CA Auto Finance (filial britânica do Grupo) como parceiro financeiro exclusivo para a estreia da Geely Auto no Reino Unido. Esta colaboração tem como objetivo apoiar o lançamento do SUV elétrico Geely EX5, disponibilizando aos clientes e à rede de vendas soluções financeiras completas, tanto no mercado de retalho como no de grossista.

BYD: Reforço da Parceria Europeia

A colaboração com a BYD (Build Your Dreams), líder mundial em veículos de energia nova (NEV), registou uma evolução importante, nomeadamente:

- Suíça: A CA Auto Bank foi escolhida como novo parceiro financeiro no mercado suíço, fornecendo soluções à medida para toda a gama comercializada, incluindo os modelos BYD SEALION 07, BYD SEAL e BYD SEAL U DM-i. O acordo prevê o apoio tanto aos clientes finais como à rede de concessionários, utilizando uma abordagem digital e multicanal para otimizar a experiência de compra.
- Alemanha: No território alemão, a parceria foi reforçada com a introdução de serviços de financiamento grossista para a rede de vendas. Esta iniciativa é fundamental para promover a expansão da mobilidade elétrica num dos mercados mais importantes da Europa, vindo juntar-se aos produtos de retalho, leasing e seguros já em funcionamento. A aliança com a BYD é agora sólida e está ativa nos principais mercados-chave, incluindo Itália, França, Espanha, Suíça e Alemanha.

Corvette e Hedin Sport Car AB

O Banco consolidou o seu papel no segmento dos automóveis premium através de um acordo estratégico com a Hedin Sport Car AB (parte do Hedin Mobility Group), distribuidor oficial da Corvette na Europa continental. A parceria visa fornecer soluções financeiras dedicadas aos entusiastas da icónica marca americana e apoiar uma rede de cerca de 50 concessionários distribuídos

por 8 países: Bélgica, França, Alemanha, Noruega, Países Baixos, Polónia, Suécia e Suíça.

Caterham Cars: Expansão da Lenda Seven

A parceria com a marca britânica Caterham foi alargada. A parceria, inicialmente em vigor no Reino Unido, foi alargada à Itália e aos principais mercados europeus, incluindo a Áustria, a Bélgica, a França, a Alemanha, Portugal, a Espanha e a Suíça. O objetivo é apoiar as vendas do Caterham Seven através de produtos financeiros personalizados, como o Rateale clássico, o Leasing e o PCP (Personal Contract Purchase).

Desenvolvimento do Mercado Italiano e Novas Marcas

A nível nacional, a CA Auto Bank continuou a investir no reforço do seu ecossistema de parcerias, captando as novas tendências do mercado automóvel italiano.

A colaboração estratégica com o grupo DR Automobiles, do Molise, iniciada em 2022, passou por uma nova fase de desenvolvimento. O acordo, que já abrangia as marcas DR, ICH-X, Sportequipe e EVO, foi alargado às novas marcas Tiger e Birba, nomeadamente:

- Para a marca Tiger, o foco inicial recai sobre o SUV Tiger Six, com planos de extensão futura ao modelo Tiger Eight.
- O Banco apoia o crescimento destas marcas, oferecendo soluções flexíveis que vão desde o pagamento a prestações até ao leasing, destinadas tanto a particulares como a profissionais e à rede de vendas.

Em abril de 2025, entrou em vigor o acordo estratégico com a Chery Finance Service (Chery Holding Group). O acordo, iniciado em Itália com as marcas Omoda e Jaecoo, representa o primeiro passo para a criação de uma joint venture paritária destinada à promoção da mobilidade sustentável em toda a Europa. A oferta inclui produtos financeiros e de seguros tradicionais e inovadores para veículos novos e usados.

O Banco assinou ainda uma parceria exclusiva com a EMC Auto, importador histórico para Itália das marcas EMC e Foton. O acordo centra-se no apoio às redes de concessionários através de soluções vantajosas de financiamento e leasing, nomeadamente:

- No caso da Foton, a colaboração centra-se nos veículos comerciais, em particular nos modelos de pick-up Tunland G7 e Tunland V9 (mild-hybrid).
- No caso da EMC Auto, o apoio diz respeito à gama de SUV da marca.

A CA Auto Bank foi ainda escolhida como parceiro financeiro exclusivo em Itália para a Microlino (Micro Mobility Systems), seguindo o sucesso de uma colaboração semelhante já iniciada no Reino Unido. O acordo abrange os dois modelos principais da gama, o Microlino Standard e o Microlino Light: estes dois quadriciclos elétricos pioneiros, com apenas 2,5 metros de comprimento, representam uma solução ideal para a mobilidade urbana sustentável.

Foi renovado o acordo com a Olmedo Special Vehicles, empresa líder na adaptação de veículos especiais. Esta parceria de uma década centra-se no financiamento de ambulâncias e veículos equipados para o transporte de pessoas com deficiência, confirmando o compromisso do Banco no setor da mobilidade sanitária e dos veículos médicos.

O setor do lazer e os serviços de proteção automóvel constituem pilares fundamentais para garantir uma mobilidade tranquila e completa aos clientes europeus.

A colaboração iniciada em 2015 com o Erwin Hymer Group (EHG), um dos principais fabricantes europeus de caravanas e autocaravanas, prossegue com sucesso. Com base na renovação do acordo, a CA Auto Bank continuará a oferecer soluções financeiras a cerca de 400 concessionários da rede EHG e aos clientes finais em todos os principais mercados europeus. O mercado dos veículos recreativos demonstrou uma vitalidade extraordinária: em 2024, as matrículas na Europa cresceram 5,2%, ultrapassando as 221 000 unidades. Neste contexto, a Alemanha confirma-se como o mercado mais dinâmico, impulsionado por uma forte procura de viagens independentes e em contacto com a natureza.

Em resumo, 2025 atesta a capacidade do Crédit Agricole Auto Bank de se adaptar a um mercado da mobilidade em rápida evolução. Através da ampliação das parcerias com marcas inovadoras e da consolidação nos segmentos tradicionais, o Banco reafirma o seu papel de motor da transição energética e de parceiro de confiança para fabricantes, concessionários e clientes finais em toda a Europa.

O GRUPO DRIVALIA

A Drivalia, empresa de aluguer, leasing e mobilidade do Grupo CA Auto Bank (que opera em dezasseis países), tem a ambição de se tornar um dos principais operadores do setor da nova mobilidade na Europa.

A Drivalia oferece uma gama completa de soluções de mobilidade: desde o car sharing elétrico às assinaturas de automóveis, passando pelo aluguer de todas as durações, destinadas a particulares e empresas de todas as dimensões.

Os serviços de mobilidade do Crédit Agricole Auto Bank chegam à Alemanha: o grupo bancário celebra o seu 100.º aniversário (a 25 de abril) com o lançamento oficial da Drivalia. A nova marca comercial foi introduzida pela CA Auto Bank S.p.A. Niederlassung Deutschland, a filial alemã do CA Auto Bank, parte do grupo Crédit Agricole.

A Drivalia é a marca do banco especializada em leasing full-service e rent-to-rent, consolidando a sua posição de interveniente-chave no setor da mobilidade na Europa.

A Drivalia oferece uma gama de soluções de mobilidade concebidas para responder às necessidades do mercado alemão. Inicialmente, a empresa irá concentrar-se em serviços destinados às empresas, garantindo às empresas de aluguer de automóveis e de assinaturas o acesso a uma frota moderna e diversificada. Entre as soluções propostas, será introduzido um serviço B2B de «rent-to-rent», concebido para apoiar os operadores do setor com um acesso flexível e eficiente aos veículos.

A oferta da empresa continuará a expandir-se com soluções de leasing baseadas na quilometragem e um pacote completo de serviços automóveis, incluindo manutenção, gestão de pneus e reparações. Além disso, para ampliar ainda mais a sua presença, a Drivalia introduzirá soluções de gestão de frotas, confirmando o seu compromisso na criação de um ecossistema de mobilidade completo.

DRIVALIA FUTURE: NASCE A NOVA PLATAFORMA DE COMÉRCIO ELETRÓNICO

A Drivalia renova o mercado de automóveis usados com uma nova plataforma, concebida para oferecer uma experiência de compra totalmente digital, simples e segura. Nasce o e-commerce da Drivalia Future, a marca que dá uma nova vida aos automóveis que chegaram ao fim do contrato de aluguer ou de assinatura.

Inspirada nos princípios da economia circular, a Drivalia Future introduz um modelo mais inovador e acessível, respondendo às necessidades de um mercado de usados em constante crescimento. Em 2024, o setor registou um aumento de 8,3%, com mais de 3,15 milhões de transferências de propriedade em Itália.

A Drivalia responde a esta evolução com uma plataforma de comércio eletrónico que simplifica a compra de automóveis usados, oferecendo uma ampla seleção de veículos de última geração a preços competitivos, submetidos a rigorosas inspeções e acompanhados de fichas detalhadas, com fotos e todas as informações necessárias para uma experiência de compra transparente e segura.

Um ponto forte adicional é a integração do CA Auto Pay, o novo e inovador sistema de pagamento desenvolvido pelo CA Auto Bank. Com o CA Auto Pay, os clientes podem reservar o veículo escolhido com um simples clique e aceder a um financiamento instantâneo graças à função de crédito instantâneo, garantindo uma transação rápida e sem interrupções.

O processo de compra é simples e intuitivo: depois de selecionar o veículo, é possível reservá-lo imediatamente através do CA Auto Pay ou por transferência bancária. Após a reserva, terá cinco dias para concluir a compra, durante os quais o cliente poderá carregar os documentos necessários e escolher a forma de entrega, incluindo a opção de receber o carro diretamente em casa. Concluída a encomenda, o veículo estará pronto para ser levantado numa loja Drivalia Future ou entregue em casa.

Graças à Future, a empresa de aluguer e mobilidade do Grupo CA Auto Bank promove uma reutilização responsável da sua frota, contribuindo assim para uma economia mais sustentável.

Após o lançamento em Itália, a plataforma de comércio eletrónico será implementada nos próximos meses também nos outros mercados europeus onde a Drivalia Future opera.

PERSPETIVAS PARA 2026

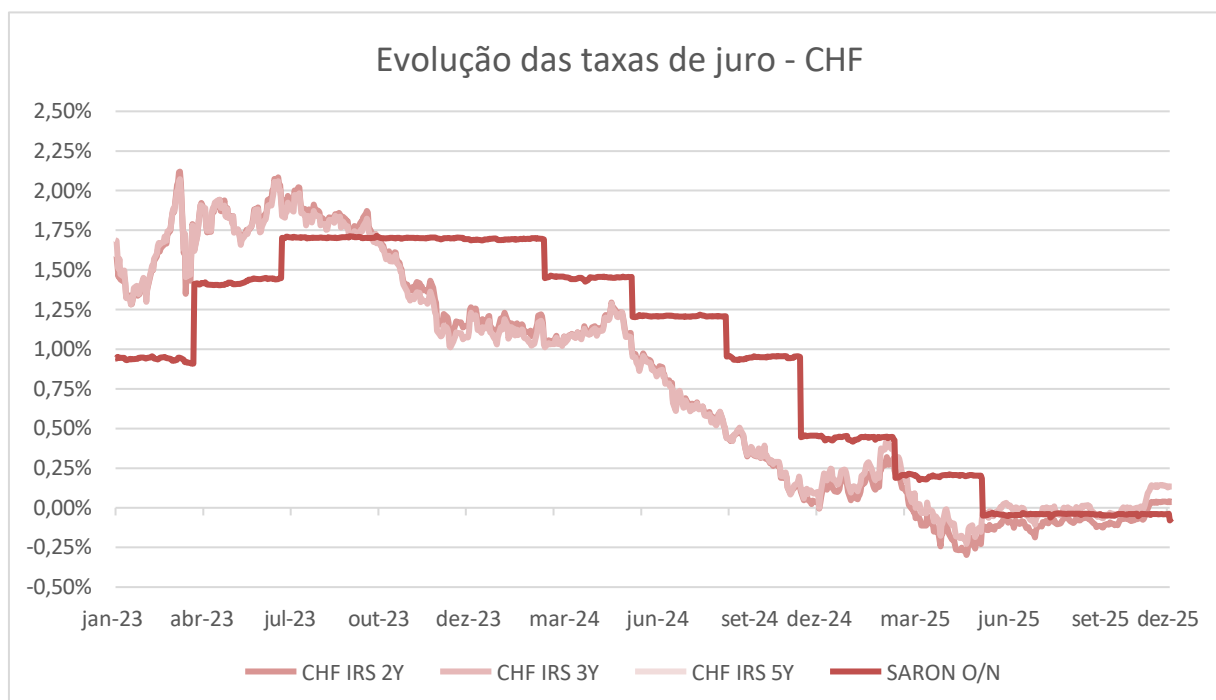
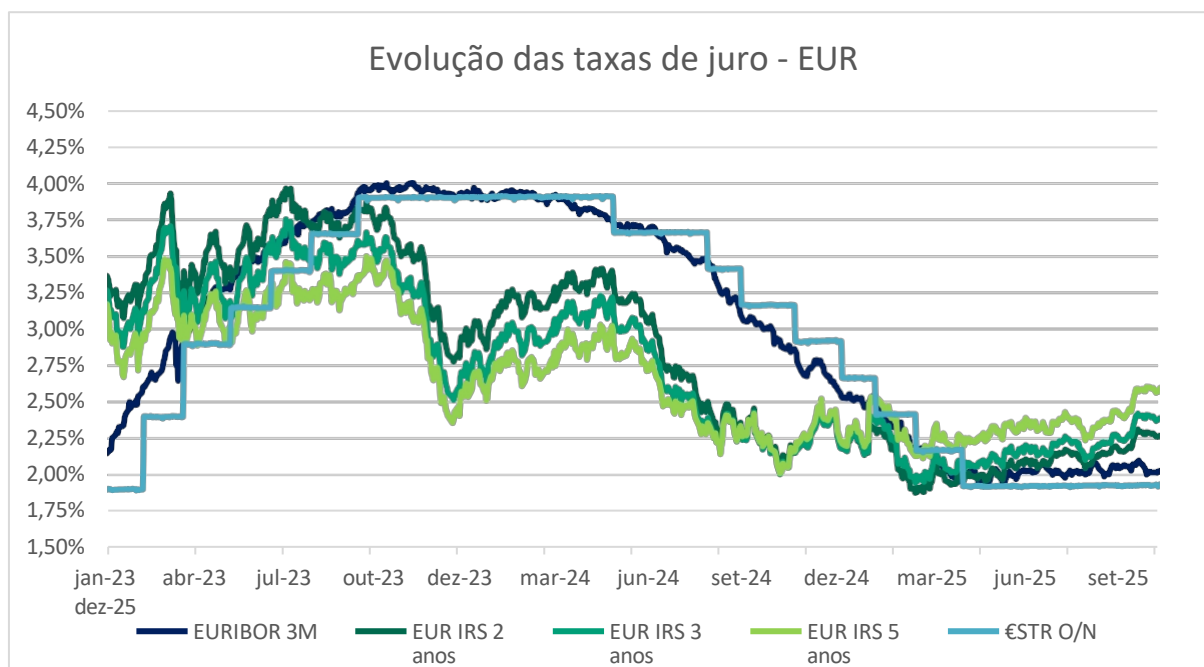
A atividade comercial registou uma redução ao longo deste ano, em comparação com o ano anterior. Apesar disso, os resultados financeiros continuam a ser de grande relevância, com um resultado líquido de 174 milhões de euros.

Com a conclusão da definição das novas estruturas societárias, o Grupo CA Auto Bank continuará a desenvolver ofertas de financiamento no âmbito dos Acordos de Marca Branca existentes e futuros. Esta transição de «banco cativo» para «banco de marca branca» foi concluída, uma vez que, atualmente, os empréstimos no final do período são constituídos quase inteiramente por «marca branca».

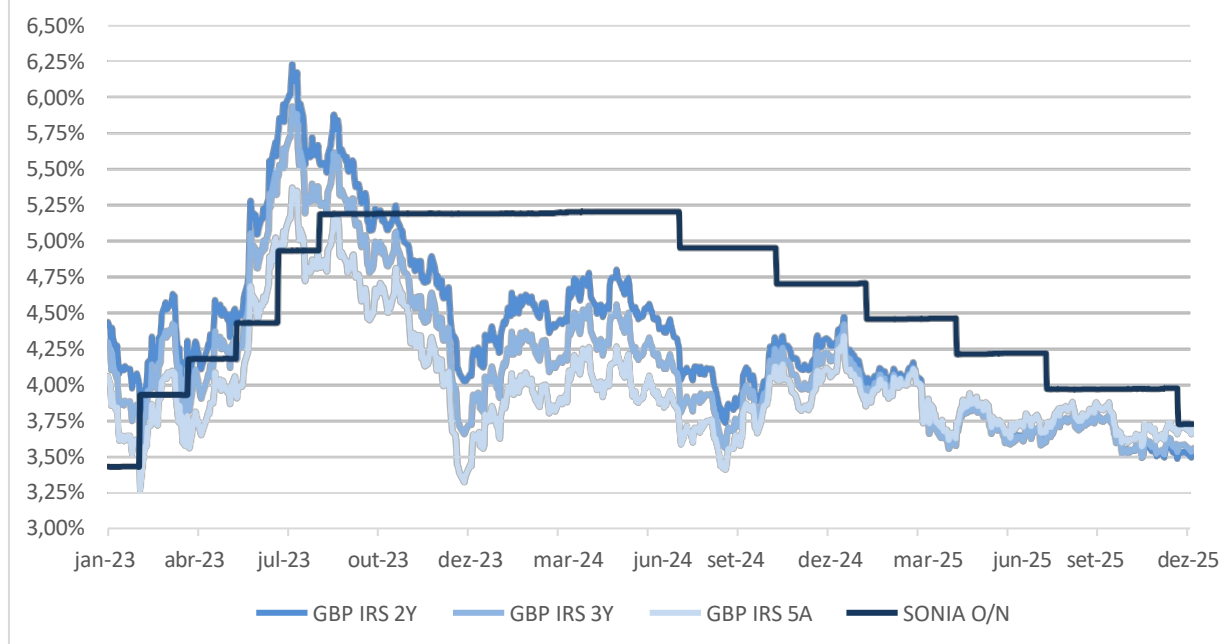
No atual contexto económico, o regresso a uma situação pré-crise continua a ser determinante, mas ainda incerto, sobretudo no que se refere à retoma a pleno regime da produção industrial do setor automóvel. Neste quadro económico, o Conselho de Administração considera que a sólida estrutura financeira e organizacional da CA Auto Bank torna o Grupo pronto para reagir a um eventual agravamento das condições em que opera e, ao mesmo tempo, preparado para aproveitar as oportunidades que possam surgir.

POLÍTICA FINANCEIRA

A seguir são apresentadas as evoluções das taxas de juro relativas às principais moedas europeias:



Evolução das taxas de juro - GBP



A função de Tesouraria assegura a gestão da liquidez e dos riscos financeiros a nível do Grupo, em conformidade com as políticas de gestão de risco estabelecidas pelo Conselho de Administração.

A estratégia financeira do Grupo tem como objetivos:

- manter uma estrutura estável e diversificada das fontes de financiamento;
- gerir o risco de liquidez;
- minimizar a exposição aos riscos de variação das taxas de juro, de câmbio e de contraparte, no âmbito dos limites estabelecidos e pré-definidos, e, em qualquer caso, em conformidade com as disposições regulamentares, quando aplicáveis.

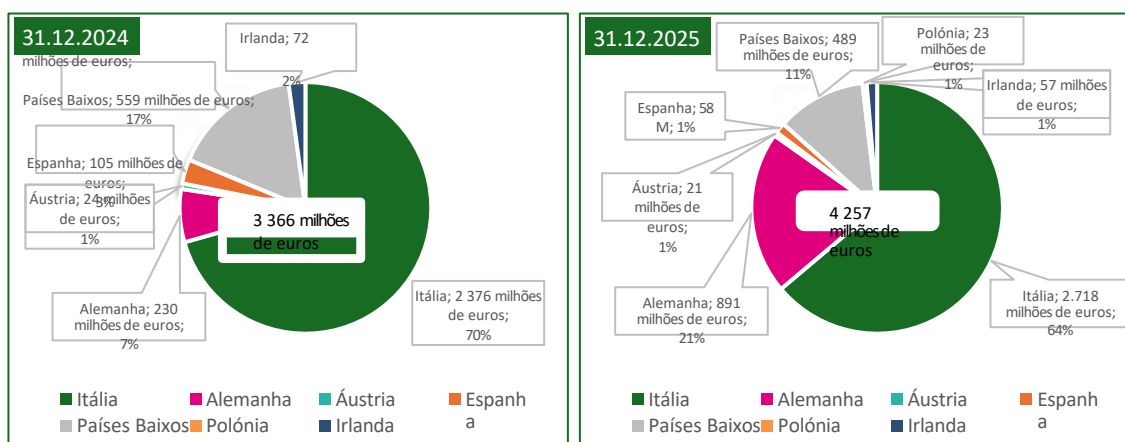
Ao longo de 2025, a atividade de Tesouraria garantiu os recursos necessários para financiar as atividades do Grupo.

As atividades mais importantes realizadas ao longo de 2025 foram:

- uma emissão obrigacionista pública e uma privada ao abrigo do programa EMTN em euros, cotadas pela CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa) respetivamente em janeiro e fevereiro de 2025, num montante total de 650 milhões de euros e com vencimento, respetivamente, em janeiro de 2028 e novembro de 2027;
- a primeira emissão de obrigações verdes do CA Auto Bank (através da sua sucursal irlandesa) no valor de 500 milhões de euros, no âmbito do programa EMTN em euros, com vencimento a 27 de junho de 2025 e data de liquidação em julho. As receitas desta operação – que obteve um sucesso notável no mercado – serão destinadas ao financiamento e refinanciamento de veículos elétricos, tal como definido no «Green Bond Framework» do Grupo Crédit Agricole;
- a colocação de Euro Commercial Papers num montante total de 66 milhões de euros;
- a conclusão de uma operação AT1, sob a forma de empréstimo, subscrita na totalidade pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility em março de 2025, num montante total de 300 milhões de euros, o que elevou para 900 milhões de euros o total dos instrumentos de capital AT1. Estes instrumentos permitiram à CA Auto Bank reforçar ainda mais o seu rácio Tier 1;

- a conclusão de uma operação Tier 2, também sob a forma de empréstimo, subscrita na totalidade pelo acionista direto em fevereiro de 2025, no valor de 250 milhões de euros e com uma duração de 10 anos, com possibilidade de reembolso antecipado após 5 anos. Simultaneamente, a CA Auto Bank reembolsou antecipadamente à Crédit Agricole Personal Finance & Mobility um empréstimo Tier 2 existente que tinha sido subscrito em novembro de 2017 no valor de 204 milhões de euros. Esta operação, que elevou para 500 milhões de euros o total dos instrumentos de capital Tier 2 emitidos pela CA Auto Bank, permitiu reforçar ainda mais o rácio de capital total;
- a colocação, por via privada, de uma emissão de obrigações Senior Non-Preferred com vencimento em junho de 2025, num montante total de 150 milhões de euros, inteiramente subscrita pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility e com vencimento em 2028. Esta operação, que se soma aos 1.150 milhões de euros de Senior Non-Preferred emitidos entre 2023 e 2024, permitiu ao CA Auto Bank aumentar o montante das responsabilidades elegíveis para o bail-in, em proteção dos seus credores seniores;
- a reestruturação e a colocação no mercado pela CA Auto Bank S.p.A., em novembro de 2025, da operação A-Best Twenty-Four (relativa a carteiras de crédito italianas), num total de títulos colocados no valor de 882 milhões de euros;
- a liquidação, em março de 2025, da operação A-Best Twenty, uma operação de titularização originada em 2021 e tendo como garantia empréstimos a prestações originados em Espanha pela CA Auto Bank S.p.A.;
- a renovação do compromisso no âmbito da titularização privada RAST, originada pela Ferrari Financial Services GmbH e tendo como garantia empréstimos para aquisição de automóveis originados no Reino Unido, até um montante máximo de 525 milhões de libras esterlinas;
- a renovação do compromisso no âmbito da titularização privada Nixes 6, tendo como garantia empréstimos para aquisição de automóveis originados no Reino Unido, até um montante de 900 milhões de libras esterlinas;
- a renovação ou a celebração de novas linhas de crédito com bancos terceiros (excluindo o Grupo Crédit Agricole) num montante total de cerca de 1,5 mil milhões de euros;
- o lançamento da «Conto Remunerato», a nova conta corrente da CA Auto Bank que oferece aos seus clientes uma ampla gama de serviços bancários, garantindo uma remuneração competitiva dos saldos;
- o aumento da captação de recursos do público pela CA Auto Bank S.p.A., com um montante total de depósitos em 31 de dezembro de 2025 de cerca de 4,3 mil milhões de euros.

Ao longo do ano, a captação de depósitos foi alargada, através da plataforma do parceiro Raisin, à Polónia e à Alemanha, país onde o Grupo já operava através do seu canal direto.

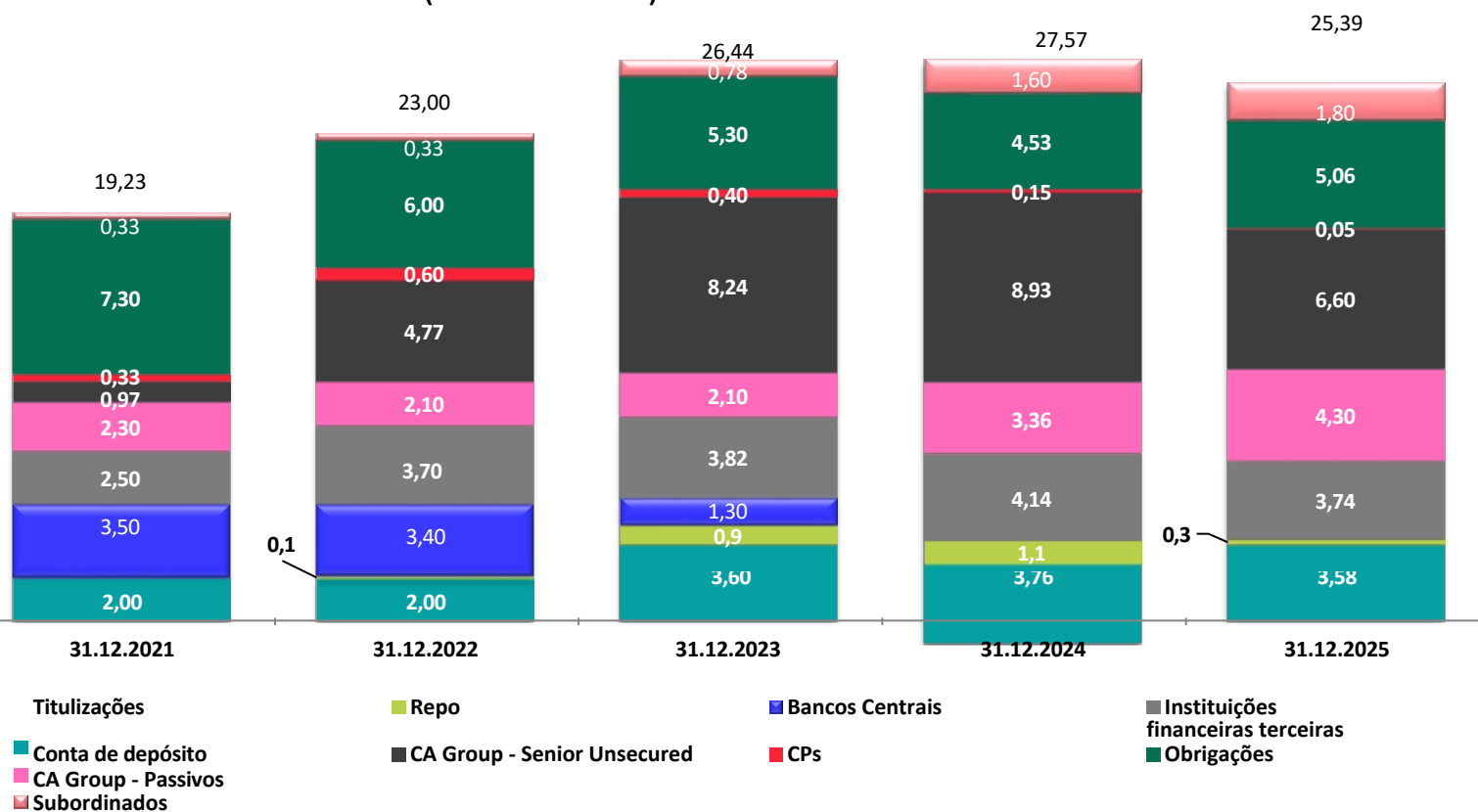


A ESTRUTURA DAS FONTES DE FINANCIAMENTO E DO PASSIVO

A estrutura das fontes de financiamento e do passivo em 31 de dezembro de 2025 é composta conforme indicado na tabela seguinte:

Descrição	% do total das fontes de financiamento externas	% do total do passivo do balanço
Grupo Crédit Agricole - Senior Unsecured	26%	21%
Grupo Crédit Agricole - Passivos Subordinados	7%	6%
Instituições financeiras terceiras	15%	12%
C/ Depósito	17%	14%
Titulizações	14%	11%
MTN	20%	16%
Papel comercial	0%	0%
Titulos a prazo	1%	1%
Capital próprio		14%
dos quais AT1		3%
Passivos não financeiros		6%
Total	100%	100%

Fontes de financiamento externas (milhões de €)*



* Desde o final do ano de 2020, o financiamento no final do período já não inclui a dívida do Grupo Leasys, que foi vendido a 21 de dezembro de 2022.

O gráfico demonstra como a estratégia de diversificação das fontes de financiamento se consolidou na sequência da aquisição pelo Grupo Crédit Agricole, em resultado da qual o apoio financeiro por parte do acionista aumentou consideravelmente; este, como prova da importância estratégica do investimento, reforçou ainda mais a estrutura patrimonial através da subscrição (por parte da Crédit Agricole Personal Finance & Mobility) de três empréstimos AT1 (instrumento de capital Additional Tier 1) no valor total de 900 milhões de euros e de dois empréstimos Tier 2 no valor total de 500 milhões de euros.

Além disso, ao longo de 2025, foi emitida uma operação de obrigações intragrupo do tipo Senior Non-Preferred, num total de 150 milhões de euros, o que aumentou o montante total destes títulos para 1,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025. O conjunto destas operações permitiu ao Grupo CA Auto Bank continuar a garantir a liquidez de apoio ao negócio, reforçando simultaneamente o perfil do passivo.

A GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

As políticas de gestão do risco de taxa de juro, destinadas a proteger a margem financeira dos impactos das variações das taxas de juro, prevêm o alinhamento do perfil de vencimento das passivas com o perfil de vencimento da carteira de ativos (determinados com base na data de recálculo das taxas de juro). Salienta-se que as políticas de gestão de risco do Grupo permitem a utilização de operações com instrumentos derivados de taxa de juro exclusivamente para fins de cobertura.

O alinhamento dos perfis de vencimento das taxas é realizado através da utilização de instrumentos derivados de maior liquidez, tais como Interest Rate Swaps; ocasionalmente, são também utilizados Forward Rate Agreements. Salienta-se que as políticas de gestão de risco do Grupo não permitem a utilização de instrumentos que não sejam «plain vanilla», tais como, por exemplo, derivados de tipo exótico.

A estratégia seguida ao longo do ano conduziu a uma cobertura constante e sempre dentro dos limites impostos pelas políticas de cobertura do risco em questão, neutralizando praticamente os efeitos da volatilidade das taxas de juro de mercado.

Em termos de risco cambial, a política do Grupo não prevê a assunção de posições em moeda estrangeira. Por conseguinte, a carteira em moedas diferentes do euro é normalmente financiada na moeda correspondente; quando tal não for possível, a redução do risco é obtida através da utilização de swaps cambiais. Salienta-se que as políticas de gestão de risco do Grupo permitem a utilização de operações cambiais exclusivamente para fins de cobertura.

A exposição ao risco de contraparte é minimizada, de acordo com os critérios definidos pelas políticas de gestão de risco do Grupo, através da gestão dos excedentes de liquidez mediante a manutenção de recursos na conta corrente aberta junto do banco central e através de uma gestão da conta corrente repartida por várias contrapartes bancárias de primeira linha; a utilização limitada de instrumentos de investimento de muito curto prazo deve-se principalmente a eventuais depósitos de curto prazo e a operações de «pronto contra prazo» cujo subjacente consiste exclusivamente em títulos do Tesouro; no que diz respeito às operações com derivados sobre taxas de juro (celebradas exclusivamente ao abrigo de contratos-tipo ISDA), o risco de contraparte é gerido através dos mecanismos de compensação, nos termos da regulamentação EMIR.

A estratégia seguida ao longo do ano conduziu a uma cobertura constante e sempre dentro dos limites impostos pelas políticas de cobertura do risco em questão, neutralizando praticamente os efeitos da volatilidade das taxas de juro de mercado.

OS PROGRAMAS E AS EMISSÕES DA CA AUTO BANK

As emissões do Grupo CA Auto Bank são geridas, conforme detalhado na tabela seguinte, através de:

- o programa de emissão de Euro Medium Term Notes (EMTN) cujo emitente é a CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2025, o valor nominal agregado máximo do programa é de 12 mil milhões de euros, enquanto o das emissões de obrigações em circulação é de cerca de 4,3 mil milhões de euros no que diz respeito às emissões denominadas em euros, aos quais se somam os 400 milhões de libras esterlinas emitidos em dezembro de 2023. Às emissões de títulos e ao programa foi atribuída a notação de risco de longo prazo da CA Auto Bank S.p.A. pela Moody's e pela Fitch;
- obrigações autônomas denominadas em francos suíços, tendo como emitente a CA Auto Finance Suisse S.A. e como garante a CA Auto Bank S.p.A. Em 31 de dezembro de 2025, encontram-se em vigor duas emissões de obrigações num total de 285 milhões de francos suíços. Aos títulos foi atribuída a notação de risco de longo prazo da CA Auto Bank S.p.A. pela Moody's e pela Fitch;
- o programa de emissão de Euro Commercial Paper de curto prazo, tendo como emitente a CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa). Em 31 de dezembro de 2025, o programa tinha um valor nominal agregado máximo de 1.250 milhões de euros, dos quais 50 milhões de euros foram utilizados. Ao programa é atribuída a notação de risco de curto prazo da CA Auto Bank S.p.A. pela Moody's;
- cinco emissões de obrigações Senior Non-Preferred num montante total de 1.300 milhões de euros, integralmente subscritas pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility e com vencimento em 2026, 2027, 2028 e 2029, que permitem à CA Auto Bank beneficiar de uma reserva adicional de passivos elegíveis para o bail-in, para proteção dos seus credores seniores;
- duas emissões de credit-linked notes, no âmbito de duas operações de titularização sintética realizadas no mês de abril de 2023, relativas, respetivamente, a créditos a prestações e leasing a particulares, créditos a prestações e leasing a PME, originados em diversas jurisdições europeias, num montante total em 31 de dezembro de 2025 de 174,6 milhões de euros, o que representa uma redução de 160,5 milhões de euros em relação a 31 de dezembro de 2024.

OS PROGRAMAS E AS EMISSÕES DE CA AUTO BANK

Emitente	Instrumento	ISIN	Moeda	Data de liquidação	Data de vencimento	Montante (milhões)
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2633552026	EUR	08-jun-23	08-jun-26	600
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Particular	XS2708354811	EUR	25 de outubro de 2023	25 de janeiro de 2027	650
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2729355649	GBP	06 de dezembro de 2023	06-dez-26	400
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2752874821	EUR	26 de janeiro de 2024	26 de janeiro de 2026	900
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2800653581	EUR	12 de abril de 2024	12 de abril de 2027	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2843011615	EUR	18 de julho de 2024	18 de julho de 2027	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS2901447016	EUR	27 de janeiro de 2025	27 de janeiro de 2028	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Público	XS3003221077	EUR	13 de fevereiro de 2025	13 de novembro de 2027	150
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Particular	XS3108521124	EUR	07 de julho de 2025	07-jul-28	500
CA Auto Bank S.p.A. - Sucursal na Irlanda	Particular	XS3197739322	EUR	30 de setembro de 2025	29 de setembro de 2025	50
CA Auto Finance Suisse SA	Público	CH1264887444	CHF	20 de julho de 2023	20 de julho de 2026	160
CA Auto Finance Suisse SA	Público	CH1325037047	CHF	14 de maio de 2024	14 de maio de 2027	125
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	IT0005566473	EUR	29 de setembro de 2023	29 de setembro de 2029	450
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	IT0005602286	EUR	28 de junho de 2024	28 de setembro de 2026	250
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	IT0005602633	EUR	05-jul-24	05-out-27	250
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	IT0005627978	EUR	17-dez-24	17 de março de 2028	200
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	IT0005657215	EUR	26 de junho de 2025	26 de junho de 2028	150
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	XS2608628124	EUR	06-abr-23	27 de outubro de 2031	129
CA Auto Bank S.p.A.	Particular	XS2608629445	EUR	06-abr-23	27 de outubro de 2031	45

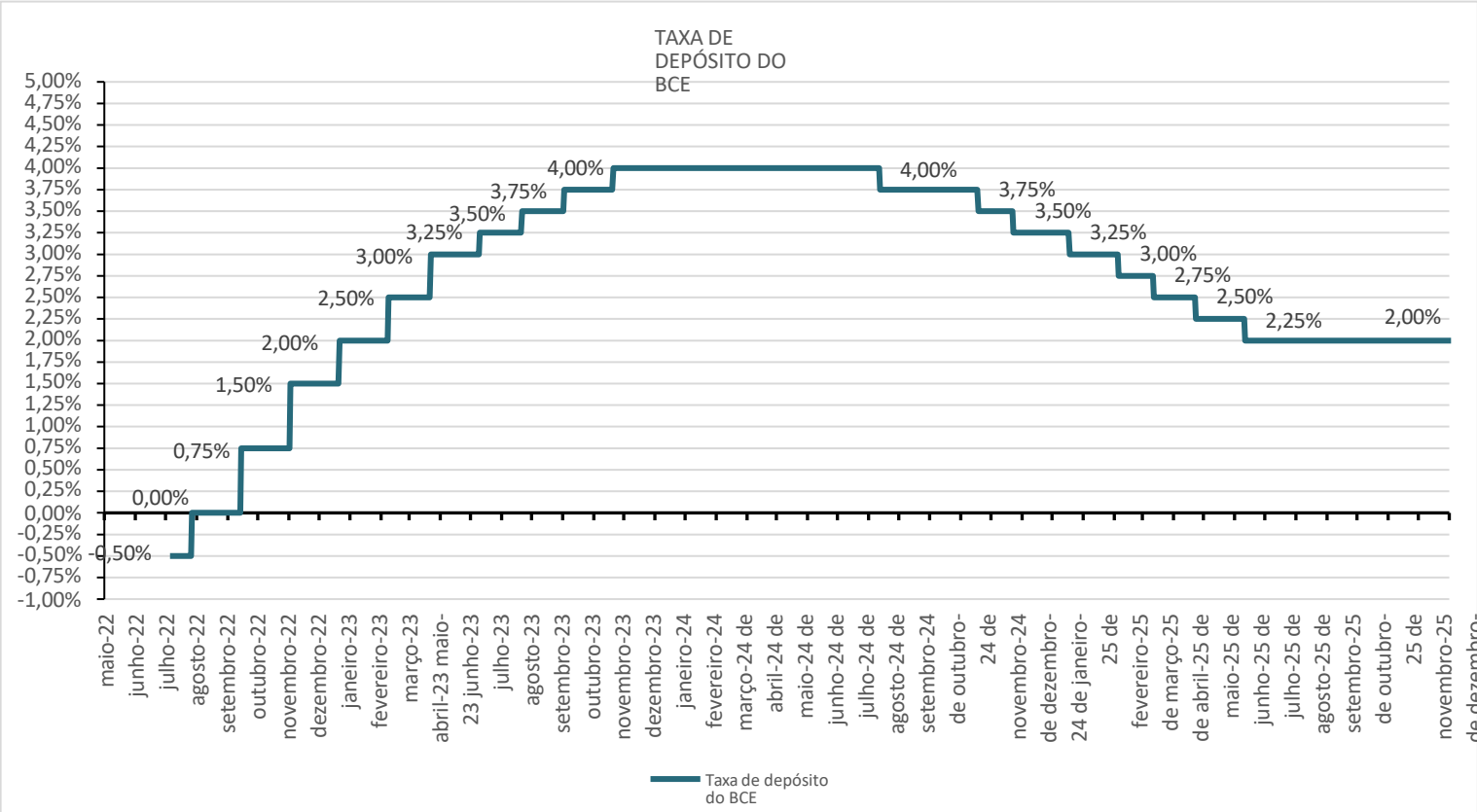
RATING

Em setembro de 2025, na sequência de uma ação semelhante relativa à notação da Itália, a Fitch melhorou a notação da CA Auto Bank, elevando-a para «A» com perspetiva estável, face à anterior «A-» com perspetiva positiva.

Em novembro de 2025, na sequência de uma ação semelhante sobre a notação da Itália, também a Moody’s melhorou a notação da CA Auto Bank, elevando-a para «A3» com perspetiva estável, de «Baa1» com perspetiva positiva.

As notações atribuídas ao CA Auto Bank à data de publicação dos resultados em 31 de dezembro de 2025 são, portanto, as seguintes:

Empresa	Classificação de longo prazo	Perspetiva a longo prazo	Classificação de curto prazo	Perspetiva a curto prazo	Perspetiva
Moody's Investors Service	A3	Estável	P-2	A3	Estável
Fitch Ratings	A	Estável	F1	A	-



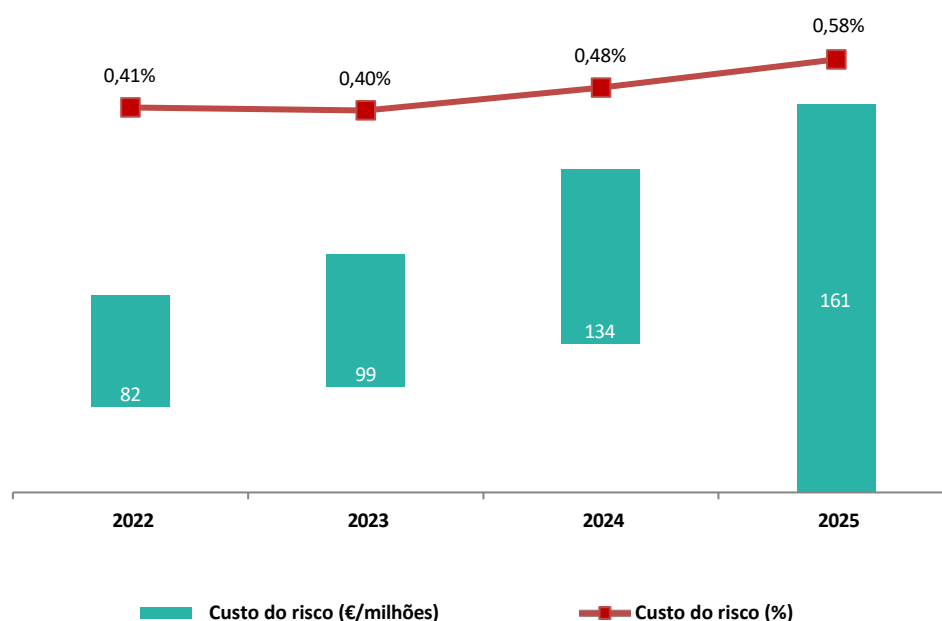
CUSTO DO RISCO E QUALIDADE DO CRÉDITO

CUSTO DO RISCO

O desempenho do custo do risco do CA Auto Bank resulta de fatores como:

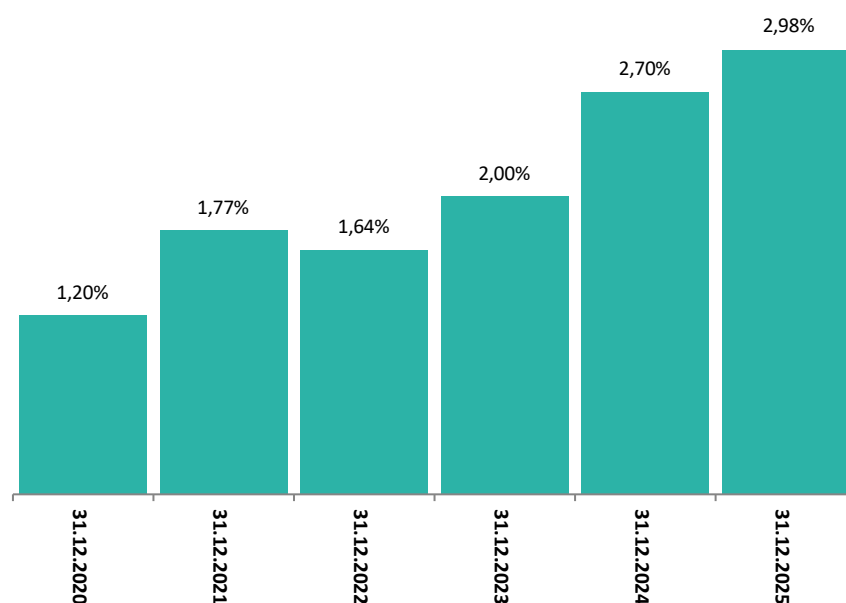
- atividades principais de apoio financeiro à rede de concessionários, corretores e importadores, bem como ofertas de mobilidade para os clientes finais;
- políticas de crédito conservadoras em matéria de aceitação, apoiadas por notações, pontuações e motores de decisão;
- monitorização do desempenho de crédito com deteção atempada de situações de deterioração do desempenho através de indicadores de alerta precoce;
- ações eficazes de cobrança de créditos.

Para 2025, o desempenho do custo de risco situa-se em 0,58% dos empréstimos médios, em crescimento em relação ao ano passado, tanto na linha de Financiamento por Grosso, principalmente devido a dificuldades em alguns setores (por exemplo, Lazer e Aluguer de Automóveis na Alemanha), como no negócio de Retalho, impulsionado sobretudo por alguns setores específicos, como o de Camiões ou Empresas em geral.



Os dados de 2022 foram recalculados excluindo os valores da Leasys para garantir a homogeneidade da comparação.

Créditos deteriorados brutos



O nível dos NPL (créditos de cobrança duvidosa) é de 2,98%, em alta em relação aos resultados do final de 2024 (2,70%), mas a um ritmo mais lento do que em 2023, o que confirma que todas as medidas implementadas nos mercados CAAB (revisão dos processos de cobrança e recuperação, abatimento, etc.) estão a contribuir para que o stock de NPL não aumente tão rapidamente como aconteceu em 2023-2024. Além disso, a percentagem de NPL de 2025 é também influenciada pela diminuição dos empréstimos em relação a 2024, devido ao reforço das regras na fase de aceitação, com vista a obter uma melhor qualidade da nova produção.

O aumento registado nos anos anteriores esteve relacionado principalmente com a evolução do contexto macroeconómico, caracterizado por uma inflação generalizada, bem como com a mudança do modelo de negócio (ou seja, a transformação do CA Auto Bank de banco cativo da Stellantis para banco independente e multimarcas), o que levou o CA Auto Bank a operar em novos setores em relação ao passado, caracterizados por uma maior componente de risco e por um perfil de risco diferente da clientela.

FINANCIAMENTOS A RETALHO

Em 2025, o custo do risco da linha de negócio de Crédito a Particulares situou-se em 0,63% do volume médio de crédito concedido, ficando um ponto base acima do previsto no orçamento.

Estes resultados devem-se principalmente ao mercado italiano, onde o custo do risco se manteve constantemente abaixo do orçamento ao longo de 2025, graças tanto às medidas implementadas para melhorar a qualidade da nova produção (reforço das regras na fase de aceitação) como às ações de cobrança de dívidas levadas a cabo com o objetivo de abrandar a deterioração do envelhecimento da carteira. De facto, na sequência da diferente composição da produção após a separação da Stellantis

- que registou um aumento do financiamento de veículos usados, geralmente mais arriscados do que o de veículos novos
- e num contexto de inflação generalizada, foram ativados vários planos de ação transversais a nível do mercado.

FINANCIAMENTOS WHOLESALE

O custo do risco da linha de negócio Financiamentos por Grosso situa-se em 0,47%, registando um aumento em relação a 2024, quando era igual a 0,10% dos créditos médios no final do ano.

O aumento em relação ao fecho do exercício anterior deve-se principalmente às dificuldades encontradas em alguns segmentos de negócio, em particular nos setores de Lazer e Aluguer de Automóveis na Alemanha, bem como ao atual contexto macroeconómico.

A provisão Wholesale continua a incluir, num montante de 6,2 milhões, a componente relacionada com os efeitos negativos esperados decorrentes da atual situação económica/política com impactos na economia europeia, em particular devido à dificuldade no abastecimento de matérias-primas, que se repercute diretamente no mercado automóvel e, consequentemente, na «rede de concessionários».

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 2025, considerou-se ainda oportuno confirmar a aplicação de ajustamentos adicionais à carteira de atacado, o que implicou o registo de maiores correções de valor, num total de 2,7 milhões, em comparação com as perdas esperadas quantificadas com base no modelo em uso.

No que diz respeito ao modelo de imparidade IFRS 9 Wholesale, remete-se para a Parte E, secção 2.3, parágrafo «Utilização de ajustamentos pós-modelo e sobreposições de gestão».

MODELOS DE SCORING PARA A AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO «RETAIL»

O processo de avaliação da solvabilidade das contrapartes «retail», definido nas Orientações de Crédito do Grupo CA Auto Bank, prevê, entre os principais fatores decisórios, o resultado dos scorecards.

Os scorecards são modelos estatísticos destinados a estimar a probabilidade de risco associada ao pedido de financiamento: através da aplicação do valor-limite aprovado, o pedido será classificado na área de recusa ou de aceitação.

A utilização de modelos estatísticos garante uma avaliação objetiva, transparente, estruturada e homogênea de todas as informações relativas ao cliente e ao pedido recebido.

A avaliação da solvabilidade baseia-se em estratégias que combinam os resultados dos scorecards, os resultados de bases de dados externas (por exemplo, agências de notação de crédito, notações externas, etc.) e a aplicação de regras que regem a concessão de crédito (tais como, por exemplo, a verificação de eventos negativos externos, o estado dos riscos internos, etc.). Nos casos em que está prevista a intervenção de um analista de crédito, o resultado das estratégias pode ser confirmado ou revisto em casos justificados.

Atualmente, no Grupo CA Auto Bank são utilizados 26 scorecards de aceitação, diferenciados por país, tipo de clientela e, sempre que possível, antiguidade do bem e tipo de produto. Exclusivamente no mercado italiano, está também em uso um scorecard antifraude.

No modelo organizacional adotado pela CA Auto Bank, destinado a melhorar o nível de serviço da Matriz em relação às empresas do Grupo, a função central de crédito é responsável, para todos os mercados:

- realizar o desenvolvimento estatístico dos scorecards utilizados no processo de crédito (aprovação, combate à fraude, cobrança) e definir o valor-limite que determina a área de aprovação/rejeição com base na apetência pelo risco da CA Auto Bank, bem como gerir o respetivo processo de tomada de decisão;
- definir o âmbito em que se aplica uma avaliação automatizada da solvabilidade;
- monitorizar os próprios scorecards e propor ações corretivas caso se verifique uma deterioração da capacidade preditiva;
- elaborar os procedimentos e manuais operacionais do Grupo relativos aos scorecards de crédito

e – atualmente para os mercados da Itália, França, Polónia, Portugal e Espanha – de gerir e manter o motor de decisão, com desenvolvimentos em curso na Alemanha e na Áustria para o canal de comércio eletrónico.

Do ponto de vista quantitativo, durante a segunda metade de 2025, para a linha de negócio de Financiamento e Leasing, foi implementado o novo scorecard para clientes particulares em França, o novo scorecard para clientes empresariais em Portugal e o ajuste fino do scorecard para clientes empresariais na Alemanha. Foram concluídos e aprovados os ajustes finos do scorecard para clientes particulares na Polónia, no Reino Unido e na Bélgica. Além disso, foi concluído o desenvolvimento do primeiro scorecard baseado em modelos de machine learning para a clientela empresarial na Polónia, e está em curso o desenvolvimento do scorecard para prever a probabilidade de recuperação de créditos durante o processo de litígio em Itália.

De acordo com o novo procedimento aprovado pelo Conselho de Administração em dezembro de 2025, os resultados do acompanhamento dos scorecards, a cargo da função central de Crédito, são apresentados trimestralmente ao Comité de Validações e Backtestings e ao Comité Interno de Crédito da Sede, e duas vezes por ano ao Comité de Risco e Auditoria e ao Conselho de Administração, com o objetivo de avaliar a adequação dos scorecards e apresentar, quando necessário, as ações corretivas

planeadas.

**Projeto de
orçamento**

MODELOS DE RATING PARA A AVALIAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO «CORPORATE»

A avaliação das contrapartes «corporativas» baseia-se na utilização combinada de dois sistemas, desenvolvidos pelas funções técnicas da CA Auto Bank (sistema SES) e pelo acionista Crédit Agricole S.A. (sistema ANADEFI).

A partir de abril de 2025, a Classificação Anadefi será a única classificação interna utilizada para efeitos de avaliação da clientela corporativa por todas as entidades da CA Auto Bank; essa mesma classificação determina as delegações de poderes para efeitos de concessão de crédito.

O sistema SES é utilizado para processar os dados necessários para obter a classificação Anadefi de cada contraparte e a consequente gestão dos limites de crédito (plafond) aprovados para cada produto de crédito.

O sistema ANADEFI, alimentado por informações provenientes do sistema SES, tem como objetivo determinar a solvabilidade através de um modelo estatístico que analisa os aspetos económicos, patrimoniais e qualitativos/comportamentais da contraparte, tendo em conta o impacto da probabilidade de incumprimento e de eventuais eventos de incumprimento, bem como a pertença da contraparte a um grupo económico.

A classificação Anadefi avalia a solvabilidade dos clientes empresariais, permitindo às empresas do grupo Crédit Agricole S.A. (entre as quais a CA Auto Bank) definir as condições de acesso ao crédito para as empresas, distinguindo entre os clientes mais sólidos (faixa A) e aqueles com perfis de risco mais elevados (faixa E-).

As regras de crédito e as delegações de poderes associadas à classificação ANADEFI para o Corporate Business são reguladas nas CA Auto Bank Group Credit Guidelines, aprovadas pelo Conselho de Administração.

QUALIDADE DO CRÉDITO

EMPRÉSTIMOS NO FINAL DO PERÍODO (€/000)

DESCRIÇÃO	31/12/2025			31/12/2024		
	Exposição bruta	Correções de valor totais	Exposição líquida	Exposição bruta	Ajustamentos de valor totais	Exposição líquida
- Exposições vencidas não deterioradas	752 884	(41.514)	711 370	667 642	(47.759)	619 883
- Outras exposições não deterioradas	26 870 537	(75.778)	26 794 759	28 372 125	(109 659)	28 262 466
Créditos não deteriorados	27 623 421	(117.291)	27 506 130	29 039 767	(157 418)	28 882 349
Créditos em incumprimento	849 171	(330 506)	518 667	806 978	(298 996)	507.982
Total	28 472 592	(447.797)	28 024 796	29.846.745	(456.413)	29 390 332

DESCRIÇÃO	31/12/2025			31/12/2024		
	Incidência da exposição bruta	Incidência da exposição líquida	Nível de cobertura	Incidência da exposição bruta	Incidência da exposição líquida	Nível de cobertura
- Exposições vencidas não deterioradas	2,64%	2,54%	5,51%	2,24%	2,11%	7,15%
- Outras exposições não deterioradas	94,37%	95,61%	0,28%	95,06%	96,16%	0,39%
Créditos não deteriorados	97,02%	98,15%	0,42%	97,30%	98,27%	0,54%
Créditos deteriorados	2,98%	1,85%	38,92%	2,70%	1,73%	37,05%
Total	100,00%	100,00%	1,57%	100,00%	100,00%	1,53%

A qualidade do crédito em 2025 continua a ser influenciada pela transformação do CA Auto Bank de um banco cativo da Stellantis num banco independente e multimarcas, com a consequente alteração da rede de concessionários de referência e o aumento na carteira de financiamentos de veículos usados (mais arriscados do que os veículos recém-matriculados), camiões, motociclos e veículos de lazer.

Pelas razões acima referidas, os países implementaram uma série de medidas e aplicaram regras de aceitação mais restritivas, novos controlos antifraude e práticas de cobrança reforçadas, o que permitiu conter em 2,98% a incidência dos créditos não produtivos (NPL) sobre o total da carteira.

A exposição líquida desses créditos situa-se em 519 milhões de euros, face a um total de empréstimos de mais de 28 mil milhões de euros.

O total das correções de valor, no final de dezembro de 2025, situa-se em 448 milhões de euros, contra os 456 milhões de euros do ano anterior. A exposição bruta dos créditos deteriorados ascende, no final do período, a 849 milhões de euros, um aumento em relação ao valor registado no ano anterior (807 milhões de euros).

RISCOS RELACIONADOS COM OS VALORES RESIDUAIS

Por valor residual entende-se o valor do veículo quando o respetivo financiamento termina. O risco sobre os valores residuais gerido pelo Banco está associado aos contratos de financiamento a prestações e de leasing, nos quais o cliente tem a possibilidade de devolver o veículo no final do contrato de financiamento.

A evolução do mercado de veículos usados pode representar um risco para o detentor do valor residual.

Esse risco recai principalmente sobre os concessionários em toda a Europa, mas os contratos de risco direto (ou seja, aqueles em que o risco é assumido pelo Banco) estão a crescer significativamente em todos os principais mercados europeus (no mercado britânico, o risco é gerido diretamente pelo Banco) e esse risco é monitorizado regularmente, mitigado através de políticas e procedimentos específicos e coberto por provisões em fundos específicos.

A CA Auto Bank adotou há já algum tempo uma estrutura de governação e diretrizes do Grupo destinadas à definição e ao acompanhamento contínuo dos valores residuais.

milhões de euros	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Financiamento e Leasing			
- Valor residual do Grupo CA Auto Bank	1.894	2.513	2.471
<i>dos quais mercado do Reino Unido</i>	1.124	1.402	1.157
<i>Fundo de Valores Residuais</i>	31	35	43,3

No que diz respeito ao Aluguer/Mobilidade, o risco relativo aos valores residuais dos veículos objeto de locação recai, em geral, sobre a Sociedade locadora, salvo acordos específicos com terceiros, e decorre da diferença entre o valor de mercado do veículo no final do Aluguer/Mobilidade e o valor contabilístico do próprio bem.

As empresas do Grupo que operam no setor do aluguer/mobilidade são a Drivalia S.p.A. e as suas subsidiárias.

A empresa, que iniciou a sua atividade no final de 2022, continua a reforçar a gestão dos riscos relacionados com os valores residuais, acompanhando atentamente a evolução das cotações do mercado de usados e a antiguidade do stock de automóveis à espera de venda. O modelo de cálculo das Provisões para Valores Residuais é atualizado trimestralmente, comparando o valor residual contratual com o valor de realização presumível no final do contrato, estimado e calculado com base em estudos e publicações de empresas especializadas neste setor e, na ausência destes, complementado por modelos desenvolvidos internamente, de modo a permitir a avaliação mais adequada das provisões. Não se verificam atualmente problemas específicos relativamente aos valores residuais.

milhões de euros	31/12/2024	31/12/2025
Drivalia (Aluguer/Mobilidade)		
- Valor residual do Grupo CA Auto Bank	1.824	2.061
Provisão para Valores Residuais	3	13,1

RESULTADOS DA GESTÃO

Dados económicos (€/milhões)	31/12/2025	31/12/2024
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	811	833
Custos operacionais líquidos	(324)	(308)
Custo do risco	(161)	(134)
Resultado operacional	326	390
Outros rendimentos/ (encargos)	(111)	(44)
Resultado antes de impostos	215	346
Resultado líquido	174	260
Empréstimos		
Médias	27 902	28.043
No final do período	28 392	29.782
Rácio		
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer (sobre os empréstimos médios)	2,91%	2,97%
Rácio custo/rendimento	39,94%	37,01%
Custo do risco (sobre os empréstimos médios)	0,58%	0,48%
CET1	12,04%	12,46%
Rácio de Capital Total (TCR)	17,95%	16,58%
Rácio de alavancagem	12,52%	11,40%

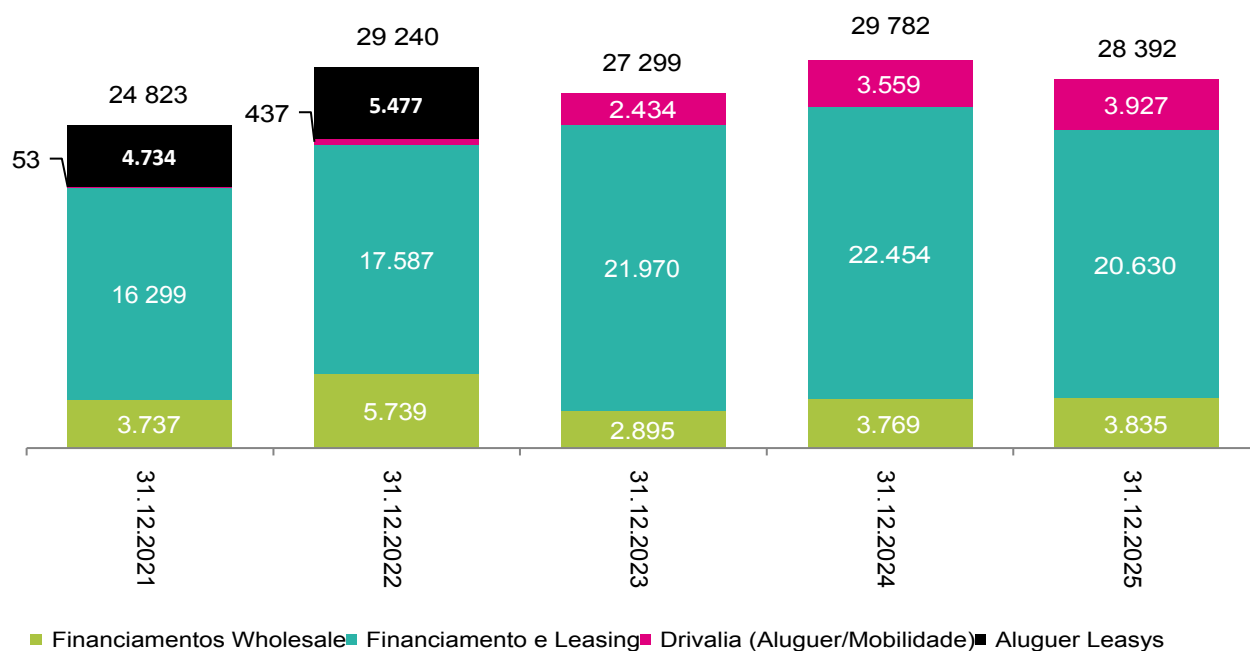
Dados patrimoniais (milhões de €)	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e disponibilidades	1.448	1.506
Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global	2	1
Ativos avaliados ao custo amortizado:	24.600	26 384
a) Créditos sobre bancos	152	145
b) Créditos a clientes	24.448	26.239
Derivados de cobertura	44	94
Ajuste de valor dos ativos financeiros objeto de cobertura genérica	39	36
Atividades de seguros	8	8
Ativos fixos tangíveis	3.704	3.405
Ativos intangíveis	262	246
Ativos fiscais	276	245
Outros ativos	1.189	1.232
Total do ativo	31.573	33.158
Total do Passivo	27.328	29 289
Património líquido	4.245	3.869

Os empréstimos no final do período e os empréstimos médios, comparados com o ano anterior, diminuíram respetivamente 1% e 5%, uma redução que reflete o quadro macroeconómico desfavorável no período que marcou a transição de banco cativo para banco multimarcas, fase em que a empresa procurou satisfazer um leque mais alargado de clientes e personalizar os produtos com base nas suas necessidades.

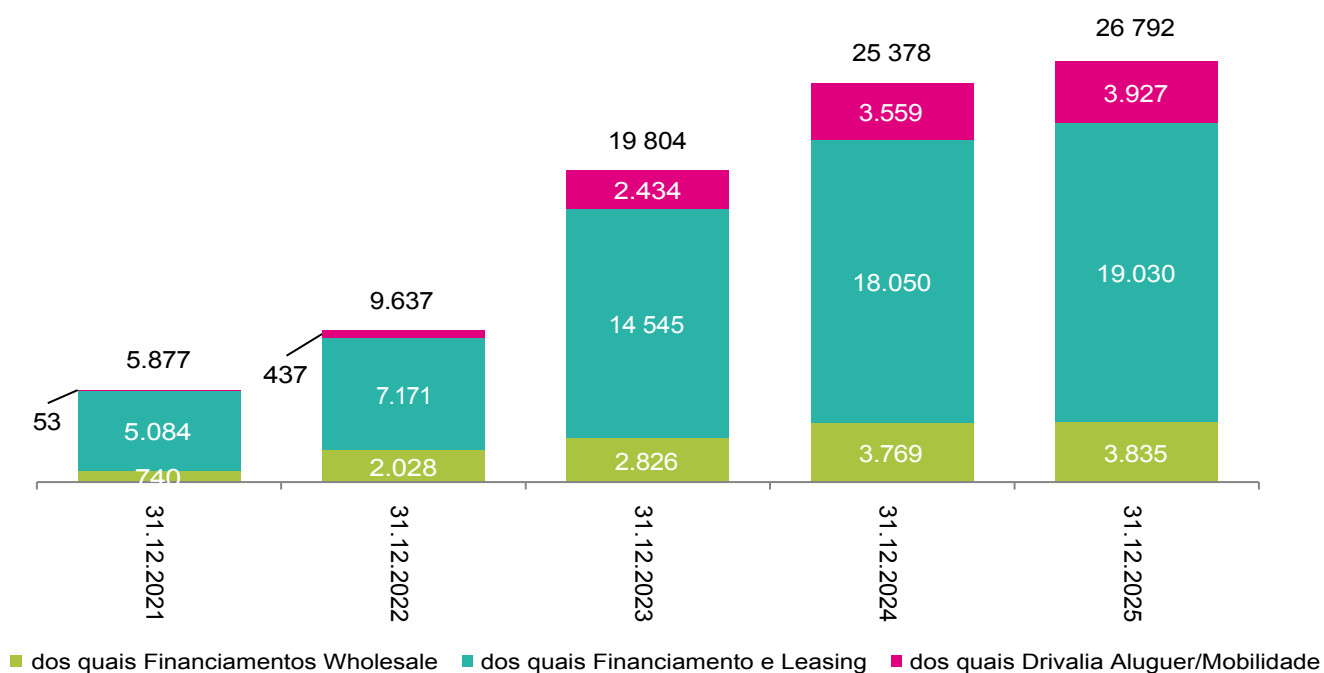
Observou-se um aumento na linha Drivalia Noleggio/Mobility (+368 milhões de euros) graças ao desenvolvimento de um negócio que se está a consolidar.

No que diz respeito à linha de Retalho, esta registou uma diminuição significativa, contrariando a tendência geral. Apesar disso, a estratégia de parcerias está a expandir-se com novos parceiros comerciais, tal como no caso dos financiamentos por grosso que, no ano que acaba de terminar, registaram um valor estável em relação a 2024.

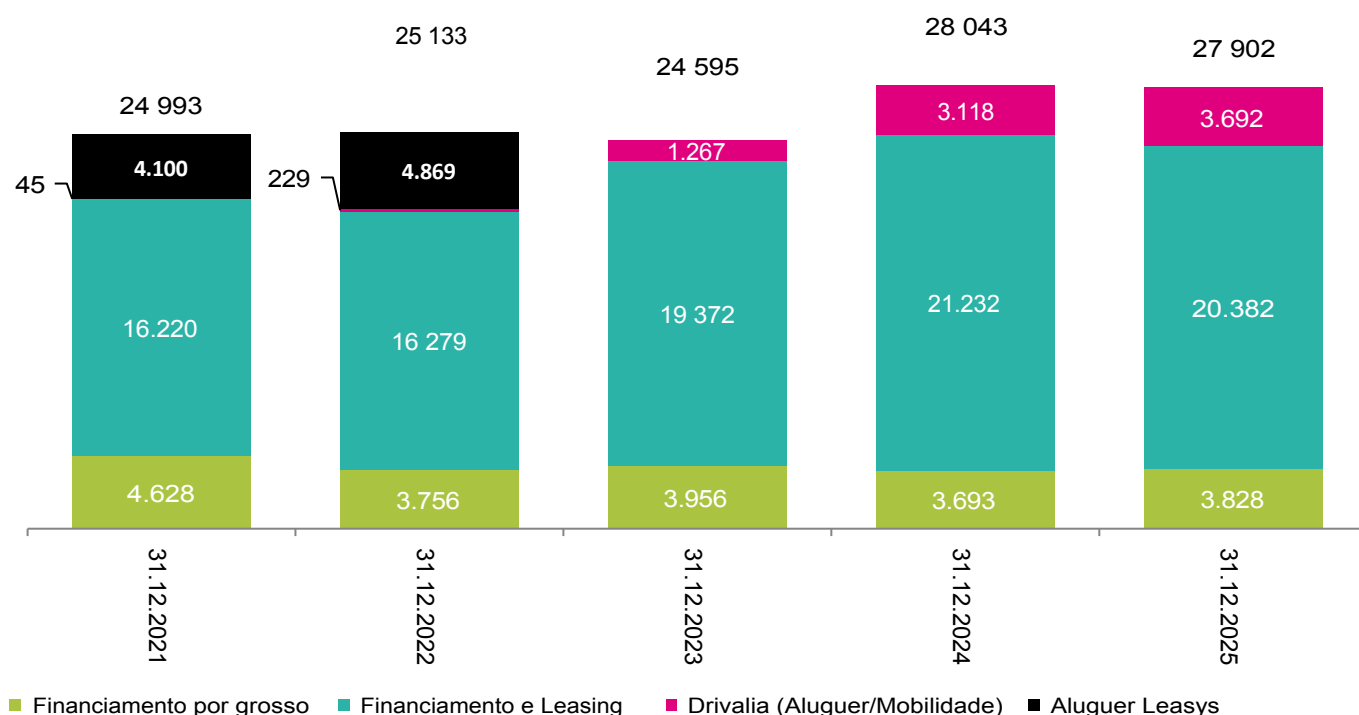
Saldo de crédito no
final do ano (milhões
de euros)



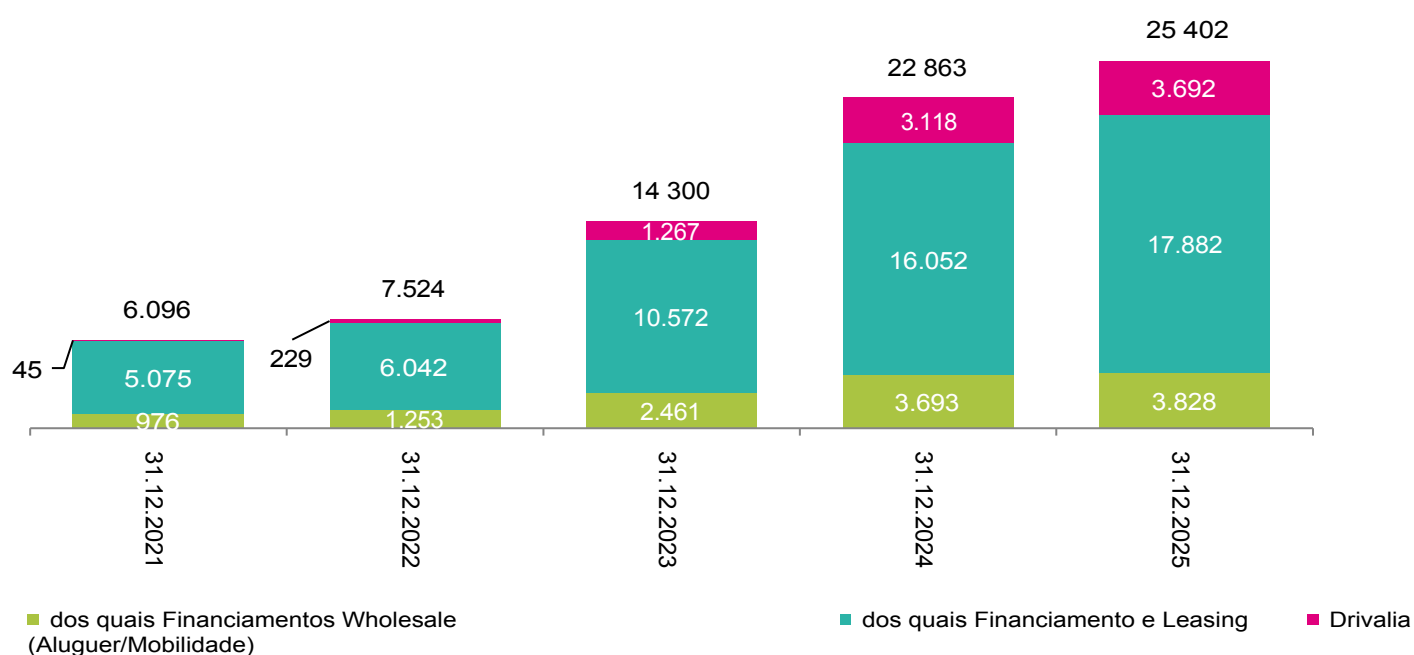
Empréstimos no final do ano - White Label (marca não ex-FCA) (€/milhões)



Empréstimos
médios (milhões de
euros)

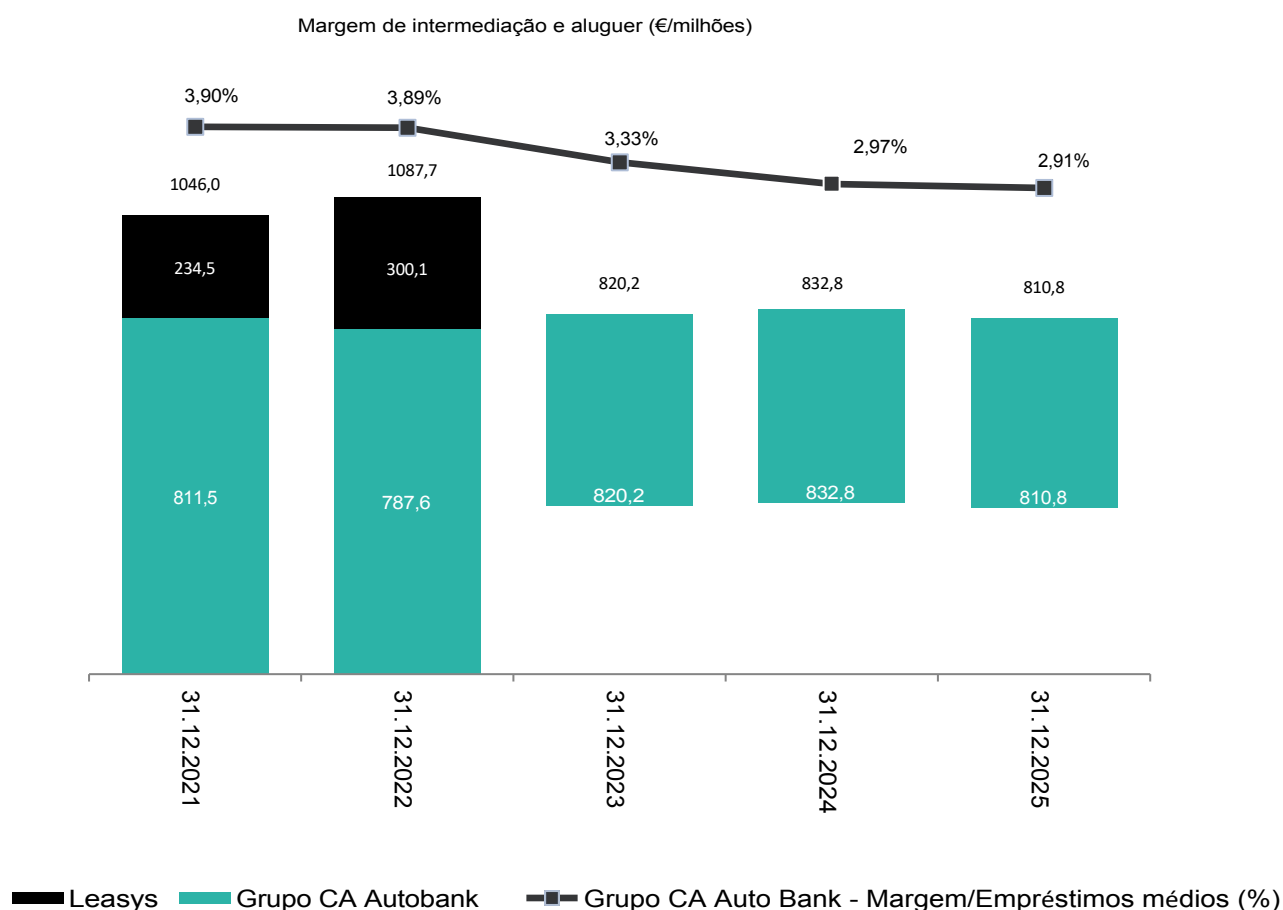


Empréstimos médios - Marcas brancas (marcas não ex-FCA) (€/milhões)



MARGEM DE INTERMEDIÇÃO E ALUGUER

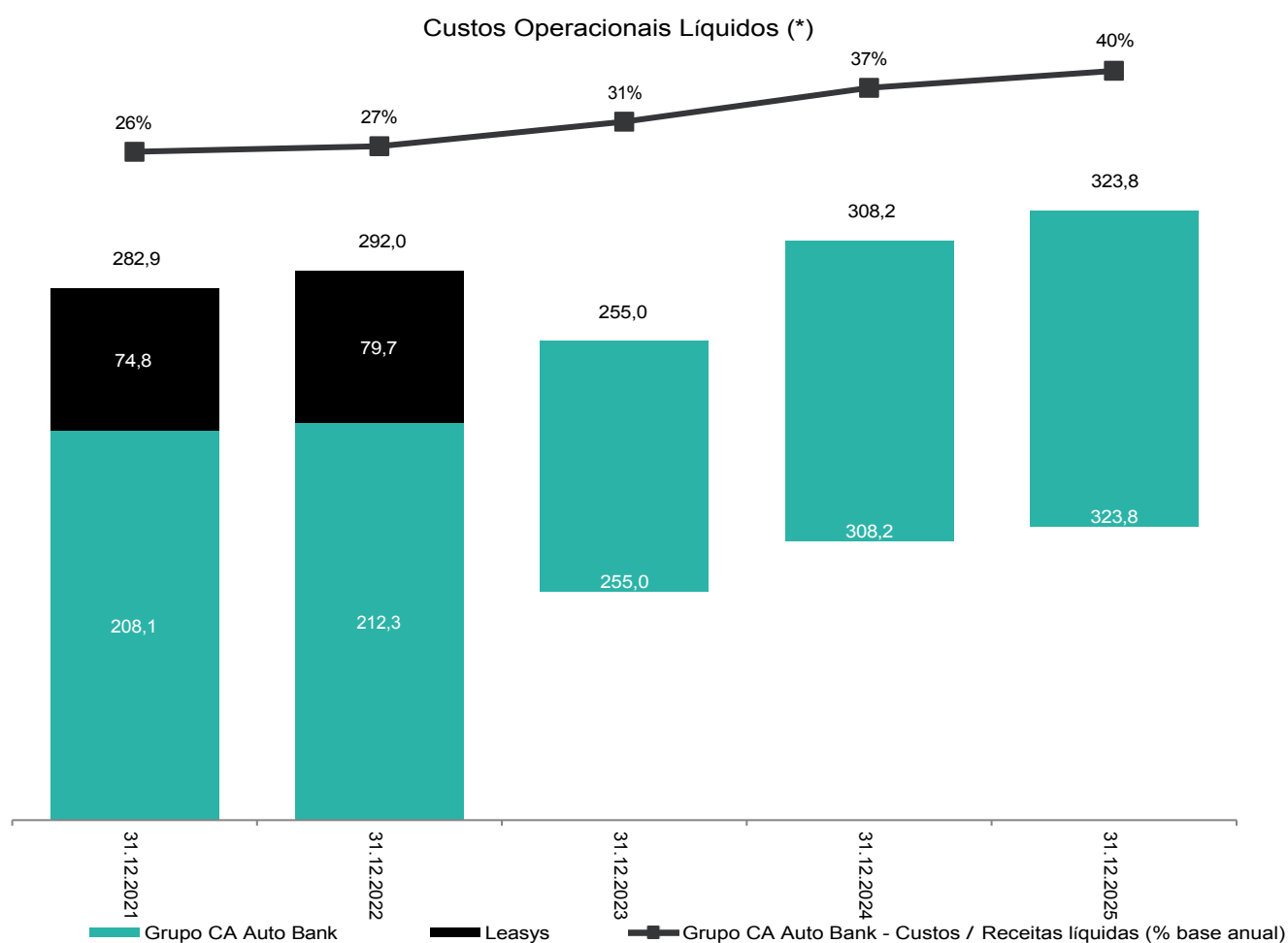
A margem de intermediação em 2025 situa-se nos 810,8 milhões de euros, registando uma ligeira descida em relação aos valores de 2024 (832,8 milhões de euros). O indicador margem de intermediação/crédito médio para 2025 é de 2,91%, uma descida de 6 pontos base em relação a 2024, devido principalmente a uma maior incidência de amortizações antecipadas e a uma deterioração da margem sobre o crédito usado.



CUSTOS OPERACIONAIS LÍQUIDOS

Os custos operacionais líquidos aumentam, em valor absoluto, cerca de 15,6 milhões de euros em relação a 2024; este aumento deve-se principalmente à redução das receitas por serviços prestados a terceiros e ao reforço do quadro de pessoal nas funções de controlo.

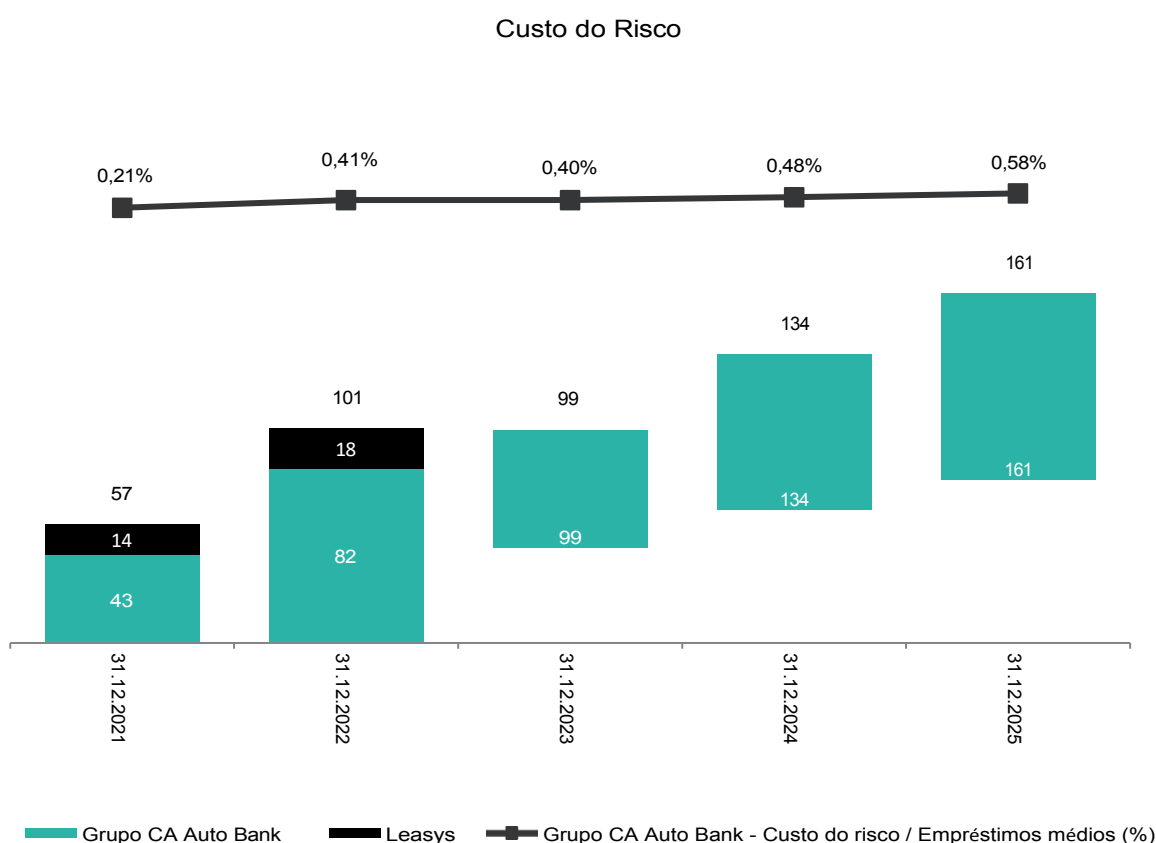
O rácio custo/rendimento situa-se nos 40%, o que representa um aumento de cerca de 3 pontos percentuais em relação a 2024, devido principalmente ao aumento dos custos operacionais líquidos e à redução da margem de intermediação e de aluguer.



(*) Em dezembro de 2022, foi concluída a alienação do grupo Leasys

CUSTOS DE RISCO

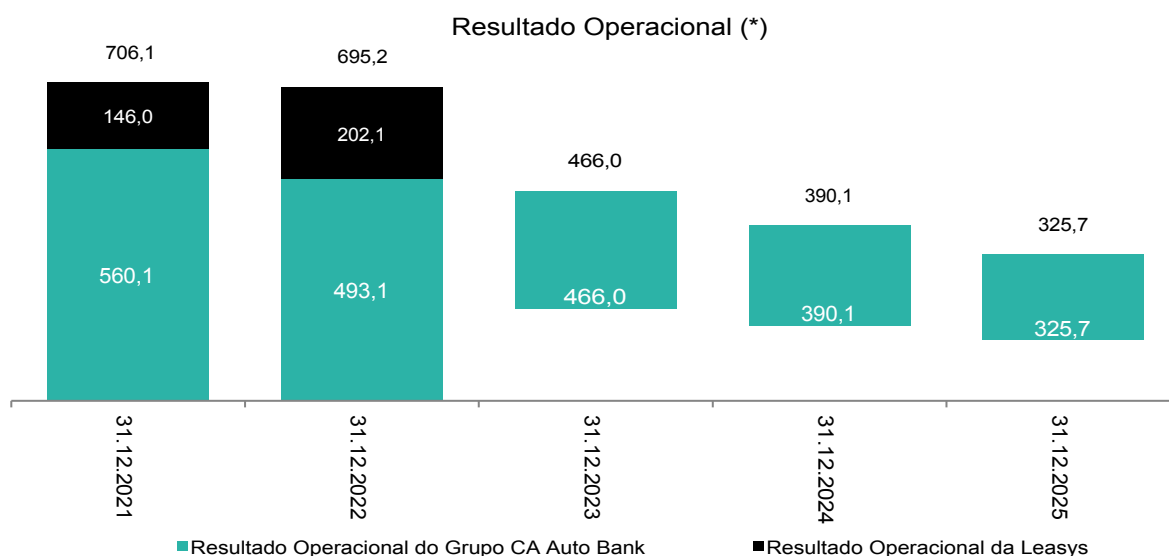
O custo do risco para 2025 situa-se em 0,58%, com um aumento em relação a 2024 (0,48%) devido tanto à diferente composição da carteira de produtos, tal como já destacado no parágrafo sobre a qualidade do crédito do presente relatório, como a uma deterioração geral do contexto macroeconómico de referência, com repercussões, em particular, na linha de negócio do financiamento grossista.



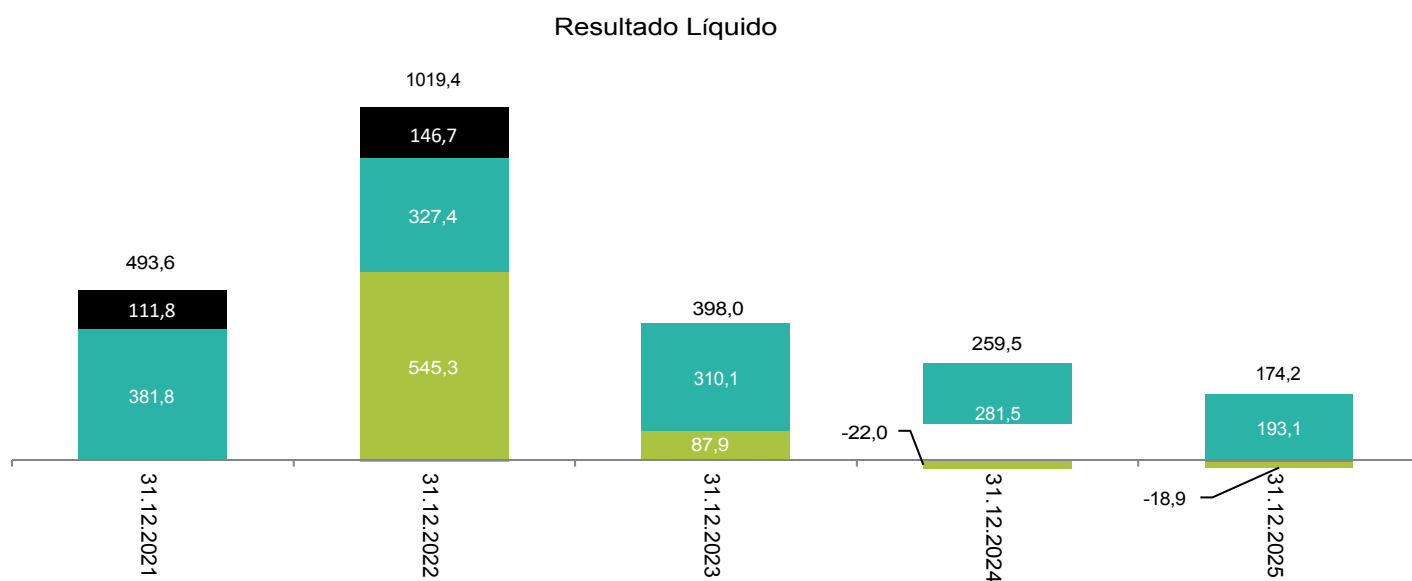
(*) Em dezembro de 2022, foi concluída a alienação do grupo Leasys

RESULTADO OPERACIONAL E RESULTADO LÍQUIDO

O resultado operacional de 2025, no valor de 325,7 milhões de euros, registou uma redução de 64,4 milhões de euros em relação a 2024, devido ao efeito conjunto do aumento do custo do risco e dos custos operacionais líquidos, bem como da redução da margem de intermediação e de aluguer. O resultado líquido de 2025 situa-se em 174,2 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 88 milhões de euros em relação a 2024, incluindo encargos extraordinários no valor de 79 milhões de euros relativos a provisões para riscos no Reino Unido.



(*) Em dezembro de 2022, foi concluída a alienação do grupo Leasys



FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIOS DE CAPITAL

O requisito patrimonial regulamentar, para cobertura dos riscos do chamado Primeiro Pilar, é calculado pela Sociedade aplicando o método padrão, para a medição do risco de crédito, e o método básico, para o risco operacional.

A Sociedade está ainda exposta ao risco de contraparte, associado aos produtos derivados que cobrem a carteira da Sociedade e das suas participadas, mede esse risco no âmbito do método SA-CCR e recorre à compensação através de contrapartes centrais qualificadas, conforme previsto na regulamentação EMIR.

No que diz respeito à adequação patrimonial (o chamado Segundo Pilar), o seu processo de autoavaliação (ICAAP, Internal Capital Adequacy Assessment Process) realiza-se anualmente e é efetuada uma autoavaliação interna semestral a nível do Grupo Bancário numa base consolidada, do qual o Banco é a Entidade-Mãe. O Banco realiza ainda, de forma contínua, controlos trimestrais sobre o cumprimento dos limites regulamentares presentes no RAF (Risk Appetite Framework).

Fundos Próprios e Índices (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
Capital primário de classe 1 (Common Equity Tier 1 - CET1)	2.886.743	2.992.688
Capital adicional de nível 1 (Additional Tier 1 - AT1)	907 757	610 388
Capital de classe 1 (Tier 1 - T1)	3 794 500	3 603 076
Capital de classe 2 (Tier 2 - T2)	510.363	381 622
Fundos próprios	4 304 863	3 984 698
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	23 980 553	24 026 357
RÁCIOS REGULAMENTARES		
CET 1	12,04%	12,46%
Rácio de Capital Total (TCR)	17,95%	16,58%
LCR	133%	143%
NSFR	111%	112%
OUTROS RÁCIOS		
Rácio de alavancagem	12,52%	11,40%
RONE (Lucro Líquido/Capital Próprio Normativo Médio)	6,55%	13,13%
RONE Normalizado (Lucro Líquido/Capital Próprio Normalizado Médio) (**)	8,78%	

O Rácio de Capital Total a 31 de dezembro de 2025 situa-se em 17,95%, registando um aumento de 137 pontos base em relação a 31 de dezembro de 2024. Esta variação positiva deve-se principalmente à emissão de novos instrumentos AT1 e Tier 2, subscritos ao longo de 2025.

O RONE (Return On Normative Equity) foi calculado, no final de 2025, considerando um Normative Equity igual a 11% dos RWA (a percentagem utilizada em 2024 era de 9,5%) e sofreu uma diminuição significativa, principalmente devido ao que foi anteriormente ilustrado e à inclusão no resultado do período de uma provisão extraordinária, líquida de impostos, no valor de 59,3 milhões de euros ocorrida na subsidiária no Reino Unido.

(**) Conforme mostra a tabela, excluindo o efeito extraordinário da provisão acima referida, o RONE teria sido de 8,78%.

QUADRO DE CONCILIAÇÃO DOS DADOS RECLASSIFICADOS E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS E APLICAÇÕES

Tabela de correspondência entre a Demonstração de Resultados oficial e a Demonstração de Resultados reclassificada (em milhões de euros)

	31/12/2025	31/12/2024
10. Juros ativos	1.614	1.919
20. Juros passivos	(1.086)	(1.509)
40. Comissões ativas	260	203
50. Comissões passivas	(180)	(106)
80. Resultado líquido da atividade de negociação	(2)	-
90. Resultado líquido da atividade de cobertura	(9)	(4)
130. Ajustamentos/reversões de valor líquidos por risco de crédito relativos a:	-	(8)
a) ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado		
160. Resultado dos serviços de seguros	10	10
170. Saldo de outros rendimentos/encargos da gestão de seguros	-	(1)
190. Despesas administrativas	(15)	(52)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	(12)	(5)
210. Ajustamentos/reversões de valor líquidos em ativos fixos tangíveis	(349)	(288)
230. Outros encargos/rendimentos de gestão	580	674
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	811	833
40. Comissões ativas	-	-
190. Despesas administrativas	(300)	(268)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	-	-
210. Ajustamentos/reversões de valor líquidos em ativos fixos tangíveis	(131)	(25)
220. Ajustamentos/recuperações de valor líquidos relativos a ativos intangíveis	(22)	(19)
230. Outros encargos/rendimentos de exploração	128	4
Custos operacionais líquidos	(324)	(308)
50. Comissões passivas	-	(10)
100. Lucro/perda resultante da alienação ou recompra de ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	-
130. Ajustamentos/reversões de valor líquidos por risco de crédito a) ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	(141)	(114)
210. Ajustamentos/recuperações de valor líquidos em ativos fixos tangíveis	(1)	-
230. Outros encargos/rendimentos de exploração	(19)	(10)
Custo do risco	(161)	(134)
190. Despesas administrativas	-	(4)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	(79)	-
230. Outros encargos/rendimentos de exploração	(32)	(40)
Outros encargos e proveitos de gestão	(111)	(44)
300. Impostos sobre o rendimento do exercício das atividades correntes	(41)	(87)
Impostos do período	(41)	(87)
Lucro do período	174	260

TABELA DE CONCILIAÇÃO ENTRE APLICAÇÕES E CRÉDITOS A CLIENTES (€/MILHÕES)

	31/12/2025
Empréstimos	28 392
90. Ativos fixos (*)	(3.474)
130. Outros ativos	(308)
10.b) Dívidas para com clientes	28
80. Outros passivos	101
40. b) Créditos a clientes não incluídos nos ativos de crédito	139
40.b) Créditos a clientes	24.878
Provisão para imparidade de créditos da Contabilidade de Gestão	(448)
130. Outros ativos	19
Provisão para imparidade de créditos da rubrica 40.b) Créditos a clientes	(429)

(*) A rubrica inclui os ativos relativos à atividade de aluguer.

QUADRO DE CONCILIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO RESULTADO LÍQUIDO DA EMPRESA-MÃE E CONSOLIDADO
(€/MIL)

(€/000)	Património líquido	dos quais: Resultado do período
Património líquido e resultado do período da CA Auto Bank S.p.A.	3.674.784	216.100
Capital próprio e resultado do período das empresas consolidadas, líquidos da participação dos acionistas minoritários	1.608.328	66 918
Ajustamentos de consolidação:	(1 113 619)	(121.460)
Eliminação do valor contabilístico das participações consolidadas	(1.198.596)	
Dividendos intragrupo	-	(123.000)
Outros ajustamentos de consolidação	84.977	1.540
Capital próprio e resultado do período atribuível aos sócios da CA Auto Bank S.p.A.	4.169.493	161.558
Património líquido e resultado do período atribuível a terceiros	75.157	12 668
Património líquido e resultado do período do Balanço Consolidado	4.244.650	174.226

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A área de Tecnologias da Informação e Comunicação continuou a operar, também na segunda metade de 2025, com o objetivo de consolidar a sua estratégia de digitalização e diversificação de produtos.

Ao longo de 2025, a área de TIC apoiou a evolução estratégica do negócio através do lançamento da nova Conta Remunerada, caracterizada por um processo de abertura e gestão totalmente online. O projeto implicou a implementação de processos digitais de ponta a ponta, garantindo uma experiência do utilizador fluida e segura, apoiada por uma arquitetura tecnológica baseada na externalização dos sistemas de informação e do back-office para o parceiro Cedacri. Esta iniciativa insere-se no plano mais amplo de digitalização e reforço da oferta da CA Auto Bank, com o objetivo de diversificar as fontes de captação e reforçar a presença no mercado de retalho através de soluções ágeis e nativamente digitais.

No âmbito dos processos de RH, foi consolidado o modelo operacional global para todo o Grupo (CA Auto Bank e Drivalia), com o objetivo de garantir a harmonização dos processos e a eficiência de gestão à escala pan-europeia, integrando simultaneamente os requisitos específicos dos mercados locais. Neste contexto, destaca-se a implementação e integração do sistema de RH (Oracle HCM Cloud) para a gestão do desempenho com base no novo modelo do Grupo, do Sales Incentives para a gestão digital e harmonização dos modelos de comissões nos mercados europeus, Learning Management System (LMS) para a gestão de uma plataforma de formação centralizada e integrada com o LinkedIn Learning, com vista ao reforço do catálogo global de formação, e a implementação da plataforma SAP Concur para a gestão de viagens e despesas em 5 mercados (Itália, França, Espanha, Polónia e Bélgica), garantindo a uniformidade das políticas de viagens do Grupo e a integração dos reembolsos com os sistemas de contabilidade e de processamento salarial.

O ano de 2025 centrou-se na migração para a nuvem da Calculadora Financeira 4.0. Com esta plataforma, integrada no processo de comércio eletrónico (que permite realizar o onboarding remoto do cliente, através da aplicação que gere o «carregamento remoto» de documentos, o reconhecimento remoto do cliente, por meio de vídeo-selfie, e a assinatura remota), o CA Auto Bank consegue oferecer aos seus clientes uma solução totalmente acessível a partir de qualquer dispositivo e local, permitindo um cálculo mais eficaz e imediato da proposta de financiamento da empresa para a compra de veículos e a finalização do mesmo. Ao longo do ano, foi concluída a integração de um novo Parceiro de Marca, a BYD (mercados de Itália e Espanha), para além dos já ativados nos anos anteriores (Tesla, Lucid, Harley Davidson, General Motors, MG, Astara, Mazda, Lotus) e a ativação de novos processos: TESLA HOSTED para o mercado italiano, gestão de produtos de seguros para o mercado alemão e gestão do produto usado para a França. Além disso, foi estabelecido um processo de acompanhamento da jornada do cliente através do Google Analytics 4 e identificado o Sistema de Gestão de Conteúdos (CMS) para os sites do Grupo no produto Contentful.

Entre as outras atividades realizadas na segunda metade do ano, destacam-se:

- consolidação da solução para a aplicação da PSD2, no âmbito dos processos de avaliação de crédito do cliente, em diversos produtos financeiros e canais (online e em loja). Solução já amplamente utilizada também nos mercados da Itália, Alemanha, França, Espanha, Dinamarca e Reino Unido;

- definição e planeamento da solução digital para todo o processo de gestão de contratos em vencimento nos mercados da França e da Alemanha, com o objetivo de informar o cliente sobre o contrato em vencimento e propor as soluções possíveis para proceder a um refinanciamento, à extinção do contrato com o pagamento da última prestação ou propor uma terceira parte a financiar. Solução já em vigor no mercado italiano;
- continuação da implementação da plataforma de CRM Salesforce nos restantes mercados europeus da CA Auto Bank. O projeto de transição do Customer Care do mercado italiano da plataforma de CRM Dynamics para o CRM Salesforce foi concluído no mês de abril de 2025. Os mercados da Alemanha e da Áustria entraram em produção no mês de outubro. O mercado austríaco já adotou a solução; a Alemanha iniciará a adoção no mês de janeiro de 2026;
- continuação do processo de transformação em sucursais das sociedades da CA Auto Bank que operam nos mercados da Áustria e da Grécia, que entraram em funcionamento em meados de dezembro de 2025;
- prosseguimento das atividades relacionadas com a melhoria dos relatórios aos acionistas, para fins regulamentares, para o acompanhamento do desempenho e dos prazos previstos para as atividades de encerramento mensal;
- prosseguimento, em alguns mercados estrangeiros, da estratégia de renovação e consolidação dos sistemas de gestão e contabilidade; em particular, foi concluída a implementação do sistema «Tritone» no mercado sueco;
- prosseguimento, também no âmbito da RPA (Robotic Process Automation), do percurso de automatização dos processos no âmbito do Banco, confirmando o plano estratégico de automatização de atividades repetitivas em muitas Áreas Operacionais, permitindo assim a otimização dos próprios processos e a reafecção dos recursos de negócio a atividades de maior valor acrescentado, com aplicação em particular nos mercados da Itália e da França.

Em linha com a transição do serviço de manutenção da atual solução CRFS, está em curso a realização do estudo de viabilidade para a migração da atual plataforma de Retalho para a nova solução tecnológica SAP S/4Hana, o que permitiria uma maior integração do processo aplicativo e a evolução para uma maior padronização do software. O estudo tem como objetivo ajudar na definição da futura estratégia de implementação da plataforma de Retalho da CA Auto Bank.

No âmbito das infraestruturas, no primeiro semestre de 2025, foi concluída com sucesso a cisão da Stellantis, permitindo que a CA Auto Bank e a Drivalia passassem a dispor de um centro de dados e de uma infraestrutura inteiramente dedicados, garantindo uma gestão resiliente, flexível e segura das suas aplicações. Além disso, prosseguiu a implementação da estratégia de nuvem — com especial enfoque nas aplicações SELL FI e BBUS Drivalia —, bem como a migração da Área de Clientes italiana, em linha com a evolução da Conta Remunerada. Por fim, foram iniciados os projetos de migração para a nuvem das plataformas em contentores da Calculadora Financeira e do Portal do Cliente Europeu.

Durante o mês de dezembro de 2025, a CA Auto Bank S.p.A. alcançou um marco importante ao obter a certificação ISO/IEC 27001:2022, a norma internacional de referência para a gestão da segurança da informação. O certificado confirma a

a solidez e a conformidade do sistema de gestão do Banco com as normas internacionais de proteção de dados e resiliência cibernética. Mais especificamente, o âmbito da certificação abrange a gestão dos sistemas de informação para a prestação de serviços de financiamento digital à clientela de retalho italiana, com formalização contratual através de canais digitais, bem como a gestão do ciclo de vida dos contratos digitais, desde a ativação até ao arquivo. Este reconhecimento atesta o empenho constante do Banco em garantir a máxima fiabilidade e confiança aos clientes e parceiros, assegurando uma governação rigorosa dos riscos e dos processos num contexto digital em constante evolução.

Em 2025, a Drivalia deu passos importantes no seu percurso de transformação digital, consolidando a sua posição de líder em mobilidade sustentável e inovadora. A introdução do Planet, o novo sistema de gestão pan-europeu, representa um marco importante. Inaugurado em Itália, juntamente com o lançamento do site corporativo renovado e da nova aplicação Drivalia, o Planet lançou as bases para uma identidade tecnológica unificada em todos os mercados europeus, garantindo aos clientes serviços digitais avançados e sem fronteiras. Este sistema integrado permitirá otimizar os processos, melhorar a eficiência operacional e oferecer aos clientes uma experiência sem descontinuidades, como a possibilidade de alugar um veículo num país e devolvê-lo noutro.

Na sequência da consolidação do mercado italiano, foi lançada no início de junho no mercado francês a Plataforma Pan-Europeia Planet para a gestão dos processos de Car Sharing, Aluguer de Curta/Média Duração e Subscrições, que inclui todas as componentes de gestão, Web e APP para a gestão de clientes, bem como uma aplicação para Reporting. A Drivalia está também a trabalhar nos mercados espanhol e português para disponibilizar a plataforma até ao primeiro semestre de 2026.

Em linha com esta estratégia, a Drivalia implementou também uma plataforma pan-europeia de CRM, integrada com o sistema de gestão Planet, para a gestão do atendimento ao cliente, das campanhas de marketing e dos leads provenientes do Portal do Cliente. O CRM da Drivalia foi lançado no início de junho em França e será seguido pela Espanha e Portugal, onde será lançado no primeiro semestre de 2026.

No âmbito da estratégia de mobilidade da Drivalia, foi lançada a «Future», uma plataforma avançada de remarketing concebida para maximizar o valor da «segunda vida» dos veículos. Já em funcionamento na Itália, Irlanda, Noruega, Reino Unido e Bélgica, a Future redefiniu os processos de remarketing através da utilização de tecnologias inovadoras. Na primeira metade de 2025, foi lançada a integração de soluções de comércio eletrónico dedicadas a clientes particulares para o mercado italiano e a extensão do sistema de leilões digitais a outros mercados europeus, começando pelo mercado espanhol e seguindo-se a França e a Alemanha. No segundo semestre de 2025, a utilização da plataforma foi alargada aos mercados da Dinamarca, Portugal, Polónia, República Checa e Finlândia.

Em 2025, prosseguiu o processo de implementação de plataformas de gestão para a gestão do leasing operacional, também neste caso a nível europeu. O objetivo é a implementação de um sistema de gestão totalmente integrado baseado no SAP S/4HANA, capaz de otimizar os serviços de leasing operacional e melhorar a experiência dos clientes com soluções simples, rápidas e personalizadas. A plataforma SAP S/4HANA será lançada em Itália em janeiro de 2026.

O projeto teve início na Itália com a implementação de uma ferramenta avançada de cotação que, em 2025, foi alargada à França, Espanha, Portugal, Polónia e Alemanha.

Graças a estas iniciativas, a Drivalia reforça o seu compromisso com uma mobilidade digital, sustentável e cada vez mais orientada para o cliente, consolidando as bases para um crescimento sólido e duradouro nos mercados europeus.

Em linha com os objetivos de digitalização e inovação da CA Auto Bank e da Drivalia, foram lançados alguns projetos-piloto na área da IA/IA Gerativa, com foco no processo de subscrição (utilizando tecnologia OCR – Reconhecimento Ótico de Caracteres para a conversão de imagens de texto, a partir de documentos digitalizados/fotografias/PDF, em texto editável) e no processo de atendimento ao cliente para apoio aos operadores e encaminhamento guiado das comunicações recebidas para as filas corretas. O objetivo é claro: aproveitar o poder dos algoritmos para aumentar as capacidades dos nossos profissionais, automatizar os processos de baixo valor acrescentado e libertar recursos para atividades mais estratégicas. Em particular, através do Google Gemini, a plataforma de IA/IA Gerativa do Google, alguns «Embaixadores» internos (com propensão para a inovação) da CA Auto Bank e da Drivalia têm a possibilidade de dispor do seu próprio Agente de IA para apoiar algumas atividades de rotina diária, com controlo constante do resultado da IA antes da sua utilização para fins comerciais.

O SISTEMA DE CONTROLOS INTERNOS

O Grupo CA Auto Bank, para garantir uma gestão sã e prudente, concilia a rentabilidade da empresa com uma assunção de riscos prudente e consciente e com uma conduta operacional baseada em critérios de correção.

O Grupo dotou-se, por isso, de um sistema de controlos internos destinado a detetar, medir e mitigar continuamente os riscos associados ao exercício da sua atividade, que prevê o envolvimento dos Órgãos Sociais, das funções e comités de controlo, do Órgão de Fiscalização, da alta direção e de todo o pessoal.

A supervisão global dos controlos internos do Grupo é garantida por um sistema de controlos estruturado em três níveis (primeiro nível, segundo nível e terceiro nível), com um acompanhamento centralizado a cargo das funções que supervisionam os processos de controlo denominados de segundo e terceiro níveis, nomeadamente as estruturas de Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente, Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados.

Essas funções — independentes entre si do ponto de vista organizacional — operam ao nível da Sociedade e do Grupo.

A fim de garantir a autonomia e a independência das funções de controlo de segundo nível, prevê-se que os respetivos responsáveis respondam não só perante o Administrador Delegado e Diretor Geral do Grupo CA Auto Bank, mas também perante os respetivos responsáveis pelas funções de controlo da Sociedade-mãe Credit Agricole Personal Finance & Mobility, sem prejuízo das respetivas delegações do Conselho de Administração e dos Comités Internos de referência.

Em conformidade com o princípio da independência, a função de Auditoria Interna está diretamente subordinada ao Conselho de Administração. Do ponto de vista operacional, estão previstas três tipologias de controlo:

- controlos de primeiro nível, destinados a garantir o correto desenrolar das operações diárias e das transações individuais e realizados pelas estruturas operacionais ou incorporados nos procedimentos informáticos;
- controlos de segundo nível, que têm como objetivo garantir a correta definição e implementação do processo de gestão de risco, a conformidade das operações empresariais com a regulamentação em vigor e a eficácia, segurança e coerência das atividades operacionais com a normativa interna e externa. Estes controlos são atribuídos a estruturas distintas das operacionais, nomeadamente às funções de controlo «Risk & Permanent Control» e «Compliance, Supervisory Relations & Data Protection»;
- controlos de terceiro nível, realizados pela função de Auditoria Interna, com o objetivo de identificar tendências anómalas, violações dos procedimentos e da regulamentação, bem como de avaliar a funcionalidade do sistema global de controlos internos.

O PROCESSO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

No presente parágrafo são ilustradas as «principais características dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno existentes em relação ao processo de informação financeira», nos termos do art. 123-bis, n.º 2, alínea b) do TUF.

Os administradores da CA Auto Bank S.p.A. são responsáveis pela manutenção de um sistema de controlo interno em conformidade com os critérios estabelecidos no «Internal Control – Integrated Framework», publicado pelo COSO («Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission»).

O Sistema de Controlo Interno sobre a informação societária é um processo que, envolvendo várias funções empresariais, garante a fiabilidade da informação financeira, a veracidade dos documentos contabilísticos e o cumprimento das normas.

A supervisão da informação contabilística e financeira é exercida pelo Diretor Financeiro do Grupo e baseia-se:

- na adequação dos processos e procedimentos utilizados para a elaboração dos documentos contabilísticos da empresa e de qualquer outra comunicação de carácter financeiro;
- na supervisão das arquiteturas e aplicações informáticas, nomeadamente no que se refere à gestão dos processos de processamento e das intervenções de desenvolvimento nos sistemas de síntese essenciais para o reporting financeiro;
- na exaustividade e coerência das informações prestadas ao mercado.

A Empresa iniciou, em 2012, uma análise completa do sistema de controlo interno relacionado com a elaboração da informação financeira (ICFR, ou seja, «Internal Control over Financial Reporting»), de modo a garantir a fiabilidade da informação financeira e da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ao longo dos anos, foram incluídos no ICFR os principais processos relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e a definição e avaliação dos controlos foi efetuada de forma a assegurar a cobertura adequada dos riscos associados, com vista a mitigar a possibilidade de erros significativos na informação financeira.

Atualmente, a matriz de controlo de riscos é composta por 6 macroprocessos, num total de 138 controlos, dos quais 24 se referem especificamente às demonstrações financeiras consolidadas.

GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

O Grupo CA Auto Bank dotou-se de um conjunto de regras e procedimentos que definem as responsabilidades dos Órgãos Sociais, com o objetivo de garantir uma gestão sã e prudente, combinando a rentabilidade da empresa com uma assunção consciente dos riscos, uma conduta operacional correta e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

O sistema de controlos internos visa detetar, medir e mitigar continuamente os riscos associados ao exercício da sua atividade, com o envolvimento dos órgãos sociais, das funções e comités de controlo, do Órgão de Supervisão, da empresa de auditoria, da alta direção e de todo o pessoal.

AS FUNÇÕES DE CONTROLO

AUDITORIA INTERNA

A função de Auditoria Interna é responsável pelos controlos de terceiro nível. Com base num plano anual submetido à aprovação do Conselho de Administração, verifica a adequação do sistema de controlo interno e fornece ao Conselho de Administração e à gestão uma avaliação profissional e imparcial da eficácia dos controlos internos.

O Responsável pela função de Auditoria Interna tem a tarefa de:

- elaborar o plano de auditoria anual e plurianual, baseado numa avaliação de risco periódica destinada a abranger o universo de auditoria num ciclo quinquenal;
- coordenar as atividades de auditoria;
- informar periodicamente o Conselho de Administração, o Comité de Risco e Auditoria, o Comité de Controlo Interno e o Conselho Fiscal sobre os resultados e o andamento do plano de auditoria, bem como sobre o acompanhamento das recomendações emitidas, tanto pela função de Auditoria Interna da CA Auto Bank como pela da Sociedade-Mãe;
- realizar a revisão interna, com frequência pelo menos anual, do processo ICAAP no que diz respeito ao seu correto desenrolar e à conformidade com as disposições regulamentares, bem como a verificação periódica do processo de avaliação dos riscos individuais.

O processo de auditoria prevê o mapeamento anual dos riscos, ao nível de cada empresa, utilizando uma metodologia comum emitida pela Sociedade-Mãe.

O acompanhamento dos resultados das atividades de auditoria nas distintas empresas prevê um sistema de relatórios trimestrais que inclui:

- o estado de avanço do plano de auditoria e a explicação de eventuais desvios;
- o resumo dos relatórios de auditoria publicados no trimestre em questão que tenham recebido uma avaliação global «fraca» ou «insatisfatória»;
- o estado de implementação das recomendações emitidas e dos respetivos planos de ação.

RISCO E CONTROLO PERMANENTE

A missão da função consiste em identificar, medir e gerir os riscos, bem como supervisionar a implementação das diretrizes do Grupo em termos de gestão de riscos, gerindo também diretamente os controlos permanentes de segundo nível.

Os principais objetivos da Risk & Permanent Control (R&PC) são:

- definir as diretrizes do Grupo para a gestão de riscos e os controlos permanentes;
- garantir a difusão da cultura do risco em todos os níveis organizacionais;
- identificar todos os tipos de risco, excluindo os riscos de conformidade (para os quais existe uma função de controlo dedicada);
- monitorizar a exposição do Grupo aos diferentes tipos de risco (RAF);
- gerir, em colaboração com as outras funções envolvidas no processo, o ICAAP, o ILAAP e o Plano de Financiamento de Contingência;
- garantir os fluxos de informação para as outras funções da empresa, órgãos sociais e alta direção;
- colaborar com as outras Funções de Controlo do Grupo (Conformidade, Relações com as Autoridades de Supervisão e Proteção de Dados e Auditoria Interna), com o objetivo de assegurar um acompanhamento constante que abranja todo o âmbito do controlo interno;
- emitir pareceres independentes sobre as operações relevantes;
- coordenar a Estratégia de Risco do Grupo, emitir o seu parecer e verificar a sua implementação.

O responsável pela R&PC tem ainda a responsabilidade pelo plano de continuidade operacional. A função de R&PC é representada em cada empresa do Grupo por um seu representante local.

A supervisão das empresas do Grupo é assegurada pelas seguintes atividades:

- definição das diretrizes do Grupo em matéria de gestão de riscos e controlos de segundo nível;
- monitorização da eficácia dos planos de controlo e do perfil de risco (RAF) a nível local;
- supervisão dos exercícios orçamentais anuais e verificação da coerência com o apetite de risco do Grupo.

Os resultados dos controlos de segundo nível realizados pela Risk & Permanent Control são apresentados trimestralmente durante o Comité de Controlo Interno (ICC) e relatados anualmente no Relatório de Controlo Interno (ICR). O perfil de risco do Banco é, por sua vez, apresentado no Comité de Risco Interno do Grupo (GIRC).

CONFORMIDADE, RELAÇÕES COM AS AUTORIDADES DE SUPERVISÃO E PROTEÇÃO DE DADOS

A área de Compliance, Relações com as Autoridades de Supervisão e Proteção de Dados (CSR&DP) é uma função de controlo de segundo nível que exerce a sua atividade de acordo com os princípios de independência, autoridade, autonomia e adequação de recursos, e abrange as seguintes áreas de competência:

- Conformidade, com a missão de monitorizar o risco de não conformidade, ou seja, o risco de incorrer em sanções judiciais ou administrativas, perdas financeiras ou danos à reputação em consequência de violações de normas imperativas ou de autorregulação. Essa vigilância, além de visar evitar o risco de o Banco ser sancionado por não ter cumprido corretamente as normas que lhe são aplicáveis, destina-se também e sobretudo à sua observância (e ao respeito pelos princípios orientadores de autorregulação contidos no código de conduta), no interesse da sua clientela. Isto para proteger contra outro risco, talvez o mais importante de todos, o risco reputacional, em defesa do bem mais precioso, a confiança;
- Relações com as Autoridades de Supervisão, com a missão de gerir as relações com as Autoridades de Supervisão italianas e supranacionais através de reuniões periódicas e da prestação de contas sobre as várias iniciativas e projetos do Grupo, bem como coordenar as relações com as Autoridades de Supervisão locais através do acompanhamento e da elaboração de relatórios sobre as inspeções e eventuais planos de ação solicitados;
- Proteção de Dados, com a função de garantir uma proteção adequada dos dados pessoais tratados de todas as partes interessadas, definindo funções e responsabilidades para o tratamento correto com base nas necessidades específicas e nas particularidades da empresa.

O responsável pela função é também responsável pela prevenção do branqueamento de capitais, responsável pelo sistema de denúncias, gestor de conformidade antitrust e Encarregado da Proteção de Dados do Grupo (DPO); além disso, é o responsável pela comunicação de operações suspeitas e é membro do Órgão de Fiscalização da empresa.

A CSR&DP identifica os riscos de não conformidade através de um mapeamento anual (Annual Compliance Risk Mapping) e monitoriza esses riscos com base num plano de atividades e controlos, que inclui:

- os controlos destinados a verificar a eficácia dos processos e procedimentos existentes em conformidade com a regulamentação local e as Políticas do Grupo; em particular, os controlos dividem-se em 2 tipos principais: os controlos permanentes destinados à geração e avaliação contínua de indicadores de risco (KRI) e à produção de dados representativos de potenciais comportamentos não conformes e os controlos realizados em relação aos resultados do Perímetro de Conformidade, ou seja, do mapeamento anual de riscos. Estes controlos são realizados através da «verificação» de uma Área Normativa, para a qual podem ser definidos e delineados pontos de controlo específicos com base nas análises e entrevistas realizadas pelo Responsável Local de Conformidade e podem incluir verificações documentais sobre eventos de natureza extraordinária ou análises de amostras de dados;
- as atividades destinadas a identificar e programar o envolvimento da função em cada projeto, atividade ou iniciativa, seja ela nova ou já em curso;
- os cursos de formação destinados a desenvolver e difundir uma cultura de risco integrada e abrangente a todos os colaboradores e parceiros.

O resultado dos controlos é devidamente documentado e partilhado com os responsáveis das áreas objeto de análise, com o objetivo de definir, quando necessário, planos de ação destinados a reforçar a gestão dos riscos de não conformidade a que a empresa está exposta.

Os resultados das auditorias são, além disso, consolidados a nível da empresa-mãe e apresentados periodicamente ao Conselho de Administração e às comissões internas de referência, bem como ao Conselho Fiscal, para as devidas avaliações e decisões.

A CA Auto Bank, na qualidade de empresa-mãe, coordena o alinhamento com as metodologias para a execução dos controlos em todas as entidades do Grupo (sucursais e subsidiárias), aprova os respetivos planos de atividades e controlo e supervisiona a sua execução, em conformidade com as diretrizes do Grupo a que pertence.

O âmbito de referência das atividades da função CSR&DP abrange a empresa-mãe e, a nível de coordenação e supervisão, as sucursais e as subsidiárias nos mercados estrangeiros e o grupo Drivalia.

COMISSÕES INTERNAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMITÉ DE RISCO E AUDITORIA

O Comité de Risco e Auditoria (RAC) apoia o Conselho de Administração em matéria de riscos e do sistema de controlo interno, bem como na avaliação da correta aplicação dos princípios contabilísticos na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em particular, é responsável por todas as atividades necessárias ao Conselho de Administração para chegar a uma determinação correta e eficaz do Risk Appetite Framework («RAF») e das políticas de gestão de riscos.

Este comité foi instituído pelo Conselho de Administração em conformidade com a regulamentação de supervisão bancária em matéria de governo societário (Circular 285 do Banco de Itália e atualizações adicionais com base nas Orientações da EBA sobre governação interna).

COMISSÃO DE NOMEAÇÕES

A Comissão de Nomeações desempenha as suas funções em conformidade com a legislação em vigor, apoiando o Conselho de Administração (e, se necessário e sempre que possível, a Assembleia Geral) no processo de nomeação dos Administradores e das Comissões do Conselho, na atribuição de funções e na avaliação da aptidão do Conselho no seu conjunto e de cada um dos administradores para realizar a autoavaliação, bem como na avaliação da aptidão dos responsáveis pelas principais funções da empresa, conforme previsto na legislação.

COMISSÃO DE REMUNERAÇÃO

O Comité de Remuneração desempenha funções consultivas e propositivas para o Conselho de Administração no que diz respeito às práticas e políticas de remuneração e incentivos do Grupo CA Auto Bank. Trata-se de um comité do Conselho de Administração instituído pelo Conselho de Administração em conformidade com a regulamentação de supervisão bancária em matéria de (Circular 285 do Banco de Itália e atualizações adicionais com base nas Orientações da EBA sobre políticas de remuneração saudáveis).

OUTROS COMITÉS ENVOLVIDOS NO SISTEMA DE CONTROLOS INTERNOS

Para complementar e completar o SCI, o Grupo dotou-se, para além das funções de controlo e dos comités internos ao Conselho de Administração, dos seguintes comités.

COMITÉ DE CONTROLO INTERNO

O Comité de Controlo Interno (CCI) é um comité sem poder de decisão, destinado a permitir a troca de informações relevantes sobre assuntos relacionados com o sistema de controlo interno e com o Acionista, bem como a apoiar (também através do acompanhamento dos principais resultados das atividades de controlo interno) o Administrador Delegado, o Conselho Fiscal e o Comité de Risco e Auditoria nas respetivas funções em matéria de sistema de controlo interno.

COMITÉ DE RISCO INTERNO DO GRUPO

O Comité de Risco Interno do Grupo (GIRC) é um comité sem poder de decisão, responsável pela supervisão e controlo efetivos de todos os riscos, verificando a sua gestão em conformidade com o nível de propensão ao risco definido pelo Conselho de Administração da CA Auto Bank.

O Comité reúne-se também em caso de potencial crise de liquidez que afete o mercado ou a Sociedade (Contingency Funding Plan) e supervisiona as medidas corretivas em conjunto com o Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALM).

Por fim, o Comité reúne-se sempre que seja necessário ativar os procedimentos de continuidade de atividades.

O ÓRGÃO DE VIGILÂNCIA

No que diz respeito à função de prevenção da responsabilidade administrativa das entidades, nos termos do Decreto Legislativo n.º 231/01, foi instituído o Órgão de Fiscalização (OdV) para a empresa-mãe e para a subsidiária italiana Drivalia S.p.A., com a missão de supervisionar a correta aplicação do «Modelo de organização, gestão e controlo» e do Código de Conduta.

O Órgão de Vigilância:

- reúne-se com frequência trimestral, no mínimo, ou mediante solicitação, e presta contas periodicamente ao Administrador Delegado e Diretor Geral, ao Conselho de Administração e ao Colégio de Comissários;
- realiza verificações periódicas sobre a capacidade real do Modelo de prevenir a prática dos crimes previstos, recorrendo, normalmente, à Função de Conformidade da CA Auto Bank, à Auditoria Interna, à Função de Risco e Controlo Permanente e ao apoio de outras funções internas que, caso a caso, se revelem necessárias para esse fim.

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE SUSTENTABILIDADE

GLOSSÁRIO

1.	INFORMAÇÕES GERAIS	97
1.1	Critérios para a elaboração	
1.2	Governança	
1.3	Estratégia de Sustentabilidade	
1.4	Gestão de impactos, riscos e oportunidades	
2.	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	152
2.1	Evolução do clima	
2.2	A natureza e a poluição	
2.3	Relatórios nos termos da Taxonomia da UE (Regulamento UE 2020/852)	
2.4	Indicadores para a taxonomia ambiental	
3.	RESPONSABILIDADE SOCIAL	243
3.1	Força de trabalho própria	
3.2	Consumidores e utilizadores finais	
4.	A ÉTICA COMO RESPONSABILIDADE NOS NEGÓCIOS	302
4.1	Conformidade no interesse dos clientes e da sociedade	
4.2	Relações com fornecedores e práticas de pagamento	

GLOSSÁRIO

Cadeia de valor: Todas as atividades, recursos e relações relacionadas com o modelo empresarial da empresa e o contexto externo em que esta opera. A cadeia de valor inclui as atividades, os recursos e as relações que a empresa utiliza e nas quais se baseia para criar os seus produtos ou serviços, desde a conceção até à entrega, ao consumo e ao fim de vida.

CRR: Regulamento relativo aos requisitos de capital - Regulamento (UE) n.º 2013/575.

CSRD: Diretiva relativa à divulgação de informações sobre sustentabilidade das empresas - Diretiva UE 2022/2464 transposta para a legislação italiana pelo Decreto Legislativo 125/2024.

Dupla materialidade ou relevância: Duas dimensões de um tema de sustentabilidade, ou seja, a relevância do impacto e a relevância financeira; um tema de sustentabilidade satisfaz o critério da dupla relevância se for relevante do ponto de vista do impacto (inside out), do ponto de vista financeiro (outside in) ou de ambos os pontos de vista.

DMA: Double Materiality Assessment ou Análise de Dupla Materialidade, análise da relevância do impacto e da relevância financeira.

DNSH: Do Not Significant Harm - Critério de triagem taxonómica de «não causar danos significativos».

DP: Ponto de dados ou elemento informativo específico previsto pelos ESRS.

DR: Disclosure Requirement ou Obrigações de divulgação previstas no Regulamento UE 2023/2772.

EFRAG: European Financial Reporting Advisory Group: Grupo Consultivo Europeu sobre Relato Financeiro.

Emissões de GEE de âmbito/Scope 1: Emissões diretas de gases com efeito de estufa provenientes de fontes que são propriedade ou estão sob o controlo da empresa.

Emissões de GEE de âmbito/Scope 2: Emissões indiretas decorrentes da produção de eletricidade, vapor, calor ou refrigeração, comprados ou adquiridos, que a empresa consome.

Emissões de GEE de âmbito/Scope 3: Todas as emissões indiretas de gases com efeito de estufa (que não se enquadram nas emissões de GEE de âmbito 2) geradas na cadeia de valor da empresa, incluindo as emissões a montante e a jusante.

ESRS: European Sustainability Reporting Standards ou Princípios Europeus de Relato de Sustentabilidade, que definem as modalidades, os requisitos gerais e as obrigações de informação que as empresas são obrigadas a seguir para o Relato de Sustentabilidade.

FINREP: Esquema de reporte que contém dados contabilísticos e estatísticos definidos pela Autoridade Bancária Europeia, organismo independente da União Europeia que atua para garantir um nível uniforme de regulamentação e supervisão prudencial

no setor bancário

européu; o objetivo do FINREP é recolher dados utilizados pelas Autoridades de Supervisão e pelo Banco Central para as suas atividades de supervisão.

KPI: Key Performance Indicator ou indicadores-chave de desempenho.

GAR: Green Asset Ratio - indica a quota de exposições relativas a ativos alinhados com a taxonomia (Reg. (UE) 2020/852, tal como complementado pelo Reg. (UE) 2021/2178) em relação ao total de ativos.

GES (ou GHG): Gases com efeito de estufa ou Greenhouse Gases.

GHG Protocol: Norma internacional de medição, gestão e reporte das emissões de gases com efeito de estufa.

GRI: Global Reporting Initiative.

OIT: Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas. **IRO:** Impactos, Riscos e

Oportunidades relativos a questões ambientais, sociais e de governação.

Diretrizes ABI Lab: Diretrizes emitidas pela Associação Bancária Italiana que fornecem orientações sobre as modalidades de implementação e aplicação dos temas ambientais dos ESRS, garantindo a transparência e a comparabilidade das informações apresentadas nos relatórios das instituições financeiras.

NZBA: Net Zero Banking Alliance – iniciativa promovida pelas Nações Unidas para acelerar a transição sustentável do setor bancário internacional. Os bancos participantes comprometem-se a alinhar as suas carteiras de empréstimos e investimentos com o objetivo de emissões líquidas nulas até 2050, em conformidade com as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris sobre o clima.

PAI: Principal Adverse Impacts: são efeitos negativos significativos, ou potencialmente significativos, sobre os fatores de sustentabilidade. Estes efeitos são causados, agravados ou diretamente relacionados com as decisões de investimento e com a consultoria em matéria de investimentos.

PCAF: Partnership for Carbon Accounting Financials, protocolo padrão para o cálculo da pegada de carbono.

RA: Requisitos de Aplicação: fornecem informações adicionais de apoio à prestação de contas das informações dos DP.

Relatório de Sustentabilidade: ou Declaração de Sustentabilidade ou Relatório de Sustentabilidade elaborado nos termos da CSRD em benefício das partes interessadas.

SFDR: Regulamento (UE) 2019/2088 (o «Regulamento de Divulgação» ou «SFDR»), que estabelece a forma como os participantes no mercado financeiro devem divulgar informações sobre sustentabilidade, orientando os investimentos para produtos financeiros que apoiem objetivos sociais e ambientais e integrando a gestão do risco ESG no processo de tomada de decisões de investimento.

Taxonomia da UE: Disposições do Regulamento (UE) 2020/852 que introduz na União Europeia um sistema de classificação das atividades económicas ecologicamente sustentáveis, com o objetivo de colmatar a ausência de definições comuns e, assim, promover a transparência e a comparabilidade, por parte dos investidores, das informações sobre investimentos sustentáveis; uma atividade económica é considerada ecologicamente sustentável se satisfizer estes critérios: (1) contribui de forma substancial para um dos seis objetivos ambientais, (2) não causa danos significativos a nenhum dos outros objetivos ambientais (princípio Do Not Significant Harm - DNSH), (3) respeita algumas garantias mínimas de salvaguarda social.

Plano de Transição: Plano de transição climática elaborado e reportado nos termos da ESRS E1.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

ESRS 2

1.1. CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO

1.1.1. CRITÉRIOS GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE CONSOLIDADO

ESRS2 - BP-1 DP 5

O Grupo CA Auto Bank (doravante também designado por «Grupo» ou «Grupo CAAB») faz parte do Grupo Crédit Agricole S.A., um dos principais grupos bancários universais orientados para o cliente, que combina um modelo mutualista e cooperativo com uma ampla gama de serviços bancários e financeiros a nível global, representando uma referência internacional em termos de solidez e sustentabilidade.

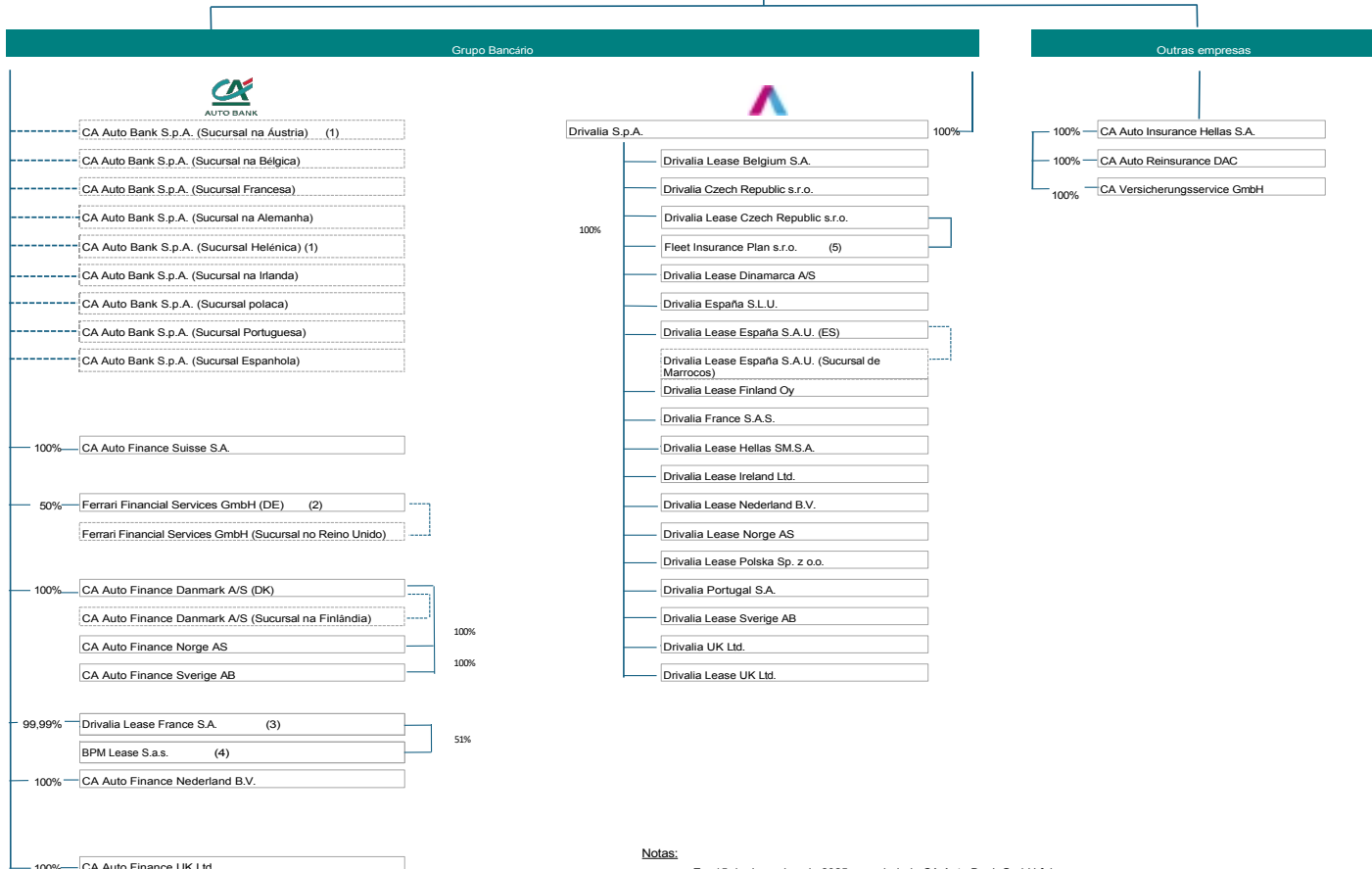
O Crédit Agricole S.A. é obrigado a elaborar o seu Relatório de Sustentabilidade numa base consolidada, nos termos da Diretiva relativa à Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas (doravante «CSRD»). Na sequência da aquisição pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility em 2023, a CA Auto Bank opera como um banco independente e multímarcas especializado no setor do financiamento e leasing de automóveis e outros meios de transporte, bem como no aluguer e na mobilidade, através da sua subsidiária Drivalia.

A CA Auto Bank, na qualidade de emitente de instrumentos financeiros cotados em mercados regulamentados, está, por sua vez, sujeita às obrigações específicas da CSRD. Para o exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Relatório Consolidado de Sustentabilidade do Grupo (doravante também designado por Relatório Consolidado de Sustentabilidade) é elaborado em conformidade com o Decreto Legislativo n.º 125 de 2024, que transpõe para o ordenamento jurídico italiano a Diretiva 2022/2464/UE. Esta Declaração, elaborada em conformidade com as disposições normativas aplicáveis, mantém plena coerência com o Relatório Consolidado de Sustentabilidade do Grupo Crédit Agricole S.A., de modo a garantir a transparência e a harmonização entre as diferentes entidades do Grupo.

O âmbito das informações sobre sustentabilidade em base consolidada é o mesmo utilizado para as demonstrações financeiras consolidadas; além disso, inclui as informações relativas às entidades controladas e às joint ventures, dentro do perímetro de consolidação, tal como já especificado na Secção 3 da Parte A – Políticas Contabilísticas.

O quadro abaixo apresenta, a 31 de dezembro de 2025, as sociedades controladas exclusivamente pela CA Auto Bank incluídas no presente relatório de sustentabilidade e isentas da obrigação de elaborar uma declaração de sustentabilidade numa base individual ou consolidada no seu relatório de gestão.

O perímetro do Grupo CAAB inclui, portanto, além da empresa-mãe CA Auto Bank, todas as entidades controladas, independentemente do método de consolidação utilizado para efeitos da elaboração das demonstrações financeiras, listadas a seguir:



Notas:

- (1) Em 15 de dezembro de 2025, a sociedade CA Auto Bank GmbH foi incorporada na CA Auto Bank S.p.A.;
- (2) A Ferrari Financial Services GmbH - CA Auto Bank detém 50% + 1 ação; a participação restante é detida pela Ferrari S.p.A.;
- (3) Drivalia Lease France S.A. - as restantes 10 ações são detidas pela Drivalia France S.A.S.;
- (4) A BPM Lease S.a.s. foi constituída em 26 de junho de 2024 e está excluída do perímetro bancário.
- (5) A empresa está excluída do perímetro bancário.

Entidade jurídica

Filial

As entidades acima representadas são todas consolidadas integralmente e não existem sociedades consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. As sociedades de titularização estão excluídas da lista.

No que diz respeito às empresas associadas, foi considerado o conceito de controlo operacional, tal como definido pela norma IFRS 10, com o objetivo de avaliar a sua posição na cadeia de valor do Grupo.

Em 31.12.25, não existem no Grupo sociedades associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

No que diz respeito às empresas consideradas para a determinação do perímetro, não se identificam participações que se enquadrem na cadeia de valor a montante e a jusante do Grupo. Por conseguinte, com base no conceito de controlo operacional, estas considerações permitem incluir as emissões provenientes de todas as empresas do Grupo exclusivamente no âmbito dos Âmbitos 1 e 2.

Em 31 de dezembro de 2025, nenhuma empresa do Grupo CAAB, com exceção da própria CA Auto Bank, está obrigada a elaborar o Relatório Consolidado de Sustentabilidade.

As operações próprias da CA Auto Bank (ou seja, as operações próprias) são definidas como aquelas relativas à empresa-mãe e às suas subsidiárias sobre as quais esta exerce, direta ou indiretamente, um controlo exclusivo. As joint ventures, as atividades sob controlo conjunto e as empresas associadas detidas direta ou indiretamente pela empresa-mãe são incluídas na cadeia de valor caso a caso.

O Grupo CAAB, para efeitos da elaboração do Relatório Consolidado de Sustentabilidade, analisou os elementos relevantes da sua cadeia de valor a montante e a jusante, com o objetivo de identificar os processos e as partes interessadas relevantes, tanto no que se refere à cadeia de abastecimento como ao modelo de negócio.

A CA Auto Bank delineou o âmbito do presente Relatório Consolidado de Sustentabilidade considerando três grandes áreas:

- As **Operações Próprias**, que representam o compromisso direto do banco em abordar as questões de sustentabilidade, tanto na qualidade de empregador responsável, através da adoção de políticas que promovam o bem-estar e a diversidade, como na gestão do seu impacto ambiental. Isto inclui a otimização de recursos, a integração de práticas sustentáveis e a implementação de estratégias destinadas a reduzir o impacto ambiental das atividades operacionais;
- A **Cadeia de Valor Upstream**, que abrange todos os processos operacionais do Grupo relacionados com a cadeia de abastecimento;
- A **Cadeia de Valor a Jusante**, que inclui todos os processos do Grupo ligados à atividade comercial e aos respetivos processos de apoio, incluindo as relações com os clientes e as dinâmicas de prestação de serviços financeiros.

Com base nas considerações acima expostas, a cadeia de valor é representada a seguir:

CADEIA DE VALOR	ATORES DA CADEIA DE VALOR	DESCRIÇÃO
Upstream	Fornecedores	Principais fornecedores agrupados por atividade económica exercida (por exemplo, fabricantes de automóveis, etc.)
	Obrigacionistas	Principalmente investidores institucionais
	Clientes (captação direta)	Clientes depositantes
Operação Própria	Grupo CA Auto Bank	Empresa-mãe e empresas controladas (consolidadas)
	Colaboradores	Colaboradores do Grupo CAAB
A jusante	Clientes - Financiamentos e leasing	Clientes particulares e empresariais que financiam a compra de veículos (incluindo leasing)
	Clientes - financiamentos grossistas	Financiamentos concedidos à rede de concessionários e parceiros industriais
	Clientes Drivalia - aluguer de mobilidade	Aluguer de curta e longa duração, partilha de veículos
	Parceiros comerciais	Concessionários e colaboradores estratégicos (por exemplo, seguradoras)
	Clientes – produtos bancários	Clientes particulares que subscrevem um dos seguintes produtos: conta corrente, cartões de crédito e empréstimos pessoais

Os impactos, riscos e oportunidades relevantes ilustrados no documento dizem respeito à cadeia de valor a montante e a jusante, em relação aos resultados do processo de dupla materialidade e em conformidade com as obrigações relativas à cadeia de valor. Os detalhes relativos às fases da cadeia de valor afetadas por políticas, ações, objetivos e métricas são apresentados nos capítulos temáticos.

A empresa não recorreu à opção de omitir informações específicas relativas à propriedade intelectual, know-how ou resultados da inovação.

A empresa não recorreu à opção de não comunicar informações relativas a desenvolvimentos iminentes ou a questões objeto de negociação, nos termos do artigo 19.º-A, n.º 3, e do artigo 29.º-A, n.º 3, da Diretiva 2013/34/UE.

ESRS2 - BP-2 DP 9

No que diz respeito aos horizontes temporais de curto, médio e longo prazo, o Grupo CAAB não se afasta do definido pelas normas ESRS da EFRAG, utilizando os seguintes intervalos de tempo:

- horizonte temporal de curto prazo: um ano, correspondente ao período adotado como período de referência nos seus balanços;
- horizonte temporal de médio prazo: até cinco anos a contar do final do período de referência de curto prazo;
- horizonte temporal de longo prazo: mais de cinco anos.

1.1.2. INFORMAÇÃO RELATIVA A CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS

ESTIMATIVAS RELATIVAS À CADEIA DE VALOR

ERS2 - BP-2 DP 10

No que diz respeito ao perímetro consolidado do Grupo CAAB, composto por 44 entidades (32 entidades jurídicas e 12 sucursais), apresentam-se os detalhes relativos à recolha de dados e às metodologias de cálculo adotadas.

O processo de recolha de dados abrangeu as métricas relativas ao consumo de energia (eletricidade, combustível, aquecimento/arrefecimento urbano e colunas de carregamento).

- **Exclusões:** 4 entidades foram excluídas por não terem funcionários nem impactos diretos significativos. No que diz respeito a outras 11 entidades, as informações estão incluídas na divulgação do respetivo mercado de pertença.
- **Cobertura:** Das restantes 29 entidades, os dados foram recolhidos combinando medições pontuais e estimativas metodológicas, conforme detalhado na tabela seguinte:

Métrica	Dados Pontuais (n.º de entidades)	Dados estimados (n.º de entidades)	Notas
Energia elétrica	22	7	Atribuível a DP [inserir código específico ESRS E1]
Combustível	22	6	1 entidade não disponível
Colunas de carregamento	4	1	De um total de 5 pontos equipadas com infraestrutura
Aquecimento/arrefecimento urbano	3	8	De um total de 11 entidades consumidoras

Nos casos em que não foi possível obter dados precisos a partir da faturação ou da leitura direta dos contadores, as estimativas foram elaboradas com base em:

- **Fatores de consumo:** Área das instalações (m²) ou número de colaboradores (ETI), aplicando médias de consumo registadas em entidades comparáveis por área geográfica e tipo de atividade;
- **Parâmetros históricos:** Projeção dos consumos do exercício anterior, ajustados com base em variações operacionais conhecidas no período de referência.

O Grupo considera que as estimativas fornecidas representam uma aproximação razoável dos consumos reais. No entanto, assinalam-se os seguintes níveis de precisão:

- **Alta Precisão:** Para a energia elétrica e os combustíveis, onde as estimativas se baseiam em dados históricos consolidados;
- **Precisão moderada:** Para o aquecimento e arrefecimento urbanos, devido à variabilidade climática sazonal que pode influenciar o desvio entre o valor estimado (por m²) e o consumo efetivo.

A incerteza global é considerada não material para efeitos da apresentação verdadeira e correta dos impactos totais do Grupo.

Com o objetivo de melhorar progressivamente a qualidade dos dados e reduzir o recurso a processos de estimativa, o Grupo CAAB previu as seguintes ações:

- Melhoria contínua de um sistema centralizado de recolha de dados para uniformizar os fluxos de informação provenientes das sucursais no estrangeiro;
- Aumento da percentagem de edifícios sujeitos a pedidos de relatórios pontuais sobre o consumo de energia por parte dos locadores;
- Transição de estimativas baseadas no montante económico gasto para estimativas baseadas na quantidade de energia consumida;
- Formação específica para os responsáveis locais, com o objetivo de reduzir ao mínimo o tempo de recolha e melhorar a precisão das fontes documentais.

CAUSAS DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS E NOS

RESULTADOS ESR2 - BP-2 DP 11

RISCOS E INCERTEZAS NO CONTEXTO DA SUSTENTABILIDADE

Para além das incertezas já analisadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas (SECÇÃO 2 – PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO - RISCOS E INCERTEZAS RELACIONADOS COM A UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS») e à gestão das métricas quantitativas relacionadas com a cadeia de valor, o Grupo CAAB enfrenta riscos e incertezas adicionais relevantes para a prossecução dos seus objetivos de sustentabilidade, que estão na base da divulgação de informações prospectivas, tal como apresentadas no relatório consolidado de sustentabilidade. Esses riscos inserem-se num contexto em constante evolução, caracterizado por desafios ambientais, sociais e regulamentares, bem como por eventos que poderão ocorrer no futuro e/ou por possíveis ações futuras por parte do Grupo. Devido à aleatoriedade associada, os desvios entre os valores efetivos e as informações prospectivas poderão ser significativos.

Com referência específica às métricas quantitativas sujeitas a estimativa, o Grupo previu a gestão da parcialidade dos dados primários, em particular no âmbito do cálculo das emissões relacionadas com o consumo dos veículos da empresa e com as deslocações casa-trabalho dos colaboradores.

A fim de garantir a relevância da informação, foram formulados os seguintes juízos e pressupostos:

- Consumo da frota da empresa: Para algumas áreas geográficas em que não estavam disponíveis dados de consumo pontos para o exercício em curso, o Grupo procedeu a uma estimativa com base em dados históricos e técnicos. Mais especificamente, os consumos foram calculados aplicando o consumo específico (por tipo de combustível e modelo) registado na mesma frota no

exercício

anterior. Esta estimativa baseia-se na hipótese de invariabilidade da quilometragem média anual e na estabilidade das condições de utilização dos veículos em relação ao ano anterior;

- Tratamento das taxas de resposta: Uma vez que a participação no inquérito interno apresentou taxas de resposta heterogêneas entre os diferentes mercados do Grupo, para a parte da população da empresa não abrangida por dados diretos, foi efetuada uma estimativa por extrapolação. Este processo baseia-se no pressuposto de que o perfil de mobilidade dos colaboradores que não responderam está estatisticamente alinhado com o dos que responderam pertencentes ao mesmo mercado de referência;
- Gestão da variabilidade sazonal: Os questionários foram distribuídos em diferentes períodos do ano. O Grupo considerou que os hábitos de transporte declarados poderiam ser afetados pela sazonalidade (por exemplo, escolha diferente de meios de transporte entre os meses de inverno e de verão). Para mitigar essa incerteza, na fase de consolidação dos dados, assumiu-se que o comportamento do inquirido no momento da resposta era representativo de todo o ano.

CENÁRIOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS

As incertezas decorrentes da modelação e da projeção dos cenários climáticos representam um desafio crucial. Os riscos físicos, como eventos meteorológicos extremos, e os riscos de transição, ligados a regulamentações ambientais cada vez mais rigorosas, podem ter um impacto significativo nas estratégias de sustentabilidade e nos portfólios empresariais. A análise destes cenários, embora baseada em dados atualizados e modelizações reconhecidas, apresenta margens de incerteza ligadas à complexidade e à variabilidade das projeções a longo prazo.

ESTIMATIVA DOS IMPACTOS MATERIAIS

A quantificação dos impactos materiais decorrentes de fatores climáticos, ambientais e sociais depara-se frequentemente com a dificuldade de obter dados completos e fiáveis. A evolução normativa e tecnológica acrescenta um nível adicional de complexidade, tornando necessária uma atualização contínua das metodologias de avaliação e dos processos de tomada de decisão.

RISCOS OPERACIONAIS E DE REPUTAÇÃO

A CA Auto Bank opera num contexto em que eventos relacionados com questões de reputação ligadas à sustentabilidade podem afetar negativamente a confiança das partes interessadas e gerar impactos financeiros significativos. A gestão desses riscos requer um acompanhamento constante e uma abordagem integrada que envolva todas as funções da empresa.

DEPENDÊNCIA DE FONTES DE DADOS EXTERNAS

A fiabilidade e a disponibilidade de dados provenientes de parceiros externos, como fornecedores ou clientes, representam um elemento crítico. Esses dados, fundamentais para um relatório preciso e transparente, estão sujeitos a incertezas relacionadas com a qualidade das informações recolhidas ao longo da cadeia de valor e com a capacidade de monitorizar constantemente a evolução dos cenários.

A informação fornecida pelo Grupo sobre as emissões de Âmbito 3 está, portanto, sujeita a maiores limitações intrínsecas do que as de Âmbito 1 e 2, devido, como referido, à escassa disponibilidade e à precisão relativa das informações utilizadas para definir os dados sobre as emissões de Âmbito 3, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, relativos à cadeia de valor.

Esses riscos e incertezas, estreitamente ligados ao âmbito ESG, são considerados nos processos de decisão estratégicos da CAAB e contribuem para reforçar a atenção do Grupo para uma prestação de contas sustentável e em conformidade com as normas ESRS.

ALTERAÇÕES NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE

ESRS2 - BP-2 DP 13

O presente Relatório Consolidado de Sustentabilidade apresenta as informações relativas ao exercício de 2025, garantindo, quando aplicável, a comparação com o exercício anterior (2024). Esta abordagem visa assegurar a transparência e a plena comparabilidade dos dados, em conformidade com o quadro normativo em vigor.

Com referência específica à informação sobre a negociação coletiva (S1 – 8 DP 60 AR 70), assinala-se uma alteração a título de integração e aperfeiçoamento das informações recolhidas no exercício anterior:

- Dados quantitativos: o valor percentual relativo à cobertura da negociação coletiva foi integrado na secção dedicada às análises quantitativas, a fim de facilitar uma leitura orgânica dos KPI.
- Informação tabular: em conformidade com o exigido pelo DP, a tabela foi atualizada para incluir a lista dos mercados e das áreas geográficas abrangidos pelo âmbito deste requisito.

Esta atualização permite fornecer uma representação mais detalhada do contexto operacional do Grupo, mantendo o alinhamento com os critérios de apresentação exigidos pelas normas ESRS.

Além disso, com o objetivo de melhorar a qualidade da informação e a compreensão das dinâmicas empresariais, salienta-se a seguinte evolução metodológica e de apresentação em relação ao relatório anterior:

- Práticas de Pagamento (ESRS G1-6, DP 33): no que diz respeito aos quadros relativos aos prazos médios de pagamento e aos pagamentos efetuados dentro do prazo, a partir do exercício de reporte de 2025 foi adotada uma apresentação mais detalhada em comparação com 2024. Enquanto no exercício anterior os dados eram apresentados de forma agregada para o conjunto dos fornecedores, na presente informação os dados foram distinguidos em duas tabelas separadas: uma dedicada aos fornecedores «core» e outra aos fornecedores «no-core».

INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR OUTRAS NORMATIVAS OU POR DISPOSIÇÕES EM MATÉRIA DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE GERALMENTE ACEITES

ESRS2 - BP-2 DP 15

O Grupo CAAB inclui na sua Relatório Consolidado de Sustentabilidade elementos decorrentes das seguintes referências normativas:

- Diretiva (UE) 2022/2464 (Diretiva relativa ao Relatório de Sustentabilidade das Empresas – CSRD), transposta para o ordenamento jurídico nacional, como quadro normativo de referência para o relatório de sustentabilidade;
- Regulamento Delegado (UE) 2023/2772, que adota as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS);
- Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 – Taxonomia da União Europeia, incluindo os respetivos atos delegados ambientais aplicáveis, no que se refere às obrigações de divulgação sobre a quota de atividades económicas elegíveis e alinhadas;
- Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), no que diz respeito aos requisitos de informação prudencial e à integração dos riscos ESG no sistema de gestão de riscos;
- Regulamento (UE) n.º 2024/3172 – requisitos de divulgação do Pilar III, com especial referência à divulgação de riscos ambientais, sociais e de governação;
- Diretiva 2013/36/UE (CRD IV), na sua versão alterada (CRD V), no que diz respeito aos aspetos relativos à governação, aos controlos internos, à gestão de riscos e à sustentabilidade do modelo de negócio.

Caso as referências normativas ou os quadros regulamentares acima mencionados sejam aplicados apenas parcialmente, o Grupo fornece uma referência precisa às disposições, artigos ou parágrafos específicos efetivamente aplicados, garantindo a transparência, a rastreabilidade e a coerência das informações prestadas, em conformidade com os requisitos da CSRD e dos ESRS.

1.2. GOVERNANÇA

As principais responsabilidades na área ESG atribuídas aos órgãos e estruturas do Grupo são definidas em conformidade com os Estatutos, os regulamentos dos órgãos e o quadro normativo interno, garantindo uma abordagem coerente e integrada à governança da sustentabilidade.

O modelo de Governança ESG da CA Auto Bank prevê uma estrutura de sustentabilidade clara, definida e eficaz, com responsabilização do Conselho de Administração e da Alta Direção, e articulada em vários níveis:

- Conselho de Administração;
- Comissões Internas do Conselho;
- Comité de Sustentabilidade;
- Funções empresariais.

1.2.1. O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E OS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E CONTROLO

1.2.1.1. COMPOSIÇÃO E DIVERSIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E CONTROLO

ESRS2 - GOV-1 DP 21

O Conselho de Administração da CA Auto Bank, nomeado pela Assembleia Geral de 3 de abril de 2023 para o triénio 2023-2025, é composto por: 10 conselheiros, dos quais 1 executivo, o Administrador Delegado, e 9 não executivos, incluindo o Presidente.

Nos termos do artigo 12.º dos Estatutos, os membros do Conselho de Administração devem possuir os requisitos e satisfazer os critérios de elegibilidade para o exercício do cargo, em conformidade com as disposições legais, regulamentares e de supervisão em vigor, bem como com as disposições de eventuais regulamentos internos.

Pelo menos um quarto dos membros do Conselho de Administração nomeados, ou a proporção mínima diferente exigida pelas disposições legais, regulamentares e de supervisão em vigor, deve ser constituído por conselheiros independentes, que preencham os requisitos de independência previstos nas disposições legislativas, regulamentares e de supervisão em vigor e aplicáveis.

A composição do Conselho de Administração deve refletir um grau adequado de diversificação em termos, nomeadamente, de competências, experiências, idade, género e projeção internacional. O número de membros do género menos representado deve ser igual a, pelo menos, 33% dos membros do Conselho de Administração, sem prejuízo de eventuais proporções superiores previstas na legislação em vigor.

Além disso, o Conselho previu a presença de, pelo menos, uma pessoa pertencente ao género menos representado no órgão de supervisão estratégica e nas comissões do Conselho, bem como a nomeação de pessoas de género diferente para os três cargos-chave de Presidente do Conselho de Administração, Administrador Delegado e Presidente do Colégio de Auditores.

O Conselho de Administração avalia a adequação dos administradores aos requisitos acima referidos, bem como a adequação da sua composição coletiva, no respeito pelas disposições legislativas, regulamentares e de supervisão em vigor.

Estas disposições estão, além disso, refletidas no Regulamento do Conselho de Administração.

A representação dos empregados e dos demais trabalhadores não está prevista nos Estatutos Sociais do Grupo CAAB; por conseguinte, não existem conselheiros em representação dos trabalhadores.

Na tabela abaixo são apresentados os percursos profissionais e as competências dos membros do Conselho de Administração, relativamente aos setores económicos e aos tipos de áreas funcionais.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA GOVERNANÇA – MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DIVIDIDOS POR ÁREAS DE COMPETÊNCIA

Estrutura e composição da governança	Número de conselheiros		
	2025	2024	Variação (%)
Negócios bancários e financeiros	10	10	0%
Outros negócios financeiros	10	10	0%
Experiência jurídica, económica e/ou contabilística	10	10	0%
Planeamento estratégico, conhecimento das orientações estratégicas da empresa ou do plano industrial de uma instituição de crédito e respetiva implementação		10	10
TI e Digital	6	6	0%
Governança e Estruturas Organizacionais	8	8	0%
Recursos humanos e sistemas de remuneração	8	8	0%
Riscos e Controlos	10	10	0%
Marketing e Comercial	9	9	0%
ESG	8	8	0%

O Conselho de Administração é atualmente composto da seguinte forma:

- 6 conselheiros do sexo masculino, o que corresponde a 60%;
- 4 conselheiras, o que corresponde a 40%.

A diversidade de género no Conselho de Administração, calculada como a relação média entre os membros do sexo feminino e masculino do Conselho, é de 66,67%.

Membros do Conselho de Administração	2025		2024	
	Unida de	%	Unida des	%
	10	100%	10	100%
Mulheres	4	40%	4	40%
Homens	6	60%	6	60%
Rácio médio mulheres/homens		0,67		0,67

A seguir, apresenta-se a composição do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2025:

	Stéphane Priami Presidente		
	Giacomo Carelli Administrador Delegado e Diretor Geral		
Anne Vincent Laimè Administradora			Paola De Vincentiis Administradora independente
Anne Marie Guirchoux Administradora			Sophie Lazarevitch Administradora independente
Yannick Mouillet Administrador			Jerome Hombourger Administrador
Richard Bouligny Administrador			Vittorio Ratto Administrador

Além disso, em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal, nomeado pela Assembleia Geral Ordinária de 3 de abril de 2024 para os exercícios de 2024 a 2026, e posteriormente completado pela Assembleia Geral Ordinária de 18 de novembro de 2025, e cujo mandato terminará com a aprovação das contas relativas a 31 de dezembro de 2026, é composto da seguinte forma:

- 3 membros efetivos, dos quais:
 - 2 vereadoras, o que corresponde a 66,7%, incluindo a presidente;
 - 1 administrador do sexo masculino, correspondente a 33,3%;
- 2 membros suplentes, representados de forma equitativa.

Maria Ludovica Giovanardi Presidente			
Francesca Michela Maurelli Membro efetivo		Mauro Ranalli Membro efetivo do Conselho Fiscal	
Luca Ambroso Auditor suplente		Francesca Pasqualin Auditor suplente	

No que diz respeito ao Conselho de Administração, os conselheiros independentes são 2, ou seja, 20% da composição total do Conselho de Administração.

Percentagem de administradores independentes (em %)	2025		2024	
	Unidades	%	Unidades	%
	2	20%	2	20%

1.2.1.2. COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO E CONTROLO

ESRS2 - GOV-1 DP 22

As seguintes estruturas de governação interna estão envolvidas na gestão e no controlo das questões de sustentabilidade, a fim de garantir uma supervisão adequada, em conformidade com as disposições regulamentares e em coerência com o funcionamento da empresa e o contexto em que o Grupo opera.

O Conselho de Administração é o órgão ao qual é atribuída, de forma exclusiva e não delegável, a função de supervisão estratégica da empresa, bem como a vigilância dos impactos, riscos e oportunidades relevantes. O sistema de governo societário e as estruturas organizacionais adotadas pelo Grupo CA Auto Bank têm como objetivo assegurar a gestão sã e prudente do Grupo, no respeito pela legislação em vigor, pelas tendências de evolução que o caracterizam e pelos objetivos empresariais de desenvolvimento do negócio.

Compete ainda ao Conselho de Administração todos os poderes mais amplos de administração ordinária e extraordinária e de disposição que não estejam reservados de forma imperativa pela lei à assembleia de acionistas. O Conselho exerce a função de gestão, quer diretamente, quer por intermédio do administrador delegado nomeado nos termos das disposições legislativas e

reglamentares.

O Conselho de Administração desempenha um papel ativo de orientação e governação na integração dos riscos climáticos e ambientais na cultura e na estratégia empresarial, bem como no quadro de apetite de risco da empresa e do grupo e, dentro dos limites de risco, das carteiras geridas, declinando de forma coerente as principais políticas empresariais e a adaptação dos sistemas organizacionais e de gestão.

Em particular, o órgão de administração é, entre outras coisas, competente para tomar decisões relativas a:

- a definição e aprovação do modelo de negócio e das orientações estratégicas, bem como a sua revisão periódica, em relação à evolução da atividade empresarial e do contexto externo;
- a definição e aprovação dos objetivos de risco, do limiar de tolerância (quando identificado) e das políticas de gestão de riscos;
- a aprovação das políticas de gestão de risco, bem como a funcionalidade, eficiência e eficácia do sistema de controlos internos e a adequação da estrutura organizacional, administrativa e contabilística;
- a aprovação do processo que regula a introdução de novos produtos e serviços, o lançamento de novas atividades e a entrada em novos mercados;
- a aprovação de todos os acordos de cooperação financeira, joint ventures, parcerias e de todos os novos produtos e iniciativas (incluindo novas presenças territoriais) que excedam determinados limites;
- a aprovação do código de ética que estabelece os princípios de conduta que devem nortear a atividade empresarial;
- a aprovação do plano de sustentabilidade e do relatório de sustentabilidade, parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas do grupo.

O Conselho de Administração, no exercício das suas funções, é coadjuvado pelos Comités internos. Esses comités:

- são compostos por administradores não executivos e, na sua maioria, independentes;
- têm um presidente que coordena os seus trabalhos;
- devem distinguir-se entre si por, pelo menos, um membro, e pelo menos um membro deve pertencer ao género menos representado no Conselho de Administração.

Os Comités internos do Conselho de Administração são descritos a seguir:

- **Comissão de Risco e Auditoria (RAC):** desempenha, nos termos das disposições regulamentares em matéria de governo societário, funções de apoio ao Conselho de Administração no que diz respeito aos riscos e ao sistema de controlos internos, bem como à avaliação da correta aplicação dos princípios contabilísticos na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Além disso, desempenha as seguintes atividades:

- apoia o Conselho de Administração na supervisão dos riscos ESG e, em particular, na supervisão dos riscos climáticos e ambientais e do seu impacto na estratégia e nas operações do banco;
- dá instruções e planeia reuniões regulares com a Comissão de Sustentabilidade;
- presta apoio ao Conselho de Administração na validação do plano de sustentabilidade;
- recebe periodicamente informações e atualizações sobre as atividades do Comité de Sustentabilidade.

- **Comissão de Nomeações:** exerce as suas funções em conformidade com a legislação em vigor, apoiando o Conselho de Administração (se necessário e sempre que possível, a Assembleia de Acionistas) no processo de nomeação dos Administradores e das Comissões do Conselho, na atribuição de funções e na avaliação da aptidão do Conselho no seu conjunto e de cada um dos administradores para realizar a autoavaliação, bem como na avaliação da aptidão dos responsáveis pelas principais funções da empresa, conforme previsto na legislação.
- **Comissão de Remunerações:** desempenha funções consultivas e propositivas para o Conselho de Administração no que diz respeito às práticas e políticas de remuneração e incentivos do Grupo CA Auto Bank.

Outros comités relevantes:

- **Comité de Controlo Interno (CCI):** é um comité destinado a permitir a troca de informações relevantes sobre assuntos relacionados com o sistema de controlo interno e com o Acionista, bem como a apoiar (também através do acompanhamento dos principais resultados das atividades de controlo interno) o Administrador Delegado, o Conselho Fiscal e o Comité de Risco e Auditoria nas respetivas funções em matéria de sistema de controlo interno.
- **Comité Interno de Risco do Grupo (GIRC):** é um órgão sem poder de decisão responsável pela supervisão e controlo eficazes de todos os riscos. A sua principal função é garantir que os riscos sejam geridos em conformidade com o nível de apetite pelo risco do CA Auto Bank, aprovado pelo Conselho de Administração. Isto permite uma visão completa e contínua de todos os riscos identificados no mapa de riscos, o que inclui a identificação e o acompanhamento dos riscos atuais e emergentes, bem como o seu potencial impacto no perfil de risco do Banco.
- **Comité de Novas Atividades e Produtos (NPA):** este comité surgiu da necessidade de garantir que, antes do lançamento de uma nova atividade, serviço ou produto (ou de uma alteração significativa), seja realizada uma avaliação global dos riscos pelas unidades de negócio competentes, permitindo que a direção esteja ciente de todos os riscos potenciais que possam advir para a entidade no âmbito do Grupo. Este processo de análise preventiva é fundamental para manter os padrões de segurança e conformidade exigidos. O comité:
 - é responsável por aprovar ou rejeitar o lançamento de um NPA HQ, após a realização da avaliação global dos riscos;
 - garante que seja realizada uma avaliação local dos impactos decorrentes da introdução do NPA HQ desenvolvido a nível do Grupo (avaliação do Comité NPA HQ) e, em caso de riscos específicos ou invulgares, que estes sejam comunicados ao Risk & Permanent Control (HQ);
 - é responsável por aprovar ou rejeitar o lançamento de um NPA, previamente aprovado pelo Comité NPA local, antes de o submeter à aprovação do Conselho de Administração, quando as delegações de poderes assim o prevejam.

O Conselho de Administração da CAAB conta também com o apoio do **Comité de Sustentabilidade**.

O Comité de Sustentabilidade reúne-se com o objetivo de validar as estratégias Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) e de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), emitindo um parecer sobre a proposta do Plano de Sustentabilidade e acompanhando os seus progressos.

O Comité não tem poder de decisão e tem como missão:

- emitir um parecer e acompanhar os progressos do Plano de Sustentabilidade;

-
- dar a sua opinião sobre o conteúdo do relatório para efeitos da CSRD e validar a atualização da Análise de

Dupla Materialidade (DMA);

- emitir o seu parecer quando for emitida ou atualizada uma nova procedimento/política relativa a questões de sustentabilidade.

Existe uma clara divisão de tarefas, com cada interveniente a desempenhar um papel distinto na estratégia global de sustentabilidade:

- **Comité de Sustentabilidade:** As suas responsabilidades incluem a validação das propostas de estratégias ESG (Ambiental, Social e de Governança) e de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), a prestação de feedback sobre o Plano de Sustentabilidade e o acompanhamento dos seus progressos.
- **Comunicação e ESG:** Esta função é o motor operacional das atividades ESG, coordena os projetos ESG, acompanha a sua implementação, recolhe dados de relatórios de mercado e garante que as informações cheguem às várias partes interessadas, incluindo as funções empresariais, os órgãos de governo e a direção da empresa. A função é também responsável pela promoção de uma cultura ESG em toda a organização, pela implementação das diretrizes da empresa-mãe e pela participação ativa em todas as atividades relacionadas com o ESG.
- **Referente de Sustentabilidade da Sede:** O Referente de Sustentabilidade da Sede atua como elo de ligação e coordenador a nível departamental da sede central. Os referentes garantem o apoio e o alinhamento entre as diferentes áreas operacionais da empresa, atuando como uma rede de especialistas internos. A sua função inclui também a coordenação de projetos funcionais e o acompanhamento da sua implementação, assegurando que os esforços de sustentabilidade sejam integrados em diferentes departamentos.
- **Responsável pela Sustentabilidade de Mercado:** entre as suas funções contam-se a recolha de dados ESG e RSE a nível local e o seu carregamento nos sistemas de gestão de dados de sustentabilidade. Assegura ainda, a nível local, o apoio e o alinhamento dentro da empresa, atuando como uma rede de especialistas provenientes de vários países, e coordena os projetos locais, acompanhando a sua implementação.
- **Equipa CSRD HQ:** Grupo transversal composto por membros com competências diversas, pertencentes a diferentes funções e departamentos do CA Auto Bank envolvidos em iniciativas relacionadas com a sustentabilidade: Finance HQ e Itália, Comunicação e ESG.

A equipa de Comunicação e ESG encarrega-se de definir a proposta do **plano estratégico de sustentabilidade** (com duração de três anos), incluindo ações, objetivos e indicadores-chave de desempenho (KPI). Esta proposta é apresentada ao Comité de Sustentabilidade para uma primeira avaliação e para a emissão de um parecer não vinculativo.

A proposta final, enriquecida com o contributo do Comité, é submetida à apreciação do Comité de Risco e Auditoria, que analisa a estratégia, avaliando a sua coerência com os objetivos da empresa e a sua viabilidade.

Posteriormente, a proposta é apresentada ao Conselho de Administração para aprovação. Após essa aprovação, o plano de Sustentabilidade entra em vigor e é divulgado a todas as funções da sede envolvidas que, com o apoio dos responsáveis pela sustentabilidade, se comprometem a traduzir a estratégia em ações concretas. Os progressos são monitorizados e documentados com cuidado, através de relatórios periódicos que percorrem a cadeia, desde as funções dos mercados até aos responsáveis pela sustentabilidade da sede, e finalmente até à equipa «Comunicação & ESG». Esta última acompanha a evolução do plano, apresentando regularmente atualizações ao Comité de Sustentabilidade e ao Comité de Risco e Auditoria, que podem indicar e sugerir ações corretivas para manter o rumo rumo aos objetivos de sustentabilidade.

Todos os anos, a função «Comunicação & ESG», apoiada pelos responsáveis pela sustentabilidade, revê o plano, adaptando-o ao contexto em evolução, tendo em conta novos regulamentos, tendências de mercado e feedback interno. A nova proposta segue o mesmo percurso de aprovação, passando pelos comités e pelo Conselho de Administração, antes de ser novamente implementada.

No que diz respeito ao **Relatório de Sustentabilidade**, salienta-se que o art. 10.º do Decreto Legislativo 125/24 atribui aos administradores a responsabilidade de garantir a inclusão das informações necessárias no relatório de sustentabilidade, em conformidade com o disposto no decreto.

O Relatório de Sustentabilidade incluído no Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com as normas de reporte aplicáveis nos termos da CSRD, tal como previsto no artigo 154.º-bis, n.º 5-ter, do Decreto Legislativo n.º 58/98, alterado pelo Decreto Legislativo n.º 125/24.

O Conselho Fiscal exerce as suas funções no âmbito do Relatório de Sustentabilidade, de acordo com o disposto no Decreto Legislativo n.º 125/24 e, quando aplicável, nas normas do TUF, referindo-as no relatório anual apresentado à Assembleia. Além disso, o Conselho Fiscal zela pelo cumprimento das disposições normativas, pelo respeito dos princípios de boa administração e pela adequação da estrutura organizacional, do sistema de controlo interno e do sistema administrativo-contabilístico.

O processo de recolha de dados ESG (Ambientais, Sociais e de Governança) destinado ao Relatório de Sustentabilidade decorre da seguinte forma:

- A empresa-mãe CAPFM comunica à CAAB os dados ESG a recolher.
- As funções de Comunicação & ESG, Finanças e Recursos Humanos divulgam essas informações aos responsáveis ESG dos mercados e da Sede, que, por sua vez, devem recolher os dados, introduzi-los numa aplicação dedicada, avaliar a sua coerência e validá-los para que a equipa CSRD os possa aprovar definitivamente.
- A equipa CSRD consolida todos os dados locais na aplicação e partilha-os com a empresa-mãe CAPFM.
- Os dados são, por fim, apresentados ao Comité de Sustentabilidade da CAAB.

No que diz respeito aos impactos dos riscos e oportunidades de sustentabilidade identificados, o Grupo definiu um processo de controlo que prevê a ativação de controlos de 1.º nível por parte das funções individuais envolvidas no processo de elaboração do Relatório Consolidado de Sustentabilidade (os chamados «data owners»). Além disso, as Funções de controlo de segundo nível são encarregadas de realizar os controlos da sua competência, em conformidade com o previsto na legislação e no sistema de controlo interno.

ESRS2 - GOV 1 DP 23

O Conselho de Administração adota as medidas necessárias para garantir que cada membro do Conselho e o Conselho no seu conjunto se mantenham constantemente adequados ao nível de diversificação, nomeadamente em termos de experiência, idade, género e projecção internacional, bem como no que diz respeito a competência, integridade, reputação, autonomia de julgamento e dedicação de tempo.

De facto, no âmbito do processo de avaliação dos requisitos de aptidão (Fit & Proper), cada candidato ao cargo de administrador é chamado a declarar o seu nível de competência em temas específicos, incluindo a gestão de riscos (identificação, avaliação, monitorização, controlo e mitigação dos principais tipos de risco) e o conhecimento e experiência em matéria de riscos ambientais e climáticos. Esse nível de competência é alcançado através de cursos de formação específicos e/ou através de atividades de análise e avaliação de projetos e iniciativas específicos que o Conselho de Administração é chamado a avaliar, a fim de poder tomar

decisões sobre os mesmos de forma sólida e consciente, e de compreender e avaliar as implicações dos riscos climáticos e ambientais na atividade bancária, no modelo de negócio e na estratégia global de gestão desses riscos.

A título de exemplo e sem caráter exaustivo, assumem relevância:

- questões de sustentabilidade;
- integração dos fatores ambientais, sociais e de governação na estratégia empresarial, nos objetivos de negócio e no sistema de gestão de riscos;
- alterações climáticas e descarbonização;
- Taxonomia europeia e finanças sustentáveis;
- divulgação e reporte ESG e legislação de referência (CSRD e Pilar 3).

O Conselho de Administração da CA Auto Bank é, portanto, composto por Conselheiros que cumprem os requisitos previstos na legislação em vigor, regulados pela lei e pelos Estatutos Sociais.

O Conselho de Administração, no momento da nomeação e posteriormente anualmente, avalia a sua composição como adequada, também em termos de diversidade e de aptidão para permitir uma composição dos comités do Conselho devidamente equilibrada.

De forma ordinária, todos os anos, o Conselho de Administração, apoiado no processo pelo Comité de Nomeações, providencia a realização dos programas de formação necessários para os administradores, também com base nos resultados das autoavaliações anuais sobre a eficácia do funcionamento do próprio Conselho, nas necessidades de cada administrador e na evolução das estratégias e dos negócios do banco, com especial atenção às questões ESG.

Em janeiro de 2026, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da direção da empresa (subordinados diretos do Diretor Executivo) participaram num curso de formação sobre finanças sustentáveis e questões ESG.

O programa de formação incluiu a análise dos seguintes elementos no âmbito ESG:

- Quadro normativo de referência e evolução regulamentar no âmbito ESG (ESRS - European Sustainability Reporting Standards);
- Foco nos riscos no âmbito social e de governação;
- Integração dos riscos ESG na estratégia empresarial e melhores práticas para bancos e instituições financeiras.

ESRS2 - G1 - GOV-1 DP 5

Dos 10 atuais membros do Conselho de Administração, 6 desempenham funções executivas em empresas do grupo Crédit Agricole há mais de dez anos, enquanto outros 2 administradores o fazem há pelo menos três anos. Nas respetivas funções, esses administradores lidam com questões ESG na gestão quotidiana das atividades das empresas.

Além disso, 6 dos 10 administradores possuem competências relevantes na área financeira e de finanças sustentáveis, assim como 5 dos 10 administradores adquiriram competências na área da gestão e desenvolvimento de recursos humanos e da sustentabilidade.

No que diz respeito à função de prevenção da responsabilidade administrativa nos termos do Decreto Legislativo n.º 231/01, foi instituído o Órgão de Fiscalização (OdV) da CA Auto Bank e da sua subsidiária italiana Drivalia S.p.A., com a missão de supervisionar a correta aplicação do «Modelo de organização, gestão e controlo» e do Código de Conduta.

O Órgão de Fiscalização (OdV):

- reúne-se com frequência trimestral, no mínimo, ou mediante solicitação, e apresenta relatórios periódicos ao Administrador Delegado e ao Diretor Geral, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal;
- realiza verificações periódicas sobre a capacidade real do modelo para prevenir a prática de crimes, recorrendo, normalmente, à função de Compliance da CA Auto Bank, à Auditoria Interna, à função de Risco e Controlo Permanente e ao apoio de outras funções internas que, caso a caso, se revelem necessárias para esse efeito.

O Conselho de Supervisão da Sociedade-Mãe é composto pelo Diretor de Conformidade, Relações de Supervisão e Proteção de Dados, pelo responsável pela função de Auditoria Interna e por um profissional externo, com experiência na matéria de Responsabilidade Administrativa das Entidades, chamado a participar na qualidade de Presidente.

Além disso, o Grupo define o papel dos órgãos de governação para garantir uma supervisão eficaz das práticas empresariais, com especial atenção à transparência, à conformidade regulamentar e à integração dos princípios ESG nas estratégias empresariais:

- **Supervisão e monitorização:** o Conselho de Administração é responsável pela supervisão das políticas de conduta empresarial, recorrendo a comités especializados que monitorizam a conformidade com a regulamentação.
- **Competências e responsabilidades:** os membros dos órgãos de governação participam em programas de formação contínua sobre questões éticas, de sustentabilidade e de conformidade regulamentar.
- **Papel estratégico:** o Conselho de Administração integra os princípios de ética empresarial nas decisões estratégicas, garantindo que a cultura empresarial esteja alinhada com os objetivos de sustentabilidade e responsabilidade social.

As principais responsabilidades no âmbito ESG atribuídas aos Órgãos e Estruturas do Grupo são definidas em conformidade com os Estatutos, os Regulamentos dos Órgãos e o quadro normativo interno, garantindo uma abordagem coerente e integrada à governança da sustentabilidade.

O artigo 4.º dos Estatutos Sociais estabelece, de facto, que «a sociedade tem por objeto a atividade de concessão de crédito nas suas várias formas e a captação de depósitos ou outros fundos reembolsáveis junto do público, em consonância com as exigências de equilíbrio técnico e de gestão sã e prudente, operando prevalentemente em apoio ao desenvolvimento do mercado dos meios de transporte e do mercado dos serviços de mobilidade sustentável».

1.2.1.3. O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLO NA GESTÃO DAS QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE

INFORMAÇÕES FORNECIDAS AOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, DIREÇÃO E CONTROLO DA EMPRESA E QUESTÕES DE SUSTENTABILIDADE POR ELES ABORDADAS

ESRS2 - GOV-2 DP 26

Durante o período de referência, os órgãos de administração, direção e controlo do Grupo foram constantemente informados sobre as questões de sustentabilidade.

Isto ocorreu através de um processo estruturado e regular de reporte, realizado pelo Comité de Sustentabilidade (Sustainability Committee) perante o R&AC (Comité de Risco e Auditoria) e pelas funções de Comunicação & ESG e Finanças perante o R&AC e o Conselho de Administração.

Os membros do Risk&Audit Committee foram informados sobre os progressos alcançados em relação aos objetivos de sustentabilidade estabelecidos e foi-lhes dada a conhecer a atualização da Política ESG e do Procedimento de Comunicação Externa, bem como a emissão das políticas de Ambiente de Trabalho, Desenvolvimento do Capital Humano, Diálogo Social e Diversidade e Inclusão.

Foram igualmente discutidos e analisados os impactos climáticos e ambientais, os riscos de transição e físicos decorrentes das alterações climáticas, bem como as oportunidades associadas à evolução das necessidades do mercado e do quadro regulamentar. Foi dedicada especial atenção à gestão da carteira de crédito numa perspetiva de descarbonização, ao aumento do número de mulheres no quadro de pessoal e da percentagem de mulheres em cargos de gestão, à extensão dos objetivos ESG a toda a população da empresa que recebe o prémio de desempenho, à interação com start-ups inovadoras e à formação na área ESG.

O órgão interno do conselho (R&AC) é informado anualmente sobre os impactos materiais e os riscos físicos/de transição através dos resultados do Business Environmental Scan (BES). O BES funciona como um radar estratégico que identifica sinais fracos e tendências emergentes (regulamentares, tecnológicas, climáticas) que possam influenciar a resiliência da empresa. Os dados resultantes do Business Environmental Scan podem fornecer a base informativa para a revisão da estratégia empresarial. Por exemplo, a identificação de uma elevada exposição a riscos físicos (catástrofes naturais) através do BES pode levar a alta direção a deliberar sobre investimentos específicos em medidas de adaptação e a reforçar as coberturas de seguro existentes.

1.2.1.3.1 ATIVIDADES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

Entre as principais questões analisadas pelo Conselho em matéria de sustentabilidade, após parecer, quando necessário, das comissões especializadas, figura o avanço dos objetivos ESG contemplados no Plano de Sustentabilidade 2024-2026.

A programação trienal das atividades ESG inclui projetos de diversa natureza que atuam na estrutura organizacional do Banco, bem como nas relações com as partes interessadas e no desenvolvimento comercial.

Em relação a cada tema de sustentabilidade, o Grupo reavaliou os impactos, riscos e oportunidades (doravante «IRO») associados ao modelo de negócio, ao modelo operacional e à cadeia de abastecimento, através do envolvimento das estruturas internas para a identificação dos principais aspetos a analisar e atualizar. Os IRO materiais são submetidos anualmente à aprovação do Conselho de Administração, após informação ao Conselho Fiscal, ao R&AC e ao Comité de Sustentabilidade.

1.2.2. INTEGRAÇÃO DO DESEMPENHO EM TERMOS DE SUSTENTABILIDADE NOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

ESRS2 - GOV-3 DP 29

Com o objetivo de apoiar o Plano Estratégico da CAAB e servir de incentivo para a concretização dos objetivos do Grupo, a CA Auto Bank incluiu nos objetivos para 2025 uma série de KPI não financeiros com impacto no cálculo da remuneração variável individual, com particular referência à satisfação do cliente (Net Promoter Score) e aos fatores ESG/CSR (aumento dos veículos de baixas emissões na frota financiada e participação de toda a população empresarial em inquéritos de clima organizacional).

Estes objetivos não financeiros são atribuídos a toda a população da empresa, incluindo a Direção Executiva, através da tabela de objetivos do Grupo abaixo indicada, e o peso que lhes é atribuído corresponde a 25% do total dos objetivos.

CRITÉRIOS DE ATRIBUIÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL PARA O ANO DE 2025			Grelha de Metas da Empresa
Critérios Financeiros (75%)	CA Auto Bank	Lucro Líquido (€/M)	25%
		Spread (%)	10%
		Despesas Operacionais Líquidas (€/M)	15%
		RWA (€/M)	15%
		Custo do Risco (%)	10%
Critérios ESG/RSE (25%)	CA Auto Bank	Frota financeira e alugada (carros novos) conforme PMT da CASA / Implementação das recomendações de auditoria / NPS (Net Promoter Score)	25%

No que diz respeito à Direção Executiva, os objetivos utilizados para avaliar o desempenho individual que têm em conta critérios ESG/RSE são:

- (1) o aumento do número de veículos novos de baixas emissões nas frotas financiadas e alugadas;
- (2) a evolução dos inquéritos sobre o clima organizacional.

A remuneração variável do Administrador Delegado é também influenciada pelo cumprimento de objetivos não financeiros, na medida de 50% do total dos seus objetivos. Esses objetivos não financeiros são definidos com base no plano estratégico de médio-longo prazo do Grupo Crédit Agricole e são coerentes com os objetivos do Grupo CA Auto Bank.

Os demais membros dos órgãos de administração, direção e controle não recebem remuneração variável.

Para mais informações sobre a metodologia de cálculo do sistema de incentivos do Grupo, consulte a Política de Remuneração 2025 da CA Auto Bank.

As condições e os objetivos estratégicos (financeiros e não financeiros) são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração da CA Auto Bank para todas as entidades do Grupo.

Em conformidade com a regulamentação aplicável no seio do Grupo CAAB, a Sociedade-Mãe elabora o documento relativo às políticas de remuneração e incentivos de todo o Grupo, assegura a sua coerência global, fornece as orientações necessárias para a sua implementação e verifica a sua correta aplicação. A atualização da Política de Remuneração ocorre anualmente e é submetida à aprovação do Conselho de Administração.

ESRS2 - GOV-3 DP 29

Para o ano de 2025, pelo menos 5% dos objetivos empresariais utilizados para o cálculo da remuneração variável de toda a população empresarial estão ligados à mitigação das alterações climáticas, perseguida através do aumento de veículos elétricos e híbridos no conjunto dos veículos novos financiados pela CAAB e alugados pela Drivalia.

1.2.3. DECLARAÇÃO SOBRE O DEVER DE DILIGÊNCIA

ESRS 2 - GOV-4 DP 30) 32)

A tabela abaixo apresenta um mapeamento dos parágrafos do Relatório Consolidado de Sustentabilidade nos quais são apresentadas as informações relativas à aplicação dos diversos aspetos e fases do processo de devida diligência.

1.2.3.1.1.1. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE E DEVER DE DILIGÊNCIA

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO DEVER DE DILIGÊNCIA	PARÁGRAFOS DO RELATÓRIO CONSOLIDADO DE SUSTENTABILIDADE
a) Integrar a devida diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócio	• <i>ESRS 2 GOV-2: informações fornecidas aos órgãos de administração, direção e controlo da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas;</i> • <i>ESRS 2 GOV-3: integração do desempenho em termos de sustentabilidade nos sistemas de incentivos;</i> • <i>ESRS 2 SBM-3: impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial;</i>
b) Colaborar com as partes interessadas em todas as fases da devida diligência	• <i>ESRS 2 GOV-2: informações fornecidas aos órgãos de administração, direção e controlo da empresa e questões de sustentabilidade por eles abordadas;</i> • <i>ESRS 2 SBM-2: interesses e opiniões das partes interessadas;</i> • <i>ESRS 2 IRO-1; Descrição do processo para avaliar e identificar impactos, riscos e oportunidades relevantes;</i> • <i>ESRS 2 MDR-P;</i> • <i>ESRS temáticos: que refletem as diferentes fases e objetivos do envolvimento das partes interessadas em todo o processo do dever de diligência</i>
c) Identificar e avaliar os impactos negativos	• <i>ESRS 2 IRO-1 (incluindo os requisitos de aplicação relativos a questões de sustentabilidade específicas nos ESRS pertinentes);</i> • <i>ESRS 2 SBM-3</i>
d) Adotar medidas para remediar esses efeitos negativos	• <i>ESRS 2 MDR-A;</i> • <i>ESRS temáticos: que refletem o conjunto de ações, incluindo os planos de transição, através dos quais os impactos são abordados</i>
e) Monitorizar a eficácia desses esforços e comunicar	• <i>ESRS 2 MDR -M;</i> • <i>ESRS 2 MDR-T;</i> • <i>ESRS temáticos: no que diz respeito às métricas e aos objetivos.</i>

1.2.5. GESTÃO DE RISCO E CONTROLOS INTERNOS SOBRE O RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

ESRS2 - GOV-5 DP 36

O Grupo CA Auto Bank definiu um quadro de gestão dos riscos associados à elaboração do relatório de sustentabilidade, identificando as potenciais fontes de erro e as medidas de mitigação adotadas para garantir uma representação fiel dos impactos, riscos e oportunidades. As principais fontes de erro identificadas dizem respeito a:

1. Exaustividade e Integridade dos Dados.

O principal risco diz respeito à fragmentação das fontes e à ausência de evidências documentais primárias (por exemplo, faturas ou relatórios de fornecedores) e à granularidade insuficiente dos dados.

2. Precisão dos resultados das estimativas.

Na ausência de medições diretas, o Grupo CA Auto Bank recorre a metodologias de estimativa baseadas em: parâmetros técnicos (área ocupada), critérios administrativos (proporções com base no número de funcionários), aproximações estatísticas (quilometragem média por tipo de veículo), projeções baseadas na utilização de dados reais e projeção estatística para os dados em falta.

3. Disponibilidade de dados sobre a cadeia de valor (a montante/a jusante)

Esta representa uma área de risco para o Grupo, uma vez que os dados sobre a cadeia de valor a montante não são atualmente recolhidos. No que diz respeito às emissões financiadas, o Banco utiliza proxies setoriais e dados fornecidos por prestadores externos especializados para associar a cada veículo financiado o tipo de combustível correto e o respetivo nível de emissões de CO2/km com que o mesmo foi homologado. A qualidade destes dados está, no entanto, ainda em fase de melhoria.

4. Gestão da reelaboração e dos erros manuais.

A utilização de folhas de cálculo eletrónicas para a agregação de dados é identificada como um fator de risco operacional.

5. Prazos de disponibilidade das informações.

O desfasamento temporal entre o encerramento das contas financeiras e a receção dos dados ESG situa-se em cerca de 3 a 4 semanas.

O Grupo CA Auto Bank, para garantir uma gestão sã e prudente, concilia a rentabilidade da empresa com uma assunção de riscos prudente e consciente e com uma conduta operacional baseada em critérios de correção. O Grupo dotou-se, por isso, de um sistema de controlos internos destinado a detetar, medir e mitigar de forma contínua os riscos associados ao exercício da sua atividade, que prevê o envolvimento dos Órgãos Sociais, das funções e dos comités de controlo, do Órgão de Fiscalização, da alta direção e de todo o pessoal.

A supervisão global dos controlos internos do Grupo é assegurada a nível central pelas funções de Auditoria Interna, Risco e Controlo Permanente e Conformidade, Relações com as Autoridades de Supervisão e Proteção de Dados. Estas funções — independentes entre si do ponto de vista organizacional — operam a nível da Empresa e do Grupo e mantêm uma ligação com as funções correspondentes das empresas controladas.

Do ponto de vista operacional, estão previstos três tipos de controlo:

- controlos de primeiro nível, destinados a assegurar o correto desenrolar das operações diárias e das transações individuais e realizados pelas estruturas operacionais ou incorporados nos procedimentos informáticos;
- controlos de segundo nível, que têm como objetivo garantir a correta definição e implementação do processo de gestão de risco, a conformidade das operações empresariais com a regulamentação em vigor e a eficácia, segurança e coerência das atividades operacionais com a normativa interna e externa. Estes controlos são confiados a estruturas distintas das operacionais, nomeadamente às funções de controlo «Risk & Permanent Control» e «Compliance, Supervisory Relations & Data

Protection»;

- controlos de terceiro nível, realizados pela função de «Internal Audit», com o objetivo de identificar tendências anómalas, violações dos procedimentos e da regulamentação, bem como de avaliar a funcionalidade do sistema global de controlos internos.

No que diz respeito ao Relatório Consolidado de Sustentabilidade, a Equipa CSRD HQ tem a responsabilidade de, pelo menos uma vez por ano, verificar os dados carregados na ferramenta de recolha de dados e de verificar a validade do próprio relatório. Além disso, a Equipa CSRD HQ assegura que o acompanhamento dos dados seja rastreável para efeitos de auditabilidade.

Ao nível da CA Auto Bank, os dados quantitativos são verificados, por amostragem, da seguinte forma:

- verifica se os dados e os anexos foram carregados corretamente na ferramenta de recolha de dados;
- coerência entre os dados introduzidos nas tabelas e os anexos correspondentes;
- verificar se o Responsável local ESG, na função de «colaborador» na ferramenta de recolha de dados, carregou os dados a verificar;
- verificar o cumprimento dos prazos indicados pela Sede.

No que diz respeito aos dados qualitativos, os controlos a efetuar são os seguintes:

- garantir que todos os pontos de dados obrigatórios, incluindo os requisitos específicos da CA Auto Bank, sejam analisados e completamente desenvolvidos;
- verificar a exaustividade e a clareza dos comentários e do conteúdo textual relativos a cada ponto de dados;
- verificar se a versão final do documento, incluindo o layout fornecido pela agência externa, está correta e atualizada.

Paralelamente, o Grupo adotou um **quadro de gestão de riscos ESG**, com a integração de fatores ambientais, sociais e de governação nos processos de tomada de decisão, nas políticas de crédito e nos procedimentos de reporte. Em conformidade com as expectativas regulamentares, a CA Auto Bank implementa sistemas de monitorização e validação de dados ESG, com especial atenção à transparência da informação e à qualidade dos processos de reporte.

No que diz respeito ao processo ICAAP, os riscos ESG são aqueles atribuíveis a questões ambientais, sociais e de governação e que têm um impacto direto nos dados financeiros da empresa.

Para 2024, a CA Auto Bank decidiu utilizar uma abordagem quantitativa para medir o impacto do risco climático numa série de métricas financeiras selecionadas, enquanto os riscos sociais e de governação serão avaliados com uma abordagem qualitativa.

O CA Auto Bank introduziu pela primeira vez, por ocasião do ICAAP 2022, uma avaliação quantitativa relativa ao Risco ESG, baseada na Classificação de Risco ESG fornecida pela Sustainalytics (empresa da Morningstar) e no impacto potencial em duas dimensões de risco distintas (impacto no risco de crédito e risco de concentração geosetorial).

Já para o ICAAP 2024, a CA Auto Bank decidiu adotar uma abordagem quantitativa macroeconómica diferente para medir os potenciais impactos climáticos em dois cenários distintos («adverso» e «hot house»). Esta abordagem foi posteriormente aperfeiçoada e utilizada também para o ICAAP 2025.

O sistema de controlos acima descrito, que abrange todos os tipos de risco, é apresentado trimestralmente aos Comités de Controlo Interno, nomeadamente ao Comité de Risco e Auditoria.

O Risk and Permanent Control tem a obrigação de informar o Conselho de Administração sobre uma série de questões fundamentais para a gestão de risco e o controlo permanente. Em particular, deve fornecer atualizações e relatórios relativos a:

- Quadro de Apetite de Risco (RAF) do Grupo e da Asolo, bem como as Estratégias de Risco (RS), incluindo os limites estabelecidos;
- Monitorização trimestral dos indicadores-chave relativos ao RAF e às RS, tanto a nível do Grupo como para a Asolo;
- Notificação de violações dos limites previstos pelo RAF e RS, com a elaboração dos respetivos planos de ação corretivos, tanto para o Grupo como para a Asolo;
- Testes de Continuidade de Negócios (BCP), para verificar a resiliência operacional da empresa em caso de eventos críticos;
- Avaliação dos riscos de TIC (ICT Risk Assessment), com especial atenção à segurança informática e à continuidade operacional dos sistemas tecnológicos;
- Relatórios ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process) e ILAAP (Internal Liquidity Adequacy Assessment Process), incluindo a primeira execução do Contingency Funding Plan (CFP);
- Segunda execução do Plano de Financiamento de Contingência (CFP) no âmbito do processo ICAAP;
- Validações anuais das metodologias e dos processos relativos ao ICAAP e ao CFP, para garantir a adequação e a eficácia da gestão do risco financeiro.

1.3. ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

1.3.1. ESTRATÉGIA, MODELO DE NEGÓCIO E CADEIA DE VALOR

ESRS2 - SBM-1 DP 40

O Grupo Crédit Agricole adotou o Plano de Médio Prazo «*Projet du Groupe*» para concretizar a sua razão de ser «Agir todos os dias no interesse dos clientes e da sociedade» em todos os mercados em que opera em todo o mundo.

O *Projet du Groupe* expressa as ambições do Grupo Crédit Agricole, do qual fazem parte a CA Auto Bank e a DRIVALIA, que atua com o modelo de Banco Universal de Proximidade, para criar utilidade social, acompanhar as comunidades nas grandes transformações e afirmar-se como parceiro de confiança dos clientes para o desenvolvimento sustentável e inclusivo. O Grupo Crédit Agricole tem uma identidade cooperativa e mutualista, cujos valores fundadores são representados precisamente pela utilidade social, ou seja, operar no interesse das comunidades para tornar o progresso acessível a todos, e pela universalidade, ou seja, agir em favor de todos os tipos de clientes, grandes e pequenos, em resposta às necessidades de cada um.

O Grupo Crédit Agricole integra as diferentes *áreas de negócio*, entre as quais atividades bancárias comerciais, banca corporativa e de investimento, gestão de património, serviços de seguros e serviços financeiros especializados. Esta abordagem permite criar sinergias entre os diferentes segmentos de negócio, garantindo estabilidade e capacidade de gerar valor para as suas partes interessadas, mesmo nos contextos de mercado mais complexos.

O Plano de Médio Prazo assenta em três pilares: o **Projet Client** (Projeto Cliente) para servir os clientes visando a excelência relacional, o **Projet Sociétal** (Projeto Social) para agir no interesse coletivo com o compromisso com a sustentabilidade, e o **Projet Humain** (Projeto Humano) para agir com responsabilidade individual na proximidade com o cliente, numa relação de confiança.

Projeto Cliente

O Projeto Cliente define as prioridades do Grupo CA, do qual faz parte o Grupo CA Auto Bank, com o objetivo de zelar pelos interesses de todos os clientes, particulares e empresas, atuando como um parceiro de confiança para os acompanhar em todos os projetos e em todas as fases da vida. A solidez do Grupo, a variedade de atividades e a experiência acumulada ao longo dos anos permitem oferecer ao cliente todas as soluções para as necessidades do dia a dia, para concretizar os planos a longo prazo e para enfrentar as incertezas. O Grupo Crédit Agricole compromete-se a defender e proteger os interesses dos clientes em todas as suas ações: aconselha-os com transparência e lealdade, coloca a responsabilidade humana no centro do seu modelo, compromete-se a disponibilizar as soluções tecnológicas mais avançadas, garantindo simultaneamente a máxima disponibilidade das pessoas.

Projeto Humano

No âmbito do Projeto Humano, o Crédit Agricole S.A. assumiu o compromisso de agir sempre como um empregador responsável para com os seus colaboradores em todo o mundo, apoiando o desenvolvimento das pessoas e a transformação gerencial e

cultural. O Projeto Humano valoriza a identidade, o empenho e o desempenho individual e coletivo dos colaboradores, promovendo o desenvolvimento de competências e o crescimento das pessoas, oferecendo-lhes oportunidades de carreira e de mobilidade internacional.

Projeto Social

O Projeto Social tem como objetivo gerar impactos positivos graças ao empenho coletivo das empresas e das pessoas do Grupo Crédit Agricole, do qual o Grupo CA Auto Bank faz parte, acompanhando as famílias e as empresas nas transformações ambientais e sociais, promovendo o desenvolvimento sustentável das economias locais.

No âmbito do Projeto Social, o Grupo Crédit Agricole definiu a Política sobre as Alterações Climáticas, concretizando os compromissos no Plano de Transição «Destination 2050», progressivamente integrado na estratégia geral e no modelo empresarial. Através deste Plano de Transição, o Grupo Crédit Agricole, do qual a CA Auto Bank faz parte, compromete-se a contribuir para a neutralidade carbónica até 2050 e a apoiar os clientes no percurso de transição ambiental. Estas políticas e orientações aplicam-se à pegada operacional do Grupo Crédit Agricole, bem como àquela atribuível às principais atividades desenvolvidas pelas empresas do Crédit Agricole em todo o mundo, nomeadamente banca e financiamento, investimento, gestão de património e seguros.

O compromisso climático assumido pelo Crédit Agricole S.A. no Plano de Transição articula-se em torno dos seguintes eixos principais:

- alcançar objetivos de Carbono Neutro com trajetórias de redução da pegada de carbono baseadas na ciência em 10 setores considerados prioritários, selecionados com base no impacto climático;
- definição de objetivos Net Zero e de metas intermédias para a redução da pegada de funcionamento associada às suas atividades operacionais e aos seus ativos;
- políticas setoriais para orientar as atividades de investimento, gestão de ativos e financiamento realizadas pelas diversas empresas do Grupo;
- políticas comerciais para acompanhar os clientes no percurso de transição ecológica e energética;
- sistema de gestão de riscos climáticos e ambientais que integra os objetivos de descarbonização;
- definição de ações para apoiar clientes particulares e empresas na adaptação climática.

A missão do Grupo, «Criamos soluções de mobilidade quotidiana para um planeta melhor», continuou a concretizar-se ao longo de 2025.

O Grupo CA Auto Bank desenvolveu uma estratégia empresarial inspirada nos princípios ESG, baseada no seu Propósito e na sua vontade de liderar a transição para uma mobilidade sustentável, democratizando o acesso à mobilidade verde. Isto é possível graças às soluções financeiras promovidas pela CA Auto Bank, à gama completa de soluções de mobilidade da Drivalia e à estratégia de eletrificação do Grupo.

A estratégia ESG do Grupo concretiza-se no Plano de Sustentabilidade trienal (2024-2026), que assenta em quatro pilares:

- Mobilidade Sustentável
- Inovação e Digitalização
- Ambiente
- Pessoas

Mobilidade sustentável

A **Mobilidade Sustentável** é o motor da inovação do Modelo de Negócio do Grupo CA Auto Bank. De acordo com o Plano de Sustentabilidade trienal aprovado em 2024, o Grupo prosseguiu em 2025 o seu percurso de transição para uma mobilidade cada vez mais sustentável, adotando uma abordagem gradual, estruturada e mensurável. Este compromisso reflete-se no desenvolvimento da infraestrutura de apoio à eletrificação, que prevê um aumento global de 3,9% dos pontos de carregamento em 2026 em relação a 2025, bem como no reforço das iniciativas relacionadas com a mobilidade elétrica e partilhada.

Até 2026, 55% dos financiamentos concedidos pelo CA Auto Bank na Europa serão destinados a veículos elétricos e híbridos, e a frota europeia da Drivalia elevará para 35% a quota de novos modelos BEV e PHEV. Atualmente, a percentagem destes novos veículos adquiridos pela Drivalia em 2025 é de 31%, em linha com o perfil de progresso rumo ao nível-alvo de 2026.

A Mobilidade Sustentável continua, além disso, a concretizar-se através do desenvolvimento estratégico da Drivalia, que assistiu a uma nova expansão da Drivalia Future, a marca que encarna a visão do Grupo em matéria de economia circular.

O programa Future prossegue no seu objetivo de dar uma nova vida aos veículos da frota do Grupo, reforçando a abertura ao público particular e consolidando a oferta do Future Lease, a fórmula que permite ativar soluções de aluguer de longa duração em veículos provenientes de alugueres de curta duração anteriores.

A Future confirma-se como uma plataforma avançada de remarketing concebida para maximizar o valor da «segunda vida» dos veículos. Já em funcionamento em vários mercados europeus, em 2025 a plataforma alargou a sua presença também a Espanha, França, Dinamarca, Alemanha, República Checa, Finlândia, Polónia e Portugal. Graças à utilização de tecnologias inovadoras, a Future continua a operar na linha da evolução dos processos de remarketing já iniciada.

Paralelamente, a Drivalia prosseguiu com o desenvolvimento do serviço de partilha de veículos elétricos E+Share Drivalia, relançando o serviço com a renovação da frota e da identidade visual, confirmando o seu compromisso com a promoção de modelos de mobilidade urbana sustentáveis e de baixas emissões. O projeto, já em funcionamento em Turim, Roma, Milão e Lyon, confirma o papel do car sharing elétrico como alavanca estratégica para a mobilidade urbana sustentável, facilitando o acesso a zonas de baixas emissões e promovendo modelos de utilização do automóvel alternativos à propriedade.

A E+Share Drivalia consolidou ainda a sua liderança na mobilidade elétrica free floating, única no panorama italiano com uma frota de mais de 700 veículos 100% elétricos distribuídos nas cidades onde o serviço está ativo, prontos a serem reservados e utilizados em qualquer lugar sem lugares fixos, favorecendo uma circulação fluida e com emissões locais nulas.

Ao longo de 2025, no âmbito da mobilidade, a DRIVALIA introduziu o Be Free 6x6, o primeiro aluguer por assinatura renovável a cada 6 meses, uma solução inteligente e inspirada na economia circular, adequada para quem encara a mobilidade como um serviço, e não como uma restrição. Este produto amplia a oferta de mobilidade flexível do Grupo, respondendo às necessidades dos clientes que procuram fórmulas inovadoras e modulares que oferecem todos os serviços próprios do aluguer de longa duração numa fórmula flexível de aluguer plurimensal renovável até 36 meses.

Inovação e Digitalização - A Evolução Digital-First da Mobilidade

Na qualidade de «Banco da Mobilidade para um Planeta Melhor», o Grupo concretiza a sua estratégia de sustentabilidade também através da inovação tecnológica, entendida como um pilar fundamental dos objetivos ESG. A digitalização torna-se assim o braço operacional para promover a mobilidade elétrica, reduzindo o impacto ambiental graças a processos sem papel e ao desenvolvimento de produtos nativamente digitais concebidos para o mercado elétrico.

No cenário atual, em que a desmaterialização dos processos constitui a base para construir e fortalecer a relação com o utilizador, o Grupo CA Auto Bank atua como um verdadeiro acelerador tecnológico de apoio à rede de vendas. O objetivo principal reside no aperfeiçoamento constante de um ecossistema de ferramentas digitais concebidas para maximizar não só a experiência de utilização do cliente, mas também a sua fidelização através de percursos de compra cada vez mais fluidos e intuitivos.

O ano de 2025 marcou a consagração definitiva do roteiro estratégico da CA Auto Bank rumo à hiperdigitalização dos fluxos operacionais e das arquiteturas de distribuição. Esta evolução permitiu aperfeiçoar um conjunto de soluções virtuais «à medida», concebidas para projetar a instituição rumo a um modelo de negócio extremamente ágil e competitivo. Essa transformação refletiu-se na implementação de sistemas nativos integrados — com especial ênfase nas plataformas de comércio eletrónico para o financiamento online — e na adoção generalizada de algoritmos de inteligência artificial destinados a otimizar cada ponto de contacto com o utilizador.

Em 2025, a CA Auto Bank consolida a sua liderança na nova mobilidade, atuando como parceiro financeiro de referência para os concessionários europeus através de instrumentos de crédito avançados. O Grupo está atualmente focado na expansão do seu perímetro digital à escala continental, apostando decididamente no modelo de «comércio eletrónico». Este paradigma permite aos clientes concluir todo o ciclo de solicitação de financiamento ou de produtos bancários com total autonomia e de forma totalmente digital. O exemplo mais concreto são as plataformas de vendas online para o setor automóvel e os empréstimos pessoais instantâneos, que eliminam as complexidades da intermediação física em favor de uma experiência do utilizador imediata e segura.

Entre os objetivos a atingir até 2026, destacam-se uma maior utilização da assinatura digital para os novos contratos e o aumento das parcerias com start-ups que partilham o mesmo compromisso com a mobilidade sustentável e um crescimento responsável.

No que diz respeito à Drivalia, um passo fundamental da digitalização foi a integração completa com a plataforma web Drivalia Planet, acessível através da aplicação: os utilizadores podem agora gerir o E+Share Drivalia juntamente com todos os nossos serviços de mobilidade numa única interface intuitiva e fácil de utilizar. Esta sinergia não só simplifica a experiência do utilizador, como amplifica o impacto sustentável, incentivando a adoção de opções ecológicas através de um portal unificado.

Neste contexto de inovação e digitalização, a Drivalia continua a representar uma componente significativa e em crescimento do volume de negócios gerado online. Todos os alugueres de curta duração provenientes do portal www.drivalia.com e os produtos por assinatura, tais como Car Cloud, Be Free Evo, Be Free 6x6, Car Box e Flex Rent, são geridos através de soluções digitais totalmente online, com entrega do veículo nas lojas Drivalia Mobility Store.

Ambiente

O compromisso da CA Auto Bank com a sustentabilidade não é apenas um objetivo, mas um modelo operacional que transforma comportamentos responsáveis em ações concretas. Esta visão reflete-se numa governação orientada para a redução da pegada de carbono, na evolução para um modelo bancário totalmente digital e sem papel, e no papel ativo de facilitador da transição dos nossos clientes para uma mobilidade mais sustentável.

O cerne da nossa estratégia climática visa a redução das emissões diretas e indiretas. Para garantir a máxima transparência e eficácia, o Grupo monitoriza constantemente a sua pegada de carbono ao longo de toda a cadeia de valor, dividindo as emissões em três áreas de ação:

- **Âmbito 1:** Emissões diretas provenientes de fontes controladas, como os sistemas energéticos internos.
- **Âmbito 2:** Emissões indiretas relacionadas com a aquisição de energia elétrica e aquecimento.
- **Âmbito 3:** Todas as outras emissões indiretas geradas ao longo de todo o ciclo operacional.

Um pilar fundamental deste percurso é a eletrificação da frota da empresa, que visa atingir uma quota superior a 90% de modelos BEV e PHEV até 2026.

Paralelamente às ações diretas de mitigação, a CA Auto Bank integrou o desafio climático nos seus sistemas de **gestão de risco**. Através de uma metodologia avançada que analisa múltiplos cenários a nível europeu, o Grupo avalia os riscos ESG — tanto físicos como de transição —, monitorizando o impacto em variáveis financeiras cruciais, como o custo do risco e o valor residual dos ativos.

Confirmando esta solidez operacional, a estratégia de risco estabeleceu um objetivo rigoroso: manter a ausência de alertas para riscos operacionais relacionados com eventos climáticos que possam implicar perdas superiores a 300 000 €.

Pessoas

O bem-estar das pessoas e a valorização do capital humano constituem o quarto pilar do Plano de Sustentabilidade da CA Auto Bank. O sucesso do Grupo assenta no valor das pessoas: colaboradores e clientes. A CA Auto Bank compromete-se a valorizar os seus colaboradores, considerados os principais stakeholders, investindo no seu crescimento e garantindo um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.

Paralelamente, o Grupo apresenta-se como um parceiro de confiança para os clientes, colocando as suas necessidades no centro e oferecendo soluções financeiras personalizadas, flexíveis e sustentáveis.

A estratégia do Grupo integra objetivos sociais mensuráveis, destinados a responder aos desafios demográficos e profissionais do setor através dos seguintes projetos e soluções críticas:

- **Equilíbrio entre vida pessoal e profissional e bem-estar (Welfare):** Com o objetivo de promover uma cultura inclusiva e apoiar a parentalidade, a estratégia prevê a introdução, a partir de 2025, de uma licença totalmente remunerada de 28 dias para o segundo progenitor. Paralelamente, o Grupo visa uma redução da rotatividade e monitoriza o clima organizacional através do inquérito «Trust Index»

- **Desenvolvimento do Capital Humano e Formação:** Para responder à evolução das competências exigidas pelo mercado, o Banco planeou um aumento das horas médias de formação por colaborador. O plano estratégico estabelece que 90% da população empresarial participe regularmente em cursos de atualização, com um foco específico nos temas ESG (Ambiental, Social, Governança) para integrar a sustentabilidade em todos os processos de tomada de decisão.
- **Diversidade e Igualdade de Oportunidades:** Um desafio central para o futuro é alcançar a igualdade de género. O compromisso centra-se no aumento da presença feminina em todos os níveis organizacionais — desde cargos operacionais a funções de gestão e no Conselho de Administração — paralelamente à redução da disparidade salarial entre géneros.
- **Saúde, Segurança e Integridade Empresarial:** A estratégia de sustentabilidade é apoiada por uma governação sólida que estabelece o objetivo de zero incidentes de discriminação e a manutenção de um índice de frequência de acidentes muito baixo. Além disso, 100% dos colaboradores participam em programas de formação trienais contra a corrupção, a fim de garantir a integridade operacional.

O Grupo CA Auto Bank opera em 19 mercados e a sua rede de colaboradores está distribuída por área geográfica, conforme ilustrado a seguir:

País	Número de colaboradores (efetivos)
Áustria	33
Bélgica	43
República Checa	192
Dinamarca	48
Finlândia	118
França	480
Alemanha	291
Grécia	48
Irlanda	87
Itália	588
Marrocos	3
Holanda	57
Noruega	60
Polónia	53
Portugal	80
Espanha	146
Suécia	6
Suíça	54
Reino Unido	236
Total	2.623

O modelo de negócio da **CA Auto Bank (CAAB)** está estruturado para integrar os objetivos de sustentabilidade na oferta financeira e nos serviços de mobilidade. A estratégia ESG do Grupo traduz-se em planos operacionais destinados a transformar o modelo de negócio numa perspetiva sustentável, com os seguintes objetivos:

- **Apoio à Transição:** Acompanhar clientes particulares e empresariais na transição para veículos de baixas emissões e para soluções de carregamento alimentadas por energia renovável.
- **Meta Net Zero:** Contribuir para uma economia descarbonizada, reduzindo as emissões da frota de veículos financiados.

- **Gestão do Risco Climático:** Mitigar os impactos ambientais (riscos físicos) na frota própria, nos veículos dados em garantia e nas infraestruturas de recarga.
- **Desenvolvimento de Ativos Verdes:** Aumentar o volume de veículos financiados com características alinhadas com a Taxonomia Europeia.
- **Sinergia Digital e Energética:** Promover soluções integradas que combinem a inovação tecnológica com a sustentabilidade ambiental.

Além disso, o Grupo CA Auto Bank não opera em setores como combustíveis fósseis, fabrico de produtos químicos, armas controversas, cultivo e produção de tabaco.

Classificação de Sustentabilidade Empresarial EcoVadis

O compromisso do Grupo com as questões ESG obteve um importante reconhecimento a nível europeu, com a atribuição, em 2025, de 12 medalhas EcoVadis. Em particular, foram atribuídas 6 medalhas de Prata às filiais em França, Grécia, Noruega, Países Baixos, Polónia e Finlândia, enquanto 6 medalhas de Bronze foram atribuídas à sede em Itália e às filiais na Bélgica, Dinamarca, Irlanda, Portugal e Reino Unido. Os prémios, atribuídos por um dos principais e mais conceituados prestadores globais de rating de sustentabilidade, atestam o desempenho ESG do Grupo e a adoção de uma abordagem alinhada com as principais normas internacionais em matéria ambiental, social e de governação.

No seu conjunto, as iniciativas lançadas em 2025 confirmam a coerência entre a estratégia industrial e os objetivos de sustentabilidade, reforçando o contributo da Drivalia para a transição para um ecossistema de mobilidade mais responsável e com baixas emissões.

ESRS2 - SBM-1 DP 42

Em conformidade com o quadro regulamentar ESRS, o Grupo definiu o seu modelo de negócio através da identificação da cadeia de valor de referência, integrando as relações comerciais a montante e a jusante com os processos operacionais internos. A oferta dirige-se a um vasto leque de partes interessadas — particulares, profissionais, empresas e investidores institucionais — operando através de canais comerciais especializados e plataformas digitais.

A cadeia de valor do Grupo articula-se nas seguintes macroáreas de atividade, destinadas a gerar valor para os clientes nos diversos mercados europeus:

- **Gestão de Recursos Financeiros e Produtos Bancários:** Inclui a captação de recursos através de depósitos e mercados financeiros para garantir a solidez patrimonial. A atividade concretiza-se na gestão de contas de depósito, cartões de crédito e contas correntes.
- **Financiamentos e Leasing:** Concessão de empréstimos, soluções de financiamento de retalho, grossista e leasing, prestando apoio direto tanto à rede de vendas como aos clientes finais.
- **Soluções de Mobilidade:** Através da Drivalia, o Grupo oferece soluções de aluguer e serviços relacionados com a mobilidade, integrando a oferta financeira tradicional com serviços operacionais.
- **Oferta de seguros:** colaboração com as empresas líderes de mercado para a criação de uma gama de produtos de seguros em

diversos ramos, que vai desde coberturas em caso de eventos que envolvam pessoalmente o cliente até às dedicadas ao veículo e à sua utilização.

O Grupo adota uma abordagem multicanal para alcançar os seus segmentos de mercado:

- **Canais digitais:** gestão de sistemas de venda e distribuição online de produtos financeiros e de seguros. O ano de 2025 marcou o reforço do comércio eletrónico, integrando produtos de seguros anteriormente disponíveis apenas através da distribuição tradicional.
- **Canais físicos e showrooms:** Vendas através dos showrooms dos concessionários e do telemarketing, adaptando localmente as soluções às necessidades específicas dos mercados europeus.

Para garantir a eficácia do modelo de negócio, o Grupo recorre a processos estratégicos transversais:

- **Desenvolvimento tecnológico:** Investimentos em plataformas digitais, Inteligência Artificial e análise de dados para melhorar a eficiência operacional e a experiência do cliente.
- **Gestão de Recursos Humanos:** Recrutamento e formação contínua, com foco nas competências digitais e em programas de bem-estar empresarial.
- **Aprovisionamento (Compras):** Gestão a montante da cadeia de valor através da aquisição de bens e serviços essenciais (tecnologias, software, consultoria e imóveis), garantindo a continuidade operacional da instituição bancária.

O Grupo CA Auto Bank procedeu à recolha de informações relativas à cadeia de valor, com o objetivo de analisar o contexto de referência necessário para a análise de dupla relevância.

O Grupo dedica especial atenção à avaliação dos benefícios atuais e futuros para os clientes e para as comunidades locais nos territórios onde opera, com um foco específico nos produtos com finalidades ambientais. Estes produtos são concebidos para apoiar a mitigação das alterações climáticas e são descritos na informação E1, à qual se remete para mais pormenores.

No âmbito do modelo de negócio descrito, a **CA Auto Bank** destaca-se pela gestão e integração da sua cadeia de valor, um elemento essencial para garantir a eficácia das suas atividades e orientar a estratégia de sustentabilidade do Grupo. A cadeia de valor articula-se em três componentes principais: a cadeia de abastecimento (cadeia a montante), as operações próprias e os processos de prestação de serviços e relações com o mercado (cadeia a jusante). Esta abordagem permite analisar como a cadeia de valor é influenciada ou influencia o Grupo, considerando tanto os riscos como as oportunidades associados às questões de sustentabilidade ao longo de todo o ciclo de vida do serviço.

No que diz respeito à **cadeia de abastecimento a montante**, o banco colabora com uma rede selecionada de intervenientes que fornecem os recursos financeiros e operacionais essenciais. Esta secção inclui:

- **Fornecedores:** Principalmente agrupados por atividade económica, como os fabricantes de automóveis e os fornecedores de bens e serviços necessários ao funcionamento das infraestruturas.
- **Obrigacionistas:** Constituídos principalmente por investidores institucionais que garantem a solidez patrimonial.
- **Clientes (captação direta):** Ou seja, os clientes depositantes, que representam uma fonte primária de aprovisionamento de

liquidez para as atividades de crédito.

As **operações próprias** do Grupo representam a base operacional e o núcleo de gestão a partir do qual a CAAB presta os seus serviços. Estas incluem:

- **Grupo CA Auto Bank:** A empresa-mãe e as sociedades controladas consolidadas, que definem as linhas estratégicas e de governação.
- **Colaboradores:** Os colaboradores do Grupo, cuja gestão integrada garante eficiência, transparência e uma abordagem responsável em relação ao capital humano.

No âmbito da **cadeia a jusante**, o CA Auto Bank concentra-se na oferta de serviços financeiros de alta qualidade a uma clientela ampla e diversificada, que inclui particulares, pequenas e médias empresas (PME) e grandes empresas. As operações comerciais e as relações com os clientes constituem o cerne da criação de valor social e ambiental.

O Grupo opera através de diversos canais e tipos de clientes:

- **Financiamentos e Leasing:** Clientes particulares e empresariais que financiam a aquisição de veículos, incluindo as modalidades de leasing financeiro e operacional.
- **Financiamento por grosso:** Crédito concedido à rede de concessionários e aos parceiros industriais para apoiar a rede de distribuição.
- **Drivalia (Aluguer e Mobilidade):** Soluções de aluguer de curta e longa duração e serviços de partilha de veículos, fundamentais para a transição para uma mobilidade sustentável.
- **Parceiros comerciais:** Concessionários e colaboradores estratégicos, incluindo seguradoras, que complementam a oferta de valor.
- **Produtos Bancários:** Clientes particulares que subscrevem produtos de banca de retalho, tais como contas correntes, cartões de crédito e empréstimos pessoais.

Através desta estrutura articulada a jusante, o Grupo CA Auto Bank pretende responder às necessidades de uma clientela cada vez mais atenta à transição ecológica, integrando práticas sustentáveis na concessão de crédito e promovendo o acesso a soluções de mobilidade de baixo impacto.

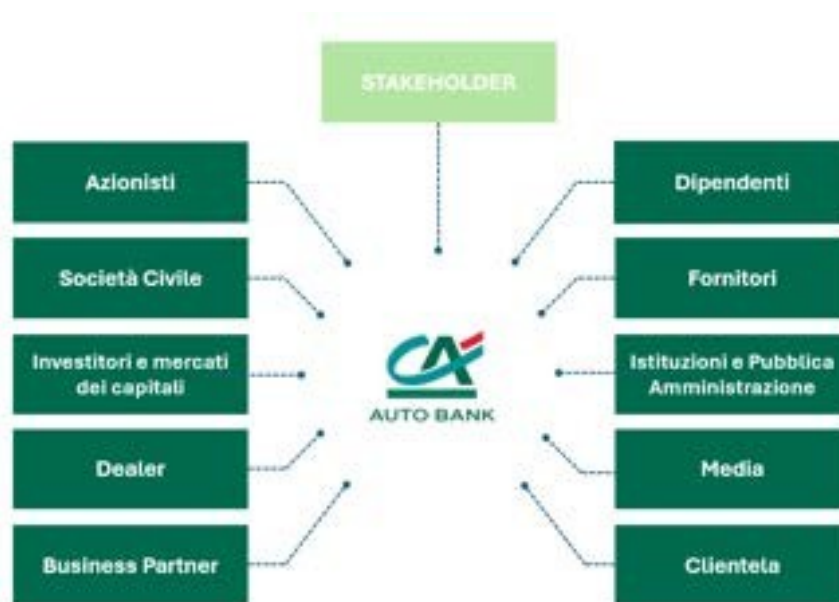
1.3.2. INTERESSES E OPINIÕES DAS PARTES INTERESSADAS

1.3.2.1. PROCESSO E MODALIDADES DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

ESRS2 - SBM-2 DP 45

Um dos elementos-chave do diálogo social da CA Auto Bank e das suas filiais é o envolvimento das partes interessadas, com o objetivo de estimular a reflexão e valorizar a política social do Grupo. Isto vai além do simples cumprimento das obrigações legais de informar e/ou consultar os representantes dos trabalhadores, tanto nos países onde operam como a nível europeu.

Os canais de escuta previstos, no que diz respeito às partes interessadas do Grupo CA Auto Bank, representam um elemento-chave destinado a definir e orientar a estratégia do Grupo, também e sobretudo numa perspetiva de sustentabilidade. Em pormenor, as partes interessadas identificadas estão agrupadas nos clusters a seguir apresentados:



Em 2025, o Grupo CA Auto Bank reforçou o diálogo com as suas partes interessadas, reconhecido como elemento fundamental para a definição da estratégia de sustentabilidade e para a validação dos seus impactos, riscos e oportunidades. Por este motivo, ao longo do exercício, o Grupo envolveu uma das categorias de partes interessadas-chave identificadas nos representantes dos órgãos de comunicação social e jornalistas. Esta escolha é motivada pelo seu papel de «observadores qualificados» e mediadores entre a empresa e a opinião pública, tornando-os sujeitos prioritários para a análise do contexto externo.

O envolvimento foi estruturado através de um processo de envolvimento direto das partes interessadas, mediante a aplicação de um questionário técnico estruturado. O instrumento foi concebido para recolher feedback quantitativo e qualitativo, garantindo o anonimato dos inquiridos para favorecer a objetividade das avaliações.

A atividade teve como objetivo dois objetivos principais:

- Análise dos riscos de reputação: Identificar potenciais vulnerabilidades percebidas externamente que possam afetar o valor da marca devido a fatores como corrupção na cadeia de abastecimento, práticas de pagamento irregulares, greenwashing, roubo de dados, segurança no trabalho e respeito pelos direitos humanos.
- Validação da Dupla Materialidade (DMA): Submeter a revisão externa a identificação e avaliação dos temas materiais, garantindo que a perspectiva dos meios de comunicação fosse integrada no cálculo da Materialidade de Impacto e da Materialidade Financeira.

Ao longo do exercício de 2025, em continuidade com o ano anterior, os principais fornecedores foram envolvidos através do preenchimento do questionário Ecovadis, incluindo assim a avaliação da sustentabilidade nos processos de aprovisionamento.

Além disso, a CA Auto Bank integra o diálogo entre trabalhadores e sindicatos na sua estratégia para desenvolver um sentimento de pertença e lealdade entre os colaboradores. Na prática, o diálogo entre trabalhadores e sindicatos permite:

- encontrar soluções adequadas aos diversos problemas económicos, sociais e, eventualmente, organizacionais, encontrados na empresa;
- melhorar as condições de trabalho dos colaboradores para implementar uma estratégia global de eficiência dentro da empresa.

Também em 2025, os colaboradores que integravam o quadro de pessoal a 30 de setembro foram envolvidos através da análise anual do clima organizacional, implementada em 2023 com uma edição-piloto que envolveu apenas a CA Auto Bank Italia e a sua sucursal francesa e que foi posteriormente alargada, a partir de 2024, a todos os colaboradores do grupo.

Foi pedido aos colaboradores que preenchessem um questionário global composto por 28 perguntas fechadas e três perguntas abertas. A escala de avaliação baseia-se em 5 níveis (de «concordo» a «não concordo») e apenas as respostas relativas aos 2 níveis mais positivos são tidas em conta no cálculo do «Trust Index».

Os resultados dos inquéritos anuais realizados entre os colaboradores da CA Auto Bank permitem identificar as principais preocupações dos colaboradores, por empresa e, sempre que possível, por linha de negócio, e medir os efeitos da transformação a nível de gestão, organização e recursos humanos, nomeadamente através da análise dos comentários inseridos nas perguntas abertas.

Em 2025, 2 293 pessoas responderam ao inquérito de clima organizacional, elevando a taxa de participação para 90 %. Esta significativa percentagem de participação é prova do empenho de toda a população da empresa em agir diariamente no interesse dos nossos clientes e da sociedade.

A CA Auto Bank tem em conta os interesses e as opiniões dos seus clientes através de vários mecanismos:

- Net Promoter Score (NPS): um inquérito de satisfação específico e regular, concebido para reforçar a excelência relacional e obter feedback constante dos nossos clientes. Todos os dias são enviados aos nossos clientes inquéritos automáticos via web para obter uma compreensão completa das experiências dos nossos clientes ao longo de todo o seu percurso connosco. O modelo foi adotado em todos os países onde o Grupo opera com as suas atividades de financiamento. Em Itália, o indicador foi também adotado para a atividade de aluguer ao longo de 2024 e a ideia é prosseguir no futuro com os outros mercados;
- um sistema completo de feedback dos clientes, com inquéritos nacionais e regionais;
- atividades e frequência de contactos regulares para manter uma relação humana e próxima com os nossos clientes;

- monitorização multicanal e gestão do feedback: acompanhamento constante das redes sociais e das plataformas Trustpilot e Google Review. Graças à sinergia com o Apoio ao Cliente, a maioria das avaliações negativas é analisada e tratada, oferecendo ao cliente apoio e uma potencial resolução do caso, sempre que possível.

Estes mecanismos são aplicados a uma amostra de clientes que representa todos os mercados (particulares, profissionais e empresariais).

Permitem medir os KPIs de NPS e de satisfação, bem como a perceção que os clientes têm da reputação e da eficiência comercial da CA Auto Bank, servindo assim também para avaliar e melhorar a eficácia das relações com os clientes.

A voz do cliente representa, portanto, um fator fundamental para a melhoria do serviço e dos processos do Grupo CA Auto Bank, e é constantemente monitorizada através de inquéritos de satisfação específicos, enviados a clientes particulares e empresariais nos momentos de interação mais relevantes.

Os resultados de 2025 foram muito positivos: o NPS consolidado situou-se num significativo 46 (numa escala de -100 a +100, correspondente a um nível de recomendação «Muito Bom»), com base em 14 250 respostas. Os principais indicadores de satisfação, como a facilidade da experiência de compra e a fiabilidade da CA Auto Bank, alcançaram ambos uma pontuação de 4,2 em 5.

Além disso, ao longo de 2026, a atividade será consolidada, sendo enriquecida com a medição também na rede de concessionários.

As informações recolhidas através do processo de *envolvimento das partes interessadas* acima descrito constituem o ponto de partida para melhorar as estratégias de gestão, aperfeiçoar os processos e reforçar as relações com todas as categorias de *partes interessadas*.

1.3.2.3. RESULTADOS DO PROCESSO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

Para o Grupo CA Auto Bank, a «Transparência» não é apenas um conjunto de regras a respeitar, mas sim um instrumento destinado a proteger os interesses dos seus clientes, através de um comportamento inspirado nos princípios da abertura e da correção, com o objetivo de estabelecer uma relação baseada na confiança e no benefício mútuo, por um lado, e na proteção da própria empresa e dos seus acionistas, por outro, reduzindo eventuais sanções aplicadas e minimizando o risco reputacional. Um modelo de negócio só deve ser considerado virtuoso quando, em todas as suas fases, se centra nos interesses e no respeito pelas necessidades e pedidos dos seus clientes, desde a conceção do produto, passando pela fase de marketing, até à sua implementação, incluindo também a atenção às necessidades expressas pela clientela na fase pós-venda. O Grupo CA Auto Bank coloca no centro da sua conduta a perceção real por parte do cliente da própria empresa, dos seus produtos e processos, com o objetivo de distinguir o que funciona corretamente daquilo que, pelo contrário, deve ser melhorado. Para tal, é fundamental avaliar o grau de satisfação dos seus clientes através da realização de inquéritos periódicos, garantindo um serviço de apoio ao cliente atencioso e proativo e analisando constantemente, com uma abordagem crítica, as reclamações recebidas. As autoridades, entre as quais a AGCM em Itália, estão a centrar a sua atenção nos conteúdos da publicidade para evitar informações enganosas e incorretas dirigidas aos consumidores.

A crescente digitalização e a utilização do canal de comércio eletrônico exigem que o banco reveja e adapte os processos e procedimentos internos, a fim de fornecer aos clientes informações claras e exaustivas, independentemente do canal de venda escolhido (agência ou plataformas de comércio eletrônico).

Os resultados do processo de envolvimento das partes interessadas são considerados para efeitos da avaliação da dupla materialidade. A análise da dupla materialidade é posteriormente apresentada, para informação, ao Comité Interconselheiro e ao Conselho Fiscal e, para aprovação, ao Conselho de Administração.

A avaliação da materialidade do impacto e da materialidade financeira foi realizada de acordo com uma abordagem de competência que envolveu as funções internas e as partes interessadas do Grupo, com referência aos IRO (Impactos, Riscos e Oportunidades) da sua competência. Os resultados da análise de dupla materialidade são apresentados e representados com o objetivo de:

- destacar os temas materiais para o Grupo;
- indicar os resultados da análise, ou seja, se é relevante para efeitos de materialidade de impacto, para efeitos de materialidade financeira ou para ambos;
- representar as fases da cadeia de valor afetadas, para as quais a questão da sustentabilidade é relevante.

1.3.3. IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELEVANTES E SUA INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

ESRS2 - SBM-3 DP 48

As Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (a seguir «ESRS») dividem os impactos, riscos e oportunidades em duas componentes:

- os impactos de sustentabilidade positivos e negativos, efetivos ou potenciais, das atividades da empresa. Isto corresponde à materialidade do impacto;
- os riscos e oportunidades financeiros gerados pelo contexto económico, social e natural da empresa. Isto é conhecido como materialidade financeira.

A dupla materialidade é um conceito concebido para combinar a materialidade financeira com a materialidade de impacto, como parte da avaliação do desempenho de uma empresa.

As questões que emergem como materiais da avaliação de dupla materialidade da CAAB são apresentadas na tabela abaixo. A tabela descreve, além disso, a natureza do IRO (impacto positivo ou negativo, risco, oportunidade) e o respetivo impacto nas fases da cadeia de valor.

CATEGORIA ESG	ESRS	LISTA DE IRO 2025	TIPOLOGIA IRO	HORIZONTE TEMPORAL	Impactos na Cadeia de Valor
Social	ESRS S4	Risco de redução das receitas devido à descida dos preços, com o objetivo de tornar as ofertas ESG acessíveis a todos e de deixar de cobrir os custos fixos	Risco	Médio prazo	A jusante
Social	ESRS S4	Impacto negativo em algumas categorias de clientes devido à falta de transparência e legibilidade das ofertas (o que leva à exclusão e à precariedade financeira dos clientes envolvidos)	Impacto negativo	Curto prazo	A jusante
Social	ESRS G1	Risco reputacional e regulatório no caso de práticas de compra que não sejam responsáveis para os fornecedores do Grupo, em particular no que diz respeito aos prazos de pagamento	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Upstream
Social	ESRS G1	Impacto negativo nos fornecedores em caso de práticas de aquisição não responsáveis por parte do Grupo, em particular no que diz respeito aos prazos de pagamento	Impacto negativo	Curto, Médio e Longo prazo	A montante
Governança	ESRS S1	Aumentar a atratividade através de práticas ESG ambiciosas e inovadoras	Oportunidades	Curto, médio e longo prazo	Operações próprias
Governança	ESRS S1	Aumento do desempenho global e fidelização dos colaboradores, graças a políticas ambiciosas de apoio às carreiras e desenvolvimento de competências	Oportunidades	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Governança	ESRS S1	Riscos para a atratividade, a fidelização e o envolvimento dos colaboradores relacionados com a política de remuneração e os benefícios para os colaboradores	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS E1	Fatores de risco físicos relacionados com as alterações climáticas e efeitos nos riscos do banco (de crédito, financeiros, operacionais)	Risco	A longo prazo	A jusante

Social	ESRS E1	Fatores de risco de transição relacionados com as alterações climáticas e que tiveram impacto nos riscos dos bancos (de crédito, financeiros, operacionais)	Risco	Médio prazo	A jusante
Social	ESRS E1	Impacto negativo das atividades do Grupo (investimentos, financiamentos, seguros) nas alterações climáticas	Impacto negativo	Médio prazo	A jusante
Ambiente	ESRS E1	Impacto negativo das atividades do Grupo (investimentos, financiamentos, seguros) nas alterações climáticas	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	A jusante
Ambiente	ESRS E1	Desenvolvimento de novos serviços e soluções para apoiar a transição dos clientes para uma economia com baixas emissões de carbono	Oportunidades	Curto prazo	A jusante
Ambiente	ESRS S4	Impacto negativo no bem-estar dos clientes em caso de ataque informático	Impacto negativo	A longo prazo	A jusante
Ambiente	ESRS S4	Risco financeiro decorrente da falta de prestação de serviços essenciais e dos custos associados à recuperação operacional	Risco	A longo prazo	A jusante
Ambiente	ESRS S1	Risco de imagem e reputação em caso de perigo para a saúde, a segurança dos colaboradores ou o incumprimento dos direitos humanos	Risco	Curto, médio e longo prazo	Operações próprias
Social	ESRS S1	Melhorar a saúde/segurança dos colaboradores através de políticas proativas de bem-estar, tanto no trabalho como fora dele	Impacto positivo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS S1	Impacto positivo nos direitos dos colaboradores à liberdade de associação e à negociação coletiva em caso de práticas virtuosas	Impacto positivo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias

Social	ESRS S1	Impacto positivo nos colaboradores no caso de práticas de proteção social que excedam as exigências legais	Impacto positivo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS S1	Risco de reputação e imagem interna e externa devido a políticas inadequadas de diversidade e inclusão ou práticas discriminatórias	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS S1	Riscos associados à falta de conhecimento das características dos colaboradores	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Ambiente	ESRS G1	Risco reputacional e regulatório no caso de a responsabilidade do Grupo ser questionada na sequência de uma violação ambiental, social e ética – em particular em termos de corrupção – por parte dos seus fornecedores	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Upstream
Governança	ESRS G1	Risco regulatório em caso de não conformidade com as regulamentações e as expectativas das autoridades de controlo no que diz respeito à ética empresarial e à luta contra a corrupção	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	- Operações próprias - Upstream - Downstream
Governança	ESRS G1	Impacto negativo nas condições de vida dos clientes ou partes interessadas em caso de práticas antiéticas (por exemplo, corrupção)	Impacto negativo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Governança	ESRS S1	Impacto positivo nos colaboradores através de uma boa gestão de talentos e de políticas ambiciosas de desenvolvimento de competências	Impacto positivo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Ambiente	ESRS E1	Impacto negativo da pegada operacional no clima	Impacto negativo	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS E1	Melhor controlo dos gastos energéticos do grupo	Oportunidades	Médio prazo	Operações próprias

Social	ESRS E2	Impactos negativos do financiamento e dos investimentos na poluição do ar, da água e do solo	Impacto negativo	Médio prazo	A jusante
Social	ESRS E2	Oportunidades para reduzir os impactos negativos da poluição do ar, da água e do solo através de produtos e serviços oferecidos aos clientes e às empresas do portfólio	Oportunidades	Médio prazo	A jusante
Ambiente	ESRS G1	Risco regulamentar em caso de incumprimento das obrigações de combate aos crimes financeiros	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações próprias
Ambiente	ESRS S4	Risco regulatório em caso de identificação insuficiente de conflitos de interesses e abusos de mercado (integridade do mercado)	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações próprias
Social	ESRS S4	Risco de reputação em caso de fuga de informação, roubo ou utilização indevida de dados pessoais	Risco	Médio prazo	- Operações próprias - A montante - Downstream
Social	ESRS S4	Risco regulamentar associado à não conformidade com as normas de proteção de dados pessoais	Risco	Médio prazo	- Operações próprias - A montante - A jusante
Ambiente	ESRS S4	Risco regulatório associado à inadequação dos produtos e serviços às necessidades e à situação do cliente (inclusão bancária, governação do produto)	Risco	A longo prazo	A jusante
Social	ESRS S4	Impacto positivo na sociedade associado à adequação dos produtos e serviços às necessidades e à situação do cliente (inclusão bancária, governança do produto) que contribui para a coesão social	Impacto positivo	Médio prazo	A jusante
Governança	ESRS G1	Risco regulatório e de reputação em caso de falha do mecanismo de denúncia que sinaliza práticas internas não éticas	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias

Social	ESRS S1	Riscos para a imagem global ou o desempenho do Grupo decorrentes de um agravamento do clima/diálogo social	Risco	Curto, Médio e Longo prazo	Operações Próprias
Social	ESRS S4	Risco de reputação em caso de falta de transparência ou comunicação enganosa sobre questões climáticas	Risco	Médio prazo	A jusante

A seguir, apresenta-se uma síntese dos resultados das avaliações:

DIMENSIONE	ESRS	Materialità d'impatto	Materialità finanziaria		Doppia materialità	Value Chain		
		IMPATTI	RISCHI	OPPORTUNITÀ		UP	OWN	DOWN
 E	E1 - Cambiamento Climatico							
	E2 - Inquinamento							
	E3 - Acqua e Risorse Marine							
	E4 - Biodiversità ed ecosistemi							
	E5 - Uso delle risorse ed economia circolare							
 S	S1 - Forza lavoro propria							
	S2 - Lavoratori nella catena del valore							
	S3 - Comunità Interessate							
	S4 - Consumatori e utilizzatori finali							
 G	G1 - Condotta di impresa							

Da análise de dupla materialidade realizada, verifica-se que os impactos (atuais ou potenciais) concentram-se ao longo da cadeia de valor e dizem respeito principalmente ao *downstream*, uma vez que estão estreitamente correlacionados com as atividades de financiamento e investimento.

Os impactos financeiros decorrentes dos riscos físicos associados às alterações climáticas foram avaliados como **não significativos** para o exercício de 2025. Esta conclusão decorre de uma análise da baixa materialidade dos eventos ocorridos: ao longo do ano, de facto, não se registou a emissão de alertas climáticos em nenhuma entidade do grupo e não ocorreram eventos meteorológicos extremos que tenham causado perdas económicas, danos aos ativos ou interrupções da atividade.

No que diz respeito à evolução futura, a empresa reconhece que a incerteza climática global sugere um potencial aumento da frequência e da intensidade de eventos graves a médio-longo prazo. Por conseguinte, a empresa prevê aperfeiçoar

progressivamente os

seus modelos de monitorização e análise de cenários, a fim de garantir uma resiliência operacional constante e de detetar atempadamente eventuais variações no perfil de risco físico que possam exigir futuros investimentos em adaptação.

Da representação acima apresentada depreende-se que, dado o modelo de negócio do Grupo, no que diz respeito às questões ambientais, os IRO relevantes dizem respeito a: (i) Alterações Climáticas, e afetam principalmente a cadeia de valor a jusante, (ii) Alterações Climáticas – Pegada ambiental direta, que, por sua vez, afetam as operações próprias do Grupo. A estas acrescenta-se a questão da Poluição, cujos impactos e oportunidades se projetam prevalentemente a médio prazo e se concentram nas atividades de financiamento e investimento (a jusante).

No que diz respeito às questões de natureza social, os IRO referem-se às operações próprias, no que diz respeito ao pessoal empregado, e à cadeia de valor a jusante, no que diz respeito à clientela. Em particular, para os empregados, muitos impactos positivos relacionados com o bem-estar e o desenvolvimento de competências são considerados indistintamente a curto, médio e longo prazo, enquanto os riscos relacionados com o diálogo social e a acessibilidade das ofertas para os clientes se projetam a longo prazo.

Os IRO relacionados com a governança, por outro lado, abrangem todas as fases da cadeia de valor: (i) a montante, no que diz respeito às informações relativas às compras e às condições de pagamento aos fornecedores (com impactos negativos já detetáveis a curto prazo), (ii) operações próprias/a jusante, no que se refere a questões relacionadas com a cultura empresarial, a cibersegurança e a conformidade. Estes riscos e impactos foram avaliados numa perspetiva geográfica que abrange todo o perímetro do Grupo, embora se reconheça que a sensibilidade regulamentar e os riscos físicos podem variar consoante os mercados locais de referência.

Os IRO materiais identificados influenciam a estrutura do modelo de negócio e os processos de decisão do Grupo, estando, além disso, estreitamente correlacionados com as políticas por ele implementadas. Em particular, as questões de sustentabilidade refletem o compromisso do Grupo orientado para a integração dos critérios ESG, através de políticas específicas (clima, diversidade e inclusão, ética, combate à corrupção, compras responsáveis, etc.). Esta integração, regularmente reavaliada a curto, médio e longo prazo, permite antecipar as tendências do mercado e responder às expectativas das partes interessadas, reforçando simultaneamente a resiliência do próprio Grupo.

Os impactos gerados pelo Grupo CA Auto Bank, sejam eles positivos ou negativos, exercem uma influência direta na sociedade e no ambiente. No que diz respeito às questões ambientais relacionadas com as alterações climáticas, as emissões de GEE, por exemplo, têm um impacto negativo no ambiente, na medida em que contribuem para as alterações climáticas, não só devido às operações diretas do Grupo, mas também devido às atividades financiadas. O risco financeiro associado projeta-se a longo prazo, refletindo a natureza progressiva da transição ecológica. No que diz respeito à poluição, o Grupo poderá gerar um impacto negativo no ambiente, em particular na qualidade do ar, devido à falta de supervisão da oferta de produtos de financiamento/investimento responsável.

No que diz respeito às questões de natureza social, o Grupo CA Auto Bank dedica especial atenção ao bem-estar dos seus colaboradores e procura promover os valores da diversidade e da inclusão, garantindo a saúde e a segurança dos seus próprios trabalhadores e ao longo da cadeia de valor, bem como assegurar a proteção dos clientes. Neste contexto, os impactos positivos identificados como relevantes estão relacionados com as condições de trabalho e com a proteção da saúde e da segurança dos seus próprios trabalhadores e ao longo da cadeia de valor. No entanto, identificam-se também impactos negativos materiais que dizem

respeito à inclusão social dos consumidores finais, na medida em que o Grupo poderá excluir certas categorias de clientes devido à escassa transparência e legibilidade das ofertas; este impacto é monitorizado numa perspectiva de longo prazo para garantir a sua mitigação estratégica e constante.

Os impactos positivos e negativos identificados estão estreitamente correlacionados com a estratégia empresarial e com o Plano de Sustentabilidade do Grupo.

O Grupo CA Auto Bank adotou uma divisão temporal para classificar e analisar os impactos, positivos e negativos, identificados, tomando como referência o final do período de relato. O horizonte temporal divide-se em três intervalos principais: o curto prazo, que coincide com o período de referência do balanço, ou seja, um ano; o médio prazo, que se estende até cinco anos a partir do final do curto prazo; e o longo prazo, que se refere a um período superior a cinco anos. **Alguns IRO foram classificados como «invariáveis» nos casos em que a sua natureza ou a supervisão constante do Grupo os torna relevantes de forma contínua ao longo de todo o plano.**

Na sequência da racionalização da atividade dos IRO realizada pela CASA e dos resultados das consultas e contributos dos responsáveis ESG da CA Auto Bank, o resultado final da DMA da CA Auto Bank apresenta as seguintes alterações: 33 IRO simplificados (ajustamentos de coerência do título, simplificações da formulação e correções de sintaxe e ortografia), 6 IRO reatribuídos (reafecção do IRO a um novo tema mais coerente com o título), 5 IRO eliminados.

O resultado é de 94 IRO, dos quais 36 materiais, em comparação com os 99 IRO, dos quais 37 materiais, do exercício anterior.

RESILIÊNCIA DA ESTRATÉGIA E DO MODELO DE NEGÓCIO

A resiliência da estratégia e do modelo de negócio do Grupo assenta na sua capacidade de antecipar e adaptar-se aos riscos e impactos ambientais, sociais e de governação. Para fazer face aos riscos significativos e aproveitar as oportunidades, foram implementadas políticas e planos de ação, tal como referido na secção sobre planos estratégicos, bem como medidas para gerir impactos, riscos e oportunidades. Estas políticas e ações abrangem áreas-chave como as alterações climáticas, a gestão das relações com os fornecedores, a diversidade e a inclusão e a governação ética. Estes planos são constantemente ajustados em linha com as tendências do mercado, as expectativas das partes interessadas e as novas regulamentações, garantindo a resiliência a curto, médio e longo prazo.

No entanto, em linha com a avaliação económica desses riscos, não foram constituídas provisões para riscos, nem se tornaram necessárias depreciações de ativos (impairment) no balanço de 2025 em relação aos riscos climáticos. Apesar disso, o grupo permanece vigilante no que diz respeito ao acompanhamento desses riscos.

1.4. GESTÃO DE IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

1.4.1. DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARA IDENTIFICAR E AVALIAR IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES RELEVANTES

ESRS2 - IRO-1 DP 53

ANÁLISE DE DUPLA MATERIALIDADE (DMA)

Os impactos, riscos e oportunidades relevantes do Grupo CA Auto Bank foram identificados através da análise de dupla materialidade realizada em 2025, em conformidade com as diretrizes estratégicas e operacionais fornecidas pela empresa-mãe Crédit Agricole S.A. e em linha com o previsto no Regulamento UE 2023/2772 e na Orientação de Implementação IG1 Materiality Assessment emitida pela EFRAG.

A análise da dupla materialidade tem, portanto, como objetivo identificar as informações qualitativas e quantitativas a publicar no Relatório Consolidado de Sustentabilidade, através da definição das questões de sustentabilidade relevantes para o Grupo. Foi dada especial atenção aos efeitos que essas questões podem gerar nas partes interessadas, avaliando cuidadosamente os impactos que poderiam influenciar significativamente a sua percepção. Além disso, a análise examinou os riscos e as oportunidades que têm, ou se prevê que venham a ter, uma influência relevante no desempenho financeiro do Grupo, contribuindo para orientar as suas estratégias e decisões operacionais.

Tal como já feito em 2024, a análise de materialidade para 2025 foi realizada em conformidade com o previsto pelas novas normas de reporte ESRS em duas dimensões:

- **Materialidade de impacto**, que considera os impactos que o Grupo CA Auto Bank tem diretamente nas questões de sustentabilidade e, consequentemente, nas partes interessadas internas e externas e no ambiente a curto, médio ou longo prazo;
- **Materialidade financeira**, que tem em conta os efeitos financeiros que as questões de sustentabilidade podem ter sobre o Grupo CA Auto Bank, em termos de **riscos** que podem influenciar o desenvolvimento da empresa, a situação patrimonial e financeira, os resultados económicos, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento e o custo de capital, tanto a curto como a médio e longo prazo; e de **oportunidades** que podem, atualmente ou no futuro, gerar um impacto financeiro significativo, melhorando a competitividade, otimizando os custos e favorecendo o acesso a novos mercados e investimentos.

As fases do processo de Análise de Dupla Materialidade (DMA), em conformidade com a metodologia desenvolvida pelo Crédit Agricole SA, são as seguintes:

1. **Análise e compreensão do contexto;**
2. **Identificação dos impactos, riscos e oportunidades (doravante também designados por «IRO»);**
3. **Classificação dos IRO;**
4. **Identificação dos IRO relevantes a incluir no Relatório de Sustentabilidade.**

A primeira etapa da análise de materialidade do impacto divide-se, por sua vez, em várias fases:

- a) *Análise do contexto interno e externo do Grupo CAAB, com o objetivo de identificar as possíveis questões materiais e os impactos, riscos e oportunidades associados, sendo fundamental para recolher e ter em conta todos os elementos úteis e característicos do Grupo CAAB, tanto em termos gerais como em termos de estratégia e orientações sobre as questões de sustentabilidade. É igualmente fundamental ter em conta o contexto externo de sustentabilidade (europeu e nacional) em que o Grupo CAAB se insere, tanto em termos da evolução da regulamentação e das práticas de finanças sustentáveis a que está sujeito, como em termos de posicionamento face ao benchmark de mercado e aos principais pares.*
- b) *Análise do perímetro, atualizada anualmente, com o objetivo de garantir a correspondência do perímetro do Relatório Consolidado de Sustentabilidade com o do balanço financeiro e que os impactos, riscos e oportunidades identificados pelo Grupo sejam coerentes com o mesmo.*
- c) *Mapeamento e análise da cadeia de valor, uma vez que, ao elaborar o seu Relatório de Sustentabilidade consolidado, as empresas devem divulgar informações sobre os impactos, riscos e oportunidades materiais associados à empresa através das suas relações comerciais diretas e indiretas na sua cadeia de valor a montante e a jusante. No âmbito do processo de dupla materialidade, o mapeamento da cadeia de valor é fundamental para conhecer o perímetro alargado do Grupo CAAB sobre o qual os IRO devem ser avaliados.*
- d) *Mapeamento das partes interessadas e envolvimento das partes interessadas.*

Para a identificação dos IRO, o Grupo CA Auto Bank baseou-se principalmente na lista definida pela empresa-mãe Crédit Agricole S.A., tendo também em conta as atividades e o contexto regulamentar em evolução, bem como os Impactos, Riscos e Oportunidades associados ao Grupo. O processo de racionalização dos IRO definidos a nível da empresa-mãe incluiu uma fase de avaliação local, destinada a validar a pertinência dos temas em relação ao negócio principal (financiamento e aluguer) e a integrar informações decorrentes da análise da cadeia de valor a jusante (clientes de retalho e empresariais). Os IRO foram adaptados à realidade da CAAB, avaliando a cadeia de valor a montante e/ou a jusante, bem como, de forma mais geral, as relações com as várias categorias de partes interessadas.

Para o efeito, o Grupo implementou um processo de envolvimento das partes interessadas, de modo a apoiar as avaliações realizadas pelas funções. Em particular:

- No que diz respeito aos impactos positivos ou negativos, são avaliados os seguintes aspetos:
 - *a Probabilidade de ocorrência;*
 - *a Gravidade do impacto, por sua vez dividida em:*
 - *Amplitude (ou extensão),*
 - *Extensão (ou Alcance),*
 - *Remediabilidade (apenas para os impactos negativos).*
- Para os riscos e as oportunidades, são avaliados os seguintes perfis:
 - *Probabilidade de ocorrência;*

-
- *a Magnitude.*

No que diz respeito à materialidade do impacto, a metodologia de classificação dos impactos prevê a atribuição de uma pontuação numérica numa escala de 1 a 4, em conformidade com as diretrizes da empresa-mãe, conforme indicado a seguir.

O limiar de materialidade foi definido pela empresa-mãe Crédit Agricole S.A. e quantificado em 8. Este limiar aplica-se também à CA Auto Bank.

A lista de impactos, riscos e oportunidades (IRO) é definida pelas direções centrais da Crédit Agricole S.A. (Responsabilidade Social Corporativa, Riscos, Conformidade, Recursos Humanos, Compras, Assuntos Públicos, Transformação Digital e TI), capitalizando os processos internos já em vigor no Grupo (Mapeamento de Riscos Operacionais, Duty of Care, trabalho realizado sobre os riscos em linha com as expectativas do BCE, etc.) e tendo em conta as atividades (financiamento e aluguer), a cadeia de valor do Grupo e o contexto regulamentar em que o Grupo opera.

Foram identificados alguns riscos com base nos impactos detetados (por exemplo, um risco de reputação pode decorrer do impacto negativo das atividades do Grupo sobre o clima) e na análise das dependências em relação aos temas abrangidos pelo ESRS (por exemplo, a exposição do Grupo a setores que podem ser afetados pelos impactos das alterações climáticas, o que leva à identificação de um risco físico no âmbito das alterações climáticas). A CA Auto Bank dotou-se, posteriormente, de IRO específicos para o seu âmbito de atividade, como, por exemplo, o impacto da poluição. A lista de IRO abrange os atuais ESRS e os temas específicos identificados pelo Grupo, podendo ser atualizada para ter em conta eventuais alterações no contexto, na regulamentação ou no âmbito dos ESRS em exercícios futuros.

Para efeitos da análise de riscos e oportunidades, foram também considerados os impactos gerados e a eventual dependência da organização de elementos como os serviços ecossistémicos, o capital humano e intelectual, a estabilidade das relações com as comunidades e o território.

A avaliação dos riscos e oportunidades foi realizada através do produto das duas dimensões, a saber:

- a probabilidade de ocorrência, avaliada numa escala de 1 a 4;
- a magnitude (ou gravidade) avaliada numa escala de 1 a 4.

O Grupo avalia os riscos de sustentabilidade integrando as metodologias de gestão de riscos internos já consolidadas com um limiar de materialidade quantitativa específico, fixado pela empresa-mãe Crédit Agricole S.A. num valor igual a 8.

De acordo com a regulamentação, os impactos, riscos e oportunidades materiais devem ser atualizados anualmente para ter em conta eventuais evoluções do contexto, da regulamentação ou do perímetro que tenham ocorrido. Esta atualização centra-se nos riscos definidos como materiais durante o exercício anterior e considera eventuais elementos contextuais que exijam uma revisão da avaliação.

Além disso, os riscos relacionados com a sustentabilidade são geridos em consonância com os outros tipos de risco e estão integrados no processo global de gestão de riscos do Grupo Crédit Agricole. O processo de avaliação da dupla materialidade está em constante evolução, com o objetivo de integrar modalidades específicas de consulta às partes interessadas envolvidas; um exemplo para este ciclo de reporte foi o envolvimento da categoria de partes interessadas dos jornalistas na avaliação da DMA.

O resultado obtido a partir da matriz de dupla materialidade é integrado com o que é relatado no mapeamento dos riscos operacionais e está em consonância com o mapeamento e avaliação de riscos utilizados para o ICAAP.

Para o período de referência, a atividade baseou-se numa análise de cenário de tipo qualitativo, centrando-se principalmente nas tendências do setor e na análise de pares e concorrentes, complementada com avaliações internas.

O Grupo CA Auto Bank utiliza uma combinação de dados diretos (gerenciais e contabilísticos) e estimativas baseadas em parâmetros técnicos e estatísticos (superfícies, quadro de pessoal, médias quilométricas) para colmatar lacunas de granularidade e integridade da informação. No que diz respeito à cadeia de valor, o Banco integra proxies setoriais e bases de dados de fornecedores externos para mapear as emissões dos veículos financiados.

1.4.2. DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARA IDENTIFICAR E AVALIAR OS IMPACTOS, OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES RELEVANTES RELACIONADOS COM AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1 - ESR52 - IRO-1-20

A CA Auto Bank monitoriza as emissões diretas de GEE (âmbito 1), as emissões indiretas de GEE (âmbito 2) e as categorias 6, 7 e 15 do âmbito 3. Para esta última categoria, a empresa monitoriza as emissões diretas no que diz respeito ao negócio de retalho.

Para alargar progressivamente as categorias de emissões abrangidas, o Grupo utiliza o projeto Carbon Footprint desenvolvido pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, através do qual a CA Auto Bank reporta os dados relativos a:

- Consumo de energia;
- deslocações dos colaboradores;
- deslocações pendulares dos colaboradores.

Este projeto, além de monitorizar as principais fontes de emissões de GEE, visa reduzir a pegada de carbono.

O Grupo também se empenha, através da ação da sua subsidiária Drivalia, que investe na aceleração da transição para um sistema de mobilidade sustentável e apoia a escolha dos clientes por veículos PHEV e BEV.

Para efeitos de identificação de riscos e oportunidades, o Grupo CA Auto Bank seguiu as mesmas fases de identificação de impactos, tal como descrito acima.

O CA Auto Bank (CAAB) implementou um processo de análise ambiental destinado a identificar os riscos físicos, tanto **agudos** (eventos extremos) como **crónicos** (mudanças progressivas), que possam afetar as suas operações e a sua carteira automóvel.

- **Riscos identificados:** O processo analisou riscos como inundações fluviais, incêndios florestais, tempestades, granizo (riscos agudos) e subida do nível do mar ou aumento das temperaturas médias (riscos crónicos).
- **Análise dos ativos:** A análise centrou-se na frota de veículos (principais ativos físicos), distinguindo entre veículos em leasing/aluguer (propriedade da Drivalia) e veículos financiados (crédito ao consumo).

Em conformidade com o solicitado pela empresa-mãe, a empresa definiu os seus horizontes de avaliação de acordo com a duração média dos contratos financeiros e o planeamento estratégico:

- **Curto prazo:** 2025 (alinhado com o plano industrial atual);
- **Médio prazo:** 2030 (alinhado com as metas NZBA e com a vida útil residual da frota atual);
- **Longo prazo:** 2040;
- **Muito longo prazo:** 2050 (alinhado com os objetivos de neutralidade climática global).

A avaliação da exposição e da sensibilidade segue uma abordagem granular:

- **Coordenadas geoespaciais:** A análise utiliza mapas de risco específicos para os principais mercados (Itália, Alemanha, França, Espanha e Reino Unido). No caso da Itália e da Alemanha, por exemplo, foram utilizadas projeções geoespaciais para mapear a exposição a inundações fluviais até 2030.
- **Sensibilidade e Probabilidade:** O CAAB avalia a sensibilidade dos ativos tendo em conta a mobilidade intrínseca dos veículos, o que mitiga parcialmente a exposição local fixa. No entanto, foi detetada uma sensibilidade média-alta para eventos como o granizo nas regiões do sul da Europa, onde a magnitude dos danos pode afetar significativamente os custos de reparação e os prémios de seguro.
- **Determinação do risco bruto:** O risco físico bruto é calculado integrando a probabilidade do evento climático com o valor residual dos ativos expostos, sem considerar inicialmente as estratégias de mitigação (como coberturas de seguro) para determinar o impacto potencial máximo.

Em conformidade com o pedido para considerar cenários de alto risco físico, a CAAB adotou o cenário NGFS «Current Policies» (Hot House World):

Este cenário pressupõe que as políticas climáticas globais permaneçam as atuais, levando a um aquecimento superior a 3 graus até 2100.

Este cenário foi escolhido especificamente para testar a resiliência da empresa em condições de stress físico extremo, projetando o aumento da frequência e da gravidade das catástrofes naturais nos mercados de referência.

A análise dos cenários climáticos não é um exercício isolado, mas orienta a gestão do risco através da integração no ICAAP dos resultados dos cenários (Hot House vs. Net Zero), que são traduzidos em impactos macroeconómicos (variação do PIB, taxas de juro) e que alimentam os modelos de testes de resistência para o cálculo dos custos de crédito adicionais.

1.4.3. DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARA IDENTIFICAR E AVALIAR OS IMPACTOS, OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES RELEVANTES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2 - ESRS2 - IRO-1-11 AR 9

Em relação ao *tópico padrão* ESRS E2 – Poluição, a identificação de impactos, riscos e oportunidades foi efetuada tendo em conta as especificidades do Grupo CA Auto Bank.

Com base na análise realizada, foi identificado um impacto material negativo em relação à cadeia de valor a jusante, além de oportunidades relacionadas com a poluição atmosférica através da promoção do aluguer e financiamento de veículos elétricos, adotando uma abordagem qualitativa aplicada ao perímetro identificado.

1.4.4. DESCRIÇÃO DO PROCESSO PARA IDENTIFICAR E AVALIAR OS IMPACTOS, OS RISCOS E AS OPORTUNIDADES RELEVANTES RELACIONADOS COM A GOVERNANÇA

G1 - ESRS2 - IRO-1 DP 6

No que diz respeito à governança, na sequência da análise de materialidade realizada, o tema padrão G1 – Conduta das empresas revelou-se material tanto do ponto de vista do impacto como do ponto de vista financeiro; em particular, destacam-se impactos negativos, bem como riscos significativos.

Para efeitos da avaliação dos IRO relativos a este padrão, foram considerados tanto o contexto geográfico e socioeconómico de referência, como as atividades relacionadas com as operações próprias do Grupo, bem como as atividades de financiamento.

1.4.5. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO NO ÂMBITO DAS ESRS OBJETO DA DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA

1.4.5.1. COBERTURA DOS DR

ESRS2 - IRO-2-56

Tema	Lista de DR	Obrigação de divulgação
Informações gerais	ESRS 2 - BP-1	Critérios gerais para a elaboração de declarações sobre sustentabilidade
	ESRS 2 - BP-2	Informação relativa a circunstâncias específicas
	ESRS 2 - GOV-1	Papel dos órgãos de administração, direção e fiscalização
	ESRS 2 - GOV-2	Informações fornecidas aos órgãos de administração, direção e controlo da empresa e questões de sustentabilidade por ela abordadas
	ESRS 2 - GOV-3	Integração dos resultados de sustentabilidade nos sistemas de incentivos
	ESRS 2 - GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência
	ESRS 2 - GOV-5	Gestão do risco e controlos internos sobre relatórios de sustentabilidade
	ESRS 2 - SBM-1	Estratégia, modelo empresarial e cadeia de valor
	ESRS 2 - SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas
	ESRS 2 - SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial
	ESRS 2 - IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades relevantes
	ESRS 2 - IRO-2	Obrigações de informação dos ESRS objeto da declaração sobre a sustentabilidade da empresa
Alterações climáticas	E1 - ESRS 2 - SBM 1	Estratégia, modelo empresarial e cadeia de valor
	E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas
	E1 - ESRS 2 - GOV-3	Integração do desempenho em termos de sustentabilidade nos sistemas de incentivos
	E1 - ESRS 2 - SBM 3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial
	E1 - ESRS 2 - IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades relevantes relacionados

		com o clima
	E1-2	Políticas relativas à mitigação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas

		E1-3	Ações e recursos relativos às políticas em matéria de alterações climáticas
		E1-4	Objetivos relativos à mitigação das alterações climáticas e à adaptação às mesmas
		E1-5	Consumo de energia e mix energético
		E1-6	Emissões brutas de GEE de escopo 1, 2, 3 e emissões totais de GEE
	Poluição	E2 - ESRS 2 - IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades relevantes associados à poluição
		E2-1	Políticas relativas à poluição
		E2-2	Ações e recursos relacionados com a poluição
		E2-3	Objetivos relacionados com a poluição
		E2-6	Efeitos financeiros esperados dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a poluição
	própria força de trabalho	S1 - ESRS 2 - SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas
		S1 - ESRS 2 - SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial
		S1-1	Políticas relativas à força de trabalho própria
		S1-2	Processos de envolvimento dos próprios trabalhadores e dos representantes dos trabalhadores relativamente aos impactos
		S1-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais que permitem aos seus próprios de levantar preocupações
		S1-4	Intervenções sobre impactos relevantes para a própria força de trabalho e abordagens para a mitigação de riscos relevantes e a busca de oportunidades relevantes em relação à força de trabalho própria, bem como a eficácia dessas ações
		S1-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos negativos significativos, ao reforço dos impactos positivos e à gestão dos riscos e oportunidades relevantes
		S1-6	Características dos colaboradores da empresa
		S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados na força da empresa
		S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social

	S1-9	Métricas de diversidade
	S1-10	Salários adequados
	S1-11	Proteção social
	S1-12	Pessoas com deficiência

		S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências
		S1-14	Métricas de saúde e segurança
		S1-15	Indicadores do equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada
		S1-16	Métricas de remuneração (diferença salarial e remuneração)
		S1-17	Acidentes, denúncias e impactos graves em matéria de direitos humanos
	Consumidores e utilizadores finais	S4 - ESRS 2 - SBM-2	Interesses e opiniões das partes interessadas
		S4 - ESRS 2 - SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação com a estratégia e o modelo empresarial
		S4-1	Políticas relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais
		S4-2	Processos de envolvimento dos consumidores e dos utilizadores finais relativamente aos impactos
		S4-3	Processos para remediar os impactos negativos e canais que permitem aos consumidores e utilizadores finais manifestar preocupações
		S4-4	Intervenções sobre impactos relevantes para os consumidores e utilizadores finais e abordagens para a mitigação dos riscos relevantes e a concretização de oportunidades relevantes relação aos consumidores e aos utilizadores finais, bem como eficácia dessas ações
		S4-5	Objetivos relacionados com a gestão dos impactos negativos significativos, ao reforço dos impactos positivos e à gestão dos riscos e oportunidades relevantes
	Conduta das empresas	G1 - ESRS 2 - GOV-1	Papel dos órgãos de administração, direção e fiscalização
		G1 - ESRS 2 - IRO-1	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades relevantes
		G1 - ESRS 2 - SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades relevantes e a sua interação em consonância com a estratégia e o modelo empresarial
		G1-1	Políticas relativas à cultura empresarial e à conduta das empresas
		G1-2	Gestão das relações com os fornecedores
		G1-3	Prevenção e deteção da corrupção ativa e

		passiva
	G1-4	Casos comprovados de corrupção ativa ou passiva
	G1-6	Práticas de pagamento

2. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

2.1. EVOLUÇÃO DO CLIMA

2.1.1. ESTRATÉGIA

2.1.1.1. CONTRIBUIÇÃO DA CAAB PARA O PLANO DE TRANSIÇÃO DO GRUPO CRÉDIT AGRICOLE

E1 ESR2 SBM-1

A luta contra as alterações climáticas faz parte do Projeto Societário do Grupo Crédit Agricole.

Para nos adaptarmos e mitigarmos os efeitos das alterações climáticas e as suas consequências ecológicas, socioeconómicas e geopolíticas, é necessário analisar de forma crítica e aprofundada todo o modelo de crescimento. As conclusões do sexto relatório de avaliação climática do Grupo Intergovernamental de Peritos sobre as Alterações Climáticas (IPCC) sobre as consequências de um aumento da temperatura global superior a 2 °C exigem uma reformulação global da economia do futuro.

Perante este desafio, as instituições financeiras são chamadas a desempenhar o seu papel para apoiar a economia do futuro. Adotado por um número crescente de atores internacionais, tanto governamentais como privados, à medida que a COP26 se aproximava em novembro de 2021, o objetivo, conhecido como «Net Zero 2050», representou um marco decisivo no caminho a percorrer a nível global para que o aquecimento global não ultrapasse 1,5 graus Celsius até 2050. No âmbito do seu projeto de empresa e da implementação da sua política sobre as alterações climáticas, o Grupo Crédit Agricole integra o seu plano de transição climática na sua estratégia global. Comprometeu-se, assim, a «contribuir para a neutralidade carbónica até 2050 através da sua pegada operacional e dos seus investimentos e carteiras de financiamento» e a «apoiar todos os seus clientes na sua transição energética». Este compromisso aplica-se, portanto, à presença operacional do Grupo Crédit Agricole e à de cada uma das suas principais linhas de atividade: financiamento, investimento, gestão de património e seguros, independentemente da área geográfica em que as linhas de atividade operam.

O Grupo Crédit Agricole aderiu, desde o início, a várias iniciativas pioneiras no domínio do financiamento climático. Desde 2003, é signatário dos Princípios do Equador, do Pacto Global das Nações Unidas, dos Princípios Climáticos em 2008, da Iniciativa sobre Objetivos Baseados na Ciência em 2016, dos Princípios para um Sistema Bancário Responsável em 2019, dos Princípios para o Investimento Responsável em 2011, e dos Princípios para um Seguro Sustentável em 2021. Co-fundador dos 19 princípios das obrigações verdes, tornou-se um líder mundial em obrigações verdes 20. Os compromissos do Grupo Crédit Agricole aplicam-se a todas as subsidiárias, em função das linhas de negócio ativas no seu âmbito. Ao aderir a alianças internacionais nos setores bancário, segurador e de gestão de poupanças em 2021 e 2022, para além dos compromissos assumidos no âmbito da sua adesão à Glasgow Financial Alliance for Net Zero 21 (GFANZ), o Grupo Crédit Agricole estabeleceu objetivos ambiciosos para contribuir para a consecução da neutralidade carbónica até 2050.

No âmbito da Net Zero Banking Alliance, foram identificados dez setores prioritários que abrangem cerca de 60% das atividades do Grupo Crédit Agricole e representam mais de 75% das emissões globais de gases com efeito de estufa.

O Plano de Transição Climática é um plano ambicioso que o Grupo Crédit Agricole lançou em junho de 2019 no âmbito da implementação da sua política e estratégia geral em matéria de alterações climáticas. O seu princípio consiste em reorientar gradualmente as carteiras financeiras e de investimento do Grupo, em consonância com os objetivos do Acordo de Paris de 2015 e

com os cenários de referência, entre os quais

o da Agência Internacional de Energia (AIE), para contribuir para a consecução da neutralidade carbônica até 2050. Desde a sua criação, o Grupo CA Auto Bank tem vindo a adotar progressivamente o Plano de Transição do Grupo.

Este plano abrange os âmbitos 1, 2 e 3 da pegada de carbono do banco, tal como definido pelo Protocolo sobre Gases com Efeito de Estufa, ou seja, as emissões de gases com efeito de estufa (GEE) relacionadas com as suas operações, o consumo de energia, as viagens de negócios e o seu financiamento, os investimentos, a gestão de património e as atividades de seguros. Abrange também a mitigação das alterações climáticas, a adaptação às alterações climáticas, a eficiência energética e o desenvolvimento de energias renováveis. A redução da pegada de carbono da cadeia de valor a jusante é alcançada através dos percursos de descarbonização e dos planos de ação descritos no presente documento.

O plano de transição do Grupo Crédit Agricole, que foi significativamente reforçado em 2022 e aperfeiçoado em dezembro de 2023, assenta em três pilares complementares:

1. realizar financiamentos e investimentos em grande escala em energias renováveis, infraestruturas com baixas emissões de carbono, tecnologias limpas e projetos de eficiência energética;
2. apoiar todos os clientes nas suas transições relacionadas com as alterações climáticas;

E1-1 DP 17

Embora o Grupo CA Auto Bank não disponha, até à data, de um Plano de Transição, dotou-se de um Plano de Sustentabilidade 2026 que inclui objetivos alinhados com o Plano de Transição do Grupo Crédit Agricole.

E1 ESRS 2 GOV-3 DP 13

As questões relacionadas com o combate às alterações climáticas são centrais na estratégia do Grupo; por isso, as políticas de remuneração prevêm que, nos sistemas de remuneração variável da alta direção, sejam aplicados critérios de avaliação de resultados que tenham em conta a contribuição dada às ações de redução da pegada de carbono direta ou indireta, ao longo de toda a cadeia de valor. Para mais informações sobre o assunto, consulte ESRS2 GOV-3 DP29.

2.1.1.2. IMPACTOS MATERIAIS, RISCOS E OPORTUNIDADES E INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

E1 - SBM-3 DP 18

O Banco de Itália, em linha com iniciativas análogas do BCE e de outras autoridades de supervisão nacionais, elaborou, ao longo de 2022, um primeiro conjunto de expectativas de supervisão sobre a integração dos riscos climáticos e ambientais nas estratégias empresariais, nos sistemas de governação, controlo e gestão de riscos.

Em resposta a essas expectativas, o Grupo CA Auto Bank previu um plano de ação plurianual destinado a promover a integração progressiva dos riscos climáticos e ambientais na estratégia empresarial, nas políticas e na gestão de risco.

No âmbito da análise de dupla materialidade, o Grupo CA Auto Bank identificou riscos relevantes relacionados com as alterações climáticas, nomeadamente riscos físicos e de transição, conforme descrito a seguir:

IRO detalhados	Tipo	Definição
Fatores de risco físicos relacionados com as alterações climáticas que afetam os riscos bancários (de crédito, financeiros, operacionais)	Físico	Eventos Agudos: Fenómenos meteorológicos extremos (inundações, tempestades, ondas de calor, deslizamentos de terra). Eventos crónicos: Alterações graduais e a longo prazo das condições climáticas (aumento das temperaturas médias, subida do nível do mar) A exposição a tais eventos pode comprometer a capacidade de reembolso dos clientes, desvalorizar as garantias reais (por exemplo, veículos ou imóveis danificados) e causar interrupções na continuidade operacional. A subvalorização desses riscos afeta negativamente a qualidade dos ativos e a rentabilidade da carteira.
Fatores de risco de transição relacionados com as alterações climáticas que afetam os riscos bancários (de crédito, financeiros, operacionais)	Transição	Este risco decorre da exposição do Grupo a setores sujeitos a restrições de transição geradoras de custos que podem afetar o saldo financeiro e a solvência dos clientes em causa (mudanças regulamentares, de mercado e tecnológicas necessárias para a transição para uma economia de baixas emissões de carbono, etc.). Subestimar estes riscos relacionados com as alterações climáticas pode ter um impacto financeiro na carteira do banco, comprometendo o desempenho e a sustentabilidade dos investimentos, influenciando a qualidade e a rentabilidade do financiamento concedido e aumentando os riscos no setor dos seguros.

E1 - SBM-3 DP 19 AR 7) AR 8

A CA Auto Bank e a Drivalia dão continuidade ao seu compromisso com o ambiente, investindo na sustentabilidade como motor de inovação do seu negócio, desenvolvendo uma oferta de serviços cada vez mais orientada para a promoção da mobilidade elétrica e com baixas emissões de CO2, implementando uma estratégia de eletrificação e levando a cabo projetos em parceria voltados para iniciativas de RSE e para a salvaguarda do ambiente. A sustentabilidade, de facto, é um motor estratégico de inovação do negócio do Grupo Crédit Agricole, que visa orientar a transição para uma mobilidade com emissões zero de CO2. O seu princípio: reorientar gradualmente as carteiras de financiamento e de investimento do Grupo Crédit Agricole, em linha com os objetivos do Acordo de Paris de 2015 e com os cenários de referência, incluindo o da Agência Internacional de Energia (AIE), para contribuir para a

consecução da

neutralidade das emissões de carbono até 2050. Nesta perspetiva, o risco de transição para o Grupo CA Auto Bank é gerido e utilizado para colocar a empresa numa posição estratégica.

Já para o ICAAP de 2024, o CA Auto Bank decidiu adotar uma abordagem quantitativa macroeconómica diferente para medir os potenciais impactos climáticos em dois cenários distintos («adverso» e «hot house»). Esta abordagem foi confirmada e aperfeiçoada para o ICAAP de 2025.

As definições que se seguem foram retiradas diretamente do guia do BCE sobre riscos climáticos e ambientais para a regulamentação bancária, conforme ilustrado a seguir.

O teste de resistência climático do BCE aplica três cenários principais que diferem entre si pelos níveis associados de risco de transição e de risco físico.

O cenário mais favorável em termos de impacto económico potencial é o da «transição ordenada». Neste cenário, as medidas de política climática são bem calibradas e implementadas de forma atempada e eficaz, pelo que os custos decorrentes da transição e dos riscos físicos são relativamente limitados. Do ponto de vista climático, este cenário prevê o cumprimento dos objetivos do Acordo de Paris, ou seja, manter a temperatura terrestre «bem abaixo dos 2 graus Celsius» até ao final do século. O quadro metodológico proposto toma este caso como cenário de base, que serve de referência para comparar os efeitos de cenários negativos alternativos.

Pelo contrário, no cenário «hot house world» não é introduzida qualquer regulamentação ou política destinada a limitar as alterações climáticas, o que conduz a riscos físicos extremamente elevados. Neste cenário, os custos associados à transição são muito limitados (uma vez que a transição não ocorre), mas os custos relacionados com catástrofes naturais são extremamente elevados. Nestas circunstâncias, o aquecimento global não ficaria limitado, as temperaturas globais aumentariam pelo menos 3 graus Celsius em relação aos níveis pré-industriais até 2100 e os objetivos do Acordo de Paris não seriam alcançados.

Entre estes dois cenários climáticos extremos, existe um cenário de «transição desordenada» que pressupõe uma implementação tardia das medidas de política climática necessárias. Devido aos atrasos na implementação, no cenário de transição desordenada as medidas políticas são introduzidas de forma abrupta, pelo que os riscos de transição e os custos associados são significativos. Além disso, uma vez que o aquecimento global só começará a ser mitigado a partir de 2030, um cenário de transição desordenada implica também a acumulação de um risco físico maior do que aquele que se teria com uma transição ordenada.

A primeira distinção fundamental que se faz na gestão do risco climático é a que existe entre risco de transição e risco físico:

- os riscos físicos decorrem do impacto de eventos climáticos extremos (como eventos meteorológicos extremos exacerbados), da subida do nível do mar, da perda de serviços ecossistémicos (por exemplo, desertificação, escassez de água, degradação da qualidade do solo ou da ecologia marinha), bem como de acidentes ambientais (por exemplo, fugas graves de substâncias químicas ou derrames de petróleo no ar, no solo e na água/oceano).
- Os riscos de transição resultam dos esforços humanos para enfrentar os desafios ambientais e climáticos, incluindo mudanças nas políticas públicas, descobertas tecnológicas, mudanças na atitude dos investidores ou na opinião pública e inovações disruptivas nos modelos de negócio.

Para compreender melhor a estrutura deste cenário, a tabela seguinte apresenta os cenários delineados pela NGFS[1] com uma breve descrição.

Cenários NGFS	Ordenado	Turbulento	Mundo do Efeito Estufa
	Presume que as políticas climáticas sejam introduzidas precocemente e se tornem gradualmente mais rigorosas. As emissões líquidas de CO2 são nulas até 2070, com uma probabilidade de 67% de limitar o aquecimento global abaixo dos 2 °C. Os riscos físicos e de transição são ambos relativamente baixos.	Presume-se que as políticas climáticas não sejam introduzidas até 2030. Uma vez que as medidas são tomadas relativamente tarde e limitadas pelas tecnologias disponíveis, as reduções de emissões têm de ser mais acentuadas do que no cenário Orderly para limitar o aquecimento ao mesmo objetivo. O resultado é um risco de transição mais elevado.	Presume-se que apenas os critérios atualmente implementados sejam mantidos. As contribuições determinadas a nível nacional não são cumpridas. As emissões aumentam até 2080, levando a um aquecimento de 3 °C+ e a graves riscos físicos. Isto inclui alterações irreversíveis, como a subida do nível do mar.

METODOLOGIA E HIPÓTESES

A partir de 2024, o CA Auto Bank utilizou um modelo macroeconómico baseado na variação do PIB em dois cenários climáticos: «transição desordenada» e «estufa».

O teste de resistência baseia-se na conversão de cenários de transição e físicos em impacto macroeconómico (por exemplo, no PIB) e na subsequente tradução desses impactos em aumentos dos riscos mais sensíveis afetados por eventos desta natureza (por exemplo, risco de crédito e de valor residual).

A componente relativa ao impacto no valor residual é também calculada no âmbito do exercício ICAAP; por conseguinte, na análise ESG é indicada apenas para fins informativos, a fim de evitar qualquer dupla contagem.

A metodologia utilizada tem um horizonte de um ano para a «transição desordenada» e um cenário de três anos para o cenário «hot house».

A análise de resiliência realizada no âmbito do ICAAP foi aprofundada para o exercício ICAAP 2025. Nesta perspetiva, foi introduzida uma classificação por código NACE (dividida em 22 setores, destinada à segmentação das empresas com base no respetivo setor de atividade) e por área geográfica (país), com o objetivo de atribuir uma pontuação (score) com base no setor e no país em que a empresa/contraparte opera.

Uma vez atribuída a pontuação, procede-se à aplicação do teste de resistência, que resulta mais penalizante para as empresas que apresentam a soma mais elevada das pontuações relativas ao código NACE e ao país.

Ao longo de 2025, para além da realização do teste de resistência ambiental no ICAAP, o Ca Auto Bank concluiu o exercício do BES, um instrumento de análise estratégica para identificar todos os fatores climáticos externos que podem influenciar o desempenho

de uma empresa.

O exercício Business Environment Scan (BES) foi supervisionado a nível do Grupo pela Crédit Agricole S.A. Casa, através da Direction Risk Groupe (DRG), que detalhou a atividade, criando um modelo que as entidades deveriam preencher para todos os setores exigidos.

O objetivo deste exercício é identificar os riscos climáticos e ambientais que têm impacto nas entidades e avaliar o nível de risco que os fatores ambientais podem determinar, bem como as oportunidades de negócio que podem gerar. A análise é realizada tanto sobre os riscos físicos (por exemplo, ondas de calor ou poluição) como sobre os riscos de transição (por exemplo, evoluções regulamentares ou tecnológicas) e tem em consideração o cenário a curto, médio e longo prazo, de modo a determinar como estes podem afetar negativamente os resultados da empresa.

Mais concretamente, esses horizontes temporais são: (i) 2025 para o curto prazo, (ii) 2030 para o médio prazo, (iii) 2040 para o longo prazo e (iv) 2050 para o muito longo prazo.

O risco de transição divide-se em riscos regulamentares, riscos tecnológicos, evolução do mercado e da procura e riscos relacionados com os compromissos de C&E. Estão a ser avaliados e detalhados os impactos das variáveis macroeconómicas, do panorama competitivo e das tendências sociais/demográficas, quando pertinentes.

O Grupo CA Auto Bank está a analisar qualitativamente o impacto destes riscos nos seus clientes e na sua carteira, para posteriormente tirar conclusões comerciais e definir planos de ação estratégicos a implementar.

E1 - ESRS 2 - IRO-1

Em conformidade com os requisitos do princípio ESRS E1, a descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas, bem como os respetivos resultados, está integrada na informação geral prestada nos termos do ESRS 2 IRO-1. Remete-se, portanto, para a secção «Gestão dos impactos, riscos e oportunidades» do presente documento para obter detalhes sobre a metodologia e os resultados da avaliação da materialidade.

2.1.2. POLÍTICAS RELATIVAS À MITIGAÇÃO E À ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1-2 DP 22) 24) 25

Uma vez que o Grupo CA Auto Bank reconhece a importância das alterações climáticas, adotou, em 2025, uma política específica, a «Climate Change Policy», cujo âmbito de aplicação abrange a pegada de carbono operacional do Grupo, bem como a de cada uma das suas principais atividades: financiamento, aluguer e seguros, independentemente da zona geográfica e do setor económico em que essas atividades são exercidas.

A política climática do Grupo CA Auto Bank visa contribuir ativamente para as ambições definidas no Plano de Transição do Grupo Crédit Agricole, entre as quais a consecução da neutralidade carbónica até 2050, com metas intermédias definidas para 2030. Esta estratégia da CASA articula-se através da adesão a três alianças internacionais de referência:

- Net Zero Banking Alliance: centrada em dez setores prioritários que representam cerca de 60% dos empréstimos do Grupo e mais de 75% das emissões globais de gases com efeito de estufa.
- Net Zero Asset Managers Initiative: para o alinhamento das carteiras de investimento.
- Net Zero Asset Owner Alliance: com o objetivo específico de reduzir em 50% as emissões de carbono por milhão de euros investidos até 2029 (em relação aos níveis de 2019).

Gestão da Pegada Operacional (SBTi) Em conformidade com as recomendações da Science Based Targets initiative (SBTi), o Grupo adotou objetivos rigorosos para a redução das suas emissões diretas e indiretas:

- Emissões de viagens de negócios (Âmbito 3): O Crédit Agricole S.A. compromete-se a uma redução de 50% em termos absolutos até 2030 (base 2019). Até à data, salienta-se que o CA Auto Bank ainda não definiu as suas metas específicas para esta categoria.
- Abastecimento energético: O Grupo tem como objetivo utilizar 100% de eletricidade proveniente de fontes renováveis até 2030 em todas as suas instalações nacionais e internacionais.

As medidas implementadas pela CA Auto Bank envolvem toda a rede de partes interessadas:

- Clientes: Soluções dedicadas tanto a clientes particulares como a profissionais para facilitar a transição.
- Colaboradores: Programas de sensibilização e formação para a adaptação aos novos desafios climáticos.

No que diz respeito à governação e à comunicação, a responsabilidade pela correta implementação da política climática recai sobre o departamento de Comunicação & ESG, que monitoriza periodicamente os progressos. A política é disponibilizada a todos os colaboradores através dos canais de comunicação interna.

2.1.3. AÇÕES E RECURSOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1-3 DP 26) 28) 29)

A descrição das ações e dos recursos relacionados com a mitigação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas segue os princípios previstos no ESRS 2 MDR-A Ações e recursos relativos a questões de sustentabilidade relevantes.

As ações e os recursos atribuídos pelo Grupo Crédit Agricole assentam em seis pilares para responder aos diversos desafios das suas linhas de negócio: apoiar os clientes na sua transição ambiental e energética; implementar planos de ação setoriais; implementar planos de ação para os investimentos; a redução da sua pegada ambiental; uma contribuição voluntária para a neutralidade carbónica; bem como a implementação de um ambicioso sistema de gestão de riscos climáticos e ambientais. As iniciativas de descarbonização do Grupo fazem parte do seu modelo relacional, que se baseia numa abordagem global às necessidades dos seus clientes, às especificidades do setor bancário e à interdependência dos alavancadores da descarbonização.

Incluem uma série de ações destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. A contribuição dos alavancadores de

descarbonização para a consecução dos objetivos de redução das emissões de gases com efeito de estufa deve, por conseguinte, ser considerada de forma global.

No CA Auto Bank, esta abordagem traduz-se em ações concretas no âmbito das suas atividades, tais como:

- formação de todos os colaboradores em matéria de ESG;
- sensibilizar os clientes para as questões da sustentabilidade, ambientais e de transição energética;
- apoio bancário a projetos de transição dos clientes através da implementação de financiamentos específicos;
- apoio a projetos de transição relacionados com a mobilidade sustentável. A oferta diversificada de aluguer de veículos elétricos (car sharing, aluguer de curta e longa duração), a expansão da rede de recarga DRIVALIA e do número de pontos de recarga alimentados com energia elétrica proveniente de fontes renováveis.

2.1.3.1. PLANOS DE AÇÃO SETORIAIS

O Grupo Crédit Agricole, com o seu Plano de Transição Climática e a adesão à Net Zero Banking Alliance, decidiu concentrar os seus esforços em dez setores-chave para traçar os caminhos que conduzirão à consecução do Net Zero. No âmbito deste ambicioso programa, o CA Auto Bank contribui ativamente no setor automóvel.

Partindo da missão do Grupo CA Auto Bank – «criar todos os dias soluções de mobilidade para um planeta melhor» – o Plano de Sustentabilidade implementado reúne todos os objetivos ambientais, sociais e de gestão empresarial do Grupo, delineando uma estratégia ESG (Environmental, Social e Governance) que visa criar valor e gerar lucros de forma virtuosa.

No que diz respeito ao Plano, estão previstas ações nas áreas da Mobilidade Sustentável e do Ambiente, contribuindo para a difusão de uma cultura responsável e reforçando os critérios ESG exigidos aos seus fornecedores.

Em particular, foi desenvolvido e implementado um plano de ação específico, que inclui uma série de medidas destinadas a perseguir os objetivos estabelecidos em relação à carteira financiada. Estas iniciativas foram concebidas para abordar e responder aos impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas, que foram identificados como relevantes para o Grupo.

Uma vez que o Grupo concede principalmente financiamentos no âmbito do setor «automotivo», neste contexto:

- financiou um em cada dois veículos novos com motor híbrido ou elétrico e três em cada dez veículos novos com motor totalmente elétrico em 2025. Em consonância com essa estratégia, até 2026, a quota de automóveis novos adquiridos com emissões nulas ou baixas representará 35% da frota da Drivalia, tendo representado 31% em 2025;
- promove a transição para veículos mais sustentáveis e formas de mobilidade alternativa, tanto para particulares como para empresas, disponibilizando instrumentos como o car sharing e soluções de aluguer de curta e longa duração;
- apoia a transformação do setor automóvel, financiando novos intervenientes, como os fabricantes de automóveis que se concentram exclusivamente em veículos elétricos, e continua a gerir uma rede de recarga DRIVALIA própria para promover uma maior difusão da mobilidade elétrica;
- É de salientar a reduzida importância das despesas de capital e operacionais, tendo em conta o setor em que a CAAB opera.

Além disso, a CA Auto Bank está empenhada em adotar comportamentos responsáveis em relação ao ambiente, tema em que se concentra o pilar seguinte. Isto concretiza-se, em particular, na redução significativa da sua pegada de carbono, através da

utilização de uma frota empresarial composta por 39% de veículos totalmente elétricos, percentagem que ultrapassa os 85% se incluírem os veículos híbridos plug-in.

A intensidade de carbono da carteira registou uma redução de 29,7% em relação à linha de base de 2020. O Grupo continua a apoiar a descarbonização do setor, atuando tanto na procura como na oferta. Por um lado, apoiamos os fabricantes na eletrificação da sua gama; por outro, incentivamos particulares e profissionais a orientarem-se para uma mobilidade com baixas emissões de carbono, disponibilizando novas formas de financiamento.

	Referência de 2020	2024	2025	Objetivo 2030
Automóvel	185 gCO2e/km	136 gCO2e/km	130 gCO2e/km	95 gCO2e/km
		-26,5%	-29,7%	-48,7%

A redução das emissões financiadas em 2025 foi de 4,41% em relação ao período anterior. Tendo em conta o desvio em relação à linha de base, alcançou-se uma diminuição global de 29,7%, em linha com a meta de 48,65% a atingir em 2030. Essa meta foi estabelecida pelo Grupo Crédit Agricole para todo o setor automóvel e adotada pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, que definiu uma trajetória de redução das emissões financiadas para cada uma das suas subsidiárias.

2.1.3.2. PEGADA OPERACIONAL

Consciente do impacto das suas operações no ambiente, a CAAB compromete-se a utilizar energia elétrica menos poluente, com o objetivo de atingir 100% de eletricidade renovável até 2030. Além disso, prossegue os seus esforços para reduzir o consumo de energia, mantendo o seu plano de eficiência, a fim de consolidar estes novos comportamentos ao longo do tempo.

As ações concentram-se em três categorias principais:

- o funcionamento dos edifícios, através de ações relacionadas com a eficiência (controlo da temperatura no inverno e no verão). Além disso, os nossos escritórios em Roma e Madrid são certificados LEED;
- Responsável pela área de TI através da gestão eficiente dos centros de dados;
- viagens de trabalho (maior recurso ao teletrabalho e às reuniões; política de viagens que promove a utilização do comboio) e frota de veículos (eletrificação da frota de veículos da empresa e de serviço; unidades de carregamento para os colaboradores). Estas ações contribuem para reduzir as emissões relacionadas com a utilização dos veículos da empresa e as geradas pelos colaboradores quando viajam em serviço.

Salienta-se a escassa relevância das despesas de capital e operacionais, tendo em conta o setor em que o CAAB opera.

2.1.4. OBJETIVOS E MEDIDAS DE DESEMPENHO

2.1.4.1. OBJETIVOS DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

E1-4 DP 30

No âmbito do Plano de Sustentabilidade 2024-2026, figuram os seguintes objetivos:

1. eletrificação da frota de veículos da empresa, com o objetivo de ter um em cada dois veículos elétricos e nove em cada dez elétricos ou PHEV até 2026. A 31/12/2025, a quota de veículos elétricos da empresa é de 39%, enquanto a soma de BEV e PHEV é de 85%.
2. redução da pegada de carbono (Âmbitos 1, 2 e 3, com perímetro reconstruível) em 16% até 2026, em relação aos níveis de 2022.

2.1.4.2. OUTRAS MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Em consonância com as ações previstas no Plano de Sustentabilidade, o Grupo CA Auto Bank monitoriza os seguintes KPI:

NÚMERO DE PONTOS DE RECARGA PRÓPRIOS (APENAS DRIVALIA) A 31/12/2025 POR MERCADO

País	N.º de pontos de recarga
Itália	1.528
Reino Unido	100
Portugal	60
Espanha	70
França	200
Total	1.958

O número de pontos de recarga detidos pela Drivalia em 2025 aumentou em 60 unidades em relação a 2024; este aumento deve-se principalmente ao incremento dos pontos de recarga em Espanha.

A energia elétrica fornecida pelas colunas de carregamento da Drivalia em Itália provém a 100 % de fontes renováveis: tal é atestado pela Certificação Verde da Enel Energia, recebida pela empresa de aluguer e mobilidade do Grupo CA Auto Bank como prova da sua grande atenção ao ambiente, um importante reconhecimento do empenho da Drivalia a favor da transição energética no setor da mobilidade.

A certificação, emitida pela Enel Energia ao abrigo do novo contrato de fornecimento, é certificada pelo sistema de «Garantias de Origem» do Gestor dos Serviços Energéticos (GSE), com base na Diretiva CE 2009/28/CE.

FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS BEV E HÍBRIDOS NOVOS E APENAS DE VEÍCULOS BEV NO TOTAL DE VEÍCULOS NOVOS FINANCIADOS

As percentagens totais têm em conta o número de contratos de financiamento existentes em cada mercado.

País	Ano 2025		Ano 2024	
	Elétrico	Híbrido + Elétrico	Elétrico	Híbrido + Elétrico
Áustria	4,01%	15,00%	3,77%	13,00%
Bélgica	33,52%	54,10%	39,57%	61,00%
Dinamarca	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
França	34,80%	63,30%	49,82%	56,00%
Alemanha	31,80%	37,50%	44,82%	58,00%
Grécia	4,20%	46,50%	1,82%	46,00%
Itália	24,70%	36,80%	21,98%	30,00%
Portugal	47,20%	56,40%	65,84%	69,00%
Países Baixos	89,60%	92,30%	79,99%	85,00%
Polónia	15,90%	28,00%	2,49%	29,00%
Reino Unido	31,80%	35,60%	62,83%	66,00%
Espanha	43,70%	71,30%	33,59%	37,00%
Suíça	16,40%	38,90%	15,42%	36,00%
Total	30,40%	49,90%	34,80%	46,00%

O financiamento de veículos elétricos registou uma ligeira diminuição de 4,40% em relação a 2024, enquanto o número de veículos híbridos e elétricos financiados aumentou 3,90%, atingindo a meta que o Grupo tinha estabelecido para o setor automóvel.

NOVAS ADIÇÕES DE BEV E PHEV COMO PORCENTAGEM DO TOTAL DE ADIÇÕES À FROTA DA DRIVALIA

País	% de veículos elétricos a bateria (BEV) e híbridos plug-in (PHEV) em	% de BEV e PHEV em relação ao total em 2024
Bélgica	56,50%	66,70%
Dinamarca	11,60%	18,90%
Finlândia	63,70%	66,00%
França	2,00%	35,30%
Grécia	61,00%	2,30%
Irlanda	47,60%	28,00%
Itália	2,30%	4,50%
Noruega	32,30%	78,60%
Polónia	20,10%	8,90%
Portugal	92,90%	7,30%
Países Baixos	77,30%	97,70%
República Checa	16,20%	2,10%
Reino Unido	8,10%	0,00%
Espanha	0,00%	7,20%
	34,20%	0,20%
Total	31,00%	22,00%

A percentagem de novas aquisições de automóveis BEV e PHEV em relação ao total de automóveis adicionados à frota da Drivalia está a aumentar 9 pontos percentuais em relação ao período anterior.

No final de 2025, a quota atingida (31%) situa-se em linha com o nível esperado para 2026 (35%), salvo eventual atualização da meta que, em qualquer caso, prevê uma posição da Drivalia com uma quota de veículos BEV superior à média do mercado.

ELETRIFICAÇÃO DA FROTA EMPRESARIAL

Mercado TOTAL empresa	Total de veículos da	dos quais BEV	dos quais PHEV	% elétrico	dos quais PHEV e BEV
Total	1.046	405	484	39%	85%

A quota da frota empresarial constituída por veículos elétricos passou de 33% em 2024 para 39% em 2025, com uma variação positiva de 6%, assim como a percentagem de veículos PHEV e BEV também registou um aumento de 8,5%.

2.1.4.3. CONSUMO DE ENERGIA E MIX ENERGÉTICO

E1-5 AR 34

	2025	2024
Consumo de combustível de carvão e produtos à base de carvão (MWh)	0,00	0,00
Consumo de combustível derivado do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	96 456,80	9 218,18
Consumo de combustível de gás natural (MWh)	361,70	507,36
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	0,00	0,00
Consumo de eletricidade, calor, vapor e frio adquiridos ou produzidos a partir de fontes fósseis (MWh)	2.186,97	2.274,20
Consumo total de energia fóssil (MWh)	99 005,47	11 999,73
Quota das fontes fósseis no consumo energético total (em %)	99,07%	96,50%
Consumo proveniente de fontes nucleares (MWh)	561,66	300,91
Percentagem do consumo proveniente de fontes nucleares no consumo total de energia (em %)	0,56%	2,42%
Consumo de combustível proveniente de fontes renováveis, incluindo a biomassa (incluindo também resíduos biológicos industriais e urbanos, biogás, hidrogénio renovável, etc.) (MWh)	0,00	0,00
Consumo de eletricidade, calor, vapor e frio adquiridos ou produzidos a partir de fontes renováveis (MWh)	304,69	75,31
Consumo de energia renovável não combustível autoproduzida (MWh)	63,17	59,14
Consumo total de energia renovável (MWh)	367,86	134,45
Quota de fontes renováveis no consumo total de energia (em %)	0,37%	1,08%
Consumo total de energia (MWh)	99 934,99	12 435,09

O consumo de combustíveis fósseis provenientes de derivados do petróleo é mais de dez vezes superior ao de 2024; este desvio deve-se à inclusão do consumo dos veículos alugados a longo prazo pela Drivalia Lease Ireland, empresa que conta com uma frota própria cerca de 10 vezes superior ao número de veículos da empresa em 2024. Esta variação repercute-se no consumo total de energia fóssil e, analogamente, no consumo total de energia.

O consumo de combustíveis fósseis está relacionado com a frota de veículos da empresa cedidos aos colaboradores, com os veículos propriedade da DRIVALIA Lease Ireland e com o gás natural utilizado para aquecer algumas instalações do Grupo.

A energia elétrica utilizada pela rede de colunas de carregamento Drivalia em Itália é coberta pela Garantia de Origem e é, por conseguinte, classificada como renovável para todo o exercício de 2025.

Nos outros quatro mercados onde existe uma rede de carregamento, a eletricidade foi considerada não renovável.

2.1.4.4. EMISSÕES BRUTAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA PARA OS ÂMBITOS 1, 2 E 3 E EMISSÕES TOTAIS DE GASES DE EFEITO ESTUFA

A tabela apresenta as emissões de gases com efeito de estufa da CA Auto Bank, divididas entre os âmbitos 1 e 2 e as emissões significativas do âmbito 3.

O Âmbito 1 inclui as emissões relacionadas com os combustíveis pagos pela empresa para os veículos da empresa de sua propriedade e para o aquecimento de algumas instalações. Com a única exceção da DRIVALIA Lease Ireland, o restante consumo da frota de veículos da DRIVALIA, excluindo os veículos da empresa, não é considerado no âmbito 1 nem no âmbito 2 devido à indisponibilidade de dados.

As emissões do Âmbito 2 relacionadas com a energia elétrica são calculadas de duas formas diferentes (emissões baseadas na localização e emissões baseadas no mercado).

As emissões do Grupo são todas apresentadas de forma consolidada.

E1-6 DP 51

As emissões do Âmbito 3 (categorias 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 13 e 14) estão excluídas do âmbito do balanço do Grupo, uma vez que são consideradas não materiais para o tipo de atividade exercida. Apenas as emissões dos âmbitos 1 e 2 e das categorias 6, 7, 8 e 15 do âmbito 3 são publicadas no Relatório Consolidado de Sustentabilidade.

E1-6 AR 48 T1

	Dados retrospectivos					Metas e anos-alvo		Objetivo anual (2025) em % / Ano de referência
	Ano de referência	Ano comparativo 2024	2025	% 2025 / 2024	2025	2030	2050	
Emissões de gases com efeito de estufa do Âmbito 1								
Emissões brutas de gases com efeito de estufa do âmbito 1 (TeqCO2)	0,00	2.186,46	24 290,23	1.010,94%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Percentagem de emissões de gases com efeito de estufa do perímetro 1 resultante dos sistemas de comércio de licenças de emissões regulamentados (em %)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Emissões de gases com efeito de estufa do Âmbito 2								
Emissões brutas de gases com efeito de estufa do âmbito 2 baseadas na localização (TeqCO2)	0,00	755,18	350,53	-53,58%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Emissões brutas de gases com efeito de estufa do Âmbito 2, com base no mercado (TeqCO2)	0,00	330,21	95,37	-71,12%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Emissões significativas de gases com efeito de estufa do Âmbito 3								
Emissões indiretas brutas totais de gases com efeito de estufa (âmbito 3) (teqCO2)	0,00	978 932,28	1.072.503,72	9,56%	0,00	0,00	0,00	0,00%
1. Bens e serviços adquiridos [Subcategoria opcional - Serviços de computação em nuvem e de centros de dados]	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
2. Bens de equipamento	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
3. Atividades relacionadas com combustíveis e energia (não incluídas no âmbito 1 ou 2)	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
4. Transporte e distribuição a montante	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
5. Resíduos gerados durante as operações	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
6. Viagens de negócios	0,00	0,00	744,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
7. Deslocações dos funcionários	0,00	0,00	7.145,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
8. Ativos em leasing a montante	0,00	2.405,28	2.414,55	0,39%	0,00	0,00	0,00	0,00%
9. Transporte a jusante	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
10. Transformação dos produtos vendidos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
11. Utilização dos produtos vendidos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
12. Tratamento no fim da vida útil dos produtos vendidos	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
13. Ativos em leasing a jusante	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
14. Franquias	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%
15. Investimentos	0,00	976.527,00	1.062.200,17	8,77%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Emissões totais de gases com efeito de estufa								
Emissões totais de gases com efeito de estufa (com base na localização) (teqCO2)	0,00	981 873,93	1 097 144,49	11,74%	0,00	0,00	0,00	0,00%
Emissões totais de gases com efeito de estufa (baseadas no mercado) (teqCO2)	0,00	981 448,96	1 096 889,33	11,76%	0,00	0,00	0,00	0,00%

O aumento de 1010,94% nas emissões de gases com efeito de estufa da categoria Scope 1 está principalmente relacionado com a inclusão da frota da Drivalia Lease Ireland, cedida em aluguer de longa duração aos clientes, que é cerca de dez vezes superior à frota de veículos da empresa considerada em 2024.

No que diz respeito às emissões de gases com efeito de estufa do tipo Âmbito 2, as emissões brutas de gases com efeito de estufa do âmbito dois estão a diminuir tanto na parte baseada na localização como na parte baseada no mercado, respetivamente em 53,58% e 71,12%. A razão está principalmente relacionada com o aumento do consumo de energia 100% renovável.

Na categoria Âmbito 3, as emissões totais indiretas brutas de gases com efeito de estufa registam um aumento de 9,56% em relação ao período anterior. Este aumento deve-se aos investimentos (+8,77%), devido à contabilização dos financiamentos do Reino Unido, que não foram considerados em 2024 devido a problemas informáticos.

Por fim, considerando o total das emissões de gases com efeito de estufa (Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3), verifica-se um aumento tanto quando o Âmbito 2 é calculado de acordo com a abordagem baseada na localização (+11,74%), como quando é calculado de acordo com a abordagem baseada no mercado (+11,76%). O aumento global deve-se principalmente à evolução do Âmbito 1 e do Âmbito 3, que supera a redução das emissões do Âmbito 2.

A partir de 2025, a CA Auto Bank reportou as categorias 6 (Viagens de trabalho) e 7 (Deslocações dos colaboradores) com o objetivo de melhorar e aumentar o mapeamento das emissões da cadeia de valor.

Em particular, entre as emissões de Âmbito 3 da categoria 6 «Viagens de negócios» estão incluídos os dados pontuais das deslocações em aviões e comboios pertencentes às empresas: CA Auto Bank S.p.A., Drivalia S.p.A., CA Auto Bank S.p.A. (Spanish Branch), Drivalia España S.L.U., CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Francesa) e Drivalia France S.A.S., enquanto que, para as restantes empresas, os dados foram extrapolados através de estimativas.

No que diz respeito às emissões do tipo Âmbito 3, categoria 7 «Deslocações pendulares dos colaboradores», foi distribuído um questionário sobre as deslocações casa-trabalho a todas as filiais do Grupo. Na sequência do inquérito, foram considerados os dados fornecidos pelas seguintes empresas: CA Auto Bank S.p.A., Drivalia S.p.A., CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Espanhola), Drivalia España S.L.U., CA Auto Bank

S.p.A. (Sucursal em França), Drivalia France S.A.S., Drivalia Lease Espana S.A.U. (Sucursal em Marrocos), CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal em Portugal), Drivalia Portugal S.A., CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal na Polónia), Drivalia Lease Polska Sp. z o.o., CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Alemã), CA Versicherungsservice GmbH (DE), Ferrari Financial Services GmbH (DE), CA Auto Bank GmbH (AT), CA Auto Finance Suisse S.A., CA Auto Bank GmbH (Sucursal Helénica), Drivalia Lease Hellas SM. S.A., Drivalia Lease Czech Republic s.r.o., Drivalia Czech Republic s.r.o, CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Belga), Drivalia Lease Belgium S.A., CA Auto Finance UK Ltd, Drivalia UK Ltd., Drivalia Lease UK Ltd, CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Irlandesa), CA Auto Reinsurance DAC (IE), Drivalia Lease Ireland Ltd., CA Auto Finance Sverige AB, Drivalia Lease Sverige AB, CA Auto Finance Nederland B.V., Drivalia Lease Nederland B.V., CA Auto Finance Danmark A/S, Drivalia Lease Danmark A/S, Drivalia Lease Finland Oy, CA Auto Finance Danmark A/S (sucursal finlandesa), CA Auto Finance Norge AS, Drivalia Lease Norge AS.

Para cada empresa, procedeu-se à estimativa do montante das emissões relacionadas com os colaboradores que não responderam ao inquérito, com base nos dados da amostra que respondeu.

E1-6 AR 39

No que diz respeito aos combustíveis para transportes, que representam a fonte das emissões de Âmbito 1, e ao gás natural para aquecimento de edifícios (contabilizados no âmbito 3, categoria 8), foram utilizados os fatores DEFRA 2025.

Na ausência de fatores específicos, para as emissões de âmbito 3 categoria 8 foi utilizado o fator "DEFRA 2025 Heat and steam - District heat and steam" para converter tanto o vapor, como o arrefecimento e o aquecimento urbanos em todos os países.

Na ausência de fatores específicos, para o consumo de eletricidade foram utilizados os fatores «AIB European Residual Mixes 2024 (Residual Mixes)» para as emissões baseadas no mercado dos países europeus, «DEFRA 2024» para o Reino Unido e «AIB European Residual Mixes 2024 (Total Supplier Mix)» para a Suíça e a Áustria.

No que diz respeito às emissões do âmbito 1, no caso das empresas CA Auto Bank GmbH (Sucursal Helénica), CA Auto Bank S.p.A. (Spanish Branch) e Drivalia Lease Hellas SM.S.A., só foi possível obter os dados contabilísticos relativos às despesas com combustíveis, pelo que o total gasto em gasolina e gasóleo foi dividido pelo preço médio do combustível no ano de referência.

No que diz respeito às emissões do Âmbito 3, Categoria 8, foram considerados os consumos relativos ao aquecimento urbano, refrigeração urbana, gás natural e eletricidade dos edifícios. Para as empresas que não dispõem de um contrato de fornecimento em seu nome, foi-lhes atribuída a quota de consumo proporcional à superfície ocupada pela CA Auto Bank em relação à superfície total do edifício.

No caso da eletricidade, o cálculo das emissões decorrentes desses consumos foi efetuado de acordo com a abordagem baseada na localização.

E1-6 AR 43

O Grupo CA Auto Bank não dispõe dos instrumentos necessários para quantificar as emissões de CO₂ decorrentes da combustão ou biodegradação de biomassa.

E1-6 AR 46

Note-se que às emissões dos automóveis financiados foi aplicado um fator de correção de 300% para os veículos PHEV (Plug-in Hybrid Electric Vehicle) e de +15% para as restantes categorias de motorização, em comparação com os valores indicados pelo WLTP (Worldwide harmonized Light vehicles Test Procedure). A razão subjacente a esta escolha metodológica é apresentada no artigo «On the way to 'real-world CO₂ values» The european passenger car market after 5 years of WLTP» do International Council on Clean Transportation (www.theicct.org), datado de 12 de janeiro de 2024, que destaca a diferença substancial entre o que é emitido pelos veículos no ciclo de homologação WLTP e o que estes emitem realmente em termos de CO₂ equivalente. A partir de cada financiamento individual, foi possível calcular o total de emissões da frota de automóveis financiada.

Quando os dados relativos às emissões de um veículo específico não estiverem disponíveis, utilizam-se os dados de emissões disponíveis para veículos idênticos em termos de marca, modelo, motorização e todas as outras características que determinam de forma inequívoca o seu nível de emissões.

Quando o valor relativo ao preço do veículo não estiver disponível, utiliza-se, em seu lugar, o montante inicial do crédito.

A quilometragem média anual utilizada é de 15 000 km para todos os chassis.

A exaustividade dos dados recolhidos permitiu apresentar o valor das emissões de CO₂ para todos os países, com exceção dos relativos aos financiamentos da Ferrari Financial Services, para os quais os dados não foram contabilizados.

E1-6 DP 53

Para efeitos da determinação das receitas líquidas, a CA Auto Bank baseou-se na Diretiva 86/635/CEE, que fornece as orientações necessárias para permitir a seleção das rubricas da demonstração de resultados mais pertinentes. Em particular, o montante identificado ascende a um total de 2.897 milhões de euros.

Intensidade de GEE em relação às receitas	2025	2024
Emissões totais de GEE (baseadas na localização) em relação às receitas líquidas Tco2eq/milhões de €	378,72	307,03
Emissões totais de GEE (baseadas no mercado) em relação às receitas líquidas (TCO2eq/milhões de €)	378,63	306,89
Receitas (milhões de €)	2 897,00	3.198,00

O aumento deve-se principalmente a um incremento das emissões de 11% e, paralelamente, à redução do volume de negócios de 9,4%.

E1-6 DP 55

As receitas líquidas utilizadas para calcular a intensidade de GEE a 31/12/2024 referem-se às seguintes rubricas da demonstração de resultados consolidada: 10, 70, 250 (apenas componentes positivos), 40, 80, 90, 100 (apenas componentes positivos), 110, 160, 170 (apenas componentes positivos), 230 (apenas componentes positivos) e 280 (apenas componentes positivos).

E1-7

No que diz respeito à absorção de GEE e a projetos de mitigação das emissões de GEE financiados com créditos de carbono, não há dados a comunicar.

No que diz respeito ao requisito ESRS E1-7, o Grupo CA Auto Bank informa que, durante o exercício, não foram registadas remoções ou absorções de gases com efeito de estufa decorrentes das suas operações diretas ou da cadeia de valor a montante e a jusante. Este indicador é, portanto, considerado não aplicável, uma vez que o atual modelo de negócio não prevê atividades de sequestro de carbono ou gestão de depósitos naturais.

E1-8

No que diz respeito à fixação do preço interno do carbono, não há dados a comunicar.

No que diz respeito ao requisito ESRS E1-8, especifica-se que o CA Auto Bank não recorreu à aquisição de créditos de carbono nem ao financiamento de projetos de compensação de emissões (offsetting) para atingir as suas metas climáticas no presente exercício. A estratégia do Grupo continua centrada prioritariamente na redução direta das emissões operacionais e da cadeia de valor, tornando este requisito de divulgação inaplicável.

E1-9

No que diz respeito à quantificação dos efeitos financeiros esperados decorrentes de riscos físicos e de transição relevantes e de oportunidades potenciais relacionadas com o clima, o Grupo recorre à fase de transição (phase-in).

2.2. A NATURA E A POLUIÇÃO

ESRS 2 IRO-1

A avaliação de dupla materialidade identificou os impactos, riscos e oportunidades (IRO) relacionados com a Poluição (ESRS E2). A análise considerou como a atividade do Grupo — com particular referência à gestão das frotas no setor da mobilidade e ao financiamento de atividades com elevado potencial de impacto — pode gerar emissões poluentes ou exigir a utilização de substâncias perigosas. Paralelamente, foram avaliados os riscos financeiros decorrentes do endurecimento das regulamentações ambientais e as oportunidades relacionadas com a transição para modelos de negócio de baixas emissões.

Para uma descrição detalhada dos principais IRO e da sua integração na estratégia empresarial, consulte a tabela detalhada no ESRS 2 IRO-1 / SBM-3 (DP 48).

2.2.1. POLÍTICAS RELATIVAS À POLUIÇÃO

E2-1) ESRS 2 DP 62

O Grupo CA Auto Bank reconhece o impacto ambiental causado pela poluição, bem como o papel fundamental que pode desempenhar em relação ao setor dos transportes, que contribui para as emissões poluentes dos veículos. Até à data, o Grupo não adotou políticas específicas relacionadas com este âmbito.

2.2.2. MEDIDAS E RECURSOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2-2 DP 18

A CA Auto Bank, face à escassez de informação pública sobre o tema previsto pela Norma, não previu, de momento, ações específicas e dedicadas à proteção e à mitigação dos riscos associados à poluição. O Grupo considera que, para definir ações específicas, é necessária uma medição e quantificação corretas dos riscos em questão.

2.2.3. MÉTRICAS E OBJETIVOS

2.2.3.1. OBJETIVOS RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2-3 DP 22

O objetivo do Grupo Crédit Agricole, reconhecendo a importância da proteção do ambiente, é garantir uma gestão adequada e um acompanhamento contínuo dos riscos ambientais, incluindo os riscos relacionados com a poluição. A CA Auto Bank, em linha com a empresa-mãe, tem como ambição a integração dos riscos ambientais no quadro de gestão de riscos e nos processos de decisão a eles associados. Tanto no que diz respeito ao perímetro bancário como no que se refere ao aluguer, os riscos relacionados com a poluição não são, até à data, objeto de metas específicas.

É importante sublinhar que a análise de materialidade realizada, em relação à norma E2 - Poluição, baseia-se em modelos e métricas que ainda se encontram em fase de evolução, tanto do ponto de vista metodológico como da normalização. O Grupo, em consonância com a evolução das normas metodológicas de referência e com a disponibilidade de dados cada vez mais fiáveis e detalhados, pretende aperfeiçoar a análise de materialidade e introduzir medidas específicas de controlo.

E2-3) ESRS 2-DP 81

Atualmente, o Grupo CA Auto Bank não estabeleceu objetivos no que diz respeito à poluição.

SUBSTÂNCIAS PREOCUPANTES E SUBSTÂNCIAS EXTREMAMENTE PREOCUPANTES

E2-5

Na fase de análise da dupla materialidade, destinada a identificar as questões de sustentabilidade relevantes para o Grupo, não foram identificados IROs relevantes relacionados com substâncias preocupantes e extremamente preocupantes.

EFEITOS FINANCEIROS PREVISTOS DOS RISCOS E OPORTUNIDADES RELEVANTES RELACIONADOS COM A POLUIÇÃO

E2-6

Em conformidade com as prescrições normativas previstas pelas normas ESRS, o Grupo CA Auto Bank recorre às disposições transitórias previstas na nova Diretiva no que diz respeito à prestação de contas e apresentação de informações comparativas com referência à prestação de contas dos efeitos financeiros esperados dos riscos relevantes relacionados com a poluição.

2.3. A RELATÓRIA NOS TERMOS DA TASSONOMIA DA UE (REGULAMENTO UE 2020/852)

Art. 8.º do Regulamento 2020/852

As informações relativas à Taxonomia Europeia publicadas neste documento baseiam-se no Regulamento Delegado (UE) 2026/73, divulgado em 4 de julho de 2025 e publicado no Jornal Oficial da União Europeia em 8 de janeiro de 2026.

A Taxonomia Europeia, introduzida pelo Regulamento (UE) n.º 852/2020¹, define um sistema de classificação para identificar as atividades económicas ecologicamente sustentáveis que cumpram os seguintes três critérios:

- I. Contribuição Substancial (CS): contribuem de forma significativa para um objetivo ambiental;
- II. Não Causam Danos Significativos (DNSH): não causam danos significativos a nenhum dos outros objetivos ambientais previstos no regulamento;
- III. Garantias Sociais Mínimas (MSS): são realizadas no respeito de determinados requisitos mínimos de garantia social.

As atividades que cumprem estes três critérios são consideradas «alinhadas com a Taxonomia».



Com base nesse regulamento, estão previstos os seguintes seis objetivos ambientais:

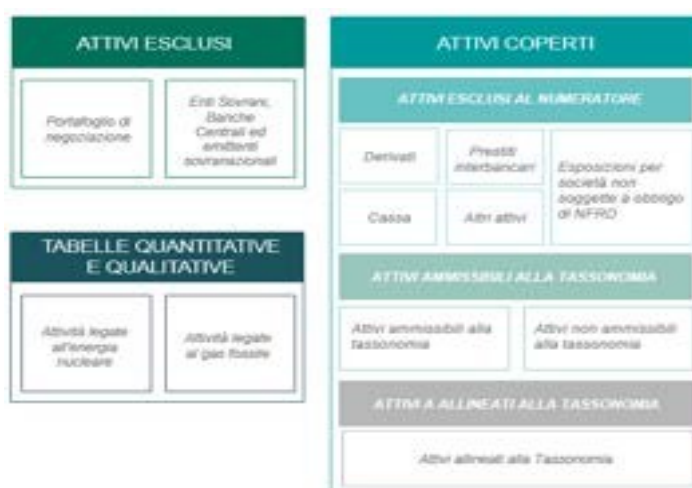
- Mitigação das alterações climáticas (CCM);
- Adaptação às alterações climáticas (CCA);
- Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos (WTR);
- Transição para uma economia circular (CE);
- Prevenção e redução da poluição (PPC);
- Proteção da biodiversidade e dos ecossistemas (BIO).

¹ Regulamento (UE) n.º 852/2020: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/IT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32020R0852>

O quadro regulamentar no âmbito da Taxonomia foi progressivamente integrado por atos delegados, que detalham as atividades económicas elegíveis e os critérios técnicos para verificar a sua conformidade com a Taxonomia Europeia. Em particular:

- Regulamento Delegado (UE) 2021/2178, adotado nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852, que especifica o conteúdo e a apresentação das informações a divulgar sobre as atividades económicas ambientalmente sustentáveis;
- O Regulamento Delegado (UE) 2021/2139 descreve as atividades «elegíveis» e os critérios técnicos de seleção para determinar a «conformidade» com os dois objetivos climáticos de «mitigação das alterações climáticas» e «adaptação às alterações climáticas»;
- Regulamento Delegado (UE) 2023/2485, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, introduzindo novas atividades económicas e critérios técnicos de seleção para os dois objetivos climáticos, aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2024;
- O Regulamento Delegado (UE) 2023/2486 descreve as atividades «elegíveis» e os critérios de seleção técnica utilizados para avaliar o «alinhamento» com os outros quatro objetivos ambientais;
- Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, relativo às atividades económicas nos setores do gás e da energia nuclear no que diz respeito aos objetivos climáticos;
- Ato Delegado 2026/73: relativo ao mecanismo para simplificar o conteúdo e a apresentação das informações a divulgar sobre atividades ambientalmente sustentáveis.

O diagrama abaixo apresenta todas as informações a divulgar:



À luz do quadro regulamentar, o Grupo CA Auto Bank providenciou a elaboração das informações solicitadas e disponibilizou-as a partir do exercício anterior.

2.3.1. INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

Para 2025, as instituições de crédito devem apresentar os indicadores de desempenho em formato tabular, utilizando os modelos previstos no Anexo VI do Regulamento Delegado (UE) 2021/2178, incluindo:

- Tabela 0: Resumo dos KPI obrigatórios nos termos do artigo 8.º do Regulamento de Taxonomia
- Tabela 1: Ativos para o cálculo do GAR
- Tabela 2: GAR – Informações setoriais
- Tabela 3: KPIs GAR (Stock)
- Tabela 4: KPIs GAR (Fluxo)
- Tabela 5: KPIs para exposições extrapatrimoniais

As informações são publicadas em duas versões, ponderando as exposições elegíveis e alinhadas de acordo com dois parâmetros: Capex (despesas de capital) e Turnover (volume de negócios).

No parágrafo «Indicadores para a Taxonomia Ambiental» são apresentados os principais resultados relativos à quota de exposições ecologicamente sustentáveis do Grupo CA Auto Bank a 31 de dezembro de 2025, tanto em termos de stock como de fluxo. O detalhe completo dos dados pode ser consultado na secção «Informação nos termos do Anexo VI do Regulamento Delegado 2021/2178».

2.4. INDICADORES PARA A TASSONOMIA AMBIENTAL

Art. 8.º do Regulamento 2020/852

Apresentam-se a seguir os principais resultados relativos à quota de exposições ecologicamente sustentáveis do Grupo CA Auto Bank em 31 de dezembro de 2025, tanto em termos de stock como de fluxo. Os dados completos podem ser consultados na secção «Informação nos termos do Anexo VI do Regulamento Delegado 2021/2178».

Tabela 0 - Síntese dos KPI sujeitos a divulgação pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia em 31 de dezembro de 2025

		Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda)	Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda)	KPI (%)	KPI (%)	% de cobertura (sobre o ativo total) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)
		Com base no volume de negócios	Baseado no CapEx	Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx		Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx
Principais KPIs	Rácio de ativos verdes (GAR) em carteira	7.793.191	15 858 909	0,06%	0,13%	39,35%		
		Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda)	Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda)	KPI (%)	KPI (%)	% de cobertura (sobre o ativo total) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)
		Com base no volume de negócios	Baseado no CapEx	Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx		Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx
KPI adicionais	GAR (fluxo)	115 555	170 291	0,00%	0,00%	23,36%		
	Carteira de negociação							
	Garantias financeiras	0	0	0,00%	0,00%	0,00%		
	Ativos sob gestão	0	0	0,00%	0,00%	0,00%		
	Receitas de comissões e encargos							

O Green Asset Ratio do Grupo, em termos de stock, é de 0,06% considerando o Turnover como fator de ponderação, enquanto é de 0,13% considerando o Capex das contrapartes como fator de ponderação para a avaliação de alinhamento.

Os KPI são calculados tendo em conta o valor dos ativos cobertos, determinado a partir do total dos ativos no balanço, excluindo as exposições a entidades soberanas, bancos centrais e emittentes supranacionais, bem como as do portfólio de negociação.

A publicação da Comissão Europeia de 17 de dezembro de 2025 especifica, em particular, a necessidade de manter a publicação dos KPI a 31 de dezembro de 2024 por motivos de comparabilidade. Os KPI publicados no Modelo 0 a 31 de dezembro de 2024, em conformidade com os requisitos regulamentares, não foram recalculados utilizando os métodos estabelecidos no novo Ato Delegado 2026/73.

Tabela 0 - Síntese dos KPI sujeitos a divulgação pelas instituições de crédito nos termos do artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia em 31 de dezembro de 2024

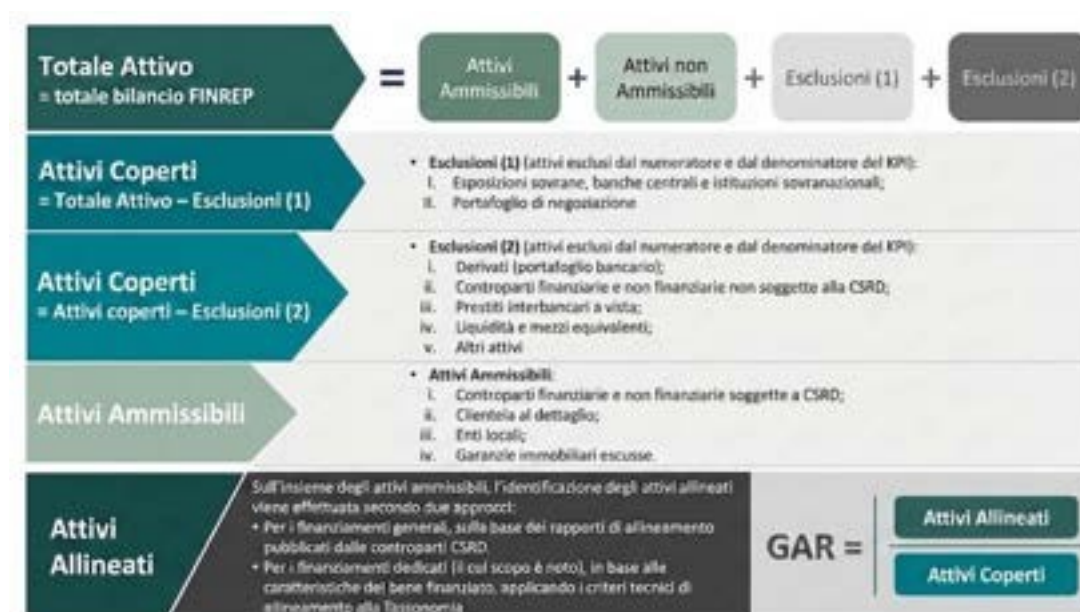
		Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda) Baseado no volume de negócios	KPI (%)	KPI (%)	% de cobertura (sobre o ativo total) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)
			Com base no volume de negócios	Baseado no CapEx		Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx
Principais KPIs	Rácio de ativos verdes (GAR) em carteira	181 398	0,00%	0,00%	96,71%	53,05%	3,29%

		Exposição total a ativos alinhados com a taxonomia (moeda) Com base no volume de negócios	KPI (%)	KPI (%)	% de cobertura (sobre o ativo total) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)	Exposições não avaliadas (% dos ativos cobertos) (%)
			Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx		Baseado no volume de negócios	Baseado no CapEx
KPI adicionais	GAR (fluxo)	132 594	0,00%	0,00%	93,46%	72,89%	6,54%
	Carteira de negociação						
	Garantias financeiras	0	0,00%	0,00%	0,00%		
	Ativos sob gestão	0	0,00%	0,00%	0,00%		
	Receitas de comissões e encargos						

2.4.1. DETALHE METODOLÓGICO

Para o cálculo do GAR, o Grupo CA Auto Bank considerou as exposições a:

1. **Empresas financeiras e não financeiras sujeitas às obrigações da NFRD** (Non Financial Reporting Directive), com base no tipo de financiamento:
 - se o financiamento for de «finalidade geral», o cálculo baseia-se nas quotas de volume de negócios e capex declaradas nas Declarações Não Financeiras Consolidadas (DCNF) de 2023.
 - se o financiamento tiver uma finalidade para a qual se conhece «a utilização dos rendimentos», analisam-se as atividades económicas financiadas para verificar a sua elegibilidade e alinhamento com os critérios técnicos do Regulamento Delegado 2021/2139 e atualizações subsequentes.
2. **No que diz respeito a particulares**, são incluídos apenas os empréstimos destinados à compra/aluguer de veículos em consonância com a atividade do Grupo.
3. **Administrações locais**: são considerados os financiamentos destinados a projetos com impacto direto em atividades alinhadas com a Taxonomia (atualmente não presentes no CAAB).
4. **Garantias imobiliárias recuperadas**: não existem garantias imobiliárias comerciais e residenciais recuperadas e detidas para venda.



2.4.2. INFORMAÇÃO VOLUNTÁRIA – INCIDÊNCIA DO FINANCIAMENTO PARA VEÍCULOS DE BAIXAS EMISSÕES

Através da concessão de financiamentos, leasing e outras formas de crédito destinados à aquisição ou utilização de veículos com baixas emissões de CO₂, o Grupo contribui ativamente para a redução do impacto ambiental do setor automóvel e para a promoção da mobilidade sustentável.

O âmbito deste objetivo abrange todas as formas de crédito concedidas pela CA Auto Bank, incluindo financiamentos a retalho e leasing, tanto em Itália como nos mercados internacionais onde operam as empresas subsidiárias.

Em particular, o cálculo do indicador baseia-se exclusivamente na verificação da componente da contribuição substancial, tal como definida nos termos da Taxonomia da UE, ou seja, os financiamentos destinados a veículos com emissões de CO₂ inferiores a 50 g/km, incluindo, portanto, automóveis elétricos, híbridos plug-in e outros veículos de baixas emissões. Não são, por outro lado, verificados, para efeitos deste KPI voluntário, os critérios previstos para o cumprimento do princípio «Do No Significant Harm» (DNSH) e das «Minimum Social Safeguards» (MSS), que continuam a ser elementos de avaliação para os indicadores exigidos pela regulamentação de referência.

Este indicador voluntário não substitui o Green Asset Ratio (GAR), conforme referido na secção dedicada, mas pretende destacar os esforços do Grupo para apoiar a transição energética do setor automóvel, em linha com os objetivos da empresa-mãe e do Plano de Sustentabilidade da CA Auto Bank.

O compromisso do Grupo concretiza-se através de:

- O aumento da quota de financiamentos para veículos de baixas emissões em relação ao total da carteira de crédito, todos os anos.
- O apoio a políticas de mobilidade sustentável, através de parcerias com fabricantes de veículos com emissões nulas ou baixas.
- A redução progressiva da quota de veículos com motorizações tradicionais na carteira financiada.

Até à data, o indicador cresceu de 12,2% para 15,9% graças ao maior contributo dos veículos elétricos, calculado como empréstimos para financiamento a retalho e leasing relativos a veículos BEV e PHEV sobre o total dos empréstimos da mesma linha de negócio. O resultado está em linha com o Plano de Sustentabilidade da CA Auto Bank, que visa um crescimento constante das soluções financeiras dedicadas à mobilidade sustentável, contribuindo para a concretização dos objetivos de redução das emissões de CO₂ previstos nas ambições do Grupo CAsa.

Consulte o capítulo 2.1.4 para uma análise detalhada dos KPI do Plano de Sustentabilidade, dos objetivos e dos resultados alcançados em 31/12/2025.

2.4.3. INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ANEXO IV DO REGULAMENTO DELEGADO 2021/2178

Em todos os quadros informativos apresentados, são indicados os valores relativos ao exercício de 2025, expressos em milhões de euros e em percentagem.

Apresentam-se a seguir os principais resultados relativos à quota de exposições do Grupo CA Auto Bank atribuíveis a atividades económicas alinhadas com a Taxonomia Europeia, tanto em termos de stock como de fluxos, com referência a 31 de dezembro de 2025. Os detalhes dos modelos informativos exigidos pela regulamentação estão disponíveis nos termos do Anexo VI do

Regulamento Delegado (UE) 2026/73, que altera o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178.

Tabela 1 - Atividades incluídas no cálculo do GAR - TURNOVER

Stock		Valor contabilístico bruto total	Das quais elegíveis para a taxonomia	Das quais alinhadas com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas	Das quais exposições que financiam contrapartes que reportam de acordo com o Artigo 7		
					Repartição por objetivo ambiental						Dos quais: destino das receitas	Das quais de transição	Dos quais: ativos de capital		Das quais financiamento de ativos incorpóreos das contrapartes	Das quais exposições que financiam contrapartes que reportam de acordo com o Artigo 7	Das quais não avaliadas por serem consideradas as não materiais pelas instituições de crédito
					Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recurs os marin h os (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversida de e ecossistema s (BIO)							
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	12 658 318 399	11 309 582 647	7 793 191	7 773 060	20.131	0	0	0	0	0	879.958	2.149.018				
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	12 658 318 399	11 309 582 647	7 793 191	7 773 060	20 131	0	0	0	0	0	879.958	2.149.018				
3	Empresas financeiras	333 918 605	40 518 157	7.781.101	7 760 970	20 131	0	0	0	0	0	879.958	2.136.928				
4	Empréstimos e adiantamentos	314.583.011	35 666 856	7.781.101	7 760 970	20 131	0	0	0	0		879.958	2 136 928				
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)	19 335 594	4.851.301	0	0	0	0	0	0	0		0	0				
6	Instrumentos de capital																
7	Empresas não financeiras	23 981 233	2 647 303	12.090	12 090	0	0	0	0	0	0	0	12.090				
8	Empréstimos e adiantamentos	23 981 233	2.647.303	12.090	12.090	0	0	0	0	0	0	0	12.090				
9	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																
10	Instrumentos representativos de capital																
11	Famílias	12 296 748 412	11 262 839 180	0	0	0		0			0	0	0				
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis residenciais					0		0									
13	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis		0	0	0	0		0			0	0	0				
14	dos quais empréstimos para a compra de veículos	12 296 748 412	11 262 839 180	0	0						0	0	0				
15	Financiamentos às autarquias	3 670 149	3 578 007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
16	Financiamento para a habitação																
17	Outros financiamentos às autarquias	3 670 149	3 578 007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais		0	0	0						0	0	0				

19	Exposições incluídas numa base voluntária																

20	Total de ativos GAR	12 658 318 399																
21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR																	
22	Administrações centrais e entidades supranacionais																	
23	Exposições face a bancos centrais	1 034 524 759																
24	Carteira de negociação (Trading book)	1.511.000																
25	Empresas e entidades não sujeitas à CSRD	12 436 876 368																
26	PME e empresas (que não sejam PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	11 145 976 393																
27	Empréstimos e adiantamentos	9 825 134 088																
28	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais																	
29	dos quais empréstimos para reabilitação construção																	
30	Títulos de dívida	1.306.616.305																
31	Instrumentos representativos de capital	14 226 000																
32	Contrapartes de países terceiros (fora da UE) que não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	1 290 899 975																
33	Empréstimos e adiantamentos	1 290 899 975																
34	Títulos de dívida																	
35	Instrumentos representativos de capital																	
36	Derivados																	
37	Empréstimos interbancários à vista (on demand)	44 036 000																
38	Disponibilidades e ativos equivalentes	679 871 265																
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	10.000																
40	Total do ativo	5.314.369.733																
	Exposições extrapatrimoniais (stock) a empresas sujeitas às obrigações de informação CSRD e administrações locais	32 169 517 524																
41	Garantias financeiras																	
42	Ativos sob gestão (AUM)																	
43	dos quais títulos de dívida																	
44	dos quais instrumentos representativos de capital																	

Tabela 1 - Atividades incluídas no cálculo do GAR - CAPEX

Stock		Valor contabilístico bruto total	Das quais elegíveis para a taxonomia	Das quais alinhadas com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas	Das quais financiamento de ativos incorpóreos das contrapartes	Das quais exposições que financiam contrapartes que prestam contas de acordo com o Artigo 7	Das quais não avaliadas por serem consideradas não materiais pelas instituições de crédito
					Mitigação das alterações climáticas (CCM)						Dos quais destino das receitas	Dos quais de transição	Dos quais habilitantes				
					Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)							
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	12 658 318 399	11 313 776 081	15 858 909	15 839 690	19 218	0	0	0	0	0	3 368 499	4 311 083				
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	12 658 318 399	11 313 776 081	15 858 909	15 839 690	19 218	0	0	0	0	0	3 368 499	4 311 083				
3	Empresas financeiras	333 918 605	46 199 887	15 722 734	15 703 516	19 218	0	0	0	0	0	3 368 499	4.174.909				
4	Empréstimos e adiantamentos	314 583 011	41 348 586	15 722 734	15 703 516	19 218	0	0	0	0		3.368.499	4.174.909				
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)	19 335 594	4 851 301	0	0	0	0	0	0	0		0	0				
6	Instrumentos representativos de capital																
7	Empresas não financeiras	23 981 233	1 159 006	136.174	136.174	0	0	0	0	0	0	0	136.174				
8	Empréstimos e adiantamentos	23 981 233	1.159.006	136.174	136.174	0	0	0	0	0	0	0	136.174				
9	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																
10	Instrumentos representativos de capital																
11	Famílias	12 296 748 412	11 262 839 180	0	0	0		0			0	0	0				
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis residenciais					0		0				0					
13	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis		0	0	0	0		0			0	0	0				
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos automóveis	12 296 748 412	11 262 839 180	0	0						0	0	0				
15	Financiamentos às autarquias	3 670 149	3 578 007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
16	Financiamento para a habitação																
17	Outros financiamentos às autarquias	3 670 149	3 578 007	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais		0	0	0						0	0	0				

19	Exposições incluídas numa base voluntária																
20	Total de ativos GAR	12 658 318 399															

21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR																		
22	Administrações centrais e emitentes supranacionais																		
23	Exposições face a bancos centrais	1 034 524 759																	
24	Carteira de negociação (Trading book)	1.511.000																	
25	Empresas e entidades não sujeitas à CSRD	12 436 876 368																	
26	PME e empresas (que não sejam PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	11 145 976 393																	
27	Empréstimos e adiantamentos	9 825 134 088																	
28	dos quais empréstimos garantidos por imóveis comerciais																		
29	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis																		
30	Títulos de dívida	1 306 616 305																	
31	Instrumentos representativos de capital																		
	Contrapartes de países terceiros (fora da UE) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	14 226 000																	
32		1.290.899.975																	
33	Empréstimos e adiantamentos	1.290.899.975																	
34	Títulos de dívida																		
35	Instrumentos representativos de capital																		
36	Derivados																		
37	Empréstimos interbancários à vista (on demand)	44 036 000																	
38	Disponibilidades e ativos equivalentes	679.871.265																	
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	10.000																	
40	Total do ativo	5 314 369 733																	
		32 169 517 524																	
	Exposições extrapatrimoniais (stock) a empresas sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD e a administrações locais																		
41	Garantias financeiras																		
42	Ativos sob gestão (AUM)																		
43	dos quais títulos de dívida																		
44	dos quais instrumentos representativos de capital																		

Tabela 1 - Ativos incluídos no cálculo do GAR Fluxo (Baseado nas receitas verdes da contraparte) - TURNOVER

Stock		Valor contabilístico bruto total	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Das quais alinhadas com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas	Das quais financiamento de ativos incorpóreos das contrapartes	Das quais exposições que financiam contrapartes que prestam contas em conformidade com o artigo 7	Das quais não avaliadas por serem consideradas não materiais pelas instituições de crédito		
					Mitigação das alterações climáticas (CCM)						Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Dos quais destino das receitas					Dos quais de transição	Dos quais habilitantes
					Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)												
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	3 530 215 022	3 424 114 916	115.555	115.555	0	0	0	0	0	0	0	0						
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-Hft) elegíveis para o cálculo do GAR	3 530 215 022	3 424 114 916	115 555	115 555	0	0	0	0	0	0	0	0						
3	Empresas financeiras	20 272 748	5 276 996	115.555	115.555	0	0	0	0	0	0	0	0						
4	Empréstimos e adiantamentos	20 272 748	5 276 996	115.555	115.555	0	0	0	0	0		0	0						
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																		
6	Instrumentos representativos de capital																		
7	Empresas não financeiras	21 330 147	979 242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
8	Empréstimos e adiantamentos	21 330 147	979.242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
9	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																		
10	Instrumentos representativos de capital																		
11	Famílias	3.486.279.060	3.415.525.611	0	0	0		0			0	0	0						
12	dos quais empréstimos garantidos por imóveis residenciais					0		0				0							
13	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis			0	0	0		0			0	0	0						
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos automóveis	3.486.279.060	3.415.525.611	0	0						0	0	0						
15	Financiamentos às autarquias	2 333 067	2 333 067	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
16	Financiamento para a habitação																		
17	Outros financiamentos às autarquias	2 333 067	2 333 067	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0						
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0						0	0	0						

19	Exposições incluídas numa base voluntária																

20	Total de ativos GAR	3.530.215.022															
21	Ativos não abrangidos pelo cálculo do GAR																
22	Administrações centrais e emitentes supranacionais																
23	Exposições face a bancos centrais	1.034.216.666															
24	Carteira de negociação (Trading book)	1.511.000															
25	Empresas e entidades não sujeitas à CSRD	4.657.703.489															
26	PME e empresas (que não sejam PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	3 877 174 891															
27	Empréstimos e adiantamentos	3 826 074 891															
28	dos quais empréstimos garantidos por imóveis comerciais																
29	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis																
30	Títulos de dívida	51 100 000															
31	Instrumentos representativos de capital																
32	Contrapartes de países terceiros (fora da UE) não sujeitas às obrigações de informação CSRD	780 528 598															
33	Empréstimos e	780 528 598															
34	adiantamentos																
35	Títulos de dívida																
36	Derivados Instrumentos representativos de capital	44 036 000															
37	Empréstimos interbancários à vista (on demand)	679 871 265															
38	Disponibilidades e ativos equivalentes	10.000															
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	5.167.497.593															
40	Total do ativo	15 115 061 035															
Exposições extrapatrimoniais (stock) a empresas sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD e a administrações locais																	
41	Garantias financeiras																
42	Ativos sob gestão (AUM)																
43	das quais títulos de dívida																
44	dos quais instrumentos representativos de capital																

Tabela 1 - Ativos incluídos no cálculo do GAR Fluxo (Baseado nas receitas verdes da contraparte) CAPEX

Stock		Valor contabilístico bruto total	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas	Das quais financiamento de ativos incorpóreos das contrapartes	Das quais exposições que financiam contrapartes que prestam contas em conformidade com o Artigo 7	Das quais não avaliadas por serem consideradas não materiais pelas instituições de crédito
					Repartição por objetivo ambiental						Dos quais destino das receitas	Dos quais de transição	Dos quais habilitantes				
					Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)							
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	3.530.215.022	3 423 632 298	170 291	170.291	0	0	0	0	0	0	0	0				
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	3 530 215 022	3 423 632 298	170 291	170 291	0	0	0	0	0	0	0	0				
3	Empresas financeiras	20 272 748	5 321 596	170 291	170 291	0	0	0	0	0	0	0	0				
4	Empréstimos e adiantamentos	20 272 748	5 321 596	170 291	170.291	0	0	0	0	0		0	0				
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																
6	Instrumentos representativos de capital																
7	Empresas não financeiras	21 330 147	452 024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
8	Empréstimos e adiantamentos	21 330 147	452.024	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
9	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)																
10	Instrumentos representativos de capital																
11	Famílias	3.486.279.060	3.415.525.611	0	0	0		0			0	0	0				
12	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais					0		0				0					
13	dos quais empréstimos para reabilitação de edifícios			0	0	0		0			0	0	0				
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos automóveis	3.486.279.060	3.415.525.611	0	0						0	0	0				
15	Financiamentos às autarquias	2 333 067	2 333 067	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
16	Financiamento para a habitação																
17	Outros financiamentos às autarquias	2 333 067	2 333 067	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0				
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais	0	0	0	0						0	0	0				

19	Exposições incluídas numa base voluntária																

20	Total de ativos GAR	3.530.215.022															
21	Atividades não consideradas no cálculo de GAR																
	Administrações centrais e entidades emissoras																
22	supranacionais	1.034.216.666															
23	Exposições face a bancos centrais																
24	Carteira de negociação (Trading book)	1.511.000															
25	Empresas e entidades não sujeitas à CSRD	4 657 703 489															
	PME e empresas (que não sejam PME) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	3.877.174.891															
26																	
27	Empréstimos e adiantamentos dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis comerciais	3 826 074 891															
28																	
29	dos quais empréstimos para reabilitação de imóveis																
30	Títulos de dívida	51 100 000															
31	Instrumentos representativos de capital																
	Contrapartes de países terceiros (fora da UE) não sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD	780 528 598															
32																	
33	Empréstimos e adiantamentos	780.528.598															
34	Títulos de dívida																
35	Instrumentos representativos de capital																
36	Derivados																
37	Empréstimos interbancários à vista (on demand)	44 036 000															
		679 871 265															
38	Disponibilidades e ativos equivalentes																
39	Outras categorias de ativos (por exemplo, goodwill, matérias-primas, etc.)	10.000															
		5.167.497.593															
40	Total do ativo	15 115 061 035															
	Exposições extrapatrimoniais (stock) a empresas sujeitas às obrigações de divulgação da CSRD e a administrações locais																
41	Garantias financeiras																
42	Ativos sob gestão (AUM)																

43	das quais títulos de dívida
44	dos quais instrumentos representativos de capital

Tabela 2 - GAR Informações setoriais - VOLUME DE NEGÓCIOS

Repartição por setor - Nível NACE de 4 dígitos (código e descrição)	Valor contabilístico [bruto] total	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)
4519 - Comércio de outros veículos automóveis	10 845 212	20.385	453	453	0	0	0	0	0
4511 - Comércio de automóveis e veículos ligeiros	10 421 518	971.091	11 637	11.637	0	0	0	0	0
3011 - Construção de navios e estruturas flutuantes	1 845 858	1 655 827	0	0	0	0	0	0	0
4764 - Comércio a retalho de artigos desportivos em estabelecimentos especializados	318.392	0	0	0	0	0	0	0	0
4520 - Manutenção e reparação de veículos automóveis	276 796	0	0	0	0	0	0	0	0
4531 - Comércio grossista de peças e acessórios para veículos automóveis	273.457	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES NUCLEARES *	0	0	0						
ATIVIDADES NO SETOR DO GÁS FÓSSIL **	0	0	0						
DAS QUAIS EXPOSIÇÕES NÃO AVALIADAS ***									

* Mencionadas nas secções 4.26, 4.27 e 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139

** Mencionadas nas secções 4.29, 4.30 e 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139

*** Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 8, do presente regulamento

Tabela 2 - GAR Informações setoriais - CAPEX

Distribuição por setor - Nível NACE de 4 dígitos (código e descrição)	Valor contabilístico [bruto] total	Dos quais elegíveis para a taxonomia	Dos quais alinhados com a taxonomia	Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidad e e ecossistemas (BIO)
4519 - Comércio de outros veículos automóveis	10 845 212	26.487	5.102	5.102	0	0	0	0	0
4511 - Comércio de automóveis e veículos ligeiros	10 421 518	1.132.520	131.073	131.073	0	0	0	0	0
3011 - Construção de navios e estruturas flutuantes	1 845 858	0	0	0	0	0	0	0	0
4764 - Comércio a retalho de artigos desportivos em estabelecimentos especializados	318.392	0	0	0	0	0	0	0	0
4520 - Manutenção e reparação de veículos automóveis	276 796	0	0	0	0	0	0	0	0
4531 - Comércio grossista de peças e acessórios para veículos automóveis	273 457	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES NUCLEARES *	0	0	0						
ATIVIDADES NO SETOR DO GÁS FÓSSIL **	0	0	0						
DAS QUAIS EXPOSIÇÕES NÃO AVALIADAS ***									

* Mencionadas nas secções 4.26, 4.27 e 4.28 dos anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139

** Mencionadas nas secções 4.29, 4.30 e 4.31 dos anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139

*** Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 8, do presente regulamento

Tabela 2 - GAR Informações setoriais - VOLUME DE NEGÓCIOS

Detalhe por setor - Nível NACE de 4 dígitos (código e descrição)	Valor contábilístico [Bruto] total	Dos quais: Elegível para a Taxonomia	Dos quais: Alinhado com a Taxonomia	Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)
0000 - NÃO APLICÁVEL / CÓDIGO A ESPERAR POR ATRIBUIÇÃO									
0111 - CULTIVO DE CEREAIS (EXCETO ARROZ), LEGUMINOSAS E SEMENTES OLEAGINOSAS									
0112 - CULTIVO DE ARROZ									
0113 - CULTURA DE HORTALNAS E MELÕES, RAÍZES E TUBÉRULOS									
0114 - CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR									
0115 - CULTIVO DE TABACO									
0116 - CULTIVO DE PLANTAS FIBROSAS									
0119 - CULTIVO DE OUTRAS CULTURAS NÃO PERENNES									
0121 - VITICULTURA									
0122 - CULTIVO DE FRUTAS TROPICAIS E SUBTROPICAIS									
0123 - CULTURA DE CITRINOS									
0124 - CULTURA DE FRUTAS DE POMÓIDEAS E DRUPAS									
0125 - CULTIVO DE OUTRAS ÁRVORES FRUTÍFERAS, FRUTOS DO MATO E FRUTOS DE CASCA DURA									
0126 - CULTIVO DE FRUTOS OLEOSOS									
0127 - CULTIVO DE PLANTAS PARA A PREPARAÇÃO DE BEBIDAS									
0128 - CULTIVO DE ESPECIARIAS, PLANTAS AROMÁTICAS, MEDICINAIS E FARMACÊUTICAS									
0129 - CULTIVO DE OUTRAS PLANTAS PERENNES									
0130 - REPRODUÇÃO DE PLANTAS									
0141 - CRIAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS									
0142 - CRIAÇÃO DE OUTROS BOVINOS E DE BUFALOS									

0143 - CRIAÇÃO DE CAVALOS E OUTROS EQUÍDEOS									
0144 - CRIAÇÃO DE CAMELOS E CAMELÍDEOS									
0145 - CRIAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS									
0146 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS									
0147 - CRIAÇÃO DE AVES									
0149 - CRIAÇÃO DE OUTROS ANIMAIS									
0150 - CULTURAS AGRÍCOLAS ASSOCIADAS À CRIAÇÃO DE ANIMAIS (ATIVIDADE MISTA)									
0161 - ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO VEGETAL									
0162 - ATIVIDADES DE APOIO À CRIAÇÃO DE ANIMAIS									
0163 - ATIVIDADES PÓS-COLHEITA									
0164 - TRATAMENTO DE SEMENTES PARA REPRODUÇÃO									
0170 - CAÇA, CAPTURA DE ANIMAIS E SERVIÇOS CONEXOS									
0210 - SILVICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES FLORESTAIS									
0220 - EXPLORAÇÃO DE ÁREAS FLORESTAIS (ABATE DE ÁRVORES)									
0230 - RECOLHA DE PRODUTOS SILVICOLAS NÃO LENHOSOS									
0240 - SERVIÇOS DE APOIO À SILVICULTURA									
0311 - PESCA MARÍTIMA									
0312 - PESCA EM ÁGUAS DOÇES									
0321 - ACUACULTURA MARINHA									
0322 - ACUACULTURA EM ÁGUAS DOÇES									
0510 - EXTRAÇÃO DE CARVÃO FÓSSIL									
0520 - EXTRAÇÃO DE LIGNITE									
0610 - EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO									
0620 - EXTRAÇÃO DE GÁS NATURAL									
0710 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS FERROSOS									
0721 - EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DE URÂNIO E DE TÓRIO									
0729 - EXTRAÇÃO DE OUTROS MINERAIS METALÍFEROS NÃO FERROSOS									
0811 - EXTRAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS E DE CONSTRUÇÃO, CALCÁRIO, GESSO, ARGILA E ARDÓSIA									

0812 - EXTRAÇÃO DE CASTANHO E AREIA; EXTRAÇÃO DE ARGILAS E CAOLINO									
0891 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS PARA A INDÚSTRIA QUÍMICA E PARA A FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES									
0892 - EXTRAÇÃO DE TURFA									
0893 - EXTRAÇÃO DE SAL									
0899 - OUTRAS ATIVIDADES EXTRATIVAS N.E.									
0910 - ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									
0990 - ATIVIDADES DE APOIO A OUTRAS ATIVIDADES EXTRATIVAS									
1011 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CARNE (EXCETO AVES)									
1012 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CARNE DE AVES									
1013 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE (INCLUINDO CARNE DE AVES)									
1020 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PEIXE, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS									
1031 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BATATAS									
1032 - PRODUÇÃO DE SUMOS DE FRUTAS E DE HORTALHAS									
1039 - OUTROS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTÍCOLAS									
1041 - PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS									
1042 - PRODUÇÃO DE MARGARINA E DE GORDURAS ALIMENTARES SEMELHANTES									
1051 - INDÚSTRIA LÁCTEA E TRATAMENTO DO LEITE									
1052 - PRODUÇÃO DE GELADOS									
1061 - TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DA INDÚSTRIA MOINHEIRA									
1062 - PRODUÇÃO DE AMIDOS E PRODUTOS AMIDÁCEOS									
1071 - PRODUÇÃO DE PÃO; PRODUÇÃO DE PRODUTOS DE PASTELARIA FRESCOS									
1072 - PRODUÇÃO DE BOLACHAS, BISCOITOS E PRODUTOS DE PASTELARIA CONSERVADOS									
1073 - PRODUÇÃO DE MASSAS ALIMENTARES, COUSCOUS E PRODUTOS FARINACOS SEMELHANTES									
1081 - PRODUÇÃO DE AÇÚCAR									
1082 - PRODUÇÃO DE CACAU, CHOCOLATE E DOCES									
1083 - TRANSFORMAÇÃO DE CHÁ E CAFÉ									
1084 - PRODUÇÃO DE CONDIMENTOS E ESPECIARIAS									
1085 - PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES E PRATOS PRONTOS									

1086 - PRODUÇÃO DE PREPARADOS HOMOGENEIZADOS E DE ALIMENTOS DIETÉTICOS									
1089 - PRODUÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES N.E.									
1091 - PRODUÇÃO DE RAÇÕES PREPARADAS PARA ANIMAIS DE CRIAÇÃO									
1092 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PREPARADOS PARA ANIMAIS DE COMPANHIA									
1101 - DESTILAÇÃO, RETIFICAÇÃO E MISTURA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS									
1102 - PRODUÇÃO DE VINHO A PARTIR DE UVAS									
1103 - PRODUÇÃO DE SIDRA E DE OUTROS VINHOS DE FRUTA									
1104 - PRODUÇÃO DE OUTRAS BEBIDAS FERMENTADAS NÃO DESTILADAS									
1105 - PRODUÇÃO DE CERVEJA									
1106 - PRODUÇÃO DE MALTE									
1107 - INDÚSTRIA DE BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, ÁGUAS MINERAIS E OUTRAS ÁGUAS EMBALADAS									
1200 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS DO TABACO									
1310 - PREPARAÇÃO E FIADO DE FIBRAS TÊXTEIS									
1320 - TECELAGEM									
1330 - ACABAMENTO DE TÊXTEIS									
1391 - PRODUÇÃO DE TECIDOS DE MALHA									
1392 - CONFECÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS (EXCETO VESTUÁRIO)									
1393 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS PARA PAVIMENTOS (TAPETES E MOQUETAS)									
1394 - FABRICAÇÃO DE FIO, CORDAS, CABOS E REDES									
1395 - FABRICAÇÃO DE TECIDOS NÃO TECIDOS E DE ARTIGOS DESTES TIPO (EXCLUINDO O VESTUÁRIO)									
1396 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS TÊXTEIS TÉCNICOS E INDUSTRIAIS									
1399 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS N.E.									
1411 - CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO EM PELE									
1412 - CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO DE TRABALHO									
1413 - CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERNO									
1414 - CONFECÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS									
1419 - CONFECÇÃO DE OUTROS ARTIGOS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIO									
1420 - CONFECÇÃO DE ARTIGOS DE PELE									

1431 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MALHA PARA CALÇADO									
1439 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE VESTUÁRIO DE MALHA									
1511 - PREPARAÇÃO E CURTE DO COURO; PREPARAÇÃO E TINGIMENTO DE PELES									
1512 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIAGEM, BOLSAS E SIMILARES, ARTIGOS DE COURO E SELARIA									
1520 - FABRICAÇÃO DE CALÇADO									
1610 - CORTE E APLANAÇÃO DE MADEIRA (SERRAÇÕES)									
1621 - FABRICAÇÃO DE FOLHAS DE FURNIRO E DE PAINÉIS À BASE DE MADEIRA									
1622 - FABRICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARQUETE MONTADOS									
1623 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE CARPINTARIA E MARCENARIA PARA A CONSTRUÇÃO									
1624 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MADEIRA									
1629 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE MADEIRA, CORTIÇO, PALHA E MATERIAIS DE TRANÇADO									
1711 - FABRICAÇÃO DE PASTA DE MADEIRA									
1712 - FABRICAÇÃO DE PAPEL E CARTÃO									
1721 - FABRICAÇÃO DE PAPEL E CARTÃO ONDULADO E DE EMBALAGENS DE PAPEL E CARTÃO									
1722 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA USO DOMÉSTICO, HIGIÊNICO E SANITÁRIO									
1723 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPELARIA ESCOLAR E COMERCIAL									
1724 - FABRICAÇÃO DE PAPEL DE PAREDE									
1729 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PAPEL E CARTÃO									
1811 - IMPRESSÃO DE JORNAIS									
1812 - OUTRA IMPRESSÃO									
1813 - TRABALHOS DE PRÉ-IMPRESSÃO E PRÉ-MÍDIA									
1814 - ENCADERNAÇÃO E SERVIÇOS CONEXOS									
1820 - REPRODUÇÃO DE SUPORTES GRAVADOS									
1910 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE COKERIA									
1920 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DA REFINAÇÃO DE PETRÓLEO									
2011 - PRODUÇÃO DE GÁSES INDUSTRIAIS									
2012 - PRODUÇÃO DE CORANTES E PIGMENTOS									
2013 - PRODUÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS BÁSICOS INORGÂNICOS N.E.									

2014 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS DE BASE									
2015 - FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES E COMPOSTOS NITROGENADOS									
2016 - FABRICAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS EM FORMAS PRIMÁRIAS									
2017 - FABRICAÇÃO DE BORRACHA SINTÉTICA EM FORMAS PRIMÁRIAS									
2020 - FABRICAÇÃO DE PESTICIDAS E OUTROS PRODUTOS AGROQUÍMICOS									
2030 - FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES E ESMALTES, TINTAS DE IMPRESSÃO E ADESIVOS E VEDANTES									
2041 - FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES, DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DE POLIMENTO									
2042 - FABRICAÇÃO DE PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL									
2051 - FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS									
2052 - FABRICAÇÃO DE COLAS									
2053 - FABRICAÇÃO DE ÓLEOS ESSENCIAIS									
2059 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS N.E.									
2060 - FABRICAÇÃO DE FIBRAS SINTÉTICAS E ARTIFICIAIS									
2110 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE BASE									
2120 - FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS									
2211 - FABRICAÇÃO E RECICLAGEM DE PNEUS									
2219 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BORRACHA									
2221 - FABRICAÇÃO DE PLACAS, FOLHAS, TUBOS E PERFIS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS									
2222 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS									
2223 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PLÁSTICO PARA A CONSTRUÇÃO									
2229 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO									
2311 - FABRICAÇÃO DE VIDRO PLANO									
2312 - TRATAMENTO E TRANSFORMAÇÃO DE VIDRO PLANO									
2313 - FABRICAÇÃO DE VIDRO OCO									
2314 - FABRICAÇÃO DE FIBRAS DE VIDRO									
2319 - FABRICAÇÃO E TRATAMENTO DE OUTROS TIPOS DE VIDRO (INCLUINDO VIDRO PARA USO TÉCNICO)									
2320 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS REFRATÁRIOS									
2331 - FABRICAÇÃO DE AZULEJOS E LÁGOS DE CERÂMICA									

2332 - FABRICAÇÃO DE TIJOLOS, TELHAS E OUTROS PRODUTOS DE TERRACOTA PARA A CONSTRUÇÃO									
2341 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CERÂMICA PARA USO DOMÉSTICO E ORNAMENTAL									
2342 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS EM CERÂMICA									
2343 - FABRICAÇÃO DE ISOLADORES E PEÇAS ISOLANTES DE CERÂMICA									
2344 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS CERÂMICOS PARA USO TÉCNICO									
2349 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE CERÂMICA									
2351 - PRODUÇÃO DE CIMENTO									
2352 - PRODUÇÃO DE CAL E GESSO									
2361 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BETÃO PARA A CONSTRUÇÃO									
2362 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE GESSO PARA A CONSTRUÇÃO									
2363 - PRODUÇÃO DE BETÃO PRÉ-MISTURADO									
2364 - PRODUÇÃO DE ARGAMASSA									
2365 - FABRICAÇÃO DE FIBROCIMENTO									
2369 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BETÃO, GESSO E CIMENTO									
2370 - CORTE, MODELAGEM E ACABAMENTO DE PEDRAS									
2391 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS ABRASIVOS									
2399 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS N.E.									
2410 - SIDERURGIA E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FERRO									
2420 - FABRICAÇÃO DE TUBOS, CONDUITES, PERFIS OCOS E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS EM AÇO									
2431 - TREFILAGEM A FRIO DE BARRAS									
2432 - LAMINAÇÃO A FRIO DE FITAS ESTREITAS									
2433 - PERFILAGEM POR DEFORMAÇÃO A FRIO									
2434 - TREFILAGEM A FRIO DE FIOS									
2441 - PRODUÇÃO DE METAIS PRECIOSOS									
2442 - PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO									
2443 - PRODUÇÃO DE CHUMBO, ZINCO E ESTANHO									
2444 - PRODUÇÃO DE COBRE									
2445 - PRODUÇÃO DE OUTROS METAIS NÃO FERROSOS									

2446 - TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEIS NUCLEARES									
2451 - FUSÃO DE FERRO-FUNDO									
2452 - FUSÃO DE AÇO									
2453 - FUSÃO DE METAIS LEVES									
2454 - FUSÃO DE OUTROS METAIS NÃO FERROSOS									
2511 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E PEÇAS DE ESTRUTURAS									
2512 - FABRICAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE METAL									
2521 - FABRICAÇÃO DE RADIADORES E CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL									
2529 - FABRICAÇÃO DE OUTROS RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E RECIPIENTES DE METAL									
2530 - FABRICAÇÃO DE GERADORES DE VAPOR (EXCETO OS DESTINADOS AO AQUECIMENTO)									
2540 - FABRICAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES									
2550 - FORJA, ESTAMPAGEM, MOLDAGEM E PERFILAGEM DE METAIS; METALURGIA DE PÓS									
2561 - TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS									
2562 - TRABALHOS DE MECÂNICA GERAL									
2571 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA E TALHERES									
2572 - FABRICAÇÃO DE FECHADURAS E DOBRADIÇAS									
2573 - FABRICAÇÃO DE UTENSÍLIOS									
2591 - FABRICAÇÃO DE BARRIS DE AÇO E RECIPIENTES SEMELHANTES									
2592 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS EM METAIS LEVE									
2593 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ARAME, CORRENTES E MOLAS									
2594 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE FIXAÇÃO E PRODUTOS DE PARAFUSARIA									
2599 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL N.E.									
2611 - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS									
2612 - FABRICAÇÃO DE PLACAS ELETRÔNICAS MONTADAS									
2620 - FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES E UNIDADES PERIFÉRICAS									
2630 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES									
2640 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ELETRÔNICA DE CONSUMO									
2651 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E APARELHOS DE MEDIÇÃO, ENSAIO E NAVEGAÇÃO									

2652 - FABRICAÇÃO DE RELÓGIOS									
2660 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS DE IRRADIÇÃO, ELETROMÉDICOS E ELETROTERRAPÊUTICOS									
2670 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS ÓTICOS E EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS									
2680 - FABRICAÇÃO DE SUPORTES MAGNÉTICOS E ÓTICOS									
2711 - FABRICAÇÃO DE MOTORES, GERADORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS									
2712 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO E CONTROLO DE ELETRICIDADE									
2720 - FABRICAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES									
2731 - FABRICAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA									
2732 - FABRICAÇÃO DE OUTROS FIOS E CABOS ELETRÔNICOS E ELÉTRICOS									
2733 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CABLAGEM									
2740 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA									
2680 - FABRICAÇÃO DE SUPORTES MAGNÉTICOS E ÓTICOS									
2711 - FABRICAÇÃO DE MOTORES, GERADORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS									
2712 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO E CONTROLO DE ELETRICIDADE									
2720 - FABRICAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES									
2812 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS									
2813 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS BOMBAS E COMPRESSORES									
2814 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE SERTIDADE E VÁLVULAS									
2815 - FABRICAÇÃO DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS E ÓRGÃOS DE TRANSMISSÃO									
2821 - FABRICAÇÃO DE FORNOS, QUEIMADORES E SISTEMAS DE AQUECIMENTO									
2822 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E MANIPULAÇÃO									
2823 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO (EXCLUINDO COMPUTADORES E PERIFÉRICOS)									
2824 - FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS PORTÁTEIS									
2825 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO NÃO DOMÉSTICOS									
2829 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS DE USO GERAL N.E.									
2830 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A AGRICULTURA E A SILVICULTURA									
2841 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A CONFORMAÇÃO DE METAIS									
2849 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS									

2891 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A METALURGIA									
2892 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA EXTRATIVA E A CONSTRUÇÃO									
2893 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA ALIMENTAR, DE BEBIDAS E DO TABACO									
2894 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO E DO COURO									
2895 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA DO PAPEL E DO CARTÃO									
2896 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E BORRACHA									
2899 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS PARA USOS ESPECIAIS N.E. (NÃO CLASSIFICADAS EM OUTRA PARTE)									
2910 - FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS									
2920 - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, REBOQUES E SEMIREBOQUES									
2931 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E SEUS MOTORES									
2932 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E SEUS MOTORES									
3011 - CONSTRUÇÃO DE NAVIOS E ESTRUTURAS FLUTUANTES	1 845 858	1.655.827	0	0	0	0	0	0	0
3012 - CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO E DESPORTIVAS									
3020 - FABRICAÇÃO DE LOCOMOTIVAS E DE MATERIAL ROTATIVO FERROVIÁRIO, DE TRAMVÉIS E DE TRAMVÉIS ELÉTRICOS									
3030 - FABRICAÇÃO DE AERONAVES, VEÍCULOS ESPACIAIS E RESPECTIVOS DISPOSITIVOS									
3040 - FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS MILITARES DE COMBATE									
3091 - FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS									
3092 - FABRICAÇÃO DE BICICLETAS E VEÍCULOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
3099 - FABRICAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE N.E. (NÃO CLASSIFICADOS EM OUTRA PARTE)									
3101 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIOS E LOJAS									
3102 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE COZINHA									
3103 - FABRICAÇÃO DE COLCHÕES									
3109 - FABRICAÇÃO DE OUTROS MÓVEIS									
3211 - CUNHAGEM DE MOEDAS									
3212 - FABRICAÇÃO DE JOIAS, ARTIGOS DE OURESARIA E ARTIGOS AFINS									
3213 - FABRICAÇÃO DE BIJUTERIA E ARTIGOS RELACIONADOS									
3220 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS									

3230 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DESPORTIVOS									

3240 - FABRICAÇÃO DE JOGOS E BRINQUEDOS									
3250 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAL MÉDICO E ODONTOLÓGICO									
3291 - FABRICAÇÃO DE VASSOURAS E ESCOVAS									
3299 - OUTRAS ATIVIDADES MANUFATURAS N.E.									
3311 - REPARAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL									
3312 - REPARAÇÃO DE MÁQUINAS									
3313 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ÓTICOS									
3314 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS									
3315 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES									
3316 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AERONAVES E VEÍCULOS ESPACIAIS									
3317 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE									
3319 - REPARAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS									
3320 - INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS									
3511 - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3512 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3513 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3514 - COMÉRCIO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3521 - PRODUÇÃO DE GÁS									
3522 - DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR CONDUÇÕES									
3523 - COMÉRCIO DE GÁS ATRAVÉS DE CONDUÇÕES									
3530 - FORNECIMENTO DE VAPOR E AR CONDICIONADO									
3600 - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA									
3700 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO									
3811 - RECOLHA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS									
3812 - RECOLHA DE RESÍDUOS PERIGOSOS									
3821 - TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS									
3822 - TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS									
3831 - DEMOLIÇÃO DE NAUFRÁGIOS									

3832 - RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS SELECIONADOS									
3900 - ATIVIDADES DE REABILITAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS									
4110 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS									
4120 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS									
4211 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E AUTOESTRADAS									
4212 - CONSTRUÇÃO DE LINHAS FERROVIÁRIAS E DE METRO									
4213 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E TÚNEIS									
4221 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O TRANSPORTE DE FLUIDOS									
4222 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A ENERGIA ELÉTRICA E AS TELECOMUNICAÇÕES									
4291 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS									
4299 - CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL N.E.									
4311 - DEMOLIÇÃO									
4312 - PREPARAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS									
4313 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS									
4321 - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS									
4322 - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS, DE AQUECIMENTO E DE AR CONDICIONADO									
4329 - OUTRAS ATIVIDADES DE INSTALAÇÃO N.E.									
4331 - REBOCO									
4332 - INSTALAÇÃO DE CAIXILHOS									
4333 - REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E PAREDES									
4334 - PINTURA E INSTALAÇÃO DE VIDROS									
4339 - OUTROS TRABALHOS DE CONCLUSÃO E ACABAMENTO DE EDIFÍCIOS									
4391 - CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS									
4399 - OUTRAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO ESPECIALIZADAS N.E.									
4511 - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS LIGEIROS	10.421.518	971.091	11.637	11.637	0	0	0	0	0
4519 - COMÉRCIO DE OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	10.845.212	20.385	453	453	0	0	0	0	0
4520 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	276.796	0	0	0	0	0	0	0	0
4531 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	273.457	0	0	0	0	0	0	0	0

4532 - COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS									
4540 - COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E RESPECTIVAS PEÇAS E ACESSÓRIOS									
4611 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MATÉRIAS-PRIMAS AGRÍCOLAS, ANIMAIS VIVOS, MATÉRIAS-PRIMAS TÊXTEIS E PRODUTOS SEMIACABADOS									
4612 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, MINERAIS, METAIS E PRODUTOS QUÍMICOS PARA A INDÚSTRIA									
4613 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MADEIRA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO									
4614 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, NAVIOS E AERONAVES									
4615 - INTERMEDIÁRIOS NO COMÉRCIO DE MÓVEIS, ARTIGOS PARA O LAR, FERRAMENTAS E ARTIGOS DE FERRO									
4616 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE TECIDOS, VESTUÁRIO, PELES, CALÇADO E ARTIGOS DE COURO									
4617 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO									
4618 - INTERMEDIÁRIOS ESPECIALIZADOS NO COMÉRCIO DE OUTROS PRODUTOS ESPECÍFICOS									
4619 - CENTRAIS DE COMPRAS DE PRODUTOS NÃO ALIMENTARES									
4621 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CEREAIS, TABACO EM BRUTO, SEMENTES E RAÇÕES PARA ANIMAIS									
4622 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FLORES E PLANTAS									
4623 - COMÉRCIO POR GROSSO DE ANIMAIS VIVOS									
4624 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PELES EM BRUTO E COURO									
4631 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FRUTAS E LEGUMES									
4632 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE									
4633 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS LÁCTEOS, OVOS, ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES									
4634 - COMÉRCIO POR GROSSO DE BEBIDAS									
4635 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS DO TABACO									
4636 - COMÉRCIO POR GROSSO DE AÇÚCAR, CHOCOLATE E DOCES									
4637 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CAFÉ, CHÁ, CACAU E ESPECIARIAS									
4638 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, INCLUINDO PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS									
4639 - COMÉRCIO GROSSISTA NÃO ESPECIALIZADO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO									
4641 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS TÊXTEIS									
4642 - COMÉRCIO POR GROSSO DE VESTUÁRIO E CALÇADO									
4643 - COMÉRCIO POR GROSSO DE ELETRODOMÉSTICOS									
4644 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PORCELANAS, CRISTALARIA E ARTIGOS DE LIMPEZA									

4645 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PERFUMES E COSMÉTICOS									
4646 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS									
4647 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÓVEIS, TAPETES E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO									
4648 - COMÉRCIO POR GROSSO DE RELÓGIOS E JOALHARIA									
4649 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS BENS PARA USO DOMÉSTICO									
4651 - COMÉRCIO POR GROSSO DE COMPUTADORES, PERIFÉRICOS INFORMÁTICOS E SOFTWARE									
4652 - COMÉRCIO POR GROSSO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES E COMPONENTES									
4661 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AGRÍCOLAS									
4662 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS									
4663 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS PARA O SETOR MINEIRO, DA CONSTRUÇÃO E DA ENGENHARIA CIVIL									
4664 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE MÁQUINAS DE COSTURA E DE MALHARIA									
4665 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO									
4666 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO									
4669 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS									
4671 - COMÉRCIO POR GROSSO DE COMBUSTÍVEIS SÓLIDOS, LÍQUIDOS, GASOSOS E PRODUTOS DERIVADOS									
4672 - COMÉRCIO POR GROSSO DE METAIS E MINÉRIOS METÁLICOS									
4673 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO SANITÁRIO									
4674 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FERRAMENTAS									
4675 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS QUÍMICOS									
4676 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS INTERMÉDIOS									
4677 - COMÉRCIO POR GROSSO DE SUCATA E SUBPRODUTOS DA TRANSFORMAÇÃO									
4690 - COMÉRCIO GROSSISTA NÃO ESPECIALIZADO									
4711 - COMÉRCIO A RETALHO EM ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS OU TABACO									
4719 - GRANDES LOJAS (VENDA A RETALHO EM OUTROS ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS)									
4721 - COMÉRCIO A RETALHO DE FRUTAS E LEGUMES EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4722 - COMÉRCIO A RETALHO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4723 - COMÉRCIO A RETALHO DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4724 - COMÉRCIO A RETALHO DE PÃO, BOLOS, DOCES E PRODUTOS DE PASTELARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									

4725 - COMÉRCIO A RETALHO DE BEBIDAS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4726 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS DO TABACO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4729 - OUTRO COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4730 - COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4741 - COMÉRCIO A RETALHO DE COMPUTADORES, PERIFÉRICOS E SOFTWARE EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4742 - COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4743 - COMÉRCIO A RETALHO DE APARELHOS DE ÁUDIO E VÍDEO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4751 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS TÊXTEIS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4752 - COMÉRCIO A RETALHO DE FERRAMENTAS, TINTAS E VIDRO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4753 - COMÉRCIO A RETALHO DE TAPETES, MOQUETES E REVESTIMENTOS PARA PAREDES E PAVIMENTOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4754 - COMÉRCIO A RETALHO DE ELETRODOMÉSTICOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4759 - COMÉRCIO A RETALHO DE MÓVEIS, ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO E OUTROS ARTIGOS PARA O LAR EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4761 - COMÉRCIO A RETALHO DE LIVROS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4762 - COMÉRCIO A RETALHO DE JORNAIS E ARTIGOS DE PAPELARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4763 - COMÉRCIO A RETALHO DE GRAVAÇÕES MUSICAIS E VÍDEOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4764 - COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM LOJAS ESPECIALIZADAS	318.392	0	0	0	0	0	0	0	0
4765 - COMÉRCIO A RETALHO DE JOGOS E BRINQUEDOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4771 - COMÉRCIO A RETALHO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4772 - COMÉRCIO A RETALHO DE CALÇADO E ARTIGOS DE COURO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4773 - FARMÁCIAS									
4774 - COMÉRCIO A RETALHO DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4775 - COMÉRCIO A RETALHO DE COSMÉTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4776 - COMÉRCIO A RETALHO DE FLORES, PLANTAS, SEMENTES, FERTILIZANTES, ANIMAIS DE COMPANHIA E ALIMENTOS PARA ANIMAIS									
4777 - COMÉRCIO A RETALHO DE RELÓGIOS E JOALHARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4778 - OUTRO COMÉRCIO A RETALHO DE BENS NOVOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4779 - COMÉRCIO A RETALHO DE BENS EM SEGUNDA MÃO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4781 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO EM BANCAS E MERCADOS									
4782 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO EM BANCAS E MERCADOS									

4789 - COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS EM BANCAS E MERCADOS									
4791 - COMÉRCIO A RETALHO POR CORRESPONDÊNCIA OU VIA INTERNET									
4799 - VENDA AUTOMATIZADA E OUTRO COMÉRCIO A RETALHO NÃO REALIZADO EM LOJAS, BANCAS OU MERCADOS, N.E.									
4910 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS, INTERURBANO									
4920 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS									
4931 - TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS EM ÁREAS URBANAS E SUBURBANAS									
4932 - TRANSPORTE DE TÁXI									
4939 - OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS N.E.C.									
4941 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS									
4942 - SERVIÇOS DE MUDANÇAS									
4950 - TRANSPORTE POR CONDUITES									
5010 - TRANSPORTE MARÍTIMO E COSTEIRO DE PASSAGEIROS									
5020 - TRANSPORTE MARÍTIMO E COSTEIRO DE MERCADORIAS									
5030 - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERNAS									
5040 - TRANSPORTE DE MERCADORIAS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERNAS									
5110 - TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS									
5121 - TRANSPORTE AÉREO DE MERCADORIAS									
5122 - TRANSPORTE ESPACIAL									
5210 - ARMAZENAGEM E GUARDA									
5221 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM OS TRANSPORTES TERRESTRES									
5222 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM O TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL									
5223 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM O TRANSPORTE AÉREO									
5224 - MANUSEAMENTO DE MERCADORIAS									
5229 - OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO AOS TRANSPORTES									
5310 - ATIVIDADES POSTAL COM OBRIGAÇÃO DE SERVIÇO UNIVERSAL									
5320 - OUTRAS ATIVIDADES POSTAL E DE CORREIO									
5510 - HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SEMELHANTES									
5520 - ALOJAMENTOS DE FÉRIAS E OUTROS ESTABELECIMENTOS PARA ESTÁDIOS DE CURTA DURAÇÃO									

5530 - ÁREAS DE CAMPISMO E ÁREAS EQUIPADAS PARA AUTOCARAVANAS E CARAVANAS									
5590 - OUTROS SERVIÇOS DE ALOJAMENTO									
5610 - RESTAURAÇÃO E ATIVIDADES DE RESTAURAÇÃO MÓVEL									
5621 - SERVIÇOS DE CATERING PARA EVENTOS									
5629 - OUTRAS ATIVIDADES DE RESTAURAÇÃO N.E.									
5630 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM BEBIDAS									
5811 - EDIÇÃO DE LIVROS									
5812 - PUBLICAÇÃO DE LISTAS E MAILING LISTS									
5813 - EDIÇÃO DE JORNAIS									
5814 - EDIÇÃO DE REVISTAS E PERIÓDICOS									
5819 - OUTRAS ATIVIDADES EDITORIAIS									
5821 - EDIÇÃO DE JOGOS DE COMPUTADOR									
5829 - EDIÇÃO DE OUTROS SOFTWARES									
5911 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5912 - ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5913 - ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5914 - ATIVIDADES DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA									
5920 - ATIVIDADES DE GRAVAÇÃO SONORA E EDIÇÃO MUSICAL									
6010 - TRANSMISSÕES DE RÁDIO									
6020 - ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E TRANSMISSÃO TELEVISIVA									
6110 - TELECOMUNICAÇÕES FIXAS (POR CABO)									
6120 - TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SEM FIOS)									
6130 - TELECOMUNICAÇÕES POR SATÉLITE									
6190 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES									
6201 - PRODUÇÃO DE SOFTWARE (PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA)									
6202 - CONSULTORIA INFORMÁTICA									
6203 - GESTÃO DE ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS									
6209 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMÁTICA									

6311 - ELABORAÇÃO DE DADOS, HOSTING E ATIVIDADES RELACIONADAS									
6312 - PORTAL WEB									
6391 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE IMPRENSA									
6399 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO N.E.									
6411 - ATIVIDADES DOS BANCOS CENTRAIS									
6419 - OUTRA INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6420 - ATIVIDADES DE SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO (HOLDING)									
6430 - TRUSTS, FUNDOS E ENTIDADES FINANCEIRAS SEMELHANTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6491 - LEASING FINANCEIRO									
6492 - OUTRAS ATIVIDADES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO									
6499 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS (EXCLUINDO SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES) N.C.A.									
6511 - SEGUROS DE VIDA									
6512 - SEGUROS DIVERSOS (RAMO DE DANOS)									
6520 - RESSEGUROS									
6530 - FUNDOS DE PENSÕES									
6611 - ADMINISTRAÇÃO DE MERCADOS FINANCEIROS									
6612 - ATIVIDADES DE CORRETAGEM DE TÍTULOS E MERCADORIAS									
6619 - ATIVIDADES AUXILIARES DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA N.E.									
6621 - AVALIAÇÃO DE RISCOS E DANOS									
6622 - ATIVIDADES DE AGENTES E CORRETORES DE SEGUROS									
6629 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES									
6630 - ATIVIDADES DE GESTÃO DE FUNDOS									
6810 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS									
6820 - ARRENDAMENTO E GESTÃO DE IMÓVEIS PRÓPRIOS OU EM LEASING									
6831 - AGÊNCIAS IMOBILIÁRIAS									
6832 - GESTÃO DE BENS IMÓVEIS POR CONTA DE TERCEIROS									
6910 - ATIVIDADES JURÍDICAS									
6920 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, MANUTENÇÃO DE REGISTROS CONTABILÍSTICOS, AUDITORIA E CONSULTORIA FISCAL									

7010 - ATIVIDADES DE DIREÇÃO EMPRESARIAL (SEDE CENTRAL)									
7021 - RELAÇÕES PÚBLICAS E ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO									
7022 - CONSULTORIA EMPRESARIAL E OUTRA CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO									
7111 - ATIVIDADES DE ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA									
7112 - ATIVIDADES DE ENGENHARIA E CONSULTORIA TÉCNICA CONEXAS									
7120 - ENSAIOS E ANÁLISES TÉCNICAS									
7211 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS BIOTECNOLOGIAS									
7219 - OUTRA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DA ENGENHARIA									
7220 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANÍSTICAS									
7311 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE									
7312 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E OUTROS INTERMEDIÁRIOS DE PUBLICIDADE									
7320 - ESTUDOS DE MERCADO E SONDAgens DE OPINIÃO									
7410 - ATIVIDADES DE DESIGN ESPECIALIZADAS									
7420 - ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS									
7430 - ATIVIDADES DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO									
7490 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS N.E.									
7500 - SERVIÇOS VETERINÁRIOS									
7711 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS LIGEIOS									
7712 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE CAMIÕES E VEÍCULOS PESADOS									
7721 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO E RECREATIVO									
7722 - ALUGUER DE CASSETES DE VÍDEO, CD, DVD E DISCOS									
7729 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE OUTROS BENS PARA USO PESSOAL E DOMÉSTICO									
7731 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS									
7732 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO E A ENGENHARIA CIVIL									
7733 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO (INCLUINDO COMPUTADORES)									
7734 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MEIOS DE TRANSPORTE MARÍTIMOS E FLUVIAIS									
7735 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MEIOS DE TRANSPORTE AÉREO									
7739 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS TANGÍVEIS N.E.									

7740 - CONCESSÃO DE LICENÇA DOS DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PRODUTOS SEMELHANTES (EXCLUIDAS AS OBRAS PROTEGIDAS POR DIREITOS DE AUTOR)									
7810 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE RECRUTAMENTO (RECHERCA E SELEÇÃO DE PESSOAL)									
7820 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO (INTERINAL)									
7830 - OUTRAS ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (STAFF LEASING)									
7911 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS									
7912 - ATIVIDADES DE OPERADORES TURÍSTICOS									
7990 - OUTROS SERVIÇOS DE RESERVA E ATIVIDADES CORRELATAS									
8010 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PRIVADA									
8020 - SERVIÇOS RELACIONADOS COM SISTEMAS DE VIGILÂNCIA									
8030 - ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO PRIVADA									
8110 - SERVIÇOS INTEGRADOS DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS (FACILITY MANAGEMENT)									
8121 - LIMPEZA GERAL DE EDIFÍCIOS									
8122 - OUTRAS ATIVIDADES DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS E LIMPEZA INDUSTRIAL									
8129 - DESINFECÇÃO, DESINFESTAÇÃO E DERATIZAÇÃO									
8130 - ATIVIDADES DE CUIDADO E MANUTENÇÃO DE PAISAGENS (INCLUINDO PARQUES E JARDINS)									
8211 - SERVIÇOS INTEGRADOS DE APOIO ÀS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS									
8219 - SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO ESPECIALIZADAS PARA FUNÇÕES DE ESCRITÓRIO									
8220 - ATIVIDADES DE CENTROS DE ATENDIMENTO									
8230 - ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E FEIRAS									
8291 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE COBRANÇA E AGÊNCIAS DE INFORMAÇÃO COMERCIAL									
8292 - ATIVIDADES DE EMBALAGEM E CONFEÇÃO POR CONTA DE TERCEIROS									
8299 - OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS EMPRESAS N.E.									
8411 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									
8412 - REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS (EXCLUINDO A PREVIDÊNCIA SOCIAL)									
8413 - REGULAMENTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE DA ATIVIDADE ECONÔMICA									
8421 - ASSUNTOS EXTERIORES									
8422 - ATIVIDADES DE DEFESA NACIONAL									
8423 - JUSTIÇA E ATIVIDADES JUDICIAIS									

8424 - ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA									
8425 - SERVIÇOS DE COMBATE A INCÊNDIOS									
8430 - SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA									
8510 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR (JARDIM DE INFÂNCIA)									
8520 - ENSINO PRIMÁRIO (ESCOLA PRIMÁRIA)									
8531 - ENSINO SECUNDÁRIO DE 1.º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO DE CICLO COMPLETO									
8532 - ENSINO SECUNDÁRIO DE VOCACIONAL E PROFISSIONAL									
8541 - ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO NÃO ACADÉMICO									
8542 - ENSINO UNIVERSITÁRIO E PÓS-UNIVERSITÁRIO (TERCIÁRIO)									
8551 - CURSOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS									
8552 - CURSOS CULTURAIS									
8553 - ATIVIDADES DE ESCOLAS DE CONDUÇÃO									
8559 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO N.E.									
8560 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO									
8610 - SERVIÇOS HOSPITALARES									
8621 - SERVIÇOS DE CONSULTÓRIOS DE MEDICINA GERAL									
8622 - SERVIÇOS DE CONSULTÓRIOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS									
8623 - ATIVIDADES DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS									
8690 - OUTRAS ATIVIDADES PARAMÉDICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA									
8710 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESIDENCIAL COM PRESTAÇÕES DE SAÚDE									
8720 - ESTRUTURAS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL PARA DOENÇAS MENTAIS E DEPENDÊNCIAS									
8730 - ESTRUTURAS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
8790 - OUTRAS ESTRUTURAS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL									
8810 - ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO RESIDENCIAL PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
8891 - SERVIÇOS DE CRECHES E ASSISTÊNCIA DIURNA A MENORES									
8899 - OUTRAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO RESIDENCIAL N.E.									
9001 - ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E TEATRAIS									
9002 - ATIVIDADES DE APOIO ÀS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS									

9003 - CRIAÇÕES ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS									
9004 - GESTÃO DE ESTRUTURAS ARTÍSTICAS									
9101 - ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS									
9102 - ATIVIDADES DE MUSEUS									
9103 - GESTÃO DE LOCAIS E MONUMENTOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SEMELHANTES									
9104 - ATIVIDADES DE JARDINS BOTÂNICOS, JARDINS ZOOLOGICOS E RESERVAS NATURAIS									
9200 - ATIVIDADES DE LOTARIAS, APOSTAS E CASAS DE JOGO									
9311 - GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS									
9312 - ATIVIDADES DE CLUBES DESPORTIVOS									
9313 - GESTÃO DE GINÁSIO (CENTROS DE FITNESS)									
9319 - OUTRAS ATIVIDADES DESPORTIVAS									
9321 - ATIVIDADES DE PARQUES DE DIVERSÕES E PARQUES TEMÁTICOS									
9329 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E DIVERSÃO									
9411 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES E DE ORGANIZAÇÕES SECTORIAIS									
9412 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS									
9420 - ATIVIDADES DE SINDICATOS DE TRABALHADORES ASSALARIADOS									
9491 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS									
9492 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS									
9499 - ATIVIDADES DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS N.E.									
9511 - REPARAÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS									
9512 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES									
9521 - REPARAÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DE CONSUMO									
9522 - REPARAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DE ARTIGOS PARA A CASA E O JARDIM									
9523 - REPARAÇÃO DE CALÇADO E ARTIGOS DE COURO									
9524 - REPARAÇÃO DE MÓVEIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO									
9525 - REPARAÇÃO DE RELÓGIOS E JOIAS									
9529 - REPARAÇÃO DE OUTROS BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO									
9601 - LAVAGEM E LIMPEZA (INCLUINDO A SECO) DE PRODUTOS TÊXTEIS E PELES									

9602 - SERVIÇOS DE CABELEIREIRO E OUTROS TRATAMENTOS DE BELEZA									
9603 - SERVIÇOS DE AGENÇAS FUNERÁRIAS E ATIVIDADES CONEXAS									
9604 - SERVIÇOS DE CENTROS DE BEM-ESTAR FÍSICO									
9609 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS À PESSOA N.E.									
9700 - ATIVIDADES DE FAMÍLIAS E COMUNIDADES COMO EMPREGADORES DE PESSOAL DOMÉSTICO									
9810 - PRODUÇÃO DE BENS NÃO DIFERENCIADOS PARA USO PRÓPRIO POR FAMÍLIAS E CONVIVÊNCIAS									
9820 - PRODUÇÃO DE SERVIÇOS INDIFERENCIADOS PARA USO PRÓPRIO POR FAMÍLIAS E CONVIVÊNCIAS									
9900 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E ORGANISMOS EXTRATERRITORIAIS									
9999 - ATIVIDADE NÃO CLASSIFICADA OU DESCONHECIDA (NAF)									

Tabela 2 - GAR Informações setoriais - CAPEX

Detalhe por setor - Nível NACE de 4 dígitos (código e descrição)	Valor contábilístico [Bruto] total	Dos quais: Elegível para a Taxonomia	Do qual: Alinhado com a Taxonomia	Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)
0000 - NÃO APLICÁVEL / CÓDIGO A SER ATRIBUÍDO									
0111 - CULTURA DE CEREALÍDEAS (EXCETO ARROZ), LEGUMINOSAS E SEMENTES OLEAGINOSAS									
0112 - CULTIVO DE ARROZ									
0113 - CULTIVO DE HORTALNANAS E MELÕES, RAÍZES E TUBÉRULOS									
0114 - CULTIVO DE CANA-DE-AÇÚCAR									
0115 - CULTIVO DE TABACO									
0116 - CULTIVO DE PLANTAS FIBROSAS									
0119 - CULTURA DE OUTRAS CULTURAS NÃO PERENNES									
0121 - VITICULTURA									
0122 - CULTIVO DE FRUTOS TROPICAIS E SUBTROPICAIS									
0123 - CULTURA DE CITRINOS									
0124 - CULTIVO DE FRUTAS DE PEPO E DE CAROÇO									
0125 - CULTIVO DE OUTRAS ÁRVORES FRUTÍFERAS, FRUTOS SILVESTRES E FRUTOS DE CASCA DURA									
0126 - CULTIVO DE FRUTOS OLEOSOS									
0127 - CULTIVO DE PLANTAS PARA A PREPARAÇÃO DE BEBIDAS									
0128 - CULTIVO DE ESPECIARIAS, PLANTAS AROMÁTICAS, MEDICINAIS E FARMACÊUTICAS									
0129 - CULTIVO DE OUTRAS CULTURAS PERENNES									
0130 - REPRODUÇÃO DE PLANTAS									
0141 - CRIAÇÃO DE BOVINOS LEITEIROS									
0142 - CRIAÇÃO DE OUTROS BOVINOS E DE BUFALOS									

0143 - CRIAÇÃO DE CAVALOS E OUTROS EQUÍDEOS									
0144 - CRIAÇÃO DE CAMELOS E CAMELÍDEOS									
0145 - CRIAÇÃO DE OVINOS E CAPRINOS									
0146 - CRIAÇÃO DE SUÍNOS									
0147 - CRIAÇÃO DE AVES									
0149 - CRIAÇÃO DE OUTROS ANIMAIS									
0150 - CULTURAS AGRÍCOLAS ASSOCIADAS À CRIAÇÃO DE ANIMAIS (ATIVIDADE MISTA)									
0161 - ATIVIDADES DE APOIO À PRODUÇÃO VEGETAL									
0162 - ATIVIDADES DE APOIO À CRIAÇÃO DE ANIMAIS									
0163 - ATIVIDADES PÓS-COLHEITA									
0164 - TRATAMENTO DE SEMENTES PARA REPRODUÇÃO									
0170 - CAÇA, CAPTURA DE ANIMAIS E SERVIÇOS CONEXOS									
0210 - SILVICULTURA E OUTRAS ATIVIDADES FLORESTAIS									
0220 - EXPLORAÇÃO DE ÁREAS FLORESTAIS (ABATE DE ÁRVORES)									
0230 - RECOLHA DE PRODUTOS SILVESTRES NÃO LENHOSOS									
0240 - SERVIÇOS DE APOIO À SILVICULTURA									
0311 - PESCA MARÍTIMA									
0312 - PESCA EM ÁGUAS DOÇES									
0321 - ACUACULTURA MARÍTIMA									
0322 - ACUACULTURA EM ÁGUAS DOÇES									
0510 - EXTRAÇÃO DE CARVÃO FÓSSIL									
0520 - EXTRAÇÃO DE LIGNITE									
0610 - EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO									
0620 - EXTRAÇÃO DE GÁS NATURAL									
0710 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS FERROSOS									
0721 - EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS DE URÂNIO E DE TÓRIO									
0729 - EXTRAÇÃO DE OUTROS MINERAIS METÁLICOS NÃO FERROSOS									
0811 - EXTRAÇÃO DE PEDRAS ORNAMENTAIS E DE CONSTRUÇÃO, CALCÁRIO, GESSO, ARGILA E ARDÓSIA									

0812 - EXTRAÇÃO DE CASTANHO E AREIA; EXTRAÇÃO DE ARGILAS E CAOLINO									
0891 - EXTRAÇÃO DE MINERAIS PARA A INDÚSTRIA QUÍMICA E PARA A FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES									
0892 - EXTRAÇÃO DE TURFA									
0893 - EXTRAÇÃO DE SAL									
0899 - OUTRAS ATIVIDADES EXTRATIVAS N.E.									
0910 - ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL									
0990 - ATIVIDADES DE APOIO A OUTRAS ATIVIDADES EXTRATIVAS									
1011 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CARNE (EXCETO AVES)									
1012 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CARNE DE AVES									
1013 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE (INCLUINDO CARNE DE AVES)									
1020 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PEIXE, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS									
1031 - TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BATATAS									
1032 - PRODUÇÃO DE SUMOS DE FRUTAS E DE HORTALHAS									
1039 - OUTROS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FRUTAS E HORTÍCOLAS									
1041 - PRODUÇÃO DE ÓLEOS E GORDURAS									
1042 - PRODUÇÃO DE MARGARINA E DE GORDURAS ALIMENTARES SEMELHANTES									
1051 - INDÚSTRIA LÁCTEA E TRATAMENTO DO LEITE									
1052 - PRODUÇÃO DE GELADOS									
1061 - TRANSFORMAÇÃO DE PRODUTOS DA INDÚSTRIA MOINHARIA									
1062 - PRODUÇÃO DE AMIDOS E PRODUTOS AMIDÁCEOS									
1071 - PRODUÇÃO DE PÃO; PRODUÇÃO DE PRODUTOS DE PASTELARIA FRESCOS									
1072 - PRODUÇÃO DE BISCUITOS, BOLACHAS E PRODUTOS DE PASTELARIA CONSERVADOS									
1073 - PRODUÇÃO DE MASSAS ALIMENTARES, COUSCOUS E PRODUTOS FARINACOS SEMELHANTES									
1081 - PRODUÇÃO DE AÇÚCAR									
1082 - PRODUÇÃO DE CACAU, CHOCOLATE E DOCES									
1083 - TRANSFORMAÇÃO DE CHÁ E CAFÉ									
1084 - PRODUÇÃO DE CONDIMENTOS E ESPECIARIAS									
1085 - PRODUÇÃO DE REFEIÇÕES E PRATOS PRONTOS									

1086 - PRODUÇÃO DE PREPARADOS HOMOGENEIZADOS E DE ALIMENTOS DIETÉTICOS									
1089 - PRODUÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES N.E.									
1091 - PRODUÇÃO DE RAÇÕES PREPARADAS PARA ANIMAIS DE CRIAÇÃO									
1092 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PREPARADOS PARA ANIMAIS DE COMPANHIA									
1101 - DESTILAÇÃO, RETIFICAÇÃO E MISTURA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS									
1102 - PRODUÇÃO DE VINHO A PARTIR DE UVAS									
1103 - PRODUÇÃO DE SIDRA E DE OUTROS VINHOS DE FRUTA									
1104 - PRODUÇÃO DE OUTRAS BEBIDAS FERMENTADAS NÃO DESTILADAS									
1105 - PRODUÇÃO DE CERVEJA									
1106 - PRODUÇÃO DE MALTE									
1107 - INDÚSTRIA DE BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, ÁGUAS MINERAIS E OUTRAS ÁGUAS EMBALADAS									
1200 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS DO TABACO									
1310 - PREPARAÇÃO E FIADO DE FIBRAS TÊXTEIS									
1320 - TECELAGEM									
1330 - ACABAMENTO DE TÊXTEIS									
1391 - PRODUÇÃO DE TECIDOS DE MALHA									
1392 - CONFECÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS (EXCETO VESTUÁRIO)									
1393 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS PARA PAVIMENTOS (TAPETES E MOQUETAS)									
1394 - FABRICAÇÃO DE FIO, CORDAS, CABOS E REDES									
1395 - FABRICAÇÃO DE TECIDOS NÃO TECIDOS E DE ARTIGOS DESTE TIPO (EXCLUINDO O VESTUÁRIO)									
1396 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS TÊXTEIS TÉCNICOS E INDUSTRIAIS									
1399 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS N.E.									
1411 - CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO EM PELE									
1412 - CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO DE TRABALHO									
1413 - CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERNO									
1414 - CONFECÇÃO DE ROUPAS ÍNTIMAS									
1419 - CONFECÇÃO DE OUTROS ARTIGOS E ACESSÓRIOS DE VESTUÁRIO									
1420 - CONFECÇÃO DE ARTIGOS DE PELE									

1431 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MALHA PARA CALÇADO									
1439 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE VESTUÁRIO DE MALHA									
1511 - PREPARAÇÃO E CURTE DO COURO; PREPARAÇÃO E TINGIMENTO DE PELES									
1512 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIAGEM, BOLSAS E SIMILARES, ARTIGOS DE COURO E SELARIA									
1520 - FABRICAÇÃO DE CALÇADO									
1610 - CORTE E APLANAÇÃO DE MADEIRA (SERRAÇÕES)									
1621 - FABRICAÇÃO DE FOLHAS DE FOLHAGEM E DE PAINÉIS À BASE DE MADEIRA									
1622 - FABRICAÇÃO DE PAVIMENTOS EM PARQUETE MONTADOS									
1623 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE CARPINTARIA E MARCENARIA PARA A CONSTRUÇÃO									
1624 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MADEIRA									
1629 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE MADEIRA, CORTIÇO, PALHA E MATERIAIS DE TRANÇADO									
1711 - FABRICAÇÃO DE PASTA DE MADEIRA									
1712 - FABRICAÇÃO DE PAPEL E CARTÃO									
1721 - FABRICAÇÃO DE PAPEL E CARTÃO ONDULADO E DE EMBALAGENS DE PAPEL E CARTÃO									
1722 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA USO DOMÉSTICO, HIGIÊNICO E SANITÁRIO									
1723 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPELARIA ESCOLAR E COMERCIAL									
1724 - FABRICAÇÃO DE PAPEL DE PAREDE									
1729 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PAPEL E CARTÃO									
1811 - IMPRESSÃO DE JORNAIS									
1812 - OUTRA IMPRESSÃO									
1813 - TRABALHOS DE PRÉ-IMPRESSÃO E PRÉ-MÍDIA									
1814 - ENCADERNAÇÃO E SERVIÇOS CONEXOS									
1820 - REPRODUÇÃO DE SUPORTES GRAVADOS									
1910 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE COKERIA									
1920 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DA REFINAÇÃO DE PETRÓLEO									
2011 - PRODUÇÃO DE GÁSES INDUSTRIAIS									
2012 - PRODUÇÃO DE CORANTES E PIGMENTOS									
2013 - PRODUÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS DE BASE INORGÂNICOS N.E.									

2014 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS DE BASE									
2015 - FABRICAÇÃO DE FERTILIZANTES E COMPOSTOS NITROGENADOS									
2016 - FABRICAÇÃO DE MATÉRIAS PLÁSTICAS EM FORMAS PRIMÁRIAS									
2017 - FABRICAÇÃO DE BORRACHA SINTÉTICA EM FORMAS PRIMÁRIAS									
2020 - FABRICAÇÃO DE PESTICIDAS E OUTROS PRODUTOS AGROQUÍMICOS									
2030 - FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES E ESMALTES, TINTAS DE IMPRESSÃO E ADESIVOS E VEDANTES									
2041 - FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES, DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DE POLIMENTO									
2042 - FABRICAÇÃO DE PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL									
2051 - FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS									
2052 - FABRICAÇÃO DE COLAS									
2053 - FABRICAÇÃO DE ÓLEOS ESSENCIAIS									
2059 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS N.E.									
2060 - FABRICAÇÃO DE FIBRAS SINTÉTICAS E ARTIFICIAIS									
2110 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DE BASE									
2120 - FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PREPARAÇÕES FARMACÊUTICAS									
2211 - FABRICAÇÃO E RECICLAGEM DE PNEUS									
2219 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BORRACHA									
2221 - FABRICAÇÃO DE PLACAS, FOLHAS, TUBOS E PERFIS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS									
2222 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS									
2223 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PLÁSTICO PARA A CONSTRUÇÃO									
2229 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS									
2311 - FABRICAÇÃO DE VIDRO PLANO									
2312 - TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO DE VIDRO PLANO									
2313 - FABRICAÇÃO DE VIDRO OCO									
2314 - FABRICAÇÃO DE FIBRAS DE VIDRO									
2319 - FABRICAÇÃO E TRATAMENTO DE OUTROS TIPOS DE VIDRO (INCLUINDO VIDRO PARA USO TÉCNICO)									
2320 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS REFRAATÓRIOS									
2331 - FABRICAÇÃO DE AZULEJOS E LÁPIDAS DE CERÂMICA									

2332 - FABRICAÇÃO DE TIJOLOS, TELHAS E OUTROS PRODUTOS DE TERRACOTA PARA A CONSTRUÇÃO									
2341 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS CERÂMICOS PARA USO DOMÉSTICO E ORNAMENTAL									
2342 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS HIGIÊNICO-SANITÁRIOS EM CERÂMICA									
2343 - FABRICAÇÃO DE ISOLADORES E PEÇAS ISOLANTES EM CERÂMICA									
2344 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS CERÂMICOS PARA USO TÉCNICO									
2349 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS CERÂMICOS									
2351 - PRODUÇÃO DE CIMENTO									
2352 - PRODUÇÃO DE CAL E GESSO									
2361 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BETÃO PARA A CONSTRUÇÃO									
2362 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE GESSO PARA A CONSTRUÇÃO									
2363 - PRODUÇÃO DE BETÃO PRÉ-MISTURADO									
2364 - PRODUÇÃO DE ARGAMASSA									
2365 - FABRICAÇÃO DE FIBROCIMENTO									
2369 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BETÃO, GESSO E CIMENTO									
2370 - CORTE, MODELAGEM E ACABAMENTO DE PEDRAS									
2391 - PRODUÇÃO DE PRODUTOS ABRASIVOS									
2399 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS N.E.									
2410 - SIDERURGIA E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE FERRO E AÇO									
2420 - FABRICAÇÃO DE TUBOS, CONDUITES, PERFIS OCOS E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS EM AÇO									
2431 - TREFILAGEM A FRIO DE BARRAS									
2432 - LAMINAÇÃO A FRIO DE Fitas Estreitas									
2433 - PERFILAGEM POR DEFORMAÇÃO A FRIO									
2434 - TREFILAGEM A FRIO DE FIOS									
2441 - PRODUÇÃO DE METAIS PRECIOSOS									
2442 - PRODUÇÃO DE ALUMÍNIO									
2443 - PRODUÇÃO DE CHUMBO, ZINCO E ESTANHO									
2444 - PRODUÇÃO DE COBRE									
2445 - PRODUÇÃO DE OUTROS METAIS NÃO FERROSOS									

2446 - TRATAMENTO DE COMBUSTÍVEIS NUCLEARES									
2451 - FUSÃO DE FERRO-FUNDO									
2452 - FUSÃO DE AÇO									
2453 - FUSÃO DE METAIS LEVES									
2454 - FUSÃO DE OUTROS METAIS NÃO FERROSOS									
2511 - FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS METÁLICAS E PEÇAS DE ESTRUTURAS									
2512 - FABRICAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE METAL									
2521 - FABRICAÇÃO DE RADIADORES E CALDEIRAS PARA AQUECIMENTO CENTRAL									
2529 - FABRICAÇÃO DE OUTROS RESERVATÓRIOS, CISTERNAS E RECIPIENTES DE METAL									
2530 - FABRICAÇÃO DE GERADORES DE VAPOR (EXCETO OS DESTINADOS AO AQUECIMENTO)									
2540 - FABRICAÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES									
2550 - FORJA, ESTAMPAGEM, PRENSAGEM E PERFILAGEM DE METAIS; METALURGIA DE PÓS									
2561 - TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS									
2562 - TRABALHOS DE MECÂNICA GERAL									
2571 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE CUTELARIA E TALHERES									
2572 - FABRICAÇÃO DE FECHADURAS E DOBRADIÇAS									
2573 - FABRICAÇÃO DE UTENSÍLIOS									
2591 - FABRICAÇÃO DE BARRIS DE AÇO E RECIPIENTES SEMELHANTES									
2592 - FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS EM METAIS LEVE									
2593 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ARAME METÁLICO, CORRENTES E MOLAS									
2594 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE FERRAGENS E PRODUTOS PARA PARAFUSOS									
2599 - FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL N.E.									
2611 - FABRICAÇÃO DE COMPONENTES ELETRÔNICOS									
2612 - FABRICAÇÃO DE PLACAS ELETRÔNICAS MONTADAS									
2620 - FABRICAÇÃO DE COMPUTADORES E UNIDADES PERIFÉRICAS									
2630 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÕES									
2640 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DE CONSUMO									
2651 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E APARELHOS DE MEDIÇÃO, ENSAIO E NAVEGAÇÃO									

2652 - FABRICAÇÃO DE RELÓGIOS									
2660 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS DE IRRADIAÇÃO, ELETROMÉDICOS E ELETROTHERAPÊUTICOS									
2670 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS ÓTICOS E EQUIPAMENTOS FOTOGRÁFICOS									
2680 - FABRICAÇÃO DE SUPORTES MAGNÉTICOS E ÓTICOS									
2711 - FABRICAÇÃO DE MOTORES, GERADORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS									
2712 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO E CONTROLO DE ELETRICIDADE									
2720 - FABRICAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES									
2731 - FABRICAÇÃO DE CABOS DE FIBRA ÓTICA									
2732 - FABRICAÇÃO DE OUTROS FIOS E CABOS ELETRÔNICOS E ELÉTRICOS									
2733 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CABLAGEM									
2740 - FABRICAÇÃO DE APARELHOS DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA									
2680 - FABRICAÇÃO DE SUPORTES MAGNÉTICOS E ÓTICOS									
2711 - FABRICAÇÃO DE MOTORES, GERADORES E TRANSFORMADORES ELÉTRICOS									
2712 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A DISTRIBUIÇÃO E CONTROLO DE ELETRICIDADE									
2720 - FABRICAÇÃO DE BATERIAS E ACUMULADORES									
2812 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E PNEUMÁTICOS									
2813 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS BOMBAS E COMPRESSORES									
2814 - FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE SERTIDADE E VÁLVULAS									
2815 - FABRICAÇÃO DE ROLAMENTOS, ENGRENAGENS E ÓRGÃOS DE TRANSMISSÃO									
2821 - FABRICAÇÃO DE FORNOS, QUEIMADORES E SISTEMAS DE AQUECIMENTO									
2822 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ELEVAÇÃO E MANIPULAÇÃO									
2823 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO (EXCLUINDO COMPUTADORES E PERIFÉRICOS)									
2824 - FABRICAÇÃO DE FERRAMENTAS ELÉTRICAS PORTÁTEIS									
2825 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E VENTILAÇÃO NÃO DOMÉSTICOS									
2829 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS DE USO GERAL N.E.									
2830 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A AGRICULTURA E A SILVICULTURA									
2841 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A CONFORMAÇÃO DE METAIS									
2849 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS-FERRAMENTAS									

2891 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A METALURGIA									
2892 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA EXTRATIVA E DA CONSTRUÇÃO									
2893 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA ALIMENTAR, DE BEBIDAS E DO TABACO									
2894 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO E DO COURO									
2895 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA DO PAPEL E DO CARTÃO									
2896 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E BORRACHA									
2899 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS PARA USOS ESPECIAIS N.E. (NÃO CLASSIFICADAS EM OUTRA POSIÇÃO)									
2910 - FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS									
2920 - FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, REBOQUES E SEMIREBOQUES									
2931 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E SEUS MOTORES									
2932 - FABRICAÇÃO DE OUTRAS PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS E SEUS MOTORES									
3011 - CONSTRUÇÃO DE NAVIOS E ESTRUTURAS FLUTUANTES	1.845.858	0	0	0	0	0	0	0	0
3012 - CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO E DESPORTIVAS									
3020 - FABRICAÇÃO DE LOCOMOTIVAS E DE MATERIAL ROTATIVO FERROVIÁRIO, DE ELÉTRICO E DE TRAMVIA									
3030 - FABRICAÇÃO DE AERONAVES, VEÍCULOS ESPACIAIS E RESPECTIVOS DISPOSITIVOS									
3040 - FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS MILITARES DE COMBATE									
3091 - FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS									
3092 - FABRICAÇÃO DE BICICLETAS E VEÍCULOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
3099 - FABRICAÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE N.E. (NÃO CLASSIFICADOS EM OUTRA PARTE)									
3101 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIOS E LOJAS									
3102 - FABRICAÇÃO DE MÓVEIS DE COZINHA									
3103 - FABRICAÇÃO DE COLCHÕES									
3109 - FABRICAÇÃO DE OUTROS MÓVEIS									
3211 - CUNHAGEM DE MOEDAS									
3212 - FABRICAÇÃO DE JOALHARIA, OURESARIA E ARTIGOS AFINS									
3213 - FABRICAÇÃO DE BIJUTERIA E ARTIGOS RELACIONADOS									
3220 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS									
3230 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DESPORTIVOS									

3240 - FABRICAÇÃO DE JOGOS E BRINQUEDOS									
3250 - FABRICAÇÃO DE INSTRUMENTOS E MATERIAL MÉDICO E ODONTOLÓGICO									
3291 - FABRICAÇÃO DE VASSOURAS E ESCOVAS									
3299 - OUTRAS ATIVIDADES MANUFATURAS N.E.									
3311 - REPARAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL									
3312 - REPARAÇÃO DE MÁQUINAS									
3313 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E ÓTICOS									
3314 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS									
3315 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE NAVIOS E EMBARCAÇÕES									
3316 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE AERONAVES E VEÍCULOS ESPACIAIS									
3317 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE OUTROS MEIOS DE TRANSPORTE									
3319 - REPARAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS									
3320 - INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS									
3511 - PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3512 - TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3513 - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3514 - COMÉRCIO DE ENERGIA ELÉTRICA									
3521 - PRODUÇÃO DE GÁS									
3522 - DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS POR CONDUÇÕES									
3523 - COMÉRCIO DE GÁS ATRAVÉS DE CONDUÇÕES									
3530 - FORNECIMENTO DE VAPOR E AR CONDICIONADO									
3600 - CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E FORNECIMENTO DE ÁGUA									
3700 - GESTÃO DE REDES DE ESGOTAMENTO									
3811 - RECOLHA DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS									
3812 - RECOLHA DE RESÍDUOS PERIGOSOS									
3821 - TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS									
3822 - TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS									
3831 - DEMOLIÇÃO DE NAUFRÁGIOS									

3832 - RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS SELECIONADOS									
3900 - ATIVIDADES DE REABILITAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS									
4110 - DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS IMOBILIÁRIOS									
4120 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS									
4211 - CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E AUTOESTRADAS									
4212 - CONSTRUÇÃO DE LINHAS FERROVIÁRIAS E DE METRO									
4213 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E TÚNEIS									
4221 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O TRANSPORTE DE FLUIDOS									
4222 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE UTILIDADE PÚBLICA PARA A ENERGIA ELÉTRICA E AS TELECOMUNICAÇÕES									
4291 - CONSTRUÇÃO DE OBRAS HIDRÁULICAS									
4299 - CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL N.E.									
4311 - DEMOLIÇÃO									
4312 - PREPARAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS									
4313 - PERFURAÇÕES E SONDAGENS									
4321 - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS									
4322 - INSTALAÇÃO DE SISTEMAS HIDRÁULICOS, DE AQUECIMENTO E DE AR CONDICIONADO									
4329 - OUTRAS ATIVIDADES DE INSTALAÇÃO N.E.									
4331 - REBOCO									
4332 - INSTALAÇÃO DE CAIXILHOS									
4333 - REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E PAREDES									
4334 - PINTURA E INSTALAÇÃO DE VIDROS									
4339 - OUTROS TRABALHOS DE CONCLUSÃO E ACABAMENTO DE EDIFÍCIOS									
4391 - CONSTRUÇÃO DE COBERTURAS									
4399 - OUTRAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO ESPECIALIZADAS N.E.									
4511 - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS LIGEIOS	10 421 518	1.132.520	131.073	131.073	0	0	0	0	0
4519 - COMÉRCIO DE OUTROS VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	10 845 212	26.487	5.102	5.102	0	0	0	0	0
4520 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	276 796	0	0	0	0	0	0	0	0
4531 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS	273.457	0	0	0	0	0	0	0	0

4532 - COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS									
4540 - COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MOTOCICLETAS E RESPECTIVAS PEÇAS E ACESSÓRIOS									
4611 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MATÉRIAS-PRIMAS AGRÍCOLAS, ANIMAIS VIVOS, MATÉRIAS-PRIMAS TÊXTEIS E PRODUTOS SEMIACABADOS									
4612 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, MINERAIS, METAIS E PRODUTOS QUÍMICOS PARA A INDÚSTRIA									
4613 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MADEIRA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO									
4614 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE MÁQUINAS, INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, NAVIOS E AERONAVES									
4615 - INTERMEDIÁRIOS NO COMÉRCIO DE MÓVEIS, ARTIGOS PARA O LAR, FERRAMENTAS E ARTIGOS DE FERRO									
4616 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE TECIDOS, VESTUÁRIO, PELES, CALÇADO E ARTIGOS DE COURO									
4617 - INTERMEDIÁRIOS DO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO									
4618 - INTERMEDIÁRIOS ESPECIALIZADOS NO COMÉRCIO DE OUTROS PRODUTOS ESPECÍFICOS									
4619 - CENTRAIS DE COMPRAS DE PRODUTOS NÃO ALIMENTARES									
4621 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CEREAIS, TABACO EM BRUTO, SEMENTES E RAÇÕES PARA ANIMAIS									
4622 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FLORES E PLANTAS									
4623 - COMÉRCIO POR GROSSO DE ANIMAIS VIVOS									
4624 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PELES EM BRUTO E COURO									
4631 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FRUTAS E LEGUMES									
4632 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE									
4633 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS LÁCTEOS, OVOS, ÓLEOS E GORDURAS ALIMENTARES									
4634 - COMÉRCIO POR GROSSO DE BEBIDAS									
4635 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS DO TABACO									
4636 - COMÉRCIO POR GROSSO DE AÇÚCAR, CHOCOLATE E DOCES									
4637 - COMÉRCIO POR GROSSO DE CAFÉ, CHÁ, CACAU E ESPECIARIAS									
4638 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, INCLUINDO PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS									
4639 - COMÉRCIO GROSSISTA NÃO ESPECIALIZADO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO									
4641 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS TÊXTEIS									
4642 - COMÉRCIO POR GROSSO DE VESTUÁRIO E CALÇADO									
4643 - COMÉRCIO POR GROSSO DE ELETRODOMÉSTICOS									
4644 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PORCELANAS, CRISTALARIA E ARTIGOS DE LIMPEZA									

4645 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PERFUMES E COSMÉTICOS									
4646 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS									
4647 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÓVEIS, TAPETES E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO									
4648 - COMÉRCIO POR GROSSO DE RELÓGIOS E JOALHARIA									
4649 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS BENS PARA USO DOMÉSTICO									
4651 - COMÉRCIO POR GROSSO DE COMPUTADORES, PERIFÉRICOS INFORMÁTICOS E SOFTWARE									
4652 - COMÉRCIO POR GROSSO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE TELECOMUNICAÇÕES E COMPONENTES									
4661 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS AGRÍCOLAS									
4662 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS									
4663 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS PARA O SETOR MINEIRO, DA CONSTRUÇÃO E DA ENGENHARIA CIVIL									
4664 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS PARA A INDÚSTRIA TÊXTIL E DE MÁQUINAS DE COSTURA E DE MALHARIA									
4665 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MÓVEIS DE ESCRITÓRIO									
4666 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO									
4669 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS									
4671 - COMÉRCIO POR GROSSO DE COMBUSTÍVEIS SÓLIDOS, LÍQUIDOS, GASOSOS E PRODUTOS DERIVADOS									
4672 - COMÉRCIO POR GROSSO DE METAIS E MINÉRIOS METÁLICOS									
4673 - COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO SANITÁRIO									
4674 - COMÉRCIO POR GROSSO DE FERRAMENTAS									
4675 - COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS QUÍMICOS									
4676 - COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS INTERMÉDIOS									
4677 - COMÉRCIO POR GROSSO DE SUCATA E SUBPRODUTOS DA TRANSFORMAÇÃO									
4690 - COMÉRCIO GROSSISTA NÃO ESPECIALIZADO									
4711 - COMÉRCIO A RETALHO EM ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS COM PREDOMINÂNCIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS OU TABACO									
4719 - GRANDES LOJAS (VENDA A RETALHO EM OUTROS ESTABELECIMENTOS NÃO ESPECIALIZADOS)									
4721 - COMÉRCIO A RETALHO DE FRUTAS E LEGUMES EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4722 - COMÉRCIO A RETALHO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4723 - COMÉRCIO A RETALHO DE PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4724 - COMÉRCIO A RETALHO DE PÃO, BOLOS, DOCES E PRODUTOS DE PASTELARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									

4725 - COMÉRCIO A RETALHO DE BEBIDAS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4726 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS DO TABACO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4729 - OUTRO COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4730 - COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL PARA VEÍCULOS EM ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS									
4741 - COMÉRCIO A RETALHO DE COMPUTADORES, PERIFÉRICOS E SOFTWARE EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4742 - COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4743 - COMÉRCIO A RETALHO DE APARELHOS DE ÁUDIO E VÍDEO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4751 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS TÊXTEIS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4752 - COMÉRCIO A RETALHO DE FERRAMENTAS, TINTAS E VIDRO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4753 - COMÉRCIO A RETALHO DE TAPETES, MOQUETES E REVESTIMENTOS PARA PAREDES E PAVIMENTOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4754 - COMÉRCIO A RETALHO DE ELETRODOMÉSTICOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4759 - COMÉRCIO A RETALHO DE MÓVEIS, ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO E OUTROS ARTIGOS PARA O LAR EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4761 - COMÉRCIO A RETALHO DE LIVROS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4762 - COMÉRCIO A RETALHO DE JORNAIS E ARTIGOS DE PAPELARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4763 - COMÉRCIO A RETALHO DE GRAVAÇÕES MUSICAIS E VÍDEOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4764 - COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO EM LOJAS ESPECIALIZADAS	318.392	0	0	0	0	0	0	0	0
4765 - COMÉRCIO A RETALHO DE JOGOS E BRINQUEDOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4771 - COMÉRCIO A RETALHO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4772 - COMÉRCIO A RETALHO DE CALÇADO E ARTIGOS DE COURO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4773 - FARMÁCIAS									
4774 - COMÉRCIO A RETALHO DE ARTIGOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4775 - COMÉRCIO A RETALHO DE COSMÉTICOS E ARTIGOS DE PERFUMARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4776 - COMÉRCIO A RETALHO DE FLORES, PLANTAS, SEMENTES, FERTILIZANTES, ANIMAIS DE COMPANHIA E ALIMENTOS PARA ANIMAIS									
4777 - COMÉRCIO A RETALHO DE RELÓGIOS E JOALHARIA EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4778 - OUTRO COMÉRCIO A RETALHO DE BENS NOVOS EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4779 - COMÉRCIO A RETALHO DE BENS EM SEGUNDA MÃO EM LOJAS ESPECIALIZADAS									
4781 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO EM BANCAS E MERCADOS									
4782 - COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS TÊXTEIS, VESTUÁRIO E CALÇADO EM BANCAS E MERCADOS									

4789 - COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS EM BANCAS E MERCADOS									
4791 - COMÉRCIO A RETALHO POR CORRESPONDÊNCIA OU VIA INTERNET									
4799 - VENDA AUTOMATIZADA E OUTRO COMÉRCIO A RETALHO NÃO REALIZADO EM LOJAS, BANCAS OU MERCADOS, N.E.									
4910 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE PASSAGEIROS, INTERURBANO									
4920 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE MERCADORIAS									
4931 - TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS EM ÁREAS URBANAS E SUBURBANAS									
4932 - TRANSPORTE DE TÁXI									
4939 - OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS N.E.									
4941 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE MERCADORIAS									
4942 - SERVIÇOS DE MUDANÇAS									
4950 - TRANSPORTE POR CONDUITES									
5010 - TRANSPORTE MARÍTIMO E COSTEIRO DE PASSAGEIROS									
5020 - TRANSPORTE MARÍTIMO E COSTEIRO DE MERCADORIAS									
5030 - TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERNAS									
5040 - TRANSPORTE DE MERCADORIAS POR VIAS NAVEGÁVEIS INTERNAS									
5110 - TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS									
5121 - TRANSPORTE AÉREO DE MERCADORIAS									
5122 - TRANSPORTE ESPACIAL									
5210 - ARMAZENAGEM E GUARDA									
5221 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM OS TRANSPORTES TERRESTRES									
5222 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM O TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL									
5223 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM O TRANSPORTE AÉREO									
5224 - MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS									
5229 - OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO AOS TRANSPORTES									
5310 - ATIVIDADES POSTAL COM OBRIGAÇÃO DE SERVIÇO UNIVERSAL									
5320 - OUTRAS ATIVIDADES POSTAL E DE CORREIO									
5510 - HOTÉIS E ESTABELECIMENTOS SEMELHANTES									
5520 - ALOJAMENTOS DE FÉRIAS E OUTRAS ESTRUTURAS PARA ESTÁDIOS DE CURTA DURAÇÃO									

5530 - ÁREAS DE CAMPISMO E ÁREAS EQUIPADAS PARA AUTOCARAVANAS E CARAVANAS									
5590 - OUTROS SERVIÇOS DE ALOJAMENTO									
5610 - RESTAURAÇÃO E SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO MÓVEIS									
5621 - SERVIÇOS DE CATERING PARA EVENTOS									
5629 - OUTRAS ATIVIDADES DE RESTAURAÇÃO N.E.									
5630 - ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM BEBIDAS									
5811 - EDIÇÃO DE LIVROS									
5812 - PUBLICAÇÃO DE LISTAS E MAILING LISTS									
5813 - EDIÇÃO DE JORNAIS									
5814 - EDIÇÃO DE REVISTAS E PERIÓDICOS									
5819 - OUTRAS ATIVIDADES EDITORIAIS									
5821 - EDIÇÃO DE JOGOS DE COMPUTADOR									
5829 - EDIÇÃO DE OUTROS SOFTWARES									
5911 - ATIVIDADES DE PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5912 - ATIVIDADES DE PÓS-PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5913 - ATIVIDADES DE DISTRIBUIÇÃO CINEMATOGRAFICA, DE VÍDEO E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO									
5914 - ATIVIDADES DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA									
5920 - Atividades de gravação sonora e de edição musical									
6010 - TRANSMISSÕES DE RÁDIO									
6020 - ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E TRANSMISSÃO TELEVISIVA									
6110 - TELECOMUNICAÇÕES FIXAS (POR CABO)									
6120 - TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS (SEM FIOS)									
6130 - TELECOMUNICAÇÕES POR SATÉLITE									
6190 - OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES									
6201 - PRODUÇÃO DE SOFTWARE (PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA)									
6202 - CONSULTORIA INFORMÁTICA									
6203 - GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS INFORMÁTICOS									
6209 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMÁTICA									

6311 - ELABORAÇÃO DE DADOS, HOSTING E ATIVIDADES RELACIONADAS									
6312 - PORTAL WEB									
6391 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE IMPRENSA									
6399 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO N.E.									
6411 - ATIVIDADES DOS BANCOS CENTRAIS									
6419 - OUTRA INTERMEDIÇÃO MONETÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6420 - ATIVIDADES DE SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO (HOLDING)									
6430 - TRUSTS, FUNDOS E ENTIDADES FINANCEIRAS SEMELHANTES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6491 - LEASING FINANCEIRO									
6492 - OUTRAS ATIVIDADES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO									
6499 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS (EXCLUINDO SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES) N.C.A.									
6511 - SEGUROS DE VIDA									
6512 - SEGUROS DIVERSOS (RAMO DE DANOS)									
6520 - RESSEGURO									
6530 - FUNDOS DE PENSÕES									
6611 - ADMINISTRAÇÃO DE MERCADOS FINANCEIROS									
6612 - ATIVIDADES DE CORRETAGEM DE VALORES MOBILIÁRIOS E MERCADORIAS									
6619 - ATIVIDADES AUXILIARES DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA N.E.									
6621 - AVALIAÇÃO DE RISCOS E DANOS									
6622 - ATIVIDADES DE AGENTES E CORRETORES DE SEGUROS									
6629 - OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES									
6630 - ATIVIDADES DE GESTÃO DE FUNDOS									
6810 - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS									
6820 - ARRENDAMENTO E GESTÃO DE IMÓVEIS EM PROPRIEDADE OU EM REGIME DE LEASING									
6831 - AGÊNCIAS IMOBILIÁRIAS									
6832 - GESTÃO DE BENS IMOBILIÁRIOS POR CONTA DE TERCEIROS									
6910 - ATIVIDADES JURÍDICAS									
6920 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, MANUTENÇÃO DE REGISTOS CONTABILÍSTICOS, AUDITORIA E CONSULTORIA FISCAL									

7010 - ATIVIDADES DE DIREÇÃO EMPRESARIAL (SEDE CENTRAL)									
7021 - RELAÇÕES PÚBLICAS E ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO									
7022 - CONSULTORIA EMPRESARIAL E OUTRA CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E DE GESTÃO									
7111 - ATIVIDADES DE GABINETES DE ARQUITETURA									
7112 - ATIVIDADES DE ENGENHARIA E CONSULTORIA TÉCNICA CONEXAS									
7120 - ENSAIOS E ANÁLISES TÉCNICAS									
7211 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS BIOTECNOLOGIAS									
7219 - OUTRA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS CIÊNCIAS NATURAIS E DA ENGENHARIA									
7220 - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL NO DOMÍNIO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANÍSTICAS									
7311 - AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE									
7312 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE E OUTROS INTERMEDIÁRIOS DE PUBLICIDADE									
7320 - ESTUDOS DE MERCADO E SONDAGENS DE OPINIÃO									
7410 - ATIVIDADES DE DESIGN ESPECIALIZADAS									
7420 - ATIVIDADES FOTOGRÁFICAS									
7430 - ATIVIDADES DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO									
7490 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS N.E.									
7500 - SERVIÇOS VETERINÁRIOS									
7711 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E VEÍCULOS LIGEIOS									
7712 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE CAMIÕES E VEÍCULOS PESADOS									
7721 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO DESPORTIVO E RECREATIVO									
7722 - ALUGUER DE CASSETES DE VÍDEO, CD, DVD E DISCOS									
7729 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS BENS PARA USO PESSOAL E DOMÉSTICO									
7731 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS									
7732 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO E A ENGENHARIA CIVIL									
7733 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO (INCLUINDO COMPUTADORES)									
7734 - ALUGUER E LOCAÇÃO FINANCEIRA DE MEIOS DE TRANSPORTE MARÍTIMOS E FLUVIAIS									
7735 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE AÉREO									
7739 - ALUGUER E LOCAÇÃO DE OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E BENS TANGÍVEIS N.E.									

7740 - CONCESSÃO DE LICENÇAS DE DIREITOS DE EXPLORAÇÃO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E PRODUTOS SEMELHANTES (EXCLUIDAS AS OBRAS PROTEGIDAS POR DIREITOS DE AUTOR)									
7810 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE COLOCAÇÃO (RECHERCA E SELEÇÃO DE PESSOAL)									
7820 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO (INTERINAL)									
7830 - OUTRAS ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS (STAFF LEASING)									
7911 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE VIAGENS									
7912 - ATIVIDADES DE OPERADORES TURÍSTICOS									
7990 - OUTROS SERVIÇOS DE RESERVA E ATIVIDADES CONEXAS									
8010 - SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA									
8020 - SERVIÇOS RELACIONADOS COM SISTEMAS DE VIGILÂNCIA									
8030 - ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO PRIVADA									
8110 - SERVIÇOS INTEGRADOS DE GESTÃO DE EDIFÍCIOS (FACILITY MANAGEMENT)									
8121 - LIMPEZA GERAL DE EDIFÍCIOS									
8122 - OUTRAS ATIVIDADES DE LIMPEZA DE EDIFÍCIOS E LIMPEZA INDUSTRIAL									
8129 - DESINFECÇÃO, DESINFESTAÇÃO E DERATIZAÇÃO									
8130 - ATIVIDADES DE CUIDADO E MANUTENÇÃO DE PAISAGENS (INCLUINDO PARQUES E JARDINS)									
8211 - SERVIÇOS INTEGRADOS DE APOIO ÀS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS									
8219 - SERVIÇOS DE FOTOCÓPIAS, PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO ESPECIALIZADAS PARA FUNÇÕES DE ESCRITÓRIO									
8220 - ATIVIDADES DE CENTROS DE ATENDIMENTO									
8230 - ORGANIZAÇÃO DE CONGRESSOS E FEIRAS									
8291 - ATIVIDADES DE AGÊNCIAS DE COBRANÇA DE CRÉDITOS E AGÊNCIAS DE INFORMAÇÃO COMERCIAL									
8292 - ATIVIDADES DE EMBALAGEM E CONFEÇÃO POR CONTA DE TERCEIROS									
8299 - OUTRAS ATIVIDADES DE APOIO ÀS EMPRESAS N.E.									
8411 - SERVIÇOS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									
8412 - REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, SERVIÇOS CULTURAIS E OUTROS SERVIÇOS SOCIAIS (EXCLUINDO A PREVIDÊNCIA SOCIAL)									
8413 - REGULAMENTAÇÃO E CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GESTÃO MAIS EFICIENTE DA ATIVIDADE ECONÔMICA									
8421 - ASSUNTOS EXTERIORES									
8422 - ATIVIDADES DE DEFESA NACIONAL									
8423 - JUSTIÇA E ATIVIDADES JUDICIAIS									

8424 - ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA									
8425 - SERVIÇOS DE COMBATE A INCÊNDIOS									
8430 - SEGURANÇA SOCIAL OBRIGATÓRIA									
8510 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR (JARDIM DE INFÂNCIA)									
8520 - ENSINO PRIMÁRIO (ESCOLA PRIMÁRIA)									
8531 - ENSINO SECUNDÁRIO DE 1.º CICLO E ENSINO SECUNDÁRIO DE 2.º CICLO									
8532 - ENSINO SECUNDÁRIO DE VOCACIONAL E TÉCNICO									
8541 - ENSINO PÓS-SECUNDÁRIO NÃO ACADÉMICO									
8542 - ENSINO UNIVERSITÁRIO E PÓS-UNIVERSITÁRIO (TERCIÁRIO)									
8551 - CURSOS DESPORTIVOS E RECREATIVOS									
8552 - CURSOS CULTURAIS									
8553 - ATIVIDADES DE ESCOLAS DE CONDUÇÃO									
8559 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO N.E.									
8560 - ATIVIDADES DE APOIO À EDUCAÇÃO									
8610 - SERVIÇOS HOSPITALARES									
8621 - SERVIÇOS DE CONSULTÓRIOS DE MEDICINA GERAL									
8622 - SERVIÇOS DE CONSULTÓRIOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS									
8623 - ATIVIDADES DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS									
8690 - OUTRAS ATIVIDADES PARAMÉDICAS E SERVIÇOS DE SAÚDE HUMANA									
8710 - SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL RESIDENCIAL COM PRESTAÇÕES DE SAÚDE									
8720 - ESTABELECIMENTOS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL PARA DOENÇAS MENTAIS E DEPENDÊNCIAS									
8730 - ESTRUTURAS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
8790 - OUTRAS ESTRUTURAS DE ASSISTÊNCIA RESIDENCIAL									
8810 - ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO RESIDENCIAL PARA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA									
8891 - SERVIÇOS DE CRECHES E ASSISTÊNCIA DIURNA PARA MENORES									
8899 - OUTRAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NÃO RESIDENCIAL N.E.									
9001 - ESPETÁCULOS ARTÍSTICOS E TEATRAIS									
9002 - ATIVIDADES DE APOIO ÀS REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS									

9003 - CRIAÇÕES ARTÍSTICAS E LITERÁRIAS									
9004 - GESTÃO DE ESTRUTURAS ARTÍSTICAS									
9101 - ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS									
9102 - ATIVIDADES DE MUSEUS									
9103 - GESTÃO DE LOCAIS E MONUMENTOS HISTÓRICOS E ATRAÇÕES SEMELHANTES									
9104 - ATIVIDADES DE JARDINS BOTÂNICOS, JARDINS ZOOLOGICOS E RESERVAS NATURAIS									
9200 - ATIVIDADES DE LOTARIAS, APOSTAS E CASAS DE JOGO									
9311 - GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS									
9312 - ATIVIDADES DE CLUBES DESPORTIVOS									
9313 - GESTÃO DE GINÁSIO (CENTROS DE FITNESS)									
9319 - OUTRAS ATIVIDADES DESPORTIVAS									
9321 - ATIVIDADES DE PARQUES DE DIVERSÕES E PARQUES TEMÁTICOS									
9329 - OUTRAS ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E DIVERSÃO									
9411 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES DE EMPREGADORES E DE ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS									
9412 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS									
9420 - ATIVIDADES DE SINDICATOS DE TRABALHADORES ASSALARIADOS									
9491 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS									
9492 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS									
9499 - ATIVIDADES DE OUTRAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS N.E.									
9511 - REPARAÇÃO DE COMPUTADORES E PERIFÉRICOS									
9512 - REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES									
9521 - REPARAÇÃO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS DE CONSUMO									
9522 - REPARAÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E DE ARTIGOS PARA A CASA E O JARDIM									
9523 - REPARAÇÃO DE CALÇADO E ARTIGOS EM PELE									
9524 - REPARAÇÃO DE MÓVEIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO									
9525 - REPARAÇÃO DE RELÓGIOS E JOIAS									
9529 - REPARAÇÃO DE OUTROS BENS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO									
9601 - LAVAGEM E LIMPEZA (INCLUINDO A SECO) DE PRODUTOS TÊXTEIS E DE PELE									

9602 - SERVIÇOS DE CABELEIREIRO E OUTROS TRATAMENTOS DE BELEZA									
9603 - SERVIÇOS DE AGENÇAS FUNERÁRIAS E ATIVIDADES CONEXAS									
9604 - SERVIÇOS DE CENTROS DE BEM-ESTAR FÍSICO									
9609 - OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS À PESSOA N.E.									
9700 - ATIVIDADES DE FAMÍLIAS E COMUNIDADES COMO EMPREGADORES DE PESSOAL DOMÉSTICO									
9810 - PRODUÇÃO DE BENS NÃO DIFERENCIADOS PARA CONSUMO PRÓPRIO POR FAMÍLIAS E COMUNIDADES									
9820 - PRODUÇÃO DE SERVIÇOS INDIFERENCIADOS PARA USO PRÓPRIO POR FAMÍLIAS E COMUNIDADES									
9900 - ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES E ORGANISMOS EXTRATERRITORIAIS									
9999 - ATIVIDADE NÃO CLASSIFICADA OU DESCONHECIDA (NAF)									

Tabela 3 - KPI de stock da GAR -
ROTATIVIDADE

	% (em relação ao total das atividades abrangidas no denominador)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Quota de atividades alinhadas com a taxonomia em relação às atividades elegíveis para a taxonomia	Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais habilitantes		
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	89,35%	0,06%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	0,07%	
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	89,35%	0,06%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	0,07%	
3	Empresas financeiras	12,13%	2,33%	2,32%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,26%	0,64%	19,20%	
4	Empréstimos e adiantamentos	11,34%	2,47%	2,47%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,28%	0,68%	21,82%	
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação dos rendimentos (UoP)	25,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
6	Instrumentos representativos de capital													
7	Empresas não financeiras	11,04%	0,05%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,46%	
8	Empréstimos e adiantamentos	11,04%	0,05%	0,05%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,05%	0,46%	
9	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação das receitas (UoP)													
10	Instrumentos representativos de capital													
11	Famílias	91,59%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
12	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais													
13	dos quais empréstimos para a reabilitação de edifícios													
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos automóveis	91,59%	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
15	Empréstimos a autarquias	97,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
16	Empréstimos para a habitação													
17	Outros empréstimos a administrações locais	97,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
18	Garantias reais obtidas por meio de execução hipotecária: imóveis residenciais e comerciais													

Tabela 3 - KPI de stock da GAR -

19	Exposições incluídas numa base voluntária													
20	GAR - Total de ativos GAR	89,35%	0,06%	0,06%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,01%	0,02%	0,07%	

Tabela 3 – Indicadores-chave de desempenho (KPI) do GAR -

	% (em relação ao total dos ativos abrangidos no denominador)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental						Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais facilitadoras	Quota de alinhados à taxonomia sobre os elegíveis para a taxonomia	Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)					
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	89,38%	0,13%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,03%	0,14%	
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	89,38%	0,13%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,03%	0,14%	
3	Empresas financeiras	13,84%	4,71%	4,70%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,01%	1,25%	34,03%	
4	Empréstimos e adiantamentos	13,14%	5,00%	4,99%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,07%	1,33%	38,02%	
5	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação dos rendimentos (UoP)	25,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
6	Instrumentos representativos de capital													
7	Empresas não financeiras	4,83%	0,57%	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,57%	11,75%	
8	Empréstimos e adiantamentos	4,83%	0,57%	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,57%	11,75%	
9	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação dos rendimentos (UoP)													
10	Instrumentos representativos de capital													
11	Famílias	91,59%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
12	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais													
13	dos quais empréstimos para reabilitação de habitação													
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos	91,59%	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
15	Empréstimos a autarquias	97,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
16	Empréstimos para a habitação													
17	Outros empréstimos a administrações locais	97,49%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais													
19	Exposições incluídas numa base voluntária													
20	GAR - Total de ativos GAR	89,38%	0,13%	0,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,03%	0,03%	0,14%	

Tabela 4 - KPI GAR de fluxo -
ROTATIVIDADE

	% (em relação ao total dos ativos abrangidos no denominador)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Quota dos alinhados na quota dos elegíveis para a taxonomia	Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais facilitadoras		
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	96,99%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HFT) elegíveis para o cálculo do GAR	96,99%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
3	Empresas financeiras	26,03%	0,57%	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,19%	
4	Empréstimos e adiantamentos	26,03%	0,57%	0,57%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,19%	
5	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação dos rendimentos (UoP)													
6	Instrumentos representativos de capital													
7	Empresas não financeiras	4,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
8	Empréstimos e adiantamentos	4,59%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
9	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação dos rendimentos (UoP)													
10	Instrumentos representativos de capital													
11	Famílias	97,97%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
12	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais													
13	dos quais empréstimos para a reabilitação de edifícios													
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos	97,97%	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
15	Empréstimos a autarquias	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
16	Financiamento para a habitação													
17	Outros financiamentos às administrações locais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais													
19	Exposições incluídas numa base voluntária													

Tabela 4 - KPI GAR de fluxo -

20	GAR - Total de ativos GAR	96,99%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Tabela 4 - KPI GAR de fluxo - CAPEX

	% (em relação ao total dos ativos abrangidos no denominador)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Quota de alinhados na quota de elegíveis para a taxonomia	Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais: destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Dos quais: capacitantes		
1	GAR - Atividades abrangidas tanto no numerador como no denominador	96,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
2	Empréstimos e adiantamentos, títulos de dívida e instrumentos representativos de capital não detidos para negociação (não-HfT) elegíveis para o cálculo do GAR	96,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
3	Empresas financeiras	26,25%	0,84%	0,84%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,20%	
4	Empréstimos e adiantamentos	26,25%	0,84%	0,84%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	3,20%	
5	Títulos de dívida, incluindo os com destinação de receitas (UoP)													
6	Instrumentos representativos de capital													
7	Empresas não financeiras	2,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
8	Empréstimos e adiantamentos	2,12%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
9	Títulos de dívida, incluindo aqueles com destinação dos rendimentos (UoP)													
10	Instrumentos representativos de capital													
11	Famílias	97,97%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
12	dos quais empréstimos garantidos por bens imóveis residenciais													
13	dos quais empréstimos para a reabilitação de edifícios													
14	dos quais empréstimos para a aquisição de veículos	97,97%	0,00%	0,00%						0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
15	Empréstimos a autarquias	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
16	Empréstimos para a habitação													
17	Outros financiamentos às administrações locais	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
18	Garantias reais obtidas por execução: imóveis residenciais e comerciais													
19	Exposições incluídas numa base voluntária													

Tabela 4 - KPI GAR de fluxo -

20	GAR - Total de ativos GAR	96,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

Tabela 5 - Indicadores-chave de desempenho (KPI) das posições extrapatrimoniais - ROTATIVIDADE

% (em relação ao total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)		Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais facilitadoras	
1	Garantias financeiras (KPI FinGuar)												
2	Ativos sob gestão (KPI AuM)												

Tabela 5 - Indicadores-chave de desempenho (KPI) das posições extrapatrimoniais - CAPEX

% (em relação ao total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)		Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental								Exposições não avaliadas	
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição		Das quais facilitadoras
1	Garantias financeiras (KPI FinGuar)												
2	Ativos sob gestão (KPI AuM)												

Tabela 5 - KPI das posições extrapatrimoniais (fluxo) - ROTATIVIDADE

	% (em relação ao total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais facilitadoras	
1	Garantias financeiras (KPI FinGuar)												
2	Ativos sob gestão (KPI AuM)												

Tabela 5 - KPI das exposições extrapatrimoniais (fluxo) - CAPEX

	% (em relação ao total dos ativos extrapatrimoniais elegíveis)	Elegíveis para a taxonomia	Alinhados com a taxonomia	Repartição por objetivo ambiental									Exposições não avaliadas
				Mitigação das alterações climáticas (CCM)	Adaptação às alterações climáticas (CCA)	Águas e recursos marinhos (WTR)	Economia circular (CE)	Poluição (PPC)	Biodiversidade e ecossistemas (BIO)	Das quais destino das receitas (UoP)	Das quais de transição	Das quais facilitadoras	
1	Garantias financeiras (KPI FinGuar)												
2	Ativos sob gestão (KPI AuM)												

3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

3.1. FORÇA DE TRABALHO PRÓPRIA

3.1.1. ESTRATÉGIA

S1-SBM-2- DP 12

No que diz respeito aos requisitos previstos no datapoint S1-SBM-2- DP 12, remete-se para o já relatado na secção relativa ao ESRS 2 - SBM-2 DP 45, onde a informação é apresentada de forma integrada.

S1 - SBM-3 DP 14

A CA Auto Bank é uma empresa de pessoas ao serviço das pessoas. O seu objetivo principal é atrair, reter e motivar pessoal altamente qualificado, mas também recompensar aqueles que promovem, acreditam e defendem os valores da empresa através de estruturas de remuneração ligadas à criação de valor a longo prazo.

No grupo CA Auto Bank, para além dos trabalhadores por conta de outrem — ou seja, contratados diretamente pelas empresas individuais — identificados com o termo «*headcount*» nas várias tabelas apresentadas, trabalham também trabalhadores disponibilizados por empresas terceiras, contratados por agências de trabalho temporário e, por conseguinte, destacados para as empresas do Grupo. Todas as empresas oferecem também oportunidades de estágios na empresa a estudantes (principalmente provenientes de cursos universitários ou de mestrados) por um período que varia entre alguns meses e 2 anos.

Os impactos positivos estão fortemente ligados à salvaguarda e à valorização da própria força de trabalho no que diz respeito aos direitos humanos e às ações destinadas a proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores, além de promover a liberdade de associação. Além disso, o Grupo reconhece a importância da formação para garantir a empregabilidade a curto, médio e longo prazo e a gestão de percursos de carreira inovadores.

A análise de dupla materialidade do Grupo evidenciou riscos significativos relacionados com direitos humanos, saúde e segurança, diálogo social, diversidade e inclusão, bem como com a atratividade, retenção de talentos e envolvimento dos colaboradores. Ao mesmo tempo, entre as oportunidades, destacam-se o aumento do desempenho global e a fidelização dos colaboradores graças a políticas ambiciosas para apoiar carreiras e desenvolver competências, além do aumento da atratividade através de práticas ESG ambiciosas e inovadoras.

A avaliação de dupla materialidade permitiu identificar e analisar os impactos, riscos e oportunidades (IRO) especificamente relacionados com os Trabalhadores Próprios. Essa análise foi conduzida integrando as questões sociais no conjunto dos processos empresariais e no modelo de negócio relativo às operações bancárias, financeiras e de mobilidade, avaliando como a estratégia do Grupo pode influenciar as condições de trabalho e, inversamente, como os riscos ligados à gestão de pessoal podem afetar a resiliência financeira da empresa.

Para mais informações sobre a descrição dos principais IRO e a sua interação com a estratégia, consulte a tabela detalhada apresentada no ESRS 2 IRO-1 / SBM-3 DP 48.

O CA Auto Bank não realiza atividades que envolvam operações com risco de trabalho infantil e trabalho forçado.

A CA Auto Bank não exerce atividades em países ou áreas geográficas consideradas de risco de trabalho infantil e trabalho forçado.

S1 - SBM-3 AR 6) AR 7)

Ao longo de 2025, prosseguiu o reforço da supervisão central sobre diversos processos relacionados com a gestão de pessoal e os mecanismos de governação. Foi dedicada especial atenção às seguintes atividades:

- A transferência das responsabilidades da unidade de Aprovisionamento e a atribuição da responsabilidade pelo processo de «outsourcing» à unidade de Recursos Humanos, com o objetivo de melhorar a conformidade da empresa com as diretrizes da EBA, com o regulamento DORA (Digital Operational Resilience Act) e com o quadro CAPFM, bem como de prevenir possíveis riscos associados; simultaneamente, o Diretor de Recursos Humanos é nomeado Responsável pela Externalização e a unidade passa a designar-se Recursos Humanos, Governação de Processos e Aprovisionamento;
- A criação da entidade «Leasys Operation» no mercado italiano, com o objetivo de reforçar o serviço prestado à Leasys, em conformidade com os níveis de serviço definidos;
- A conclusão das atividades relativas à fusão transfronteiriça por incorporação da CA Auto Bank GmbH – Áustria na CA Bank S.p.A., ocorrida em dezembro de 2025;
- A conclusão das atividades relativas à fusão transfronteiriça por incorporação da CA Auto Bank GmbH – Hellenic Branch na CA Bank S.p.A., ocorrida em dezembro de 2025;
- A redefinição do perímetro da área dos Países Nórdicos, e consequente mudança de nome de «Denmark & Nordics» para «Denmark & Sweden»;
- A criação do CA Auto Bank Finland;
- A criação do CA Auto Bank Norway.

S1 - SBM-3 DP 15

O Grupo conseguiu identificar os colaboradores em maior risco através da implementação de um Código de Conduta, que inclui uma secção específica dedicada às questões sociais. Este Código inclui diretrizes destinadas a prevenir e condenar tratamentos discriminatórios, preservar a diversidade e a igualdade de género e apoiar a luta contra o assédio. Para identificar os trabalhadores, foi implementado um sistema de denúncia que permite comunicar violações do Código e de qualquer outra norma, lei e regulamento (promulgados tanto a nível nacional como da UE) aplicáveis às empresas do Grupo.

Além disso, o Grupo CA Auto Bank adere à Carta Ética do Grupo adotada a nível do Crédit Agricole, que representa o documento de referência de mais alto nível do sistema ético do Grupo e constitui o quadro de valores no qual se insere o Código de Conduta da CA Auto Bank.

A Carta Ética:

- afirma os valores fundamentais do Grupo (centralidade do cliente, responsabilidade e solidariedade);
- define os princípios de conduta em relação a clientes, colaboradores, fornecedores, partes interessadas e comunidade;
- reforça o compromisso do Grupo na prevenção da corrupção, da fraude, dos conflitos de interesses e de outras formas de conduta antiética;

- integra temas como direitos humanos, sustentabilidade ambiental e social, uso responsável das novas tecnologias e proteção de dados pessoais;
- introduz uma abordagem de responsabilização individual, incentivando os colaboradores a avaliar as suas decisões também do ponto de vista ético.

A Carta Ética aplica-se a todas as empresas do Grupo e a todos os colaboradores e membros dos órgãos de governação. Cada entidade do Grupo, incluindo a CA Auto Bank, é obrigada a transpor esses princípios para o seu próprio Código de Conduta, garantindo a sua plena coerência e aplicação operacional.

O Código de Conduta do CA Auto Bank mantém-se plenamente em vigor e constitui o instrumento através do qual os princípios da Carta Ética do Grupo são traduzidos em regras concretas de conduta, nomeadamente no que diz respeito às políticas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT), anticorrupção, proteção de dados, abuso de mercado e gestão de presentes e convites.

S1 - SBM-3 DP 16

A análise de dupla materialidade evidenciou o envolvimento de toda a força de trabalho do Grupo no que diz respeito aos riscos e oportunidades identificados, não limitando a análise a segmentos específicos de colaboradores.

3.1.2. POLÍTICAS, PLANOS DE AÇÃO E RECURSOS MOBILIZADOS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE RH

S1-1 DP 19

A estratégia de RH da CA Auto Bank é influenciada pelos impactos, riscos e oportunidades que dizem respeito a todos os colaboradores, sem distinção.

As questões relativas aos recursos humanos são atualmente reguladas pelo seguinte conjunto de políticas válidas para todo o Grupo CA Auto Bank:

- **Procedimento de comunicação de alterações organizacionais**, que descreve e regula as principais fases da elaboração dos comunicados organizacionais e/ou relativos ao pessoal, bem como do respetivo processo de comunicação;
- **Procedimento de referência salarial**, que define o procedimento para aderir aos parâmetros salariais que a CA Auto Bank obtém periodicamente. Esses parâmetros são voluntários e incluem as principais entidades jurídicas/mercados do Grupo CA Auto Bank;
- **Política de Remuneração 2025**, que descreve os princípios, os sistemas e as práticas de remuneração aplicados no seio do Grupo CA Auto Bank, o qual, em consonância com os seus valores, gere estes processos com base na justiça, na correção e numa gestão prudente do risco, com o objetivo de atrair e manter na empresa pessoas com profissionalismo e competências adequadas às necessidades da empresa;
- **Procedimento de seleção e recrutamento de colaboradores**, que sintetiza as políticas de seleção e recrutamento de

colaboradores (incluindo a mobilidade interna) adotadas pelo Grupo, definindo as funções e responsabilidades. Salienta-se que estagiários e trabalhadores temporários estão excluídos deste procedimento.

Além disso, ao longo de 2025, foram adotadas quatro políticas dedicadas às mulheres e aos homens do Grupo para dar resposta a estes impactos, riscos e oportunidades (IRO), conforme detalhado na secção:

1. **Desenvolvimento do capital humano**, tem como objetivo valorizar os homens e as mulheres do Grupo no seu desenvolvimento profissional em cada mercado. O capital humano é o conjunto de conhecimentos, competências, habilidades, experiências, talentos e qualidades adquiridas por uma pessoa, uma equipa ou uma organização, que determinam, em parte, a sua capacidade de trabalhar para si próprios ou para os outros;
2. **Diálogo social**: o Grupo CA Auto Bank está convicto de que o desenvolvimento, a todos os níveis e em todas as suas vertentes, do diálogo entre a entidade empregadora e os sindicatos no seio de cada entidade promove o desempenho económico e uma maior coesão. O diálogo entre trabalhadores e sindicatos é um passo crucial nas relações sociais, não só para manter um vínculo e um canal de comunicação entre a direção das entidades do CA Auto Bank e os colaboradores, mas também entre os seus representantes sindicais eleitos ou designados e os órgãos de gestão;
3. **Diversidade**: valorizando a diversidade dos seus perfis, culturas e competências, garante o seu sucesso. O Grupo pretende continuar a acolher todos os talentos que garantirão o seu sucesso futuro, independentemente do seu género, deficiência, idade, origem social ou cultural, ou orientação sexual, oferecendo-lhes apoio, orientação e oportunidades de desenvolvimento ao longo de toda a sua trajetória profissional;
4. **Ambiente de trabalho**: além de preservar a saúde e a segurança dos seus colaboradores no local de trabalho, o Grupo CA Auto Bank está convicto de que a Qualidade de Vida no Trabalho é um fator importante para o envolvimento dos colaboradores e para o desempenho económico. Compromete-se a continuar a desenvolver o seu bem-estar e o equilíbrio entre a vida profissional e privada, bem como as políticas relativas às licenças parentais, que são fatores de igualdade profissional. Além disso, enquanto empregador responsável, a CA Auto Bank e as suas filiais baseiam o seu projeto humano em compromissos sólidos para com os seus colaboradores, nomeadamente nas áreas da saúde, da segurança, da qualidade de vida e das condições de trabalho. A CA Auto Bank e as suas filiais garantem, em todos os seus mercados, condições de trabalho e de emprego que preservam a saúde e a segurança dos seus colaboradores e um ambiente de trabalho de qualidade.

Tal como todos os anos, foi também publicada a **Política de Remuneração 2025**.

Os impactos positivos identificados contribuem, assim, para gerar oportunidades, através de:

1. Uma gestão eficaz dos talentos, apoiada pela implementação de políticas ambiciosas de desenvolvimento de competências e de remuneração, melhora a atratividade do Grupo e a fidelização dos colaboradores;
2. A adoção de políticas proativas para o bem-estar dos colaboradores (tanto dentro como fora do contexto laboral), a diversidade e a inclusão, aliadas aos princípios da liberdade de associação e da negociação coletiva, garantem uma melhoria da saúde e da segurança dos trabalhadores.

Estes impactos positivos influenciam a estratégia e o modelo de negócio da CA Auto Bank e representam, em última análise, uma garantia de melhor desempenho global.

Promover a diversidade de género significa criar uma cultura empresarial aberta e responsável que favoreça a coesão interna e o progresso. Equipas com perfis e talentos diversos refletem a Empresa e permitem-nos inventar novos modelos, satisfazer melhor as expectativas dos nossos clientes e, assim, trazer benefícios a todos, inspirados em princípios de equidade. O Conselho de Administração, com o apoio do Comité de Remuneração, analisa periodicamente a neutralidade de género das políticas e verifica a disparidade salarial de género e a sua evolução ao longo do tempo. Em particular, as razões da disparidade salarial de género são devidamente documentadas e, sempre que necessário, são adotadas medidas corretivas.

Com o objetivo de apoiar o Plano Estratégico da CA Auto Bank e de servir de incentivo para a concretização dos objetivos do Grupo, a CA Auto Bank inseriu na Grelha de Objetivos 2025 uma série de KPI não financeiros, com particular referência à satisfação dos clientes e aos fatores ESG/RSE, que têm impacto no cálculo da remuneração variável.

S1-1 DP 20) 21) 22)

O respeito pelos direitos fundamentais das pessoas representa para o Grupo CA Auto Bank um fator determinante no seu papel de intermediário e na cadeia de valor que envolve não só as partes interessadas do Grupo, mas sobretudo os seus colaboradores.

Todas as empresas do Grupo respeitam e atuam para garantir o direito à diversidade e à igualdade de oportunidades para todos os colaboradores.

O Grupo CA Auto Bank subscreve, e o seu Código de Conduta incorpora, os princípios da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» das Nações Unidas («ONU»), as Convenções da Organização Internacional do Trabalho («OIT») e as Orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico («OCDE») para as empresas multinacionais.

Não foram registados casos de discriminação durante o ano; o Grupo aplica de forma estrutural políticas de remuneração orientadas para a igualdade de oportunidades e a não discriminação (tanto na componente fixa como na variável).

S1-1 DP 23

Todas as empresas do Grupo cumprem escrupulosamente a legislação relativa à segurança no trabalho.

A CA Auto Bank S.p.A., no mercado italiano, gere os riscos para a saúde e a segurança dos trabalhadores nas seguintes fases:

- avaliação dos riscos;
- identificação e definição das medidas e procedimentos de prevenção e proteção;
- definição de um plano de intervenções no âmbito de um programa para garantir a melhoria dos níveis de segurança ao longo do tempo;
- execução das intervenções planeadas no âmbito do programa;
- definição de programas de informação e formação dos trabalhadores;
- gestão do risco residual.

A CA Auto Bank S.p.A. Itália (na qualidade de entidade patronal), com a colaboração do Responsável pelo Serviço de Prevenção e Proteção e dos Médicos Competentes, após consulta dos Representantes dos Trabalhadores para a Segurança, elabora e mantém atualizado o documento de avaliação de riscos. A última atualização do documento foi efetuada em 31 de agosto de 2023.

A avaliação e o respetivo documento são atualizados sempre que haja alterações significativas na organização da empresa, de molde a afetar a exposição ao risco dos trabalhadores, e na sequência da avaliação bienal do risco de stress relacionado com o trabalho.

ESTRESSE RELACIONADO AO TRABALHO

A CA Auto Bank S.p.A. em Itália avalia o stress relacionado com o trabalho de dois em dois anos, salvo alterações no processo de produção e na organização do trabalho que sejam significativas para a saúde e segurança dos trabalhadores. A última atualização data de outubro de 2025 e situa o nível de risco na zona verde (risco não relevante).

S1-1 DP 24

O Grupo aplica de forma estrutural políticas de remuneração orientadas para a igualdade de oportunidades e a não discriminação (tanto na componente fixa como na variável). Além disso, para reforçar este compromisso e aumentar a sensibilização para esta questão a nível do Grupo, o projeto «Gender Neutrality» prosseguiu em 2025, tendo em conta as orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia.

Os elementos-chave do projeto visam garantir a neutralidade de género nas políticas de contratação, na definição de planos de sucessão, nas oportunidades de desenvolvimento e crescimento e nas políticas de remuneração.

Para o efeito, foram lançadas uma série de iniciativas, entre as quais a definição de objetivos de melhoria em KPIs significativos, com metas específicas atribuídas à área profissional de RH (ou seja, recrutamento com equilíbrio de género, remunerações neutras em termos de género).

Além disso, o Código de Conduta do Grupo CA Auto Bank formaliza e consagra claramente o compromisso de todas as empresas do Grupo na gestão das denúncias provenientes do pessoal, para que estas sejam analisadas com a devida diligência e devidamente investigadas, comprometendo-se a promover uma cultura generalizada que assegure um ambiente de trabalho inclusivo, isento de discriminações com base no género, idade, deficiência, estado de saúde, etnia, origem geográfica, orientação e identidade sexual ou convicções políticas.

DESEMPENHO LIDERANÇA GESTÃO

S1-1 AR 17

A partir de 2025, a CA Auto Bank introduziu um novo processo de Gestão de Desempenho. Este sistema inclui um novo esquema de remuneração variável anual, destinado a recompensar os colaboradores elegíveis pelo seu contributo para a concretização dos objetivos da empresa.

O valor do bónus será determinado através da integração dos resultados do Grupo, da Empresa e do desempenho individual. Estas

três métricas serão combinadas de forma diferente, consoante a função desempenhada dentro da organização.

Esta iniciativa demonstra o compromisso do Grupo em promover uma cultura baseada no reconhecimento do mérito e sublinha a importância da contribuição de cada colaborador da CA Auto Bank para o sucesso da empresa.

Através do processo de «Gestão do Desempenho», o CA Auto Bank Group garante o alinhamento dos comportamentos individuais com os objetivos anuais e de longo prazo da empresa e dos acionistas. O objetivo é estabelecer uma comunicação transparente e bidirecional com os colaboradores para definir como estes podem contribuir para os resultados da organização e como estão a trabalhar para alcançar de forma eficaz os objetivos acordados e, por fim, para lhes proporcionar um apoio adequado para a melhoria e o desenvolvimento.

A metodologia de «Gestão de Desempenho» assenta em duas dimensões, centrando-se nos objetivos e nos resultados correspondentes, bem como nas atitudes e comportamentos individuais, com o objetivo de responsabilizar as pessoas, envolvendo-as diretamente no seu desenvolvimento.

Em 2025, o Diretor Executivo e Geral e todos os responsáveis pela gestão de riscos participam no Processo de Gestão de Desempenho, tal como o restante pessoal da empresa, com o objetivo de alinhar os objetivos estratégicos com cada indivíduo.

S1-2 DP 27) 28)

Os direitos sindicais, a representação dos trabalhadores e a negociação coletiva são direitos fundamentais que a CA Auto Bank respeita. A empresa está firmemente convencida de que um diálogo social transparente e responsável contribui para reforçar a confiança mútua entre as partes interessadas, apoiar as transformações e adaptar-se às mudanças do ambiente, em particular às evoluções legislativas e regulamentares.

Os mercados onde existem representantes internos dos trabalhadores são a Itália, a França, a Alemanha e a Espanha. Esses representantes são regularmente envolvidos com o objetivo de garantir uma interação adequada entre a empresa e os trabalhadores.

Apoiar os colaboradores em caso de reorganização representa um desafio importante e a CA Auto Bank compromete-se a garantir que qualquer entidade que esteja a avaliar um plano de reestruturação com impacto significativo no emprego anuncie o plano com antecedência adequada, para que possa ser iniciado um diálogo com os representantes dos trabalhadores.

Em Itália, do ponto de vista das Relações Laborais, prosseguiu em 2025 a adesão ao Acordo Coletivo de Trabalho Específico (CCSL) para o período 2023–2026. A participação dos colaboradores nos resultados da empresa concretiza-se através do «Prémio de Resultado», calculado anualmente, enquanto o CCSL confirma as iniciativas relacionadas com o bem-estar empresarial e o teletrabalho.

O Grupo CA Auto Bank está convicto de que o desenvolvimento do diálogo entre trabalhadores e sindicatos, a todos os níveis e em todas as suas componentes, no seio de cada entidade, contribui para promover o desempenho económico e reforçar a coesão.

O diálogo entre trabalhadores e sindicatos representa um passo fundamental nas relações sociais, não só para manter um vínculo e um canal de comunicação entre a direção das entidades da CA Auto Bank e os colaboradores, mas também entre os seus

representantes eleitos ou designados e os órgãos de governação.

Com o objetivo de reforçar a comunicação interna, prosseguiu a publicação da revista «**Our Planet**» do CA Auto Bank: esta revista, distribuída anualmente a todos os colaboradores do Grupo, está disponível tanto em formato impresso como em formato digital através da intranet da empresa.

S1-3 DP 32

O Grupo CA Auto Bank dispõe de um Código de Conduta que faz parte da documentação de contratação dos colaboradores e contém referência explícita às normas de conduta a respeitar.

Num ambiente em constante evolução e para reforçar a sua promessa de Empregador Responsável e consolidá-la a longo prazo, o compromisso da CA Auto Bank centra-se em cinco pilares principais, para responder aos impactos, riscos e oportunidades identificados pela divisão de RH:

1. **Desenvolvimento do capital humano:** num ambiente de grandes transformações em constante aceleração, a CA Auto Bank acompanha o seu capital humano e a empregabilidade dos seus colaboradores a longo prazo. A CA Auto Bank promove a formação contínua e o desenvolvimento de competências para garantir a empregabilidade e a mobilidade funcional dos colaboradores, bem como a afirmação da liderança.
2. **Diálogo social:** A CA Auto Bank incentiva um diálogo social rico, construtivo e respeitador dos direitos humanos, da liberdade de associação e dos direitos sindicais, bem como uma escuta ativa dos colaboradores.
3. **Diversidade e inclusão:** A CA Auto Bank segue uma política inclusiva implementada em todos os níveis da organização, o que lhe permite opor-se firmemente à discriminação em todas as suas formas e promover a igualdade de oportunidades. Este pilar faz parte do Projeto Social do Grupo Crédit Agricole.
4. **Ambiente de trabalho:** a política social da CA Auto Bank garante condições de trabalho e de emprego que asseguram a segurança, preservam a saúde e melhoram a qualidade de vida e as condições de trabalho dos colaboradores.
5. **Desempenho e remunerações:** enquanto protagonista no mercado bancário, tanto a nível nacional como internacional, a CA Auto Bank aplica uma política de remuneração destinada a alinhar os interesses dos clientes, acionistas e colaboradores, num mercado cada vez mais competitivo e regulamentado. A política de remuneração do CA Auto Bank baseia-se nos valores de responsabilidade e transparência, permitindo que os colaboradores do Grupo sejam recompensados pelo seu desempenho de forma justa, respeitando as normas internacionais.

Para agir diariamente no interesse dos seus clientes e da sociedade, a CA Auto Bank coordenou as suas ações em torno do Plano de Médio Prazo do Crédit Agricole S.A., colocando a responsabilidade individual e coletiva no centro da transformação gerencial, cultural e humana do Grupo. A CA Auto Bank reconhece o empenho e o desempenho individual e coletivo dos colaboradores, bem como promove o desenvolvimento das competências dos colaboradores e oferece-lhes amplas oportunidades de carreira e mobilidade, através de uma cultura empresarial baseada na aprendizagem.

Num contexto em constante evolução e face a múltiplas transformações (digitais, ambientais, sociais), a CA Auto Bank comporta-se como um empregador responsável para com todos os seus colaboradores em todo o mundo.

Além disso, em conformidade com o seu Código de Ética, a CA Auto Bank reafirmou o seu compromisso de respeitar todas as leis laborais, a liberdade de associação, os acordos coletivos, as normas de saúde e segurança a nível nacional, bem como os direitos humanos internacionalmente reconhecidos e as leis aplicáveis em todos os mercados em que opera.

Por fim, a CA Auto Bank compromete-se a respeitar a legislação internacional e nacional, bem como as disposições dos acordos em todos os países onde opera, garantindo condições de trabalho e emprego justas para todos os seus colaboradores.

Para o Grupo CA Auto Bank, o Código de Conduta (doravante o «Código») constitui um importante instrumento destinado a garantir um ambiente de trabalho que incorpore os mais elevados padrões éticos de conduta empresarial. O Código, de facto, inclui uma secção específica dedicada a temas sociais e ambientais, fornecendo diretrizes com o objetivo de prevenir e condenar tratamentos discriminatórios, preservar a diversidade e a igualdade de género e apoiar a luta contra o assédio. Além disso, dois princípios nele contidos são especificamente dedicados a garantir a aplicação de uma estratégia de proteção ambiental e de apoio à comunidade.

O sistema de integridade da CA Auto Bank estabelece, assim, as bases para a governação corporativa do Grupo e inclui um quadro essencial de princípios, políticas e procedimentos específicos. O sistema de denúncia permite comunicar violações do Código e de quaisquer outras normas, leis e regulamentos (promulgados tanto a nível nacional como da UE) aplicáveis às empresas do Grupo (ou seja, subsidiárias e sucursais). De facto, em conformidade com as disposições contidas na Circular n.º 285 do Banco de Itália, esse sistema permite aos colaboradores comunicar atos ou factos que possam constituir uma violação das regras do banco.

O Código de Conduta do Grupo CA Auto Bank formaliza e consagra claramente o compromisso de todas as empresas do Grupo na gestão das denúncias apresentadas pelos colaboradores, para que estas sejam analisadas com a devida diligência e devidamente investigadas. O pessoal identificado como responsável pela análise dessas denúncias avalia, em primeiro lugar, as alegações expressas de violação do Código ou de todas as outras normas aplicáveis. Além disso, deve também dedicar a devida atenção a qualquer outra manifestação de preocupação ou denúncia de problema levantada pelos colaboradores, uma vez que também se trata de circunstâncias que devem ser objeto de aprofundamento adequado. Por fim, a atividade de análise pode ser realizada recorrendo, se considerado necessário, a pessoal qualificado ou a especialistas na matéria. Caso sejam detetados e comprovados comportamentos ilícitos, são aplicadas as medidas corretivas necessárias e adequadas, independentemente do nível ou da posição hierárquica do pessoal envolvido. Todos os casos investigados são acompanhados até à resolução final.

A confidencialidade é um princípio fundamental; salvo algumas restrições decorrentes da legislação local, as denúncias podem ser enviadas de forma anónima. Todas as informações fornecidas e a identidade da pessoa que redige a denúncia são partilhadas, com base no princípio «need-to-know», com os responsáveis pela avaliação da denúncia, pela investigação da potencial violação e que têm o poder de tomar as medidas corretivas necessárias; qualquer forma de retaliação não é permitida nem tolerada: o Grupo CA Auto Bank proíbe expressamente a qualquer membro da empresa atos ou atitudes vingativas ou discriminatórias contra aqueles que tenham enviado uma denúncia ou colaborado durante a investigação.

Qualquer pessoa que adote comportamentos de retaliação contra esses indivíduos estará sujeita a medidas disciplinares que podem ir até ao despedimento. Os princípios fundamentais que inspiram a conduta do Grupo proíbem, de facto, em relação a cada colaborador, qualquer forma de retrocessão, despedimento, suspensão, ameaça, assédio, coação a determinadas ações ou atos intimidatórios na sequência de uma denúncia, de boa-fé, de um comportamento não ético, ou devido à participação numa investigação sobre factos ou atos contrários ao Código.

Os controlos internos sobre a correta aplicação da gestão do processo de denúncia são assegurados pela Função de Conformidade

do Grupo, conforme indicado no *Procedimento de Denúncia* do Grupo.

S1-3 DP 33

A formação sobre o sistema de denúncia da empresa é ministrada anualmente a todos os colaboradores da CA Auto Bank e da Drivalia. A elaboração do curso é da responsabilidade da CSR&DP, enquanto a Direção de Recursos Humanos é responsável pela sua ministração e acompanhamento. O curso de formação inclui um enfoque específico sobre as modalidades operacionais de funcionamento da ferramenta de denúncia implementada pelo Grupo para ajudar os colaboradores da CA Auto Bank a comunicar preocupações relacionadas com a violação dos princípios delineados no «Código de Conduta» ou noutras políticas da empresa. O curso de formação é dedicado às Filiais e foi ministrado em simultâneo com a ativação da plataforma em cada mercado.

S1-4 DP 37) 38) 39) 40) 41) 42)

No que diz respeito ao impacto sobre a sua própria força de trabalho, o Grupo apoia decisões justas em matéria de maternidade, paternidade e adoção, que incentivam os colaboradores a conciliar as responsabilidades parentais com a sua carreira. Embora os requisitos da legislação laboral possam variar de país para país, as licenças parentais são concedidas a todos os colaboradores na medida necessária para cumprir a regulamentação local.

Em alguns países, o Grupo vai além dos requisitos locais através de políticas específicas. As taxas de regresso ao trabalho e de permanência após a licença parental são dois indicadores-chave da capacidade, a médio e longo prazo, do banco para oferecer aos colaboradores oportunidades de crescimento profissional e alcançar um equilíbrio entre a vida familiar e profissional. A saúde financeira é também um aspeto importante do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Uma iniciativa em Itália denominada Conto Welfare permite aos colaboradores converter parte dos seus rendimentos brutos numa conta de despesas que podem utilizar numa vasta gama de benefícios ou serviços de saúde, bem-estar, cuidados, educação e reforma. Para além do benefício fiscal, a empresa contribui com mais 10% para a conta de despesas utilizada pelo colaborador.

Para a CA Auto Bank, o apoio dinâmico e inovador aos colaboradores e a implementação de políticas de desenvolvimento de competências representam desafios fundamentais. Por isso, o Grupo investe no crescimento profissional e na formação contínua dos seus colaboradores, onde quer que se encontrem no mundo. A empresa dedica especial atenção à diversificação dos percursos de carreira nas suas áreas de negócio, regiões e zonas geográficas.

Em Itália, no que diz respeito às medidas implementadas em matéria de formação dos trabalhadores por conta de outrem, todos os intervenientes (dirigentes, responsáveis, trabalhadores de segurança, RLS, responsáveis pelas emergências e primeiros socorros) envolvidos, a vários títulos, no sistema preventivo e permanente de gestão da segurança recebem uma formação adequada ao desempenho das suas funções; Os gestores, responsáveis, trabalhadores e RLS recebem formação através de cursos básicos, específicos e de atualização, ministrados de acordo com a legislação em vigor, enquanto os responsáveis pelos primeiros socorros e pela evacuação recebem formação presencial com formadores externos. A formação é ministrada durante o horário de trabalho remunerado e é avaliada através de um teste final. No total, foram ministrados 54 dias de formação. Todos os documentos relativos à formação (registo de presenças, teste final e certificados) são arquivados em formato eletrónico pelo Serviço de Prevenção e Proteção.

O Grupo oferece uma ampla gama de oportunidades para o desenvolvimento de competências, concentrando-se em duas áreas-chave:

-
- Promover o desenvolvimento contínuo de competências e a adaptação constante para acompanhar as mudanças no negócio e garantir a empregabilidade a longo prazo dos colaboradores;

-
- Apoiar a aquisição de novas competências e antecipar as mudanças.

Além disso, a CA Auto Bank optou por gerir a sua formação de acordo com três temas principais:

- Formação obrigatória em matéria de regulamentação;
- Formação sobre temas ESG;
- Outras competências técnicas (hard skills) e transversais (soft skills).

Graças a uma parceria exclusiva, em 2025 a CA Auto Bank continuou a utilizar uma plataforma internacional para desenvolver o potencial de cada indivíduo. Para acelerar a transformação gerencial e cultural, a CA Auto Bank deu continuidade a um projeto com o LinkedIn, envolvendo todos os colaboradores para os ajudar a desenvolver constantemente o seu potencial através de oportunidades de aprendizagem contínua e de autoformação. Todos os colaboradores da CA Auto Bank – com exceção de 3 mercados – obtiveram progressivamente acesso ilimitado aos programas de formação e desenvolvimento de competências do Grupo através da plataforma LinkedIn. A CA Auto Bank deu mais um passo em frente, permitindo uma ampla personalização dos percursos de formação.

As principais vantagens desta plataforma são:

- Uma oferta formativa complementar, inovadora e sempre atualizada, disponível para todas as entidades da CA Auto Bank;
- Uma resposta aos crescentes desafios do mercado de trabalho, da competitividade e da procura de talentos à escala global;
- Uma transformação cultural para enfrentar os desafios da mobilidade profissional e incentivar as equipas de RH, os gestores e os colaboradores a repensar e a enveredar por percursos de carreira inovadores.

A parceria centra-se em quatro áreas principais:

- **Recrutamento:** publicação e promoção ilimitada de ofertas de emprego para promover a mobilidade interna;
- **Análise de dados:** fornecimento e utilização de dados para apoiar a gestão do emprego atual e futuro;
- **Percursos de carreira e mobilidade:** melhoria das competências, maior visibilidade das oportunidades de mobilidade e criação de uma base de candidatos comum e unificada;
- **Formação:** cobertura das necessidades de formação (tecnologias, Digital for All, novas tendências, IA) com uma oferta formativa regularmente atualizada para contribuir de forma cada vez mais eficaz para o desenvolvimento das competências dos colaboradores.

Também para 2025, as despesas destinadas à formação do pessoal em todo o perímetro do Grupo foram mantidas em níveis adequados, mantendo-se, no entanto, a atenção constante aos custos. Continuou-se a privilegiar a modalidade de formação online. Em todo o Grupo, foram ministrados mais de 5.750 dias de formação, com uma média de 17,6 horas por colaborador.

Além disso, em 2025, a CA Auto Bank e a Drivalia renovaram o seu compromisso com a cultura e a sustentabilidade através de uma série de patrocínios estratégicos que combinam mobilidade ecológica e apoio à cultura. Há já cinco anos que somos Parceiros de Mobilidade da Reggia di Venaria, Património da UNESCO, mas não só.

A novidade lançada em 2025 é o patrocínio do Museu Nacional do Automóvel de Turim. O museu que olha para o futuro. Na qualidade de Parceiros de Projeto, a CA Auto Bank e a Drivalia participam ativamente no percurso expositivo, em particular no «Espaço Futuro», onde os visitantes podem refletir sobre o impacto ambiental das suas escolhas e descobrir os carros do futuro.

Além disso, entregamos à instituição dois veículos elétricos para todas as necessidades logísticas.

A música também faz parte do apoio do Banco e da Drivalia às artes: desde o Kappa Future Festival italiano até ao Nuits Sonores em Lyon. A Drivalia, na qualidade de Parceiro de Mobilidade, colocou à disposição das organizações a sua frota de veículos elétricos, oferecendo descontos e promoções dedicadas aos participantes, com o objetivo de tornar as deslocações mais sustentáveis durante os vários eventos. A Drivalia apoiou os eventos musicais de Turim e Lyon graças ao serviço de partilha de veículos elétricos E+Share Drivalia, oferecendo uma promoção especial que permitiu aos fãs viver os festivais de forma ecológica e prática.

Este ano, foi adicionado o apoio a outro evento musical na Noruega, «We love the 90s and 2000s», em agosto, tendo a Drivalia fornecido os veículos para o transporte dos artistas e da equipa técnica deste famoso conceito de concertos.

Com estas iniciativas, a CA Auto Bank e a Drivalia não só reafirmam o seu apoio à cultura, como demonstram concretamente o seu compromisso com um futuro mais sustentável, integrando arte, entretenimento e responsabilidade ambiental.

O Grupo CA Auto Bank está convicto de que o desenvolvimento, a todos os níveis e em todas as suas vertentes, do diálogo sindical no seio de cada entidade contribui para promover os resultados económicos e uma maior coesão. O diálogo sindical é um passo fundamental nas relações sociais, não só para manter um vínculo e um canal de comunicação entre a direção das entidades do CA Auto Bank e os colaboradores, mas também entre os seus representantes eleitos ou designados e os órgãos de direção. O Grupo acredita firmemente que um diálogo social transparente e responsável a nível empresarial é a melhor forma de apoiar a mudança e reforçar a confiança mútua entre a Direção e os colaboradores.

A CA Auto Bank compromete-se a garantir que qualquer entidade que esteja a considerar um plano de reestruturação com impacto significativo na situação laboral o comunique atempadamente, de modo a poder iniciar um diálogo com os representantes dos trabalhadores e a direção para encontrar soluções socialmente responsáveis que limitem as consequências destas reorganizações para os colaboradores.

A CA Auto Bank aplica um processo rigoroso para definir a sua política de remuneração, que visa alinhar os interesses dos Clientes, Acionistas, Colaboradores e da Empresa num mercado cada vez mais competitivo e regulamentado. A política de remuneração visa gerir os sistemas de remuneração de acordo com critérios de equidade, correção e gestão prudente do risco, com o objetivo de atrair e reter na empresa indivíduos com profissionalismo e competências adequadas às necessidades da mesma. Os impactos, riscos e oportunidades associados à política de desempenho e remuneração são analisados pelo departamento de Recursos Humanos da CA Auto Bank e supervisionados anualmente.

O objetivo da CA Auto Bank é oferecer aos seus colaboradores pacotes remuneratórios atrativos e motivadores, que permitam reter os talentos de que necessita e que, ao mesmo tempo, estejam alinhados com o seu plano a médio prazo e com os interesses das várias partes interessadas. Através do seu projeto centrado nas pessoas, a CA Auto Bank promove uma política de remuneração baseada na equidade e em regras comuns para todos os colaboradores, em conformidade com o quadro normativo em vigor. Esta política assegura a coerência interna e a competitividade externa das remunerações através de análises comparativas com os pares. A sua força de trabalho representa um recurso fundamental para o Grupo CA Auto Bank, que, nesse sentido, deseja continuar a acolher todos os talentos que garantirão o seu sucesso futuro, independentemente do seu género, deficiência, idade, origem social ou cultural, ou orientação sexual, e oferecer-lhes apoio, orientação e oportunidades de desenvolvimento ao longo da sua carreira profissional.

Os impactos, riscos e oportunidades associados à política de diversidade são analisados pelo departamento de Recursos Humanos da CA Auto Bank e supervisionados anualmente.

A CA Auto Bank precisa de conhecer as características dos seus colaboradores; em particular, monitoriza o quadro de pessoal, a distribuição por género, os tipos de contrato e a rotatividade do pessoal, com o objetivo de oferecer a todos os colaboradores as mesmas oportunidades de desenvolvimento e de carreira, no interesse da igualdade de oportunidades.

Além disso, promove a igualdade de género no local de trabalho, oferecendo a todos os colaboradores as mesmas oportunidades de acesso a cargos, promoções e benefícios com base nas suas competências e desempenho. Através desta política, incentiva-se uma cultura de valor e meritocracia, promovendo a diversidade de género em todas as linhas de negócio e a todos os níveis da organização. A igualdade no trabalho e a diversidade de género são fundamentais para a eficiência das nossas organizações.

Para o CA Auto Bank, a diversidade das equipas num ambiente em rápida evolução é um motor de desempenho, empenho e atratividade, e empenha-se na igualdade de género no trabalho, independentemente das diferenças: equidade na contratação, na formação, na promoção, na remuneração e no equilíbrio entre vida profissional e pessoal. Presta ainda especial atenção ao respeito pela igualdade salarial entre homens e mulheres. Em 2025, a CA Auto Bank e as suas subsidiárias prosseguiram a sua abordagem de promoção da igualdade de oportunidades e, em particular, da igualdade de género no trabalho.

O Grupo aplica de forma estrutural políticas de remuneração orientadas para a igualdade de oportunidades e a não discriminação (tanto na componente fixa como na variável), tendo em conta as orientações emitidas pela Autoridade Bancária Europeia, destinadas a garantir a neutralidade de género nas políticas de contratação, na definição de planos de sucessão, nas oportunidades de desenvolvimento e crescimento e nas políticas de remuneração. Para o efeito, são implementadas uma série de iniciativas, entre as quais a definição de objetivos de melhoria em KPI significativos (ou seja, equilíbrio de género no recrutamento, remunerações neutras em termos de género).

A CA Auto Bank dedica grande atenção à internacionalização do seu quadro de colaboradores. Nesse sentido, segue uma política proativa a favor da igualdade de direitos e oportunidades e coloca a inclusão de pessoas com deficiência no centro da responsabilidade social do Grupo.

Em colaboração com as associações parceiras, a CA Auto Bank acolhe estudantes universitários de vários mestrados; de facto, em 2025, a CA Auto Bank ofereceu oportunidades (estágios) a cerca de 118 jovens. Em junho de 2024, a CA Auto Bank participou no evento de abertura do mestrado de segundo nível em Digital ESG, organizado pela Universidade de Turim. O Grupo acolheu dois estagiários deste mestrado ao longo de 2025, por um período de 450 horas cada.

Enquanto empregador responsável, a CA Auto Bank e as suas filiais assentam o seu projeto humano numa base de fortes compromissos para com os seus colaboradores, em particular nas áreas da saúde, segurança, qualidade de vida e condições de trabalho. Além disso, o Grupo garante, em todos os mercados, condições de trabalho e de emprego que preservam a saúde e a segurança dos colaboradores e um ambiente de trabalho de qualidade. Estes órgãos são responsáveis pelo acompanhamento e avaliação da eficácia desta política e das ações relacionadas.

Os impactos, riscos e oportunidades associados à política relativa ao ambiente de trabalho são analisados pelo departamento de Recursos Humanos da CA Auto Bank e supervisionados anualmente.

Enquanto empregador responsável, os compromissos da C.A. Auto Bank em matéria de saúde, segurança e proteção de todos os seus colaboradores são os seguintes:

- proteger a saúde, a segurança e o bem-estar dos colaboradores que trabalham nas várias instalações;

-
- respeitar as normas e leis locais em matéria de saúde e segurança;
 - adaptar-se a novas formas de trabalho;
 - facilitar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada.

Em todo o mundo, a CA Auto Bank e as suas subsidiárias cumprem as normas e leis locais em matéria de saúde e segurança, com o objetivo de desenvolver e manter um ambiente de trabalho e condições que garantam a saúde e a segurança física e mental dos colaboradores no local de trabalho, mesmo num ambiente de trabalho digital e/ou remoto.

O CA Auto Bank assumiu um forte compromisso com a parentalidade, comprometendo-se a conceder ao segundo progenitor 28 dias de licença de paternidade totalmente remunerada para todos os filhos nascidos a partir de 1 de janeiro de 2025. Estes dias incluem os concedidos pelo nascimento de um filho. Este compromisso, que representa um fator de igualdade de género no trabalho, complementa a introdução de dezasseis semanas de licença de maternidade totalmente remunerada.

As medidas acima referidas refletem o compromisso do CA Auto Bank com a igualdade de género e o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada.

A CA Auto Bank atribui grande importância à flexibilidade na duração e na organização do trabalho (a tempo parcial), ao teletrabalho, ao direito à desconexão, à licença sabática ou aos dias de folga por motivos familiares (dias de folga por filhos doentes, falecimento, casamento, regresso às aulas, etc.).

Todas as entidades do CA Auto Bank estão abrangidas por um acordo de *teletrabalho*. Desde que as atividades sejam adequadas ao *teletrabalho*, os colaboradores têm a possibilidade de realizar remotamente até 40% do horário de trabalho semanal, com flexibilidade na programação dos dias.

S1-4 DP 43

Os impactos relevantes são geridos através da estrutura de RH específica.

Em cada mercado, o Gestor de RH responde hierarquicamente ao Gestor Nacional e funcionalmente ao Diretor de Recursos Humanos da Holding.

Na Holding, a entidade de Recursos Humanos conta com as seguintes funções:

- Regulamentação bancária em matéria de RH e política de remuneração;
- Gerente de RH da Sede do CA Auto Bank;
- Gestor de RH da Organização do Mercado Europeu;
- Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Gestão de Instalações.

OBJETIVOS RELACIONADOS COM A GESTÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS RELEVANTES, O POTENCIAMENTO DE IMPACTOS POSITIVOS E A GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES RELEVANTES

S1-5 DP 44

Em linha com a sua estratégia de sustentabilidade, a CA Auto Bank definiu um conjunto de objetivos orientados para os resultados (outcome-oriented) e com prazo até 2026. Essas metas visam gerir os riscos materiais, mitigar os impactos negativos e potenciar os efeitos positivos sobre a sua força de trabalho, concentrando-se em quatro pilares fundamentais:

1. Bem-estar, Saúde e Segurança

O Banco compromete-se a garantir um ambiente de trabalho seguro e inclusivo através de:

- Segurança no trabalho: Manutenção de um índice de frequência de acidentes inferior a 3,9 casos por milhão de horas trabalhadas.
- Bem-estar familiar: Introdução de 28 dias de licença totalmente remunerada para o segundo progenitor a partir de 2025.
- Envolvimento: Alcançar uma taxa de resposta de 92% no inquérito sobre o Índice de Responsabilidade (IMR) para monitorizar o clima organizacional.

2. Diversidade, Igualdade de Oportunidades e Direitos Humanos

Para promover a equidade e combater todas as formas de discriminação, as metas para 2026 prevêem:

- Representação de género: Alcançar 48% dos colaboradores e 40% dos gestores pertencentes ao género menos representado.
- Diferença salarial entre géneros: Redução da diferença salarial entre géneros em 30% no mercado mais crítico e em 40% na faixa salarial mais desfavorecida, em comparação com os níveis de 2023.
- Tolerância zero: Objetivo de 0 incidentes de discriminação.

3. Formação e desenvolvimento do capital humano

O crescimento profissional é apoiado por objetivos quantitativos ambiciosos:

- Participação: Envolvimento de 90% dos colaboradores em cursos de formação geral e específica sobre temas ESG.
- Intensidade formativa: Aumento de 118% na média de horas de formação por colaborador em relação a 2023.
- Desempenho: Avaliação de mérito para 90% da população da empresa.

4. Integridade e Gestão de Riscos

A cultura empresarial é regida por metas de conformidade rigorosas:

- Anticorrupção: Formação específica para 100% dos colaboradores num horizonte de três anos e meta de 0 casos de corrupção ou denúncias confirmadas.
- Greenwashing: Ausência total de sanções relacionadas com práticas desleais.

3.1.3. MÉTRICAS RELATIVAS AOS COLABORADORES DA EMPRESA

3.1.3.1. CARACTERÍSTICAS RELATIVAS AOS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA

S1-6 DP 50) 51)

As tabelas seguintes abrangem todos os colaboradores com contratos a tempo indeterminado e a termo, expressos em número de unidades a 31/12/2025 e a 31/12/2024. As áreas geográficas foram definidas em função dos mercados.

Estas tabelas incluem todos os colaboradores ativos, divididos por género, expressos em equivalentes a tempo inteiro (cada pessoa contada como 1 ETI) em 31 de dezembro de 2024 e 2025, divididos primeiro de acordo com o tipo de contrato de trabalho (contrato a tempo indeterminado e contrato a tempo determinado) e, posteriormente, de acordo com o horário de trabalho (a tempo inteiro e a tempo parcial)

2025					
	Mulher	Homem	Outros	Não declarado	Total
Trabalhadores por conta de outrem					
Em termos de pessoal/ETP	1 283	1.340	0	0	2.623
Em %	48,91%	51,09%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários com contrato a tempo indeterminado (CDI)					
Em termos de pessoal/ETP	1.248	1.310	0	0	2.558
Em %	48,79%	51,21%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários com contrato a termo certo (CDD)					
Em termos de pessoal/ETP	35	30	0	0	65
Em %	53,85%	46,15%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários por número de horas não garantidas					
Em termos de pessoal/ETP	0	0	0	0	0
Em %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Número de funcionários a tempo inteiro					
Em termos de pessoal/ETP	1.132	1.323	0	0	2.455
Em %	46,11%	53,89%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários a tempo parcial					
Em termos de pessoal/ETP	151	17	0	0	168
Em %	89,88%	10,12%	0,00%	0,00%	100,00%

2024					
	Mulher	Homem	Outro	Não declarado	Total
Trabalhadores por conta de outrem					
Em termos de pessoal/ETP	1 287	1.364	0	0	2.651
Em %	48,55%	51,45%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários com contrato a tempo indeterminado (CDI)					
Em termos de pessoal/ETP	1.255	1.330	0	0	2.585
Em %	48,55%	51,45%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários com contrato a termo certo (CDD)					
Em termos de pessoal/ETP	32	34	0	0	66
Em %	48,48%	51,52%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários por número de horas não garantidas					
Em termos de pessoal/ETP	0	0	0	0	0
Em %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Número de funcionários a tempo inteiro					
Em termos de pessoal/ETP	1.129	1.346	0	0	2.475
Em %	45,62%	54,38%	0,00%	0,00%	100,00%
Número de funcionários a tempo parcial					
Em termos de pessoal/ETP	158	18	0	0	176
Em %	89,77%	10,23%	0,00%	0,00%	100,00%

O Grupo CAAB, em consonância com o que é aplicado pelo Crédit Agricole, não regista as categorias «Outros» e «Não declarado», uma vez que a legislação local não o permite em muitos dos países onde o grupo opera, incluindo a França.

Esta tabela inclui todos os colaboradores ativos com contrato a tempo indeterminado e a termo, expressos em equivalentes a tempo inteiro (cada pessoa contada como 1 ETI) a 31 de dezembro de 2024 e 2025, divididos pelos Mercados em que o grupo está presente.

País	2025		2024	
	Número de colaboradores (efetivos)	% de funcionários	Número de funcionários (efetivos)	% de funcionários
Áustria	33	1,26%	31	1,17%
Bélgica	43	1,64%	39	1,47%
República Checa	192	7,32%	180	6,79%
Dinamarca	48	1,83%	52	1,96%
Finlândia	118	4,50%	110	4,15%
França	480	18,30%	489	18,45%
Alemanha	291	11,09%	296	11,17%
Grécia	48	1,83%	48	1,81%
Irlanda	87	3,32%	87	3,28%
Itália	588	22,42%	596	22,48%
Marrocos	3	0,11%	3	0,11%
Holanda	57	2,17%	58	2,19%
Noruega	60	2,29%	66	2,49%
Polónia	53	2,02%	55	2,07%
Portugal	80	3,05%	80	3,02%
Espanha	146	5,57%	155	5,85%
Suécia	6	0,23%	5	0,19%
Suíça	54	2,06%	53	2,00%
Reino Unido	236	9,00%	248	9,35%

Esta tabela inclui todos os colaboradores ativos expressos em equivalentes a tempo inteiro (cada pessoa contabilizada como 1 ETI) a 31 de dezembro de 2024 e 2025, divididos primeiro por tipo de contrato de trabalho (contrato sem termo e contrato a termo) e, posteriormente, por horário de trabalho (tempo inteiro e tempo parcial).

2025								
	Europa Ocidental	Europa Oriental	Próximo e Médio Oriente	África	Ásia - Oceânia	América do Norte	América Central e do Sul	Total
Número de funcionários (em efetivos/ETP)	2 375	245	0	3	0	0	0	2.623
Número de funcionários (CDI) (efetivos/ETP)	2.336	219	0	3	0	0	0	2.558
Número de funcionários com contrato a termo (CDD) (efetivos/ETP)	39	26	0	0	0	0	0	65
Número de funcionários por número de horas não garantidas (em plantel/ETP)	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de funcionários a tempo (efetivos/ETP)	2.223	229	0	3	0	0	0	2.455
Número de funcionários a tempo (efetivos/ETP)	152	16	0	0	0	0	0	168

2024								
	Europa Ocidental	Europa Oriental	Próximo e Médio Oriente	África	Ásia - Oceânia	América do Norte	América Central e do Sul	Total
Número de funcionários (em efetivos/ETP)	2.413	235	0	3	0	0	0	2.651
Número de funcionários a tempo (CDI) (efetivos/ETP)	2.377	205	0	3	0	0	0	2.585
Número de funcionários a tempo (CDD) (efetivos/ETP)	36	30	0	0	0	0	0	66
Número de funcionários por número de horas não garantidas (no quadro de pessoal/ETP)	0	0	0	0	0	0	0	0
Número de funcionários a tempo inteiro (efetivos/ETP)	2.252	220	0	3	0	0	0	2.475
Número de funcionários a tempo (efetivos/ETP)	161	15	0	0	0	0	0	176

TAXA DE ROTATIVIDADE DE FUNCIONÁRIOS

	2025	2024
Número de admissões	259	387
Número de saídas	279	328
Número de funcionários em 31/12	2.623	2.651
Taxa de rotatividade do pessoal	10,3%	13,49

As informações apresentadas na tabela acima, relativas à rotatividade dos colaboradores, incluem todos os colaboradores ativos durante o ano com contrato a termo certo e indeterminado, expressos em unidades a 31/12/2024 e a 31/12/2025.

As causas de cessação consideradas são: demissões, aposentadorias, despedimentos, outras saídas (resolução consensual do contrato, interrupção do período de experiência, falecimento, outras).

Um funcionário que esteja na empresa a 31/12/N, mas que saia da empresa nessa data, será considerado como tendo-se demitido a 01/01/N+1. A fórmula de cálculo utilizada é: $[(\text{Número de contratações a tempo indeterminado e determinado no ano N} + \text{Número de cessações de funcionários a tempo indeterminado e determinado no ano N})/2]/\text{Número de funcionários ativos a tempo indeterminado e determinado em 01/01/N (ou, na sua falta, em 31/12/N-1)}$.

O dado é consolidado de todas as empresas do grupo em 31/12/2025 e em 31/12/2024 e corresponde ao que consta no balanço, no Relatório de Gestão, onde são apresentados os dados dos 2.623 colaboradores do Grupo CA Auto Bank em 31 de dezembro de 2025 e dos 2.651 colaboradores em 31 de dezembro de 2024.

CARACTERÍSTICAS DOS TRABALHADORES NÃO ASSALARIADOS DA FORÇA DE TRABALHO DA EMPRESA

S1-7

Ao longo de 2025, a força de trabalho do Grupo CA Auto Bank recorreu ainda a uma média de 516 colaboradores externos (não assalariados). Mais especificamente, a composição média anual é constituída por 375 trabalhadores temporários e 141 estagiários (trainee/stage), contratados para apoiar as atividades e gerir os picos de produção/operacionais, garantindo a flexibilidade necessária e promovendo a renovação geracional.

3.1.3.2. COBERTURA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DO DIÁLOGO SOCIAL

COBERTURA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DO DIÁLOGO SOCIAL

S1-8 DP 60) 63) AR 70) T1

55,39% dos trabalhadores estão abrangidos por um acordo coletivo de trabalho. Nas empresas sem acordo coletivo de trabalho, é respeitada a legislação local.

2025			
Cobertura da negociação coletiva			
Taxa de cobertura	Trabalhadores — EEE	Trabalhadores — fora do EEE	Representação no local de trabalho (apenas EEE)
	(Para os países com > 50 trabalhadores que representam > 10% do total de trabalhadores)	(estimativa para as regiões com > 50 trabalhadores que representam > 10% do total de trabalhadores)	(Para os países com mais de 50 trabalhadores que representam mais de 10% do total de trabalhadores)
0 – 19%			
20 – 39%			
40 – 59%	Alemanha		Alemanha
60 – 79%			
80 – 100%	Itália, França		Itália, França

2024			
Cobertura da negociação coletiva			
Taxa de cobertura	Trabalhadores — EEE	Trabalhadores por conta de outrem — fora do EEE	Representação no local de trabalho (apenas EEE)
	(Para os países com > 50 trabalhadores que representam > 10% do total de trabalhadores)	(estimativa para as regiões com > 50 trabalhadores que representam > 10% do total de trabalhadores)	(Para os países com mais de 50 trabalhadores que representam mais de 10% do total de trabalhadores)
0 – 19%			
20 – 39%			
40 – 59%	Alemanha		Alemanha
60 – 79%			
80 – 100%	Itália, França		Itália, França

Na Alemanha, o acordo coletivo aplica-se exclusivamente aos trabalhadores classificados como «Tariff» e define as tabelas salariais padrão e as condições de trabalho para a força de trabalho geral. Os trabalhadores «Non-Tariff» não estão abrangidos pelo acordo coletivo.

3.1.3.3. MÉTRICAS DE

DIVERSIDADE

S1-9 DP 66

A distribuição dos dados é por género, em número e em percentagem. No que diz respeito ao género, foram considerados apenas Homens e Mulheres, uma vez que o CAAB não regista géneros diferentes.

Para efeitos do presente Relatório Consolidado de Sustentabilidade, entende-se por Comité Executivo o CEO e os seus subordinados diretos, conforme indicado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, secção «Governança».

Na repartição por género entre os gestores, são incluídas todas as pessoas que ocupam um cargo com responsabilidade hierárquica, com exclusão daquelas que já fazem parte do Comité Executivo.

	2025		2024		Variação
	Em número de pessoas físicas	Em %	Em número de pessoas singulares	Em %	Em número de pessoas singulares
Distribuição no Comité Executivo *	18	100,00%	18	100,00%	0,00%
Mulheres	5	27,78%	5	27,78%	0,00%
Homens	13	72,22%	13	72,22%	0,00%
Outros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Não declarados	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Distribuição por género entre os gestores (excluindo o Comité Executivo)	645	100,00%	642	100,00%	0,47%
Mulheres	243	37,67%	232	36,14%	4,74%
Homens	402	62,33%	410	63,86%	-1,95%
Outros	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Não declarados	0	0,00%	0	0,00%	0,00%

A repartição por faixas etárias foi elaborada com base nas datas de nascimento dos colaboradores, tal como inseridas no sistema informático de RH.

As pessoas com menos de 30 anos, entre 30 e 50 anos e com mais de 50 anos representam, respetivamente, 10%, 57,2% e 32,8% do efetivo em 2025, contra 10,2%, 55,2% e 34,6% em 2024.

	2025	2024	Variação (%)
Menos de 30 anos, dos quais	262	271	-3,32%
< 25 anos	52	56	-7,14%
25 - 29 anos	210	215	-2,33%
Entre 30 e 50 anos, dos quais	1.501	1.464	2,53%
30 - 34 anos	281	308	-8,77%
35 - 39 anos	334	329	1,52%
40 - 44 anos	366	392	-6,63%
45 - 50 anos	520	435	19,54%
Mais de 50 anos, dos quais	860	916	-6,11%
51 - 54 anos	331	418	-20,81%
55 - 59 anos	330	325	1,54%
60 - 65 anos	193	163	18,40%
> 65 anos	6	10	-40,00%
Não comunicado	0	0	0,00%
Total	2623	2.651	-1,06%
Idade média	44,5	44,10	0,00%

3.1.3.4. SALÁRIOS ADEQUADOS

S1 – 10 DP 69

O Grupo CAAB reconhece salários adequados a todos os colaboradores do grupo. Este compromisso será explicitamente referido na Política de Remuneração de 2026.

Por salário entende-se o salário bruto anual teórico pago durante o ano. Para os colaboradores a tempo parcial ou para aqueles que ingressaram na empresa a meio do ano, o salário bruto anual pago durante o ano foi ajustado a 100% (equivalente a tempo inteiro).

Salário digno: o Grupo CAAB está alinhado com o Crédit Agricole S.A., que adotou a definição da Fair Wage Network, uma organização externa reconhecida a nível internacional. O salário de subsistência utilizado pelo Crédit Agricole S.A. corresponde ao salário de subsistência para uma família composta por dois adultos e um número de filhos correspondente à taxa de fertilidade do país, corrigido com base no número de trabalhadores no núcleo familiar.

S1 – 10 DP 70

	2025	2024
Percentagem de trabalhadores por conta de outrem com um salário superior ao salário digno em cada país	100,00%	100,00%
Percentagem de trabalhadores assalariados ativos com um salário superior ao salário digno em cada país	100,00%	100,00%

Todos os trabalhadores assalariados e trabalhadores assalariados ativos a 31.12.2025, tal como já aconteceu em 2024, terão um salário superior ao salário digno em cada país.

TRABALHADORES ASSALARIADOS QUE NÃO RECEBEM UM SALÁRIO DIGNOS DE ACORDO COM OS ÍNDICES DE REFERÊNCIA APLICÁVEIS (EM NÚMERO DE PESSOAS)

	2025		Variação (%)
País	Em pessoas	Em % da força ativa do país	Em pessoas físicas
TODOS OS MERCADOS	0	0,00%	0,00%

Nenhum trabalhador por conta de outrem em atividade a 31 de dezembro de 2025, tal como já aconteceu em 2024, onera um salário inferior ao salário digno em cada país.

PROTEÇÃO SOCIAL

S1-11 DP 74

Todos os colaboradores do Grupo estão abrangidos pela proteção social, em alguns mercados também com benefícios oferecidos pela empresa; nomeadamente, o Grupo promove uma iniciativa em Itália denominada «Conto Welfare», que permite aos colaboradores converter parte dos seus rendimentos brutos numa conta de despesas que podem utilizar numa vasta gama de benefícios ou serviços de saúde, bem-estar, cuidados, educação e reforma. Para além do benefício fiscal, a empresa contribui com mais 10% para a conta de despesas utilizada pelo colaborador

O Grupo apoia decisões justas em matéria de maternidade, paternidade e adoção, que incentivam os colaboradores a conciliar as responsabilidades parentais com a sua carreira.

3.1.3.5. DEFICIÊNCIA

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

S1-12 DP 79

O Grupo CA Auto Bank, ao operar em diferentes mercados, está sujeito, em alguns deles, a restrições legais no que diz respeito à recolha desses dados; por conseguinte, não recolhe essas informações de forma centralizada, uma vez que são geridas a nível local de acordo com a legislação em vigor; apenas para efeitos do relatório social, os dados foram recolhidos em termos numéricos. A percentagem de colaboradores que declararam a sua deficiência ao empregador é de 2,8% do número total de colaboradores em 31.12.2025.

3.1.3.6. INDICADORES DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

S1-13 DP 83

	2025	2024
Colaboradores que participam em avaliações periódicas de resultados e de desenvolvimento de carreira, dos quais	2.409	2.651
Mulheres	1.145	1.287
Homens	1.264	1.364
Outros	0	0
Não declarados	0	0
Percentagem de colaboradores que participam em avaliações periódicas de desempenho e desenvolvimento de carreira (em %)		
Mulheres	89,24%	82,70%
Homens	94,33%	88,80%
Outros	0,00%	0,00%
Não declarados	0,00%	0,00%
Total de colaboradores que participam em avaliações periódicas de desempenho e desenvolvimento de carreira (em %) dos quais	91,84%	85,80%

A tabela acima apresenta a percentagem de pessoas que participam no processo formal de atribuição e avaliação de objetivos. Regra geral, para garantir uma avaliação anual objetiva, são excluídas as pessoas que não tenham exercido atividade profissional durante pelo menos três meses ao longo do ano. Além disso, neste momento, os «colarinhos brancos» da sucursal alemã do CA

Auto Bank estão excluídos do processo formal, enquanto se aguarda a conclusão do acordo sindical.

	2025	2024
Número total de horas de formação, das quais	46 087,90	36 338
Mulheres	23 238,70	19 203
Homens	22 849,20	17.135
Outros	0,00	0
Não declarados	0,00	0
Número médio de horas de formação por colaborador, das quais	17,57	14,90
Mulheres	18,11	14,70
Homens	17,05	15,20
Outros	0,00	0,00
Não declarados	0,00	0,00

O dado apresenta o número médio de horas de formação por género, calculado com base na soma das horas de formação realizadas pelos colaboradores ao longo de 2025, dividida pelo número de colaboradores presentes no final do ano.

A formação inclui a formação presencial, o e-learning e a formação obrigatória, cuja participação é registada de forma automática ou manual.

3.1.3.7. INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA

S1-14 DP 88

Durante o período de referência, ocorreram no grupo 15 acidentes de trabalho, em relação ao total de colaboradores a 31 de dezembro de 2025. A repartição do total de acidentes por país é a seguinte: 1 ocorreu na República Checa, 7 em França, 3 em Itália, 2 em Portugal, 1 em Espanha e 1 na Suíça.

Nenhum dos acidentes teve consequências significativas para a vida e a saúde dos colaboradores. Nas atividades profissionais desenvolvidas no seio do grupo (funcionários que trabalham com terminais de vídeo), não estão previstos equipamentos de proteção individual (EPI) nem equipamentos de proteção coletiva (EPC).

	2025	2024	Variação (%)
Total de colaboradores abrangidos	2.623	2.651	-1,05%
Total de funcionários	2.623	2.651	0,00%
Percentagem do pessoal abrangido pelo sistema de gestão da saúde e segurança (em %)	100,00%	100,00%	-41,78%
Número de mortes por acidentes ou doenças profissionais (trabalhadores por conta de outrem)	0,00	0,00	0,00
Número de acidentes de trabalho	15,00	7,00	114,29%
Número de horas trabalhadas	4 420 106,60	4.297.749,00	2,85%
Taxa de frequência de acidentes de trabalho	3,39	1,63	108,35
Número de casos de doenças profissionais	0,00	0,00	0,00
Número de dias de ausência por acidentes de trabalho e doenças profissionais	258,00	54,00	377,78%

Taxa de gravidade dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais por cada 1 000 horas de trabalho teóricas totais	0,06	0,01	364,55%

3.1.3.8. INDICADORES DE EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E VIDA PRIVADA

S1-15 DP 93

Licença familiar	
	31/12/2025
% de funcionários com direito a licenças por motivos familiares	100%
Número de colaboradores que usufruíram de licença familiar em 2025	18 %
- dos quais mulheres	39 %
- dos quais homens	61 %

Ao longo do ano de 2025, 18 % dos colaboradores do Grupo CAAB usufruíram da licença familiar para prestação de cuidados prevista pela legislação local e/ou pelos acordos coletivos, quando aplicável.

Na tabela acima foram contabilizadas todas as licenças de maternidade e paternidade tiradas antes e depois do parto (ou da adoção, quando previsto pela legislação local), as licenças parentais para cuidar do filho/filha nos anos seguintes (de acordo com a legislação local de cada país) e as licenças para prestadores de cuidados a um familiar/convivente (de acordo com a legislação local de cada país).

S1-15 DP 94

O Grupo apoia políticas justas em matéria de maternidade, paternidade e adoção, que incentivam os colaboradores a conciliar as responsabilidades parentais com a sua carreira. Embora os requisitos da legislação laboral possam variar de país para país, as licenças parentais são concedidas a todos os colaboradores na medida necessária para cumprir a legislação local. Em alguns países, o Grupo vai além dos requisitos locais com políticas específicas. As taxas de regresso ao trabalho e de permanência após a licença parental são dois indicadores-chave da capacidade a médio e longo prazo do banco para oferecer aos colaboradores oportunidades de crescimento profissional e alcançar um equilíbrio entre a vida familiar e profissional. A saúde financeira é também um aspeto importante do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

3.1.3.9. INDICADORES DE REMUNERAÇÃO

S1-16 DP 97

A análise da disparidade salarial «não ajustada» entre homens e mulheres foi realizada em 2025 para todas as empresas do grupo, definida como a diferença entre os níveis salariais médios pagos às trabalhadoras e aos trabalhadores, expressa em percentagem do nível salarial médio dos trabalhadores: o valor para todo o grupo é de 21,7%.

Considerando que este valor mede a diferença salarial média entre homens e mulheres de toda a população do grupo – presente em 19 países – independentemente do país, do setor, das funções específicas, das responsabilidades, da antiguidade e de outros fatores pertinentes que possam explicar a diferenciação salarial, em 2025 foi concluída a ponderação das funções em todas as empresas do grupo, incluindo as de aquisição recente; esta atividade é preparatória para a análise «ajustada» da disparidade salarial de género, realizada para 2025 nos principais mercados do perímetro bancário (Itália, França, Alemanha, Reino Unido e Espanha).

	2025
Diferença salarial entre homens e mulheres	21,70%

	2025	2024
Relação entre a remuneração anual da pessoa mais bem remunerada e a remuneração mediana dos restantes funcionários	834,00%	862,00%

O cálculo, elaborado internamente pela empresa utilizando os dados de remuneração presentes no sistema informático de RH e sem validação por parte de entidades externas, considera a comparação entre a remuneração fixa do CEO e a mediana da remuneração fixa dos colaboradores.

S1-17 DP 103

Em conformidade com o Código de Conduta, todas as denúncias de discriminação e assédio são tratadas com a máxima confidencialidade e sujeitas a investigação interna. O número total de casos registados e investigados no período de referência é de 0.

A empresa implementou vários mecanismos de denúncia, incluindo canais anónimos e o sistema de denúncia de irregularidades indicado no Código de Conduta. No período de referência, foram recebidas 0 denúncias formais através destes canais.

O montante total das sanções, multas e indemnizações relacionadas com os incidentes registados é igual a 0. Esse montante é reconciliado com a rubrica mais pertinente inscrita no balanço, em conformidade com os princípios de transparência empresarial.

Por incidentes graves registados entendem-se episódios de discriminação, assédio ou violações dos direitos humanos (por exemplo: trabalho forçado, tráfico de seres humanos ou trabalho infantil).

Para se enquadrarem nesta categoria, esses incidentes devem:

1. Ser o resultado de processos judiciais, reclamações formais ou acusações graves relativas ao pessoal da empresa (funcionários a tempo inteiro, funcionários a tempo determinado e estagiários, com exclusão de contratados e fornecedores).
2. Ser circunstâncias que a empresa não conteste de forma alguma (por exemplo, através de comunicados de imprensa ou ações judiciais).
3. Ter um forte impacto na imagem e na reputação da empresa, com menções provenientes de fontes externas, tais como:
 - a. Relatórios públicos;
 - b. Artigos na imprensa;
 - c. Reportagens televisivas;
 - d. Denúncias apresentadas por associações de defesa dos direitos.

Esta definição está em consonância com **os compromissos empresariais contidos no Código de Conduta**, que proíbe qualquer forma de discriminação e promove um ambiente de trabalho seguro e equitativo.

	2025	2024
Número total de casos de discriminação e assédio relatados (confirmados ou não)	0	0
Número de denúncias e reclamações apresentadas relativamente às condições de trabalho, à igualdade de tratamento e de oportunidades para todos e a outros direitos relacionados com o trabalho, excluindo os casos de discriminação e assédio	0	0
Através de canais que permitam ao pessoal da empresa expressar preocupações/reclamações	0	0
Através dos pontos de contacto nacionais para as diretrizes da OCDE destinadas às empresas multinacionais	0	0
Montante total das multas, penalizações e indemnizações pagas por danos decorrentes das reclamações e das queixas acima referidas	0,00	0,00
dos quais montante relativo a acidentes ocorridos durante o ano	0,00	0,00
Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos identificados que afetaram o pessoal da empresa	0	0
Entre os quais numerosos casos de incumprimento dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e direitos humanos, da Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho ou das diretrizes da OCDE destinadas às empresas multinacionais	0	0
Montante total das multas, sanções e indemnizações pagas por graves violações e problemas relacionados com os direitos humanos	0,00	0,00
dos quais montante relacionado com incidentes ocorridos durante o ano	0,00	0,00

Os dados apresentados foram recolhidos através dos seguintes canais:

- **Instrumentos de denúncia internos**, incluindo através da função de Recursos Humanos;
- **Denúncias**, plataforma dedicada em conformidade com o sistema previsto pelo Código de Conduta;
- **Processos judiciais e arbitragens**;
- **Auditorias internas**.

A metodologia de recolha de dados segue uma abordagem rigorosa, baseada em:

- **Verificação das denúncias** através de inquéritos internos;
- **Classificação dos incidentes** de acordo com critérios objetivos;
- **Exclusão de denúncias não confirmadas**.

Além disso, o Grupo garante que todas as denúncias sejam tratadas com **confidencialidade** e que não haja **retaliações** contra quem denunciar episódios de discriminação ou assédio, em conformidade com o Código de Conduta.

S1-17 DP 104

Durante o período em análise, **não se registaram incidentes graves** em matéria de direitos humanos relacionados

com a força de trabalho. Consequentemente:

- **0** casos de incumprimento dos **Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos**;
- **0** violações da **Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho**;
- **0** violações das **Orientações da OCDE para as Empresas Multinacionais**.

A empresa confirma que, **durante o período em análise, não foram registados casos de violação dos direitos humanos relacionados com a força de trabalho**.

Durante o período em análise, **não foram aplicadas sanções, multas ou indemnizações** relacionadas com violações dos direitos humanos. O montante total é igual a **0**.

3.1.3.10. OUTRAS MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Para além dos requisitos de divulgação previstos pelas normas ESRS, o Grupo CA Auto Bank monitoriza outras métricas relativas à sua força de trabalho, em conformidade com o disposto no Plano de Sustentabilidade, a seguir apresentadas:

TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO INQUÉRITO IMR (ÍNDICE DE RESPONSABILIDADE IMR):

Inquérito IMR (Índice de Responsabilidade IMR)	% 2025	% 2024
Taxa de participação	90,10%	94,00%

Salienta-se que a taxa de participação é significativamente elevada. Esta forte participação demonstra o empenho e a confiança dos colaboradores no Grupo.

FORMAÇÃO ESG DOS COLABORADORES:

Cursos de formação em ESG	2023	2024	2025	Total de 3 anos
Colaboradores em serviço a 31 de dezembro de 2025 que participaram em cursos de formação ESG	0	2.168	210	2.359
Percentagem de colaboradores em serviço a 31 de dezembro de 2025 que participaram em cursos de formação ESG	0,00%	82,00%	8,00%	90,00%

Salienta-se que, ao longo de 2024, o grupo realizou um investimento significativo com o objetivo de proporcionar a todos os colaboradores uma formação completa sobre temas de RSE. A ação formativa – coordenada centralmente pela sede – foi estruturada em 2 webinars abertos a todos os colaboradores do Grupo, acompanhados por módulos temáticos traduzidos para as principais línguas e disponíveis online.

Durante o exercício de 2025, as atividades de formação relacionadas com as questões ESG foram geridas e implementadas a nível local.

3.2. CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS

3.2.1. ESTRATÉGIA

3.2.1.1. O PROJETO CLIENTE DO GRUPO CREDIT AGRICOLE

O Grupo Crédit Agricole adotou o Plano de Médio Prazo «*Projet du Groupe*» para concretizar a sua razão de ser «Agir todos os dias no interesse dos clientes e da sociedade» em todos os mercados em que opera em todo o mundo.

O *Projet du Groupe* expressa as ambições do Grupo CA, que atua com o modelo de Banco Universal de Proximidade, para criar utilidade social, acompanhar as comunidades nas grandes transformações e afirmar-se como parceiro de confiança dos clientes para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O *Projeto do Grupo* assenta em três pilares: o *Projeto Cliente*, para servir os clientes com foco na excelência relacional; o *Projeto Social*, para agir no interesse coletivo com um compromisso com a sustentabilidade; e o *Projeto Humano*, para agir com responsabilidade individual, aproximando-se do cliente através de uma relação de confiança.

O *Projeto Cliente* define as prioridades do Grupo CA para zelar pelos interesses de todos os clientes, particulares e empresas, como parceiro de confiança para o acompanhamento em todos os projetos e em todas as fases da vida. A solidez do Grupo CA, a variedade de áreas de atividade e a experiência histórica permitem oferecer ao cliente todas as soluções para as necessidades do dia a dia, para concretizar os planos a longo prazo e para enfrentar as incertezas.

O Grupo compromete-se a defender e proteger os interesses dos clientes em todas as suas ações. Aconselha-os com transparência e lealdade, coloca a responsabilidade humana no centro do seu modelo e compromete-se a disponibilizar as soluções tecnológicas mais avançadas, garantindo simultaneamente a máxima disponibilidade das pessoas.

3.2.1.2. O MODELO EMPRESARIAL E OS INTERESSES DOS

CLIENTES S4 - SBM-2 DP 8

O modelo de negócio da CA Auto Bank está intrinsecamente orientado para a criação de valor para o cliente final através da promoção de uma mobilidade democrática e sustentável. O Banco acompanha constantemente a evolução das preferências dos consumidores, que manifestam um interesse crescente pelo acesso simplificado a veículos de baixo impacto ambiental (BEV e PHEV).

Além disso, a nossa estratégia de digitalização garante uma elevada transparência contratual, reduzindo as assimetrias de informação e promovendo práticas de crédito responsável que protegem a saúde financeira da nossa clientela. O Grupo compromete-se a manter um diálogo contínuo com as suas partes interessadas, a fim de ter em consideração as necessidades e as sugestões de melhoria provenientes de cada uma delas. Entre estas partes interessadas, os clientes desempenham um papel fundamental.

A CAAB desenvolveu canais de comunicação específicos que permitem ouvir regularmente e compreender os pontos de vista e as necessidades dos seus clientes. O envolvimento dos clientes e o acompanhamento do seu feedback são realizados de forma

continua e constituem parte integrante das atividades da área comercial. Este processo permite manter um diálogo constante e recolher

informações úteis para melhorar os serviços oferecidos. Para além dos dados qualitativos obtidos através do contacto direto, o Grupo interage com os clientes através das seguintes formas:

- Site da empresa: o site do Grupo oferece informações detalhadas sobre os produtos e serviços, além de proporcionar um canal direto para as solicitações e comentários dos clientes;
- Gestão de reclamações: o Grupo implementou um sistema eficaz de gestão de reclamações, que permite responder prontamente às reclamações dos clientes e melhorar continuamente a qualidade dos produtos e serviços;
- Serviço pós-venda: o Grupo oferece um serviço pós-venda dedicado, que garante apoio e assistência contínua aos clientes após a aquisição dos serviços.

Através destes canais de comunicação, a organização empenha-se em construir e manter relações de confiança com os seus clientes, garantindo que as suas necessidades estejam sempre no centro das decisões empresariais. A satisfação dos clientes é monitorizada através do Net Promoter Score (NPS) e as expectativas e preocupações são também tidas em conta através da análise das avaliações no Google e no Trustpilot.

No âmbito da sua estratégia de desenvolvimento sustentável, o Banco adotou um programa destinado a reforçar a segurança informática e a resiliência operacional. O objetivo principal é garantir a proteção dos dados dos clientes e a integridade dos sistemas de informação, num contexto caracterizado por um aumento constante das ameaças cibernéticas.

Nos últimos anos, os ataques cibernéticos têm aumentado em frequência e sofisticação, com uma exposição crescente das superfícies de ataque. O Banco enfrenta diariamente riscos relacionados com a criminalidade cibernética, tanto através de tentativas diretas de comprometer os seus sistemas de informação, como através de ataques dirigidos a fornecedores e parceiros terceiros. A cibersegurança é, portanto, uma prioridade estratégica, integrada nas políticas de gestão do risco operacional e alinhada com as melhores práticas do setor.

3.2.1.3. IMPACTOS MATERIAIS, RISCOS E OPORTUNIDADES E INTERAÇÃO COM A ESTRATÉGIA E O MODELO DE NEGÓCIO

S4 - SBM-3 DP 9) 10)

Os clientes do CA Auto Bank são particulares, PME, empresários, empresas e autarquias. Estes enquadram-se em várias categorias, incluindo as mais vulneráveis, como as pessoas em situação de fragilidade financeira, os jovens e os idosos. Os produtos e serviços que oferecemos refletem as diferentes necessidades desta clientela diversificada.

Consequentemente, o CA Auto Bank, através de todas as suas subsidiárias, oferece a sua gama completa de serviços bancários e de aluguer a todos os seus segmentos de clientela, para que todos os intervenientes da economia nas várias regiões em que opera sejam assistidos e apoiados nas transformações atuais e futuras.

Esta combinação de utilidade social e universalidade reflete-se na estratégia social que o Grupo CA Auto Bank adotou em relação aos seus clientes:

1. oferecer uma gama de produtos que não exclua nenhum cliente para promover a inclusão social, através de produtos acessíveis a todos, independentemente da sua situação financeira, e um compromisso renovado para com os jovens e as populações vulneráveis;
2. o apoio a atores com impacto na economia social e a promoção de iniciativas de interesse social, como, por exemplo, a redução das desigualdades sociais através da prestação do serviço de partilha de veículos elétricos e de novas formas de mobilidade a médio prazo, através das atividades e promoções oferecidas pela DRIVALIA.

A acessibilidade dos produtos é parte integrante da estratégia do Grupo. Ao mesmo tempo, a CA Auto Bank compromete-se a proteger os seus clientes e os seus interesses legítimos através de uma relação transparente e correta, centrada nas necessidades e na satisfação do cliente.

As comunidades afetadas e os clientes do Grupo CA Auto Bank que possam sofrer impactos significativos decorrentes da atividade da empresa, incluindo os impactos diretamente relacionados com as suas próprias operações e com a cadeia de valor identificada, estão incluídos no âmbito de aplicação da divulgação de informação, nos termos da ESRS 2.

Na oferta de produtos destinados à clientela, o Grupo CA Auto Bank não inclui produtos e serviços que sejam intrinsecamente prejudiciais para as pessoas e/ou aumentem os riscos de doenças crónicas.

Embora representem volumes marginais em relação ao negócio principal do Banco, a gestão de cartões de crédito e empréstimos pessoais segue os mesmos padrões de proteção. Os cartões de crédito CA Auto Bank foram lançados em 2018 e destinam-se apenas a clientes particulares maiores de idade e, em qualquer caso, com idade máxima de 75 anos.

Os principais canais de comercialização são os clientes já existentes do banco e os colaboradores do grupo CA Auto Bank (e ex-FCA). A concessão do cartão está obrigatoriamente sujeita a uma avaliação de crédito e, sempre que possível, os clientes já existentes que apresentem uma situação de crédito «em incumprimento» ou de sobre-exposição são excluídos das iniciativas promocionais, com o objetivo de prevenir ativamente situações de sobreendividamento.

O produto cartão não representa atualmente o negócio principal do banco, mas faz parte dos produtos bancários do catálogo e está disponível para os clientes.

O Grupo CA Auto Bank coloca no centro da sua conduta a perceção real que o cliente tem da própria empresa, dos seus produtos e processos, com o objetivo de distinguir o que funciona corretamente daquilo que, pelo contrário, deve ser melhorado. Para tal, é fundamental avaliar o grau de satisfação dos seus clientes através da realização de inquéritos periódicos e da monitorização de indicadores de desempenho, como o Net Promoter Score (NPS). O Grupo garante ainda um serviço de apoio ao cliente atento e proativo, analisando constantemente as reclamações recebidas através de um processo de gestão estruturado que assegura resoluções atempadas e a identificação de eventuais problemas recorrentes.

Nesse sentido, o Grupo CA Auto Bank promove a proteção dos consumidores e utilizadores finais cujos direitos à privacidade, à proteção de dados pessoais, à liberdade de expressão e à não discriminação possam ser afetados negativamente.

Para o Grupo CA Auto Bank, a «Transparência» não representa apenas um conjunto de normas a seguir, mas sim um instrumento fundamental para salvaguardar os interesses dos clientes. Baseia-se num comportamento pautado por princípios de abertura e correção, com o objetivo de construir uma relação fundamentada na confiança e no benefício mútuo, por um lado, e de proteger a empresa e os seus acionistas, por outro, reduzindo o risco de sanções e minimizando os potenciais danos à reputação.

Um modelo de negócio só deve ser considerado virtuoso quando, em todas as suas fases, se centra nos interesses e no respeito pelas necessidades e pedidos dos seus clientes, desde a conceção do produto, passando pela fase de marketing, até à sua implementação, incluindo também a atenção às necessidades expressas pelos clientes na fase pós-venda.

Em particular, no que diz respeito ao serviço de partilha de veículos, as Condições Gerais do Contrato (T&Cs) exigem claramente que a utilização do veículo se faça em conformidade com a legislação em vigor e em condições de segurança. Em particular, o Art. 6.º – Regras de conduta na utilização do veículo estabelece que:

- O cliente é obrigado a respeitar o Código da Estrada, o Código Civil e o Código Penal, conduzindo com a máxima diligência;
- O veículo deve ser conduzido exclusivamente pelo cliente registado, sendo proibido ceder a condução a terceiros, mesmo que sejam familiares ou outros clientes registados;
- O cliente, no momento de cada aluguer, deve estar em pleno uso das suas faculdades mentais e não deve ter consumido álcool, drogas ou medicamentos que possam comprometer a sua capacidade de condução.
- O incumprimento destas regras pode implicar sanções pecuniárias, encargos pela recuperação do veículo e, nos casos mais graves, o envolvimento das autoridades competentes.

Estas disposições visam claramente garantir a segurança rodoviária e prevenir uma utilização potencialmente perigosa dos veículos partilhados.

No âmbito da análise de dupla materialidade, o Grupo CA Auto Bank teve igualmente em conta as categorias de clientes vulneráveis do ponto de vista financeiro e a clientela denominada «potencialmente frágil». Mais especificamente, é considerado «cliente potencialmente frágil» aquele que enfrenta dificuldades financeiras que ainda não se concretizaram, mas que poderão vir a manifestar-se (por exemplo, desemprego, divórcio, redução salarial, doença, etc.), ou que poderá ser afetado por eventos externos (por exemplo, catástrofes naturais, guerras, etc.) que poderão conduzir a prestações não pagas e, potencialmente, a uma reclassificação da posição. As categorias de clientes vulneráveis diferem em função da fase em que o cliente se encontra, ou seja, cada fase é caracterizada por níveis distintos de dificuldade financeira e pelas correspondentes abordagens de gestão diferentes.

Com base nos resultados da análise de dupla materialidade, verifica-se que o Grupo CA Auto Bank identificou dois impactos negativos relevantes potencialmente associados a incidentes pontuais. Mais especificamente, trata-se de:

- Impacto negativo em caso de identificação insuficiente de conflitos de interesses e abusos de mercado (integridade do mercado);
- Impacto negativo no bem-estar dos clientes em caso de ciberataque.

No que diz respeito aos impactos positivos, o Grupo CA Auto Bank identifica como relevante o valor acrescentado criado para os clientes através de serviços de consultoria direcionados prestados pelos colaboradores. Isto acontece, por exemplo, quando os consultores avaliam de forma abrangente a situação do cliente, considerando não só as suas necessidades imediatas, mas também o seu património e a sua situação financeira a longo prazo. Desta forma, promove-se a comercialização de produtos e serviços adequados às necessidades reais do cliente, evitando soluções padronizadas que podem não ser as mais apropriadas. Além disso, limitar as comissões para os clientes que se encontram em situações financeiras difíceis demonstra um compromisso em colocar o bem-estar do cliente em primeiro lugar, criando uma relação de confiança e de benefício mútuo.

No que diz respeito à materialidade financeira, foram identificados sete riscos relevantes, a seguir enumerados:

- Redução da margem devido à descida dos preços para tornar as ofertas ESG acessíveis a todos; consequentemente, já não é possível cobrir os custos fixos;
- Risco de conformidade relacionado com a inadequação dos produtos e serviços ao perfil do cliente (inclusão bancária, governação de produtos);
- Risco de reputação em caso de comunicação enganosa sobre questões ambientais e sociais;
- Risco de reputação em caso de fuga, roubo ou utilização indevida de dados pessoais;
- Risco de conformidade relacionado com o incumprimento das normas relativas à proteção de dados pessoais;
- Risco de conformidade decorrente da identificação insuficiente de conflitos de interesses e abusos de mercado (integridade do mercado).
- Risco financeiro decorrente da não prestação de serviços essenciais e dos custos operacionais de correção (remediação) associados.

ESRS 2 - SBM-3 DP 11

Com o objetivo de compreender de que forma os consumidores e/ou utilizadores finais com características específicas, ou aqueles que utilizam determinados produtos ou serviços, podem estar mais expostos a riscos, o Grupo CA Auto Bank considerou as seguintes fases:

1. Identificação de «Clientes Potencialmente Vulneráveis»: trata-se de indivíduos ou entidades que apresentam sinais precoces de potenciais dificuldades financeiras. Podem enfrentar circunstâncias como instabilidade profissional, mudanças significativas na vida, como o divórcio, ou fatores externos, como recessões económicas ou catástrofes naturais. A característica distintiva aqui é que estas dificuldades ainda não se concretizaram totalmente. A atenção nesta fase centra-se em medidas preventivas – interagir proativamente com estes clientes para mitigar os riscos e prevenir uma deterioração adicional da sua saúde financeira.
2. «Pagamento Improvável»: Esta fase representa os clientes que enfrentam graves dificuldades financeiras, muitas vezes com um resultado negativo do ponto de vista do crédito. Estes clientes são considerados de alto risco, e a atenção desloca-se para a gestão de potenciais perdas e a exploração de opções de recuperação.

ESRS 2 - SBM-3 DP 12

O resultado da análise de dupla relevância revelou riscos e oportunidades significativos, aplicáveis a todos os clientes do Grupo, sem estarem associados a grupos específicos.

3.2.2. POLÍTICAS E PLANOS DE AÇÃO

S4-1 DP 15

Para gerir proativamente impactos, riscos e oportunidades, o Grupo CA Auto Bank está a desenvolver uma política específica que reflita os valores de utilidade social e universalidade próprios do Grupo. O objetivo é garantir uma oferta inclusiva, capaz de acolher todos os tipos

de cliente, sem distinções. Paralelamente, o Grupo compromete-se a proteger os interesses legítimos da clientela, com especial atenção à transparência e à simplificação das condições contratuais e à inclusão financeira.

O Grupo CA Auto Bank desenvolveu um conjunto de políticas e ações específicas, centradas nas seguintes áreas estratégicas:

- **Cibersegurança e combate à criminalidade informática:** são adotadas medidas avançadas para proteger os dados e as transações dos clientes, através de sistemas de segurança informática de ponta e protocolos de prevenção contra fraudes e ataques informáticos. O Grupo CA Auto Bank, com o objetivo de liderar a luta contra a criminalidade informática e a cibersegurança, adotou um quadro de políticas e procedimentos de segurança (por exemplo, 06G.02.01. Política de Segurança da Informação, 06G.02.04. Política de Gestão de Dados, 06G.02.19. Política de Monitorização de Segurança da Informação, 06G.02.09. Política de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, 06G.02.20. Política de Resiliência das TIC), que estabelece os princípios fundamentais, os objetivos, as funções e as responsabilidades para a gestão de um sistema eficaz de segurança da informação no seio do Grupo. Em particular, a Política Geral de Segurança da Informação (Information Security Policy), que é revista anualmente, incorpora os riscos de disponibilidade, integridade e confidencialidade dos sistemas de informação do Grupo e as principais disposições da Lei de Resiliência Operacional Digital (DORA).

Além disso, o Grupo CA Auto Bank estabeleceu a Política de Retenção de Dados, que, além de partilhar com as entidades do Grupo uma metodologia e as melhores práticas úteis para a definição dos períodos de conservação dos dados, exige o respeito pelos seguintes princípios: a retenção dos dados de cada titular deve ser justificada com base no serviço prestado; deve ser garantido o princípio da responsabilização, que consiste na adoção de medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir e demonstrar que o tratamento de dados pessoais, tal como realizado, está em conformidade com os princípios estabelecidos pelo RGPD; deve ser igualmente garantido o princípio da minimização, o que se traduz na necessidade de conciliar esse princípio com a necessidade de proteger os direitos do banco dentro dos limites da prescrição dos direitos do titular dos dados.

Toda a documentação relativa às políticas e procedimentos de segurança está disponível no Portal da empresa sobre a regulamentação interna. A fim de manter os colaboradores constantemente atualizados, é enviada uma comunicação específica para cada nova publicação ou alteração, incluindo o link de acesso direto ao documento.

- **Proteção do cliente:** são implementadas iniciativas para proteger os consumidores, garantindo práticas comerciais éticas, instrumentos de apoio aos clientes em dificuldades e canais dedicados à gestão de reclamações e denúncias. Para o efeito, em 2025, foi emitida a 02G.27. Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) - Política de Proteção do Cliente destinada a proteger os clientes e os seus interesses legítimos através de uma relação transparente e equitativa e de princípios baseados nas necessidades e na satisfação do cliente. A proteção do cliente é uma prioridade absoluta para o Crédit Agricole e o Grupo CA Auto Bank. Está em plena consonância com as dimensões «Cliente» e «Social» do Projeto do Grupo.
- **Satisfação do cliente:** o Grupo implementou ainda a política «02G.24. Duties to Customer and Conflict of Interest policy», destinada a prevenir e gerir conflitos de interesses e a garantir os princípios de clareza, exatidão e não enganação das informações, que devem ser aplicados a todas as atividades bancárias e financeiras realizadas pelas entidades do Grupo CA Auto Bank, tanto para fins regulamentares como de assistência ao cliente.

Esta abordagem integrada permite ao Grupo enfrentar com responsabilidade os desafios do mercado, garantindo simultaneamente segurança, equidade e um serviço orientado para as necessidades dos clientes.

A **estratégia social da CA Auto Bank** contribui para o cumprimento dos seguintes quadros normativos:

- Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos;
- Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho;
- Orientações da OCDE.

Através dos seus produtos e serviços, a CA Auto Bank dá resposta a vários direitos fundamentais abordados nos documentos acima referidos.

Para proteger os seus clientes, o Grupo cumpre diversos quadros normativos e internos:

- Quadro regulamentar: as obrigações legislativas, regulamentares e profissionais em matéria de proteção dos clientes estão divididas em quatro pilares (Qualidade dos produtos e serviços, Transparência, Fidelidade e Escuta dos clientes). Estas decorrem de regulamentações internacionais, europeias e nacionais, bem como de compromissos de mercado (por exemplo, clientes com dificuldades financeiras).
- Normas de proteção do cliente: para cumprir as obrigações de proteção dos clientes, o Grupo adotou um conjunto de normas específicas. Estas normas aplicam-se à CA Auto Bank no seu conjunto em questões como o acesso a uma conta bancária ou de aluguer ou o direito a serviços bancários, o tratamento de operações de pagamento contestadas pelos clientes, a poupança financeira, os seguros e o sistema de reclamações. Estas normas acompanham os controlos fundamentais associados a cada tema, que se aplicam a todo o Grupo.
- Código de Conduta: O Código de Conduta expressa o compromisso do Grupo com uma abordagem comportamental orientada pelos seus valores e princípios de ação em relação aos clientes. Expressa a determinação do Grupo em fazer ainda mais para prestar o melhor serviço possível aos seus clientes. Em termos práticos, isto significa promover o respeito e o apoio aos clientes e demonstrar-lhes lealdade; ajudá-los a tomar decisões, propondo soluções adequadas ao seu perfil e aos seus interesses, informando-os dos riscos associados.
- Carta Ética do Grupo adotada a nível do Crédit Agricole: representa o documento de referência de mais alto nível do sistema ético do Grupo e constitui o quadro de valores no qual se insere o Código de Conduta do CA Auto Bank. A Carta Ética baseia-se na Raison d'Être do Grupo Crédit Agricole – «agir todos os dias no interesse dos clientes e da Sociedade» – e visa promover uma cultura ética partilhada, orientando os comportamentos dos colaboradores e da gestão, prevenindo riscos éticos, de reputação e de conduta e apoiando o Grupo a operar em contextos complexos.
- Funções e responsabilidades: a proteção dos clientes é uma responsabilidade de todos, tal como especificado no Código de Conduta do Grupo. Isto implica que todos os colaboradores e dirigentes respeitem as normas e os princípios relativos à proteção dos clientes e que exerçam vigilância no processo de tomada de decisões e nas ações do dia-a-dia.

Em termos de proteção de dados pessoais, o Grupo cumpre diversos quadros normativos e internos:

- Quadro regulamentar: A CA Auto Bank aplica o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e as suas versões nacionais em todos os países europeus onde está presente.
- Sistema de proteção de dados pessoais: para garantir o respeito pelos direitos e liberdades das pessoas cujos dados pessoais são tratados, a CA Auto Bank instituiu um sistema baseado nos seguintes quatro pilares: «Governança», «Normas», «Formação» e «Controlo».

Em termos de funções e responsabilidades: este sistema é supervisionado pelos responsáveis pela proteção de dados nomeados em cada mercado.

Também em 2025, o Grupo CA Auto Bank envolveu os consumidores do setor bancário no Reino Unido, através do inquérito IES (Societal Commitment Index). Esta terceira edição contou com a participação de 766 clientes britânicos e 300 clientes da concorrência.

O objetivo deste inquérito é:

- Avaliar o Índice de Compromisso Social entre os clientes da CA Auto Bank em Itália e no Reino Unido;
- Identificar os pontos fortes e as áreas a melhorar no que diz respeito ao compromisso social;
- Analisar a sensibilização e a eficácia das iniciativas locais.

O método de recolha de dados prevê a recolha online por e-mail, utilizando os contactos fornecidos pelo CA Auto Bank.

As perguntas formuladas visam compreender como a CA Auto Bank se empenha na promoção da coesão social e da inclusão. Em particular, são avaliadas as políticas e as ações empreendidas para garantir a acessibilidade e o apoio a diversas categorias de clientes, como idosos e jovens, com especial enfoque na inclusão e no apoio em momentos difíceis.

Algumas destas perguntas centram-se **no compromisso da CA Auto Bank com a diversidade e a igualdade de género no seio das suas entidades**, com especial atenção à inclusão de pessoas com deficiência. Verifica-se também de que forma a empresa contribui para a integração dos jovens através de oportunidades de emprego e formação, um aspeto crucial para a sua entrada no mundo do trabalho e o seu crescimento profissional.

Por fim, o inquérito analisa também o apoio que a CAAB presta aos clientes na utilização de ferramentas digitais e durante períodos difíceis, procurando compreender de que forma a empresa se aproxima das pessoas em momentos de necessidade, tanto através do apoio tecnológico como com soluções concretas em fases críticas da vida.

O Grupo explora a sua consciência e o seu compromisso em relação a questões sociais e ambientais, colocando especial ênfase na responsabilidade de promover o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores através de uma variedade de cargos e iniciativas destinadas à integração dos jovens. É também analisado o compromisso em ajudar pessoas em dificuldades económicas, com soluções como o microcrédito, a limitação de tarifas e a suspensão de pagamentos. Outro tema central diz respeito à educação financeira, com atividades como workshops sobre gestão orçamental dirigidos a jovens e grupos vulneráveis.

Além disso, analisa-se a abordagem da empresa em relação às compras responsáveis, como a preferência por fornecedores locais, e as suas ações concretas para a proteção do ambiente, incluindo iniciativas para a biodiversidade, a recolha de resíduos e o apoio a projetos de conservação ambiental. Por fim, verifica-se a atenção da empresa à proteção dos dados dos clientes e no domínio da segurança informática, temas fundamentais para garantir a confiança e a proteção dos utilizadores num mundo cada vez mais digital.

S4-1 DP 17

As comunidades onde atuamos são influenciadas pela nossa conduta enquanto colaboradores e parceiros do Grupo CA Auto Bank,

e beneficiam-se quando agimos de forma correta. No Grupo CA Auto Bank, o Código de Conduta (o «Código») representa a forma de criar um ambiente de trabalho que incorpore elevados padrões éticos de conduta. Os nossos valores, inspirados na honestidade, estão na base da

A governança corporativa do Grupo CA Auto Bank inclui um sistema fundamental de Princípios, Políticas e Procedimentos que combina a nossa experiência empresarial com os requisitos legais, a busca pelas melhores práticas e o debate sobre questões de ética e conformidade. Os diversos temas incluídos no Código estão classificados em quatro secções: relações com clientes e fornecedores; questões sociais, ambientais e societárias; anticorrupção; proteção e reputação do Grupo. Salienta-se que o tema relativo ao conflito de interesses, que se relaciona com diferentes assuntos, está incluído na secção relativa à anticorrupção. A fim de fornecer mais informações, são citados alguns casos práticos, para ilustrar, através de exemplos específicos, os princípios presentes no Código. O Código tem como objetivo garantir que todos os membros do Grupo CA Auto Bank ajam com a máxima integridade, respeitando as leis em vigor, construindo um futuro melhor para a nossa Sociedade e para as comunidades em que operamos. O Grupo CA Auto Bank partilha, e o seu Código de Conduta incorpora, os princípios da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» das Nações Unidas («ONU»), as Convenções da Organização Internacional do Trabalho («OIT») e as Orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico («OCDE») para as empresas multinacionais. O Código é aprovado pelo Conselho de Administração da CA Auto Bank S.p.A. O Código aplica-se à CA Auto Bank S.p.A. e às suas subsidiárias, definidas coletivamente como «Grupo CA Auto Bank», e globalmente a todos os seus colaboradores e parceiros.

S4-1) ESRS 2 – DP 62

Os planos de ação implementados em matéria de acessibilidade de produtos e serviços e de proteção dos clientes e dos dados pessoais estão em curso e, por conseguinte, não prevêm prazos que marquem o fim das ações empreendidas. Estas questões são monitorizadas diretamente pelos órgãos de administração e controlo.

De momento, o Grupo não dispõe de uma política específica em matéria de acessibilidade dos produtos; no entanto, em consonância com a orientação do Grupo CA.SA, prevê adotar uma política específica que tenha por objeto o tema «Consumidores e utilizadores finais» e que integre essa especificidade.

3.2.2.1. PROCESSOS PARA ENVOLVER OS CONSUMIDORES E OS UTILIZADORES FINAIS NO QUE DIZ RESPEITO AOS IMPACTOS

S4-2 DP 20

O Grupo envolve os consumidores através da realização de inquéritos periódicos sobre a satisfação do cliente, com análises detalhadas sobre as necessidades emergentes, e através de canais de reclamação e apoio ao cliente dedicados, monitorizados para garantir uma resolução atempada.

O Grupo CA Auto Bank reconhece a importância do ponto de vista dos seus clientes e promove o envolvimento direto dos consumidores, dos utilizadores finais e das instituições, em conjunto com as associações setoriais, no âmbito de grupos de trabalho específicos (ASSILEA, AGCOM, ASSOFIN e Consorzio Tutela Credito). A CAAB está, além disso, inscrita no Árbitro Bancário Financeiro (ABF), um sistema alternativo à justiça civil para a resolução de litígios que possam surgir entre clientes e bancos e outros intermediários em matéria de operações e serviços bancários e financeiros.

A empresa adotou um processo sólido de envolvimento dos consumidores e dos utilizadores finais, garantindo uma governação transparente e um acompanhamento contínuo das interações com a clientela. Esta abordagem baseia-se em diversos instrumentos

e iniciativas destinados a recolher feedback, melhorar os serviços e garantir a proteção do consumidor.

O envolvimento da clientela ocorre através de um sistema estruturado que inclui:

- Inquéritos periódicos sobre a satisfação dos clientes, que permitem medir a perceção dos serviços e identificar áreas de melhoria.
- Canais digitais e físicos para a gestão de reclamações e pedidos, que asseguram uma resposta atempada e um acompanhamento eficaz das questões levantadas. Além disso, no que diz respeito à análise das reclamações recebidas através de canais dedicados, o Grupo prevê a elaboração de relatórios periódicos sobre as ações de melhoria implementadas.
- Análise das avaliações no Trustpilot e no Google. A opinião dos clientes é a nossa bússola e, todos os dias, as pessoas expressam-se em diversas plataformas, deixando avaliações, comentários e opiniões no Trustpilot, no Google, nas redes sociais, em fóruns e em blogs online. Monitorizar constantemente estes canais permite-nos recolher feedback valioso e compreender as reais necessidades do nosso público, representando um diálogo transparente e proveitoso. Através de ferramentas de social listening e análise de dados, ouvimos os nossos clientes e as suas conversas para responder atempadamente a perguntas, esclarecer eventuais dúvidas e resolver problemas de forma eficaz.
- Diálogo com associações setoriais e instituições, para garantir o alinhamento com as melhores práticas e a legislação em vigor.
- Formação contínua do pessoal para melhorar a qualidade da interação com os clientes e a gestão das reclamações.

O envolvimento é contínuo e estruturado através de estudos de mercado e análise de reclamações.

A responsabilidade operacional pela proteção do cliente é atribuída ao **Departamento de Conformidade**, que trabalha em estreita colaboração com o **Departamento de Experiência do Cliente**. Isto significa que o Departamento de Conformidade garante que todas as normas e regulamentos relativos à proteção do cliente sejam cumpridos e integrados nos processos empresariais, enquanto o Departamento de Experiência do Cliente é responsável por assegurar que as práticas empresariais estejam alinhadas com as expectativas e necessidades dos clientes.

Além disso, o processo de proteção do cliente envolve também **funções de controlo interno**, tais como:

- **Risco e Controlo Permanente**, que se ocupa de monitorizar os riscos operacionais e estratégicos relacionados com os serviços oferecidos aos clientes;
- **Conformidade**, que garante o cumprimento da legislação em vigor e das melhores práticas do setor, tanto na fase preliminar, através da supervisão e da emissão de pareceres sobre a adequação do produto às necessidades do cliente na fase de NPA, como na fase pós-venda, com a possibilidade de solicitar um acompanhamento específico após o lançamento, além da participação em comités de acompanhamento de produtos (por exemplo, Comitês do Gabinete de Reclamações); além de manter um diálogo constante com as entidades reguladoras para garantir a conformidade e gerir eventuais notificações;
- **Proteção de Dados**, que protege os dados sensíveis e pessoais dos clientes, garantindo que as práticas da empresa cumpram as normas de privacidade.

A eficácia do processo de envolvimento é avaliada através de:

- **Indicadores-chave de desempenho (KPI) sobre a satisfação do cliente**, como o Net Promoter Score (NPS) e o Customer Effort Score (CES), que permitem acompanhar o nível de satisfação e a fidelidade dos clientes.

- **A pontuação no Trustpilot e no Google** (expressa em classificações de 1 a 5 estrelas) identifica as áreas a melhorar para aperfeiçoar a nossa oferta ao cliente.
- **Análise das reclamações e denúncias recebidas**, com relatórios periódicos sobre as medidas de melhoria implementadas.
- **Auditorias internas e verificações de conformidade**, para garantir que os procedimentos de envolvimento do cliente estejam em conformidade com as regulamentações europeias e internacionais.

O Grupo está fortemente empenhado em melhorar continuamente o seu processo de envolvimento dos consumidores, adotando uma abordagem inovadora e inclusiva. Através da adoção de novas tecnologias para recolher e analisar de forma mais eficaz o feedback dos clientes, garantindo assim uma compreensão mais profunda das suas necessidades e expectativas.

Além disso, o Grupo está a expandir os canais de interação com os consumidores, com especial enfoque na inclusão digital e na acessibilidade para os grupos vulneráveis, a fim de garantir que todos os clientes possam aceder aos serviços de forma fácil e equitativa. A CA Auto Bank está empenhada na atualização das políticas internas de gestão de clientes, garantindo que estas estejam sempre alinhadas com as mais recentes disposições regulamentares e com as melhores práticas do setor bancário e financeiro, para assegurar um serviço cada vez mais responsável, seguro e transparente.

Graças a estas iniciativas, a empresa assegura um envolvimento proativo e transparente dos consumidores, contribuindo para a construção de uma relação de confiança duradoura e para a melhoria contínua dos seus serviços.

S4-2 DP 21

O Grupo adota medidas para proteger os clientes vulneráveis, como, por exemplo, um apoio especializado para categorias em risco, com equipas especializadas na gestão das suas necessidades. Além disso, a empresa desenvolveu uma série de ferramentas para promover um diálogo constante com os consumidores. Entre estas ferramentas, o **Portal do Cliente** permite aos clientes **gerir autonomamente** os seus financiamentos e serviços, reduzindo a necessidade de intervenções manuais e tornando a interação com a empresa mais clara e imediata.

O Grupo oferece, além disso, um serviço de **assistência telefónica e digital** com **operadores especializados**, prontos a responder atempadamente às necessidades dos clientes, proporcionando soluções personalizadas, e desenvolveu **aplicações móveis** e **interfaces digitais intuitivas**, concebidas para garantir **uma acessibilidade ideal** e uma **experiência do cliente fluida**, mesmo para quem possa ter dificuldades na utilização das tecnologias.

3.2.2.2. PROCESSOS PARA CORRIGIR OS IMPACTOS NEGATIVOS E CANAIS ATRAVÉS DOS QUAIS OS CONSUMIDORES E OS UTILIZADORES FINAIS PODEM COMUNICAR OS PROBLEMAS

S4-3 DP 25

Caso sejam detetados impactos negativos nos consumidores, o Grupo intervém adotando diversas medidas para garantir uma gestão responsável e transparente. Em primeiro lugar, inicia um processo de mediação e negociação com o cliente, com o objetivo de alcançar uma solução justa e satisfatória. Paralelamente, procede a uma revisão das políticas comerciais,

assegurando-se de que os produtos e serviços oferecidos estão alinhados com os princípios éticos e a legislação em vigor. Por fim, sempre que necessário, são introduzidas alterações nos produtos e serviços para os adequar aos padrões ESG, inspirando-se nas melhores práticas do setor.

O Grupo adota um sistema estruturado de assistência ao cliente, disponibilizando diversos canais para garantir um apoio eficiente e uma gestão atempada das reclamações.

Entre estes, o número gratuito representa um ponto de contacto direto para prestar assistência imediata a pedidos de informação, reclamações e queixas. A isto juntam-se canais de e-mail e PEC dedicados, que permitem gerir as comunicações de forma assíncrona, oferecendo uma alternativa conveniente e rastreável para os pedidos dos clientes.

Além disso, o Grupo implementou plataformas digitais integradas nos sistemas de **Gestão de Relações com o Cliente (CRM)**, que permitem uma gestão estruturada das reclamações, garantindo a rastreabilidade, prazos de resposta definidos e um acompanhamento constante dos pedidos. A isto juntam-se os serviços de assistência online, que fornecem respostas rápidas às perguntas mais frequentes, orientando os clientes para as soluções mais adequadas às suas necessidades e melhorando a acessibilidade do apoio.

A CA Auto Bank garante a disponibilidade e a eficácia dos canais de comunicação para a gestão de sinistros e reclamações através dos seguintes processos:

- **Integração nas Relações Comerciais**
 - Exige que os parceiros e fornecedores adotem sistemas de gestão de reclamações em conformidade com as normas da empresa.
 - Monitoriza a qualidade do serviço ao cliente nos pontos de contacto externos (por exemplo, concessionários).
- **Padronização dos Canais de Assistência**
 - Implementa **procedimentos uniformes** para a gestão de pedidos em todos os canais (telefone, online, agências).
- **Supervisão e Monitorização**
 - Analise periodicamente os **dados sobre as interações** para avaliar os tempos de resposta e a satisfação do cliente.
 - Realize auditorias internas para verificar a eficácia dos processos de assistência.
- **Melhoria Contínua**
 - Atualize os canais de comunicação com base no **feedback dos clientes** e nos dados de utilização.
 - Promove a digitalização e a acessibilidade para melhorar a experiência do utilizador.

O Grupo monitoriza constantemente a **eficácia dos canais de reclamação** através de um sistema estruturado de análise e avaliação do desempenho.

Uma das principais ferramentas é a **análise do volume de reclamações recebidas e tratadas**, com relatórios trimestrais que permitem identificar tendências recorrentes e áreas a melhorar, além de uma **avaliação dos tempos médios de resolução**, com o objetivo de os reduzir progressivamente através de metas anuais definidas, garantindo assim uma gestão mais rápida e eficiente das reclamações.

O Grupo recolhe também feedback diretamente dos clientes através de **inquéritos pós-assistência**, que permitem medir o nível de satisfação e identificar eventuais oportunidades para otimizar ainda mais os processos de apoio.

Em caso de litígio, o Cliente pode apresentar uma reclamação à Empresa, por carta registrada com aviso de receção ou através dos canais de e-mail ou PEC. A empresa deve responder no prazo de 60 dias a contar da receção.

A empresa oferece aos seus clientes a possibilidade de iniciar um **procedimento de mediação** para resolver eventuais litígios, com a assistência de um mediador independente. Este processo ocorre como condição prévia para o julgamento e decorre perante o **Árbitro Bancário Financeiro**, competente para o território e em conformidade com o regulamento aplicável. O Árbitro Bancário Financeiro é um organismo oficialmente inscrito no registo mantido pelo Ministério da Justiça.

No que diz respeito ao setor **dos seguros**, as reclamações relativas a produtos de seguros devem receber resposta no prazo de 45 dias a contar da receção da reclamação pela companhia de seguros responsável. Se o reclamante, que pode ser uma pessoa singular ou coletiva, associações de consumidores ou entidades com interesses coletivos, não estiver satisfeito com a resposta ou não receber resposta dentro do prazo previsto, tem a possibilidade de se dirigir por escrito **ao IVASS - Serviço de Proteção dos Utilizadores**. O site da IVASS disponibiliza um modelo para a apresentação de reclamações. Além disso, o contratante pode recorrer a sistemas alternativos de resolução extrajudicial de litígios previstos na legislação em vigor.

No caso de **serviços de pagamento**, como cartões de crédito e transferências bancárias, em conformidade com a **Diretiva relativa aos serviços de pagamento (PSD II)**, a resposta à reclamação deve ser fornecida no prazo de 15 dias a contar da receção da mesma pela Empresa.

No que diz respeito às **reclamações relativas à proteção de dados pessoais**, e em conformidade com o **Regulamento Europeu 2016/679**, a resposta deve ser enviada no prazo de 30 dias a contar da receção da reclamação. Este prazo pode ser prorrogado até 60 dias, caso a complexidade da reclamação ou o número de pedidos o justifique, mediante informação prévia ao interessado, que receberá as razões do atraso no prazo de 30 dias.

A empresa monitoriza constantemente a eficácia dos seus canais de reclamação através do **acompanhamento dos prazos** de resposta, **da análise do volume e do tipo de reclamações** recebidas, bem como da **avaliação do feedback** dos clientes. Estes dados são regularmente analisados e utilizados para **verificar e melhorar** os processos internos, garantindo que as questões levantadas sejam tratadas de forma atempada e com o objetivo de satisfazer as necessidades dos consumidores. A empresa envolve também as partes interessadas, como as associações de consumidores, para garantir que as políticas adotadas sejam eficazes e respondam às necessidades reais dos utilizadores.

A CA Auto Bank monitoriza, além disso, constantemente o número de recursos apresentados ao Arbitro Bancário Financeiro (ABF), bem como o número de queixas apresentadas à Autoridade, cuja contagem constitui, por si só, uma indicação do grau de insatisfação do cliente relativamente à reclamação inicial.

S4-3 DP 26

A empresa avalia a perceção e a confiança dos consumidores nos processos de assistência através de inquéritos periódicos de satisfação, análises das taxas de utilização dos canais de reclamação e acompanhamento dos tempos de resposta e resolução. Os dados recolhidos permitem melhorar a acessibilidade e a eficácia das estruturas de apoio, garantindo transparência e rapidez na resposta às necessidades dos clientes.

3.2.3. PLANOS DE AÇÃO

S4-3 DP 30

PLANOS DE AÇÃO DESTINADOS A GARANTIR A ACESSIBILIDADE DA OFERTA

A proteção do cliente representa uma prioridade consolidada do Grupo, que se compromete a garantir uma abordagem estruturada à proteção dos clientes, com um foco específico na governança, transparência e mitigação de riscos.

No âmbito da proteção do cliente, a Função de Conformidade coordena grupos de trabalho destinados a reforçar a lealdade para com a clientela, com especial atenção à governança dos produtos. O objetivo é garantir a proteção dos clientes e dos seus interesses legítimos através de uma abordagem estruturada que se articula nas seguintes medidas operacionais:

- **Riscos de conformidade regulamentar**, decorrentes da evolução do quadro regulamentar e da adaptação dos processos internos.
- **Riscos de reputação**, associados a eventuais práticas que não estejam em conformidade com os padrões de transparência e correção.
- **Riscos financeiros para os clientes**, relacionados com a venda de produtos inadequados à sua situação económica ou com a falta de informações claras sobre custos e benefícios.
- **Impacto social**, com especial atenção à proteção dos segmentos de clientes vulneráveis e à acessibilidade dos produtos financeiros.

Em consonância com a sua razão de ser, o departamento de Compliance expressa estas ambições através da abordagem «Smart Compliance for Society», que integra a proteção dos clientes.

Neste contexto, as diversas medidas implementadas articulam-se em torno dos seguintes quatro pilares:

1. a qualidade das ofertas, que reflete o compromisso do Grupo com a gestão dos produtos em todas as fases do processo de oferta;
2. a lealdade para com os clientes, que visa prestar um aconselhamento leal a todos os nossos clientes;
3. a transparência da informação, para a tornar acessível a todos e permitir que os clientes tomem decisões informadas;
4. A atenção prestada aos clientes através de um sistema de gestão de reclamações, que está no centro dos nossos processos de melhoria contínua.

O Grupo dispõe de um sistema avançado de monitorização das regulamentações emergentes, destinado a identificar atempadamente as novas regulamentações e a antecipar a sua aplicação operacional. Isto permite garantir a conformidade regulamentar e integrar eventuais adaptações nos processos empresariais de forma proativa.

As principais regulamentações externas a que o Grupo adere incluem:

- Regulamentos sobre a proteção dos consumidores bancários, como o Regulamento (UE) 2019/1150 sobre a transparência nos serviços digitais.
- Normativas em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT).
- Diretiva CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive), para a integração dos fatores ESG na governação empresarial.
- Aplicação Operacional das Obrigações Normativas e Profissionais.

A proteção do cliente é um princípio fundamental para o Grupo CA Auto Bank, que o concretiza através da aplicação rigorosa das normas legislativas, regulamentares e profissionais. Este compromisso traduz-se numa atenção especial a dois aspetos-chave:

- Adequação da oferta comercial: os produtos e serviços são propostos garantindo a máxima transparência e clareza documental, para que os clientes possam fazer escolhas informadas e conscientes.
- Apoio aos clientes em dificuldades financeiras: o Grupo adotou medidas concretas para apoiar os consumidores em situações de vulnerabilidade económica, incluindo a introdução de um limite máximo para as comissões e a definição de ofertas específicas concebidas para facilitar a gestão das dificuldades financeiras.

Através destas iniciativas, o Grupo compromete-se a garantir uma relação justa e responsável com a clientela, promovendo um sistema de proteção sólido e em conformidade com os mais elevados padrões do setor.

O Departamento de Conformidade define o quadro normativo e de controlo relativo à governança dos produtos, atribuindo às entidades operacionais a responsabilidade pela sua implementação. Este sistema visa garantir a qualidade e a compatibilidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes através de:

- Identificação dos clientes-alvo e dos clientes não compatíveis, para evitar a venda de produtos inadequados;
- Clareza da documentação e transparência na determinação dos preços, para garantir a compreensibilidade das condições contratuais;
- Conformidade com as regulamentações em matéria de combate ao branqueamento de capitais (AML/CFT), ética, ESG e fiscalidade, para reforçar a proteção dos interesses dos clientes.

Um nível adicional de controlo é representado pelo Comité NPA (New Product Activities), encarregado de avaliar as novas ofertas antes da sua introdução no mercado. O Comité garante a integração dos fatores ESG na fase de desenvolvimento dos produtos e a proteção do cliente através de uma análise preventiva dos riscos e benefícios das novas iniciativas.

Na definição e implementação da política de proteção do cliente, o Grupo adota uma abordagem inclusiva que tem em conta os interesses das principais partes interessadas, incluindo:

- Clientes, através de atividades de escuta, inquéritos de satisfação do cliente e canais de comunicação para eventuais problemas.
- Autoridades reguladoras, através de um diálogo constante para garantir a conformidade com as normas do setor.
- Colaboradores e redes de vendas, com programas de formação específicos para garantir a aplicação da política na relação com os clientes.

Além disso, esses princípios são disponibilizados através dos seguintes canais institucionais: através da publicação do Código de Conduta, para garantir transparência e acessibilidade aos clientes e às partes interessadas; e, na Intranet da CA Auto Bank, das Políticas de implementação dos princípios de Proteção do Cliente, para apoiar a aplicação da política por parte do pessoal. Para além das interações com partes interessadas externas, através de relatórios e documentos de síntese partilhados com as partes interessadas.

O Grupo implementou um sistema de controlos internos destinado a verificar a correta aplicação da regulamentação em matéria de proteção do cliente. Além disso, são apresentados periodicamente relatórios às autoridades reguladoras, incluindo um sistema de controlo para monitorizar a aplicação das normas previstas, com auditorias internas e verificações periódicas e um sistema de relatórios regulares às autoridades reguladoras, incluindo o Banco de Itália e o Banco Central Europeu, para garantir a

transparência e a responsabilização.

O CA Auto Bank recorre a um sistema de monitorização para identificar futuras regulamentações e antecipar as mudanças operacionais no seio do Grupo. No âmbito da comercialização das ofertas, esta monitorização abrange todas as áreas de atividade do Grupo, em particular os produtos de poupança e de seguros, que são alvo de especial atenção por parte das autoridades reguladoras.

A Compliance garante o cumprimento das obrigações legislativas, regulamentares e profissionais, bem como a implementação dos compromissos do Projeto Social do Grupo, através da publicação de normas que descrevem os sistemas a implementar. As entidades são responsáveis pela implementação destes dispositivos.

Este sistema de governança de produtos aplica-se a todas as entidades do Grupo. É regulado por um conjunto de procedimentos e controlos definidos pela Direção de Conformidade, cuja implementação é da competência das entidades. O objetivo é garantir a qualidade das ofertas propostas a todos os clientes, comercializando ofertas adequadas e estabelecendo um intercâmbio de informações entre os produtores e os distribuidores dessas ofertas e, de forma mais geral, assegurar o controlo dos riscos inerentes aos novos produtos. Trata-se de duas fases essenciais:

- I) a definição e validação das características de uma oferta, a sua estratégia de distribuição (no âmbito dos comités «NPA»);
- II) a sua revisão periódica.

Qualquer lançamento de novos produtos, atividades ou serviços, ou qualquer alteração significativa de um produto, atividade ou serviço existente, não pode ser efetuado sem a autorização prévia e explícita do Comité de Novos Produtos/Novas Atividades (comité NPA

- a nível da sede). Esta fase valida a identificação dos clientes-alvo (por exemplo, os clientes finais a quem se destina a oferta) e dos clientes cujas necessidades, características e objetivos não são compatíveis com a oferta (por exemplo, o mercado negativo). Além disso, permite verificar se foram cumpridas todas as condições necessárias para a distribuição, tanto em termos de conformidade legal e regulamentar, como a nível operacional. A título de exemplo, o comité assegura-se de que a documentação destinada aos clientes e aos consultores está em conformidade, que a apresentação do funcionamento das ofertas é clara e que o seu preço é transparente. A decisão do comité NPA baseia-se, portanto, numa análise que abrange todos os desafios e riscos do Grupo (por exemplo, proteção dos clientes, corrupção, conflitos de interesses, sanções internacionais, AML/CFT, fraude, ética, ESG, proteção de dados, questões legais, fiscais, contabilísticas, etc.).

A revisão periódica das ofertas comercializadas (poupança financeira, produtos de seguros não bancários e empréstimos em moeda estrangeira, quando aplicável) baseia-se na análise das subscrições efetuadas para identificar eventuais anomalias, nas reclamações dos clientes registadas sobre essas ofertas e nas recomendações emitidas pelas autoridades de supervisão. Os resultados destas análises são partilhados com o criador da oferta para avaliar, se necessário, uma evolução da oferta ou da sua estratégia de distribuição.

Além disso, o conjunto de normas é complementado por mecanismos de coordenação e formação para os colaboradores do Grupo. Contribui para difundir a cultura da Proteção do Cliente através de módulos de formação adequados (por exemplo, conformidade diária e ética e módulos especializados por tema de proteção dos clientes).

O Grupo recorre a um sistema de controlo que visa garantir a correta aplicação do conjunto de normas, de acordo com a natureza

da atividade, nomeadamente através de controlos consolidados de segundo nível. Este sistema permite garantir o cumprimento dos prazos e a qualidade da resposta dada às reclamações dos clientes, a qualidade dos pareceres emitidos sobre novas ofertas de produtos e serviços, ou a adequação dos produtos e serviços à situação e aos objetivos dos clientes.

PLANOS DE AÇÃO RELATIVOS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A CA Auto Bank implementou uma estratégia social organizada em torno de várias ações:

- **Gestão de risco**, através do Comité de Segurança do Grupo, que é liderado pela entidade de Gestão de Risco (RPC) e conta com a participação dos Responsáveis das entidades de Segurança da Informação, TIC, Conformidade e Proteção de Dados, e Auditoria Interna.
- **Sensibilização ativa dos colaboradores** através de comunicações, cursos de formação, ações específicas e exercícios temáticos. São também realizadas regularmente atividades de sensibilização dirigidas aos clientes.
- **Proteção dos sistemas de informação** através da autenticação multifator e da configuração dos dispositivos, bem como cláusulas relativas à externalização de serviços informáticos.
- **Gestão de incidentes** através de um processo alinhado com o Plano de Continuidade de Negócios (BCP), de acordo com o procedimento de alerta para a notificação correta de incidentes e o fornecimento de soluções em caso de interrupção do sistema de TI.

PLANOS DE AÇÃO DESTINADOS A GARANTIR A ACESSIBILIDADE DA OFERTA

O Grupo define planos de ação para promover uma maior consciência financeira entre os consumidores, facilitando o seu acesso aos serviços e apoiando-os na gestão das suas necessidades económicas, e implementa um sistema de monitorização da eficácia, que prevê a medição da satisfação dos clientes e a análise das reclamações. Isto permite identificar atempadamente eventuais problemas e adotar possíveis ações corretivas.

PLANOS DE AÇÃO RELATIVOS À CIBERSEGURANÇA

Em consonância com o disposto nas Políticas relativas ao tema da Cibersegurança, o Grupo implementou um sistema de monitorização e proteção de dados estruturado da seguinte forma:

- **Monitorização e prevenção:** o Centro de Operações de Segurança (SOC) monitoriza 24 horas por dia, 7 dias por semana, as ameaças cibernéticas e responde atempadamente aos incidentes.
- **Proteção de dados e acessos:** os dados são classificados e protegidos por encriptação, enquanto o acesso aos sistemas é regulado através de autenticação forte (MFA) e segmentação da rede.
- **Gestão de vulnerabilidades:** são realizados testes de segurança regulares (testes de penetração, avaliação de vulnerabilidades) para identificar e corrigir atempadamente eventuais fraquezas nos sistemas.
- **Resiliência operacional e continuidade de negócios:** os sistemas informáticos são concebidos para garantir a continuidade operacional através de estratégias de backup, recuperação de desastres e testes periódicos para cenários de emergência.
- **Segurança de terceiros:** os fornecedores críticos são submetidos a controlos de segurança e devem cumprir as normas contratuais em matéria de proteção de dados e cibersegurança.

O Banco investe na sensibilização e formação dos seus colaboradores e clientes sobre questões de cibersegurança.

Todos os colaboradores recebem sessões de formação periódicas sobre riscos cibernéticos, com simulações de phishing e testes de reação a ataques informáticos.

Além disso, são organizadas campanhas de sensibilização periódicas destinadas a ajudar a reconhecer tentativas de fraude e a proteger as informações pessoais.

A estratégia de cibersegurança do Banco é constantemente atualizada para responder à evolução das ameaças e às novas regulamentações. O Banco monitoriza a sua postura de segurança e adota medidas corretivas para reforçar ainda mais a proteção do seu ecossistema digital.

Graças a uma abordagem proativa à cibersegurança, o Banco compromete-se a garantir um ambiente digital seguro, protegendo os seus clientes, colaboradores e partes interessadas de riscos informáticos cada vez mais sofisticados.

As informações relativas à segurança estão acessíveis aos clientes do Banco através da secção de FAQ dos portais web por eles utilizados para aceder aos serviços do Banco.

Além disso, tendo em conta a regulamentação relativa ao Registo Público de Oposições (RPO), o Grupo CA Auto Bank atualizou as informações sobre o tratamento de dados pessoais, destacando especificamente as novidades regulamentares surgidas.

À luz das cláusulas contratuais-tipo (standard contractual clauses – abreviadamente SCCs) elaboradas pela Comissão Europeia, a CA Auto Bank procedeu à atualização das informações na sua posse, verificando e mapeando todas as transferências de dados pessoais de prestadores de serviços que envolvam o tratamento (conservação, acesso, processamento, etc.) de dados pessoais, com o objetivo de verificar quais deles tratam dados pessoais fora da UE/EEE, exigindo a adoção das medidas de proteção previstas na legislação aplicável, a fim de evitar situações de não conformidade.

Foi implementado um plano de formação específico com o objetivo de divulgar, melhorar e aumentar a sensibilização dos colaboradores sobre as questões relacionadas com a proteção de dados. Desta forma, estas questões tornam-se mais facilmente compreensíveis e permite aos colaboradores integrar os seus aspetos-chave na rotina diária.

A gestão da cibersegurança baseia-se num modelo de três linhas de defesa:

- Primeira linha de defesa: as funções operacionais de cibersegurança, TIC e de negócios identificam e mitigam os riscos de segurança informática, em coordenação com os Responsáveis pela Segurança da Informação (CISO);
- Segunda linha de defesa: a unidade de gestão de risco de TIC supervisiona e avalia a eficácia das medidas de segurança implementadas, garantindo a conformidade com a regulamentação em vigor;
- Terceira linha de defesa: a auditoria interna realiza verificações periódicas para monitorizar a eficácia das estratégias de segurança e o cumprimento das políticas da empresa.

O Banco criou o Comité de Segurança, cujo objetivo é prevenir e/ou reduzir os riscos relacionados com os sistemas de informação, a cibersegurança, a continuidade operacional e as áreas de segurança lógica e física, garantindo a coordenação com as funções competentes e proporcionando uma visão global da segurança do Banco para apoiar a tomada de decisões.

Ao longo de 2025, a abordagem adotada consistiu em ministrar cursos de formação específicos e diferenciados: um curso, destinado a todos os colaboradores, que contém noções de carácter geral no âmbito da proteção de dados; um curso, também destinado a todas as subsidiárias do Grupo CA Auto Bank, dedicado a fornecer orientações para a utilização correta do registo de tratamentos (GDPR Tool).

Além disso, foram implementadas atividades específicas destinadas a aumentar a sensibilização sobre o tratamento de dados no âmbito do processo de gestão da fraude e de geolocalização, em conformidade com o disposto nas Orientações 01/2020 sobre o tratamento de dados pessoais no contexto dos veículos conectados e das aplicações relacionadas com a mobilidade, adotadas em 9 de março de 2021 pelo Comité Europeu para a Proteção de Dados (EDPB) e dos instrumentos à disposição dos titulares de dados, de modo a garantir-lhes a possibilidade de exercerem os seus direitos.

Por último, salienta-se que está em fase de consolidação a implementação da plataforma (GDPR Tool) em todas as sucursais e subsidiárias do Grupo CA Auto Bank, para uma gestão mais ordenada dos processos relativos ao tratamento de dados.

Esta plataforma, já em uso no âmbito italiano, tem como objetivo reforçar e automatizar os processos de proteção de dados pessoais com base em quatro pilares, dedicados, respetivamente, ao: registo de tratamentos, avaliação de impacto na proteção de dados (DPIA - data protection impact assessment), violação de dados pessoais (data breach) e controlos.

O objetivo é dispor de uma ferramenta única de arquivo, gestão e controlo no âmbito da proteção de dados, em conformidade com diretrizes e critérios de avaliação (tais como, a título de exemplo e sem carácter exaustivo, violação de dados, controlos) comuns e uniformes para todo o Grupo CA Auto Bank.

São realizadas regularmente análises aprofundadas das novas ameaças, aplicando as melhores práticas do setor para conter os riscos identificados. Neste contexto, a empresa tomou medidas para sensibilizar os colaboradores para estas questões através de ações específicas de formação em segurança informática.

Além disso, a CA Auto Bank utiliza ferramentas de Threat Intelligence para monitorizar as ameaças cibernéticas na web, tendo também em conta os riscos crescentes identificados nos estudos de analistas de segurança a nível internacional.

No que diz respeito ao teletrabalho, foram reforçadas as medidas de segurança associadas, não só a nível técnico, mas também em termos de sensibilização dos colaboradores.

Por fim, ao longo de 2025, a CA Auto Bank S.p.A. alcançou um marco importante ao obter a certificação ISO/IEC 27001, a norma internacional de referência para a gestão da segurança da informação. O certificado confirma a solidez e a conformidade do sistema de gestão do Banco com as normas internacionais de proteção de dados e resiliência informática. Mais especificamente, o âmbito da certificação abrange a gestão dos sistemas de informação para a prestação de serviços de financiamento digital à clientela de retalho italiana, com formalização contratual através de canais digitais, bem como a gestão do ciclo de vida dos contratos digitais, desde a ativação até ao arquivo. Este reconhecimento atesta o empenho constante do Banco em garantir a máxima fiabilidade e confiança aos clientes e parceiros, assegurando uma governação rigorosa dos riscos e dos processos num contexto digital em constante evolução.

3.2.5. MEDIDAS RELATIVAS A IMPACTOS SIGNIFICATIVOS NOS CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS, ABORDAGENS PARA GERIR RISCOS SIGNIFICATIVOS E APROVEITAR OPORTUNIDADES SIGNIFICATIVAS EM RELAÇÃO AOS CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS, E EFICÁCIA DESSAS MEDIDAS

S4-4 DP 31

O Grupo CA Auto Bank adota uma abordagem estruturada para gerir de forma eficaz os impactos nos consumidores, desenvolvendo intervenções direcionadas a vários níveis e implementando ações preventivas e corretivas, com o objetivo de prevenir e mitigar eventuais impactos negativos. Isto inclui programas destinados a garantir a máxima transparência nos produtos e serviços oferecidos, assegurando que as informações fornecidas sejam claras e acessíveis.

Para minimizar os impactos negativos sobre os consumidores, o Grupo implementou um sistema de controlo estruturado, articulado em várias medidas destinadas a garantir a transparência, a conformidade regulamentar e a proteção do cliente.

Uma das principais medidas adotadas é a revisão periódica das políticas comerciais e de produto, o que permite garantir o alinhamento constante com os padrões ESG e as melhores práticas do setor, reduzindo potenciais riscos para os consumidores. A esta atividade juntam-se procedimentos específicos de assistência para a resolução de litígios, através da ativação de canais dedicados à gestão de reclamações e de um sistema de mediação, com o objetivo de encontrar soluções justas e atempadas para os clientes.

Por fim, o Grupo investe na formação dos colaboradores em matéria de proteção do consumidor, com especial atenção às necessidades dos clientes vulneráveis, garantindo assim uma abordagem consciente e responsável na gestão das relações com a clientela.

O Grupo implementou um sistema estruturado de resolução, destinado a garantir transparência, equidade e rapidez na gestão das notificações e reclamações por parte dos clientes. Um dos elementos-chave desta abordagem é representado pelos mecanismos de reclamação transparentes, que prevêm prazos de resposta definidos e constantemente monitorizados, garantindo assim um tratamento equitativo e coerente dos pedidos recebidos.

A empresa previu a possibilidade de revisão e adaptação das decisões empresariais por parte da Direção da CA Auto Bank, com base nas reclamações recebidas, com o objetivo de melhorar continuamente os processos internos e a experiência do cliente. Por fim, para garantir a integridade e a eficácia das medidas adotadas, a empresa colabora ativamente com associações setoriais e consultores externos, assegurando que os processos de correção estejam em conformidade com as melhores práticas do setor e respeitem os mais elevados padrões de correção e transparência.

Paralelamente às ações de mitigação, o Grupo promove ativamente a inovação digital, evoluindo constantemente os seus modelos operacionais para acompanhar os processos de digitalização do setor financeiro. Este compromisso traduz-se na adoção de soluções tecnológicas de ponta destinadas a simplificar a acessibilidade e a reforçar a segurança, através da otimização do processo de assinatura digital e do desenvolvimento de novas funcionalidades que permitem uma transição fluida e integrada entre os processos presenciais e os remotos.

Mais especificamente, o Grupo implementou ferramentas avançadas para o envio digital de documentação, sistemas de

reconhecimento remoto e modalidades de acesso imediato a documentos em formato digital. Estas inovações garantem

uma experiência do utilizador multicanal, transparente e flexível, permitindo ao cliente gerir os seus processos com total autonomia e segurança, independentemente do ponto de contacto escolhido.

A eficácia das iniciativas é avaliada através de:

- **Indicadores de desempenho relativos à satisfação dos clientes** (Net Promoter Score, Índice de Satisfação do Cliente);
- **Análise dos prazos de resolução de reclamações** com objetivos de melhoria contínua;
- **Relatórios trimestrais sobre as ações empreendidas e os progressos na melhoria dos serviços.**

A Reunião Operativa de Reclamações tem como missão analisar as tendências das reclamações (número, tipo, resultado, prazos de resposta), bem como examinar em conjunto os casos eventualmente apresentados pelo Responsável pelo Gabinete de Reclamações ou por outra função da empresa envolvida (por exemplo: estruturas comerciais; entidades de controlo).

A Reunião permite utilizar eficazmente as informações extraídas das reclamações, com o objetivo de rever a estrutura dos produtos oferecidos, monitorizar as modalidades de colocação utilizadas e corrigir eventuais pontos críticos relacionados com o funcionamento de determinadas estruturas ou processos empresariais.

Participam os responsáveis da CA Auto Bank - Apoio ao Cliente, Serviço de Reclamações, Assuntos Jurídicos, Conformidade, Relações com as Autoridades de Supervisão e Proteção de Dados, Risco e Controlo Permanente, bem como o Diretor do Mercado de referência. Além disso, dependendo do tema específico em debate, podem ser convidadas outras funções da empresa. O Responsável pelo Gabinete de Reclamações destaca os casos mais significativos e eventuais tendências em aumento, a fim de avaliar as intervenções nos processos em curso, nos sistemas de informação, no plano de formação dos recursos ou outras ações. A Reunião reúne-se trimestralmente/semestralmente e/ou em caso de necessidade, dependendo da tendência, e poderá avaliar se é necessário rever alguns processos internos e/ou prever intervenções de TIC ou de outra natureza.

S4-4 DP 32

O Grupo adota uma **abordagem proativa** na identificação das ações necessárias para melhorar continuamente os seus processos e garantir a proteção dos consumidores.

Uma das principais alavancas desta abordagem é a **análise das reclamações e das sugestões dos clientes**, o que permite identificar as áreas de melhoria mais críticas e intervir atempadamente para resolver eventuais problemas. O Grupo realiza um **acompanhamento regulamentar constante** e conduz atividades de benchmarking do setor, garantindo que as suas estratégias estejam sempre alinhadas com as melhores práticas e os padrões mais avançados.

Em apoio a estas atividades, os **comités de NPA avaliam internamente** e analisam os riscos emergentes, a fim de propor as medidas corretivas adequadas, garantindo um processo de tomada de decisão estruturado e orientado para a qualidade do serviço prestado.

As **medidas de mitigação adotadas**, destinadas a reduzir os potenciais impactos negativos sobre os consumidores e a garantir um serviço equitativo e transparente, dizem respeito a **produtos e serviços**, visando melhorar a sua acessibilidade e a clareza das informações, assegurando escolhas informadas por parte dos clientes. Além disso, é realizada a monitorização das **práticas de venda**, através de controlos internos estruturados, com o objetivo de prevenir comportamentos indevidos e garantir o

cumprimento das normas éticas e regulamentares.

Além disso, o Grupo desenvolveu **planos de apoio dedicados a clientes em dificuldades**, que incluem soluções de reestruturação financeira, com o objetivo de oferecer assistência concreta e promover a sustentabilidade económica a longo prazo.

Para garantir a eficácia dos processos de resolução, o Grupo adotou uma série de medidas estruturadas e transparentes, incluindo a implementação de **canais de reclamação claros e facilmente acessíveis**, que asseguram uma gestão transparente das reclamações e uma resolução rápida e direcionada. Isto permite que os clientes saibam exatamente como a sua reclamação será tratada e quais são as modalidades de intervenção.

Além disso, o Grupo implementou uma **supervisão rigorosa por parte das funções de conformidade**, que monitorizam constantemente a aplicação das políticas de proteção do consumidor, garantindo que as medidas tomadas estejam em conformidade com a legislação em vigor e com as melhores práticas do setor. Para completar o processo, é realizada uma **avaliação do impacto das medidas corretivas** adotadas. Isto é feito através da **recolha de feedback dos clientes** e da análise de **indicadores de melhoria**, para medir a eficácia das ações empreendidas e identificar novas oportunidades de otimização.

O acompanhamento e a avaliação da eficácia do processo de correção seguem o mesmo procedimento aplicado às outras ações corretivas, garantindo um ciclo contínuo de melhoria que responde às necessidades dos consumidores e melhora a qualidade do serviço prestado.

S4-4 DP 33

Em relação aos riscos e oportunidades decorrentes dos impactos e dependências da empresa em relação aos consumidores e utilizadores finais, a organização adota uma abordagem estruturada baseada em medidas preventivas e corretivas destinadas a garantir a segurança, a qualidade e a acessibilidade dos seus produtos e serviços. A empresa reduz os riscos através de:

- **Controlos de qualidade e segurança dos produtos financeiros**, para garantir a plena conformidade com os requisitos ESG.
- **Monitorização contínua dos riscos de reputação e regulamentares**, com análises periódicas dos impactos nos consumidores.
- **Melhoria constante da transparência**, garantindo comunicações claras e informativas sobre as condições dos serviços.

No que diz respeito aos riscos associados à dependência da empresa em relação aos consumidores e aos utilizadores finais, a empresa avalia-os através de:

- O impacto das crises económicas, monitorizando os indicadores económicos para antecipar possíveis reduções do poder de compra. Neste contexto, são adotadas estratégias de preços e acessibilidade para manter a procura de produtos e serviços;
- A evolução das preferências de consumo, investindo em estudos de mercado e inovação para responder atempadamente às mudanças nos comportamentos e nas expectativas dos consumidores.

Os riscos e oportunidades identificados são integrados nos processos de gestão de risco empresarial, garantindo um acompanhamento constante e a implementação de estratégias de mitigação e valorização das oportunidades. As avaliações são periodicamente atualizadas com base na evolução do contexto económico, regulamentar e social.

Embora, neste momento, não tenham sido identificadas oportunidades significativas relacionadas com os consumidores, o Grupo continua empenhado em explorar oportunidades futuras neste domínio, com o objetivo de melhorar continuamente a experiência e a satisfação dos clientes.

Entre as principais ações empreendidas encontram-se:

- **O desenvolvimento de soluções inovadoras para a experiência do cliente**, que inclui a **digitalização** dos serviços e a criação de **ofertas personalizadas**, para responder melhor às necessidades específicas de cada cliente e tornar os processos mais eficientes e acessíveis;
- **A expansão de produtos financeiros sustentáveis**, concebidos para satisfazer as crescentes necessidades ESG (ambientais, sociais e de governança) dos consumidores, oferecendo soluções que reflitam os valores de sustentabilidade e responsabilidade;
- **O reforço da confiança e da fidelização dos clientes**, através de iniciativas de **envolvimento** personalizadas e de um apoio constante por parte do **Serviço de Apoio ao Cliente**, com o objetivo de fortalecer a relação com os clientes e garantir que todas as suas necessidades sejam atendidas de forma atempada e com atenção.

Essas iniciativas visam criar valor tanto para os consumidores como para a empresa, consolidando a confiança mútua e respondendo proativamente às necessidades em constante evolução do mercado.

S4-4 DP 34

A empresa adotou medidas preventivas específicas, incluindo a formação do pessoal sobre a gestão ética das relações com os clientes e as políticas de transparência e conformidade, para garantir que as práticas de marketing e vendas sejam corretas.

S4-4 DP 35

Durante o período de referência, não foram relatados incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com os consumidores. No entanto, o Grupo CAAB mantém um acompanhamento constante da situação para garantir o respeito pelos direitos humanos e prevenir eventuais problemas. Este compromisso concretiza-se através de:

- **Mecanismos de denúncia interna**, que permitem recolher denúncias e avaliar os riscos relacionados com os direitos humanos, garantindo que qualquer questão seja abordada de forma atempada e adequada;
- **Colaboração com organismos reguladores**, com o objetivo de nos alinharmos com as normas e padrões internacionais em matéria de direitos humanos e de garantir o cumprimento da legislação em vigor.

Estes instrumentos permitem ao Grupo monitorizar e gerir proativamente os riscos relacionados com os direitos humanos, mantendo a proteção dos consumidores e das suas necessidades no centro das atenções.

S4-4 DP 37

O Grupo alocou recursos significativos para garantir a proteção dos consumidores, adotando uma série de iniciativas estratégicas.

Entre estas:

- A criação de departamentos especializados em conformidade e proteção do cliente, com uma equipa dedicada que se ocupa exclusivamente da proteção dos consumidores e da garantia da conformidade com a legislação em vigor;
- Investimentos contínuos na formação do pessoal, para reforçar a sensibilização relativamente às regulamentações e às boas

práticas e para promover uma cultura orientada para a proteção do cliente;

- Um orçamento destinado ao desenvolvimento de soluções tecnológicas, com o objetivo de melhorar tanto a experiência do cliente como a segurança dos dados pessoais dos consumidores.

Além disso, o Grupo adota uma abordagem integrada que combina conformidade, experiência do cliente e inovação tecnológica.

Entre as principais iniciativas encontram-se:

- **Programas anuais de formação e sensibilização do pessoal**, com foco nos fundamentos da cibersegurança e na proteção de informações confidenciais e sensíveis, para garantir que os colaboradores e parceiros estejam atualizados sobre as melhores práticas de segurança;
- **Investimentos em tecnologia** destinados a melhorar a acessibilidade aos serviços e a proteção de dados, através da implementação de soluções avançadas de cibersegurança que garantem a proteção de informações sensíveis e o pleno cumprimento das normas de privacidade.

Esta abordagem integrada permite ao Grupo reforçar constantemente as suas capacidades na proteção dos consumidores, garantindo um serviço seguro, inovador e em conformidade com a regulamentação.

3.2.3.3. PLANOS DE AÇÃO RELATIVOS À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O CA Auto Bank implementou uma estratégia social articulada em torno de várias ações:

- **Gestão de risco**, através do Comité de Segurança do Grupo, liderado pela entidade de Gestão de Risco (RPC), na qual participam os responsáveis pelas entidades de Segurança da Informação, TIC, Conformidade e Proteção de Dados e Auditoria Interna.
- **Sensibilização ativa entre os colaboradores** através de comunicações, cursos de formação, ações específicas e exercícios temáticos. São também realizadas regularmente atividades de sensibilização dirigidas aos clientes.
- **Política Geral de Segurança Informática**, que é revista anualmente e incorpora os riscos de disponibilidade, integridade e confidencialidade dos sistemas de informação do Grupo, bem como as principais disposições da Lei de Resiliência Operacional Digital (DORA).
- **Proteção dos sistemas de informação** através da autenticação multifator e da configuração dos dispositivos, bem como cláusulas para a externalização de serviços informáticos.
- **Gestão de incidentes** através de um processo alinhado com o Plano de Continuidade de Negócios (BCP), de acordo com o procedimento de alerta para a notificação correta de incidentes e o fornecimento de soluções em caso de interrupção do sistema de TI.

3.2.4. MÉTRICAS E OBJETIVOS

S4-5 DP 41

A empresa define objetivos mensuráveis para gerir os impactos, riscos e oportunidades, garantindo transparência e responsabilidade nas suas políticas ESG.

O Plano de Sustentabilidade 2024-2026 do Grupo inclui 4 indicadores relativos à relação com os clientes e consumidores:

- A percentagem de reclamações totais e, por transparência, em relação aos contratos bancários ativos,
- A percentagem de contratos bancários assinados digitalmente, com o objetivo de aumentar a transparência dos contratos,
- O número de projetos de colaboração com start-ups para oferecer aos clientes produtos e serviços cada vez mais inovadores.

O Grupo consolidou um **programa estruturado de Open Innovation** que recorre a uma **plataforma dedicada à pesquisa ativa e à procura** constante de startups com elevado potencial tecnológico. Esta iniciativa não se limita ao acompanhamento do número de colaborações, mas visa integrar soluções de vanguarda nos processos empresariais para diversificar a oferta de produtos e serviços. O objetivo é antecipar as novas tendências do mercado e as necessidades dos consumidores, garantindo-lhes o acesso a soluções financeiras e de mobilidade cada vez mais avançadas, fluidas e seguras. No âmbito da evolução dos riscos digitais, em **2025 foi dada prioridade ao tema da prevenção de fraudes**. Esta iniciativa insere-se na estratégia de proteção do cliente e na procura de soluções de segurança avançadas, destinadas a interceptar atempadamente tentativas de fraude e roubo de identidade.

O Grupo implementou um sistema assente em quatro pilares – Governação, Quadro Normativo, Formação e Controlo – para garantir o pleno respeito pelos direitos e liberdades dos indivíduos no âmbito da privacidade. Este pilar inclui uma secção fundamental dedicada à proteção de dados pessoais (incluindo a *Política de Proteção de Dados do Grupo e a Carta de Dados Pessoais*), atualizada no início de 2023, que se aplica a todas as entidades do Grupo sujeitas ao RGPD. A norma define um quadro ético rigoroso que impõe total transparência para com os clientes, estabelece a proibição de vender os seus dados pessoais e garante que estes tenham sempre o controlo sobre as suas próprias informações. O Departamento de Conformidade monitoriza a implementação desta política nas entidades, verificando a sua aplicação através de um plano de controlos permanentes, cujos resultados são comunicados semestralmente à direção da empresa.

O processo de definição dos objetivos do Grupo desenvolve-se em várias fases fundamentais, cada uma das quais desempenha um papel crucial para garantir a coerência das estratégias empresariais com as necessidades do mercado e a legislação em vigor.

A primeira fase diz respeito à **definição dos objetivos**, que se baseia numa análise aprofundada dos riscos e das oportunidades. Nesta fase, os objetivos são formulados com o intuito de reduzir os impactos negativos, maximizar as oportunidades de crescimento sustentável e responder às necessidades do mercado. Além disso, os objetivos são alinhados com **normas internacionais e regulamentações de referência**, de modo a serem coerentes com as disposições legais aplicáveis ao Grupo.

A segunda fase consiste no **acompanhamento do desempenho**. Para avaliar a eficácia na concretização dos objetivos, a empresa adota instrumentos de medição específicos. Entre estes, são utilizados **indicadores-chave de desempenho (KPI)**, que monitorizam aspetos cruciais como a **satisfação do cliente** e a **gestão das reclamações**. Paralelamente, são realizados **controlos periódicos** pelo Departamento de Conformidade para garantir que todas as atividades estejam em conformidade com a regulamentação, assegurando assim que os objetivos sejam perseguidos no respeito pelas regras.

A última fase do processo diz respeito às **adaptações, melhorias e revisão dos objetivos**. Caso surjam **atualizações regulamentares** ou **novas exigências do mercado**, os objetivos podem ser adaptados para manter o Grupo alinhado com as condições externas. Além disso, é garantido um **alinhamento contínuo com o modelo de negócio**, para assegurar que as estratégias empresariais sejam

sempre em consonância com os objetivos **ESG** (ambientais, sociais e de governança), consolidando a ligação entre as decisões empresariais e os objetivos de sustentabilidade.

Este processo permite ao Grupo definir, monitorizar e adaptar constantemente os objetivos, mantendo uma abordagem ágil e sustentável, capaz de responder aos desafios internos e externos e de garantir resultados positivos a longo prazo.

3.2.4.1. MÉTRICAS ESPECÍFICAS DA ENTIDADE

Conforme previsto no Plano de Sustentabilidade, o Grupo reporta a percentagem de reclamações¹ por transparência em relação ao total de contratos ativos:

Localização geográfica	2025		2024	
	N.	N % sobre contratos ativos	N.	N % dos contratos ativos
Áustria	2	0,01%	0	0,00%
Bélgica	6	0,04%	1	0,01%
Dinamarca e Polo Norte	11	0,06%	30	0,11%
França	78	0,07%	11	0,02%
Alemanha	0	0,00%	0	0,00%
Grécia	0	0,00%	0	0,00%
Itália	424	0,08%	258	0,04%
Países Baixos	17	0,09%	0	0,00%
Polónia	8	0,06%	2	0,03%
Portugal	2	0,01%	47	0,30%
Reino Unido	101	0,06%	88	0,05%
Espanha e Marrocos	369	0,68%	83	0,18%
Suíça	0	0,00%	0	0,00%
Total	1.018	0,08%	520	0,04%

Salienta-se que o aumento do volume de reclamações apresentado na tabela é atribuível a fatores específicos das diferentes geografias:

- **Espanha e Marrocos:** o aumento não se deve à introdução de novas regulamentações em matéria de usura ou transparência, mas sim à recente incerteza gerada por diversas decisões judiciais sobre temas específicos (principalmente as taxas de juro e, mais recentemente, o conceito e os limites das comissões de instrução).
- **Itália e Áustria:** o aumento das reclamações deve-se a falhas nos sistemas operacionais. A este respeito, a administração já definiu e está a implementar as medidas corretivas adequadas para mitigar e resolver atempadamente o problema.

Percentagem de documentos de financiamento assinados digitalmente em relação ao total (segmento de retalho):

	2025 - %	2024 - %
Percentagem de documentos financeiros assinados digitalmente	85,10%	84,00%

Número de parcerias (PoC ou projetos) com startups:

	2025	2024
Parcerias com startups	6	5

O Grupo consolidou um programa estruturado de Open Innovation que recorre a uma plataforma dedicada à pesquisa ativa e à procura constante de startups com elevado potencial tecnológico. Esta iniciativa não se limita ao acompanhamento do número de colaborações, mas visa integrar soluções de vanguarda nos processos empresariais para diversificar a oferta de produtos e serviços. O objetivo é antecipar as novas tendências do mercado e as necessidades dos consumidores, garantindo-lhes o acesso a soluções financeiras e de mobilidade cada vez mais avançadas, fluidas e seguras. No âmbito da evolução dos riscos digitais, em 2025 foi dada prioridade ao tema da prevenção de fraudes. Esta iniciativa insere-se na estratégia de proteção do cliente e na procura de soluções de segurança avançadas, destinadas a interceptar atempadamente tentativas de fraude e roubo de identidade.

(1) Nota metodológica: A presente representação inclui exclusivamente as reclamações relativas ao âmbito «Transparência, aspetos contratuais e económicos». Mais especificamente, este âmbito abrange as reclamações relativas ao plano de reembolso do crédito concedido, às taxas aplicadas, às condições contratuais e à transparência da documentação fornecida ao cliente. Especifica-se ainda que a classificação adotada segue a definida pela associação de categoria Assofin.

4. A ÉTICA COMO RESPONSABILIDADE NOS NEGÓCIOS

4.1. ESTRATÉGIA

A GOVERNANÇA DA ÉTICA NOS NEGÓCIOS NO GRUPO CAAB

G1 ERS2 GOV-1 DP5

Para mais informações sobre o disposto no presente Requisito de Dados e, em particular, sobre a descrição do papel dos órgãos de administração, gestão e controlo em relação aos fatores de sustentabilidade, remete-se para o disposto no ERS2 DP22.

IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

RELEVANTES (G1 ERS2 IRO-1 DP6) SBM-3

DP48

A avaliação de dupla materialidade foi realizada através da identificação dos impactos, riscos e oportunidades nas questões relacionadas com a conduta da empresa, tendo em conta o conjunto dos processos empresariais no âmbito das operações bancárias, financeiras e de mobilidade.

Para mais informações, consulte a tabela detalhada no ERS2 IRO-1 SBM-3 DP48.

4.2. CONFORMIDADE NO INTERESSE DOS CLIENTES E DA SOCIEDADE

4.2.1. POLÍTICAS, OBJETIVOS E AMBIÇÕES, IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES E O SEU ÂMBITO DE APLICAÇÃO

G1-1 DP 7

As comunidades onde o Grupo CA Auto Bank (doravante também designado por «Grupo») opera são diretamente influenciadas pelo comportamento dos seus colaboradores e parceiros, beneficiando sempre que estes agem de forma correta. Por esse motivo, o Grupo adotou as seguintes políticas relativas à conduta empresarial:

- Código de Conduta;
- AML e financiamento do terrorismo;
- Proteção de Dados;
- Combate à fraude e à corrupção, Ética dos responsáveis e dos colaboradores, Presentes e abuso de mercado, e Insider Dealing.
- Modelo de Organização, Gestão e Controlo (MOGC)

O Grupo adotou um **Código de Conduta** (doravante também designado por «Código») que regula as atividades empresariais e garante o cumprimento das normas éticas e regulamentares.

O Código de Conduta abrange as seguintes áreas:

-
- Relações com clientes e fornecedores;
 - Transparência financeira;

-
- Questões sociais, ambientais e societárias;
 - Luta contra a corrupção, a evasão fiscal, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo;
 - Prevenção do abuso de mercado.

Através do Código de Conduta, o Grupo pretende garantir que todos os membros ajam com a máxima integridade, respeitando a legislação em vigor e construindo um futuro melhor para a nossa empresa e para as comunidades onde opera. O Código aplica-se aos membros do Conselho de Administração, aos gestores de vários níveis e a todos os colaboradores a tempo inteiro e a tempo parcial. Além disso, prevê-se a sua aplicação a todos os colaboradores e a outras pessoas e empresas que operam em nome e por conta do Grupo CA Auto Bank, bem como a todas as sociedades controladas.

O Grupo comprometeu-se a desenvolver um Código de Conduta que não entre em conflito com as normas aplicáveis nos outros países onde opera. Além disso, a CA Auto Bank faz o possível para que as empresas nas quais detém, mesmo que apenas uma participação minoritária, adotem códigos de conduta inspirados nos princípios do seu código, ou, pelo menos, que não entrem em conflito com os mesmos.

O Grupo previu ainda que o seu Código de Conduta seja considerado uma «melhor prática» pelos intervenientes da cadeia de valor que mantêm relações com a CA Auto Bank S.p.A., tais como: fornecedores, concessionários, consultores e agentes.

O Código é aprovado pelo Conselho de Administração e a responsabilidade pela sua aplicação e supervisão é atribuída aos gestores da empresa. Com o termo «gestores», o Grupo refere-se a qualquer indivíduo responsável pela orientação, gestão ou supervisão de um membro da força de trabalho.

Além disso, está sujeito a revisão pelo Conselho de Administração da CA Auto Bank S.p.A., enquanto a função de Conformidade é responsável pela definição, acompanhamento e atualização do Código de Conduta, com o apoio dos Recursos Humanos e das outras funções competentes. O Código incorpora os princípios da «Declaração Universal dos Direitos Humanos» das Nações Unidas («ONU»), as Convenções da Organização Internacional do Trabalho («OIT») e as Orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico («OCDE») para as empresas multinacionais.

Especifica-se que, a nível local, a CA Auto Bank S.p.A. implementou um Modelo de Organização, Gestão e Controlo (MOGC) em conformidade com o Decreto Legislativo 231/2001. Este Modelo representa um mecanismo de controlo nacional fundamental integrado no sistema de Governança, especificamente concebido para identificar as áreas de risco e prevenir a prática de crimes, incluindo crimes de corrupção, garantindo assim a máxima transparência e integridade na condução das atividades empresariais.

CÓDIGO DE ÉTICA DO GRUPO (Group Code of Ethics)

O Grupo CA Auto Bank adere à **Carta de Ética do Grupo** adotada a nível do Crédit Agricole, que representa o documento de referência de mais alto nível do sistema ético do Grupo e constitui o quadro de valores no qual se insere o Código de Conduta da CA Auto Bank.

A Carta Ética baseia-se na razão de ser do Grupo Crédit Agricole – «*agir todos os dias no interesse dos clientes e da sociedade*» – e visa promover uma cultura ética partilhada, orientando os comportamentos dos colaboradores e da gestão, prevenindo riscos

éticos, de reputação e de conduta e apoiando o Grupo na sua atuação em contextos complexos.

A Carta Ética:

- afirma os valores fundamentais do Grupo (centralidade do cliente, responsabilidade e solidariedade);
- define os princípios de conduta em relação a clientes, colaboradores, fornecedores, partes interessadas e comunidades;
- reforça o compromisso do Grupo na prevenção da corrupção, da fraude, dos conflitos de interesses e de outras formas de conduta antiética;
- integra temas como direitos humanos, sustentabilidade ambiental e social, uso responsável das novas tecnologias e proteção de dados pessoais;
- introduz uma abordagem de responsabilização individual, incentivando os colaboradores a avaliar as suas decisões também do ponto de vista ético.

A Carta Ética aplica-se a todas as empresas do Grupo e a todos os colaboradores e membros dos órgãos de governação. Cada entidade do Grupo, incluindo a CA Auto Bank, é obrigada a transpor esses princípios para o seu próprio Código de Conduta, garantindo a sua plena coerência e aplicação operacional.

O Código de Conduta da CA Auto Bank mantém-se plenamente em vigor e constitui o instrumento através do qual os princípios da Carta Ética do Grupo são traduzidos em regras concretas de conduta, nomeadamente no que diz respeito às políticas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AML/CFT), anticorrupção, proteção de dados, abuso de mercado e gestão de presentes e convites.

O Grupo CA Auto Bank adotou a Política **«Group AML and Counter Terrorism Financing»**, introduzida a nível do grupo pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility. Esta política estabelece as diretrizes para a prevenção e gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo nas suas operações empresariais.

A política tem como objetivo estabelecer as obrigações a cumprir no seio do Grupo, a fim de combater:

- circuitos financeiros clandestinos;
- branqueamento de capitais;
- financiamento do terrorismo.

Isto é feito também para evitar que o Grupo ou os seus colaboradores incorram em sanções judiciais e administrativas impostas por organismos internacionais.

A política, introduzida pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, empresa-mãe da CA Auto Bank, abrange todas as empresas do Grupo CAPFM, incluindo as suas subsidiárias, e aplica-se de forma uniforme a todas as entidades envolvidas. Desta forma, assegura que todo o Grupo CAPFM adote normas comuns em matéria de combate ao branqueamento de capitais (AML), garantindo a conformidade com as regulamentações internacionais e locais, bem como uma abordagem coerente e integrada na gestão dos riscos relacionados com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

A política deve ser implementada por todas as empresas do Grupo, sendo a responsabilidade de garantir a sua implementação e aplicação eficaz atribuída ao Responsible Manager Officer (RMO). O RMO tem a tarefa de supervisionar e coordenar a adoção da

política em todas as entidades da empresa, assegurando que as normas previstas sejam respeitadas e que as medidas de combate ao branqueamento de capitais sejam corretamente integradas nas operações diárias da empresa. A política está em conformidade com as normas internacionais em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao terrorismo.

O Grupo adotou a «**Política de Proteção de Dados do Grupo**», relativa à proteção de dados pessoais. Esta política regula as atividades da empresa no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, garantindo o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados.

A política, a nível do Grupo, tem como objetivo abordar as seguintes questões:

- Harmonizar a proteção dos direitos fundamentais e da liberdade das pessoas singulares nos Estados-Membros da UE em matéria de tratamento de dados;
- Aplicar os princípios a todos os tratamentos de dados (legalidade, lealdade, transparência) que sejam realizados para fins pré-determinados, explícitos e legítimos;
- Reforçar diversos direitos, tais como: o direito à informação, ao acesso, à retificação, ao apagamento, bem como o direito de limitar e opor-se às decisões baseadas no tratamento automatizado de dados pessoais;
- Garantir a acessibilidade, a rastreabilidade e a facilidade de compreensão de todas as informações relativas ao tratamento de dados pessoais transmitidas em caso de recolha direta e indireta de dados;
- Nomear um responsável pela proteção de dados (DPO) para informar e aconselhar a Entidade sobre a proteção de dados pessoais e garantir o cumprimento da legislação em vigor;
- Notificar a Autoridade de Supervisão de qualquer violação de dados pessoais no prazo de 72 horas, em caso de risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas envolvidas.

A Política aplica-se à CA Auto Bank e a todas as sociedades por ela controladas, estendendo os seus princípios e diretrizes a todas as entidades do Grupo, garantindo uma abordagem uniforme na gestão da proteção de dados pessoais.

No âmbito da CA Auto Bank e das suas entidades, o *Gabinete de Proteção de Dados* local apoia o Responsável pela Proteção de Dados na realização e documentação da avaliação do nível de criticidade da privacidade e do nível de proteção de dados.

O Gestor de Proteção de Dados apoia na aquisição e documentação da avaliação do nível de criticidade da privacidade e do nível de gravidade da privacidade e, se necessário, presta aconselhamento sobre a *Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados* (DPIA), decide se uma DPIA é necessária, monitoriza a execução da DPIA, verificando a sua correção e se os resultados da avaliação cumprem os requisitos do RGPD. O Responsável pela Proteção de Dados é o titular da DPIA e é apoiado pelo Especialista em Proteção de Dados que executa a DPIA.

No contexto da CA Auto Bank e das suas entidades, a validação da DPIA será realizada por um comité dedicado, o chamado Comité de Proteção de Dados.

A Política remete para as seguintes normas internas e externas:

- Quadro regulamentar do Grupo CAPFM (Crédit Agricole Personal Finance & Mobility) - GPS N.º 533 - Informação sobre a proteção de dados pessoais (implementada com a publicação da presente Política);
- Regulamento (UE) n.º 2016/679 (RGPD) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados;
- Decreto Legislativo n.º 196/03, atualizado pelo Decreto Legislativo n.º 101/18;
- Diretiva 2009/136/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009;
- Disposições do EDPB (Conselho Europeu de Proteção de Dados), que substituiu o Grupo de Trabalho 29 (GT 29). O EDPB é um organismo europeu independente que contribui para a aplicação coerente das normas de proteção de dados em toda a União Europeia e promove a cooperação entre as autoridades de proteção de dados da UE.

Em conformidade com a Política **«Combate à Fraude e à Corrupção, Ética dos Funcionários/Colaboradores, Presentes e Abuso de Mercado/Negociação com Informação Privilegiada»**, o Grupo define as modalidades de gestão da fraude e prevenção da corrupção e regulamenta os aspetos relacionados com o abuso de mercado e a negociação com informação privilegiada.

A Política descreve os seguintes temas:

- **Gestão de fraudes** e configuração da organização que deve permitir a prevenção/dissuasão de fraudes, a deteção de fraudes e a gestão das mesmas. A eficácia destas medidas depende da colaboração ativa de todos os colaboradores e da Direção do Grupo CA Auto Bank, em conformidade com o quadro regulamentar.
- **Programa Anticorrupção do Grupo**, que se baseia principalmente na integração de vários programas já existentes, centrados na prevenção da fraude interna, no combate ao branqueamento de capitais e na luta contra o financiamento do terrorismo.
- **Princípios e Obrigações Éticas**, que se aplicam a todos os colaboradores do Grupo CA Auto Bank em matéria de ética, como, por exemplo, a gestão de presentes.
- **Sistema de denúncia**, através do qual se reforça a prevenção de riscos, fornecendo aos colaboradores os meios para comunicar quaisquer factos que possam ser considerados violações, crimes ou qualquer outro facto de que o colaborador possa tomar conhecimento no âmbito das suas funções.
- **Princípios Gerais do Código de Ética do Grupo CA.SA**, segundo os quais todos os colaboradores devem comportar-se de forma honesta, justa e profissional, procurando sempre os melhores interesses dos seus clientes. É proibido participar, direta ou indiretamente, em qualquer forma de corrupção ativa ou passiva. Além disso, os colaboradores são obrigados a recusar qualquer presente ou benefício que possa colocá-los numa situação de conflito de interesses, garantindo assim a integridade das suas decisões.
- **Regras em matéria de abuso de mercado e abuso de informação privilegiada.**

As disposições estabelecidas pela Política aplicam-se a todas as empresas do Grupo CA Auto Bank. Em conformidade com as disposições da política, a função de supervisão e monitorização é atribuída ao Conselho de Administração. Os seus membros, com o apoio de comités especializados, devem garantir o bom funcionamento do sistema de controlo interno, que tem por missão assegurar o cumprimento da política e implementar medidas concretas para combater casos de fraude e corrupção, tanto interna como externa.

A Política remete para as seguintes normas:

- Decreto Legislativo 231/01;
- Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, relativo aos abusos de mercado (Regulamento sobre os abusos de mercado) e que revoga a Diretiva 2003/6/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e as diretivas da Comissão 2003/124/CE e 2003/124/CE;
- Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União.

Para além do Código de Conduta e das políticas gerais do Grupo Crédit Agricole, a CA Auto Bank adotou um conjunto de políticas específicas no âmbito da CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) para reforçar ainda mais a sua supervisão ética e de conformidade em toda a cadeia de valor:

- **Política de cultura corporativa e conduta empresarial (CSRD 02G.28):** tem como objetivo promover ativamente uma cultura ética no seio do Grupo e reforçar a sua reputação, apoiando o compromisso de «agir diariamente no interesse dos clientes e da sociedade». Esta abordagem aplica-se a todos os colaboradores e gestores, com impacto em toda a cadeia de valor: a jusante, nos clientes (apoio e proteção), e a montante, nos fornecedores, parceiros e colaboradores.
- **Política de Proteção do Cliente (CSRD 02G.27):** O Grupo visa proteger os clientes e os seus interesses legítimos através de uma relação transparente e de um apoio centrado nas suas necessidades. O sistema assenta em quatro pilares fundamentais: a qualidade da oferta (governança de produtos), a transparência da informação, a lealdade para com os clientes (com especial atenção aos sujeitos vulneráveis) e a escuta através de um sólido sistema de gestão de reclamações.
- **Política de Conflito de Interesses e Abuso de Mercado (CSRD 02G.26):** Garante a primazia dos interesses dos clientes e a integridade dos mercados financeiros. A política visa prevenir riscos de reputação e de sanções através de um sistema de formação, prevenção e vigilância, tanto no que diz respeito a conflitos de interesses (alargado a todos os colaboradores, fornecedores e parceiros) como a abusos de mercado.
- **Política de Combate ao Crime Financeiro (CSRD 02G.30):** Estabelece o objetivo de «tolerância zero» no que diz respeito ao cumprimento das sanções internacionais e adota uma abordagem rigorosa, baseada no risco, contra a fraude, o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo. O sistema envolve toda a cadeia de valor (clientes, colaboradores e fornecedores) e recorre a ferramentas centralizadas para a filtragem de transações e a verificação de terceiros.
- **Política de combate à corrupção (CSRD 02G.29):** Complementa o programa já existente para aumentar a sensibilização entre as partes interessadas e manter um quadro sólido de combate à corrupção. Como demonstração do compromisso com o cumprimento dos elevados padrões internacionais contra a corrupção.
- **Política de proteção de dados pessoais (CSRD 02G.31):** Em complemento à política de proteção de dados do Grupo, o Grupo adota uma Carta de Dados Pessoais estruturada em cinco compromissos: não vender os dados dos clientes, utilizá-los no seu interesse, garantir total transparência, devolver aos clientes o controlo sobre os seus dados e dar sempre prioridade à segurança.

G1-1 DP 9

O Grupo promove uma cultura empresarial baseada em valores de integridade e responsabilidade social, garantindo que estes princípios sejam parte integrante das suas atividades diárias.

Os valores fundamentais que orientam a atuação do Grupo e as interações com as partes interessadas são:

- **Honestidade:** Agir com retidão em todas as atividades;
- **Integridade:** Manter os mais elevados padrões éticos e profissionais para preservar a reputação do banco;
- **Lealdade:** Agir com fidelidade para com a empresa e os parceiros;
- **Transparência:** Garantir clareza nas comunicações e nos processos de tomada de decisão;
- **Imparcialidade:** Assegurar um tratamento justo e objetivo, evitando preconceitos ou favoritismos;
- **Responsabilidade (Accountability):** Ser coletiva e individualmente responsável pelas próprias escolhas e pelo cumprimento do Código.

A comunicação e a sensibilização representam outro aspeto crucial: os dirigentes estão ativamente envolvidos na divulgação dos valores empresariais, recorrendo a campanhas de comunicação interna e a programas de formação que abrangem todos os níveis da organização. Em particular, no âmbito da governação, o Conselho de Administração aborda regularmente temas relacionados com a cultura empresarial e a conduta ética, garantindo que essas questões sejam priorizadas a nível estratégico.

Além disso, o Grupo implementou instrumentos de incentivo que alinham a avaliação do desempenho empresarial com critérios ESG, premiando o comportamento que respeita os padrões éticos através de mecanismos de reconhecimento. Esta abordagem contribui para consolidar uma cultura empresarial que promove valores éticos e sustentáveis de forma coerente e estruturada.

Para garantir uma aculturação contínua, a integração da ética começa logo no processo de integração dos novos colaboradores, aos quais é apresentado o Código de Ética e o Código de Conduta da entidade. O Grupo organiza regularmente atividades de sensibilização contínua (campanhas de comunicação, newsletters dedicadas, eventos de formação) dirigidas a todos os colaboradores e a grupos específicos, como os gestores. Além disso, os membros do Conselho de Administração recebem uma formação anual sobre temas de conformidade regulamentar.

G1-1 DP 10

De acordo com a **Política de Proteção de Denunciantes (CSRD 02G.32)**, o objetivo do Grupo é oferecer a qualquer pessoa a oportunidade de denunciar crimes, ameaças ao interesse geral ou violações normativas, garantindo a total confidencialidade da identidade do denunciante e dos factos divulgados. A partir de 2023, para dar cumprimento à Diretiva UE 2019/1937, foi implementada a plataforma do Grupo BKMS, acessível 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de computadores profissionais ou pessoais. O âmbito de aplicação e o acesso ao canal de denúncia estendem-se não só aos colaboradores, mas também a

terceiros, como ex-colaboradores, candidatos, fornecedores, parceiros e acionistas. A plataforma garante a confidencialidade através da encriptação dos dados e prevê que as denúncias sejam tratadas no prazo de 7 dias úteis.

As investigações são conduzidas com rigor e imparcialidade; caso seja necessário, o pessoal responsável pode ser apoiado por uma unidade de crise interdepartamental (Recursos Humanos, Jurídico, Auditoria Interna, etc.) para uma avaliação colegial.

O Grupo implementou um sistema de denúncia de irregularidades em conformidade com a regulamentação europeia, para garantir a comunicação e a gestão eficaz de comportamentos antiéticos. Para facilitar as denúncias, o Grupo identificou vários canais, à disposição de quem pretenda comunicar situações que possam comprometer **a integridade ética da organização. Os canais previstos são os seguintes:**

- **Plataforma online:** denominada CA Auto Bank «Ethics Helpline», acessível através do site do sistema BKMS e da intranet da empresa.
- **Endereço de e-mail:** whistleblowing@ca-autobank.com.
- **Comunicação verbal ou escrita:** é possível contactar o Responsável pela RSE e Proteção de Dados, que gere esta função de forma independente, tal como exigido por lei.

As denúncias podem ser feitas por diversas categorias de pessoas, incluindo as principais partes interessadas identificadas pela empresa, ou seja, os colaboradores da empresa, os acionistas e os membros dos órgãos de administração, gestão ou supervisão das empresas, bem como as pessoas que trabalham sob a supervisão e direção de empreiteiros, subempreiteiros e fornecedores.

Com o objetivo de combater a corrupção ativa e passiva, o Grupo CA Auto Bank adota a Política “*Countering Fraud and Corruption, Officer / Employee ethics, Gift and Market abuse / Insider dealing*”. Além disso, cada entidade do Grupo CA Auto Bank integrou um sistema de gestão de risco nas suas próprias procedimentos e regulamentos internos.

Em conformidade com a Diretiva UE 2019/1937, o Grupo CA Auto Bank implementa medidas anti-retaliação para proteger quem denuncia irregularidades. A identidade do denunciante só pode ser revelada com o seu consentimento ou quando tal conhecimento for essencial para o direito de defesa do arguido. Aqueles que recebem, analisam e avaliam a denúncia, o Responsável pelo Sistema de Denúncias e todas as pessoas envolvidas no procedimento devem garantir a confidencialidade das informações recebidas, incluindo no que diz respeito à identidade do denunciante. A CA Auto Bank compromete-se a proteger os denunciantes de boa-fé contra qualquer retaliação, discriminação ou comportamento injusto decorrente da denúncia. Em caso de má-fé comprovada, a CA Auto Bank reserva-se o direito de adotar as medidas disciplinares consideradas necessárias contra o denunciante e de agir contra este.

Anualmente, a empresa ministra formação sobre o sistema de denúncia de irregularidades a todos os colaboradores da CA Auto Bank.

O curso de formação inclui uma atenção específica à nova forma de funcionamento da Ethics Helpline, ou seja, o instrumento de denúncia completo e confidencial implementado pela CA Auto Bank para ajudar os membros do pessoal a comunicar preocupações relacionadas com a violação dos princípios do Grupo delineados no «Código de Conduta» ou de outras políticas empresariais (incluindo presumíveis fraudes, abusos e outras condutas indevidas no local de trabalho) ou das leis, regulamentos e normas aplicáveis.

No que diz respeito ao Código de Conduta, o Grupo CA Auto Bank implementa iniciativas de formação periódica para garantir que

os colaboradores estejam devidamente informados sobre as disposições contidas no Código de Ética.

No âmbito da Política de Proteção de Dados, prevê-se que todo o pessoal, incluindo gestores e colaboradores, deva frequentar um curso de formação padrão sobre privacidade, em particular os novos contratados. O plano de formação prevê programas diversificados

para responder às necessidades de funções específicas. Considera-se fundamental proporcionar uma formação geral a todos os colaboradores para garantir uma compreensão básica da privacidade, que pode ser complementada com cursos mais especializados para funções como DPO, Representante de Controlo de Dados, Gestor de Proteção de Dados e Especialista em Proteção de Dados no âmbito do Grupo CA Auto Bank.

No âmbito do Relatório Consolidado de Sustentabilidade, as principais funções expostas ao risco de **corrupção ativa e passiva** incluem:

- Rede comercial (concessionários, agentes, mediadores);
- Comunicação e ESG;
- Departamento de concessão e avaliação de crédito;
- Departamento de cobrança de dívidas;
- Gestão de fornecedores e aprovisionamentos;
- Conformidade e controlo interno;
- RH;
- Contabilidade;
- Comité do Conselho de Administração e Direção.

O Banco mitiga estes riscos através de políticas anticorrupção, controlos internos e mecanismos de denúncia, em conformidade com os requisitos da CSRD.

G1-2 DP 14

O grupo CAAB opera em conformidade com a política «04G.04.03. Política de pagamentos a efetuar», que prevê, no que diz respeito aos prazos de pagamento, que sejam adotadas todas as medidas necessárias para respeitar os prazos contratuais acordados com os fornecedores.

A este respeito, a empresa efetua um acompanhamento trimestral das faturas pagas aos fornecedores, com o objetivo de verificar se os prazos de pagamento estão alinhados com os prazos acordados com os fornecedores, procurando evitar atrasos que possam comprometer a sustentabilidade da cadeia de abastecimento, com especial atenção às pequenas e médias empresas (PME).

G1-2 DP 15

O atual contexto regulamentar, em constante evolução, exige uma elevada atenção ao risco ESG. Por esse motivo, os princípios ESG são parte integrante da estratégia do Grupo CA Auto Bank, incluindo a gestão das relações com os fornecedores.

Em conformidade com o disposto no Código de Conduta, o Grupo mantém com os seus fornecedores relações baseadas no respeito pelos princípios de transparência, correção e uniformidade de tratamento. A empresa adota uma abordagem estruturada à gestão de fornecedores, garantindo a sustentabilidade, a responsabilidade social e a mitigação de riscos na cadeia de abastecimento.

Com particular referência ao mercado italiano, a seleção de fornecedores é efetuada através de um portal específico, no qual os fornecedores procedem, sob a sua responsabilidade pelo declarado, à assinatura de declarações de exoneração de responsabilidade relativas às cláusulas de confidencialidade (NDA – Non Disclosure Agreements), à proteção de dados pessoais (RGPD), ao Código de Ética e às Condições Gerais de Fornecimento. Estes documentos serão novamente submetidos à assinatura no final da fase de concurso com o fornecedor selecionado. Além disso, os modelos contratuais incluem cláusulas no âmbito ESG, em conformidade com os requisitos exigidos pelo grupo CAPFM.

No momento da contratação de fornecedores para um concurso público/pedido de cotação, é realizada uma Due Diligence que inclui uma análise, em colaboração com os departamentos de Conformidade e RPC, dos principais indicadores económicos, juntamente com a verificação da existência de alertas relacionados com registos no Registo Predial, AML e antiterrorismo. Paralelamente, a segurança informática é verificada através de uma lista de verificação de segurança obrigatória, avaliada pelo CISO.

Para efeitos de monitorização dos fornecedores, o Grupo prevê o envio de inquéritos com o objetivo de garantir a conformidade com as normas ESG. Para medir e melhorar o desempenho social e ambiental dos fornecedores, a empresa exige o registo na Plataforma Ecovadis, que também fornece acesso a conteúdos formativos dedicados em matéria de sustentabilidade.

Para garantir a continuidade operacional mesmo em situações de crise, a empresa implementou procedimentos específicos para reduzir o impacto das interrupções na cadeia de abastecimento.

G1-3 DP 18

Para combater a fraude e a corrupção no seio do Grupo, a CA Auto Bank decidiu adotar a política «Countering Fraud and Corruption, Officer/Employee ethics, Gift and Market abuse/Insider dealing policy». Esta política é aplicada a todas as empresas do Grupo e tem como objetivo principal a gestão preventiva de casos de fraude, a luta contra a corrupção e a promoção de uma ética de trabalho baseada na integridade dos seus colaboradores.

Os procedimentos adotados para combater a corrupção, tanto interna como externa, começam com um mapeamento dos riscos. Esta fase constitui um dos principais pilares da estratégia de gestão do risco de corrupção e desempenha um papel fundamental na determinação dos mecanismos a implementar. A identificação dos riscos de corrupção é efetuada de acordo com a metodologia em vigor no Grupo, mas cabe às entidades individuais do Grupo CA Auto Bank elaborar um mapeamento específico, centrado nos seus próprios riscos de corrupção.

O programa de combate à corrupção está também integrado no código de conduta da CA Auto Bank, que inclui uma secção dedicada à luta contra a corrupção. Nesta secção estão regulamentados todos os comportamentos que os membros do Grupo devem adotar para evitar incorrer em atos de corrupção. Outro elemento fundamental do processo é o sistema de denúncia, que permite a todos os membros da organização comunicar, de forma segura e anónima, quaisquer atividades suspeitas ou ilícitas. Está ainda prevista uma verificação cuidadosa das contrapartes terceiras, entendendo-se por «terceiros» os clientes, os fornecedores de primeiro nível e os intermediários, para garantir que cumprem os padrões éticos exigidos. Estão previstos controlos contabilísticos para monitorizar e prevenir práticas

financeiras irregulares, acompanhados por um sistema de formação para sensibilizar e educar constantemente o pessoal sobre as questões da corrupção e da conformidade.

Está prevista, ainda, a implementação de um sistema disciplinar para lidar com as violações das políticas empresariais, enquanto um sistema interno de controlo e avaliação garante o acompanhamento contínuo da eficácia das medidas implementadas. Além disso, é mantida uma documentação rigorosa dos registos para acompanhar as atividades empresariais, com um sistema de gestão da informação que inclui relatórios periódicos, garantindo a transparência e o acompanhamento contínuo do cumprimento das políticas anticorrupção.

Além disso, numa perspetiva de melhoria contínua, o quadro processual delineado pela **Política de Combate à Corrupção (CSRD 02G.29)** está estruturado em torno de oito pilares (mapeamento de riscos, código de conduta, sistema de denúncia, avaliação de terceiros, controlos contabilísticos, formação, regime disciplinar, controlo e avaliação interna). É dada grande atenção à avaliação de terceiros (clientes, fornecedores, parceiros): o Grupo realiza triagem e pesquisa de informações negativas sobre os fornecedores, avaliando a interrupção da relação comercial caso surjam problemas críticos. Os próprios fornecedores são contratualmente obrigados a familiarizar-se com o Código de Conduta Anticorrupção do Grupo.

No seio do Grupo CA Auto Bank, a tarefa de supervisionar o processo de deteção de corrupção ativa e passiva é atribuída ao Conselho de Administração. Este órgão, com o objetivo de garantir uma gestão adequada das denúncias, nomeou um «Responsável pela luta contra a corrupção». Este responsável tem a função de gerir e supervisionar o processo anticorrupção e a receção das denúncias de whistleblowing. As informações, uma vez recolhidas, serão comunicadas ao Conselho de Administração para efeitos de gestão das violações.

Ao investigar uma denúncia de whistleblowing, o Responsável Anticorrupção pode, se o considerar necessário, recorrer à assistência de um Comité para a gestão das denúncias. Este comité ad hoc, que opera em modo de «equipa de crise», apoia o Responsável Anticorrupção, fornecendo competências interfuncionais com o objetivo de avaliar a admissibilidade e gerir as denúncias apresentadas pelos denunciantes e permitir um processo de tomada de decisão colegial sobre as ações de acompanhamento a empreender. O comité de gestão de denúncias pode ser composto pelo Responsável Anticorrupção e pelos responsáveis pelas áreas de Conformidade, Relações com a Autoridade de Supervisão e Proteção de Dados, Recursos Humanos, Assuntos Jurídicos, Assuntos Societários e Compras, Risco e Controlo Permanente, Auditoria Interna e assim por diante.

O Responsável trata a denúncia num prazo razoável (fixado em 2 meses pelo Grupo) e comunica regularmente com o denunciante para o manter informado sobre o seguimento dado à sua denúncia: confirmação de receção, decisão sobre a admissibilidade, tratamento e encerramento da denúncia. As pessoas identificadas na denúncia serão igualmente informadas do seu encerramento.

Os órgãos competentes no seio das entidades do Grupo CA Auto Bank (Comité de Riscos e Auditoria, Conselho de Administração, Órgão de Vigilância nos termos do Decreto Legislativo n.º 231/01, Comité de Controlo Interno e Comité de Conformidade) monitorizam a implementação do programa de conformidade anticorrupção. Deve ser apresentado, pelo menos anualmente, um relatório anticorrupção ao Conselho de Administração através do Comité de Riscos e Auditoria.

G1-3 DP 20

Para comunicar de forma eficiente com todos os sujeitos que possam estar envolvidos em episódios de corrupção ativa e passiva, o Grupo CA Auto Bank utiliza o código de conduta anticorrupção como base para as comunicações com os colaboradores e os parceiros externos. Este documento é distribuído da forma mais ampla possível para o tornar acessível a todos os colaboradores, incluindo os trabalhadores externos, e, em geral, a todos os terceiros. Em particular, é distribuído durante as sessões de formação e sensibilização do pessoal.

A CA Auto Bank deve assegurar-se de que o código seja divulgado de forma adequada, que os colaboradores o adotem e que seja aplicado de modo a garantir a rastreabilidade das medidas tomadas. O código de conduta anticorrupção é atualizado sempre que for realizada uma análise de riscos na sequência, por exemplo, de uma reorganização ou reestruturação da empresa.

A empresa deve garantir que as políticas sejam acessíveis e compreendidas por todas as partes envolvidas:

- **Público-alvo:** colaboradores, fornecedores, investidores e parceiros comerciais.
- **Formação obrigatória:** programas estruturados para o pessoal com funções de risco.
- **Canais de comunicação:** materiais explicativos disponíveis nos portais da empresa e nos contratos com fornecedores e clientes.

G1-3 DP 21

Em conformidade com o disposto na Política «Group AML and Counter Terrorism Financing», a formação e a informação devem ser personalizadas tendo em conta a função desempenhada pelos destinatários, tanto em termos qualitativos como quantitativos, e com uma frequência mínima de atualização a cada dois anos. Devem ser considerados os riscos identificados pela classificação e o nível de responsabilidade assumido. A formação deve garantir que aqueles cuja atividade está exposta aos riscos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo possuam as competências necessárias para exercer uma diligência devida adequada aos riscos. A Empresa assegura ainda a rastreabilidade dos cursos de formação realizados, que devem ser periodicamente atualizados.

O Grupo CA Auto Bank adota um sistema de formação obrigatório sob a forma de um módulo de e-learning específico sobre a luta contra a corrupção, que todos os colaboradores devem concluir num ciclo de três anos. Além disso, podem ser introduzidos cursos específicos para os colaboradores mais expostos ao risco de corrupção, como vendedores e compradores. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração de cada entidade do Grupo recebem regularmente formação e participam em sessões informativas sobre o tema da luta contra a corrupção.

Nome da formação	Taxa de conclusão da formação - ano 2025	Taxa de aprovação na formação - ano

		2024
Luta contra a corrupção - Módulo geral	95,00%	89,00%

Ao longo do ano de 2025, a CA Auto Bank ministrou o módulo de formação específico denominado «Luta contra a corrupção - Módulo Geral». Na sequência de uma avaliação interna cuidadosa dos programas de formação, a Empresa considerou que os conteúdos abordados eram suficientemente abrangentes, transversais e aprofundados para garantir uma consciência adequada das questões relacionadas com a luta contra a corrupção.

Consequentemente, a conclusão do curso geral por parte de todo o pessoal da empresa, incluindo os profissionais teoricamente mais expostos ao risco, foi considerada adequada para mitigar os riscos identificados e para cumprir os padrões de formação e conformidade previstos nas políticas do Grupo para o ano em análise. O Grupo reserva-se, em qualquer caso, o direito de reavaliar periodicamente a necessidade de percursos formativos adicionais aquando de futuras atualizações do mapeamento dos riscos de corrupção.

4.2.2. MÉTRICAS E OBJETIVOS

G1-4 DP 24

	2025	2024
Número de condenações por violação das leis anticorrupção e contra a extorsão	0	0
Montante das multas correspondentes (em milhares de euros)	0,00	0,00

O Grupo Bank não registou qualquer condenação por violação das leis anticorrupção e antissuborno. Consequentemente, não foram aplicadas multas ou sanções económicas. Não há outros elementos a assinalar a este respeito.

4.2 RELAÇÕES COM OS FORNECEDORES E PRÁTICAS DE PAGAMENTO

G1-6 DP 33

Atualmente, o grupo CA Auto Bank não dispõe de uma política específica que regule as modalidades e os prazos de pagamento aos fornecedores; no entanto, são previstos e aplicados diversos prazos de pagamento padrão, dependendo do tipo de fornecedor e dos vários negócios.

No caso dos fornecedores CORE, normalmente associados às atividades de Retalho, Leasing e Financiamento por Grosso, tais como concessionários, fabricantes de automóveis e/ou importadores, os pagamentos são processados diariamente com base nos dados registados automaticamente no sistema pelos diversos canais de aquisição de créditos. Estão incluídas nos pagamentos diários as faturas relativas à compra de veículos destinados a leasing, as faturas de comissões atribuídas à rede de vendas e à liquidação dos financiamentos que, por intermédio dos concessionários, são concedidos aos vários clientes.

No que diz respeito aos prestadores de serviços de seguros – que também se enquadram entre os fornecedores CORE –, está previsto contratualmente um pagamento mensal de todos os prémios cobrados no mês, líquidos das comissões devidas à CA Auto Bank.

Por outro lado, são considerados fornecedores NO CORE todos os outros fornecedores que prestam, quase exclusivamente, serviços como, por exemplo: consultoria informática, aluguer de instalações e serviços acessórios ao negócio. Para este tipo de fornecedores, estão previstos dois ciclos de pagamento por mês (a meio e no final do mês) e os pagamentos abrangem tudo o que está vencido na data de pagamento. As datas de vencimento indicadas pelos fornecedores são normalmente 60 dias após o final do mês da data da fatura, salvo acordo em contrário na fase de pedido de compra.

FORNECEDORES PRINCIPAIS	Prazos de pagamento (em dias de calendário)	
	31.12.2025	
Total		7,34
Das quais PME		7,30

FORNECEDORES NÃO ESSENCIAIS	Prazos de pagamento (em dias corridos)	
	31.12.2025	
Total (*)		73,63
Dos quais PME		64,26

Os prazos médios de pagamento são calculados considerando o número de dias a partir da data de emissão da fatura.

O prazo médio de pagamento das faturas NÃO ESSENCIAIS a 31.12.2025 apresenta um ligeiro atraso em relação aos prazos de pagamento contratuais padrão, que são de 60 dias.

A CA Auto bank está empenhada na otimização dos fluxos administrativos e na implementação de novas soluções de automação para o ciclo passivo; estas medidas visam simplificar os procedimentos de aprovação e reduzir ainda mais os prazos entre a receção do documento contabilístico e o seu efetivo pagamento.

Nas tabelas abaixo são apresentados os dados relativos aos pagamentos efetuados dentro dos prazos padrão de 60 dias.

A análise foi realizada com base nos dados contabilísticos da CAAB S.p.A. relativos ao ano de 2025, uma vez que estes são representativos, tanto em termos de volumes transacionados como de documentos geridos, de todo o Grupo CA Auto Bank.

FORNECEDORES PRINCIPAIS		Pagamentos efetuados dentro dos prazos padrão do Grupo 2025	
Em valor (em %)	Total		98,80%
	dos quais PME		98,90%
Em número (em %)	Total		97,60%
	das quais PME		97,70%

FORNECEDORES NÃO ESSENCIAIS		Pagamentos efetuados dentro dos prazos padrão do Grupo 2025	
Em valor (em %)	Total		26,90%
	dos quais PME		44,50%
Em número (em %)	Total		32,30%
	das quais PME		48,60%

Em 2025, a CA Auto Bank aperfeiçoou a metodologia de cálculo, introduzindo uma distinção entre fornecedores «principais» e «não principais» para refletir as diferenças na tipologia de fornecedor e nos prazos de pagamento acima descritos.

No que diz respeito a 2024, as informações sobre os prazos de pagamento e a percentagem de pagamentos efetuados dentro do prazo padrão de 60 dias eram recolhidas e reportadas de forma agregada para os dois tipos de fornecedores. O sistema de recolha e consolidação então adotado não permitia, de facto, uma reconciliação retroativa dos dados de acordo com a distinção entre fornecedores «principais» e «não principais» introduzida em 2025, com base em critérios objetivos e verificáveis. Consequentemente, não foi possível aplicar retroativamente a metodologia atualizada nem reclassificar de forma fiável os dados relativos a 2024.

Apresentam-se, portanto, a seguir as tabelas tal como apresentadas no Relatório Consolidado de Sustentabilidade de 2024.

FORNECEDORES PRINCIPAIS + NÃO PRINCIPAIS	Prazos de pagamento (em dias de calendário)
	31/12/2024
Total	3,69
dos quais PME	3,86

FORNECEDORES CORE + NO CORE		Pagamentos efetuados dentro dos prazos padrão do Grupo
		31/12/2024
Em valor (em %)	Total	96,00%

Para mais informações, consulte o disposto no ESRS 2 BP-2 DP 13.

Não se registam processos judiciais relacionados com o atraso no pagamento das faturas.

OUTRAS INFORMAÇÕES

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Os riscos específicos que podem determinar o surgimento de obrigações a cargo da Sociedade são objeto de avaliação aquando da determinação das respetivas provisões e são mencionados nas notas ao balanço, juntamente com os passivos potenciais de relevância. A seguir, referem-se os fatores de risco e incerteza essencialmente relacionados com o contexto económico-normativo e de mercado e que podem influenciar o desempenho da própria Sociedade.

A situação económica, patrimonial e financeira da Sociedade é influenciada, em primeiro lugar, pelos vários fatores que compõem o quadro macroeconómico — incluindo o aumento ou a diminuição do produto nacional bruto, o nível de confiança dos consumidores e das empresas, a evolução das taxas de juro e de câmbio e a taxa de desemprego — no contexto em que opera.

A atividade do Grupo está, em grande medida, ligada à evolução do setor automóvel, historicamente sujeito a ciclicidades periódicas; tendo em conta que é difícil prever a amplitude e a duração dos diferentes ciclos económicos, qualquer evento macroeconómico (como uma queda significativa nos principais mercados de destino, a solvência das contrapartes, a volatilidade dos mercados financeiros e das taxas de juro) poderá afetar as perspetivas e os resultados económico-financeiros.

O contexto geopolítico, caracterizado, em primeiro lugar, pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia — para o qual esperávamos um rápido regresso à paz —, assistimos, em vez disso, ao eclodir de um novo conflito, agora em lenta e gradual resolução, que envolveu o Estado de Israel e o Irão, bem como à persistência da tragédia israelo-palestina; eventos que tiveram impacto no ciclo económico dos últimos anos e, uma vez que não se vislumbra um fim das hostilidades a curto prazo, continuarão a influenciar o ano de 2026, com taxas de crescimento do PIB modestas e taxas de inflação ainda elevadas.

Estas últimas constatações não devem levar-nos a um pessimismo inútil, mas sim reforçar a nossa determinação em agir, mais do que nunca, no interesse dos nossos clientes e da Sociedade no seu conjunto.

O Grupo CA Auto Bank cumpre as leis e os regulamentos em vigor nos países onde opera. A maioria dos nossos processos judiciais consiste em litígios relacionados com incumprimentos de pagamento por parte de clientes e concessionários no âmbito da nossa atividade empresarial normal.

As nossas políticas de constituição de provisões para riscos, juntamente com o acompanhamento rigoroso dos processos em curso, permitem-nos ser proativos na avaliação dos possíveis efeitos nos nossos balanços.

INFORMAÇÃO SOBRE SUBVENÇÕES PÚBLICAS

A regulamentação relativa à transparência dos subsídios públicos foi introduzida pelo artigo 1.º, n.ºs 125 a 129, da Lei n.º 124/2017, com uma formulação que suscitou inúmeros problemas de interpretação e aplicação.

As preocupações expressas pelas associações setoriais (entre as quais a Assonime) foram em grande parte resolvidas pelo artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 34/2019 (Decreto Crescimento), que esclarece, em muitos casos, questões importantes numa perspetiva de simplificação e racionalização da regulamentação.

A lei prevê a obrigação de publicar na nota explicativa – e na eventual nota explicativa consolidada – os montantes e as informações relativas a «subsídios, ajudas, benefícios, contribuições ou apoios, em dinheiro ou em espécie, sem carácter geral e sem natureza contraprestativa, remuneratória ou indemnizatória, recebidos de administrações públicas e de outros sujeitos identificados» (doravante designados, por brevidade, «concessões públicas»).

O incumprimento das obrigações implica uma sanção administrativa equivalente a 1% dos montantes recebidos, com um valor mínimo de 2 000 euros, e a sanção acessória de cumprir a obrigação de publicação. Caso o infrator não cumpra a obrigação de publicação e o pagamento da sanção pecuniária no prazo de 90 dias a contar da notificação, é obrigado à restituição integral dos montantes recebidos a favor das entidades financiadoras.

Salienta-se que, ao longo do ano de 2025, o Banco não recebeu quaisquer contribuições.

Além disso, é de salientar que, desde agosto de 2017, está em funcionamento o Registo Nacional de Auxílios Estatais junto da Direção-Geral para os Incentivos às Empresas do Ministério do Desenvolvimento Económico, no qual devem ser publicados os auxílios estatais e os auxílios de minimis a favor de cada empresa, por parte dos organismos que concedem ou gerem os referidos auxílios.

RISCOS JURÍDICOS

Para uma melhor compreensão e informação, remetemos para a secção dedicada do presente Relatório Financeiro Consolidado.

OUTROS ASPECTOS

PILAR II

Para o ano de 2025, o Grupo está sujeito à obrigação de fornecer informações sobre o estado de avanço dos trabalhos e sobre o grau de exposição do Grupo às normas GloBE (aplicação da IAS 12).

A OCDE estabeleceu novas regras fiscais internacionais que visam sujeitar os grandes grupos internacionais a uma tributação adicional quando a taxa de imposto efetiva (ETR) de uma jurisdição em que estão estabelecidos for inferior a 15%. O objetivo destas normas é combater a concorrência entre países baseada nas taxas de imposto. Estas normas foram transpostas pelos vários Estados-Membros.

Os montantes estimados para o Grupo decorrentes da aplicação das normas GloBE não são significativos. Não há encargos adicionais nas contas do Grupo CA Auto Bank, tanto para o ano de 2025 como para o ano anterior.

RELATÓRIO SOBRE A GOVERNANÇA CORPORATIVA E A ESTRUTURA ACIONÁRIA

O sistema de governo societário e as estruturas organizacionais adotadas pelo Grupo CA Auto Bank visam assegurar a gestão sã e prudente do Grupo, no respeito pela legislação em vigor, pelas linhas de evolução que o caracterizam e pelos objetivos empresariais de desenvolvimento do negócio. A estrutura de governo societário é composta por um sistema de administração e controlo baseado na existência de um órgão administrativo (o Conselho de Administração) e do Colégio de Auditores.

Além disso, conforme previsto no art. 123-bis, n.º 5, do TUF, para as sociedades que não emitem ações admitidas à negociação em mercados regulamentados ou em sistemas multilaterais de negociação, o Grupo CA Auto Bank apresenta, no parágrafo «O sistema de controlos internos» do presente Relatório de Gestão, as informações previstas na alínea b) do n.º 2 do referido artigo.

ATIVIDADES DE DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Consulte o que já foi referido nas Demonstrações Financeiras Separadas da empresa-mãe.

DIVIDENDOS E RESERVAS PAGAS

Durante o ano de 2025, não foram distribuídos dividendos.

OUTRAS COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

Em conformidade com as instruções para a elaboração das demonstrações financeiras bancárias emitidas pelo Banco de Itália, salienta-se que:

- a) durante o semestre, o Grupo não realizou atividades significativas de investigação e desenvolvimento;
- b) o Grupo não detém, nem adquiriu e/ou alienou ações ou participações das empresas controladoras durante o exercício.

Detalhes da Demonstração de Resultados e reconciliação com a Demonstração de Resultados reclassificada (€/milhões)	31/12/2025	Rubricas da Demonstração de Resultados Reclassificada
10 JUROS RECEBIDOS E RENDIMENTOS ASSIMILADOS	1.614	NBI
80 RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE NEGOCIAÇÃO	(2)	NBI
40 COMISSÕES ATIVAS	260	NBI
Comissões ativas	260	NOE
Comissões ativas	-	
RECEITAS DA GESTÃO FINANCEIRA	1.872	
dos quais seguros	-	
100 RESULTADO DA ALIENAÇÃO OU RECOMPRA DE ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO	-	COR
160 PRÉMIOS LÍQUIDOS	10	NBI
170 SALDO DE PROVEITOS/CUSTOS DA GESTÃO DE SEGUROS	-	NBI
TOTAL DAS RECEITAS DA GESTÃO FINANCEIRA	1.882	
20 JUROS A PAGAR E ENCARGOS ASSIMILADOS	(1.086)	NBI
90 RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE COBERTURA	(9)	NBI
50 COMISSÕES PASSIVAS	(180)	NBI
Comissões passivas	(180)	COR
Custos de seguros	-	
130 AJUSTAMENTOS/REVALORIZAÇÕES LÍQUIDAS POR DETERIORIZAÇÃO DE CRÉDITOS	(141)	COR
Ajustes de valor líquidos por deterioração de créditos	(141)	NBI
Correcções de valor líquidas por imparidade de créditos	-	
TOTAL DOS CUSTOS DA GESTÃO FINANCEIRA	(1.416)	
130 CORREÇÕES/REVERSÕES DE VALOR LÍQUIDAS POR DETERIORIZAÇÃO DE CRÉDITOS	1	NBI
Ajustamentos de valor líquidos por deterioração de créditos	-	COR
Ajustes de valor líquidos por deterioração de créditos	-	OTH
Ajustamentos de valor líquidos por imparidade de créditos	1	
180 RESULTADO LÍQUIDO DA GESTÃO FINANCEIRA E DE SEGUROS	466	
190 DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(315)	NOE
Despesas administrativas	(300)	NBI
Despesas administrativas	(15)	OTH
Despesas administrativas	-	
200 PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCOS E ENCARGOS	(13)	NBI
Provisões líquidas para riscos e encargos	(13)	
210 CORREÇÕES/REVERSÕES DE VALOR LÍQUIDAS EM ATIVOS TANGÍVEIS	(481)	NBI
Amortização dos ativos de locação operacional (negócio de aluguer)	(349)	NOE
Amortização de ativos tangíveis	(131)	COR
Amortização de ativos fixos tangíveis	(1)	NOE
220 AJUSTAMENTOS/REVERSÕES DE VALOR LÍQUIDOS EM ATIVOS INCORPÓREOS	(22)	
230 OUTROS ENCARGOS/PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO	579	NBI
Receitas/encargos de locação operacional (rental business)	580	NOE
Despesas com cobrança de créditos	139	COR
Redução do valor das contas a receber de locação operacional (negócio de aluguer)	(19)	OTH
Outros	(111)	
240 CUSTOS OPERACIONAIS	(251)	
250 LUCRO (PREJUÍZO) DAS PARTICIPAÇÕES	-	
270 AJUSTAMENTOS DE VALOR DO GOODWILL	-	
290 LUCRO (PREJUÍZO) DAS OPERAÇÕES CORRENTES ANTES DE IMPOSTOS	215	
300 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE CORRENTE	(41)	TAX
330 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	174	
340 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A TERCEIROS	(13)	
350 LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PERTENCENTE À EMPRESA-MÃE	160	

RUBRICAS DA CONTA DE RESULTADOS RECLASSIFICADA (€/MILHÕES)	31/12/2025	RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS RECLASSIFICADA
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	811	NBI
Custos operacionais líquidos	(324)	NOE
Custo do risco	(161)	COR
Resultado operacional	326	
Outros encargos/rendimentos	(111)	OTH
Resultado do exercício líquido de impostos	215	
Impostos sobre o rendimento do exercício	(41)	TAX
Lucro (prejuízo) do exercício	174	

Turim, 26 de fevereiro
de 2026

O Administrador Delegado e Diretor Geral
Giacomo Carelli

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇO CONSOLIDADO

Rubricas do ativo (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
10. Caixa e disponibilidades	1.447.896	1.505.763
20. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na demonstração de resultados	1.511	1.245
a) ativos financeiros detidos para negociação	1.511	1.245
30. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global	-	-
40. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	24 600 218	26 384 177
a) créditos sobre bancos	151.876	144 923
b) créditos a clientes	24 448 341	26 239 254
50. Derivados de cobertura	44.036	94.463
60. Ajustamento de valor dos ativos financeiros objeto de cobertura genérica (+/-)	39.014	36.115
70. Participações	45	61
80. Atividades de seguros	7.841	8.419
b) cessões em resseguro que constituem ativos	7.841	8.419
90. Ativos fixos tangíveis	3.704.424	3.405.115
100. Ativos intangíveis	261.639	246 284
das quais:		
- goodwill	127.194	127.194
110. Ativos fiscais	276.461	244.639
a) correntes	123.978	99.849
b) antecipadas	152 483	144 789
130. Outros ativos	1 189 458	1.231.962
Total do ativo	31 572 543	33.158.243

Rubricas do passivo e do capital próprio (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
10. Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	25.852.463	27 920 231
a) dívidas a bancos	11 084 202	14 625 312
b) dívidas para com clientes	4 693 049	3.633.510
c) títulos em circulação	10 075 212	9 661 408
20. Passivos financeiros de negociação	3.256	2.901
40. Derivados de cobertura	87.586	136.909
60. Passivos fiscais	235.539	247 854
a) correntes	10.493	31.138
b) diferidos	225.046	216.716
80. Outros passivos	850.813	836.010
90. Indemnizações por cessação de contrato	3.183	3.557
100. Provisões para riscos e encargos	270.334	104.744
a) compromissos e garantias prestadas	259	454
b) pensões e obrigações semelhantes	33.423	32.789
c) outros fundos para riscos e encargos	236.652	71.501
110. Passivos de seguros	24.718	37.341
a) contratos de seguro emitidos que constituem passivos	24.718	37.341
120. Reservas de avaliação	(4.531)	6.008
140. Instrumentos de capital	899.985	599.985
150. Reservas	2.219.735	2.024.256
160. Prémio de emissão	192.746	192.746
170. Capital	700.000	700.000
190. Património de terceiros (+/-)	75.157	95.572
200. Resultado líquido do exercício (+/-)	161.557	250.127
Total do passivo e do capital próprio	31.572.543	33.158.243

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Rubricas (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
10. Juros ativos e rendimentos assimilados	1.614.309	1.919.368
dos quais: juros ativos calculados pelo método do juro efetivo	-	-
20. Juros passivos e encargos assimilados	(1 086 182)	(1 509 407)
30. Margem de juros	528.127	409.961
40. Comissões ativas	260.412	203.302
50. Comissões passivas	(179 329)	(116.497)
60. Comissões líquidas	81.083	86.805
80. Resultado líquido da atividade de negociação	(1.849)	429
90. Resultado líquido da atividade de cobertura	(9.241)	(4.291)
100. Ganhos (perdas) decorrentes da alienação ou recompra de:	-	(138)
a) ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	(138)
120. Margem de intermediação	598.120	492.766
130. Ajustamentos/recuperações de valor líquidos por risco de crédito relativos a:	(141 386)	(121.865)
a) ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	(141 386)	(121 865)
150. Resultado líquido da gestão financeira	456.733	370.901
160. Resultado dos serviços de seguros	10.320	10.374
a) receitas de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos	11.851	20.240
b) custos com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(1.122)	(4.973)
c) receitas de seguros decorrentes de cessões em resseguro	3.677	607
d) custos com serviços de seguros decorrentes de cessões em resseguro	(4.086)	(5.500)
170. Saldo das receitas e custos de natureza financeira relativos à gestão de seguros	(485)	(1.460)
a) custos/receitas líquidos de natureza financeira relativos aos contratos de seguro emitidos	(649)	(2.085)
b) receitas/custos líquidos de natureza financeira relativos às cessões em resseguro	164	626
180. Resultado líquido da gestão financeira e seguradora	466.568	379.816
190. Despesas administrativas:	(314.971)	(323 230)
a) despesas com pessoal	(227 064)	(224 227)
b) outras despesas administrativas	(87.906)	(99.003)
200. Provisões líquidas para riscos e encargos	(91.691)	(5.544)
a) compromissos e garantias prestadas	70	(411)
b) outras provisões líquidas	(91 761)	(5.133)
210. Ajustamentos/reversões de valor líquidos em ativos fixos tangíveis	(479.946)	(313 715)
220. Ajustamentos/recuperações de valor líquidos em ativos intangíveis	(22.238)	(18 932)
230. Outros encargos/rendimentos de gestão	657.053	628.439
240. Custos operacionais	(251 792)	(32 982)
290. Lucro (Prejuízo) das atividades correntes antes de impostos	214.776	346.834
300. Impostos sobre o rendimento do exercício das atividades correntes	(40.551)	(87 294)
310. Lucro (Prejuízo) das atividades correntes, líquido de impostos	174.225	259.540
330. Lucro (Prejuízo) do exercício	174 225	259.540
340. Resultado do exercício atribuível a terceiros	(12 668)	(9.413)
350. Resultado do exercício atribuível à empresa-mãe	161.557	250.127

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO GLOBAL

(milhares de euros)

	31/12/2025	31/12/2024
10. Lucro (Prejuízo) do exercício	174.225	259.540
Outros elementos do resultado, líquidos de impostos, sem reclassificação para a demonstração de resultados	(3.095)	1.854
70. Planos de benefícios definidos	(3.095)	1.854
Outros componentes do resultado, líquidos de impostos, com reclassificação para a demonstração de resultados	(7.633)	9.100
100. Cobertura de investimentos no estrangeiro:	(334)	633
110. Diferenças cambiais	(10.378)	11.562
120. Cobertura de fluxos financeiros	3.079	(3.095)
170. Total de outras componentes do resultado, líquido de impostos	(10.728)	10.967
180. Rentabilidade global (rubrica 10+170)	163.497	270.494
190. Rentabilidade consolidada total atribuível a terceiros	12.668	9.413
200. Resultado consolidado total atribuível à empresa-mãe	150.829	261.094

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO EM 31/12/2025 E EM 31/12/2024

(milhares de euros)	Saldo em 31/12/2024	Alterações nos saldos de abertura	Saldo em 01/01/2025	Atribuição do resultado do exercício anterior	Variações do exercício			Património líquido em 31/12/2025	Património líquido do Grupo em 31/12/2025	Património líquido de terceiros em 31/12/2025
					Variações nas reservas	Operações sobre o capital próprio	Rentabilidade global do exercício de 2025			
				Reservas		Variação dos instrumentos de capital				
Capital:										
a) Ações ordinárias	703.389	-	703.389	-	(2.438)	-	-	700.951	700.000	951
b) outras ações		-								
Prémio de emissão	195.623	-	195.623	-	-	-	-	195.623	192.746	2.877
Reservas:										
a) de lucros	2.104.024	-	2.104.024	259.540	(30.471)	(54.632)	-	2.278.461	2.219.735	58.726
b) outras		-					-			
Reservas de avaliação	6.134	-	6.134	-	-	-	(10.729)	(4.595)	(4.531)	(64)
Instrumentos de capital	599.985	-	599.985	-	-	300.000		899.985	899.985	-
Adiantamentos sobre dividendos		-		-	-	-	-	-	-	-
Ações próprias		-		-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	259.540	-	259.540	(259.540)	-	-	174.225	174.225	161.557	12.668
Capital próprio	3.868.695	-	3.868.695	-	(32.909)	245.368	163.496	4.244.650	4.169.491	75.159
Património líquido do Grupo	3.773.123	-	3.773.123	-	(32.909)	245.368	150.828	4.244.650	4.169.491	-
Património líquido de terceiros	95.572	-	95.572	-	-	-	12.668	-	-	75.159

As diminuições registadas durante o exercício são atribuíveis, no valor de 54 632 mil euros, ao pagamento das cedulas relativas aos instrumentos de capital da classe Additional Tier 1 (AT1), contabilizadas diretamente como redução das reservas de lucros, em conformidade com a IAS 32. No valor de 33 milhões de euros, a diminuição reflete o desembolso para a aquisição dos restantes 50% do capital da CA Auto Bank GmbH (já consolidada integralmente) pago à CA PFM.

(milhares de euros)	Saldo em 31/12/2023	Alterações nos saldos de abertura	Saldo em 01/01/2024	Atribuição do resultado do exercício anterior	Variações do exercício			Património líquido em 31/12/2024	Património líquido do Grupo em 31/12/2024	Património líquido de terceiros em 31/12/2024
					Variações nas reservas	Operações sobre o capital próprio	Rentabilidade global do exercício de 2024			
				Reservas						
Capital:										
a) Ações ordinárias	703.389	-	703.389	-	-	-	-	703.389	700.000	3.389
b) outras ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prémio de emissão	195.623	-	195.623	-	-	-	-	195.623	192 746	2.877
Reservas:										
a) de lucros	1.736.568	-	1.736.568	398.008	(30)	(30.522)	-	2.104.024	2.024.256	79.768
b) outras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de avaliação	(4.820)	-	(4.820)	-	-	-	10.954	6.134	6.008	126
Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	599.985	-	599.985	599.985	-
Adiantamentos sobre dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (Prejuízo) do exercício	400 206	(2.198)	398.008	(398.008)	-	-	259.540	259.540	250.127	9.413
Património líquido	3.030.966	(2.198)	3.028.768	-	(30)	569.463	270.507	3.868.694	3 773 123	95.572
Património líquido do Grupo	2.944.836	(2.198)	2.942.638	-	(30)	569.463	261.082	-	3 773 123	-
Património líquido de terceiros	86.130	-	86.130	-	-	-	9.413	-	-	95.572

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA (MÉTODO DIRETO)

Rubricas (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
A. ATIVIDADE OPERACIONAL		
1. Gestão	(549.613)	510.418
- juros ativos recebidos (+)	1.228.303	2.312.143
- juros passivos pagos (-)	(1 129 318)	(1.476.779)
- comissões líquidas (+/-)	81.083	86.805
- despesas com pessoal (-)	(193 430)	(190 083)
- prémios líquidos recebidos (+)	10.320	10.374
- outros proveitos/encargos de seguros (+/-)	(485)	(1.460)
- outros custos (-)	(913.984)	(761.051)
- outros rendimentos (+)	416.135	614.815
- impostos e taxas (-)	(48.237)	(84 347)
2. Liquidez gerada/absorvida pelas atividades financeiras	2.909.848	(1.174.621)
- ativos financeiros detidos para negociação	(267)	7.942
- ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global	-	-
- ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	2.017.530	(2 177 899)
- outras atividades	892.585	995.335
3. Fluxos de caixa gerados/absorvidos pelos passivos financeiros	(1 980 695)	1.083.404
- passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	(2 024 631)	1 355 173
- passivos financeiros de negociação	355	(8.024)
- outros passivos	43.581	(263.745)
Fluxo de caixa líquido gerado/absorvido pela atividade operacional	379.540	419.201
B. ATIVIDADE DE INVESTIMENTO		
1. Fluxo de caixa gerado por	161 723	181.972
- vendas de ativos fixos	137 762	161 144
- vendas de ativos intangíveis	23.961	20 828
2. Liquidez absorvida por	(844.497)	(1 338 690)
- aquisições de participações	-	-
- aquisições de ativos fixos tangíveis	(810.688)	(1.294.147)
- aquisições de ativos intangíveis	(157)	(26 310)
- aquisições de empresas controladas e ramos de atividade	(33.653)	(18 233)
Liquidez líquida gerada/absorvida pela atividade de investimento	(682.774)	(1.156.718)
C. ATIVIDADE DE CAPTAÇÃO		
- emissões/aquisições de ações próprias		
- emissões/aquisições de instrumentos de capital	300.000	599.985
- distribuição de dividendos e outros fins	(54.632)	(30.522)
Liquidez líquida gerada/absorvida pela atividade de captação	245 368	569.463
LIQUIDEZ LÍQUIDA GERADA/ABSORVIDA NO EXERCÍCIO	(57.867)	(168 055)

RECONCILIAÇÃO

Rubricas (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e disponibilidades no início do período	1.505.762	1.673.818
Fluxo de caixa líquido total gerado/absorvido no período	(57 867)	(168 055)
Caixa e disponibilidades no final do período	1.447.896	1.505.762

Em conformidade com a alteração à IAS 7, introduzida pelo Regulamento 1990 de 6 de novembro de 2017, aplicada pela primeira vez em 1 de janeiro de 2017, apresentam-se a seguir as informações exigidas pelo parágrafo 44 B, com o objetivo de avaliar as variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento, sejam elas variações decorrentes dos fluxos de caixa ou variações não monetárias.

	31/12/2024	Variações decorrentes dos fluxos de caixa de atividades de financiamento	Variações do justo valor	Outras variações	31/12/2025
Passivos decorrentes de atividades de financiamento (rubricas 10, 20, 30 e 40 do passivo)	28 060 040	(2 067 767)	(48 968)	1	25 943 306

No que se refere às informações previstas no parágrafo 44 B da IAS 7, salienta-se que as variações nos passivos decorrentes de atividades de financiamento ascendem a -2 117 milhões de euros (liquidez gerada) e referem-se, em -2 068 milhões de euros, a fluxos de caixa e, em -48,9 milhões de euros, a variações no justo valor.

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

PARTE A - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

PARTE GERAL

SECÇÃO 1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS INTERNACIONAIS

As presentes Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade International Accounting Standards (IAS) e International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e às respetivas interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), homologadas pela Comissão Europeia nos termos do Regulamento da União Europeia n.º 1606, de 19 de julho de 2002, e transpostas para a legislação italiana pelo Decreto Legislativo n.º 38, de 28 de fevereiro de 2005, até 31 de dezembro de 2025, com exceção da adoção dos novos princípios e alterações em vigor a partir de 1 de janeiro de 2026.

O Banco de Itália, cujos poderes já previstos no Decreto Legislativo n.º 87/92 foram confirmados pelo referido decreto, no que se refere às demonstrações financeiras dos bancos e das sociedades financeiras sujeitas a supervisão, estabeleceu, através da Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, e atualizações subsequentes, os esquemas das demonstrações financeiras e da nota explicativa utilizados para a elaboração das presentes demonstrações financeiras. O Grupo não adotou antecipadamente alterações, interpretações ou princípios emitidos, mas ainda não em vigor.

Além disso, a comunicação de 14 de março de 2023 — Atualização das disposições da circular n.º 262 «O balanço bancário: esquemas e regras de elaboração», relativa aos impactos da COVID-19 e às medidas de apoio à economia — revogou e substituiu a anterior, de 21 de dezembro de 2021, atualizando as disposições contabilísticas dos bancos relativamente às informações fornecidas ao mercado sobre os efeitos que a COVID-19 e as medidas de apoio à economia produziram nas estratégias, nos objetivos e nas políticas de gestão de riscos, bem como na situação económica e patrimonial dos intermediários. A atualização deve-se à alteração do cenário relacionado com a pandemia, que registou, ao longo de 2022, uma diminuição progressiva dos volumes de financiamentos concedidos sujeitos a moratória. Com esta comunicação, foram eliminadas as informações de balanço relativas aos empréstimos abrangidos por moratória, enquanto as relativas aos empréstimos objeto de garantia pública são agora exigidas, em formato livre, no final de alguns quadros das secções das notas explicativas sobre o balanço patrimonial e o risco de crédito.

SECÇÃO 2 – PRINCÍPIOS GERAIS DE ELABORAÇÃO

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelo Balanço Consolidado, pela Demonstração de Resultados Consolidada, pela Demonstração do Rendimento Consolidado Global, pela Demonstração das Variações do Capital Próprio Consolidado, pelo Fluxo de Caixa Consolidado e pelas Notas Explicativas Consolidadas, e são acompanhadas por um relatório dos administradores sobre a evolução da gestão do Grupo.

Os Demonstrações financeiras e a Nota explicativa apresentam, além dos valores do período de referência, também os dados comparativos correspondentes referentes a 31 de dezembro de 2024.

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo CA Auto Bank foi efetuada em conformidade com os princípios gerais estabelecidos pela IAS 1 e com as orientações da Circular n.º 262, de 22 de dezembro de 2005, do Banco de Itália, 8.ª atualização de 17 de novembro de 2022.

Em particular:

ESQUEMAS DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

No que diz respeito aos esquemas de balanço e de demonstração de resultados, não são indicadas as contas que não apresentam valores nem para o exercício a que se refere o Balanço, nem para o anterior.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO GLOBAL

A demonstração do resultado global apresenta, para além do resultado do exercício, os outros componentes do resultado, divididos entre os que não são transferidos e os que são transferidos para a demonstração de resultados.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Na demonstração das variações do património líquido são apresentadas a composição e a movimentação do património líquido relativas ao exercício em referência e ao anterior. As rubricas são divididas entre as quotas pertencentes ao grupo e as pertencentes a terceiros.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada pelo método direto. UNIDADE

DE CONTA

Os montantes indicados nas demonstrações financeiras são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de euros.

CONTINUIDADE DA EMPRESA

No que diz respeito ao pressuposto de continuidade da empresa subjacente à elaboração das demonstrações financeiras, considera-se que o Grupo continuará a sua existência operacional num futuro previsível; consequentemente, as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas numa perspetiva de continuidade da empresa, em aplicação do princípio da contabilização pelo regime de competência, bem como na continuidade dos valores.

Não foram introduzidas quaisquer alterações à aplicação das normas contabilísticas IAS/IFRS, tal como aprovadas pela Comissão Europeia.

SECÇÃO 3 - ÂMBITO E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2025 inclui a Sociedade-mãe CA Auto Bank S.p.A. e as sociedades italianas e estrangeiras por ela controladas direta ou indiretamente, conforme especificamente previsto pela IFRS 10.

São consideradas as entidades, incluindo as entidades estruturadas, nas quais a Sociedade-mãe tem a capacidade de exercer o poder de dirigir as atividades relevantes, a fim de influenciar os rendimentos variáveis aos quais o Grupo está exposto.

A fim de verificar a existência de controlo, o Grupo considera os seguintes fatores:

- o objetivo e a constituição da participada, a fim de identificar quais são os objetivos da entidade, as atividades que determinam os seus rendimentos e como essas atividades são geridas;
- o poder, a fim de compreender se o Grupo detém direitos contratuais que lhe conferem a capacidade de governar as atividades relevantes; para o efeito, são considerados apenas os direitos substanciais que proporcionam capacidade prática de governo;
- a participação detida na empresa participada, com o objetivo de avaliar se o Grupo mantém relações com a empresa participada cujos rendimentos estão sujeitos a variações dependentes do desempenho da mesma.

Nos casos em que as atividades relevantes são regidas por direitos de voto, a existência de controlo é verificada tendo em conta os direitos de voto, incluindo os potenciais, detidos e a existência de eventuais acordos ou pactos parassociais que atribuam o direito de controlar a maioria desses direitos de voto, de nomear a maioria do órgão de administração ou, de qualquer forma, o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais da entidade.

Entre as subsidiárias podem ser incluídas também eventuais entidades estruturadas, nas quais os direitos de voto não representam elementos determinantes para a avaliação do controlo, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPV).

As entidades estruturadas são consideradas subsidiárias quando:

- o Grupo detém poder através de direitos contratuais que lhe permitem controlar os ativos relevantes;
- o Grupo está exposto aos rendimentos variáveis decorrentes dessas atividades.

O Grupo não detém participações em empresas sujeitas a controlo conjunto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação durante o período de referência não dizem respeito aos casos previstos na IFRS 10 — entidades de investimento ou que deixam de o ser — nem às divulgações previstas no parágrafo 9B da IFRS 12 — Divulgação de participações noutras entidades.

Durante o ano de 2025, ocorreu a aquisição de 50% da participação detida pela CAPFM na CA Auto Bank GmbH, passando assim a CA Auto Bank Sp.A. a deter o controlo total da subsidiária austríaca (CA Auto Bank GmbH), posteriormente transformada em sucursal.

Na tabela seguinte são indicadas as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS EXCLUSIVAMENTE

DENOMINAÇÃO DAS EMPRESAS	SEDE SOCIAL	SEDE OPERACIONAL (*)	TIPO DE RELAÇÃO (**)	EMPRESA CONTROLADORA (***)	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO
CA Auto Bank S.p.A.	Turim - Itália				
Drivalia S.p.A.	Turim - Itália	Roma - Itália	1		100
Drivalia Lease France S.A.	Massy - França		1		99,99
Drivalia France S.A.S.	Limonest - França		1	Drivalia S.p.A.	100
CA Versicherungsservice GmbH	Heilbronn - Alemanha		1		100
Ferrari Financial Services GmbH	Pullach - Alemanha		1		50,0001
CA Auto Finance UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1		100
Drivalia Lease UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia UK Ltd.	Slough - Reino Unido		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease España S.A.U.	Alcobendas - Espanha		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia España S.L.U.	Alicante - Espanha		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Portugal S.A.	Loures - Portugal		1	Drivalia S.p.A.	100
CA Auto Finance Suisse S.A.	Wallisellen - Suíça		1		100
Drivalia Lease Polska Sp. z o.o.	Varsóvia - Polónia		1	Drivalia S.p.A.	100
CA Auto Finance Nederland B.V.	Amsterdão - Países Baixos		1		100
CA Auto Finance Danmark A/S	Brøndby - Dinamarca		1		100
Drivalia Lease Danmark A/S	Brøndby - Dinamarca		1	Drivalia S.p.A.	100
CA Auto Insurance Hellas S.A.	Atenas - Grécia		1		100
Drivalia Lease Hellas SM S.A.	Atenas - Grécia		1	Drivalia S.p.A.	100
CA Auto Reinsurance DAC	Dublin - Irlanda		1		100
CA Auto Finance Sverige AB	Malmö - Suécia		1	CA Auto Finance Danmark A/S	100
CA Auto Finance Norge AS	Stabekk - Noruega		1	CA Auto Finance Danmark A/S	100
Drivalia Lease Belgium S.A.	Auderghem - Bruxelas - Bélgica		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease Nederland B.V.	Amsterdão - Países Baixos		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease Finland Oy	Espoo - Finlândia		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	Praga - República Checa		1	Drivalia S.p.A.	100
Fleet Insurance Plan s.r.o.	Praga - República Checa		1	Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	100
Drivalia Lease Ireland Ltd	Dublin - Irlanda		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease Norge AS -	Stabekk - Noruega		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Lease Sverige AB	Malmö - Suécia		1	Drivalia S.p.A.	100
Drivalia Czech Republic S.r.o	Praga - República Checa		1	Drivalia S.p.A.	100
BPM Lease S.a.s.	Massy - França		1	Drivalia Lease France S.A.	51

(*) Se diferente da sede

social (**) Tipo de relação:

1 = maioria dos direitos de voto na assembleia ordinária

2 = influência dominante na assembleia

ordinária (***) Se diferente da CA Auto Bank

S.p.A.

Estão incluídas no perímetro de consolidação integral as entidades estruturadas relativas a operações de titularização, cujos detalhes são fornecidos a seguir:

Nome da empresa	Sede
Nixes Six Plc	Londres - Reino Unido
A-BEST NINETEEN UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY-ONE UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY-TWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-BEST TWENTY-THREE S.à.r.l.	Amesterdão - Holanda
A-BEST TWENTY-FOUR S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-BEST TWENTY-FIVE S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	Luxemburgo - Luxemburgo

2. PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS CONTROLADAS COM PARTICIPAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE TERCEIROS

2.1 PARTICIPAÇÕES DE TERCEIROS, DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DE VOTO DE TERCEIROS E DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS A TERCEIROS

Denominação	Participações de terceiros (%)	Participação ação/votos dos terceiros (%)	Dividendos distribuídos a terceiros
Ferrari Financial Services GmbH (Alemanha)	49,99%	49,99%	-
BPM Lease S.a.s.	49,00%	49,00%	-

Na área de consolidação integral estão incluídas, nos termos da IFRS 10, a BPM Lease S.a.s., detida em 51%, e a Ferrari Financial Services GmbH, detida em 50,0001%.

2.2 PARTICIPAÇÕES COM INTERESSES DE TERCEIROS SIGNIFICATIVOS: INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS

Na tabela seguinte são apresentadas, relativamente à participação na Ferrari Financial Services GmbH e na BPM Lease S.a.s., algumas informações de natureza contabilística anteriores às eliminações intragrupo, previstas pela IFRS 12:

(dados em milhares de euros)

FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH (ALEMANHA)	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo	1 192 637	1.299.715
Ativos financeiros	1.153.562	1.257.562
Passivos financeiros	991.435	1.125.660
Capital próprio	150.318	125.040
Margem de juros	45.249	28 458
Comissões líquidas	(904)	(721)
Margem de intermediação	44.442	35.720
Resultado líquido da gestão financeira	41.780	33 350
Resultado líquido da gestão financeira e seguradora	41.780	33 350
Custos operacionais	(10.513)	(9.960)
Lucro (Prejuízo) das atividades correntes antes de impostos	31.267	23.390
Lucro (Prejuízo) do exercício	25.289	16 918

(dados em milhares de euros)

BPM LEASE S.a.s. (FRANÇA)	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo	100	100
Ativos financeiros		
Passivos financeiros		
Capital próprio	98	100
Margem de juros		
Comissões líquidas		
Margem de intermediação		
Resultado líquido da gestão financeira		
Resultado líquido da gestão financeira e seguradora		
Custos operacionais		
Lucro (Prejuízo) das operações correntes antes de impostos		
Lucro (Prejuízo) do exercício		

MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, as demonstrações financeiras da Empresa-mãe e das suas Controladas são preparadas de acordo com princípios contabilísticos IAS/IFRS homogêneos, sendo incluídas «linha a linha», somando entre si, para cada rubrica, os valores correspondentes do ativo, do passivo, do capital próprio, das receitas e dos custos.

O valor contabilístico das participações da empresa-mãe em cada subsidiária e a parte correspondente do capital próprio de cada subsidiária detida pela empresa-mãe são eliminados.

As diferenças resultantes desta operação são registadas — após eventual imputação a elementos do ativo ou do passivo da subsidiária — como goodwill na data da primeira consolidação e, posteriormente, entre as outras reservas.

A quota do resultado líquido do período das subsidiárias pertencente a terceiros é identificada, com o objetivo de determinar o resultado líquido pertencente aos acionistas da própria empresa-mãe.

Os saldos e as transações intragrupo, bem como os respetivos lucros não realizados, são integralmente eliminados.

As demonstrações financeiras da Sociedade-mãe e das outras sociedades utilizadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas referem-se à mesma data.

No caso das sociedades estrangeiras que elaboram as suas demonstrações financeiras numa moeda diferente do euro, os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data de referência das demonstrações financeiras, enquanto as receitas e os custos são convertidos à taxa de câmbio média do período.

A conversão das demonstrações financeiras das sociedades estrangeiras traduz-se no registo de diferenças cambiais decorrentes da conversão das rubricas de receitas e custos às taxas de câmbio médias e da conversão dos ativos e passivos à taxa de câmbio à data de referência das demonstrações financeiras.

As diferenças cambiais sobre o património das participadas consolidadas são registadas nas reservas do Balanço Consolidado e transferidas para a conta de resultados apenas no exercício em que ocorre a perda de controlo.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão do balanço em 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

	Pontual 31/12/2025	Média em 31/12/2025	Pontual 31/12/2024	Média 31/12/2024
Zloty polaco (PLN)	4,221	4,240	4,275	4,305
Coroa dinamarquesa (DKK)	7.469	7,463	7,458	7,459
Franco suíço (CHF)	0,931	0,937	0,941	0,953
Libra esterlina (GBP)	0,873	0,857	0,829	0,847
Coroa norueguesa (NOK)	11,843	11,721	11,795	11,630
Dirham marroquino (MAD)	10 714	10,549	10 514	10,756
Coroa sueca (SEK)	10,822	11,067	11,459	11,435
Coroa checa (CZK)	24 237	24.689	25 185	25 119

CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL

A partir de 31 de dezembro de 2024, entra em vigor o novo artigo 18.º do Regulamento relativo aos Requisitos de Capital III («CRR III»), que regula os casos de consolidação prudencial, bem como a nova definição de «entidade financeira». A regulamentação, que já entrou em vigor em 9 de julho de 2024, estabeleceu que a definição de «empresa instrumental» inclui também as empresas de locação operacional.

Assim, com efeitos a partir de 31 de dezembro de 2024, a CA Auto Bank consolida, para efeitos prudenciais, as sociedades do grupo Drivalia, sem distinção entre aluguer de longa ou curta duração.

SECÇÃO 4 - EVENTOS POSTERIORES AO ENCERRAMENTO

Após a data de encerramento do exercício de 2025, não ocorreram eventos que levassem à retificação dos resultados apresentados no Relatório Anual Consolidado em 31 de dezembro de 2025. Salienta-se que o Grupo acompanha atentamente a evolução de possíveis problemas e os reflexos económicos relativos aos conflitos entre a Rússia e a Ucrânia, bem como no Médio Oriente. Com base nas informações disponíveis e nas análises efetuadas, não se verificam exposições de crédito a entidades ligadas à Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Israel, Irão e Palestina, não havendo impactos diretos decorrentes do conflito Rússia/Ucrânia e da situação geopolítica associada.

Tal como já foi referido no cenário macroeconómico, a Empresa acompanha igualmente a evolução dos mercados financeiros, nomeadamente na sequência das políticas comerciais restritivas relacionadas com os direitos aduaneiros.

Todas as informações disponíveis à data relativas a eventuais impactos indiretos foram devidamente tidas em conta nas presentes Demonstrações Financeiras Consolidadas.

SECÇÃO 5 - OUTROS ASPECTOS

EMPRESA DE AUDITORIA

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras Individuais da Sociedade-Mãe são submetidas a auditoria pela sociedade de revisão PricewaterhouseCoopers S.p.A., nos termos do Decreto Legislativo n.º 39, de 27 de janeiro de 2010.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS INTERNACIONAIS HOMOLOGADOS PELA UNIÃO EUROPEIA E QUE
ENTRARAM EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2025

Conforme exigido pela IAS 8, a tabela que se segue apresenta os novos princípios contabilísticos internacionais e as alterações aos princípios já em vigor, cuja aplicação se tornou obrigatória a partir do exercício de 2025.

Regulamento CE de homologação	Data de publicação	Em vigor a partir dos exercícios com início	Descrição do princípio/alteração
Regulamento (UE) 2024/2862	15 de agosto de 2023	1 de janeiro de 2025	Alterações à IAS 21 Os Efeitos das Variações nas Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) publicou «Lack of Exchangeability» (Alterações à IAS 21 «The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates»). As alterações à IAS 21 esclarecem como a entidade deve avaliar a taxa de câmbio de uma moeda que apresenta baixa ou nenhuma capacidade de troca. As alterações definem como uma moeda é considerável quando a troca ocorre num prazo que permite a troca por outra moeda. Além disso, uma moeda é considerada não considerável quando a entidade só consegue obter um montante insignificante da outra moeda. Nesses cenários, a entidade deve proceder à estimativa de uma taxa de câmbio utilizada numa operação normal entre operadores de mercado nas condições económicas prevalecentes. Quando uma entidade estima a taxa de câmbio, deve fornecer indicações sobre como essa taxa afeta o resultado económico e patrimonial. Além disso, deve fornecer informações sobre: (i) a impossibilidade de troca entre uma moeda e outra; (ii) a taxa de câmbio utilizada; (iii) o processo de estimativa da taxa de câmbio; (iv) os riscos a que está exposta, uma vez que a moeda não é permutável por outra. Quando a moeda funcional de uma unidade operacional no estrangeiro não é convertível na moeda de apresentação, ou quando a moeda de apresentação não é convertível na moeda funcional de uma unidade operacional no estrangeiro, a entidade deve também fornecer as seguintes informações: 1) A denominação da unidade operacional estrangeira e o tipo de controlo; 2) Informações financeiras resumidas sobre a unidade estrangeira; 3) Natureza e termos de qualquer acordo contratual que possa exigir que a entidade preste apoio financeiro à unidade operacional estrangeira.

A adoção destes princípios não teve efeitos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES IFRS E IFRIC APROVADAS PELA
UNIÃO EUROPEIA, AINDA NÃO OBRIGATORIAMENTE APLICÁVEIS E NÃO ADOTADAS
ANTECIPADAMENTE PELO GRUPO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Regulamento CE de homologação	Data de publicação	Em vigor a partir dos exercícios com início	Descrição do princípio/alteração
Regulamento (UE) n.º 2025/1047	30 de maio de 2024 Financiamentos	1 de janeiro de 2026	Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 Classificação e Mensuração de Instrumentos Instrumentos Em 30 de maio de 2024, o Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (IASB) publicou as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7: «Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros» (Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7). As alterações esclarecem que um passivo financeiro é extinto na data de liquidação e introduzem uma opção para a eliminação contabilística dos passivos financeiros liquidados através de um sistema de pagamento eletrónico antes da data de liquidação. As entidades que adotarem a opção devem aplicá-la a todas as liquidações efetuadas através do mesmo sistema de pagamento eletrónico. As alterações propostas fornecem ainda orientações sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos financeiros contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo de empréstimo subjacente; melhoram a descrição do termo «sem recurso», esclarecem as características que distinguem os instrumentos contratualmente vinculados de outros tipos de instrumentos e introduzem informações adicionais para os instrumentos financeiros com características contingentes e para os instrumentos de capital classificados ao justo valor com impacto no resultado global (fair value through OCI). As alterações serão aplicáveis aos exercícios que se iniciem em 1 de janeiro de 2026 ou posteriormente. É permitida a adoção antecipada apenas no que diz respeito às alterações relativas às características contingentes.

PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES IFRS AINDA NÃO APROVADAS
PELA UNIÃO EUROPEIA

Princípio/alteração	Data de emissão IASB	Data de primeira aplicação	Descrição do princípio/alteração
IFRS 18 Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	9 de abril de 2024 janeiro	1 de 2027	IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras A 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) publicou a nova norma contabilística IFRS 18 «Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras», que, a partir de 1 de janeiro de 2027, substituirá a norma contabilística IAS 1 «Apresentação das demonstrações financeiras». A nova norma introduz novos requisitos para melhorar a prestação de contas do desempenho financeiro das empresas e proporcionar aos investidores uma base mais sólida para analisar e comparar mais facilmente o desempenho das diferentes empresas. A IFRS 18 introduz uma melhor comparabilidade na demonstração de resultados, uma maior transparência das medidas de desempenho definidas pela gestão e um agrupamento mais útil da informação nas demonstrações financeiras. O novo princípio será aplicável aos exercícios que tenham início a partir de 1 de janeiro de 2027 ou posteriormente. É permitida a aplicação antecipada.

IFRS 19 Subsidiárias sem
Responsabilidade Pública:
Divulgações

9 de maio de 2024
janeiro

1 de
2027

**IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:
Divulgações**

Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) publicou a nova norma IFRS 19 «Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações», que permite às subsidiárias aplicar as Normas IFRS com um conjunto reduzido de requisitos de divulgação.

A nova Norma proposta aplica-se a subsidiárias sem responsabilidade pública — empresas que não são instituições financeiras nem estão cotadas na bolsa — cuja empresa-mãe elabora demonstrações financeiras consolidadas aplicando as Normas IFRS. A IFRS 19 permitirá que as subsidiárias mantenham um único conjunto de registros contábilísticos e forneçam informações reduzidas capazes de satisfazer as necessidades tanto da empresa-mãe como dos utilizadores das suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7:
«Contratos que fazem
referência à
Nature-dependent Electricity»

18 de dezembro de 2024
janeiro

1 de
2027

**Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 «Contratos que fazem
referência a eletricidade dependente de fatores naturais».**

Em junho de 2023, o Comitê de Interpretações das IFRS (IFRS IC) analisou um pedido relativo à aplicação da IFRS 9 aos contratos de entrega física para a aquisição de energia renovável. Em particular, o IFRS IC considerou os contratos para a aquisição de um ativo não financeiro quando esse ativo não pode ser armazenado e deve ser consumido ou vendido num curto espaço de tempo, em conformidade com a estrutura de mercado em que é adquirido e vendido.

Alterações

As alterações relativas aos «Contratos que têm por referência a eletricidade dependente de fatores naturais» incluem:

Alterações à IFRS 9 — Instrumentos financeiros

- Os requisitos relativos ao «uso próprio» na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar o parágrafo IFRS 9:2.4 a contratos de compra e fornecimento de eletricidade renovável, cujo processo de produção depende da natureza.
- Os requisitos para a contabilidade de cobertura na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de eletricidade renovável dependente da natureza, com determinadas características, como instrumento de cobertura

Alterações à IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação e à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações

- O IASB altera a IFRS 7 e a IFRS 19 para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos relativos à eletricidade dependente da natureza com determinadas características.

As alterações entrarão em vigor para os períodos de prestação de contas anuais a partir de 1 de janeiro de 2026.

A aplicação

antecipada é permitida.

A.2 PARTE RELATIVA AOS PRINCIPAIS RUBRIQUES DO BALANÇO

Neste capítulo são apresentadas as políticas contabilísticas adotadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2025. A exposição das políticas contabilísticas adotadas é efetuada com referência às fases de registo, classificação, avaliação e baixa das diversas rubricas do ativo e do passivo.

1. ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR COM IMPACTO NA CONTA DE RESULTADOS

São classificadas nesta categoria as atividades financeiras que não sejam as classificadas entre as Atividades financeiras avaliadas ao justo valor com impacto no resultado global e entre as Atividades financeiras avaliadas ao custo amortizado. A rubrica inclui, em particular:

- Os ativos financeiros detidos para negociação, essencialmente representados por títulos de dívida e de capital e pelo valor positivo dos contratos de derivados detidos para fins de negociação;
- Os ativos financeiros que devem ser avaliados obrigatoriamente pelo justo valor, representados pelos ativos financeiros que não satisfazem os requisitos para a avaliação pelo custo amortizado ou pelo justo valor com impacto no resultado global. Trata-se de ativos financeiros cujos termos contratuais não prevejam exclusivamente reembolsos do capital e pagamentos de juros sobre o montante do capital a devolver (o chamado «teste SPPI» não superado) ou que não são detidas no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja a posse de ativos com vista à cobrança dos fluxos financeiros contratuais (modelo de negócio «Hold to Collect») ou cujo objetivo seja alcançado tanto através da cobrança dos fluxos financeiros contratuais como através da venda de ativos financeiros (modelo de negócio «Hold to Collect and Sell»);
- Os ativos financeiros designados para avaliação ao justo valor, ou seja, os ativos financeiros assim definidos no momento do reconhecimento inicial e desde que se verifiquem os pressupostos necessários. Nesse caso, uma entidade pode designar irrevogavelmente, no momento do reconhecimento, um ativo financeiro como avaliado ao justo valor com impacto na Demonstração de Resultados se, e apenas se, ao fazê-lo, eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de avaliação.

Consequentemente, constam nesta rubrica:

- os títulos de dívida e os financiamentos que estão incluídos num modelo de negócio «Outros/Negociação» (não atribuíveis, portanto, aos modelos de negócio «Hold to Collect» ou «Hold to Collect and Sell») ou que não cumprem o teste SPPI, incluindo as quotas dos empréstimos sindicados subscritos que, desde a sua origem, se destinam à cessão e que não são atribuíveis a um modelo de negócio «Hold to Collect and Sell»;
- os instrumentos de capital — que não sejam classificados como de controlo, de associação ou de controlo conjunto — detidos para fins de negociação ou para os quais não se tenha optado, no momento do reconhecimento inicial, pela designação ao justo valor com impacto no resultado global.

Esta rubrica inclui, além disso, os contratos derivados, contabilizados entre os ativos financeiros detidos para negociação, que são apresentados como ativos se o justo valor for positivo e como passivos se o justo valor for negativo. É possível compensar os valores

correntes positivos e negativos decorrentes de operações em curso com a mesma contraparte apenas se se tiver atuado no direito legal de compensar os montantes contabilizados e se se pretender proceder à liquidação numa base líquida das posições objeto de compensação.

Entre os derivados estão também incluídos aqueles incorporados em contratos financeiros complexos — em que o contrato principal é um passivo financeiro — que foram objeto de reconhecimento separado, uma vez que:

- as suas características económicas e os riscos não estão estritamente correlacionados com as características do contrato subjacente;
- os instrumentos incorporados, mesmo que separados, satisfazem a definição de derivado;
- os instrumentos híbridos a que pertencem não são avaliados pelo justo valor, com as respetivas variações registadas na Demonstração de Resultados.

De acordo com as regras gerais previstas pela IFRS 9 em matéria de reclassificação de ativos financeiros (com exceção dos títulos de capital, para os quais não é permitida qualquer reclassificação), não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, salvo no caso de a entidade alterar o seu modelo de negócio para a gestão dos ativos financeiros. Nesses casos, que se espera sejam altamente infrequentes, os ativos financeiros poderão ser reclassificados da categoria avaliada ao justo valor com impacto na Demonstração de Resultados para uma das outras duas categorias previstas pela IFRS 9 (Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado ou Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global). O valor de transferência é representado pelo justo valor no momento da reclassificação e os efeitos da reclassificação operam de forma prospetiva a partir da data da reclassificação.

Neste caso, a taxa de juro efetiva do ativo financeiro reclassificado é determinada com base no seu justo valor à data da reclassificação e essa data é considerada como a data de reconhecimento inicial para a alocação nas diferentes fases de risco de crédito (stage assignment) para efeitos de imparidade.

O registo inicial dos ativos financeiros ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e de capital e na data de subscrição para os contratos de derivados. No momento do registo inicial, os ativos detidos para negociação são registados pelo justo valor, que normalmente corresponde ao montante pago, sem considerar os custos e proveitos de transação diretamente atribuíveis ao próprio instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são avaliados pelo justo valor. Os efeitos da aplicação deste critério de avaliação são registados na Demonstração de Resultados, na rubrica 80. «Resultado líquido da atividade de negociação».

Para a determinação do justo valor dos contratos de derivados cotados num mercado ativo, são utilizadas as cotações de mercado em vigor na data de encerramento do período. Na ausência de um mercado ativo, são utilizados métodos de estimativa e modelos de avaliação que têm em conta os fatores de risco associados aos instrumentos e que se baseiam em dados observáveis no mercado, tais como a taxa de juro. Os títulos de capital e os instrumentos derivados que têm por objeto títulos de capital, não cotados num mercado ativo, para os quais não seja possível determinar o justo valor de forma fiável de acordo com as orientações acima indicadas, são mantidos ao custo.

Os ativos e passivos financeiros detidos para negociação são eliminados quando expiram os direitos contratuais sobre os fluxos financeiros decorrentes desses ativos e passivos ou quando o ativo ou passivo financeiro é alienado, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios a ele associados.

2. ATIVIDADES FINANCEIRAS AVALIADAS AO JUSTO VALOR COM IMPACTO NO RESULTADO GLOBAL (FVOCI)

No final do exercício e durante o mesmo, não existiram ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global.

3. ATIVIDADES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO

Estão incluídos nesta categoria os ativos financeiros (em particular empréstimos e títulos de dívida) que satisfazem ambas as seguintes condições:

- a atividade financeira é detida de acordo com um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado através do recebimento dos fluxos financeiros previstos contratualmente (modelo de negócio «Hold to Collect»);
- os termos contratuais do ativo financeiro prevêem, em determinadas datas, fluxos financeiros representados exclusivamente por pagamentos do capital e dos juros sobre o montante do capital a reembolsar (o chamado «teste SPPI» foi superado).

Mais especificamente, são objeto de registo nesta rubrica:

- os depósitos junto de bancos nas diversas formas técnicas que preencham os requisitos referidos no parágrafo anterior;
- os créditos a clientes nas diversas formas técnicas que preencham os requisitos referidos no parágrafo anterior;
- os títulos de dívida que preencham os requisitos referidos no parágrafo anterior.

Estão ainda incluídos nesta categoria os créditos de exploração relacionados com a prestação de atividades e serviços financeiros, tal como definidos pelo T.U.B. e pelo T.U.F. (por exemplo, para a distribuição de produtos financeiros e atividades de servicing).

De acordo com as regras gerais previstas pela IFRS 9 em matéria de reclassificação de ativos financeiros, não são permitidas reclassificações para outras categorias de ativos financeiros, salvo no caso de a entidade alterar o seu modelo de negócio para a gestão dos ativos financeiros.

Nesses casos, que se prevê serem altamente infrequentes, os ativos financeiros poderão ser reclassificados da categoria avaliada ao custo amortizado para uma das outras duas categorias previstas pela IFRS 9 (Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global ou Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto na demonstração de resultados).

O valor de transferência é representado pelo justo valor no momento da reclassificação e os efeitos da reclassificação são aplicados de forma prospetiva a partir da data da reclassificação.

Os ganhos ou perdas resultantes da diferença entre o custo amortizado do ativo financeiro e o seu justo valor são reconhecidos na demonstração de resultados no caso de reclassificação para a categoria «Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto na demonstração de resultados» e no capital próprio, na reserva de avaliação específica, no caso de reclassificação para a categoria «Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global».

O registo inicial do ativo financeiro ocorre na data de liquidação para os títulos de dívida e na data de desembolso no caso de créditos. No momento do registo inicial, os ativos são contabilizados pelo justo valor, incluindo os custos ou proveitos de transação diretamente atribuíveis ao próprio instrumento.

Em particular, no que diz respeito aos créditos, a data de desembolso coincide normalmente com a data de assinatura do contrato.

Caso tal coincidência não se verifique, no momento da assinatura do contrato é registado um compromisso de desembolso de fundos, que se extingue na data de desembolso do financiamento.

O registo do crédito é efetuado com base no seu justo valor, igual ao montante desembolsado, ou preço de subscrição, incluindo os custos/rendimentos diretamente atribuíveis ao crédito individual e determináveis desde o início da operação, mesmo que liquidados num momento posterior.

Estão excluídos os custos que, apesar de possuírem as características acima referidas, sejam objeto de reembolso por parte da contraparte devedora ou sejam enquadráveis entre os custos internos normais de natureza administrativa.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros em análise são avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Nestes termos, a atividade é reconhecida no balanço por um montante igual ao valor de primeira inscrição, deduzido dos reembolsos de capital, acrescido ou deduzido da amortização acumulada (calculada pelo referido método da taxa de juro efetiva) da diferença entre esse montante inicial e o montante no vencimento (normalmente atribuível aos custos/rendimentos imputados diretamente ao ativo individual) e ajustado da eventual provisão para cobertura de perdas.

A taxa de juro efetiva é determinada calculando a taxa que iguala o valor atual dos fluxos futuros da atividade, em capital e juros, ao montante desembolsado, incluindo os custos/rendimentos atribuídos à própria atividade financeira.

Este método de contabilização, utilizando uma lógica financeira, permite distribuir o efeito económico dos custos/rendimentos diretamente atribuíveis a um ativo financeiro ao longo da sua vida útil residual prevista. O método do custo amortizado não é utilizado para os ativos — avaliados ao custo histórico — cuja curta duração leva a considerar insignificante o efeito da aplicação da lógica da atualização, para aqueles sem um prazo definido e para os créditos revogáveis.

Os critérios de avaliação estão intimamente ligados à inclusão dos instrumentos em análise num dos três estágios (níveis de risco de crédito) previstos pela IFRS 9, sendo que o último (estágio 3) abrange os ativos financeiros deteriorados e os restantes (estágios 1 e 2) os ativos financeiros em bonis.

No que diz respeito à representação contabilística dos referidos efeitos de avaliação, as correções de valor relativas a este tipo de ativos são registadas na demonstração de resultados:

- no momento do registo inicial, num montante igual à perda esperada a doze meses;
- na avaliação subsequente do ativo, caso o risco de crédito não tenha aumentado significativamente em relação ao registo inicial, em função das variações no montante das correções de valor para perdas esperadas nos doze meses seguintes;
- na avaliação subsequente do ativo, caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente em relação ao registo inicial, em relação ao reconhecimento de correções de valor para perdas esperadas referentes a toda a vida residual prevista contratualmente para o ativo;
- no momento da avaliação subsequente do ativo, caso — após ter-se verificado um aumento significativo do risco de crédito em relação ao registo inicial — a «significatividade» desse aumento tenha entretanto deixado de existir, em relação ao ajustamento das correções de valor acumuladas para ter em conta a transição de uma perda esperada ao longo de toda a vida residual do instrumento («lifetime») para uma perda esperada a doze meses.

Se, para além de um aumento significativo do risco de crédito, forem também encontradas evidências objetivas de uma perda de valor, o montante da perda é calculado como a diferença entre o valor contabilístico do ativo — classificado como «impar», tal como todas as outras relações existentes com a mesma contraparte — e o valor atual dos fluxos financeiros futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial.

O montante da perda, a registar na demonstração de resultados, é definido com base num processo de avaliação analítica ou determinado por categorias homogéneas e, por conseguinte, atribuído analiticamente a cada posição, tendo em conta informações prospectivas e os possíveis cenários alternativos de recuperação.

Estão incluídos no âmbito dos ativos deteriorados os instrumentos financeiros aos quais foi atribuído o estatuto de incumprimento, incumprimento provável ou vencidos/em incumprimento há mais de noventa dias, de acordo com as regras do Banco de Itália, em conformidade com a normativa IAS/IFRS e de supervisão europeia.

Os fluxos de caixa previstos têm em conta os prazos de recuperação esperados e o valor de realização presumível de eventuais garantias. A taxa efetiva inicial de cada ativo permanece inalterada ao longo do tempo, mesmo que tenha ocorrido uma reestruturação da relação que tenha implicado uma alteração da taxa contratual e mesmo que a relação passe, na prática, a não gerar juros contratuais.

Caso os motivos da perda de valor sejam eliminados na sequência de um evento ocorrido após o reconhecimento da redução de valor, são efetuadas reversões de valor com imputação na Demonstração de Resultados. A reversão de valor não pode exceder o custo amortizado que o instrumento financeiro teria na ausência de ajustamentos anteriores. As recuperações de valor relacionadas com o decurso do tempo são registadas na margem de juros. Em alguns casos, durante a vida útil dos ativos financeiros em análise e, em particular, dos créditos, as condições contratuais originais são objeto de alterações posteriores por vontade das partes do contrato. Quando, ao longo da vida de um instrumento, as cláusulas contratuais são objeto de alteração, é necessário verificar se o ativo original deve continuar a ser registado no balanço ou se, pelo contrário, o instrumento original deve ser objeto de baixa do balanço (derecognition) e se deve ser registado um novo instrumento financeiro. Em geral, as alterações a um ativo financeiro conduzem à sua baixa e ao registo de um novo ativo quando são «substanciais».

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro, parte de um grupo de ativos financeiros ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é dado de baixa (ou seja, removido do balanço do Grupo) quando:

- os direitos de receber fluxos financeiros do ativo se extinguirem, ou
- o Grupo tiver transferido para um terceiro o direito de receber fluxos financeiros do ativo ou tiver assumido a obrigação contratual de os pagar na totalidade e sem atrasos e:
 - (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro; ou
 - (b) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios da atividade, mas transferiu o controlo da mesma.

4. OPERAÇÕES DE COBERTURA

O Grupo contabiliza as operações de cobertura de acordo com o disposto na norma contabilística internacional IFRS 9.

As operações de cobertura de riscos financeiros têm como objetivo neutralizar potenciais perdas reconhecíveis num determinado elemento ou grupo de elementos, atribuíveis a um determinado risco, através dos ganhos reconhecíveis num elemento ou grupo de elementos diferente, caso esse risco específico venha a concretizar-se. O Grupo CA Auto Bank utiliza, face à exposição ao risco de taxa de juro sobre créditos relativos a financiamentos a prestações e obrigações emitidas, instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro designados como cobertura de justo valor.

Os instrumentos financeiros derivados celebrados para cobertura do risco de taxa de juro relativo ao endividamento das empresas que exercem atividades de aluguer de longa duração são designados como cobertura de fluxos de caixa.

Apenas os instrumentos que envolvem uma contraparte externa podem ser designados como instrumentos de cobertura.

Os derivados de cobertura são avaliados pelo justo valor. Em particular:

- no caso de cobertura de fluxos financeiros, os instrumentos derivados de cobertura são avaliados pelo justo valor; a variação do justo valor do instrumento de cobertura considerada eficaz é imputada ao capital próprio na rubrica 120. «Reservas de avaliação». A parte ineficaz é, por sua vez, imputada à demonstração de resultados na rubrica 90. «Resultado líquido da atividade de cobertura».
- no caso de cobertura do justo valor, a variação do justo valor do instrumento de cobertura é registada na demonstração de resultados na rubrica 90. «Resultado líquido da atividade de cobertura». As variações no justo valor do elemento coberto, que são atribuíveis ao risco coberto pelo instrumento derivado, são registadas na mesma rubrica da demonstração de resultados em contrapartida da alteração do valor contabilístico do elemento coberto ou numa rubrica separada para o Macro-Hedge.

O justo valor dos instrumentos derivados é calculado com base em taxas de juro e de câmbio observáveis no mercado, tendo em conta o mérito de crédito das contrapartes, e representa a atualização dos fluxos de caixa futuros relativos aos contratos individuais.

Os diferenças acumuladas sobre os instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro são registadas na demonstração de resultados na rubrica

10. «Juros e rendimentos similares» ou 20. «Juros e encargos similares».

O instrumento derivado é designado como de cobertura se existir documentação formalizada da relação entre o instrumento coberto e o instrumento de cobertura e se a cobertura for eficaz no momento em que tem início e, prospectivamente, durante toda a sua vigência.

Considera-se eficaz quando as variações do justo valor (ou dos fluxos de caixa) do instrumento financeiro de cobertura neutralizam quase integralmente, ou seja, dentro dos limites estabelecidos pelo intervalo de 80-125%, as variações do instrumento coberto, relativamente ao elemento de risco objeto da cobertura.

A avaliação da eficácia é realizada em cada encerramento do balanço ou de um período intercalado, utilizando:

- testes prospetivos, que justificam a aplicação da contabilização de cobertura, na medida em que demonstram a sua eficácia;

- testes retrospectivos, que evidenciam o grau de eficácia da cobertura alcançado no período a que se referem. Por outras palavras, medem em que medida os resultados efetivos se desviaram da cobertura perfeita.

Se as verificações não confirmarem a eficácia da cobertura, a partir desse momento a contabilização das operações de cobertura, conforme acima exposto, é interrompida e o contrato derivado de cobertura é reclassificado entre os instrumentos de negociação, e o instrumento financeiro coberto volta a adquirir o critério de avaliação correspondente à sua classificação no balanço.

No caso de operações de cobertura genérica (macrohedging), a IFRS 9 permite que o objeto da cobertura do justo valor da exposição ao risco de taxa de juro seja um montante designado de ativos ou passivos financeiros, de modo a que um conjunto de contratos de derivados possa ser utilizado para reduzir as variações do justo valor das rubricas cobertas à medida que as taxas de juro de mercado variam.

Não podem ser objeto de cobertura genérica montantes determinados como desequilíbrio entre ativos e passivos financeiros.

A cobertura genérica é considerada altamente eficaz se, tanto no início como ao longo da operação, as variações do justo valor do montante coberto forem compensadas pelas variações do justo valor dos derivados de cobertura, com uma relação compreendida entre 80 % e 125 %.

5. PARTICIPAÇÕES

As participações em empresas sujeitas a controlo conjunto (IFRS 11), bem como as em empresas sujeitas a influência significativa (IAS 28), são avaliadas pelo método direto.

As participações detidas em sociedades que não são controladas nem associadas, e que não estão cotadas, são contabilizadas pelo custo. Se existirem indícios de que o valor de uma participação possa ter sofrido uma redução, procede-se à estimativa do valor recuperável da mesma, tendo em conta o valor atual dos fluxos financeiros futuros que a participação poderá gerar, incluindo o valor de alienação final do investimento.

Caso o valor de recuperação seja inferior ao valor contabilístico, a diferença correspondente é registada na demonstração de resultados. Nos períodos subsequentes, caso deixem de existir os motivos para a correção de valor, são efetuadas recuperações de valor com imputação à demonstração de resultados.

6. ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica inclui mobiliário, equipamento, instalações técnicas, outros equipamentos e bens relacionados com a atividade de locação financeira. Trata-se de ativos tangíveis detidos para serem utilizados no fornecimento de bens e serviços, para serem alugados a terceiros ou para fins administrativos, e que se prevê utilizar por mais de um período.

Esta rubrica está subdividida nas seguintes categorias:

- ativos para uso funcional;
- ativos detidos para fins de investimento.

Os ativos para uso funcional são detidos para serem utilizados na produção ou no fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos e considera-se que possam ser utilizados por mais de um período. Nesta categoria incluem-se convencionalmente também os bens em espera de locação no âmbito dos contratos de locação financeira.

Nesta rubrica são também registados os bens utilizados pelo Grupo na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação financeira, ou seja, aqueles concedidos pelo Grupo na qualidade de locador no âmbito de contratos de locação operacional.

Os ativos concedidos em locação incluem os veículos cedidos a clientes em locação operacional pelas empresas de aluguer de curta e longa duração do Grupo. Os créditos comerciais em fase de cobrança e sujeitos a procedimentos de recuperação relativos a contratos de locação operacional, de natureza comercial, são classificados na rubrica 130. «Outros ativos». Os contratos de locação operacional com cláusula de recompra são igualmente classificados na rubrica 130. «Outros ativos». Os ativos fixos tangíveis incluem ainda as melhorias em bens de terceiros, caso estas constituam despesas incrementais relativas a ativos identificáveis e separáveis. Nesse caso, a classificação é efetuada nas subrubricas específicas de referência, em função da natureza do próprio ativo.

Os ativos fixos são registados pelo custo de aquisição, que inclui, além do preço de compra, todos os eventuais encargos acessórios diretamente imputáveis à aquisição e à entrada em funcionamento do bem. Os custos incorridos após a aquisição são capitalizados apenas se aumentarem os benefícios económicos futuros inerentes ao bem a que se referem. Todos os outros custos são reconhecidos na demonstração de resultados quando incorridos.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos são registados pelo custo, líquido das amortizações acumuladas e das perdas de valor. A amortização é calculada com base num critério de cota constante, tendo em conta a vida útil e o valor residual dos ativos.

Em cada encerramento do balanço ou de um relatório financeiro intercalar, caso exista alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido uma perda de valor, procede-se à comparação entre o valor contabilístico do ativo e o seu valor de recuperação, correspondente ao maior valor entre o justo valor, líquido de eventuais custos de venda, e o respetivo valor de uso do ativo, entendido como o valor atual dos fluxos futuros gerados pelo ativo. As eventuais correções de valor são registadas na rubrica 210. «Correções/reversões de valor líquidas sobre ativos fixos tangíveis» da demonstração de resultados.

No que diz respeito à frota ativa das empresas de aluguer, os bens alugados são amortizados de forma linear ao longo de toda a duração do contrato de aluguer até ao seu valor residual. A duração do contrato varia, em média, entre 3 e 4 anos. O início da amortização coincide com a integração do bem no ciclo produtivo, o que, no caso dos veículos de aluguer, coincide com o momento em que os bens são entregues aos clientes. Os valores residuais dos bens cujo risco recai sobre a empresa são revistos e ajustados, se necessário, trimestralmente, de modo a permitir a avaliação mais adequada das provisões.

Caso deixem de existir os motivos que levaram ao reconhecimento da perda, procede-se a uma recuperação de valor, que não pode exceder o valor que o ativo teria, líquido das amortizações calculadas na ausência de perdas de valor anteriores.

Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e celebração de um contrato de locação operacional são adicionados ao valor dos bens locados de forma linear, com base na duração do contrato.

Os ativos tangíveis são eliminados do balanço no momento da alienação ou quando o ativo é definitivamente retirado de serviço e não se esperam benefícios económicos futuros da sua alienação. A eventual diferença entre o valor de alienação ou valor recuperável e o valor contabilístico é registada na demonstração de resultados na rubrica 280. «Ganhos (Perdas) na alienação de investimentos».

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são ativos não monetários de utilidade plurianual, identificáveis embora desprovidos de consistência física, controlados pelo Grupo e dos quais é provável que advirão benefícios económicos futuros. Os ativos intangíveis referem-se principalmente ao goodwill, software, marcas e patentes.

O goodwill representa a diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor (fair value) dos ativos e passivos adquiridos no âmbito de operações de agregação.

No caso de software desenvolvido internamente, os custos incorridos com o desenvolvimento do projeto são registados como ativos intangíveis, desde que sejam demonstrados os seguintes elementos: a viabilidade técnica, a intenção de conclusão, a utilidade futura, a disponibilidade de recursos financeiros e técnicos suficientes e a capacidade de determinar de forma fiável os custos do projeto.

Os outros ativos intangíveis são registados como tal se forem identificáveis e tiverem origem em direitos legais ou contratuais.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente e/ou gerados internamente são inicialmente registados pelo custo e amortizados, com exceção do goodwill, pelo método linear ao longo da sua vida útil estimada.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são registados líquidos das amortizações acumuladas e de eventuais perdas de valor acumuladas. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil e são submetidos a um teste de imparidade sempre que existam indícios de uma possível perda de valor. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são reavaliados, pelo menos, no final de cada exercício.

As alterações na vida útil esperada ou nas modalidades através das quais os benefícios económicos futuros associados ao ativo se concretizarão são registadas através da alteração do período ou do método de amortização, consoante o caso, e são consideradas como alterações nas estimativas contabilísticas. O custo da amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é registado na demonstração de resultados na categoria de custos coerente com a função do ativo intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida, incluindo o goodwill, não são amortizados, mas são submetidos anualmente a um teste de imparidade, tanto a nível individual como a nível da unidade geradora de fluxos de caixa. Anualmente (ou sempre que haja indícios de perda de valor), é realizado um teste para verificar a adequação do valor do goodwill. Para o efeito, é identificada a unidade geradora de fluxos financeiros à qual atribuir o goodwill.

O montante de uma eventual redução de valor é determinado com base na diferença entre o valor de registo do goodwill e o seu valor de recuperação, se este for inferior. Esse valor de recuperação é igual ao maior entre o justo valor da unidade geradora de fluxos financeiros, líquido de eventuais custos de venda, e o respetivo valor de uso.

As consequentes correções de valor são registadas na demonstração de resultados na rubrica 270. «Correções de valor do goodwill». Não são permitidas recuperações de valor sobre o goodwill. Um ativo intangível é eliminado do balanço no momento da alienação e sempre que não sejam esperados benefícios económicos futuros. A eventual diferença entre o valor de alienação ou

valor recuperável e o valor contabilístico é registada na demonstração de resultados na rubrica 280. «Ganhos (Perdas) de alienação de investimentos».

8. ATIVOS NÃO CORRENTES E GRUPOS DE ATIVOS EM PROCESSO DE ALIENAÇÃO

Esta rubrica não é valorizada para efeitos do balanço.

9. IMPOSTAÇÃO CORRENTE E DIFERIDA

Os ativos e passivos fiscais são registados no balanço do Balanço Consolidado, respetivamente nas rubricas 110. «Ativos fiscais» do ativo e 60. «Passivos fiscais» do passivo.

Em aplicação do «método do balanço», as rubricas contabilísticas relativas à tributação corrente e diferida incluem:

- ativos fiscais correntes, ou seja, excedentes de pagamentos sobre as obrigações fiscais a cumprir de acordo com a legislação fiscal nacional em vigor;
- passivos fiscais correntes, ou seja, dívidas fiscais a liquidar de acordo com a legislação fiscal nacional em vigor;
- ativos fiscais diferidos, ou seja, os montantes de impostos sobre o rendimento recuperáveis em exercícios futuros e referentes a:
 - diferenças temporárias dedutíveis;
 - transporte para o exercício seguinte de prejuízos fiscais não utilizados, e
 - transporte para o exercício seguinte de créditos fiscais não utilizados;
 - passivos fiscais diferidos, ou seja, os montantes dos impostos sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros, relativos a diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são calculados aplicando a legislação fiscal nacional em vigor e são contabilizados como encargo (rendimento) de acordo com o mesmo critério de competência económica dos custos e receitas que os originaram.

Em geral, os ativos e passivos fiscais diferidos surgem nos casos em que a dedutibilidade ou a tributação do custo ou da receita são diferidas em relação ao seu reconhecimento contabilístico.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas taxas de imposto que, à data de referência do balanço, se prevê que serão aplicáveis no exercício em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base na legislação fiscal em vigor, e são periodicamente revistos para ter em conta eventuais alterações normativas.

Além disso, os ativos fiscais diferidos são reconhecidos apenas na medida em que se preveja a sua recuperação através da geração de rendimento tributável suficiente por parte da entidade. Em conformidade com o disposto na IAS 12, a probabilidade de existir rendimento tributável futuro suficiente para a utilização dos ativos fiscais diferidos é objeto de verificação periódica. Caso a referida verificação revele a insuficiência de rendimento tributável futuro, os ativos fiscais diferidos são reduzidos em conformidade.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos na demonstração de resultados na rubrica 300. «Impostos sobre o rendimento do exercício da atividade corrente», com exceção dos impostos que se referem a rubricas que são creditadas ou debitadas, no próprio exercício ou noutro, diretamente no capital próprio, tais como, por exemplo, as relativas a ganhos ou perdas em ativos financeiros disponíveis para venda e as relativas a variações do justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa, cujas variações de valor são registadas, líquidas de impostos, diretamente na demonstração do resultado global, nas reservas de avaliação.

Os ativos fiscais correntes são apresentados no balanço líquido dos respetivos passivos fiscais correntes, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- existência de um direito executório de compensar os montantes registados, e
- a intenção de regular as posições ativas e passivas com um único pagamento em base líquida ou de realizar o ativo e, simultaneamente, extinguir o passivo.

Os ativos fiscais diferidos são apresentados no balanço líquido dos respetivos passivos fiscais diferidos, desde que se verifiquem os seguintes requisitos:

- existência de um direito de compensar os ativos fiscais correntes subjacentes com os passivos fiscais correntes;
- os ativos e passivos fiscais diferidos referem-se a impostos sobre o rendimento aplicados pela mesma jurisdição fiscal ao mesmo sujeito passivo ou a diferentes sujeitos passivos que pretendem regular os passivos e ativos fiscais correntes numa base líquida (normalmente na presença de um contrato de consolidação fiscal).

10. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS - PROVISÕES PARA PENSÕES E OBRIGAÇÕES SEMELHANTES

As provisões para pensões, ou seja, as provisões relativas a benefícios a prestar aos empregados após a cessação da relação de trabalho, são constituídas em aplicação de acordos empresariais e qualificam-se como planos de benefícios definidos.

O passivo relativo a esses planos e o custo social correspondente ao trabalho prestado no período corrente são determinados com base em pressupostos atuariais, aplicando o método da «Projeção Unitária do Crédito». Os ganhos/perdas atuariais decorrentes da avaliação dos passivos de benefícios definidos são registados em contrapartida do capital próprio, no âmbito das reservas de avaliação.

A taxa utilizada para atualizar as obrigações relacionadas com os benefícios pós-emprego varia consoante o país/moeda de denominação do passivo e é determinada com base nos rendimentos de mercado, à data de referência do balanço, de obrigações de empresas de primeira linha com duração média coerente com a do próprio passivo.

OUTRAS PROVISÕES

As outras provisões para riscos e encargos dizem respeito a custos e encargos de natureza determinada e de existência certa ou

provável que, à data de encerramento do exercício, são indeterminados quanto ao montante ou à data de ocorrência.

A provisão para riscos e encargos é constituída exclusivamente quando:

- a) existir uma obrigação atual (legal ou implícita) resultante de um evento passado;
- b) é provável que o cumprimento dessa obrigação seja oneroso;
- c) for possível efetuar uma estimativa fiável do montante da obrigação.

Quando o aspeto do valor temporal do dinheiro for relevante, o montante de uma provisão é representado pelo valor atual das despesas que se prevê que venham a ser suportadas para liquidar a obrigação.

Esta rubrica inclui também os benefícios de longo prazo aos empregados, cujos encargos são determinados com base nos mesmos critérios atuariais descritos para os fundos de pensões. Os ganhos e perdas atuariais são todos reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

PASSIVOS E PASSIVOS POTENCIAIS

O Grupo reconhece um passivo relativo a litígios e processos judiciais em curso quando considera provável que venha a ocorrer um desembolso financeiro e quando o montante das perdas daí decorrentes possa ser razoavelmente estimado. Caso um desembolso financeiro se torne possível, mas o seu montante não seja determinável, tal facto é referido nas notas explicativas das demonstrações financeiras. O Grupo está sujeito a processos judiciais e fiscais relativos a uma vasta gama de questões que se encontram sob a jurisdição de vários Estados. Além disso, os processos e litígios contra o Grupo decorrem frequentemente de questões jurídicas complexas e difíceis, que estão sujeitas a um grau variável de incerteza, incluindo os factos e as circunstâncias inerentes a cada processo, a jurisdição e as diferentes leis aplicáveis, que são objeto de uma análise cuidadosa

11. PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

Nas subrubricas «Dívidas a bancos», «Dívidas a clientes» e «Títulos em circulação» estão alocados os instrumentos financeiros (distintos das passivas de negociação e das avaliadas ao justo valor) representativos das diversas formas de captação de fundos junto de terceiros. Em particular, os Títulos em circulação são representados por emissões obrigacionistas realizadas por empresas do Grupo e por títulos relativos às emissões de sociedades veículo no âmbito de operações de titularização de créditos.

Esses passivos financeiros são registados de acordo com o princípio da data de liquidação e inicialmente contabilizados pelo justo valor, que normalmente corresponde ao montante recebido ou ao preço de emissão, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis ao passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, esses instrumentos são avaliados pelo custo amortizado, utilizando o método do juro efetivo. Constituem exceção as responsabilidades de curto prazo, nas quais o fator temporal é insignificante, que permanecem registadas pelo valor recebido.

As responsabilidades financeiras são eliminadas do balanço quando vencem ou são extintas. A eliminação ocorre também em caso de recompra de títulos anteriormente emitidos. A diferença entre o valor contabilístico da responsabilidade e o montante pago para a adquirir é registada na demonstração de resultados na rubrica 100.c) «Ganhos (perdas) de recompra de responsabilidades financeiras».

DISTINÇÃO ENTRE DÍVIDA E CAPITAL

A distinção entre instrumentos de dívida e instrumentos de capital baseia-se numa análise da substância económica das disposições contratuais.

O passivo financeiro é um instrumento de dívida se incluir uma obrigação contratual de:

- entregar a outra entidade liquidez, outro ativo financeiro ou um número variável de instrumentos de capital;
- trocar ativos e passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis.

Um instrumento de capital é um instrumento financeiro não reembolsável que oferece uma remuneração discricionária que se traduz num interesse residual numa empresa após a liquidação de todos os seus passivos (ativo líquido) e que não é qualificado como instrumento de dívida.

12. PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Os passivos financeiros detidos para fins de negociação incluem principalmente contratos de derivados que não são designados como instrumentos de cobertura.

Os passivos financeiros pertencentes a esta categoria são avaliados pelo justo valor inicialmente e ao longo da vida da operação, com exceção dos contratos de derivados a liquidar mediante a entrega de um instrumento não cotado representativo de capital cujo justo valor não possa ser avaliado de forma fiável e que, por conseguinte, são avaliados pelo custo.

13. PASSIVOS FINANCEIROS DESIGNADOS AO JUSTO VALOR

Esta rubrica não é valorizada para efeitos do balanço.

14. OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas, no momento do reconhecimento inicial, na moeda de contabilidade, aplicando ao montante em moeda estrangeira a taxa de câmbio em vigor na data da operação.

Em cada encerramento de balanço ou de situação intercalar, as rubricas do balanço em moeda estrangeira são valorizadas da seguinte forma:

- as rubricas monetárias são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de encerramento;
- as rubricas não monetárias, avaliadas ao custo histórico, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da operação;
- as rubricas não monetárias, avaliadas pelo justo valor, são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de encerramento.

As diferenças cambiais decorrentes da liquidação de elementos monetários ou da conversão de elementos monetários a taxas diferentes das taxas de conversão iniciais, ou das taxas de conversão do balanço anterior, são registadas na demonstração de resultados do período em que surgem.

Quando um ganho ou uma perda relativos a um elemento não monetário são reconhecidos no capital próprio, a diferença cambial relativa a esse elemento é também reconhecida no capital próprio. Por outro lado, quando um ganho ou uma perda são reconhecidos na demonstração de resultados, a diferença cambial correspondente é igualmente reconhecida na demonstração de resultados.

15. ATIVOS E PASSIVOS DE SEGUROS

São classificadas nesta categoria as ativas e passivas de seguros que se enquadram no âmbito de aplicação da IFRS 17 Contratos de Seguro.

A IFRS 17 define contratos de seguro como aqueles contratos nos quais uma parte (a seguradora) aceita um risco de seguro significativo de um terceiro (o segurado), concordando em indemnizar o segurado caso este sofra danos decorrentes de um evento futuro específico e incerto (o evento segurado).

A atividade seguradora do Grupo diz respeito ao resseguro de riscos de vida e danos de apólices de seguro vendidas por companhias de seguros a clientes de sociedades de crédito ao consumo, com o objetivo de proteger o pagamento da dívida.

No momento do reconhecimento, os contratos de seguro são contabilizados como a soma do valor atual de todos os fluxos de caixa contratuais esperados (Present value future cash flow), atualizados e incluindo também um ajuste de risco adequado (para riscos de natureza não financeira) e a margem sobre os serviços contratuais (Contractual Service Margin), que representa o valor atual dos lucros futuros. São incluídos nas estimativas do valor atual dos fluxos financeiros futuros relativos ao grupo de contratos de resseguro detidos o efeito do risco de incumprimento do emitente do contrato de resseguro, incluindo os efeitos de garantias reais e de perdas decorrentes de litígios.

No final de cada período de referência, o valor contabilístico do grupo de contratos de seguro é igual à soma de:

- passivo por cobertura residual, incluindo os fluxos financeiros de cumprimento relativos aos serviços futuros atribuídos ao grupo nessa data, e a margem sobre os serviços contratuais do grupo nessa data;
- passivo por sinistros ocorridos, incluindo os fluxos financeiros de cumprimento relativos aos serviços passados atribuídos ao grupo nessa data.

São reconhecidos rendimentos e custos relativos às seguintes variações do valor contabilístico do passivo por cobertura residual:

- receitas de seguros: pela redução do passivo por cobertura residual em função dos serviços prestados durante o período;
- custos com serviços de seguros: relativos a perdas em grupos de contratos onerosos e à recuperação dessas perdas;
- receitas ou custos de natureza financeira relativos a contratos de seguro: pelo efeito do valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

São reconhecidos receitas e custos relativos às seguintes variações do valor contabilístico da responsabilidade por sinistros ocorridos:

- custos com serviços de seguros: relativos ao aumento do passivo devido a sinistros ocorridos e aos custos suportados no período, excluindo as componentes de investimento;
- custos com serviços de seguros: devido às variações subsequentes dos fluxos financeiros de cumprimento relativos aos sinistros ocorridos e aos custos suportados; e
- receitas ou custos de natureza financeira relativos a contratos de seguro: pelo efeito do valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro.

A margem sobre os serviços contratuais no final do período de referência representa o lucro do conjunto de contratos de seguro ainda não reconhecido no resultado do exercício, uma vez que se refere ao serviço que será prestado no futuro com base nos

contratos desse conjunto.

Em resumo, de acordo com o definido e regulamentado pela IFRS 17, são contabilizados:

- na rubrica 80 «Ativos de seguros», os contratos de cessão em resseguro pertencentes a carteiras de contratos de cessão em resseguro que constituem, com base no sinal do saldo de encerramento, ativos;
- na rubrica 110 «Passivos de seguros», os contratos de cessão em resseguro pertencentes a carteiras de contratos de cessão em resseguro que constituem, com base no sinal do saldo de encerramento, passivos;
- nas rubricas 160 «Resultado dos serviços de seguros» e 170 «Saldo das receitas e custos de natureza financeira relativos à gestão de seguros» da demonstração de resultados:
 - (i) o saldo entre as receitas e os custos relativos aos serviços de seguros decorrentes das cessões em resseguro;
 - ii) o montante recuperado dos resseguradores e o saldo positivo/negativo entre as recuperações de valor e as correções de valor relacionadas com as perdas esperadas decorrentes do risco de incumprimento do ressegurador;
 - iii) as comissões/outras despesas de aquisição inteiramente imputadas à conta de resultados;
 - iv) o saldo, positivo ou negativo, das variações no valor contabilístico das cessões em resseguro relacionadas com os efeitos e as variações dos riscos financeiros associados aos fluxos de caixa das cessões em resseguro, diferentes daqueles que são registados no resultado global.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

CAIXA E DISPONIBILIDADES

LÍQUIDAS

São incluídos nesta rubrica: as moedas com curso legal, incluindo notas e moedas estrangeiras; as contas correntes e os depósitos «à vista» junto dos Bancos Centrais, com exceção da reserva obrigatória, bem como os créditos «à vista» (contas correntes e depósitos à vista) junto dos bancos.

OPERAÇÕES DE AUTOCARTOLIZAÇÃO

À data de encerramento das contas consolidadas, salienta-se que a CA Auto Bank tem em curso uma operação de autocartolarização para a qual subscreveu, no momento da emissão, a totalidade dos passivos emitidos. Operação originada em conformidade com os requisitos de retenção, de acordo com o Regulamento Europeu de Titularização.

Em particular, os ativos financeiros subjacentes aos títulos emitidos referem-se a carteiras de empréstimos a prestações (autoloans) decorrentes da atividade de crédito ao consumo destinada à aquisição de automóveis e a carteiras de empréstimos a prestações (autoloans).

TRATAMENTO CONTABILÍSTICO DAS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO SINTÉTICA

Ao contrário da titularização tradicional, os ativos individuais ou a carteira de ativos, especificamente isolados e identificados, não são cancelados no momento da titularização. Tendo em conta que a taxa de juro aplicada ao cupão do título emitido pelo Banco inclui também as potenciais perdas esperadas da carteira subjacente à operação, o risco de crédito da carteira titularizada é, de facto, transferido para o subscritor do Credit Link Note.

TRATAMENTO DA OPERAÇÃO DE FACTORING COM ENVOLVIMENTO CONTÍNUO (CONTINUING INVOLVEMENT)

Na sequência deste tipo de operação, considerada uma cessão sem recurso, o Banco mantém um envolvimento residual na atividade financeira transferida, uma vez que, contratualmente, existem obrigações inerentes aos créditos cedidos perante o factor.

Para efeitos da aplicação das disposições previstas na IFRS 7, na Parte E das presentes Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 são fornecidas informações de natureza qualitativa e quantitativa.

INDEMNIZAÇÃO POR CESSÃO DE FUNÇÕES

O Grupo CA Auto Bank reconhece diversas formas de planos de pensões de benefício definido e de contribuição de acordo com a conformidade com as condições e práticas locais dos países onde o Grupo desenvolve as suas atividades. Em Itália, a indemnização por cessação de contrato de trabalho é considerada um «benefício subsequente à relação laboral», classificado como:

- «plano de contribuição definida» para as quotas de indemnização por cessação de contrato do pessoal que vencem a partir de 1 de janeiro de 2007 (data de entrada em vigor da reforma da previdência complementar prevista no Decreto Legislativo n.º 252, de 5 de dezembro de 2005), tanto no caso de opção do trabalhador pela previdência complementar, como no caso de destinação para o fundo de tesouraria junto do INPS. Para essas quotas, o montante contabilizado nos custos com pessoal é determinado com base nas contribuições devidas, sem a aplicação de métodos de cálculo atuariais;
- «plano de benefícios definidos», registado com base no seu valor atuarial determinado utilizando o método da «Projeção Unitária do Crédito», relativamente à parte da indemnização por cessação de contrato do pessoal acumulada até 31 de dezembro de 2006. Essas parcelas são registadas com base no seu valor atuarial determinado utilizando o método da «Projeção Unitária do Crédito». Para efeitos de atualização, a taxa utilizada é determinada com referência ao rendimento de mercado das obrigações de empresas de primeira linha, tendo em conta a duração média residual do passivo, ponderada com base na percentagem do montante pago e adiantado, para cada vencimento, em relação ao total a pagar e adiantar até à extinção final da totalidade da obrigação.

Os custos relativos à indemnização por cessação de contrato são registados na demonstração de resultados na rubrica 190.

«Despesas administrativas: a) despesas com pessoal» e incluem, no que se refere à parte do plano de benefícios definidos:

- (i) os custos de serviço relativos a empresas com menos de 50 funcionários;
- (ii) os juros acumulados no ano (custo de juros), no que diz respeito à parte do plano de contribuição definida;
- (iii) as contribuições acumuladas durante o ano e pagas ao Regime Complementar de Previdência ou ao Fundo de Tesouraria do INPS.

A nível patrimonial, a rubrica 90. «Indemnização por cessação de contrato do pessoal» representa o saldo remanescente do fundo existente em 31 de dezembro de 2006, líquido dos pagamentos efetuados até 31 de dezembro de 2025. Na rubrica 80. «Outras passividades» – «Dívidas a instituições de segurança social» figura a dívida acumulada em 31 de dezembro de 2025 relativa às quotas de indemnização por cessação de contrato ainda a pagar aos fundos de pensões e às instituições de segurança social.

Os ganhos e perdas atuariais, definidos como a diferença entre o valor contabilístico do passivo e o valor atual da obrigação no final do período, são registados no capital próprio, na rubrica «Reservas de avaliação», em conformidade com as disposições da Norma IAS 19 (Revisada).

RECONHECIMENTO DE RECEITAS

As receitas são reconhecidas quando são recebidas ou, de qualquer forma, quando é provável que os benefícios futuros sejam recebidos e esses benefícios possam ser quantificados de forma fiável. Em particular, os juros sobre créditos a clientes, as comissões ativas e os juros a receber de bancos são classificados em juros ativos e rendimentos assimilados decorrentes de créditos a bancos e clientes e são registados com base no princípio do custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

As comissões e os juros recebidos ou pagos relativos aos instrumentos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da competência. Estão excluídas as comissões consideradas no custo amortizado para efeitos da determinação da taxa de juro efetiva, que são registadas nos juros.

As receitas provenientes da prestação de serviços são registadas quando os serviços são prestados.

Os dividendos são registados na demonstração de resultados do exercício em que a sua distribuição é deliberada.

RECONHECIMENTO DE CUSTOS

Os custos são registados contabilisticamente no momento em que são incorridos. Os custos diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e determináveis desde o início, independentemente do momento em que são liquidados, são registados na demonstração de resultados através da aplicação da taxa de juro efetiva.

As perdas de valor são registadas na demonstração de resultados do exercício em que são identificadas.

LEASING FINANCEIRO

As operações de leasing foram contabilizadas de acordo com as disposições da IFRS 16.

Em particular, a classificação de um acordo contratual como operação de locação financeira baseia-se no facto de o próprio acordo depender da utilização de um ou mais ativos específicos e de o acordo transferir o direito de utilização desses ativos.

Um leasing é considerado financeiro se transferir todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do bem arrendado; caso contrário, o leasing é classificado como operacional.

No que diz respeito aos contratos de locação financeira em que o Grupo CA Auto Bank assume o papel de locador, os bens objeto de locação financeira são apresentados como crédito no balanço patrimonial a um valor igual ao investimento líquido na locação, enquanto na demonstração de resultados são reconhecidos os juros ativos (componente financeira das rendas de locação), e a parte das rendas que representa a amortização do capital reduz o valor do crédito.

PLANOS DE PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Os fundos para benefícios aos empregados, os ativos relacionados, os custos e os encargos financeiros líquidos são avaliados através de uma metodologia atuarial que requer o uso de estimativas e pressupostos para a determinação do valor líquido da obrigação ou do ativo.

A metodologia atuarial tem em conta parâmetros de natureza financeira, tais como, por exemplo, a taxa de desconto ou o rendimento esperado a longo prazo dos ativos que servem os planos, as taxas de crescimento dos salários e as taxas de crescimento dos custos com assistência médica, e considera a probabilidade de ocorrência de potenciais eventos futuros através da utilização de parâmetros de natureza demográfica, como, por exemplo, as taxas relativas à mortalidade e às demissões ou à aposentação dos funcionários.

Em particular, as taxas de desconto utilizadas como referência são taxas ou curvas de taxas de títulos de dívida corporativa de alta qualidade nos respetivos mercados de referência. Os rendimentos esperados dos ativos são determinados com base em diversos dados fornecidos por especialistas sobre as expectativas de longo prazo do rendimento do mercado de capitais, da inflação, do rendimento atual dos títulos de dívida e de outras variáveis, e são eventualmente ajustados para ter em conta as estratégias de investimento dos ativos. As taxas dos futuros aumentos salariais refletem as expectativas de longo prazo do Grupo nos mercados de referência e a evolução da inflação.

A evolução dos custos com assistência médica é calculada com base na experiência histórica, na evolução de curto prazo dos custos e na tendência de longo prazo esperada. A variação de qualquer um destes parâmetros poderá ter efeitos nas futuras contribuições para os fundos.

INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica inclui o montante total dos instrumentos representativos do capital próprio, distintos do capital social e das reservas, tal como definidos pela IAS 32.

A classificação de um instrumento emitido como instrumento de capital requer a ausência de obrigações contratuais de efetuar pagamentos sob a forma de reembolso de capital, juros ou outras formas de rendimento. Esses instrumentos, que não sejam ações ordinárias ou de poupança, são classificados na rubrica «130. Instrumentos de capital» por um montante igual ao valor recebido pela emissão, deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis à transação em si, líquidos da respetiva tributação. Os eventuais cupões pagos são deduzidos da rubrica «140. Reservas», se e na medida em que forem pagos. Em caso de extinção ou de recompra, a diferença entre o montante pago e o valor contabilístico desses instrumentos de capital é registada no capital próprio na rubrica «140. Reservas».

UTILIZAÇÃO DE ESTIMATIVAS

A elaboração das informações financeiras requer também o recurso a estimativas e pressupostos que podem determinar efeitos significativos nos valores registados no balanço e na demonstração de resultados, bem como nas informações relativas aos ativos e passivos potenciais apresentados no balanço.

A elaboração dessas estimativas implica a utilização das informações disponíveis e a adoção de avaliações subjetivas, baseadas também na experiência histórica, utilizadas para a formulação de pressupostos razoáveis para o reconhecimento dos factos de gestão.

Por sua natureza, as estimativas e pressupostos utilizados podem variar de exercício para exercício e, por conseguinte, não se pode excluir que, nos exercícios subsequentes, os valores registados no balanço possam variar, mesmo de forma significativa, na sequência da alteração das avaliações subjetivas utilizadas.

Os principais casos em que é mais frequentemente necessário recorrer a avaliações subjetivas são:

- a quantificação das perdas por redução de valor dos créditos, das participações e, em geral, dos outros ativos financeiros;
- a avaliação da recuperabilidade do valor do goodwill e de outros ativos intangíveis;
- a determinação do justo valor dos instrumentos financeiros para efeitos do seu reconhecimento, bem como da divulgação de informações no balanço; em particular, a utilização de modelos de avaliação para o reconhecimento do justo valor dos instrumentos financeiros não cotados em mercados ativos;
- a determinação do valor residual;
- a quantificação das provisões para pessoal e das provisões para riscos e encargos;
- as estimativas e pressupostos sobre a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.

As estimativas e os pressupostos utilizados são verificados periodicamente e regularmente pelo Grupo. Caso os elementos considerados nesse processo evoluam de forma diferente, as estimativas finais poderão diferir das iniciais e exigir alterações.

Os efeitos de cada variação de estimativa são refletidos na demonstração de resultados no período em que a revisão ocorre, se esta tiver efeitos apenas nesse período, ou também nos períodos subsequentes, se a revisão tiver efeitos tanto no exercício corrente como nos futuros.

A seguir, são resumidos os processos críticos de avaliação e os pressupostos-chave utilizados pelo Grupo no processo de aplicação

das IFRS e que podem ter efeitos significativos nos valores registrados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas ou para o balanço patrimonial. Existe o risco de surgirem diferenças de valor significativas em relação ao valor contábilístico dos ativos e passivos no futuro.

RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS POR IMPOSTOS ANTEPOSTOS

O Grupo CA Auto Bank tem ativos por impostos diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis e benefícios fiscais teóricos relativos a prejuízos reportáveis. O Grupo registou impostos diferidos pelo valor cuja recuperação considera provável.

Na determinação desse valor, foram tidos em consideração os resultados orçamentais e as previsões para os anos seguintes, coerentes com os utilizados para efeitos dos testes de imparidade e descritos no parágrafo anterior relativo ao valor recuperável dos ativos.

Considera-se, além disso, que as provisões constituídas são adequadas para cobrir o risco de um agravamento adicional das premissas subjacentes a essas previsões, tendo em conta que os impostos diferidos líquidos assim constituídos se referem a diferenças temporárias/perdas fiscais que, em grande medida, podem ser recuperadas num período de tempo muito longo, sendo, portanto, compatível com um contexto em que a saída da situação de crise e a recuperação económica se prolonguem para além do horizonte temporal implícito nas previsões acima referidas.

RISCO DE CRÉDITO

O desempenho do custo do risco do Grupo CA Auto Bank resulta de fatores como:

- atividades principais: apoio à rede de concessionários, financiamentos e ofertas de mobilidade para os clientes finais;
- políticas de crédito conservadoras em termos de aceitação, apoiadas por notações de risco, pontuação de crédito e motores de decisão;
- monitorização do desempenho de crédito com deteção atempada de situações de deterioração do desempenho através de indicadores de alerta precoce;
- ações eficazes de recuperação de créditos.

Isto permite continuar a manter um nível moderado de créditos deteriorados e de clientes/contratos que apresentam um aumento do risco. O desempenho em termos de custo do risco, no ano de 2025, é de 0,52% dos empréstimos médios, um aumento de 0,05% em relação ao mesmo período de 2024.

RISCOS JURÍDICOS

Na Alemanha, a inspeção fiscal relativa à filial alemã (anos de 2017, 2018 e 2019, antes de esta ter sido transformada em sucursal da CA Auto Bank S.p.A.) foi encerrada com uma notificação de liquidação de 15.03.2024 no valor de cerca de 12 milhões de euros de impostos e 800 mil euros de juros, relativa a: i) correções de preços de transferência, ii) retenções efetuadas pela então sociedade alemã sobre a comissão de factoring.

Foi interposto recurso contra a referida notificação de liquidação e, simultaneamente, apresentado pedido de suspensão da execução; o pedido foi deferido pela administração fiscal alemã no mês de maio.

Tratando-se de uma correção de preços de transferência decorrente da rejeição, por parte da autoridade fiscal alemã, do conteúdo da decisão unilateral assinada pela CA Auto Bank com a Agência das Receitas italiana em matéria de margem de tesouraria cobrada às subsidiárias sobre os financiamentos a elas concedidos, o Banco e a subsidiária alemã (agora sucursal) prepararam e apresentaram (tanto em Itália como na Alemanha) um pedido para aderir ao procedimento MAP (Mutual Agreement Procedure), com o objetivo de chegar a uma definição desta dupla tributação económica. Não é, portanto, necessária qualquer provisão na sequência da próxima abertura do procedimento acima descrito.

Em 20 de maio de 2025, a Agência das Receitas realizou uma inspeção específica na CA Auto Bank S.p.A. relativa ao ano de 2022, tendo por objeto o tratamento fiscal da mais-valia resultante da alienação de participações, bem como a aplicação do regime de contabilidade separada do IVA.

No Relatório de Constatación, doravante designado por PVC, no final da verificação, em 7 de outubro, a Agência das Receitas contestou a forma como o IVA relativo aos custos mistos foi repartido entre as atividades separadas. A Sociedade aguarda a receção do esboço do ato que antecede a notificação de liquidação fiscal.

Em 11 de janeiro de 2024, a Financial Conduct Authority (FCA) publicou um comunicado anunciando o início de uma análise do mercado de financiamento automóvel com o objetivo de avaliar se a utilização histórica de acordos discricionários sobre comissões (DCA - Discretionary Commission Arrangements) entre sociedades financeiras e intermediários de crédito possa ter gerado encargos injustificados para os consumidores, configurando potenciais obrigações de indemnização (redress) a cargo das sociedades financeiras do mercado automóvel.

A CA Auto Finance UK Ltd (anteriormente FCA Automotive Services UK Ltd, totalmente controlada pela CA Auto Bank S.p.A.) e a FFS GmbH (joint venture entre a CA Auto Bank e a Ferrari, a operar através da sua filial no Reino Unido) estiveram ativas no mercado britânico durante o período objeto da análise da FCA.

Em conformidade com as práticas de mercado então em vigor e antes da proibição imposta pela FCA em janeiro de 2021, as empresas adotaram diversos modelos de comissões, incluindo alguns tipos de DCA.

Ambas as empresas prestaram total colaboração às autoridades, participando nos fluxos de informação e nas monitorizações solicitadas pelo regulador, em linha com as outras instituições de crédito do setor.

Em 19 de dezembro de 2024, a FCA determinou a suspensão, inicialmente por um período de 37 semanas, da obrigação das

empresas de dar uma resposta definitiva às reclamações relativas aos DCA no prazo de 8 semanas a contar da respetiva receção, bem como do consequente direito de recurso ao Financial Ombudsman Service (FOS). Posteriormente, a FCA prorrogou o prazo para a resposta às reclamações relativas aos DCA até 31

de maio de 2026. Esta suspensão foi alargada também às reclamações não relacionadas com os DCA, incluindo as relativas a contratos de leasing e de aluguer com opção de compra.

Através da suspensão dos prazos, a FCA pretendia, entre outras coisas, mitigar o impacto sobre as instituições financeiras e os consumidores decorrente do aumento das reclamações.

Em 25 de outubro de 2024, o Tribunal de Recurso publicou a sua decisão relativa aos recursos interpostos por três consumidores contra instituições de crédito no âmbito do financiamento de veículos automóveis (Johnson e Wrench contra FirstRand Bank e Hopcroft contra Close Brothers). Em particular, o acórdão estabeleceu um limite significativamente mais rigoroso para a comunicação e o consentimento relativamente à existência, natureza e montante de eventuais comissões pagas pelo financiador ao intermediário, em comparação com o que anteriormente era considerado necessário nos termos da lei ou dos regulamentos. O âmbito de aplicação do acórdão não se limitava apenas aos DCA, mas era relevante para todas as comissões pagas aos corretores. As instituições de crédito envolvidas interpuseram recurso contra a sentença perante o Supremo Tribunal do Reino Unido, cuja audiência teve lugar entre 1 e 3 de abril de 2025.

Por acórdão de 1 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal determinou que os concessionários automóveis agem no seu próprio interesse comercial na venda do veículo e na estruturação do financiamento, e que todo o processo constitui uma operação de venda. Consequentemente, os concessionários não atuam na qualidade de fiduciários dos clientes.

O Supremo Tribunal precisou ainda que o pagamento de comissões não declaradas por uma sociedade financeira a um concessionário não constitui um caso de corrupção, uma vez que o destinatário teria de agir como fiduciário para que se configurasse o delito. Pela mesma razão, as instituições de crédito não prestaram assistência desonesta na violação de um dever fiduciário dos concessionários.

Esta decisão foi, de um modo geral, bem recebida pelos operadores financeiros britânicos.

Um dos recorrentes, o Sr. Johnson, apresentou um pedido adicional alegando que a relação com o credor era abusiva nos termos do artigo 140.º-A da Lei do Crédito ao Consumidor de 1974. Entre os fatores relevantes no caso do Sr. Johnson contava-se o montante da comissão, considerado um «forte indicador» do carácter abusivo da relação.

Em resposta, a FCA publicou, em 7 de outubro de 2025, um documento de consulta que delineia um esquema de indemnização proposto nos termos do artigo 404.º da FSMA. Este regime abrange os pedidos relativos a acordos que, devido a modalidades de remuneração não devidamente comunicadas, teriam dado origem a «relações injustas» («unfair relationships») nos termos da Lei do Crédito ao Consumidor de 1974. A consulta encerrou-se a 12 de dezembro de 2025 e a publicação das disposições definitivas está prevista para o final de março de 2026, a que se seguirá uma fase de implementação gradual.

A CA Auto Finance UK e a FFS GmbH continuam a acompanhar de perto a evolução do quadro regulamentar e os resultados dos litígios pendentes, a fim de avaliar os potenciais impactos nas suas atividades à medida que forem surgindo mais detalhes.

Salienta-se que as provisões constituídas em 31 de dezembro de 2025 foram determinadas com base numa abordagem assente em cenários ponderados, tendo em conta as orientações contidas no Documento de Consulta disponível à data de elaboração das demonstrações financeiras.

O impacto financeiro final poderá diferir da provisão atualmente registada, que representa a melhor estimativa do custo do regime de reparação com base nas informações hoje disponíveis, tendo em conta a incerteza ainda existente tanto quanto ao resultado

como aos prazos de resolução do caso.

**Projeto de
orçamento**

AUTORIDADE GARANTE DA CONCORRÊNCIA E DO MERCADO

Em 9 de maio de 2024, a Drivalia S.p.A. recebeu da AGCM (Autoridade Garante da Concorrência e do Mercado, doravante também «Autoridade»), juntamente com outros operadores do setor, a notificação do encerramento do processo relativo à declaração de abusividade das tarifas administrativas aplicadas para a gestão das multas de trânsito dos clientes. A Autoridade aplicou uma sanção de 4,3 milhões de euros à Sociedade.

Embora respeite o trabalho da AGCM, a Empresa considerou que as acusações formuladas na decisão eram infundadas e viciadas em vários aspetos, pelo que a impugnou perante o Tribunal Administrativo Regional (TAR), apresentando nessa instância as suas argumentações defensivas detalhadas. Antes da marcação da audiência, a Empresa procedeu, no mês de novembro de 2024, ao pagamento da sanção aplicada.

Em 22 de janeiro de 2025, realizou-se a audiência de discussão, na qual participaram outros concorrentes que, por sua vez, tinham recorrido das decisões que lhes diziam respeito, invocando os mesmos fundamentos de recurso. Por sentença de 13 de fevereiro de 2025, o TAR manteve a sua posição (já assumida no passado recente, em relação a outros concorrentes que, por motivos análogos aos da Drivalia, tinham interposto recurso contra as medidas da AGCM), rejeitando todos os fundamentos de recurso apresentados pela Drivalia, bem como os apresentados pelas outras empresas de aluguer.

Este acórdão, totalmente inesperado, não teve em conta as recentes decisões com as quais o Conselho de Estado, em dezembro de 2024, acolheu os fundamentos de recurso formulados por outras empresas recorrentes sobre os mesmos factos, reformando as sentenças do TAR e, consequentemente, anulando as medidas da AGCM.

Em particular, o Conselho de Estado determinou que:

- As despesas administrativas, mesmo sob a forma de multas, são legítimas, uma vez que têm por objetivo indemnizar de forma forfetária a empresa de aluguer pelos custos decorrentes da gestão dos trâmites relativos à violação do contrato de aluguer, em consequência da violação do código da estrada;
- A aplicação de despesas num montante razoável é legítima, na medida em que é necessário ter em conta os custos internos e os eventuais custos de subcontratação;
- A AGCM não justificou em que bases considerou abusivas as cláusulas relativas à aplicação das despesas, tal como não justificou o julgamento de excessividade das mesmas.

Tendo em conta o exposto, a Empresa recorreu da sentença perante o Conselho de Estado, salientando que já tinha justificado as despesas administrativas suportadas na fase de investigação e considerando que as cláusulas em causa não eram abusivas nem abusivas, mas justificadas pela necessidade de indemnizar a empresa de forma forfetária pelos custos suportados com a gestão das multas de trânsito, tal como reconhecido pelo Conselho de Estado a favor de outros concorrentes em casos semelhantes.

Na sequência da audiência perante o Conselho de Estado, realizada no dia 27 de novembro de 2025, durante a qual a Drivalia contestou as decisões proferidas pelo Tribunal Administrativo Regional, o Conselho de Estado, por despacho de 16 de dezembro de 2025, decidiu nomear um perito técnico de ofício com o objetivo de apurar a alegada desproporção entre os custos efetivamente suportados pela gestão das notificações das contra-ordenações e o montante da taxa cobrada aos clientes. Em virtude dessa decisão, a resolução é adiada para a audiência de discussão, após a apresentação do parecer técnico de ofício, acompanhado das avaliações sobre as conclusões dos peritos de parte, que deverá ocorrer até 16 de maio de 2026.

Com base no exposto, e com o apoio do parecer de um advogado externo, a Sociedade confirma, também para o exercício de 2025, o disposto na deliberação do Conselho de Administração da Drivalia S.p.A. de 29 de novembro de 2024, que inscreveu no balanço da controlada um «ativo contingente» no montante igual ao da sanção paga (4,3 milhões de euros) e destinado à restituição desse montante, considerado integralmente recuperável. À data do presente relatório, não se verificaram elementos que tenham levado a Sociedade a retificar o que já tinha sido registado em dezembro de 2024.

INFORMAÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIAS ENTRE CARTEIRAS DE ATIVOS FINANCEIROS

Durante o ano, não foram efetuadas transferências entre carteiras.

INFORMAÇÃO SOBRE O JUSTO VALOR

A divulgação relativa à alteração do justo valor exigida pela IFRS 13 aplica-se aos instrumentos financeiros e aos ativos e passivos não financeiros que são avaliados pelo justo valor, quer de forma recorrente, quer não recorrente.

A norma classifica os justos valores em três níveis, em função da observabilidade dos dados utilizados na avaliação:

- Nível 1 (N1): cotações (sem ajustamentos) registadas num mercado ativo – de acordo com a definição dada pela IFRS 9 – para os ativos ou passivos objeto de avaliação;
- Nível 2 (N2): dados de entrada diferentes dos preços cotados referidos no ponto anterior, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços) no mercado;
- Nível 3 (N3): dados de entrada que não se baseiam em dados de mercado observáveis.

A seguir, são apresentadas as metodologias adotadas pela Sociedade para a determinação do justo valor.

Os instrumentos financeiros classificados (L1), cujo justo valor é representado pelo valor de mercado (instrumentos cotados num mercado ativo), referem-se a:

- obrigações emitidas pela CA Auto Bank S.p.A. através da sucursal na Irlanda e da subsidiária suíça no âmbito do programa de Euro Medium Term Notes e cotadas em mercados regulamentados (Rubrica 10. «Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado – c) Títulos em circulação»);
- títulos cotados emitidos no âmbito de operações de titularização, públicas ou privadas, originadas por diversas entidades do Grupo (Rubrica 10. «Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado – c) Títulos em circulação»).

No que diz respeito aos títulos cotados emitidos no âmbito de operações de titularização, remete-se para os preços cotados pela Bloomberg.

Os ativos e passivos financeiros, classificados (L2), cujo justo valor é determinado utilizando dados que não sejam os preços cotados num mercado ativo, mas que sejam observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços) no mercado, referem-se a:

- derivativos OTC de negociação para cobertura das operações de titularização;
- derivativos OTC celebrados para cobertura da carteira de créditos das empresas do Grupo;
- créditos a bancos; o justo valor desta rubrica é determinado apenas para efeitos de divulgação.

A carteira de créditos a clientes (rubrica 40. «Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado – b) Créditos a clientes»), os passivos financeiros e os restantes títulos emitidos não cotados são classificados em L3; para esta rubrica, o justo valor é determinado apenas para fins informativos. A avaliação dos derivados é efetuada de acordo com a metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando curvas de taxas de mercado fornecidas pela Bloomberg. Conforme previsto pela IFRS 13, para chegar à determinação do justo valor, o Grupo CA Auto Bank considera também o efeito do risco de incumprimento, que inclui tanto as variações da qualidade de crédito da contraparte como as variações da qualidade de crédito do próprio emitente.

Em particular:

- o CVA (Credit Value Adjustment) é um valor negativo que tem em consideração os cenários em que a contraparte entra em incumprimento antes da Sociedade e a Sociedade apresenta uma exposição positiva em relação à contraparte. Nesses cenários, a Sociedade sofre uma perda de montante igual ao custo de substituição do próprio derivado;
- O DVA (Debt Value Adjustment) é um valor positivo que tem em conta os cenários em que a Empresa entra em falência antes da contraparte e apresenta uma exposição negativa em relação à contraparte. Nesses cenários, a Empresa beneficia de um ganho cujo montante é igual ao custo de substituição do próprio derivado.

A avaliação dos títulos em circulação é deduzida a partir dos preços publicados na Bloomberg.

Para os títulos cotados e não cotados, remete-se para os preços cotados, tomando como referência operações equivalentes.

Para os títulos emitidos no âmbito de operações de titularização privadas, toma-se como referência os preços fornecidos por bancos de primeira linha ativos no mercado, tomando como referência operações equivalentes, ou o valor nominal do título, ou o valor justo atribuído pela contraparte bancária que subscreveu os títulos.

O Grupo utiliza métodos de avaliação (Mark to Model) em conformidade com os métodos geralmente aceites e utilizados pelo mercado. Os modelos de avaliação incluem técnicas baseadas na atualização dos fluxos de caixa futuros e na estimativa da volatilidade e são objeto de revisão tanto durante o seu desenvolvimento como periodicamente, a fim de garantir a sua plena coerência com os objetivos da avaliação. Estas metodologias utilizam dados baseados nos preços formados em transações recentes do instrumento objeto de avaliação e/ou preços/cotações de instrumentos com características análogas em termos de perfil de risco.

A.4.1 NÍVEIS DE JUSTO VALOR 2 E 3: TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E DADOS UTILIZADOS

Nível 2: pertencem a este nível todos os instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo, mas cuja avaliação se baseia em dados de mercado observáveis. Foram, por isso, definidos modelos de avaliação universalmente reconhecidos, que se baseiam em parâmetros observáveis no mercado. Os contratos de derivados são avaliados utilizando algoritmos de cálculo específicos, em função do tipo das diferentes categorias de operações.

Nível 3: pertencem a este nível todos os instrumentos financeiros para os quais não existe um mercado ativo e cuja avaliação não se baseia em dados de mercado observáveis, ou para os quais se utiliza a avaliação comunicada por operadores de mercado

qualificados.

**Projeto de
orçamento**

A.4.2 PROCESSOS E SENSIBILIDADE DAS AVALIAÇÕES

A definição da categoria de justo valor dos instrumentos financeiros apresentados no balanço é a seguinte: é atribuída prioridade absoluta aos preços oficiais disponíveis em mercados ativos para os ativos e passivos a avaliar (nível 1) ou para ativos e passivos mensurados com base em técnicas de avaliação que tomam como referência parâmetros observáveis no mercado (nível 2) e prioridade mais baixa aos ativos e passivos cujo justo valor é calculado com base em técnicas de avaliação que tomam como referência parâmetros não observáveis no mercado e, portanto, mais discricionários (nível 3).

A.4.3 HIERARQUIA DO JUSTO VALOR

Durante o exercício, não foram efetuadas transferências entre valores justos.

A.4.4 OUTRAS INFORMAÇÕES

Não se verificam os casos previstos na IFRS 13, parágrafos 51, 93, alínea (i), e 96.

A.4.5 HIERARQUIA DO JUSTO VALOR

A.4.5.1 ATIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR DE FORMA RECORRENTE: DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEIS DE JUSTO VALOR

(valores expressos em milhares de euros)

Ativos/Passivos mensurados ao justo valor	31/12/2025			31/12/2024		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
1. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na demonstração de resultados	-	1.511	-	-	1.245	-
a) Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.511	-	-	1.245	-
b) Ativos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	-	-	-
c) Outros ativos financeiros que devem ser avaliados pelo justo valor	-	-	-	-	-	-
2. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global	-	-	-	-	-	-
3. Derivados de cobertura	-	44.036	-	-	94.463	-
4. Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
5. Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	-	45.547	-	-	95.708	-
1. Passivos financeiros detidos para negociação	-	3.256	-	-	2.901	-
2. Passivos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	-	-	-
3. Derivados de cobertura	-	87.586	-	-	136.909	-
Total	-	90.842	-	-	139.810	-

Legenda:
L1 = Nível 1
L2 = Nível 2
L3 = Nível 3

A.4.5.4 ATIVOS/PASSIVOS NÃO AVALIADOS AO JUSTO VALOR OU AVALIADOS AO JUSTO VALOR DE FORMA NÃO RECORRENTE

(valores expressos em milhares de euros)

Ativos/passivos não mensurados ao justo valor ou avaliados ao justo valor numa base não recorrente	31/12/2025				31/12/2024			
	VB	L1	L2	L3	VB	L1	L2	L3
1. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	24 600 217		151 876	24 487 355	26 384 177		144 923	26 275 369
2. Ativos fixos detidos para fins de investimento	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Ativos não correntes e grupos de ativos em de alienação	-			-	-			-
Total	24 600 217	-	151 876	24 487 355	26 384 177	-	144.923	26 275 369
1. Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	25.852.463	7.460.551	-	18 385 484	27 920 230	7 330 528	-	20 447 784
2. Passivos associados a ativos em processo de alienação			-					-
Total	25 852 463	7.460.551	-	18 385 484	27 920 230	7 330 528	-	20 447 784

Legenda:
VB = Valor de balanço
L1 = Nível 1
L2 = Nível 2
L3 = Nível 3

A.5 INFORMAÇÃO SOBRE O DENOMINADO «DAY ONE PROFIT/LOSS»

O parágrafo 28 da IFRS 7 regula o caso específico em que, na aquisição de um instrumento financeiro avaliado pelo justo valor, mas não cotado num mercado ativo, o preço da transação — que geralmente representa a melhor estimativa do justo valor no momento do reconhecimento inicial — difira do justo valor determinado com base nas técnicas de avaliação utilizadas pela entidade.

Nesse caso, verifica-se um ganho/perda de avaliação no momento da aquisição, sobre o qual deve ser prestada informação adequada por classe de instrumentos financeiros. Salienta-se que, nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2025, tal situação não se verifica.

PARTE B – INFORMAÇÕES SOBRE O BALANÇO CONSOLIDADO

ATIVO

SECÇÃO 1 – CAIXA E DISPONIBILIDADE LÍQUIDA – RUBRICA 10

Esta rubrica inclui cheques bancários, cheques circulares, dinheiro e valores em caixa.

1.1 CAIXA E DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS: COMPOSIÇÃO

	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
a) Caixa	10	59
b) Contas correntes e depósitos à vista em bancos centrais	957 331	1.034.131
c) Contas correntes e depósitos à vista em bancos	490.555	471.582
Total	1.447.896	1.505.756

Entre as contas correntes e os depósitos à vista estão incluídos depósitos de sociedades de titularização no valor de 253 148 mil euros (235 879 mil euros em 31 de dezembro de 2024). Estes depósitos têm a sua utilização vinculada, de acordo com disposições contratuais específicas.

Em pormenor, a liquidez por Sociedade Veículo é a seguinte:

SPV	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
A-Best Seventeen S.r.l.	-	-
A-Best Nineteen UG	6.449	12.040
A-Best Twenty	-	5.694
A-Best Twenty-One UG	9.159	19.080
A-Best Twenty-Two S.r.l.	41.385	38.646
A-Best Twenty-Three S.A.R.T	21.699	21.712
A-Best Twenty-Four S.r.l.	67.088	14.825
A-Best Twenty-Five S.r.l.	14.361	21.165
NIXES SIX PLC	87.748	96.285
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	5.258	6.432
Total	253.148	235.879

A Reserva de Liquidez destina-se a fazer face a eventuais carências de liquidez para o pagamento de juros sobre títulos da Classe Sênior e de algumas despesas específicas.

A liquidez dos depósitos bancários das sociedades veículo de titularização destina-se ao pagamento de:

- aquisição de novas carteiras de crédito;
- reembolso dos títulos;
- juros sobre títulos da Classe Sênior;
- despesas de gestão da Sociedade Veículo.

Os depósitos e contas correntes incluem, na parte restante, os depósitos temporários de liquidez junto de bancos e os saldos em contas correntes bancárias no final do período, relacionados com a atividade ordinária das empresas.

SECÇÃO 2 – ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR COM IMPACTO NA CONTA DE RESULTADOS

2.1 ATIVIDADE FINANCEIRAS DETIDAS PARA NEGOCIAÇÃO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Rubricas/Valores	Total 31/12/2025			Total 31/12/2024		
	L1	L2	L3	L1	L2	L3
A. Ativos de tesouraria						
1. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
1.1 Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-
1.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital	-	-	-	-	-	-
3. Ações de O.I.C.R.	-	-	-	-	-	-
4. Financiamentos	-	-	-	-	-	-
4.1 A vista contra prazo	-	-	-	-	-	-
4.2 Outros	-	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-	-
B. Instrumentos derivados	-	-	-	-	-	-
1. Derivados financeiros	-	1.511	-	-	1.245	-
1,1 de negociação	-	-	-	-	-	-
1.2 relacionados com a opção do justo valor	-	-	-	-	-	-
1.3 outros	-	1.511	-	-	1.245	-
2. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-
2.1 de negociação	-	-	-	-	-	-
2.2 relacionados com a opção do justo valor	-	-	-	-	-	-
2.3 outros	-	-	-	-	-	-
Total (B)	-	1.511	-	-	1.245	-
Total (A+B)	-	1.511	-	-	1.245	-

2.2 ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO: COMPOSIÇÃO POR DEVEDORES/EMISSIONES/CONTRAPARTES

Rubricas/Valores	31/12/2025	31/12/2024
A. Ativos à vista		
1. Títulos de dívida	-	-
a) Bancos centrais	-	-
b) Administrações públicas	-	-
c) Bancos	-	-
d) Outras sociedades financeiras	-	-
das quais: empresas de seguros	-	-
e) Sociedades não financeiras	-	-
2. Títulos de capital	-	-
a) Bancos	-	-
b) Outras sociedades financeiras	-	-
das quais: empresas de seguros	-	-
c) Sociedades não financeiras	-	-
d) Outros emitentes	-	-
3. Quotas de OICR	-	-
4. Financiamentos	-	-
a) Bancos centrais	-	-
b) Administrações públicas	-	-
c) Bancos	-	-
d) Outras sociedades financeiras	-	-
das quais: empresas de seguros	-	-
e) Sociedades não financeiras	-	-
f) Famílias	-	-
Total (A)	-	-
B. Instrumentos derivados	-	-
a) Contrapartes centrais	-	-
b) Outras	1.511	1.245
Total (B)	1.511	1.245
Total (A+B)	1.511	1.245

SECÇÃO 4 – ATIVIDADE FINANCEIRA AVALIADA AO CUSTO AMORTIZADO – RUBRICA 40

4.1 ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE CRÉDITO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE BANCOS

Tipo de operações/Valores	Total						Total					
	31/12/2025						31/12/2024					
	Valor de balanço			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeira e segunda fase	Terceiro estágio	Imparidade adquiridas ou originadas	L1	L2	L3	Primeiro e segundo estágios	Terceiro estágio	Comprometidas adquiridas ou originadas	L1	L2	L3
A. Créditos sobre Bancos Centrais	76.895	-	-	-	76.895	-	66.661	-	-	-	66.661	-
1. Depósitos a prazo	33.171	-	-	X	X	X	19.886	-	-	X	X	X
2. Reserva obrigatória	43.038	-	-	X	X	X	41.208	-	-	X	X	X
3. A curto prazo versus a longo prazo	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
4. Outros	686	-	-	X	X	X	5.567	-	-	X	X	X
B. Créditos sobre bancos	74.982	-	-	-	74.982	X	78.262	-	-	-	78.262	X
1. Financiamentos	74.982	-	-	-	74.982	X	78.262	-	-	-	78.262	X
1.1 Contas correntes	-	-	-	X	X	X	-	-	-	X	X	X
1.2. Depósitos a prazo	5.210	-	-	X	X	X	6.847	-	-	X	X	X
1.3. Outros financiamentos:	69.772	-	-	X	X	X	71.415	-	-	X	X	X
Contas à ordem	20.334	-	-	X	X	X	21.054	-	-	X	X	X
Financiamento para leasing	589	-	-	X	X	X	958	-	-	X	X	X
Outros	48.849	-	-	X	X	X	49.403	-	-	X	X	X
2. Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 Títulos estruturados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	151.876	-	-	-	151.876	X	144.923	-	-	-	144.923	X

Legenda:

L1 = Nível 1 L2

= Nível 2

L3 = Nível 3

4.2 ATIVIDADES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO MERCADOLÓGICA DOS CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Tipo de operações/Valores	Total 31/12/2025						Total 31/12/2024					
	Valor de balanço			Justo valor			Valor contabilístico			Justo valor		
	Primeir o e segundo estágios	Terce iro estágio	Compro metidas adquirid as ou originadas	L1	L2	L3	Primeir o e segundo estágios	Terce iro estágio	Compro missos adquirid os ou originadas	L1	L2	L3
1. Financiamentos	23 936 157	512 184				24 448 341	25 729 821	509 433				26 275 369
1.1. Contas correntes	30.775			X	X	X	33.123			X	X	X
1.2. Operações a prazo ativas												
1.3. Empréstimos												
1.4. Cartões de crédito, empréstimos pessoais e cessões do quinto	271.352	-		X	X	X	295.131	29.220		X	X	X
1.5 Financiamentos para leasing	8.796.492	133.813		X	X	X	9.623.566	162.858		X	X	X
1.6. Factoring	3 762 261	77.585		X	X	X	3.701.632	77.058		X	X	X
1.7. Outros financiamentos	11 075 277	300.786		X	X	X	12.076.369	240.297		X	X	X
2. Títulos de dívida												
2.1. Títulos estruturados												
2.2. Outros títulos de dívida												
Total	23 936 157	512.184		X	X	24 448 341	25 729 821	509.433		X	X	26 275 369

Para efeitos da apresentação de gestão, salienta-se que na Tabela de reconciliação entre Aplicações e Créditos a Clientes (24.448 €/milhões) estão incluídas nas «Contas correntes» no montante de 31 milhões de euros.

FACTORING

Nesta rubrica estão classificados os créditos, no valor de 3,8 mil milhões de euros, sobre a rede de concessionários, cedidos sem recurso pelos parceiros comerciais às Sociedades do Grupo CA Auto Bank.

OUTROS FINANCIAMENTOS

Esta rubrica inclui os créditos relativos a financiamentos a prestações concedidos para a aquisição de veículos automóveis e empréstimos pessoais. Juntamente com os créditos, são também registados os custos/receitas de transação relativos a cada crédito, nomeadamente:

- os subsídios recebidos no âmbito de campanhas promocionais;
- as comissões recebidas dos clientes;
- os incentivos e prémios pagos à rede de vendas;
- as comissões recebidas pela venda de produtos acessórios.

Os créditos incluem 4,7 mil milhões de euros relativos a sociedades de titularização de créditos, reconhecidos no balanço nos termos da IFRS 10.

Esta rubrica reflete os créditos relativos a financiamentos concedidos à rede de concessionários dos parceiros industriais para promover o desenvolvimento da rede de vendas, as necessidades comerciais relacionadas com a gestão de veículos usados e as necessidades financeiras específicas de curto e médio prazo.

Inclui ainda os financiamentos, relativos ao negócio de retalho, concedidos pelo Grupo CA Auto Bank a pessoas coletivas, classificados nesta rubrica, em conformidade com a definição de Crédito ao Consumo do Banco de Itália.

4.3 ATIVIDADES FINANCEIRAS AVALIADAS PELO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO POR DEVEDORES/EMISSIONES DOS
CRÉDITOS A RECEBER DE CLIENTES

Tipo de operações/Valores	Total			Total		
	31/12/2025			31/12/2024		
	Primeira e segunda fases	Terceiro estágio	imparidad es adquiridas ou originadas	Primeiro e segundo estágios	Terceiro estágio	imparidad es adquiridas ou originadas
1. Títulos de dívida				-	-	-
a) Administrações públicas				-	-	-
b) Outras sociedades financeiras				-	-	-
das quais: empresas de seguros				-	-	-
c) Empresas não financeiras				-	-	-
2. Empréstimos concedidos a:	23 936 157	512.184		25 729 821	509 433	
a) Administrações públicas	17.408	332		16.518	308	
b) Outras sociedades financeiras	209 363	1.150		461.822	3.498	
das quais: empresas de seguros	9	-		14	-	
c) Sociedades não financeiras	8 988 503	222.508		8.912.419	235.595	
d) Famílias	14 720 874	288.194		16 339 062	270 032	
Total	23 936 157	512.184		25 729 821	509.433	

4.4 ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO CUSTO AMORTIZADO: VALOR BRUTO E AJUSTES DE VALOR COMPLETA

	Valor bruto					Ajustamentos de valor totais				Baixas parciais totais*
	Primeiro estágio	dos quais: Instrumentos com baixo risco de crédito	Segunda fase	Terceira fase	Imparida des adquiridas ou originadas	Primeiro estágio	Segunda fase	Terceiro estágio	Deficiências adquiridas ou congénitas	
Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos	22 730 449	10 836 876	1 471 879	827.096	-	53 311	60.983	314.912	-	1.323
Total 31/12/2025	22 730 449	10 836 876	1.471.879	827.096	-	53.311	60.983	314.912	-	1.323
Total 31/12/2024	24 679 714	13 297 762	1.348.341	798.607	-	76.060	77.252	289.174	-	1.011

*Valor a apresentar para fins informativos

SECÇÃO 5 – DERIVADOS DE COBERTURA – RUBRICA 50

5.1 DERIVADOS DE COBERTURA: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE COBERTURA E POR NÍVEIS

	FV 31/12/2025			VN 31/12/2025	FV 31/12/2024			VN 31/12/2024
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Derivados financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
1. Valor Justo	-	42.625	-	5 095 590	-	94.098	-	5.766.046
2. Fluxos de caixa	-	1.411	-	511.105	-	365	-	135 000
3. Investimentos no estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
1. Valor Justo	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Fluxos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	44.036	-	5.606.695	-	94.463	-	5.901.046

Legenda:

VN = Valor nocional L1

= Nível 1

L 2 = Nível 2

L3 = Nível 3

Esta rubrica representa a avaliação ao justo valor dos contratos de derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

O valor nocional relativo à cobertura dos fluxos financeiros refere-se à cobertura do risco de taxa de juro de acordo com a metodologia de Cash Flow Hedge utilizada para a atividade de aluguer de longa duração.

5.2 DERIVADOS DE COBERTURA: COMPOSIÇÃO POR CARTEIRAS COBERTAS E POR TIPO DE COBERTURA

Operações/Tipo de cobertura	Justo valor							Fluxos financeiros		Investimentos no estrangeiro
	Especificação						Geral	Específica	Geral	
	títulos de dívida e taxas de juros	títulos de capital e índices de ações	moedas e ouro	crédito	mercadorias	outros				
1. Ativos financeiros avaliados ao justo com impacto na rentabilidade global	-	-	-	-	-	-	X	-	X	X
2. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	-	7.078.274	X	-	-	X	-	X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X	35 546 458	X	-	X
4. Outras operações	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-
Total de atividades	-	-	7.078.274	-	-	-	35 546 458	-	-	-
1. Passivos financeiros	-	-	-	X	-	-	X	-	X	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X
Total do passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
1. Transações previstas	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
2. Carteira de ativos e passivos financeiros	X	X	X	X	X	X	-	X	1.411.166	-

O valor relativo à cobertura genérica da carteira refere-se à cobertura da carteira de créditos, de acordo com a metodologia de Fair Value Hedge (macrohedge). O valor relativo à cobertura específica refere-se à cobertura do risco cambial.

SECÇÃO 6 – AJUSTAMENTO DE VALOR DOS ATIVOS FINANCEIROS OBJETO DE COBERTURA GERAL – RUBRICA 60

6.1 AJUSTE DE VALOR DOS ATIVOS COBERTOS: COMPOSIÇÃO POR CARTEIRAS COBERTAS

Ajustamento de valor dos ativos cobertos / Valores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Ajustamento positivo	75.088	121 241
1.1 de carteiras específicas:	-	-
a) ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	-
b) ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto no resultado global	-	-
1,2 total	75.088	121.241
2. Ajustamento negativo	(36 074)	(85 126)
2.1 de carteiras específicas:	-	-
a) ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	-
b) ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto no resultado global	-	-
2,2 total	(36 074)	(85.126)
Total	39.014	36.115

SECÇÃO 7 – PARTICIPAÇÕES – RUBRICA 70

7.1 PARTICIPAÇÕES: INFORMAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Denominações	Sede social	Relação de participação	
		Empresa participante	Percentagem
A. Empresas controladas em conjunto			
B. Empresas sujeitas a influência significativa			
1. CODEFIS S.C.P.A.	Turim, Itália	CA Auto Bank S.p.A.	24%
C. Outras empresas			
1. FCA SECURITY S.C.P.A.	Turim, Itália	CA Auto Bank S.p.A.	0,21%
2. FCA SECURITY S.C.P.A.	Turim, Itália	Drivalia S.p.A.	0,02%
3. VEHITEL 2000 FRANCE S.a.s.	Nanterre, França	Drivalia France S.a.s.	8,3%

A CODEFIS S.C.P.A. exerce a sua atividade na prestação de serviços relacionados com as tecnologias da informação.

A VEHITEL 2000 FRANCE S.a.s. dedica-se à gestão de sistemas informatizados de reservas.

SECÇÃO 8 – ATIVIDADES DE SEGUROS – RUBRICA 80

8.1 EVOLUÇÃO DO VALOR DE BALANÇO DAS CESSÕES EM RESSEGUROS - GMM – ATIVIDADE POR COBERTURA RESIDUAL E POR SINISTROS OCORRIDOS

Rubricas/Desagregação do valor contabilístico	Ativos para cobertura residual 31/12/2025			Total 31/12/2025	Ativos para cobertura residual 31/12/2024		Ativos relativos a sinistros ocorridos em 31/12/2024	Total 31/12/2024
	Líquido da componente de recuperação de perdas	Componente de recuperação perdas	Ativos relativos a sinistros ocorridos 31/12/2025		Líquido da componente recuperação de perdas	Componente de recuperação perdas		
A. Valor inicial de balanço								
1. Cessões em resseguro que constituem ativos	6.305		2.114	8.419	7.260		3.324	10.584
2. Cessões em resseguro que constituem passivos								
3. Valor líquido de balanço em 1 de janeiro	6.305		2.114	8.419	7.260		3.324	10.584
B. Efeitos económicos relacionados com as cessões em resseguro								
1. Custo do resseguro	(4.087)		-	(4.087)	(5.469)		-	(5.469)
2. Sinistros e outros custos recuperados			3.604	3.604			1.992	1.992
3 Variações no ativo por sinistros ocorridos			73	73			(1.415)	(1 415)
4. Cessões em resseguro que cobrem contratos onerosos								
4.1 Receitas relacionadas com a subscrição de contratos de seguro onerosos subjacentes								
4.2 Libertações da componente de recuperação de perdas, excluindo as variações nos fluxos financeiros dos contratos de cessão em resseguro								
4.3 Variações nos fluxos financeiros das cessões em resseguro decorrentes dos contratos de seguro subjacentes onerosos								
5. Efeitos da alteração do risco de incumprimento por parte dos resseguradores								
6. Total	(4.087)		3.677	(409)	(5.469)		577	(4.892)
C. Resultado dos serviços de seguros (Total B)	(4.087)		3.677	(409)	(5.469)		577	(4.892)
D. Receitas/custos líquidos de natureza financeira								
1. Relativos a cessões em resseguro	118		46	164	420		206	626
1.1. Registados na demonstração de resultados	118		46	164	420		206	626
1.2. Registados no resultado global	-		-	-	-		-	-
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio								
3. Total	118		46	164	420		206	626
E. Componentes de investimento								
F. Montante total registado na demonstração de resultados e no resultado global (C+D+E)	(3.969)		3.724	(245)	(5.049)		782	(4.267)
G. Outras variações								
H. Movimentos de caixa								
1. Prémios pagos, líquidos dos montantes não relacionados com sinistros recuperados junto dos resseguradores	3.271		-	3.271	4.094		-	4.094
2. Montante dos sinistros recuperado pelos resseguradores	-		(3.604)	(3.604)	-		(1.992)	(1.992)
3. Outros movimentos								
4. Total	3.271		(3.604)	(333)	4.094		(1.992)	2.102
I. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro (A.3+F+G+H.3)	5.607		2.233	7.841	6.305		2.114	8.419
L. Valor final de balanço								
1. Cessões em resseguro que constituem ativos	5.607		2.233	7.841	6.305		2.114	8.419
2. Cessões em resseguro que constituem passivos								
3. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro	5.607		2.233	7.841	6.305		2.114	8.419

8.2 EVOLUÇÃO DO VALOR DE BALANÇO DAS CESSÕES EM RESSEGURO POR ELEMENTOS SUBJACENTES À MEDIÇÃO

Rubricas/Elementos subjacentes à mensuração	Valor atual dos fluxos financeiros 31/12/2025	Ajustamento para riscos não financeiros 31/12/2025	Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2025	Total 31/12/2025 Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2025	Valor atual dos fluxos financeiros 31/12/2024	Ajustamento para riscos não financeiros 31/12/2024	Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2024	Total 31/12/2024 Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2024
A. Valor inicial de balanço								
1. Cessões em resseguro que constituem ativos	4.588	507	3.324	8.419	9.853	877	(146)	10.584
2. Cessões em resseguro que constituem passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Valor líquido de balanço em 1 de janeiro	4.588	507	3.324	8.419	9.853	877	(146)	10.584
B. Variações relativas aos serviços atuais								
1. Margem sobre os serviços contratuais registrada na conta resultados	-	-	(2.664)	(2.664)	-	-	(2.486)	(2.486)
2. Variação relativa a riscos não financeiros vencidos	-	(182)	-	(182)	-	(202)	-	(202)
3. Alterações relacionadas com a experiência	2.363	-	-	2.363	(789)	-	-	(789)
4. Total	2.363	(182)	(2.664)	(482)	(789)	(202)	(2.486)	(3.477)
C. Variações relativas a serviços futuros								
1. Alterações nas estimativas que modificam a margem sobre os serviços contratuais	(2.243)	309	1.934	-	(2.809)	(179)	2.989	-
2. Efeitos dos contratos registrados no exercício	(3.584)	501	3.083	-	(2.961)	91	2.870	-
3. Ajustamento da margem sobre os serviços contratuais relacionado com recuperações relativas ao registo inicial de contratos de seguro subjacentes onerosos	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Libertações da componente de recuperação de perdas, distintas das variações dos fluxos financeiros dos contratos de cessão em resseguro	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Variações nos fluxos financeiros das cessões em resseguro decorrentes dos contratos de seguro subjacentes onerosos	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Total	(5.826)	810	5.017	-	(5.771)	(89)	5.859	-
D. Variações relativas a serviços prestados no passado								
1. Ajustamentos na atividade por sinistros ocorridos	107	(34)	-	73	(1.285)	(130)	-	(1.415)
E. Efeitos das variações do risco de incumprimento dos resseguradoras								
F. Resultado dos serviços de seguros (B+C+D+E)	(3.356)	593	2.353	(409)	(7.845)	(421)	3.373	(4.892)
G. Receitas/custos de natureza financeira								
1. Relativos a cessões em resseguro	37	25	103	164	478	50	97	626
1.1 Registrados na demonstração de resultados	37	25	103	164	478	50	97	626
1.2. Registrados no resultado global	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Total	37	25	103	164	478	50	97	626
H. Montante total registado na demonstração de resultados e no resultado global (F+G)	(3 319)	618	2.456	(245)	(7.367)	(370)	3.470	(4.267)
I. Outras variações								
L. Movimentos de caixa								
1. Prêmios pagos, líquidos de montantes não relacionados com os sinistros recuperados pelos resseguradores	3.271	-	-	3.271	4.094	-	-	4.094
2. Montantes recuperados das resseguradoras	(3.604)	-	-	(3.604)	(1.992)	-	-	(1.992)
3. Outros movimentos								
4. Total	(333)	-	-	(333)	2.102	-	-	2.102
M. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro (A.3+H+I+L.3)	936	1.125	5.780	7.841	4.588	507	3.324	8.419
N. Valor final do balanço								
1. Cessões em resseguro que constituem ativos	936	1.125	5.780	7.841	4.588	507	3.324	8.419
2. Cessões em resseguro que constituem passivos	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro	936	1.125	5.780	7.841	4.588	507	3.324	8.419

8.3 EVOLUÇÃO DA MARGEM SOBRE OS SERVIÇOS CONTRATUAIS DAS CESSÕES EM RESSEGURO, DISTRIBUÍDA COM BASE NOS CONTRATOS EXISTENTES NO MOMENTO DA TRANSIÇÃO PARA A IFRS 17

	31/12/2025					31/12/2024				
	Novos contratos e contratos avaliados à data de transição pelo método da aplicação retroativa total	Contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa modificada	Contratos mensurados à data de transição pelo método do valor justo	Contratos objeto de exclusão	Total	Novos contratos e contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa total	Contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa modificada	Contratos mensurados à data de transição pelo método do valor justo	Contratos objeto de exclusão	Total
Margem sobre serviços contratuais – Saldo inicial	2.556	769			3.324	1.683	(1.829)			(146)
Variações relativas aos serviços atuais										
Margem sobre os serviços contratuais registrada na demonstração de resultados para refletir os serviços recebidos	(2.131)	(533)			(2.664)	(2.451)	(35)			(2.486)
Variações relativas a serviços futuros										
Variações nas estimativas que alteram a margem sobre os serviços contratuais	551	1.384			1.934	434	2.555			2.989
Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício de referência	3.083	-			3.083	2.870	-			2.870
Receitas/custos líquidos de natureza financeira										
1. Relativos a cessões em resseguro	21	82			103	19	78			97
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio										
3. Total	21	82			103	19	78			97
Total das variações reconhecidas na demonstração de resultados e na demonstração de resultados global	1.523	933			2.456	872	2.598			3.470
Margem sobre serviços contratuais – Existências finais	4.079	1.702			5.780	2.556	769			3.324

8.4 ELEMENTOS SUBJACENTES À MEDIÇÃO DAS CESSÕES EM RESSEGURO REGISTRADAS NO EXERCÍCIO

Rubricas/Grupos de contratos	Contratos originados em 31/12/2025			Contratos originados em 31/12/2024		
	Contratos sem componente de recuperação de perdas	Contratos com componente de recuperação de perdas	Total	Contratos sem componente de recuperação perda	Contratos com componente de recuperação perda	Total
A. Estimativa do valor atual dos fluxos de caixa futuros a pagar	(4.087)		(4.087)	(5.469)		(5.469)
dos quais: Fluxos financeiros relacionados com a aquisição de contratos de seguro						
B. Estimativa do valor atual dos fluxos financeiros futuros a receber	(503)		(503)	(2.508)		(2.508)
C. Estimativa do valor atual líquido dos fluxos de caixa futuros (A-B)	(3.584)		(3.584)	(2.961)		(2.961)
D. Estimativa do ajustamento para riscos não financeiros	501		501	91		91
E. Eliminação contabilística de fluxos financeiros						
F. Margem sobre os serviços contratuais	3.083		3.083	2.870		2.870
por cessões em resseguro registadas no exercício em resultado do registo de novos contratos (C+D+E+F)						

8.5 CESSÕES EM RESSEGURO - MARGEM SOBRE OS SERVIÇOS CONTRATUAIS REPARTIDA POR PRAZOS PREVISTOS DE REGISTO NA CONTA DE RESULTADOS

Tabela - Análise das modalidades de emissão do CSM	Em 31 de dezembro de 2025								
	Até 1	Há mais de 1	Há mais de	Mais de	Mais de	Mais de	Há mais de	Mais de 20	Total
	ano	ano até 2 anos	até 3 anos	até 4 anos	até 5 anos	até 10 anos	anos até 20 anos	anos	
Contratos de resseguro									
Vida	66	150	372	461	342	189	0	0	1.580
Danos	486	639	987	1.019	613	456	0	0	4.201
Total	552	789	1.359	1.480	955	646	0	0	5.780

SECÇÃO 9 – ATIVIDADE MATERIAL – RUBRICA 90

9.1 ATIVIDADE MATERIAL DE USO FUNCIONAL: COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES AVALIADAS AO CUSTO

Ativos/Valores	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
1. Ativos próprios	3.591.506	3.286.137
a) terrenos	510	864
b) edifícios	2.183	2.827
c) mobiliário	11.921	9.652
d) equipamentos eletrónicos	3.957	2.566
e) outras	3 572 935	3 270 228
2. Direitos de uso adquiridos através de locação financeira	112.918	118.978
a) terrenos	-	-
b) edifícios	-	-
c) bens móveis	36	12
d) equipamentos eletrónicos	15	15
e) outros	112 867	118.950
Total	3 704 424	3.405.115
das quais: obtidas através da execução das garantias recebidas	-	-

9.6 ATIVOS FÍSICOS DE USO FUNCIONAL: VARIAÇÕES ANUAIS

	Terrenos	Edifícios	Mobiliário	Equipamentos eletrônicos	Outros	Total
A. Existências iniciais brutas	864	2.827	9.640	2.581	3 389 203	3.405.115
A.1 Reduções de valor totais líquidas	-	-	-	-	-	-
A.2 Existências iniciais líquidas	864	2.827	9.640	2.581	3 389 203	3.405.115
A.2a Ajustamento dos saldos iniciais						
B. Aumentos:	87	63	10 685	2.602	1 071 841	1.085.279
B.1 Compras	87	63	3.264	473	825.980	829.868
- das quais operações de agregação empresarial	-	-	-	-	-	-
B.2 Despesas com melhorias capitalizadas	-	-	980	2.049	135.132	138.162
B.3 Recuperações de valor	-	-	-	-	-	-
B.4 Variações positivas do justo valor imputadas a	-	-	-	-	-	-
a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
b) demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	-	-	-	-	73	73
B.6 Transferências de imóveis detidos para fins de investimento	-	-	X	X	X	-
B.7 Outras variações	-	-	6.441	79	110.656	117.176
C. Diminuições:	441	707	8.368	1.211	775.242	785.969
C.1 Vendas	-	-	1.567	-	136.195	137 762
- das quais operações de agregação empresarial	-	-	-	-	-	-
C.2 Amortizações	-	393	2.909	952	371.039	375.293
C.3 Correções de valor por imparidade imputadas a	-	-	2.147	-	3.975	6.122
a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
b) demonstração de resultados	-	-	2.147	-	3.975	6.122
C.4 Variações negativas do justo valor imputadas a	-	-	-	-	-	-
a) capital próprio	-	-	-	-	-	-
b) demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	-	5	81	-	86
C.6 Transferências para:	-	-	-	-	-	-
a) ativos tangíveis detidos para fins de investimento	-	-	X	X	X	-
b) ativos não correntes e grupos de ativos em processo de alienação	-	-	-	-	-	-
C.7 Outras variações	441	314	174	178	127 839	128 945
D. Existências finais líquidas	510	2.183	11.957	3.972	3 685 802	3.704.424
D.1 Reduções de valor totais líquidas	-	-	-	-	-	-
D.2 Existências finais brutas	510	2.183	11.957	3.972	3 685 802	3.704.424
E. Avaliação ao custo	-	-	-	-	-	-

Nas «outras» ativos tangíveis estão incluídos os veículos automóveis propriedade das empresas de aluguer, cuja movimentação está relacionada com o crescimento do negócio. O detalhe é apresentado na tabela 9.6.1 «Ativos tangíveis: variações anuais - Leasing operacional» abaixo.

9.6.1 ATIVOS TANGÍVEIS: VARIAÇÕES ANUAIS - LOCAÇÃO OPERACIONAL

	Total				
	Terrenos	Edifícios	Mobiliário	Equipamentos eletrônicos	Outros
A. Existências iniciais	-	-	-	-	3.059.510
B. Aumentos	-	-	-	-	684.464
B.1 Compras	-	-	-	-	526.045
B.2 Despesas com melhorias capitalizadas	-	-	-	-	-
B.3 Variações positivas do justo valor	-	-	-	-	-
B.4 Recuperações de valor	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	-	-	-	-	12.111
B.6 Transferências de imóveis de uso funcional	-	-	-	-	-
B.7 Outras variações	-	-	-	-	146.308
C. Reduções	-	-	-	-	356.081
C.1 Vendas	-	-	-	-	25.468
C.2 Amortizações	-	-	-	-	211.898
C.3 Variações negativas do justo valor	-	-	-	-	-
C.4 Correções de valor por imparidade	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	-	-	-	4.259
C.6 Transferências para outras carteiras de ativos	-	-	-	-	-
a) imóveis para uso funcional	-	-	-	-	-
b) atividades não corrente e em de alienação s m	-	-	-	-	-
C.7 Outras variações	-	-	-	-	114.456
D. Existências finais	-	-	-	-	3.387.893
E. Avaliação pelo justo valor	-	-	-	-	-

Para efeitos da apresentação de gestão, salienta-se que a rubrica (no valor de 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2025) está incluída na rubrica «Aplicações» na Tabela de reconciliação entre Aplicações e Créditos a Clientes.

SECÇÃO 10 – ATIVOS INCORPÓREOS – RUBRICA 100

10.1 ATIVOS INTANGÍVEIS: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE ATIVO

Ativos/Valores	Total		Total	
	31/12/2025		31/12/2024	
	Duração definida	Duração indefinida	Duração definida	Duração indefinida
A.1 Goodwill	X	127.194	X	127.194
A.1.1 de propriedade do grupo	X	127.194	X	127.194
A.1.2 de terceiros	X	-	X	-
A.2 Outros ativos intangíveis	134.445		119.090	
das quais: software	100.616	-	74.046	-
A.2.1 Ativos avaliados ao custo:	134.445	-	119.090	-
a) ativos intangíveis gerados internamente	-	-	-	-
b) outras atividades	134.445	-	119.090	-
A.2.2 Ativos avaliados pelo justo valor:	-	-	-	-
a) ativos intangíveis gerados internamente	-	-	-	-
b) outras atividades	-	-	-	-
Total	134 445	127 194	119 090	127 194

Os ativos intangíveis são avaliados com base no critério do custo.

10.2 ATIVOS INTANGÍVEIS: VARIAÇÕES ANUAIS

	Goodwill	Outros ativos intangíveis: gerados internamente		Outros ativos intangíveis: outros		Total
		DEF	INDEF	DEF	INDEF	
A. Existências iniciais	127.194	-	-	119.090	-	246.284
A.1 Reduções de valor totais líquidas	-	-	-	(42.764)	-	(42.764)
A.2 Existências iniciais líquidas	-	-	-	76.326	-	76.326
B. Aumentos		-	-	82.060	-	82.060
B.1 Compras	-	-	-	53.642	-	53.642
- das quais operações de agregação empresarial	-	-	-	-	-	-
B.2 Aumentos de ativos intangíveis internos	X	-	-	-	-	-
B.3 Recuperações de valor	X	-	-	-	-	-
B.4 Variações positivas do justo valor	-	-	-	-	-	-
- no capital próprio	X	-	-	-	-	-
- na demonstração de resultados	X	-	-	-	-	-
B.5 Diferenças cambiais positivas	-	-	-	-	-	-
B.6 Outras variações		-	-	28.418	-	28.418
C. Reduções	-	-	-	23.941	-	23.941
C.1 Vendas	-	-	-	1.509	-	1.509
- das quais operações de concentração de empresas	-	-	-	-	-	-
C.2 Correções de valor	-	-	-	22.432	-	22.432
- Amortizações	X	-	-	22.238	-	22.238
- Depreciações	-	-	-	194	-	194
+ capital próprio	X	-	-	-	-	-
+ demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-
C.3 Variações negativas do justo valor:	-	-	-	-	-	-
- no capital próprio	X	-	-	-	-	-
- na demonstração de resultados	X	-	-	-	-	-
C.4 Transferências para ativos não correntes em processo de alienação	-	-	-	-	-	-
C.5 Diferenças cambiais negativas	-	-	-	-	-	-
C.6 Outras variações	-	-	-	-	-	-
D. Existências finais líquidas	127.194	-	-	134.445	-	134.445
D.1 Correções de valor totais líquidas	-	-	-	-	-	-
E. Existências finais brutas	127.194	-	-	134.445	-	134.445
F. Avaliação ao custo	-	-	-	-	-	-

DEF= de duração definida

INDEF= de duração

indefinida

10.3 OUTRAS INFORMAÇÕES

A rubrica «Goodwill» (127,2 milhões de euros) refere-se:

- no valor de 1,5 milhões de euros, ao goodwill gerado na sequência da aquisição da participação na Ferrari Financial Services GmbH; em 7 de novembro de 2016, a FCA Bank S.p.A. adquiriu, de facto, uma participação maioritária na Ferrari Financial Services GmbH («FFS GmbH») por um valor total de 18,6 milhões de euros, em execução do contrato de aquisição já assinado entre as partes no decorrer do ano em curso. Aquando da primeira consolidação, verificou-se um goodwill no valor de 1,5 milhões de euros;
- 1,4 milhões de euros relativos ao goodwill gerado aquando da primeira consolidação da sociedade Drivalia S.p.A. (ex-Leasys Rent S.p.A.) no Grupo CA Auto Bank, em 1 de outubro de 2018;
- 13,7 milhões de euros relativos ao goodwill gerado aquando da primeira consolidação da sociedade Drivalia France S.A.S. (ex-Leasys Rent France S.A.S.) no Grupo CA Auto Bank, em 15 de maio de 2020;
- no valor de 7,3 milhões de euros, relativo ao goodwill gerado aquando da primeira consolidação da sociedade Drivalia Espana S.p.A. (anteriormente Leasys Rent Espana S.L.U.) no Grupo CA Auto Bank, em 5 de novembro de 2020;
- no valor de 1,8 milhões de euros ao goodwill gerado aquando da primeira consolidação da empresa FCA Versicherungsservice GmbH no Grupo CA Auto Bank, em 1 de junho de 2021;
- 8,4 milhões de euros ao goodwill (dos quais 7,3 milhões de euros gerados aquando da primeira consolidação e 1,1 milhões de euros gerados durante o primeiro semestre de 2022 no âmbito da PPA) da empresa Drivalia UK Ltd (anteriormente ER Capital Ltd) no Grupo CA Auto Bank, em 23 de julho de 2021;
- no valor de 5,4 milhões de euros ao goodwill (dos quais 2,4 milhões de euros gerados aquando da primeira consolidação e 3,0 milhões de euros gerados durante o primeiro semestre de 2022 no âmbito da PPA) da empresa Drivalia Portugal S.A. (ex-Sado Rent S.A.) no Grupo CA Auto Bank, em 21 de dezembro de 2021;
- no valor de 29,7 milhões de euros ao goodwill (dos quais 33 milhões gerados aquando da primeira consolidação e uma redução do mesmo no valor de 3,3 milhões de euros no âmbito da PPA ocorrida durante o ano de 2024) da sociedade Drivalia Lease Czech Republic s.r.o., que integrou o Grupo CA Auto Bank, em 1 de agosto de 2023;
- no valor de 16,1 milhões de euros ao goodwill (dos quais 17,3 milhões gerados aquando da primeira consolidação e uma redução do mesmo no valor de 1,2 milhões de euros no âmbito da PPA realizada em 2024) da empresa Drivalia Lease Ireland Ltd, que integrou o Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto de 2023;
- 9,5 milhões de euros de goodwill (dos quais 1,6 milhões gerados na primeira consolidação e um aumento do mesmo no valor de 7,9 milhões de euros no âmbito da PPA realizada em 2024) da empresa Drivalia Lease Finland Oy, que integrou o Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto de 2023;

- no valor de 6,3 milhões de euros ao goodwill (dos quais 6,4 milhões gerados aquando da primeira consolidação e uma redução do mesmo no valor de 0,5 milhões de euros no âmbito da PPA realizada em 2024) da empresa Drivalia Lease Norge AS, que integrou o Grupo CA Auto Bank em 1 de agosto de 2023;
- no valor de 26,3 milhões de euros, relativo ao goodwill gerado aquando da primeira consolidação da transferência de um ramo de atividade relativo ao pessoal do Fonds de commerce Sofinco da Crédit Agricole Personal Finance & Mobility para a CA Auto Bank S.p.A. (sucursal francesa), adquirida em 1 de janeiro de 2024.

TESTE DE IMPARIDADE DO GOODWILL

Nos termos da IAS 36, todos os ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser submetidos a um teste de imparidade pelo menos anualmente e, em qualquer caso, sempre que sejam detetados indicadores de perda, para verificar a recuperabilidade do valor. Tendo em conta o contexto macroeconómico específico (por exemplo, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o aumento das taxas de juro, a escassez de matérias-primas, etc.), o Grupo considerou oportuno submeter o seu goodwill a um teste de imparidade à data de 31 de dezembro de 2025.

Na realização do teste de imparidade em 31 de dezembro de 2025, foram tidos em conta os seguintes aspetos:

- das disposições previstas na norma contabilística internacional de referência IAS 36;
- das recomendações emitidas por carta conjunta assinada pelo Banco de Itália, pela Consob e pela Ivass, de 3 de março de 2010;
- das sugestões do Organismo Italiano de Avaliação (O.I.V.) contidas no documento intitulado «Teste de imparidade do goodwill em contextos de crise financeira e real», de 14 de junho de 2012, bem como do projeto de exposição do Documento de Discussão n.º 1/2022 «Teste de imparidade dos ativos não financeiros (ISA 36) na sequência da guerra na Ucrânia», de 13 de junho de 2022;
- das várias declarações publicadas pela ESMA sobre o assunto, a mais recente das quais publicada em 13 de maio de 2022 «Declaração Pública - Implicações da invasão da Ucrânia pela Rússia nos relatórios financeiros semestrais» (ESMA32-63-1277).

Salienta-se ainda que, conforme solicitado pelos referidos Órgãos de Supervisão, o procedimento e os parâmetros de avaliação para o teste de imparidade do goodwill foram aprovados pelo Conselho de Administração de forma autónoma e antecipada em relação à aprovação do projeto do relatório financeiro anual consolidado em 31 de dezembro de 2025.

DEFINIÇÃO DAS CGU

Para efeitos do teste de imparidade do goodwill, que não gera fluxos de caixa de forma autónoma, a não ser em conjunto com outros ativos da empresa, é necessário, em primeiro lugar, atribuir esse ativo a unidades organizacionais relativamente autónomas do ponto de vista operacional, capazes de gerar fluxos de recursos financeiros independentes dos produzidos por outras áreas de atividade, mas interdependentes no âmbito da unidade organizacional que os gera. Essas unidades organizacionais são denominadas Unidades Geradoras de Caixa (CGU).

A IAS 36 exige que se correlacione o nível em que o goodwill é testado com o nível de reporte interno em que a Direção controla as

dinâmicas de aumento e redução desse valor.

As CGUs identificadas referem-se a sociedades individuais ou sucursais.

O VALOR CONTÁBIL DAS CGU

Na perspectiva de uma instituição bancária, não é possível identificar os fluxos gerados por uma CGU sem considerar os fluxos decorrentes de ativos/passivos financeiros, uma vez que estes representam o negócio principal da empresa. Seguindo esta abordagem (denominada «equity side»), o valor contabilístico das CGU pode ser determinado em termos de contribuição para o capital próprio consolidado, incluindo a parte de pertinência de terceiros.

CRITÉRIOS PARA A ESTIMATIVA DO VALOR RECUPERÁVEL DAS UGT

De acordo com o princípio contabilístico IAS 36, o montante de uma eventual redução de valor é determinado pela diferença entre o valor contabilístico da CGU, identificado com base nos critérios anteriormente descritos, e o seu valor recuperável, se este for inferior. O valor recuperável é definido como o maior entre:

- Valor de uso, ou seja, o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se prevê que tenham origem na utilização contínua de um ativo específico ou de uma CGU;
- Justo valor, deduzidos os custos de venda, ou seja, o montante que se poderia obter com a venda de um ativo, numa transação livre entre partes informadas e dispostas a negociar.

O valor de uso das UGE foi determinado através da estimativa do valor atual dos fluxos financeiros futuros que se prevê que possam ser gerados pelas UGE. O período de previsão analítica abrangeu um intervalo de tempo de cinco anos. O fluxo do último exercício da previsão analítica foi projetado em perpetuidade (através do recurso à fórmula da renda perpétua, utilizando uma taxa de crescimento «g» adequada para efeitos do chamado «Valor Terminal»). A taxa «g» foi determinada assumindo como fator de crescimento a taxa de inflação a médio prazo na zona euro e constante no tempo).

Na perspectiva de uma instituição bancária, não é possível identificar os fluxos gerados por uma CGU sem considerar os fluxos decorrentes de ativos/passivos financeiros, uma vez que estes últimos representam o negócio principal da empresa. Por outras palavras, o valor recuperável das CGU é influenciado pelos fluxos acima referidos e, por conseguinte, deve incluir também os ativos/passivos financeiros. Para o efeito, estes ativos e passivos devem ser devidamente alocados às CGU de referência.

Tendo isto em conta, pode considerar-se, com boa aproximação, que os fluxos financeiros coincidem com a rentabilidade expressa pelas individuais UGT/Empresas e, por conseguinte, assumiu-se que o Fluxo de Caixa Livre (FCF) corresponde ao resultado líquido da UGT objeto de avaliação.

DETERMINAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa foram determinados com base no último plano de médio prazo disponível, atualizado para os fluxos do exercício de 2025 com as previsões orçamentais.

DETERMINAÇÃO DA TAXA DE ATUALIZAÇÃO DOS FLUXOS

Na determinação do valor de uso, os fluxos financeiros foram atualizados a uma taxa que reflete as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da atividade.

A taxa de atualização utilizada, tratando-se de uma empresa financeira, foi estimada na perspectiva «equity side», ou seja, considerando apenas o custo do capital próprio (Ke), em consonância com as modalidades de determinação dos fluxos que, como já referido, incluem os fluxos decorrentes dos ativos e passivos financeiros.

O custo do capital foi, portanto, determinado utilizando o «Capital Asset Pricing Model» (CAPM). Com base nesse modelo, o custo do capital é determinado como a soma do rendimento de investimentos sem risco e de um prêmio de risco, que, por sua vez, depende do risco específico da atividade (entendendo-se por tal tanto o risco do setor operacional como o risco geográfico representado pelo chamado «risco-país»).

As componentes da taxa de atualização ke e a respetiva comparação com os parâmetros utilizados em 2024 são apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração do capital (ke)	7,26%	7,68%
Do qual taxa sem risco	2,86%	2,36%
Do qual beta	0,80	0,91
Do qual prêmio de risco	5,50%	5,84%

Em particular, estes parâmetros foram determinados da seguinte forma:

- taxa sem risco: 2,86%, representa o rendimento médio dos últimos 12 meses do BUND a 10 anos de referência;
- beta: 0,80, que corresponde ao beta da CA.sa a 5 anos;
- prêmio de risco: 5,50%, determinado como média ponderada dos «equity risk premiums» para os países em que a CA Auto Bank opera, cujo peso é representado pelos empréstimos brutos no final do período de cada país.

Para efeitos do cálculo do valor terminal, foi utilizada uma taxa de crescimento de 1,86%, determinada como média aritmética das previsões de inflação de acordo com o índice HICP («harmonised Index of Consumer Price»).

RESULTADOS DO TESTE DE IMPARIDADE

À data do Balanço Consolidado, o goodwill foi submetido a testes de imparidade, dos quais não resultaram perdas de valor.

Apresentam-se a seguir os valores recuperáveis das UGE/Empresas:

CGU/Empresa - milhões de euros	Goodwill	Valor contabilístico	Valor recuperável	Excedente em relação ao valor contabilístico
Ferrari Financial Services GmbH	1,5	76,6	217,9	141,3
Drivalia Italy S.p.A.	1,4	109,3	222,8	118,5
Drivalia France S.A.S.	13,7	18,0	93,8	75,8
Drivalia Spain SLU	7,3	18,5	39,5	21,0
CA Versicherungsservice GmbH	1,8	3,9	10,3	6,4
Drivalia UK	8,4	16,0	53,3	37,3
Drivalia Portugal SA	5,4	15,5	26,0	10,4
Drivalia Lease Norge AS	6,3	31,7	52,9	21,3
Drivalia Lease Finland Oy	9,5	92,5	325,0	232,6
Drivalia Lease Ireland Ltd	16,1	86,7	208,9	122,1
Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.	29,7	145,3	308,9	163,6
Fonds de Commerce Sofinco	26,3	210,1	603,6	393,5
Saldo no final de 2025	127,2	824,2	2.167,9	1.343,7

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Uma vez que o valor de uso é determinado através do recurso a estimativas e pressupostos que podem apresentar elementos de incerteza, foram realizadas, conforme exigido pelas normas IFRS, análises de sensibilidade destinadas a verificar a sensibilidade dos resultados obtidos face à variação de determinados parâmetros. Em particular, foi verificado o impacto no valor de uso de um aumento das taxas de atualização e de uma diminuição da taxa de crescimento utilizada para o cálculo do valor terminal.

Nas tabelas que se seguem são apresentadas as análises de sensibilidade do valor de uso das diferentes Sociedades à variação da taxa de atualização (+ / - 50 pontos base) ou da taxa de crescimento «g» (+ / - 75 pontos base).

		Ferrari Financial Services GmbH					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	133,2	116,4	102,1	89,7	78,9	
	1,11%	158,2	137,0	119,3	104,3	91,3	
	1,86%	191,6	163,9	141,3	122,5	106,7	
	2,61%	238,9	200,5	170,4	146,1	126,2	
	3,36%	310,6	253,3	210,7	177,8	151,6	

		Drivalia S.p.A.					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	108,9	89,9	73,8	59,8	47,6	
	1,11%	137,4	113,4	93,4	76,4	61,8	
	1,86%	175,5	144,1	118,5	97,3	79,4	
	2,61%	229,4	185,8	151,6	124,2	101,6	
	3,36%	311,1	246,0	197,6	160,2	130,6	

	Drivalia France S.A.S.					
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	71,6	63,5	56,6	50,7	45,5
	1,11%	83,8	73,6	65,0	57,8	51,6
	1,86%	100,2	86,7	75,8	66,7	59,1
	2,61%	123,3	104,6	90,0	78,3	68,6
	3,36%	158,3	130,4	109,7	93,7	81,0

	Drivalia Espana SLU					
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	19,4	16,2	13,4	11,0	9,0
	1,11%	24,2	20,1	16,7	13,9	11,4
	1,86%	30,7	25,3	21,0	17,4	14,3
	2,61%	39,8	32,4	26,6	21,9	18,1
	3,36%	53,7	42,6	34,4	28,1	23,0

		CA Versicherungsservice GmbH					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	6,0	5,2	4,5	3,9	3,4	
	1,11%	7,2	6,2	5,3	4,6	4,0	
	1,86%	8,7	7,4	6,4	5,5	4,7	
	2,61%	10,9	9,1	7,7	6,6	5,6	
	3,36%	14,3	11,6	9,6	8,1	6,8	

		Drivalia UK Ltd					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	35,2	31,0	27,4	24,2	21,5	
	1,11%	41,5	36,2	31,7	27,9	24,7	
	1,86%	50,0	43,0	37,3	32,6	28,6	
	2,61%	62,0	52,3	44,7	38,5	33,5	
	3,36%	80,2	65,7	54,9	46,6	39,9	

	Drivalia Portugal SA					
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	9,4	7,3	5,5	3,9	2,6
	1,11%	12,5	9,9	7,7	5,8	4,2
	1,86%	16,7	13,3	10,4	8,1	6,1
	2,61%	22,7	17,9	14,1	11,1	8,6
	3,36%	31,7	24,5	19,2	15,0	11,8

		Drivalia Lease Ireland Ltd					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	114,5	98,6	85,0	73,2	63,0	
	1,11%	138,2	118,1	101,3	87,0	74,8	
	1,86%	169,9	143,6	122,1	104,3	89,3	
	2,61%	214,6	178,3	149,7	126,7	107,8	
	3,36%	282,5	228,2	187,9	156,7	131,9	

		Drivalia Lease Czech Republic s.r.o.					
		Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	152,4	128,9	108,8	91,4	76,2	
	1,11%	187,3	157,7	132,9	111,8	93,7	
	1,86%	234,1	195,3	163,6	137,4	115,2	
	2,61%	300,2	246,5	204,3	170,4	142,4	
	3,36%	400,4	320,3	260,7	214,6	178,0	

	Drivalia Lease Finland Oy					
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	220,6	195,7	174,5	156,1	140,0
	1,11%	257,6	226,2	200,0	177,7	158,5
	1,86%	307,2	266,1	232,6	204,7	181,3
	2,61%	377,2	320,3	275,7	239,7	210,1
	3,36%	483,4	398,5	335,4	286,6	247,8

	Drivalia Lease Noruega					
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	19,3	15,3	11,8	8,8	6,2
	1,11%	25,3	20,2	15,9	12,3	9,2
	1,86%	33,4	26,7	21,3	16,7	12,9
	2,61%	44,8	35,6	28,3	22,4	17,6
	3,36%	62,1	48,3	38,0	30,1	23,7

CA Auto Bank (Sucursal França) - Sofinco Auto Moto Loisirs						
	Ke	6,26%	6,76%	7,26%	7,76%	8,26%
G. Taxa	0,36%	370,5	323,2	282,8	247,8	217,3
	1,11%	441,0	381,3	331,4	289,0	252,5
	1,86%	535,6	457,3	393,5	340,6	295,9
	2,61%	669,0	560,7	475,7	407,2	350,9
	3,36%	871,4	709,7	589,5	496,6	422,7

SECÇÃO 11 – ATIVOS FISCAL E PASSIVOS FISCAL – RUBRICA 110 DO ATIVO E RUBRICA 60 DO PASSIVO

A rubrica «Ativos fiscais correntes», no valor de 123 978 milhares de euros, inclui principalmente créditos fiscais relativos a adiantamentos já pagos referentes a impostos do exercício, bem como retenções na fonte sobre juros e comissões efetuadas em Itália e no Reino Unido.

A rubrica do Passivo, «Passivos Fiscais», ascende a 10 493 milhares de euros e é representada principalmente por dívidas fiscais relativas a impostos do período, referentes à sucursal alemã da Empresa-Mãe.

11.1 ATIVOS POR IMPOSTOS ANTECIPADOS

	31/12/2025	31/12/2024
- Em contrapartida na Demonstração de Resultados	141.981	133.552
- Em contrapartida no Capital Próprio	10.502	11.237
Total	152.483	144.789

11.2 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS: COMPOSIÇÃO

	31/12/2025	31/12/2024
- Em contrapartida na Demonstração de Resultados	223.930	215.696
- Em contrapartida no Capital Próprio	1.115	1.020
Total	225.045	216 716

11.3 VARIAÇÕES NAS IMPOSTOS ANTECIPADOS (EM CONTRAPARTIDA DA CONTA DE RESULTADOS)

	31/12/2025	31/12/2024
1. Montante inicial	133.552	140.377
2. Aumentos	36 409	46 095
2.1 Impostos antecipados reconhecidos no exercício	16.355	36 260
a) relativas a exercícios anteriores	-	-
b) decorrentes da alteração dos critérios contabilísticos	-	-
c) recuperações de valor	8	-
d) outros	16.347	36.260
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	48	149
2.3 Outros aumentos	20.006	9.686
3. Diminuições	27.980	52.920
3.1 Impostos diferidos anulados no exercício	18.881	48.869
a) reversões	18.881	47.741
b) imparidades por irrecuperabilidade	-	-
c) decorrentes de alterações nos critérios contabilísticos	-	-
d) outras	-	1.128
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	9.099	4.051
a) conversão em créditos fiscais nos termos da Lei n.º 214/2011	-	-
b) outros	9.099	4.051
4. Montante final	141.981	133.552

11.5 VARIAÇÕES NAS IMPOSTOS DIFERIDOS (EM CONTRAPARTIDA DA CONTA DE RESULTADOS)

	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
1. Montante inicial	215.696	230.456
2. Aumentos	39 054	32 952
2.1 Impostos diferidos reconhecidos no exercício	34.378	29.026
a) relativas a exercícios anteriores	1.066	3
b) decorrentes da alteração dos critérios contabilísticos	-	-
c) outras	33.312	29.023
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	4.676	3.926
3. Diminuições	30.820	47.712
3.1 Impostos diferidos anulados no exercício	28.691	21.897
a) reversões	11.578	6.643
b) decorrentes da alteração dos critérios contabilísticos	-	-
c) outras	17.113	15.254
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras diminuições	2.129	25.815
4. Montante final	223.930	215.696

11.6 VARIAÇÕES NAS IMPOSTOS ANTECIPADOS (EM CONTRAPARTIDA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO)

	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
1. Montante inicial	11.237	6.418
2. Aumentos	1.208	5.611
2.1 Impostos antecipados reconhecidos no exercício	1.052	3.393
a) relativas a exercícios anteriores	-	-
b) decorrentes da alteração dos critérios contabilísticos	-	-
c) outras	1.052	3.393
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	140	-
2.3 Outros aumentos	16	2.218
3. Diminuições	1.943	792
3.1 Impostos diferidos anulados no exercício	91	786
a) reversões	-	786
b) imparidades por irrecuperabilidade	-	-
c) decorrentes da alteração dos critérios contabilísticos	-	-
d) outras	1.853	-
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	1.853	6
4. Montante final	10.502	11.237

A variação dos impostos diferidos com contrapartida no capital próprio é calculada com base na reserva de cobertura de fluxos de caixa (Cash Flow Hedge) para cobertura dos fluxos financeiros futuros dos derivados de cobertura e no efeito fiscal sobre a reserva OCI.

11.7 VARIAÇÕES DOS IMPOSTOS DIFERIDOS (EM CONTRAPARTIDA DO CAPITAL PRÓPRIO)

	31/12/2025	31/12/2024
1. Montante inicial	1.020	669
2. Aumentos	122	351
2.1 Impostos diferidos reconhecidos no exercício	-	-
a) relativas a exercícios anteriores	-	-
b) decorrentes da alteração dos critérios contábilísticos	-	-
c) outras	-	-
2.2 Novos impostos ou aumentos das taxas de imposto	-	-
2.3 Outros aumentos	122	351
3. Diminuições	27	-
3.1 Impostos diferidos anulados no exercício	9	-
a) reversões	9	-
b) decorrentes da alteração dos critérios contábilísticos	-	-
c) outras	-	-
3.2 Reduções das taxas de imposto	-	-
3.3 Outras reduções	18	-
4. Montante final	1.115	1.020

SECÇÃO 13 – OUTRAS ATIVIDADES – RUBRICA 130

13.1 OUTRAS ATIVIDADES: COMPOSIÇÃO

Composição	31/12/2025	31/12/2024
1. Créditos relativos ao pessoal	2.950	2.744
2. Créditos por fornecimentos e serviços	244.648	155.186
3. Outros créditos	385.385	708.051
créditos por serviços de seguros	11.987	11.392
receitas a receber	102	1.970
cauções	3.873	3.655
atividades de resseguro	42.978	36.209
outros créditos	326.445	654.825
4. Créditos relativos a locação operacional	376.464	244.603
5. Stock em consignação	88.536	100.819
6. Provisões	91.475	20.559
Total	1.189.458	1.231.962

Para efeitos da apresentação da gestão, salienta-se que a rubrica «4. Créditos por leasing operacional» (num total de 376 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025) está incluída na Tabela de reconciliação entre Aplicações e Créditos a Clientes. Além disso, incluem o valor dos veículos adquiridos pelas empresas de aluguer com cláusula de recompra por parte do vendedor – portanto, não registados no ativo fixo – no valor de 101 milhões de euros.

Os «Créditos por serviços de seguros» dizem respeito principalmente à empresa-mãe e incluem créditos sobre companhias de seguros relativos à liquidação de prémios e comissões.

As «Atividades de resseguro» dizem respeito à subsidiária irlandesa.

A rubrica «Consignment stock» inclui o valor dos veículos propriedade das subsidiárias CA Auto Finance Danmark Finland Branch, Drivalia Lease Greece, Drivalia Lease UK, CA Auto Finance Sweden, CA Auto Finance Norge e Drivalia Lease Moroccan Branch. Esses veículos encontram-se em depósito junto dos concessionários afiliados à rede de parceiros industriais, à espera de serem vendidos.

PASSIVO

SECÇÃO 1 – PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO – RUBRICA 10

1.1 PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO MERCADOLÓGICA DAS DÍVIDAS PARA COM BANCOS

Tipo de operações/Valores	Total 31/12/2025				Total 31/12/2024			
	VB	Justo valor			VB	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Dívidas a bancos centrais	-	X	X	X	-	X	X	X
2. Dívidas a bancos	11 084 202	X	X	X	14 625 312	X	X	X
2.1 Contas correntes e depósitos à vista	38.450	X	X	X	11.433	X	X	X
2.2 Depósitos a prazo	-	X	X	X	-	X	X	X
2.3 Financiamentos	11 034 223	X	X	X	14 594 070	X	X	X
2.3.1 Passivos de curto prazo	266.332	X	X	X	1.090.231	X	X	X
2.3.2 Outros	10 767 891	X	X	X	13 503 839	X	X	X
2.4 Dívidas decorrentes de compromissos de recompra de instrumentos de capital próprios	-	X	X	X	-	X	X	X
2.5 Dívidas por leasing	-	X	X	X	-	X	X	X
2.6 Outras dívidas	11.529	X	X	X	19.809	X	X	X
Total	11 084 202	-	-	11.084.202	14 625 312	-	-	14.625.312

Legenda: VB = Valor de balanço L1 = Nível 1 L2 = Nível 2 L3 = Nível 3

Esta rubrica inclui principalmente dívidas relativas a financiamentos recebidos de instituições de crédito, dos quais 6,6 mil milhões de euros foram recebidos do Grupo Crédit Agricole, concedidos em condições de mercado.

A principal variação relativa à rubrica «Outros Empréstimos» foi marcada por uma menor necessidade de financiamento recebido de bancos terceiros, pelo que diminuiu 2,7 milhões de euros. Estão igualmente incluídos nesta rubrica os contratos de empréstimo subordinado Tier 2 celebrados com o Crédit Agricole Personal Finance & Mobility.

Em particular, em 31 de dezembro de 2025, os contratos de empréstimo subordinado Tier 2 em vigor referem-se à operação celebrada em dezembro de 2024 no valor de 250 milhões de euros e com duração de 12 anos, com possibilidade de reembolso antecipado após 5 anos; em fevereiro do ano em curso, foi celebrado um segundo contrato do mesmo montante com duração de 10 anos.

Salienta-se ainda um aumento de cerca de 27 milhões de euros nos saldos de fim de período nas contas correntes bancárias mantidas junto de instituições de crédito de primeira linha.

A rubrica «Repo passivo» refere-se às operações em curso celebradas pela CA Auto Bank com a contraparte bancária Crédit Agricole - Corporate Investment Bank.

1.2 PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE DÍVIDAS PARA COM OS CLIENTES

Tipo de operações/Valores	Total 31/12/2025				Total 31/12/2024			
	VB	Justo valor			VB	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
1. Contas correntes e depósitos à vista	80 980	X	X	X	132 391	X	X	X
2. Depósitos a prazo	4 277 289	X	X	X	3.312.320	X	X	X
3. Financiamentos	92.454	X	X	X	41.005	X	X	X
3.1 Passivos à vista contra a prazo	-	X	X	X	-	X	X	X
3.2 Outros	92.454	X	X	X	41.005	X	X	X
4. Dívidas decorrentes de compromissos de recompra de instrumentos de capital	-	X	X	X	-	X	X	X
5. Dívidas por leasing	48.488	X	X	X	43.335	X	X	X
6. Outras dívidas	193.839	X	X	X	104.459	X	X	X
Total	4 693 049	X	X	4 693 049	3.633.510	X	X	3.633.510

Legenda: VB = Valor de balanço L1 = Nível 1 L2 = Nível 2 L3 = Nível 3

Os depósitos a vencer incluem a captação de contas de depósito em Itália, Alemanha, Áustria, Irlanda, Países Baixos, Espanha e Polónia; o aumento, no valor de 0,9 mil milhões de euros, deve-se principalmente aos depósitos a prazo captados através do produto «Conto Deposito» no mercado italiano e nos outros países europeus onde o produto foi alargado. As outras dívidas para com a clientela incluem:

- depósitos de garantia a concessionários no valor de 29 milhões de euros;
- dívidas para com a clientela de retalho e depósitos de caução constituídos por particulares no âmbito da atividade de locação financeira.

1.3 PASSIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE TÍTULO DOS TÍTULOS EM CIRCULAÇÃO

Tipo de títulos / Valores	31/12/2025				31/12/2024			
	Total				Total			
	VB	Justo valor			VB	Justo valor		
		L1	L2	L3		L1	L2	L3
A. Títulos	X	X	X	X	X	X	X	X
1. Obrigações	10 074 634	7.460.551	-	2.614.083	9 661 408	7.330.528	-	2 188 926
1.1 estruturadas	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 outros	10 074 634	7.460.551	-	2.614.083	9 661 408	7.330.528	-	2 188 926
2. Outros títulos	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1 estruturadas	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2 outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	10 074 634	7.460.551	-	2.614.083	9.661.408	7.330.528	-	2 188 926

Legenda:

VB = Valor de balanço

L1 = Nível 1

L2 = Nível 2

L3 = Nível 3

A rubrica «Outras obrigações» inclui:

- i) os títulos emitidos pelas sociedades de propósito específico (SPE) no âmbito das operações de titularização, num valor contabilístico de 3 410 milhões de euros;
- ii) as obrigações emitidas pela CA Auto Bank S.p.A. (Sucursal Irlandesa) ascendem a um valor de 4.758 milhões de euros e pela subsidiária CA Auto Finance Suisse, num valor nominal de 285 milhões de CHF;
- iii) o programa de emissão de Euro Commercial Paper de curto prazo, tendo como emitente a CA Auto Bank S.p.A. (através da sua sucursal irlandesa), utilizado no valor de 50 milhões de euros;
- iv) Credit Linked Notes no valor de 174,5 milhões de euros, emitidas no âmbito da operação de titularização sintética;
- v) Obrigações Senior não preferenciais no valor de 1.300 milhões de euros, subscritas pela empresa-mãe Crédit Agricole Personal Finance & Mobility S.A.

1.4 DETALHE DE DÍVIDAS/TÍTULOS SUBORDINADOS

	31/12/2025	31/12/2024
A.1 Dívidas subordinadas	501.480	455.635
- bancos	501.480	455.635
- clientes	-	-
A.2 Dívidas não subordinadas	15 275 771	17 803 188
- bancos	10 582 722	14 169 678
- clientes	4.693.049	3.633.510
B.1 Títulos subordinados	1 302 180	1.152.942
- bancos	1.302.180	1.152.942
- clientes	-	-
B.2 Títulos não subordinados	8.773.032	8.508.466
- bancos	3 386 547	3 283 843
- clientes	5.386.485	5.224.623
Total	25 852 463	27 920 231

À data de encerramento do presente balanço, não existem dívidas que tenham exigido a separação de derivados incorporados (dívidas estruturadas).

Na rubrica A.1. estão registados os contratos de empréstimo subordinado Tier 2, integralmente concedidos pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility S.A. Em particular:

- em 20 de dezembro de 2024, a CA Auto Bank S.p.A. celebrou um contrato de empréstimo subordinado Tier 2, integralmente concedido pela Crédit Agricole Personal Finance & Mobility S.A., no valor de 250 milhões de euros, com prazo de 12 anos;
- em 14 de fevereiro de 2025, foi celebrado um segundo contrato, no valor de 250 milhões de euros e com uma duração de 10 anos.

Em 20 de novembro de 2017, foi concedida uma tranche no valor de 204 milhões de euros, com prazo de vencimento de 10 anos, a qual foi reembolsada antecipadamente à Crédit Agricole Personal Finance & Mobility.

Na rubrica B.1 é apresentado o valor dos títulos Senior Non-Preferred emitidos pela CA Auto Bank e subscritos pela empresa-mãe.

Para além das referidas responsabilidades financeiras avaliadas ao custo amortizado, na rubrica do balanço «140. Instrumentos de capital» constam as três emissões de instrumentos contabilizáveis no capital adicional de classe 1, com duração perpétua e opção de reembolso quinquenal sujeita à autorização da autoridade competente:

- no valor de 500 milhões de euros, emissão realizada em março de 2024;
- no valor de 100 milhões de euros, com colocação prevista para dezembro de 2024;
- no valor de 300 milhões de euros, emissão colocada em março de 2025.

SECÇÃO 2 – PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO – RUBRICA 20
2.1 PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE TÍTULO

Tipo de operações/Valores	Total 31/12/2025					Total 31/12/2024				
	VN	Justo valor			Justo valor *	VN	Justo valor			Valor Justo *
		L1	L2	L3			L1	L2	L3	
A. Passivos de caixa										
1. Dívidas a bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Dívidas para com clientes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Títulos de dívida	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.1 Obrigações	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.1.1 Estruturadas	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.1.2 Outras obrigações	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.2 Outros títulos	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.2.1 Estruturados	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
3.2.2 Outros	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
Total A	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Instrumentos derivados										
1. Derivados financeiros	X	-	3.255	-	X	X	-	2.901	-	X
1.1 De negociação	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
1.2 Relacionados com a opção do justo valor	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
1.3 Outros	X	-	3.255	-	X	X	-	2.901	-	X
2. Derivados de crédito	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
2.1 De negociação	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
2.2 Relacionados com a opção do justo valor	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
2.3 Outros	X	-	-	-	X	X	-	-	-	X
Total B	X	-	3.255	-	X	X	-	2.901	-	X
Total (A+B)	X	-	3.255	-	X	X	-	2.901	-	X

Legenda:

VN= Valor nominal

L1= Nível 1

L2 = Nível 2

L3 = Nível 3

Justo valor* = Justo valor calculado excluindo as variações de valor decorrentes da alteração da notação de crédito do emitente em relação à data de emissão

A rubrica inclui a avaliação negativa dos instrumentos financeiros derivados relativos às operações de titularização, celebrados com as contrapartes bancárias envolvidas nas mesmas operações.

SECÇÃO 4 – DERIVADOS DE COBERTURA – RUBRICA 40

4.1 DERIVADOS DE COBERTURA: COMPOSIÇÃO POR TIPO DE COBERTURA E POR NÍVEIS HIERÁRQUICOS

	Justo valor em 31/12/2025			VN 31/12/2025	Justo valor em 31/12/2024			VN 31/12/2024
	L1	L2	L3		L1	L2	L3	
A. Derivados financeiros	-	87.586	-	10 002 594	-	136.909	-	10.004.654
1) Valor justo	-	82.475	-	9.151.989	-	128.625	-	9.022.748
2) Fluxos financeiros	-	5.111	-	850.605	-	8.284	-	981.905
3) Investimentos no estrangeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-
1) Valor justo	-	-	-	-	-	-	-	-
2) Fluxos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	87 586	-	10 002 594	-	136.909	-	10.004.654

Legenda:

VN = Valor nocional L1

= Nível 1

L2 = Nível 2

L3 = Nível 3

Esta rubrica representa a avaliação ao justo valor dos contratos de derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro. A contrapartida da avaliação dos derivados de acordo com a metodologia do Fair Value Hedge é incluída na Demonstração de Resultados na rubrica 70 «Resultado líquido da atividade de cobertura».

4.2 DERIVADOS DE COBERTURA: COMPOSIÇÃO POR CARTEIRAS COBERTAS E POR TIPOS DE COBERTURA

Operações/Tipo de cobertura	Justo valor							Fluxos financeiros		Investim entos no estrang eiro
	Especificação					Outros	Genérica	Específica	Geral	
	Títulos de dívida e taxas de juro	Títulos de capital e índices bolsistas	Moedas e ouro	Crédito	Mercadori as					
1. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no rendibilidade global	-	-	-	-	X	X	X	-	X	X
2. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	-	X	7.943	-	X	X	X	-	X	X
3. Carteira	X	X	X	X	X	X	74.532	X	-	X
4. Outras operações	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-
Total de atividades	-	-	7.943	-	-	-	74.532	-	-	-
1. Passivos financeiros	-	X	-	-	-	-	X	-	X	X
2. Carteira	X	X	X	X	X	X	-	X	-	X
Total do passivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1. Transações previstas	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
2. Carteira de atividades e passivos financeiros	X	X	X	X	X	X	X	X	5.111	-

O valor relativo à cobertura genérica da carteira refere-se à cobertura da carteira de crédito ao consumo, de acordo com a metodologia de Fair Value Hedge (macrohedge).

O valor relativo à cobertura dos fluxos financeiros refere-se à cobertura do risco de taxa de juro, de acordo com a metodologia de cobertura de fluxos de caixa (Cash Flow Hedge) utilizada para a atividade de aluguer de longa duração.

SECÇÃO 6 – PASSIVOS FISCAIS – RUBRICA 60

Ver Secção 11 do ativo.

SECÇÃO 8 – OUTROS PASSIVOS – RUBRICA 80

8.1 OUTROS PASSIVOS: COMPOSIÇÃO

Composição	Total em 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Dívidas para com o pessoal	11.488	9.419
2. Dívidas por leasing operacional	97.095	64.894
3. Dívidas para com a instituição de previdência	12.403	11.513
4. Dívidas diversas	683.614	750.184
- Dívidas por fornecimentos e serviços	288.358	298.031
- Dívidas a seguradoras	13.189	20.370
- Dívidas para com clientes	1.115	1.837
- Outras dívidas	380.952	372.849
- Provisões e diferimentos passivos	46.214	57.097
Total	850.813	836.010

A rubrica «Dívidas por leasing operacional» inclui principalmente dívidas relativas à aquisição de veículos e de serviços prestados às empresas que exercem atividades de aluguer de longa duração.

Para efeitos de apresentação de gestão, salienta-se que esta rubrica ascende a 97

milhões de euros. A rubrica «Dívidas por fornecimentos e serviços» inclui:

- o fornecimento de veículos automóveis e de serviços diversos, prestados em condições de mercado principalmente por concessionários e parceiros comerciais;
- a verificação dos incentivos comerciais concedidos à rede de vendas;
- os créditos a receber de concessionários e de instituições bancárias, principalmente relativos à atividade da Sociedade-mãe.

A rubrica «dívidas a instituições seguradoras» refere-se principalmente a dívidas da Banco Matriz.

SECÇÃO 9 – INDEMNIZAÇÕES POR CESSÃO DE VÍNCULO DO PESSOAL – RUBRICA 90

9.1 INDEMNIZAÇÃO POR CESSÃO DE VÍNCULO DO PESSOAL: VARIAÇÕES ANUAIS

	31/12/2025	31/12/2024
A. Saldo inicial	3.557	3.455
B. Aumentos	247	481
B.1 Provisões do exercício	113	106
B.2 Outras variações	134	375
C. Diminuições	374	379
C.1 Liquidações efetuadas	-	-
C.2 Outras variações	374	379
D. Existências finais	3.183	3.557
Total	3.183	3.557

A rubrica «Indemnização por cessação de contrato» reflete a obrigação residual do Grupo relativa à indemnização reconhecida em Itália aos colaboradores até 31 de dezembro de 2006 para as empresas com mais de 50 colaboradores e liquidada no momento da saída do colaborador. Na presença de condições específicas, pode ser parcialmente antecipada ao colaborador ao longo da vida profissional.

O passivo relativo aos benefícios a reconhecer no termo da relação de trabalho, registado no balanço, representa o valor atual da obrigação de benefícios definidos, ajustado pelos ganhos e perdas atuariais e pelos custos relativos a serviços prestados no passado não reconhecidos anteriormente.

As provisões para planos de pensões de benefícios definidos e o custo anual registado na Demonstração de Resultados são determinados por atuários externos utilizando o método da Projeção Unitária do Crédito (Projected Unit Credit Method).

9.2 OUTRAS INFORMAÇÕES

Variações no exercício das responsabilidades (ativos) líquidos de benefícios definidos e dos direitos de reembolso (IAS 19, parágrafos 140 e 141)

Valor atuarial da obrigação em 01/01/2025	3.557
a. Custo por serviço	-
b. Custos com juros	113
c. Redução	-
d. Outros custos	-
e. Contribuição do empregador	-
f. Rendimento das atividades ao serviço do plano	-
g.1 Ganhos/perdas atuariais resultantes de variações nas hipóteses financeiras	14
g.2 Ganhos/perdas atuariais resultantes de variações nas hipóteses demográficas	-
g.3 Ganhos/perdas atuariais: outros	(194)
h. Pagamentos previstos pelo plano	(307)
i. Custos com serviços passados/(rendimentos) e reduções (ganhos) e perdas	-
l. Transações intragrupo	-
m. Outras alterações	-
Valor atuarial da obrigação em 31/12/2025	3.183

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS (IAS 19, PARÁGRAFO 144)

Para poder efetuar as avaliações exigidas, é necessário adotar hipóteses demográficas e económicas adequadas relativas a:

- mortalidade;
- invalidez;
- cessação do vínculo laboral (demissão ou despedimento);
- pedidos de adiantamentos;
- carreira profissional futura dos trabalhadores (incluindo hipóteses sobre promoções para categorias superiores);
- evolução do poder de compra real do dinheiro.

Em particular, com base nas indicações fornecidas pela CA Bank S.p.A., foram adotadas as seguintes hipóteses:

Principais hipóteses atuariais	ITÁLIA
	Indemnização por cessação de contrato
Taxa de atualização	2,99%
Taxa esperada de aumento salarial	1,30%
Taxa de inflação esperada	2,00%
Tabelas de mortalidade	SI2019
	(modificadas com base em dados históricos)
Taxa média anual de rotatividade do pessoal	5,42%

SECÇÃO 10 – PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS – RUBRICA 100

10.1 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: COMPOSIÇÃO

Rubricas/Componentes	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
1. Provisões para risco de crédito relativo a compromissos e garantias financeiras concedidas	83	454
2. Provisões para outros compromissos e outras garantias prestadas	177	-
3. Fundos de pensões da empresa	33.423	32.789
4. Outras provisões para riscos e encargos	236.652	71.501
4.1 Litígios legais e fiscais	3.584	1.345
4.2 Encargos com o pessoal	19.058	16.131
4.3 outros	214.010	54.025
Total	270.334	104.744

O principal aumento da rubrica «Provisões para riscos e encargos» deve-se à provisão constituída pela subsidiária britânica relativamente às comissões pagas pelos clientes por empréstimos concedidos em anos anteriores, tal como já descrito no parágrafo «Riscos legais», para o qual se remete.

Simultaneamente, foi registado um «ativo de reembolso», relacionado com esta questão e classificado na rubrica «Outros ativos» relativamente à parte que será reembolsada por terceiros.

De facto, em conformidade com os princípios contabilísticos internacionais e, em particular, com o disposto no parágrafo 53 da IAS 37, a provisão para riscos e o reconhecimento do ativo de reembolso devem ser contabilizados separadamente no Balanço, sem compensação.

A provisão e o rendimento concomitante relativo ao reconhecimento do ativo de reembolso foram classificados na mesma rubrica da demonstração de resultados «200 – provisões líquidas para riscos e encargos – b) outras provisões líquidas», de acordo com a possibilidade prevista no parágrafo 54 da IAS 37.

O montante líquido provisionado pela subsidiária (CA Auto Finance UK) ascende, no total, a 79 091 milhares de euros.

10.2 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: VARIAÇÕES ANUAIS

	Provisões para outros compromissos e outras garantias prestadas	Provisões para pensões	Outras provisões para riscos e encargos	Total
A. Saldo inicial	454	32.789	71.500	104.743
B. Aumentos	112	6.252	177.442	183.805
B.1 Provisão do exercício	76	1.817	23.756	25.649
B.2 Variações decorrentes do decurso do tempo	-	-	-	-
B.3 Variações decorrentes de alterações na taxa de desconto	-	-	-	-
B.4 Outras variações	36	4.435	153 686	158.156
- das quais operações de agregação empresarial	-	-	-	-
C. Diminuições	390	5.617	12.290	18.297
C.1 Utilização no exercício	-	3.891	12.047	15 938
C.2 Variações decorrentes de alterações na taxa de desconto	-	-	-	-
C.3 Outras variações	390	1.726	242	2.358

- das quais operações de agregação empresarial	-	-	-	-
D. Existências finais	177	33.423	236.652	270.252

10.3 PROVISÕES PARA RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A COMPROMISSOS E GARANTIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

	Provisões para risco de crédito relativo a compromissos e garantias financeiras concedidas				
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Ativos deteriorados adquiridos ou originados	Total
Compromissos de concessão de fundos	259	-	-	-	259
Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-
Total	259	-	-	-	259

10.5 FUNDOS DE PENSÕES EMPRESARIAIS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

1. VARIAÇÕES NO EXERCÍCIO DAS PASSIVIDADES (ATIVIDADES) LÍQUIDAS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS E DOS DIREITOS DE REEMBOLSO

Variação do exercício na obrigação de benefícios definidos	31/12/2025
Obrigação inicial de benefícios definidos	70.831
a. Custo do serviço	1.364
b. Custos com juros	2.218
c. Redução	-
d. Outros custos	205
e. Contribuição do empregador	344
f. Rendimento das atividades ao serviço do plano	-
g.1 Ganhos/perdas atuariais resultantes de variações nas hipóteses financeiras	(673)
g.2 Ganhos/perdas atuariais resultantes de variações nas hipóteses demográficas	(535)
g.3 Ganhos/perdas atuariais: outros	739
h. Pagamentos previstos pelo plano	(3.889)
i. Custos com serviços passados/(rendimentos) e reduções (ganhos) e perdas	(2.372)
l. Transações intragrupo	-
m. Outras alterações	-
Valor atuarial da obrigação em 31/12/2025	68.233

2. INFORMAÇÃO SOBRE O JUSTO VALOR DOS ATIVOS A SERVIÇO DO PLANO

Variação do valor justo dos ativos do plano durante o exercício	31/12/2025
Justo valor inicial dos ativos ao serviço dos planos	38.042
a. Juros ativos sobre ativos ao serviço do plano	1.194
b. Atribuições/contribuições do empregador para os ativos ao serviço do plano	1.970
c. Benefícios pagos através da utilização dos ativos ao serviço dos planos	(1.820)
d. Ganhos/perdas atuariais sobre ativos ao serviço do plano	(4.576)
e. Outras variações	-
Valor atuarial da obrigação em 31/12/2025	34.810

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES ATUARIAIS

Principais hipóteses atuariais	ITÁLIA		OUTROS PAÍSES		
	Outros planos posteriores relacionad os com o vínculo laboral	Outros benefícios de longo prazo	Planos de pensões posteriores a	Outros planos relação laboral	Outros benefícios de longo termo
Taxa de atualização	2,99%	2,99%	3,19%	4,22%	3,05%
Taxa de crescimento prevista dos salários	1,30%	1,30%	2,98%	3,00%	3,32%
Taxa de inflação prevista	2,00%	2,00%	2,04%	1,63%	1,63%
Tabelas de mortalidade	SI 2019 (modificadas com base em dados históricos)	SI 2019 (modificadas com base em dados históricos)	MR-5 / FR-5, BVG 2020 / GT, RT 2018 G, Heubeck RT 2018 G, RT 2018 G, TH/TF 2000-2002, AG Tabela de previsões 2022, 100% do S3PXA CMI 2021 IAMI 0,25%, 1,25% taxa de melhoria a longo prazo (LTR)	AVÖ 2018-P «Angestellte», TH/TF 2000-2002, EAE21012p, GUS 2022, SI2019	
Percentagem média anual de saída de pessoal	5,42%	5,42%	4,00%	0,00%	0,00%

10.6 PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS: OUTRAS PROVISÕES

	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Outras provisões para empregados	17.186	14.007
2. Provisão para riscos legais	1.681	1.232
3. Provisão para riscos e encargos futuros relativos a locação operacional	5.375	5.557
4. Outras provisões para riscos diversos	212.410	50.705
Total	236.652	71.501

PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS FUTUROS RELATIVOS A LOCAÇÃO OPERACIONAL

A provisão para riscos e encargos futuros relativos a locação operacional inclui principalmente provisões para manutenção futura e provisão de auto-seguro relativas aos bens objeto de locação operacional.

OUTRAS PROVISÕES PARA RISCOS DIVERSOS

Esses fundos referem-se, para além do já referido acima, a 48 milhões de euros relativos aos riscos associados, nos mercados do Reino Unido, da Alemanha e da Itália, ao valor residual dos veículos objeto de financiamentos PCP (Personal Contract Purchase) e à faculdade do cliente, prevista na legislação.

SECÇÃO 11 – PASSIVOS DE SEGUROS – RUBRICA 110

11.1 EVOLUÇÃO DO VALOR DE BALANÇO - GMM OU VFA - DOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS - PASSIVOS POR COBERTURA RESIDUAL E POR SINISTROS OCORRIDOS

Rubricas/Passivos	Passivos por cobertura residual 31/12/2025		Passivos relativos a sinistros ocorridos 31/12/2025	Total 31/12/2025	Passivo por cobertura residual 31/12/2024		Passivo por sinistros ocorridos 31/12/2024	Total 31/12/2024
	Líquido da perda	Perda			Líquido da perda	Perdas		
A. Valor inicial de balanço								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	30 237		7.104	37.341	33.144		4.622	37.766
2. Contratos de seguro emitidos que constituem ativos								
3. Valor líquido de balanço em 1 de janeiro	30.237		7.104	37.341	33.144		4.622	37.766
B. Receitas de seguros	(11 851)			(11.851)	(20 240)			(20 240)
C. Custos com serviços de seguros								
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis			4.807	4.807			2.848	2.848
2. Variações no passivo por sinistros ocorridos			(3.685)	(3.685)			2.125	2.125
3. Perdas e respetivas recuperações em contratos onerosos								
4. Amortização dos custos de aquisição dos contratos								
5. Total			1.122	1.122			4.973	4.973
D. Resultado dos serviços de seguros (B+C)	(11.851)		1.122	(10.729)	(20.240)		4.973	(15 266)
E. Custos/receitas líquidos de natureza financeira								
1. Relativos a contratos de seguro emitidos								
1.1 Registados na demonstração de resultados	540		109	649	1.728		357	2.085
1.2 Registados no resultado global								
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio								
3. Total	540		109	649	1.728		357	2.085
F. Componentes de investimento								
G. Montante total registado na demonstração de resultados e no resultado global (D+E+F)	(11.311)		1.231	(10 080)	(18.512)		5.330	(13.181)
H. Outras variações								
I. Movimentos de caixa								
1. Prémios recebidos	4.169			4.169	17 942			17.942
2. Pagamentos relacionados com os custos de aquisição de contratos	(1.906)			(1.906)	2.337			2.337
3. Sinistros pagos e outras saídas de caixa			(4.807)	(4.807)			(2.848)	(2.848)
4. Outros movimentos								
5. Total	2.263		(4.807)	(2.544)	15.605		(2.848)	12.757
L. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro (A.3+G+H+I.4)	21.189		3.529	24.718	30.237		7.104	37 341
M. Valor final de balanço								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	21.189		3.529	24 718	30 237		7.104	37.341
2. Contratos de seguro emitidos que constituem ativos								
3. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro	21.189		3.529	24.718	30.237		7.104	37.341

11.2 EVOLUÇÃO DO VALOR DE BALANÇO DOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS POR ELEMENTOS SUJEITOS A AVALIAÇÃO

	Valor atual dos fluxos de caixa em 31/12/2025	Ajustamento para riscos não financeiros 31/12/2025	Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2025	Total 31/12/2025	Valor atual dos fluxos financeiros 31/12/2024	Ajustamento para riscos não financeiros 31/12/2024	Margem sobre os serviços contratuais 31/12/2024	Total 31/12/2024
A. Valor inicial de balanço								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	18.380	3.764	15.197	37.341	24.404	4.462	8.899	37.766
2. Contratos de seguro emitidos que constituem ativos								
3. Valor líquido de balanço em 1 de janeiro	18.380	3.764	15.197	37.341	24.404	4.462	8.899	37.766
B. Variações relativas aos serviços atuais								
1. Margem sobre os serviços contratuais registrada na demonstração de resultados	-	-	(6.785)	(6.785)	0	0	(10.520)	(10.520)
2. Variação relativa a riscos não financeiros vencidos	-	(632)	-	(632)	0	(1.250)	0	(1.250)
3. Alterações relacionadas com a experiência	373	-	-	373	(5.621)	0	0	(5.621)
4. Total	373	(632)	(6.785)	(7.044)	(5.621)	(1.250)	(10.520)	(17.392)
C. Variações relativas a serviços futuros								
1. Variações na margem sobre os serviços contratuais	(1.302)	(524)	1.826	-	(5.665)	(510)	6.175	0
2. Perdas em grupos de contratos onerosos e respetivas recuperações								
3. Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício em referência	(4.776)	961	3.815	-	(10.359)	288	10.071	0
4. Total	(6.078)	437	5.641	-	(16.023)	(222)	16.245	0
D. Variações relativas a serviços prestados no passado								
1. Ajustamentos ao passivo por sinistros ocorridos	(3.012)	(673)	-	(3.685)	1.603	522	0	2.125
2. Total	(3.012)	(673)	-	(3.685)	1.603	522	0	2.125
E. Resultado dos serviços de seguros (B+C+D)	(8.717)	(868)	(1.144)	(10.729)	(20.041)	(950)	5.725	(15.266)
F. Custos/receitas de natureza financeira								
1. Relativos aos contratos de seguro emitidos								
1.1 Registados na demonstração de resultados	193	69	387	649	1.260	252	573	2.085
1.2 Registados no resultado global								
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio								
3. Total	193	69	387	649	1.260	252	573	2.085
G. Montante total das variações registadas na demonstração de resultados e no resultado global (E + F)	(8.524)	(799)	(757)	(10.080)	(18.781)	(699)	6.298	(13.181)
H. Outras variações								
I. Movimentos de caixa								
1. Prémios recebidos	4.169	-	-	4.169	17.942	0	0	17.942
2. Pagamentos relacionados com os custos de aquisição de contratos	(1.906)	-	-	(1.906)	(2.337)	0	0	(2.337)
3. Sinistros pagos e outras saídas de caixa	(4.807)	-	-	(4.807)	(2.848)	0	0	(2.848)
4. Outros movimentos								
5. Total	(2.544)	-	-	(2.544)	12.757	0	0	12.757
L. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro (A.3+G+H+I.4)	7.312	2.965	14.440	24.718	18.380	3.764	15.197	37.341
L. Valor final de balanço								
1. Contratos de seguro emitidos que constituem passivos	7.312	2.965	14.440	24.718	18.380	3.764	15.197	37.341
2. Contratos de seguro emitidos que constituem ativos								
3. Valor líquido de balanço em 31 de dezembro	7.312	2.965	14.440	24.718	18.380	3.764	15.197	37.341

11.3 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE SEGUROS E DA MARGEM SOBRE OS SERVIÇOS CONTRATUAIS DOS CONTRATOS DE SEGUROS EMITIDOS, REPARTIDOS COM BASE NOS CONTRATOS EXISTENTES NO MOMENTO DA TRANSIÇÃO PARA A IFRS 17

	31/12/2025					31/12/2024				
	Novos contratos e contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa total	Contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa modificada	Contratos mensurados à data de transição pelo método do justo valor	Contratos objeto de exclusão	Total 31/12/2025	Novos contratos e contratos avaliados à data de transição pelo método da aplicação retroativa total	Contratos mensurados à data de transição pelo método da aplicação retroativa modificada	Contratos mensurados à data de transição pelo método do justo valor	Contratos objeto de exclusão	Total 31/12/2024
Receitas de seguros	2.370	9.481			11.851	4.048	16.192			20.240
Margem sobre serviços contratuais – Saldo inicial	3.039	12.158			15.197	1.780	7.119			8.899
Variações relativas aos serviços atuais										
- Margem sobre os serviços contratuais registrada na demonstração de resultados para refletir os serviços prestados	(1.896)	(4.889)			(6.785)	(1.565)	(8.955)			(10.520)
Variações relativas a serviços futuros										
Variações nas estimativas que alteram a margem sobre os serviços contratuais	905	922			1.826	696	5.479			6.175
- Efeitos dos contratos inicialmente reconhecidos no exercício em referência	763	3.052			3.815	2.014	8.057			10.071
Receitas/custos de natureza financeira										
1. Relativos a contratos de seguro emitidos	77	310			387	115	459			573
2. Efeitos relacionados com as variações das taxas de câmbio										
3. Total	77	310			387	115	459			573
Outros movimentos										
Total das variações reconhecidas na demonstração de resultados e no resultado global	(151)	(606)			(757)	1.260	5.039			6.298
Margem sobre serviços contratuais – Existências finais	2.888	11.552			14.440	3.039	12.158			15.197

11.4 ELEMENTOS SUBJACENTES À AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS E REGISTRADOS NO EXERCÍCIO

Contratos originados em 31/12/2025			
Rubricas/Grupos de contratos	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total
A. Estimativa do valor atual dos fluxos financeiros futuros a pagar			
1. Custos de aquisição dos contratos		1.035	1.035
2. Montante dos sinistros e outros custos diretamente atribuíveis		87	87
3. Total		1.122	1.122
B. Estimativa do valor atual dos fluxos de caixa futuros		(5.898)	(5.898)
C. Estimativa do valor atual líquido dos fluxos (A-B)		(4.776)	(4.776)
D. Estimativa do ajustamento para riscos não financeiros		961	961
E. Eliminação contabilística de ativos já registados relativos a fluxos financeiros associados aos contratos de seguro emitidos			
F. Margem sobre os serviços contratuais		3.815	3.815
G. Aumento incluído no passivo relativo a contratos de seguro emitidos no exercício (C+D+E+ F)			

Contratos originados em 31/12/2024			
Rubricas/Grupos de contratos	Contratos onerosos	Contratos não onerosos	Total
A. Estimativa do valor atual dos fluxos de caixa futuros a pagar			
1. Custos de aquisição dos contratos		873	873
2. Montante dos sinistros e outros custos diretamente atribuíveis		4.100	4.100
3. Total		4.973	4.973
B. Estimativa do valor atual dos fluxos financeiros futuros de entrada		(15.332)	(15 332)
C. Estimativa do valor atual líquido dos fluxos financeiros futuros (A-B)		(10 359)	(10 359)
D. Estimativa do ajustamento para riscos não financeiros		288	288
E. Eliminação contabilística de ativos já registados relativos a fluxos financeiros associados com os contratos de seguro emitidos			
F. Margem sobre os serviços contratuais		10.071	10.071
G. Aumento incluído no passivo relativo a contratos de seguro emitidos no exercício (C+D+E+ F)			

11.5 CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS - MARGEM SOBRE OS SERVIÇOS CONTRATUAIS REPARTIDA POR PRAZOS PREVISTOS DE REGISTO NA CONTA DE RESULTADOS

Tabela - Análise das modalidades de emissão do CSM	A 31 de dezembro de 2025								
	Até 1 ano	De 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos até 3 anos	Mais de 3 anos até 4 anos	Mais de 4 anos até 5 anos	De mais de 5 anos até 10 anos	Mais de 10 anos até 20 anos	Mais de 20 anos	Total
Contratos de seguro									
Vida	95	289	1.259	839	550	308	0	0	3.340
Danos	618	1.609	3.999	2.770	1.242	863	0	0	11.101
Total	713	1.898	5.258	3.608	1.791	1.171	0	0	14.440

11.6 CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS - EVOLUÇÃO DOS SINISTROS BRUTOS DE RESSEGURO (SEGMENTO DE DANOS)

Sinistros/Intervalos de tempo	Ano T-9	Ano T-8	Ano T-7	Ano T-6	Ano T-5	Ano T-4	Ano T-3	Ano T-2	Ano T-1	Ano T	Total
A. Sinistros pagos acumulados e outros custos diretamente imputáveis pagos											
1 No final do ano em que ocorreram	107	214	367	540	691	753	775	782	782	782	5.794
2. Um ano depois	59	190	463	687	870	962	1.000	1.005	1.006	0	6.242
3. Dois anos depois	37	230	525	720	865	908	934	944	0	0	5.162
4. Três anos depois	16	260	560	810	975	1.011	1.042	0	0	0	4.674
5. Quatro anos depois	57	260	424	708	942	1.119	0	0	0	0	3.511
6. Cinco anos depois	45	153	329	784	1.254	0	0	0	0	0	2.566
7. Seis anos depois	68	166	322	697	0	0	0	0	0	0	1.252
8. Sete anos depois	205	290	387	0	0	0	0	0	0	0	882
9. Oito anos depois	19	63	0	0	0	0	0	0	0	0	83
10. Nove anos depois	37	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37
Total acumulado dos sinistros pagos e outros custos diretamente imputáveis pagos (Total A)	651	1.826	3.377	4.946	5.598	4.753	3.751	2.731	1.788	782	30.202
B. Estimativa do custo final dos sinistros acumulados (montante bruto das cessões em resseguro e não atualizado)											
1 No final do ano em que ocorreram	484	567	525	647	742	787	788	785	781	779	6.886
2. Um ano depois	462	390	605	756	959	1.027	1.038	1.023	1.013	0	7.274
3. Dois anos depois	324	393	607	818	943	952	954	944	0	0	5.934
4. Três anos depois	370	393	697	926	1.032	1.034	1.017	0	0	0	5.469
5. Quatro anos depois	513	615	791	1.037	1.355	1.608	0	0	0	0	5.919
6. Cinco anos depois	360	370	514	1.163	1.835	0	0	0	0	0	4.242
7. Seis anos depois	294	327	405	960	0	0	0	0	0	0	1.986
8. Sete anos depois	413	340	392	0	0	0	0	0	0	0	1.144
9. Oito anos depois	256	188	0	0	0	0	0	0	0	0	443
10. Nove anos depois	257	0	0	0	0	0	0	0	0	0	257
Estimativa do custo final dos sinistros acumulados brutos não atualizados à data do balanço (Total B)	3.733	3.583	4.537	6.305	6.867	5.409	3.797	2.752	1.794	779	39.555
C. Passivos por sinistros ocorridos brutos não atualizada - ano de ocorrência de T a T-9 (Total B – Total A)											
D. Passivos por sinistros ocorridos brutos não atualizadas - anos anteriores a T-9	(2.814)	(1.708)	(1.013)	(502)	(291)	(87)	(51)	(30)	1.093	1.151	(4.252)
E. Efeito de atualização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F. Efeito da correção relativa aos riscos não financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G. Passivos por sinistros ocorridos, brutos, de contratos de seguro emitidos	302	338	370	488	515	379	283	292	287	276	3.529

11.7 CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS - EVOLUÇÃO DOS SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO (SEGMENTO DE DANOS)

Sinistros/Intervalos temporais	Ano T-9	Ano T-8	Ano T-7	Ano T-6	Ano T-5	Ano T-4	Ano T-3	Ano T-2	Ano T-1	Ano T	Total
A. Sinistros pagos acumulados e outros custos diretamente imputáveis, líquidos de resseguro											
1 No final do ano em que ocorreram	11	21	37	54	69	75	77	78	78	78	579
2. Um ano depois	6	19	46	69	87	96	100	101	101	0	624
3. Dois anos depois	4	23	53	72	86	91	93	94	0	0	516
4. Três anos depois	2	26	56	81	98	101	104	0	0	0	467
5. Quatro anos depois	6	26	42	71	94	112	0	0	0	0	351
6. Cinco anos depois	5	15	33	78	125	0	0	0	0	0	257
7. Seis anos depois	7	17	32	70	0	0	0	0	0	0	125
8. Sete anos depois	21	29	39	0	0	0	0	0	0	0	88
9. Oito anos depois	2	6	0	0	0	0	0	0	0	0	8
10. Nove anos depois	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total acumulado dos sinistros pagos e outros custos diretamente imputáveis pagos, líquidos de resseguro (Total A)	65	183	338	495	560	475	375	273	179	78	3.020
B. Estimativa do custo final dos sinistros acumulados (montante líquido das cessões em resseguro e não atualizado)											
1 No final do ano em que ocorreram	48	57	53	65	74	79	79	78	78	78	689
2. Um ano depois	46	39	60	76	96	103	104	102	101	0	727
3. Dois anos depois	32	39	61	82	94	95	95	94	0	0	593
4. Três anos depois	37	39	70	93	103	103	102	0	0	0	547
5. Quatro anos depois	51	61	79	104	136	161	0	0	0	0	592
6. Cinco anos depois	36	37	51	116	183	0	0	0	0	0	424
7. Seis anos depois	29	33	41	96	0	0	0	0	0	0	199
8. Sete anos depois	41	34	39	0	0	0	0	0	0	0	114
9. Oito anos depois	26	19	0	0	0	0	0	0	0	0	44
10. Nove anos depois	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Estimativa do custo final dos sinistros acumulados líquidos não atualizados à data do balanço (Total B)	373	358	454	631	687	541	380	275	179	78	3.956
C. Passivo líquido não atualizado relativo a sinistros ocorridos – ano de ocorrência de T a T-9 (Total B – Total A)											
D. Passivo por sinistros ocorridos, líquido e não atualizado - anos anteriores a T-9	(281)	(171)	(101)	(50)	(29)	(9)	(5)	(3)	109	115	(425)
E. Efeito da atualização	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F. Efeito da correção para riscos não financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
G. Passivos por sinistros ocorridos, líquidos dos contratos de seguro emitidos	493	552	604	796	840	619	462	476	469	451	5.762

RISCO DE LIQUIDEZ DOS CONTRATOS DE SEGURO

FLUXOS FINANCEIROS LÍQUIDOS ATUALIZADOS DOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS E DAS CESSÕES EM RESSEGURO QUE CONSTITUEM PASSIVOS: DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL

Rubricas/Intervalos temporais	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos até 3 anos	Mais de 3 anos até 4 anos	Mais de 4 anos até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Segmento Vida							
1. Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta	0	0	0	0	0	0	0
2. Contratos de investimento emitidos com elementos de participação discricionária	0	0	0	0	0	0	0
3. Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta	1.066	694	446	198	74	0	2.479
4. Cessões em resseguro	(260)	(169)	(109)	(48)	(18)	0	(604)
Segmento de Seguros de Danos							
1. Contratos de seguro emitidos	1.112	1.305	1.305	822	290	0	4.834
2. Cessões em resseguro	(76)	(90)	(90)	(56)	(20)	0	(332)

FLUXOS FINANCEIROS LÍQUIDOS NÃO ATUALIZADOS DOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS E DAS CESSÕES EM RESSEGURO QUE CONSTITUEM PASSIVOS: DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL

Rubricas/Intervalos temporais	Até 1 ano	Mais de 1 ano até 2 anos	Mais de 2 anos até 3 anos	Mais de 3 anos até 4 anos	Mais de 4 anos até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Segmento Vida							
1. Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta	0	0	0	0	0	0	0
2. Contratos de investimento emitidos com elementos de participação discricionária	0	0	0	0	0	0	0
3. Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta	1.164	758	487	217	81	0	2.707
4. Cessões em resseguro	(322)	(210)	(135)	(60)	(22)	0	(748)
Segmento de Seguros de Danos							
1. Contratos de seguro emitidos	1.214	1.425	1.425	897	317	0	5.278
2. Cessões em resseguro	(94)	(111)	(111)	(70)	(25)	0	(411)

CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS E CESSÕES EM RESSEGURO QUE CONSTITUEM PASSIVOS COM CLÁUSULAS DE RESGATE: VALORES A PAGAR A PEDIDO E VALOR DE BALANÇO

Rubricas/Valores	Montantes a pagar a pedido	Valor contabilístico
1. Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta	0	0
2. Contratos de investimento emitidos com elementos de participação discricionária	0	0
3. Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta	7.312	7.312
4. Cessões em resseguro	(936)	(936)

SECÇÃO 13 – PATRIMÓNIO DO GRUPO – RUBRICAS 120, 130, 140, 150, 160, 170 E 180

13.1 «CAPITAL» E «AÇÕES PRÓPRIAS»: COMPOSIÇÃO

	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
A. Capital		
A.1 Ações ordinárias	700.000	700.000
A.2 Ações de poupança	-	-
A.3 Ações preferenciais	-	-
A.4 Outras ações	-	-
B. Ações próprias		
B.1 Ações ordinárias	-	-
B.2 Ações de poupança	-	-
B.3 Ações preferenciais	-	-
B.4 Outras ações	-	-

13.2 CAPITAL - NÚMERO DE AÇÕES DA EMPRESA-MÃE: VARIAÇÕES ANUAIS

Rubricas/Tipos	Ordinárias	Outras
A. Ações existentes no início do exercício	700 000	-
- integralmente realizadas	700.000	-
- não totalmente realizadas	-	-
A.1 Ações próprias (-)	-	-
A.2 Ações em circulação: existências iniciais	700.000	-
B. Aumentos	-	-
B.1 Novas emissões	-	-
- a pagamento:	-	-
- operações de fusão de empresas	-	-
- conversão de obrigações	-	-
- exercício de warrants	-	-
- outros	-	-
- a título gratuito:	-	-
- a favor dos funcionários	-	-
- a favor dos administradores	-	-
- outras	-	-
B.2 Venda de ações próprias	-	-
B.3 Outras variações	-	-
C. Diminuições	-	-
C.1 Anulação	-	-
C.2 Aquisição de ações próprias	-	-
C.3 Operações de alienação de empresas	-	-
C.4 Outras variações	-	-
D. Ações em circulação: saldos finais	700.000	-
D.1 Ações próprias (+)	700.000	-
D.2 Ações existentes no final do exercício	700.000	-
- integralmente liberadas	-	-
- não totalmente liberadas	-	-

O capital social, integralmente realizado, é constituído por 700 000 000 de ações com um valor nominal de 1 euro cada e não sofreu alterações em relação ao exercício anterior.

13.4 RESERVAS DE LUCROS: OUTRAS INFORMAÇÕES

As reservas do Grupo ascendem a 3.308 milhões de euros e incluem: a reserva legal, a reserva estatutária, os lucros transitados, a reserva FTA-IFRS9, a reserva de consolidação e outras reservas.

13.6 OUTRAS INFORMAÇÕES

As reservas de avaliação apresentam um saldo negativo de 5 milhões de euros e incluem as reservas relativas a contratos de derivados de cobertura de fluxos financeiros no valor de -2 milhões de euros, as reservas de avaliação cambial (relativas a investimentos em participações consolidadas integralmente) no valor de +8 milhões de euros, as reservas de reavaliação de ativos tangíveis e decorrentes de leis especiais de reavaliação no valor de +454 mil euros, bem como a reserva relativa a ganhos atuariais em planos de pensões de benefício definido no valor de -11 milhões de euros.

SECÇÃO 14 – PATRIMÓNIO DE PERTINÊNCIA DE TERCEIROS – RUBRICA 190

O património de terceiros é atribuído à Ferrari Financial Services GmbH e outras entidades menores.

14.1 DETALHE DA RUBRICA 190 «PATRIMÓNIO DE PROPRIEDADE DE TERCEIROS

Denominação das empresas	31/12/2025	31/12/2024
Participações em empresas consolidadas com participações significativas de terceiros		
1. Ferrari Financial Services GmbH	75.075	62.391
2. CA Auto Bank GmbH	-	26 386
3. CA Auto Bank G.m.b.H. Sucursal Helénica	-	6.683
4. BPM Lease Sas	49	50
Outras participações	33	33
Total	75.157	95.572

14.2 INSTRUMENTOS DE CAPITAL: COMPOSIÇÃO E VARIAÇÕES ANUAIS

	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Capital	951	3.389
2. Ações próprias	-	-
3. Instrumentos de capital	-	-
4. Prémio de emissão	2.877	2.877
5. Reservas	58.723	79.738
6. Reservas de avaliação	(62)	155
7. Lucro (prejuízo) do exercício	12.668	9.413
Total	75.157	95.572

Em 26 de junho, a CA Auto Bank adquiriu à sua controladora, a Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, 50% da CA Auto Bank GmbH por um preço de 33,65 milhões de euros; esta operação não gerou o registo de Goodwill, uma vez que o preço de aquisição coincide com o património líquido à data da transação.

No mês de março do presente exercício, o Banco reforçou a estrutura de capital com a conclusão de um novo empréstimo AT1 intragrupo no valor total de 300 milhões de euros.

As emissões (realizadas em 2024 e 2025) são classificáveis como instrumentos de capital, nos termos da norma contabilística IAS 32. O montante recebido pelas emissões foi registado na rubrica «140 Instrumentos de capital» no valor de 899,99 milhões de euros, deduzidos os custos de transação diretamente atribuíveis.

Em consonância com a natureza do instrumento, as cedulas de juros pagas foram registadas como redução do capital próprio (rubrica «150. Reservas»). No final do exercício, portanto, o capital próprio diminuiu em 54 632 milhares de euros, em resultado do pagamento das cedulas.

Para mais detalhes sobre o tratamento contabilístico dos instrumentos em análise, remete-se para o exposto na «Parte A – Políticas contabilísticas» da presente Nota explicativa.

OUTRAS INFORMAÇÕES

1. COMPROMISSOS E GARANTIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS

	Valor nominal dos compromissos e garantias financeiras concedidas				Total (T)	Total (T-1)
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidades adquiridas ou originadas		
1. Compromissos de concessão de fundos	2 280 518	151	114		2 280 783	1 771 337
a) Bancos centrais						
b) Administrações públicas						
c) Bancos						
d) Outras sociedades financeiras	-					
e) Sociedades não financeiras	2 268 031				2.268.031	1.760.203
f) Famílias	12 487	151	114		12.752	11.134
2. Garantias financeiras concedidas						
a) Bancos centrais						
b) Administrações públicas						
c) Bancos						
d) Outras sociedades financeiras						
e) Sociedades não financeiras						
f) Famílias						

Esta rubrica refere-se principalmente a compromissos de disponibilização de fundos à rede de vendas – alínea e) Sociedades não financeiras e a limites de crédito concedidos a clientes titulares de cartões de crédito – alínea f) Famílias

2. OUTROS COMPROMISSOS E OUTRAS GARANTIAS CONCEDIDAS

	Valor nominal	
	Total (T)	Total (T-1)
Outras garantias concedidas	1 276 145	444.569
das quais: deterioradas		
a) Bancos Centrais		
b) Administrações públicas		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras	409.618	392.101
e) Empresas não financeiras	866.525	52 468
f) Famílias	-	
Outros compromissos	81 351	75.937
dos quais: deteriorados		
a) Bancos centrais		
b) Administrações públicas		
c) Bancos		
d) Outras sociedades financeiras	5.000	5.000
e) Empresas não financeiras	-	
f) Famílias	76.351	70.937

Esta rubrica refere-se principalmente a compromissos revogáveis do banco perante os titulares de contratos de retalho ainda não ativados - alínea f) Famílias.

3. ATIVOS CONSTITUÍDOS EM GARANTIA DE PASSIVOS E COMPROMISSOS PRÓPRIOS

Carteiras	Montante em 31/12/2025	Montante em 31/12/2024
1. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na demonstração de resultados		
2. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto na rentabilidade		
3. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	2 198 156	2.289.817
4. Ativos fixos tangíveis		
das quais: ativos tangíveis que constituem existências		

Na rubrica 3 «Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado» estão representados os ativos vinculados decorrentes de:

- operações de titularização realizadas pela empresa-mãe e pelas suas sucursais;
- créditos sobre contrapartes bancárias de primeira linha no âmbito do acordo CSA (Credit Support Annex) relativo a derivados celebrados com as mesmas;
- créditos sobre a London Clearing House, relativos às margens sobre contratos de derivados em compensação, tal como previsto pela regulamentação EMIR.

Salienta-se que, como garantia da operação de recompra passiva celebrada com a contraparte Crédit Agricole - Corporate Investment Bank, foi dado em garantia o título de classe sénior resultante da operação de titularização realizada pela CA Auto Bank, no valor nominal de 294 mil euros.

Por último, salienta-se que foi constituído em garantia junto do Banco de Itália um montante de créditos decorrentes de financiamentos de retalho no valor de 4,7 milhões de euros, sendo a CA Auto Bank aderente direta ao módulo das standing facilities do Target2.

6. OPERAÇÕES FINANCEIRAS OBJETO DE COMPENSAÇÃO NO BALANÇO, OU SUJEITAS A ACORDOS-QUADRO DE COMPENSAÇÃO OU A ACORDOS SEMELHANTES

Formas técnicas	Montante bruto dos ativos financeiros (a)	Montante das responsabilidades financeiras compensadas no balanço (b)	Montante líquido dos ativos financeiros apresentados no balanço (c=a-b)	Montantes correlatos não objeto de compensação no balanço		Montante líquido (f=c-d-e) 31/12/2025	Montante líquido (f=c-d-e) 31/12/2024
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em dinheiro recebidos em garantia (e)		
1. Derivados	3.622	-	3.622	37	1.084	2.501	8.738
2. À vista contra a prazo	20.334	-	20.334	20.334	-	-	-
3. Empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-	-
4. Outros	2 500 000	2 500 000	-	-	-	-	-
Total 31/12/2025	2 523 956	2.500.000	23.956	20.371	1.084	2.501	X
Total 31/12/2024	4.033.822	4.000.000	33.822	21.087	3.997	8.738	x

7. PASSIVOS FINANCEIROS OBJETO DE COMPENSAÇÃO NO BALANÇO, OU SUJEITOS A ACORDOS-QUADRO DE COMPENSAÇÃO OU A ACORDOS SEMELHANTES

Formas técnicas	Montante bruto dos passivos financeiros (a)	Montante dos ativos financeiros compensados no balanço (b)	Montante líquido dos passivos financeiros apresentados no balanço (c=a-b)	Montantes correlacionados não objeto de compensação no balanço		Montante líquido (f=c-d-e) 31/12/2025	Montante líquido (f = c - d - e) 31/12/2024
				Instrumentos financeiros (d)	Depósitos em dinheiro dados em garantia (e)		
1. Derivados	83.128	-	83.128	39.325	43.804	-	-
2. Títulos à vista contra títulos a prazo	266.333	-	266.333	266.333	-	-	5.970
3. Empréstimo de títulos	-	-	-	-	-	-	-
4. Outras operações	2 500 000	2 500 000	-	-	-	-	-
Total 31/12/2025	2 849 461	2 500 000	349.461	305.657	43.804	-	-
Total 31/12/2024	5.216.963	4.000.000	1.216.963	1.902.389	45.604	5.970	9.191

PARTE C - INFORMAÇÕES SOBRE A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

SECÇÃO 1 – JUROS – RUBRICAS 10 E 20

1.1 JUROS RECEBIDOS E RENDIMENTOS ASSIMILADOS: COMPOSIÇÃO

Rubricas/Formas técnicas	Títulos de dívida	Empréstimos	Outras operações	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
1. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto na demonstração de resultados:	1.746	46.142	-	47.888	2.280
1.1 Ativos financeiros detidos para negociação	1.746	44.809	-	46.555	2.039
1.2 Ativos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	-	-
1.3 Outros ativos financeiros que devem ser avaliados pelo justo valor	-	1.333	-	1.333	241
2. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto no resultado global	-	-	X	-	(332)
3. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado:	20.267	1.486.928	-	1.507.195	1.686.810
3.1 Créditos sobre bancos	20.189	118.691	X	138.880	325.315
3.2 Créditos a clientes	78	1.368.237	X	1.368.315	1.361.496
4. Derivados de cobertura	X	X	12.072	12.072	224.849
5. Outras atividades	X	X	15.901	15.901	5.198
6. Passivos financeiros	X	X	X	31.252	563
Total	22.013	1.533.070	27.973	1.614.308	1.919.368
dos quais: juros ativos sobre ativos financeiros imparidade	-	-	-	-	6.157
dos quais: juros ativos sobre locação financeira	X	121.292	X	121.292	116.304

1.2 JUROS RECEBIDOS E RENDIMENTOS ASSIMILADOS: OUTRAS INFORMAÇÕES

1.2.1 JUROS RECEBIDOS SOBRE ATIVOS FINANCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica inclui os juros ativos, já contabilizados na rubrica 10 da demonstração de resultados, gerados por ativos financeiros denominados em moeda diferente do euro.

Rubricas	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
Juros ativos sobre ativos financeiros em moeda estrangeira	420.915	356.011

1.2.2 JUROS RECEBIDOS EM OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Rubricas	Total em 31/12/2025	Total 31/12/2024
Juros ativos sobre operações de locação financeira	645.408	634.986

1.3 JUROS PASSIVOS E ENCARGOS SEMELHANTES: COMPOSIÇÃO

Rubricas/Formas técnicas	Dívidas	Títulos	Outras operações	Total em 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	(714.320)	(283.587)	-	(997.907)	(1 393 782)
1.1 Dívidas para com bancos centrais	-	-	-	-	(32.402)
1.2 Dívidas a bancos	(559.740)	-	-	(559.740)	(938 693)
1.3 Dívidas para com a clientela	(154 580)	-	-	(154 580)	(109 488)
1.4 Títulos em circulação	-	(283 587)	-	(283 587)	(313 199)
2. Passivos financeiros de negociação	-	-	-	-	-
3. Passivos financeiros designados ao justo valor	-	-	-	-	-
4. Outros passivos e provisões	X	X	(87.514)	(87.514)	(80 345)
5. Derivados de cobertura	X	X	(762)	(762)	(35 280)
6. Ativos financeiros	X	X	X	-	-
Total	(714 320)	(283 587)	(88 276)	(1 086 183)	(1 509 407)
dos quais: juros passivos relativos a dívidas de leasing	(277)	X	X	(277)	(2.190)

1.4 JUROS PASSIVOS E ENCARGOS SEMELHANTES: OUTRAS INFORMAÇÕES

1.4.1 JUROS PASSIVOS SOBRE PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Esta rubrica inclui os juros passivos, já contabilizados na rubrica 10 da demonstração de resultados, gerados por operações financeiras realizadas em moeda diferente do euro.

Rubricas	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
Juros passivos sobre passivos financeiros em moeda estrangeira	(259.359)	(276.917)

1.4.2 JUROS A PAGAR SOBRE PASSIVOS RELACIONADOS COM OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Rubricas	Total em 31/12/2025	Total 31/12/2024
Juros passivos sobre operações de locação financeira	(277)	(904)

1.5 DIFERENÇAS RELATIVAS ÀS OPERAÇÕES DE COBERTURA

Rubricas	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
A. Diferenças positivas relativas a operações de cobertura:	13 791	229.065
B. Diferenças negativas relativas a operações de cobertura:	(2.481)	(39 496)
C. Saldo (A-B)	11 310	189.569

SECÇÃO 2 – COMISSÕES – RUBRICAS 40 E 50

2.1 COMISSÕES ATIVAS: COMPOSIÇÃO

Tipo de serviços/Valores	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
a) Instrumentos financeiros	7.680	2.629
1. Colocação de títulos	-	-
1.1 Com garantia de compra e/ou com base num compromisso irrevogável	-	-
1.2 Sem compromisso irrevogável	-	-
2. Atividades de receção e transmissão de ordens e execução de ordens por conta dos clientes	7.680	2.629
2.1 Recebimento e transmissão de ordens relativas a um ou mais instrumentos financeiros	7.680	2.629
2.2 Execução de ordens por conta dos clientes	-	-
3. Outras comissões relacionadas com atividades ligadas a instrumentos financeiros	-	-
das quais: negociação por conta própria	-	-
dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
b) Finanças Empresariais	-	-
1. Consultoria em fusões e aquisições	-	-
2. Serviços de tesouraria	-	-
3. Outras comissões relacionadas com serviços de finanças empresariais	-	-
c) Atividades de consultoria em matéria de investimentos	-	-
d) Compensação e liquidação	-	-
e) Gestão de carteiras coletivas	-	-
f) Custódia e administração	-	-
1. Banco depositário	-	-
2. Outras comissões relacionadas com a atividade de custódia e administração	-	-
g) Serviços administrativos centrais para a gestão de carteiras coletivas	-	-
h) Atividades fiduciárias	-	-
i) Serviços de pagamento	502	1.419
1. Contas correntes	-	-
2. Cartões de crédito	490	1.109
3. Cartões de débito e outros cartões de pagamento	-	-
4. Transferências bancárias e outras ordens de pagamento	-	-
5. Outras comissões relacionadas com serviços de pagamento	12	310
j) Distribuição de serviços de terceiros	80.192	88.152
1. Gestão coletiva de carteiras	-	-
2. Produtos de seguros	79.503	86.610
3. Outros produtos	689	1.542
dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
k) Finanças estruturadas	-	-
l) Atividades de servicing para operações de titularização	35	31
m) Compromissos de disponibilização de fundos	-	-
n) Garantias financeiras concedidas	329	41
das quais: derivados de crédito	-	-
o) Operações de financiamento	89.201	38.880
das quais: para operações de factoring	1.097	679
p) Negociação de divisas	-	-
q) Mercadorias	-	-
r) Outras comissões a receber	82.473	72.150
das quais: por atividades de gestão de sistemas multilaterais de negociação	-	-
dos quais: por atividades de gestão de sistemas organizados de negociação	-	-
Total	260.412	203.302

A rubrica «Outras comissões ativas» inclui, em parte, comissões de gestão e cobrança cobradas aos clientes nos contratos de financiamento no âmbito do retalho e do leasing.

2.2 COMISSÕES PASSIVAS: COMPOSIÇÃO

Serviços/Valores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
a) Instrumentos financeiros	9	(25)
dos quais: negociação de instrumentos financeiros	-	-
dos quais: colocação de instrumentos financeiros	-	-
dos quais: gestão de carteiras individuais	-	-
- Próprios	-	-
- Delegadas a terceiros	-	-
b) Compensação e liquidação	(13)	(45)
c) Gestão de carteiras coletivas	-	-
1. Próprias	-	-
2. Delegadas a terceiros	-	-
d) Custódia e administração	(3.617)	(16)
e) Serviços de cobrança e pagamento	(5.996)	(36.444)
f) Atividades de servicing para operações de titularização	-	(5.248)
g) Compromissos de recebimento de fundos	-	-
dos quais: derivados sobre créditos	-	-
h) Garantias financeiras recebidas	(205)	(6)
das quais: derivados de crédito	-	-
i) Oferta fora da sede de instrumentos financeiros, produtos e serviços	-	-
l) Negociação de moedas	-	-
m) Outras comissões passivas	(169.507)	(74.713)
Total	(179 329)	(116 497)

A rubrica «serviços de cobrança e pagamento» representa os custos suportados com a cobrança das prestações de financiamento e de locação financeira.

SECÇÃO 4 – RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE NEGOCIAÇÃO – RUBRICA 80

4.1 RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE NEGOCIAÇÃO: COMPOSIÇÃO

Operações/Componentes de rendimento	Mais-valias (A)	Lucros de negociação (B)	Perdas de capital (C)	Perdas de negociação (D)	Resultado líquido [(A + B) - (C + D)]
1. Ativos financeiros de negociação	-	-	-	(21)	(21)
1.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-
1.2 Títulos de capital	-	-	-	-	-
1.3 Unidades de participação de O.I.C.R.	-	-	-	-	-
1.4 Financiamentos	-	-	-	-	-
1.5 Outras	-	-	-	(21)	(21)
2. Passivos financeiros de negociação	13	-	-	-	13
2.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-
2.2 Dívidas	-	-	-	-	-
2.3 Outras	13	-	-	-	13
3. Ativos e passivos financeiros: diferenças de câmbio	X	X	X	X	-
4. Instrumentos derivados	501	17 718	(571)	(19.489)	(1.841)
4.1 Derivados financeiros:	501	17 718	(571)	(19.489)	(1.841)
- Em títulos de dívida e taxas de juro	501	17.726	(571)	(19.448)	(1.792)
- Em títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-	-
- Sobre moedas e ouro	X	X	X	X	-
- Outros	-	(8)	-	(41)	(49)
4.2 Derivados sobre créditos	-	-	-	-	-
das quais: coberturas naturais relacionadas com a (IFRS 7, parágrafo 9, alínea d)	X	X	X	X	-
Total	514	17 718	(571)	(19.510)	(1.849)

Esta rubrica inclui o resultado da avaliação ao justo valor dos contratos de derivados classificados como ativos e passivos financeiros detidos para negociação.

SECÇÃO 5 – RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE COBERTURA – RUBRICA 90

5.1 RESULTADO LÍQUIDO DA ATIVIDADE DE COBERTURA: COMPOSIÇÃO

Componentes de rendimento/Valores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
A. Proveitos relativos a:		
A.1 Derivados de cobertura do justo valor	24.348	175.710
A.2 Ativos financeiros cobertos (justo valor)	4.469	-
A.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	-	41.125
A.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
A.5 Ativos e passivos em moeda estrangeira	104 630	113.565
Total de rendimentos da atividade de cobertura (A)	133 447	330 400
B. Encargos relativos a:		
B.1 Derivados de cobertura do justo valor	(30.129)	(55 807)
B.2 Ativos financeiros cobertos (justo valor)	(7.801)	(165 424)
B.3 Passivos financeiros cobertos (justo valor)	-	-
B.4 Derivados financeiros de cobertura de fluxos de caixa	-	-
B.5 Ativos e passivos em moeda estrangeira	(104.758)	(113.460)
Total dos encargos da atividade de cobertura (B)	(142 688)	(334 691)
C. Resultado líquido das operações de cobertura (A - B)	(9.241)	(4.291)
dos quais: resultado das coberturas sobre posições líquidas (IFRS 7 24C, alínea b) vi); IFRS 9 6.6.4)	-	-

A rubrica refere-se ao impacto económico líquido da política de cobertura de acordo com o método de cobertura de justo valor.

SECÇÃO 6 – GANHOS (PERDAS) DE ALIENAÇÃO/RECOMPRA – RUBRICA 100

6.1 GANHOS (PERDAS) DE ALIENAÇÃO/RECOMPRA: COMPOSIÇÃO

Rubricas/Componentes de resultados	Total 31/12/2025			Total 31/12/2024		
	Lucros	Perdas	Resultado líquido	Lucros	Perdas	Resultado líquido
Ativos financeiros						
1. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	-	-	-	(138)	-
1.1 Créditos sobre bancos	-	-	-	-	-	-
1.2 Créditos a clientes	-	-	-	-	(138)	-
2. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto na rentabilidade global	-	-	-	-	-	-
2.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-
2.2 Financiamentos	-	-	-	-	-	-
Total do ativo (A)	-	-	-	-	(138)	-
Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	-	-	-	-	-
1. Dívidas a bancos	-	-	-	-	-	-
2. Dívidas para com clientes	-	-	-	-	-	-
3. Títulos em circulação	-	-	-	-	-	-
Total do passivo (B)	-	-	-	-	-	-

SECÇÃO 8 – AJUSTAMENTOS/REVERSÕES DE VALOR LÍQUIDOS POR RISCO DE CRÉDITO – RUBRICA 130

8.1 CORREÇÕES DE VALOR LÍQUIDAS POR RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A ATIVOS FINANCEIROS AVALIADOS PELO CUSTO AMORTIZADO: COMPOSIÇÃO

Operações/Componentes de rendimento	Ajustes de valor (1)						Recuperações de valor (2)					
	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase		Comprometidas adquiridas ou de origem		Primeiro estágio	Segundo estágio	Terceiro estágio	Imparidades adquiridas ou originadas	Total em 31/12/2025	Total em 31/12/2024
			Abate	Outras	Abate	Outros						
A. Créditos sobre bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B. Créditos a clientes	(23 210)	(22 457)	(28 628)	(81 433)	1.563	5	1.767	94	10.912	-	(141 387)	(121.865)
- Financiamentos	(23.184)	(22 457)	(28 628)	(81 433)	921	5	1.758	94	10.912	-	(142.012)	(123.126)
- Títulos de dívida	(27)	-	-	-	642	-	10	-	-	-	625	1.261
Total	(23 210)	(22 457)	(28 628)	(81.433)	1.563	5	1.767	94	10.912	-	(141.386)	(121.865)

As correções de valor líquidas aumentaram em relação ao ano anterior em 19,5 milhões de euros, devido essencialmente às maiores depreciações dos créditos deteriorados, que aumentaram em 48 milhões de euros. A este respeito, remete-se para a secção «Qualidade do Crédito» do Relatório de Gestão para uma análise mais aprofundada.

SECÇÃO 10 – RESULTADO DOS SERVIÇOS DE SEGUROS – RUBRICA 160

a) RECEITAS E CUSTOS DE SEGUROS DECORRENTES DOS CONTRATOS DE SEGUROS EMITIDOS - COMPOSIÇÃO

	Base A1 31/12/2025	Base A2 31/12/2025	Base A5 31/12/2025	Base A3 31/12/2025	Base A4 31/12/2025	Total 31/12/2025
A. Receitas de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos, avaliadas com base no GMM e no VFA						
A.1 Montantes relacionados com as variações do passivo por cobertura residual						
1. Sinistros ocorridos e outros custos com serviços de seguros previstos		1.928	-	-	2.505	4.434
2. Variações no ajustamento para riscos não financeiros		275	-	-	357	632
3. Margem sobre os serviços contratuais registada na demonstração de resultados pelos serviços prestados		2.951	-	-	3.834	6.785
4. Outros montantes						
A.2 Custos de aquisição de contratos de seguro recuperados						
A.3 Total das receitas de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos, avaliadas com base no GMM ou no VFA (A.1 + A.2)		5.154	-	-	6.696	11.851
A.4 Total das receitas de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos avaliados de acordo com o PAA						
- Segmento Vida						
- Segmento de Seguros de Danos – automóvel						
- Segmento de Seguros Não Automóveis						
A.5 Total das receitas de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos (A.3 + A.4)		5.154	-	-	6.696	11.851
B. Custos com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos – GMM ou VFA		-				
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis		(2.091)	-	-	(2.716)	(4.807)
2. Variações nas responsabilidades por sinistros ocorridos		1.603	-	-	2.082	3.685
3. Perdas em contratos onerosos e recuperação dessas perdas						
4. Amortização dos custos de aquisição dos contratos de seguro						
5. Outros montantes						
B.6 Total dos custos com serviços de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos – GMM ou VFA		(488)	-	-	(634)	(1.122)
B.7 Total dos custos com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos avaliados de acordo com o PAA						
- Segmento Vida						
- Segmento de Seguros de Danos – automóvel						
- Segmento de Seguros Não Automóveis						
B.8 Total dos custos com serviços de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos (B.6 + B.7)						
C. Total de custos/receitas líquidas decorrentes dos contratos de seguro emitidos (A.5+B.8)		4.667	-	-	6.063	10.729

Legenda

Base A1 = Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta - Segmento Vida

Base A2 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento Vida

Base A3 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento de Seguros Automóveis

Base A4 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento de Seguros Não Automóveis

Base A5 = Contratos de investimento emitidos com elementos de participação discricionários - Segmento Vida

Rubricas\Bases de agregação	Base A1 31/12/2024	Base A2 31/12/2024	Base A5 31/12/2024	Base A3 31/12/2024	Base A4 31/12/2024	Total 31/12/2024
A. Receitas de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos, avaliadas com base no GMM e no VFA						
A.1 Montantes relacionados com as variações do passivo por cobertura residual						
1. Sinistros ocorridos e outros custos com serviços de seguros esperados		1.784	-	-	6.685	8.469
2. Variações no ajustamento para riscos não financeiros		263	-	-	987	1.250
3. Margem sobre os serviços contratuais registada na demonstração de resultados pelos serviços prestados		2.216	-	-	8.304	10.520
4. Outros montantes						
A.2 Custos de aquisição de contratos de seguro recuperados						
A.3 Total das receitas de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos, avaliadas com base no GMM ou no VFA		4.263	-	-	15.976	20.240
A.4 Total das receitas de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos avaliados de acordo com o PAA						
- Segmento Vida						
- Segmento de Seguros de Danos – automóvel						
- Segmento de Seguros Não Automóveis						
A.5 Total das receitas de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos		4.263	-	-	15.976	20.240
B. Custos com serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos – GMM ou VFA						
1. Sinistros ocorridos e outros custos diretamente atribuíveis		(600)	-	-	(2.248)	(2.848)
2. Variações no passivo por sinistros ocorridos		(448)	-	-	(1.678)	(2.125)
3. Perdas em contratos onerosos e recuperação dessas perdas						
4. Amortização dos custos de aquisição dos contratos de seguro						
5. Outros montantes						
B.6 Total dos custos com serviços de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos – GMM ou VFA		(1.048)	-	-	(3.926)	(4.973)
B.7 Total dos custos com serviços de seguros decorrentes dos contratos de seguro emitidos, avaliados de acordo com o PAA						
- Segmento Vida						
- Segmento de Seguros de Danos – automóvel						
- Segmento de Seguros Não Automóveis						
C. Total de custos/receitas líquidas decorrentes dos contratos de seguro emitidos (A.5+B.6+B.7)		3.216	-	-	12.051	15.266

b) CUSTOS E RECEITAS DE SEGUROS DECORRENTES DE CESSÕES EM RESSEGURO - COMPOSIÇÃO

Rubricas\Bases de agregação	Base de agregação 1 31/12/2025	Base de agregação 2 31/12/2025	Total 31/12/2025	Base de agregação 1 31/12/2024	Base de agregação 2 31/12/2024	Total 31/12/2024
A. Alocação dos prêmios pagos relativos às cessões em resseguro avaliadas com base no GMM						
A.1 Montantes relacionados com as variações do ativo por cobertura residual						
1. Montante dos sinistros e outros custos recuperáveis esperados	(540)	(701)	(1.241)	(586)	(2.195)	(2.781)
2. Variações no ajustamento para riscos não financeiros	(79)	(103)	(182)	(42)	(159)	(202)
3. Margem sobre os serviços contratuais registada na demonstração de resultados pelos serviços recebidos	(1.158)	(1.505)	(2.664)	(524)	(1.962)	(2.486)
4. Outros montantes						
5. Total	(1.777)	(2.309)	(4.087)	(1.152)	(4.317)	(5.469)
A.2 Outros custos diretamente atribuíveis às cessões em resseguro						
B. Alocação dos prêmios pagos relativos às cessões em resseguro avaliadas com base no PAA						
C. Total dos custos decorrentes das cessões em resseguro (A.1+A.2+B)	(1.777)	(2.309)	(4.087)	(1.152)	(4.317)	(5.469)
D. Efeitos das variações do risco de incumprimento por parte dos resseguradores						
E. Montante dos sinistros e outras despesas recuperadas	473	614	1.087	128	479	607
F. Variações na atividade relativa a sinistros ocorridos	32	41	73	(298)	(1.117)	(1.415)
G. Outras recuperações	1.051	1.466	2.517	859	526	1.385
H. Total de custos/receitas líquidas decorrentes das cessões em resseguro (C+D+E+F)	(221)	(188)	(409)	(463)	(4.429)	(4.892)

Legenda
Base A1 = Segmento Vida
Base A2 = Segmento Não
Vida

c) DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR SERVIÇOS DE SEGUROS E OUTROS SERVIÇOS

Custos / Bases de agregação																
	Base A1 - com DPF 31/12/2025	Base A2- sem DPF 31/12/2025	Base A1 + Base A2 31/12/2025	Base A3 31/12/2025	Base A4 31/12/2025	Base A3+ BaseA4 31/12/2025	Outros 31/12/2025	TOTAL	Base A1 - com DPF 31/12/2024	Base A2- sem DPF 31/12/2024	Base A1 + Base A2 31/12/2024	Base A3 31/12/2024	Base A4 31/12/2024	Base A3+ BaseA4 31/12/2024	Outros 31/12/2024	TOTAL
Custos atribuídos à aquisição dos contratos de seguro	0	450	450	0	585	585	0	1.035	0	184	184	0	689	689	0	873
Outros custos diretamente atribuíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesas de gestão de investimentos	0	0	0	0	0	0	27	27	0	0	0	0	0	0	8	8
Outros custos	0	0	0	0	0	0	183	183	0	0	0	0	0	0	154	154
Total	0	450	450	0	585	585	209	1.244	0	184	184	0	689	689	162	1.036

Legenda
Base A1 – com DPF = Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta – Segmento Vida Base
A2 – sem DPF = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta – Segmento Vida Base A1 +
Base A2 = Segmento Vida
Base A3 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta – Segmento de Seguros de Danos –
Automóveis Base A4 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta – Segmento de
Seguros de Danos – Não Automóveis Base A3 + Base A4 = Segmento de Seguros de Danos

d) CUSTOS E RECEITAS LÍQUIDAS DE NATUREZA FINANCEIRA RELATIVOS AOS CONTRATOS DE SEGURO EMITIDOS

Rubricas\Bases de agregação								
	Base A1 31/12/2025	Base A2 31/12/2025	Base A3 31/12/2025	Total 31/12/2025	Base A1 31/12/2024	Base A2 31/12/2024	Base A3 31/12/2024	Total 31/12/2024
1. Juros acumulados		(219)	(559)	(778)		(421)	(1.101)	(1.522)
2. Efeitos das variações das taxas de juro e outras hipóteses financeiras		31	97	129		(141)	(422)	(563)
3. Variações do justo valor dos ativos subjacentes aos contratos avaliados com base no VFA								
4. Efeitos da variação das taxas de câmbio								
5. Outros								
6. Total de receitas/custos líquidos de natureza financeira relativos aos contratos de seguro emitidos registados na demonstração de resultados		(188)	(462)	(649)		(562)	(1.523)	(2.085)

Legenda
Base A1 = Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta - Segmento Vida Base
A2 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento Vida Base A3 =
Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento Não Vida

SECÇÃO 11 – SALDO DAS RECEITAS E CUSTOS DE NATUREZA FINANCEIRA RELATIVOS À GESTÃO DE SEGUROS – RUBRICA 170

a) RECEITAS E CUSTOS LÍQUIDOS DE NATUREZA FINANCEIRA RELATIVOS ÀS CESSÕES EM RESSEGURO

Rubricas\Bases de agregação	Base A1 31/12/2025	Base A2 31/12/2025	Total 31/12/2025	Base A1 31/12/2024	Base A2 31/12/2024	Total 31/12/2024
1. Juros acumulados	148	67	215	296	143	439
2. Efeitos das variações das taxas de juro e outras premissas financeiras	(29)	(22)	(51)	131	56	187
3. Efeitos da variação das taxas de câmbio						
4. Outros						
5. Total de receitas/custos líquidos de natureza financeira das cessões em resseguro	119	45	164	426	199	626

Legenda

Base A1 = Contratos de seguro emitidos com elementos de participação direta - Segmento Vida Base

A2 = Contratos de seguro emitidos sem elementos de participação direta - Segmento Vida

b) ATIVIDADE SEGURADORA - RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS DISTRIBUÍDO POR SEGMENTO VIDA E SEGMENTO NÃO VIDA

Rubricas\Segmentos operacionais	31/12/2025			31/12/2024		
	Segmento Vida (2025)	Dos quais: DPF	Segmento de Danos 31/12/2025	Segmento Vida (2024)	Dos quais: DPF	Segmento de Danos 31/12/2024
A. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	644		836	366		1.373
A.1 Juros ativos de ativos financeiros avaliados ao custo amortizado e ao justo valor com impacto no resultado global	644		836	366		1.373
A.2 Lucros/perdas líquidos das atividades avaliadas ao justo valor reconhecido na demonstração de resultados						
A.3 Ajustamentos/reversões de valor líquidos por risco de crédito						
A.4 Outros rendimentos/custos líquidos						
A.5 Ganhos/perdas líquidos dos ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global						
B. VARIAÇÃO LÍQUIDA DOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO EMITIDOS IFRS 9						
C. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO TOTAL DOS INVESTIMENTOS	644		836	366		1.373
dos quais: registados na demonstração de resultados	644		836	366		1.373
dos quais: registados no resultado global						

c) ATIVIDADE SEGURADORA – SÍNTESE DOS RESULTADOS ECONÓMICOS DISTRIBUÍDOS PELO SEGMENTO VIDA E SEGMENTO DANOS

Síntese dos resultados/Segmento operacional	31/12/2025			31/12/2024		
	Segmento Vida	Segmento de Danos	Total	Segmento Vida	Segmento de Seguros de Danos	Total
A. Resultados financeiros						
A.1 Valores registados na demonstração de resultados						
1. Resultado financeiro líquido total dos investimentos	644	836	1.480	366	1.373	1.739
2. Receitas/custos líquidos de natureza financeira dos contratos de seguro	(211)	(274)	(485)	(307)	(1.152)	(1.460)
3. Total	433	562	995	59	221	280
A2. Valores registados na demonstração de resultados global						
1. Resultado financeiro líquido total dos investimentos						
2. Receitas/custos líquidos de natureza financeira dos contratos de seguro						
3. Total						
B. Resultado líquido de seguros e financeiro						
1. Resultado líquido dos serviços de seguros	4.488	5.831	10.320	2.185	8.189	10.374
2. Resultado financeiro líquido dos investimentos	644	836	1.480	366	1.373	1.739
3. Resultado líquido de natureza financeira dos contratos de seguro	(211)	(274)	(485)	(307)	(1.152)	(1.460)
4. Total	4.921	6.394	11.315	2.244	8.410	10.654

SECÇÃO 12 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS – RUBRICA 190

12.1 DESPESAS COM PESSOAL: COMPOSIÇÃO

Tipo de despesa/Setores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1) Pessoal assalariado	(209.507)	(206 287)
a) salários e vencimentos	(133 305)	(144 963)
b) encargos sociais	(32 173)	(31 226)
c) indemnização por cessação de contrato	(2.502)	(1.727)
d) encargos sociais	(1.045)	(2.400)
e) provisão para indemnizações por cessação de contrato do pessoal	(103)	(605)
f) provisão para o fundo de pensões e obrigações semelhantes:	(1.817)	(1.978)
- de contribuição definida	(10)	(148)
- de benefícios definidos	(1.807)	(1.830)
g) contribuições para fundos de previdência complementares externos:	(1.822)	(1.036)
- de contribuição definida	(1.609)	(981)
- de benefícios definidos	(213)	(55)
h) custos decorrentes de acordos de pagamento baseados em instrumentos de capital próprios	(677)	(843)
i) outros benefícios a favor dos empregados	(36.063)	(21.509)
2) Outro pessoal no ativo	(16.201)	(16 917)
3) Administradores e auditores	(1.356)	(1.025)
4) Pessoal aposentado	-	-
Total	(227 064)	(224 227)

Em comparação com o exercício anterior, a rubrica registou um aumento de 2,8 milhões de euros, mantendo-se substancialmente em linha com 2024.

12.2 FUNDOS DE PENSÕES EMPRESARIAIS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS: CUSTOS E RECEITAS

No que diz respeito aos Fundos de Aposentadoria, remete-se à movimentação apresentada na Rubrica 120. «Fundos para riscos e encargos» do passivo.

12.3 OUTROS BENEFÍCIOS A FAVOR DOS EMPREGADOS

O saldo da rubrica «Outros benefícios a favor dos empregados» em 31 de dezembro de 2025 ascende a 36 063 milhares de euros.

12.4 OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS: COMPOSIÇÃO

Rubricas / Setores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Consultoria e serviços profissionais	(14.740)	(17 706)
2. Custos de informática	(41 592)	(41 952)
3. Rendas e serviços públicos	(11 463)	(12 647)
4. Impostos indiretos e taxas	(8.531)	(11.528)
5. Despesas com publicidade e promoção	(5.022)	(6.020)
6. Outras despesas	(6.558)	(9.150)
Total	(87.906)	(99.003)

SECÇÃO 13 – PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCOS E ENCARGOS – RUBRICA 200

13.1 PROVISÕES LÍQUIDAS PARA RISCO DE CRÉDITO RELATIVAS A COMPROMISSOS DE CONCESSÃO DE FUNDOS E GARANTIAS FINANCEIRAS EMITIDAS: COMPOSIÇÃO

	Total 31/12/2025		Total 31/12/2024	
	Ajustes de valor	Recuperações de valor	Correções de valor	Recuperações de valor
1. Provisões para riscos e encargos relativos a locações operacionais	(1)	-	(411)	-
1.1 Provisão para manutenção. Futuros bens em locação operacional	(1)		(411)	
1.2 Provisão para auto-seguro				
2. Provisões líquidas para Outras Provisões para Riscos e Encargos	(91.223)	154	(15.936)	10.803
3. Reserva técnica de seguros				
4. Litígios	(628)	8		
Total	(91.852)	162	(16.347)	10.803

SECÇÃO 14 – CORREÇÕES/REVALORIZAÇÕES LÍQUIDAS DE ATIVOS TANGÍVEIS – RUBRICA 210

14.1. CORREÇÕES DE VALOR LÍQUIDAS EM ATIVOS MATERIAIS: COMPOSIÇÃO

Ativos/Componentes de rendimento	Amortização (a)	Correções de valor por imparidade (b)	Recuperações de valor (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Ativos fixos tangíveis				
1 Para uso funcional	(475.442)	(4.504)	-	(479.946)
- Propriedade	(450.813)	(4.504)	-	(455.317)
- Direitos de uso adquiridos através de locação financeira	(24.629)	-	-	(24.629)
2 Detidas para investimento	-	-	-	-
- Propriedade	-	-	-	-
- Direitos de uso adquiridos através do leasing	-	-	-	-
3 Existências	X			
Total	(475 442)	(4.504)	-	(479.946)

SECÇÃO 15 – CORREÇÕES/REVALORIZAÇÕES LÍQUIDAS DE ATIVOS INCORPÓREOS – RUBRICA 220

15.1 CORREÇÕES DE VALOR LÍQUIDAS DE ATIVOS INCORPÓREOS: COMPOSIÇÃO

Ativos/Componentes de rendimento	Amortização (a)	Ajustes de valor por imparidade (b)	Recuperações de valor (c)	Resultado líquido (a + b - c)
A. Ativos intangíveis				
das quais: software	(1.457)	-	-	(1.457)
A.1 Propriedade	(21.935)	(303)	-	(22.238)
- Geradas internamente pela empresa	(181)	-	-	(181)
- Outras	(21.754)	(303)	-	(22.057)
A.2 Direitos de uso adquiridos através de locação financeira	-	-	-	-
B. Ativos detidos para venda	X	-	-	-
Total	(21 935)	(303)	-	(22 238)

SECÇÃO 16 – OUTROS ENCARGOS E PROVEITOS DE GESTÃO – RUBRICA 230

16.1 OUTROS ENCARGOS DE GESTÃO: COMPOSIÇÃO

Rubricas	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Encargos com a cobrança de créditos	(25.799)	(10 589)
2. Encargos com informações	(361)	(277)
3. Outros encargos:	(333.867)	(425.199)
3.1 Encargos com locação operacional	(61.850)	(174 716)
3.2 encargos com locação financeira	(181.229)	(173 001)
3.3 despesas com contratos	(31.436)	(8.593)
3.4 encargos diversos	(59 352)	(68 889)
Total	(360.027)	(436.065)

16.2 OUTROS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO: COMPOSIÇÃO

	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Recuperação de despesas	39.012	33.870
2. Receitas de locação operacional	778.010	826.328
3. Receitas de locação financeira	73.141	68.163
4. Outros rendimentos	127.010	136.143
Total	1.017.173	1.064.504

SECÇÃO 21 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE CORRENTE – RUBRICA 300

21.1 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE CORRENTE: COMPOSIÇÃO

Componentes de rendimento/Setores	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
1. Impostos correntes (-)	(41.583)	(90 205)
2. Variações nos impostos correntes dos exercícios anteriores (+/-)	1.083	(6.442)
3. Redução dos impostos correntes do exercício (+)	-	-
3.bis Redução dos impostos correntes do exercício por créditos fiscais previstos na Lei n.º 214/2011 (+)	-	-
4. Variação dos impostos diferidos (+/-)	8.429	(4.156)
5. Variação dos impostos diferidos (+/-)	(8.480)	13.509
6. Impostos do exercício (-) (-1+/-2+3+3bis+/-4+/-5)	(40.551)	(87.294)

Esta rubrica inclui a carga fiscal do exercício e a variação dos impostos antecipados e diferidos ocorrida durante o exercício.

21.2 RECONCILIAÇÃO ENTRE O ENCARGO FISCAL TEÓRICO E O ENCARGO FISCAL EFETIVO DO BALANÇO

Rubricas	31/12/2025
Resultado do exercício antes de impostos	214.776
Impostos sobre o rendimento - Encargo fiscal teórico	59.063
Efeito das diferenças de carácter permanente em aumento	1.785
Efeito das diferenças de natureza permanente em diminuição	(46 227)
Efeito da consolidação	23.118
Impostos sobre o rendimento - Carga fiscal efetiva (A)	37.739
IRAP - Encargos fiscais teóricos	11.963
Efeito das diferenças de natureza permanente em aumento	1.423
Efeito de encargos que não contribuem para a formação da base tributável	1.697
Efeito das diferenças de natureza permanente em diminuição	(3.154)
Efeito da consolidação	(8.272)
IRAP - Encargo fiscal efetivo (B)	3.657
Ajustes fiscais relativos a exercícios anteriores (C)	(845)
Encargo fiscal efetivo do balanço A+B+C	40.551

SECÇÃO 23 – RESULTADO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PERTENCENTE A TERCEIROS – RUBRICA 340

23.1 DETALHE DA RUBRICA 340 «LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO PERTENCENTE A TERCEIROS»

Denominação das empresas	31/12/2025	31/12/2024
1. Ferrari Financial Services GmbH	12.668	8.531
2. CA Auto Bank GmbH	-	882
3. Outras menores		
Total	12.668	9.413

O resultado atribuível a terceiros ascende a 12 668 milhares de euros, atribuível principalmente à Ferrari Financial Services GmbH.

SECÇÃO 25 – LUCRO POR AÇÃO

25.1 NÚMERO MÉDIO DE AÇÕES ORDINÁRIAS COM CAPITAL DILUÍDO

O capital social da Sociedade-mãe é constituído por 700 000 000 de ações com um valor unitário de 1 euro.

PARTE D - RENTABILIDADE CONSOLIDADA GLOBAL

Rubricas		31/12/2025	31/12/2024
10.	Lucro (Prejuízo) do exercício	174 225	259.540
	Outros elementos do resultado, líquidos de impostos, sem reclassificação para a demonstração de resultados	(3.095)	1.854
70.	Planos de benefícios definidos	(3.095)	1.854
	Outros componentes de rendimento com reclassificação para a demonstração de resultados	(7.633)	9.100
100.	Cobertura de investimentos no estrangeiro	(334)	633
110.	Diferenças cambiais	(10 378)	11.562
120	Cobertura de fluxos financeiros	3.079	(3.095)
170	Total de outras componentes do resultado, líquido de impostos	(10.728)	10.954
180	Rentabilidade consolidada total (Rubrica 10+170)	163.497	270.494
190.	Resultado consolidado total de acionistas minoritários	12 668	9.413
200.	Resultado consolidado global atribuível à empresa-mãe	150.829	261.081

PARTE E - INFORMAÇÕES SOBRE OS RISCOS E AS RESPECTIVAS POLÍTICAS DE COBERTURA

O Grupo CA Auto Bank atribui grande importância à medição, gestão e controlo dos riscos, como condição indispensável para assegurar um desenvolvimento sustentável num contexto económico como o atual, caracterizado por uma grande complexidade e uma dinâmica notável.

A gestão e o controlo dos riscos, com o objetivo de garantir uma gestão sólida e prudente no seio do Grupo, são assegurados através da adoção de um sistema de controlos internos estruturado em três níveis distintos. No que diz respeito à organização, à governação, bem como aos processos e funções-chave dedicados à prevenção, monitorização e avaliação de riscos, remete-se para a Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa, onde são explicitadas, no parágrafo «O sistema de controlos internos», as atividades, áreas empresariais e controlos relacionados com a gestão de riscos do Banco.

A definição e o mapeamento dos riscos constituem um processo contínuo, com o objetivo de melhorar a gestão do risco e manter atualizado o mapa dos riscos a que o Grupo está exposto.

O Grupo CA Auto Bank, na qualidade de Grupo Bancário de Classe 2 (Significativo), utiliza metodologias padronizadas para a medição de todos os riscos.

O Grupo CA Auto Bank atribui grande importância à gestão e ao controlo de riscos, como condições essenciais para garantir uma geração de valor fiável e sustentável num contexto de risco controlado. A estratégia de gestão de riscos visa uma visão abrangente e coerente dos riscos, tendo em conta tanto o cenário macroeconómico como o perfil de risco do Grupo, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de risco e reforçando uma representação transparente e precisa do nível de risco.

As estratégias de assunção de riscos estão resumidas no Risk Appetite Framework (RAF) do Grupo, aprovado em 2024 pelo Conselho de Administração. O RAF é definido para garantir que as atividades de assunção de riscos permaneçam em linha com as expectativas dos acionistas, tendo em conta a posição de risco em que se encontra o Grupo e a conjuntura económica. O quadro define tanto os princípios gerais de máxima propensão ao risco como os mecanismos de controlo do perfil de risco global e dos principais riscos específicos.

O RAF desenvolve-se como uma abordagem orgânica e estruturada que se estende desde a função responsável pela Gestão de Risco a todas as estruturas do Grupo, com o objetivo de:

- garantir o envolvimento ativo do Conselho de Administração e da Direção do Grupo na gestão do risco;
- integrar as políticas estratégicas e as decisões de negócio com a propensão ao risco;
- garantir a criação de valor e uma remuneração mínima para os acionistas;
- cumprir integralmente os requisitos regulamentares;
- implementar uma abordagem estruturada para a gestão, implementação e monitorização do Quadro de Appetite de Risco a todos os níveis do Grupo;
- definir com precisão funções e responsabilidades em caso de violação da propensão ao risco e promover o diálogo entre as diversas estruturas envolvidas da Sociedade-mãe e das sociedades controladas.

Os princípios acima referidos são aplicáveis tanto a nível do Grupo como a nível da unidade de negócio ou da empresa. Em caso de expansão externa, esses princípios gerais serão aplicados, tendo em conta as características específicas do mercado e do contexto competitivo em que ocorre

o crescimento. O Quadro de Apetite de Risco representa, portanto, o quadro global no qual se insere a gestão dos riscos assumidos pelo Grupo, com a definição dos princípios gerais de apetite de risco e a consequente articulação do controlo:

- do perfil de risco global;
- dos principais riscos específicos do Grupo.

A gestão do perfil de risco global decorre da definição dos princípios gerais e articula-se numa estrutura de limites para garantir que o Grupo, mesmo em condições de stress severo, respeite os níveis mínimos de solvência, liquidez e rentabilidade. Além disso, visa garantir os perfis de risco operacional, de reputação e de conformidade pretendidos.

A definição do Risk Appetite Framework é um processo complexo liderado pelo Diretor de Risco, que prevê uma estreita interação com o Diretor Financeiro e os Responsáveis das várias Unidades de Negócio; desenvolve-se em consonância com os processos de ICAAP e ILAAP e representa o quadro de risco no qual são elaborados o Orçamento e o Plano Industrial. Desta forma, garante-se a coerência entre a estratégia e a política de assunção de riscos e o processo de Planeamento e Orçamento.

A definição do Quadro de Apetite de Risco e os consequentes limites operacionais para os principais riscos específicos, a utilização de instrumentos de medição de risco no âmbito dos processos de gestão de crédito e de controlo de riscos operacionais, a utilização de medidas de capital em risco para a prestação de contas do desempenho empresarial e a avaliação da adequação do capital interno do Grupo representam os passos fundamentais da implementação operacional da estratégia de risco, definida pelo Conselho de Administração, ao longo de toda a cadeia decisória do Grupo.

A determinação do Capital Interno Global (atual e prospetivo) é efetuada semestralmente, com eventual reavaliação «ad hoc», em caso de alterações relevantes a nível organizacional e/ou estratégico, e, de qualquer forma, monitorizada de forma contínua através dos controlos sobre o planeamento do capital efetuados pela entidade Risk and Permanent Control com o apoio da entidade Finance.

IMPACTOS DECORRENTES DE CENÁRIOS DE CRISE GLOBAL

Ao longo dos últimos anos, o CA Auto Bank continuou a operar num contexto macroeconómico caracterizado por uma profunda incerteza. Para além da persistência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o ano de 2025 foi marcado pelo agravamento das tensões no Médio Oriente, com repercussões duradouras nas rotas comerciais globais. Embora a exposição direta do Grupo continue a ser inexistente nestes mercados, tais cenários alimentaram uma volatilidade indireta, influenciando os mercados da energia e, por consequência, a dinâmica de regresso da inflação aos objetivos dos bancos centrais.

O ano de 2025 trouxe ainda novos desafios relacionados com a fragmentação geoeconómica. Neste contexto, o Banco teve de acompanhar com extrema atenção a evolução das taxas de juro que, após a fase restritiva dos anos anteriores, apresentaram em 2025 uma dinâmica de estabilização complexa, com impacto no custo do financiamento e nos hábitos de consumo das famílias.

Em relação ao exposto, a CA Auto Bank aperfeiçoou ainda mais os seus sistemas de medição de riscos emergentes, reforçando em particular as medidas de ciber-resiliência — tornadas necessárias pelo agravamento das ameaças híbridas globais — e atualizando constantemente os planos de monitorização do risco de crédito.

Ao enfrentar estes cenários complexos, o Banco confirmou e reforçou as suas capacidades de reatividade e resiliência, demonstrando uma capacidade de adaptação estratégica que permitiu preservar a solidez do negócio, mesmo num horizonte macroeconómico em constante mudança.

SECÇÃO 1 – RISCOS DO CONSOLIDADO CONTÁBIL

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

A. QUALIDADE DO CRÉDITO

A.1. EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO DETERIORADAS E NÃO DETERIORADAS: SALDOS, CORREÇÕES DE VALOR, DINÂMICA E DISTRIBUIÇÃO ECONÓMICA

A.1.1 DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS POR CARTEIRA DE PERTENCIMENTO E POR QUALIDADE DE CRÉDITO (VALORES DE BALANÇO)

Carteiras/qualidade	Créditos em incumprimento	Inadimplências prováveis	Exposições vencidas deterioradas	Exposições vencidas não deterioradas	Outras exposições não deterioradas	Total
1. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	209 271	64.495	238.420	724.591	23 363 441	24.600.218
2. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global						
3. Ativos financeiros designados ao justo valor						
4. Outros ativos financeiros obrigatoriamente avaliados pelo justo valor						
5. Ativos financeiros em processo de alienação						
Total em 31/12/2025	209.271	64.495	238.420	724.591	23 363 441	24.600.218
Total em 31/12/2024	145.761	78.290	285.382	619.857	25 254 887	26 384 177

A.1.2 DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS POR CARTEIRAS DE PERTENCIMENTO E POR QUALIDADE DE CRÉDITO
(VALORES BRUTOS E LÍQUIDOS)

Carteiras/qualidade	Deterioradas				Não deterioradas			Total (exposição líquida)
	Exposição bruta	Correções de valor totais	Exposição líquida	Abates* parciais totais	Exposição bruta	Ajustamentos de valor totais	Exposição líquida	
1. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	827.097	(314.911)	512.186	1.324	24.202.326	(114.294)	24.088.032	24.600.218
2. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global								
3. Ativos financeiros designados ao justo valor								
4. Outros ativos financeiros obrigatoriamente avaliados pelo justo valor								
5. Ativos financeiros em processo de alienação								
Total em 31/12/2025	827.097	(314.911)	512.186	1.324	24.202.326	(114.294)	24.088.032	24.600.218
Total em 31/12/2024	798.607	(289.174)	509.433	1.011	26.028.687	(153.943)	25.874.744	26.384.177

Carteiras/qualidade	Ativos com qualidade de crédito manifestamente fraca		Outros ativos
	Perdas acumuladas	Exposição líquida	Exposição líquida
1. Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	1.511
2. Derivados de cobertura	-	-	44.036
Total em 31/12/2025	-	-	45.547
Total em 31/12/2024	-	-	95.708

* Valor a apresentar para fins informativos

QUALIDADE DO CRÉDITO

RUBRICA 40.B) – CRÉDITOS A CLIENTES (MILHARES DE EUROS)

DESCRIÇÃO	31/12/2025			31/12/2024		
	Exposição bruta	Ajustes de valor totais	Exposição líquida	Exposição bruta	Ajustamentos de valor totais	Exposição líquida
Créditos de cobrança	377 598	(168 329)	209 269	273 965	(128 204)	145 761
Inadimplências prováveis	104.828	(40 333)	64.495	123 724	(45.434)	78 290
Exposições vencidas e deterioradas	344.670	(106.250)	238 420	400.918	(115 536)	285 382
Créditos deteriorados	827.096	(314 912)	512 184	798 607	(289.174)	509.433
Créditos não deteriorados	24 050 448	(114 293)	23 936 155	25 883 132	(153 312)	25 729 820
Total	24 877 544	(429.205)	24 448 339	26 681 739	(442 486)	26 239 253

DESCRIÇÃO	31/12/2025			31/12/2024		
	Incidência da exposição bruta	Incidência da exposição líquida	Nível de cobertura	Incidência da exposição bruta	Incidência da exposição líquida	Nível de cobertura
Créditos em incumprimento	1,52%	0,86%	44,58%	1,03%	0,56%	46,80%
Incumprimentos prováveis	0,42%	0,26%	38,48%	0,46%	0,30%	36,72%
Exposições vencidas e deterioradas	1,39%	0,98%	30,83%	1,50%	1,09%	28,82%
Créditos deteriorados	3,32%	2,09%	38,07%	2,99%	1,94%	36,21%
Créditos não deteriorados	96,68%	97,91%	0,48%	97,01%	98,06%	0,59%
Total	100,00%	100,00%	1,73%	100,00%	100,00%	1,66%

O nível dos NPL (créditos de cobrança duvidosa) está a aumentar em relação aos resultados do final de 2024, mas a um ritmo mais lento do que em 2023 vs 2024, o que confirma que todas as medidas implementadas nos mercados CAAB (revisão dos processos de cobrança e recuperação de bens, abatimento de dívidas, etc.) estão a contribuir para que o stock de NPL não aumente tão rapidamente como aconteceu em 2023-2024. Além disso, a percentagem de NPL de 2025 é também influenciada pela diminuição dos empréstimos em comparação com 2024, devido ao reforço das regras na fase de aceitação, com vista a obter uma melhor qualidade da nova produção.

O aumento registado nos anos anteriores esteve ligado principalmente à evolução do contexto macroeconómico, caracterizado por uma inflação generalizada, bem como à mudança do modelo de negócio (ou seja, à transformação do CA Auto Bank de banco cativo da Stellantis para banco independente e multimarcas), o que levou o CA Auto Bank a operar em novos setores em relação ao passado, caracterizados por uma maior componente de risco e por um perfil de risco diferente da clientela.

A incidência dos créditos deteriorados líquidos passa de 2,99% para 3,32% do total da carteira. A exposição líquida desses créditos situa-se em 512 milhões de euros, face a um total de créditos a clientes de mais de 24 mil milhões de euros.

O total das correções de valor, no final de dezembro de 2025, situa-se em 429 milhões de euros, contra os 442 milhões do ano anterior. A exposição bruta dos créditos deteriorados ascende, no final do período, a 827 milhões de euros, o que representa um ligeiro aumento em relação ao valor registado no ano anterior (799 milhões de euros).

SECÇÃO 2 – RISCOS DO CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL

2.1 RISCO DE CRÉDITO

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA.

1. ASPECTOS GERAIS

O risco de crédito consiste no risco de que uma alteração na notação de crédito das contrapartes a quem foram concedidos créditos determine o incumprimento dessas contrapartes, gerando perdas imprevistas relativamente às exposições de caixa ou de garantia. Inclui também o risco de contraparte, ou seja, o risco de que a contraparte de uma operação que tenha por objeto determinados instrumentos (derivados financeiros e de crédito, operações de recompra, empréstimo de títulos/mercadorias, financiamentos com margens) se revele inadimplente antes da liquidação definitiva dos fluxos financeiros da operação.

Este risco surge, para o Grupo, no âmbito do exercício da sua atividade principal, ou seja:

- concessão de crédito ao consumo, cartões de crédito e leasing financeiro a favor dos compradores de automóveis dos seus parceiros industriais (linha de negócio Financiamentos de Retalho);
- financiamento das redes de vendas desses mesmos parceiros industriais (área de negócio de Financiamentos Wholesale);
- detenção e controlo de participações em sociedades comerciais que não fazem parte do Grupo Bancário em Itália e na Europa. O Banco presta, além disso, apoio financeiro às próprias subsidiárias através da concessão de linhas de crédito e da emissão de garantias a favor de financiadores terceiros.

Para o cálculo do capital interno relativo ao risco de crédito, o Grupo, em conformidade com o disposto na Circular 285/2013 do Banco de Itália para os bancos de classe 2, utiliza a metodologia padrão definida para o cálculo dos requisitos do Pilar I.

A classificação regulamentar das posições é definida em conformidade com o quadro regulamentar de referência.

Para efeitos do cálculo do capital interno relativo ao risco de contraparte, à semelhança do risco de crédito calculado com a metodologia padrão, o Grupo aplica o Método Padronizado para o Risco de Contraparte (SA-CCR) para o cálculo da exposição ao incumprimento no que respeita ao risco de contraparte.

Para efeitos do cálculo do requisito de capital para o risco de CVA (Credit Valuation Adjustment), o Grupo adota a metodologia padronizada, conforme previsto no artigo 384.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR).

2. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO

2.1 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

As políticas de crédito do Grupo CA Auto Bank têm como objetivo geral e essencial a assunção de riscos que devem ser:

- controlados;
- razoáveis;
- confinados a determinados parâmetros.

O Grupo CA Auto Bank dispõe de Diretrizes de Crédito do Grupo específicas que se propõem a:

- apoiar os responsáveis pela concessão de crédito nas suas avaliações;
- estabelecer e manter a qualidade dos padrões de crédito;
- satisfazer as necessidades de crédito da clientela;
- aproveitar as oportunidades comerciais decorrentes da possibilidade de desenvolvimento de novos produtos de financiamento nos mercados/ramos e limitar as perdas.

O conjunto de critérios enumerados deve garantir a proteção da rentabilidade das operações de financiamento.

2.2 SISTEMAS DE GESTÃO, MEDIÇÃO E CONTROLO

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Neste contexto, o Grupo CA Auto Bank supervisiona o risco de crédito através de uma repartição específica de funções e responsabilidades que envolve:

- o Conselho de Administração;
- o Comité Executivo de Crédito do Conselho de Administração;
- o Comité de Crédito Interno da Sede (HQICC), que pode prever, de acordo com as delegações de poderes ou eventuais questões de crédito, também a opinião do acionista CA PFM;
- o Comité de Crédito Local;
- o Comité de Validação e Backtesting.

Além disso, do ponto de vista da gestão, as atividades estão organizadas de forma a garantir a separação de responsabilidades entre as diferentes funções: comercial, de concessão de crédito e de gestão e controlo do risco de crédito.

O Conselho de Administração, no que diz respeito ao crédito, é responsável por:

- aprovar as Diretrizes de Crédito do Grupo;
- adotar e aprovar o sistema de delegações de poderes e todas as suas alterações;
- delegar ao Comité de Crédito Interno da Sede a aprovação do cut-off dos scorecards no âmbito das suas delegações de poderes;
- decidir sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Agência, no âmbito das suas competências.

O Comité Executivo de Crédito do Conselho de Administração é responsável, por delegação do Conselho de Administração, pela aprovação de processos delegados pelo Conselho

, caso apresentem caráter de urgência em relação ao calendário do Conselho de Administração.

O Comité de Crédito Interno da Sede, com parecer do CA-PFM, é responsável por:

- propor as Diretrizes de Crédito do Grupo ao Conselho de Administração (e eventuais alterações às mesmas);
- definir as delegações de assinatura dentro dos limites fixados periodicamente pelo Conselho de Administração para cada área de negócio do CA Auto Bank;
- aprovar, no âmbito das suas competências, o fecho dos scorecards por delegação do Conselho de Administração;
- analisar qualquer outra matéria que lhe seja delegada pelo Conselho de Administração;
- decidir, no âmbito das suas competências, sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Agência e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao Conselho de Administração.

O Comité de Crédito Interno da Sede é responsável por:

- decidir, no âmbito das suas competências, sobre os pedidos de aprovação de crédito provenientes do Mercado/Agência e analisar os pedidos que devem ser submetidos ao acionista para obter o Parecer da CA PFM;
- avaliar eventuais alterações às políticas de crédito do Grupo;
- analisar as alterações às Diretrizes de Crédito do Grupo;
- avaliar, aprovar ou submeter aos órgãos competentes os pedidos dos Mercados/Unidades de Negócio/Sucursais relativos a questões específicas das políticas de crédito, conforme previsto na Governança das Diretrizes de Crédito do Grupo CAAB;
- aprovar as alterações às estratégias dos scorecards de Retalho e Aluguer no âmbito das suas competências (limite LSO, aprovação automática);
- aprovar, no âmbito das suas competências, o cut-off dos scorecards por delegação do Conselho de Administração;
- analisar os pedidos a submeter à apreciação do CA-PFM para aprovação das alterações às estratégias dos scorecards de Retalho e Aluguer (nível de cut-off).

Os Comitês de Crédito Locais são responsáveis por:

- estabelecer as aplicações locais das políticas gerais e as orientações para a aprovação, controlo e recuperação de crédito, formalizando e atualizando os procedimentos de crédito locais em conformidade com as Diretrizes de Crédito do Grupo;
- analisar e monitorizar o desempenho de crédito;
- analisar a situação da exposição de crédito e dos limites de crédito;
- determinar, no âmbito das suas competências, os limites e o processo de avaliação e aprovação das linhas de crédito;
- determinar as delegações de poderes no âmbito da sua estrutura organizacional;
- aprovar os processos dentro dos limites das delegações de poderes estabelecidas.

O Comité de Financiamento por Grosso, no âmbito das sessões de «Controlo de Concessionários», tem a função de:

- analisar eventuais problemas que os concessionários possam apresentar no exercício da atividade de distribuição, nomeadamente no que se refere a relações de financiamento em vigor, e, se for o caso, deliberar sobre eventuais medidas corretivas a implementar em relação aos concessionários (por exemplo, suspensão das atividades de intermediação, suspensão das atividades relativas a produtos específicos, etc.);
- analisar a lista dos concessionários que apresentam maior criticidade;
- rever mensalmente a lista de concessionários críticos;
- deliberar sobre eventuais planos de reembolso («Repayment Plan») em situações de particular criticidade, que serão posteriormente apresentados para aprovação nos comités, de acordo com as delegações definidas;
- acompanhar os concessionários com contratos vencidos e as medidas tomadas ou a tomar (casos críticos assinalados pela CA Auto Bank Wholesales Financing), tais como o bloqueio das linhas de crédito e, em situações críticas, a rescisão do acordo-quadro (após informação prévia do fabricante automóvel);
- monitorizar os concessionários cujo contrato foi revogado e que ainda têm exposições em curso para eventual anulação do limite de crédito; quando se tratar de concessionários sujeitos a auditoria de stock, avaliar os resultados e, em caso de situações críticas, definir as medidas adequadas a tomar (bloqueio do crédito rotativo, auditoria física de stock, outras).

O Comité de Validação e Backtesting:

- valida e aprova as novas grelhas de decisão (scorecards). Os scorecards que ultrapassam um determinado limiar de materialidade são submetidos a validação conjunta do banco com a CA-PFM;
- revê e analisa o desempenho dos scorecards de aceitação que são apresentados e analisados durante o V&BC. O comité pode recomendar a revisão dos modelos com desempenho insatisfatório;
- avalia a eficácia e os resultados das validações dos modelos utilizados no grupo (por exemplo, modelos do sistema de aceitação de crédito, modelos de prevenção de fraudes, modelos ALM, modelos de gestão de liquidez, modelos de determinação do valor residual, etc.);
- garante a gestão correta e eficaz do Risco de Modelo, através de todas as atividades relacionadas com a validação inicial e o backtesting dos modelos utilizados no grupo, incluindo a organização dos fluxos de informação da sua competência para os

outros intervenientes da empresa e para a empresa-mãe, bem como a elaboração dos relatórios correspondentes.

O PROCESSO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

No presente parágrafo são ilustradas as «principais características dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno existentes em relação ao processo de informação financeira», nos termos do art. 123-bis, n.º 2, alínea b) do TUF.

Os administradores da CA Auto Bank S.p.A. são responsáveis pela manutenção de um sistema de controlo interno em conformidade com os critérios estabelecidos pelo «Internal Control – Integrated Framework» emitido pelo COSO («Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission»).

O Sistema de Controlo Interno sobre a informação societária é um processo que, envolvendo várias funções empresariais, garante a fiabilidade da informação financeira, a veracidade dos documentos contabilísticos e o cumprimento das normas.

A supervisão da informação contabilística e financeira é exercida pelo Diretor Financeiro do Grupo e baseia-se:

- na adequação dos processos e procedimentos utilizados para a elaboração dos documentos contabilísticos da empresa e de qualquer outra comunicação de carácter financeiro;
- na supervisão das arquiteturas e aplicações informáticas, nomeadamente no que se refere à gestão dos processos de processamento e das intervenções de desenvolvimento nos sistemas de síntese essenciais para o reporting financeiro;
- na exaustividade e coerência das informações prestadas ao mercado.

A Sociedade iniciou em 2012 uma análise completa do sistema de controlo interno relacionado com a elaboração da informação financeira (ICFR, ou seja, «Internal Control over Financial Reporting»), de modo a garantir a fiabilidade da informação financeira e da elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ao longo dos anos, foram incluídos no ICFR os principais processos relativos às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e a definição e avaliação dos controlos foi efetuada de forma a assegurar a cobertura adequada dos riscos associados, a fim de mitigar a possibilidade de erros significativos na informação financeira.

Atualmente, a matriz de controlo de riscos é composta por 6 macroprocessos, num total de 138 controlos, dos quais 24 se referem especificamente às demonstrações financeiras consolidadas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo CA Auto Bank dotou-se de um conjunto de regras e procedimentos que definem as responsabilidades dos Órgãos Sociais, com o objetivo de garantir uma gestão sã e prudente, combinando a rentabilidade da empresa com uma assunção consciente dos riscos, uma conduta operacional correta e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

O sistema de controlos internos visa detetar, medir e mitigar continuamente os riscos associados ao exercício da sua atividade, com o envolvimento dos órgãos sociais, das funções e comités de controlo, do Órgão de Fiscalização, da alta direção e de todo o pessoal.

2.3 MÉTODOS DE MEDIÇÃO DAS PERDAS ESPERADAS

Desde a introdução da norma contabilística IFRS 9 no âmbito dos Empréstimos por Grosso e dos Empréstimos a Particulares, bem como de uma abordagem simplificada para o negócio de locação, as políticas de constituição de provisões do Banco baseiam-se atualmente na cobertura dos créditos, seguindo a lógica das perdas esperadas numa perspetiva prospectiva. Além disso, ao longo de 2021, para incorporar as novidades introduzidas pela Nova Definição de Incumprimento (NDD), foram atualizados tanto os modelos de base como os modelos prospetivos de Empréstimos a Particulares e Empréstimos por Grosso.

O método de medição das perdas esperadas (ECL - Expected Credit Loss) é calculado da seguinte forma:

$$ECL = PD \times LGD \times EAD$$

- Probabilidade de incumprimento (PD). Probabilidade de uma contraparte ou de um contrato entrar em incumprimento num horizonte temporal predefinido;
- Loss given default (LGD). Montante da perda que o Banco sofreria, resultante da probabilidade de uma contraparte ou de um contrato entrar em incumprimento num horizonte temporal definido;
- Exposição em caso de incumprimento (EAD). A exposição no momento em que ocorre o incumprimento.

A carteira é dividida em 3 categorias, com uma classificação dos créditos em estágios, em função do nível e da variação ao longo do tempo do risco de crédito.

A mudança de fase pode, portanto, resultar tanto de uma deterioração do risco de crédito como de uma melhoria do mesmo.

A CA Auto Bank desenvolveu dois modelos de imparidade, respetivamente para as áreas de negócio de Financiamento por grosso e Financiamento a retalho.

Em ambos os setores de atividade, o modelo «Loss Given Default» (LGD) estima a perda esperada caso a contraparte entre em incumprimento. No negócio de Financiamento a Retalho, o LGD é igual à Probabilidade de Perda (PL) multiplicada pela Perda em Caso de Perda (LGL):

$$LGD = PL \times LGL$$

onde:

- a PL é a probabilidade de um contrato que entrou em incumprimento resultar em perda (abate ou perda gerencial) até ao 60.º mês seguinte:

$$PL = \frac{\text{Tutti i contratti in default 60 mesi prima della observation date che successivamente sono andati in perdita durante i successivi 60 mesi}}{\text{Tutti i contratti in default 60 mesi prima della observation date}}$$

- A LGL é a parte esperada do EAD de um contrato que será perdida caso o contrato entre em situação de perda (perda nos últimos 36 meses). A LGL é igual a:

$$LGL = \frac{(Somma di EAD di tutti i contratti che sono andati in perdita durante i precedenti 36 mesi) - (Somma di tutti i flussi in entrata, attualizzati al momento del default, incassati dopo l'eventuale default per i contratti che sono andati in perdita durante i precedenti 36 mesi)}{Somma di EAD di tutti i contratti andati in perdita durante i 36 mesi precedenti}$$

Para o negócio de Financiamentos Wholesale, a LGD de Workout consiste em determinar a Taxa de Perda em Caso de Incumprimento (LGDR) como o complemento a 1 da taxa de recuperação a partir da data de incumprimento:

$$LGDR = 1 - RR$$

Onde RR é a Taxa de Recuperação, expressa como percentagem do EAD.

O parâmetro Taxa de Recuperação foi calculado para vários clusters de macroprodutos com base no perímetro total da CA Auto Bank.

No que diz respeito ao modelo de imparidade IFRS 9 Wholesale, a ferramenta da CA.sa (OMP) entrou em pleno funcionamento em junho de 2025, tendo sido já integrada em 31/12/24 com um impacto positivo na provisão / Custo do Risco no valor de 6,7 milhões de euros. Não se verificaram impactos adicionais na demonstração de resultados ao longo de 2025.

Esta ferramenta, utilizada apenas para as fases 1 e 2, e que calcula a provisão sobre o saldo em dívida do mês anterior, confirma a utilização dos modelos EAD / LGD já existentes, enquanto que, para os outros parâmetros de cálculo, apresenta as seguintes características.

No que diz respeito ao staging, para além dos dias de atraso e da presença da contraparte na lista de observação — critérios já presentes no modelo anterior como indicadores de um aumento significativo do risco de crédito —, é introduzido também um critério quantitativo relacionado com a diferença de notação entre o período de observação e o início do contrato.

A outra alteração principal diz respeito à PD baseada na notação AnadeFi, uma notação calculada com uma ferramenta da CA.sa com base em informações financeiras e qualitativas, ajustada em função da duração residual do contrato.

Não há alterações no cálculo da provisão na fase 3.

Enquanto que, para o modelo IFRS9 wholesale, com a adoção da ferramenta OMP, o impacto prospetivo já está integrado na PD AnadeFi presente na ferramenta OMP e é atualizado semestralmente; para o negócio de retalho, a fim de incluir o impacto prospetivo, foi utilizado o modelo desenvolvido internamente. O resultado do modelo de retalho é uma «PD calibrada» que tem em conta os aspetos previsíveis com base nos dois cenários macroeconómicos: cenário base e cenário adverso.

Para construir estes dois cenários, na sequência de análises de significância, foram utilizadas algumas variáveis macroeconómicas (por exemplo, o PIB). A atualização dos valores das projeções foi realizada utilizando, para o cenário base, um peso de 55% e, para o cenário adverso, um peso de 45%.

A Empresa, ao longo de 2025, considerou nas suas avaliações o impacto da atualização dos parâmetros do forward looking de retalho com base nos cenários macroeconómicos de março de 2025, o que implicou uma maior provisão no valor de 589 mil euros. No fecho de dezembro de 2025, não se verificaram impactos adicionais na demonstração de resultados decorrentes do forward looking, uma vez que uma atualização com base nos cenários macroeconómicos de setembro de 2025 teria implicado uma libertação de provisões, que, de acordo com uma abordagem prudente, se decidiu não incorporar.

A provisão Wholesale continua a incluir, num montante de 6,2 milhões de euros, a componente relacionada com os efeitos negativos esperados decorrentes da atual situação económica/política, com impactos na economia europeia, em particular devido à dificuldade no abastecimento de matérias-primas, que se repercute diretamente no mercado automóvel e, consequentemente, na «rede de concessionários».

Na elaboração das contas consolidadas de 2025, considerou-se ainda oportuno confirmar a aplicação de sobreposições à carteira de atacado, o que implicou o registo de maiores correções de valor, num total de 2,7 milhões de euros, em comparação com as perdas esperadas quantificadas com base no modelo em uso.

Utilização de ajustamentos pós-modelo e sobreposições de gestão

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2025, considerou-se oportuno confirmar a aplicação de intervenções top-down (as chamadas «ajustes pós-modelo/sobreposições de gestão») para refletir casos não captados pelas componentes estatísticas dos modelos.

No que diz respeito à carteira de wholesale, isso implicou o registo de maiores correções de valor no valor total de 2,7 milhões de euros, em comparação com as perdas esperadas quantificadas com base no modelo em uso.

A provisão Wholesale continua a incluir, num montante de 6,2 milhões de euros, a componente relacionada com os efeitos negativos esperados decorrentes da atual situação económica/política com impactos na economia europeia, em particular devido à dificuldade no abastecimento de matérias-primas, que se repercute diretamente no mercado automóvel e, consequentemente, na «rede de concessionários».

No portfólio de retalho, estas sobreposições de gestão dizem respeito principalmente aos mercados italiano e francês: no caso da Itália, a principal justificação reside no facto de ter sido feita uma distinção da LGL para os clientes não performantes, em diminuição em relação à dos clientes performantes. No que diz respeito ao mercado francês, trata-se de um ajustamento da provisão relativo a uma fixação do parâmetro LGL, sobre o qual estão em curso correções no sistema.

Validação dos modelos de provisões

Os modelos de provisionamento são objeto de validação por parte da entidade de Risk & Permanent Control, seguindo as procedimentos empresariais 12G.29. Procedimentos de Gestão de Risco de Modelo e 12G.34. Validação Inicial e Periódica de Modelos, bem como os manuais correspondentes (12G.35. Manual de Validação Inicial e Periódica de Modelos - Retalho e 12G.36.

Manual de Validação Inicial e Periódica de Modelos - Financiamento de Concessionários).

O objetivo da validação é garantir a adequação e a exatidão das opções metodológicas dos modelos de provisões

adotados pelo grupo e confirmar a sua validade. AUMENTO

SIGNIFICATIVO DO RISCO DE CRÉDITO

A norma IFRS 9 exige que o Banco identifique os elementos de deterioração na qualidade de crédito dos instrumentos financeiros. O modelo de staging deve incluir os principais indicadores qualitativos e quantitativos que captem qualquer deterioração significativa da qualidade de cada exposição.

O staging do Grupo CA Auto Bank foi desenvolvido combinando os requisitos do regulador e as características do negócio.

No que diz respeito aos Empréstimos a Particulares, a informação relativa ao vencimento é considerada a mais fiável, entre todas as disponíveis, para identificar quando o risco de crédito aumenta significativamente; por conseguinte, existe a «presunção refutável» de que o risco de crédito aumentou significativamente em relação à avaliação inicial quando a prestação do contrato apresenta um atraso superior a um dia.

No que diz respeito ao negócio grossista, tal como já referido anteriormente, para além dos dias de atraso e da presença da contraparte na lista de observação que monitoriza o comportamento do cliente durante a vigência do contrato — critérios já presentes no modelo anterior para determinar o aumento significativo do risco de crédito —, é introduzido também um critério quantitativo relacionado com a diferença de PD entre o período de observação e o período no início do contrato.

SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

Cada Mercado deve dispor de um sistema de monitorização adequado e eficaz para garantir que as informações relativas às suas exposições ao risco de crédito, aos mutuários e às garantias reais sejam pertinentes e atualizadas, e que os relatórios sejam fiáveis, completos, atualizados e oportunos.

O sistema de monitorização deve permitir que cada Mercado gere e monitore as suas exposições ao risco de crédito de acordo com a sua propensão a esse risco, a estratégia, as políticas e os procedimentos ao nível da carteira e, se pertinente e relevante, da exposição individual. O sistema de monitorização do risco de crédito deve ser definido e documentado nos arquivos e nos procedimentos locais.

O sistema de monitorização do risco de crédito abrange os seguintes aspetos:

- o comportamento de pagamento dos devedores (existência de créditos vencidos, antiguidade do vencimento, etc.);
- risco de crédito associado tanto ao mutuário como à operação, no que diz respeito a:
- grupo de clientes relacionados;
- carteira (por exemplo, retalho de veículos novos e usados, ou financiamento grossista de veículos novos e peças sobressalentes);
- provisões para perdas de crédito, reversões e nível de cobertura de crédito.

O sistema de monitorização e a infraestrutura de dados são relevantes para acompanhar o processo de tomada de decisão de crédito, que inclui, entre outras coisas, a monitorização e o reporte de todas as decisões de crédito, as exceções às políticas de

crédito e as escaladas para os níveis

superiores dos responsáveis pelas decisões de crédito (por exemplo, pedidos aprovados, rejeitados e suspensos; número de pedidos aprovados ao nível do mercado ou geridos ao nível da Sede).

2.4 TÉCNICAS DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO

O Grupo CA Auto Bank adotou o seu próprio modelo de gestão e mitigação de riscos de crédito, que consiste em:

- políticas de crédito (incluindo delegações de crédito);
- sistemas de pontuação;
- definição de KRI (Key Risk Indicators) específicos no âmbito do Risk Appetite Framework;
- atividades de controlo de segundo e terceiro níveis realizadas, respetivamente, pelos Departamentos de Risco e Controlo Permanente e de Auditoria Interna;
- políticas de Mitigação do Risco de Crédito (CRM).

POLÍTICAS DE CRÉDITO

As Políticas de Crédito (as chamadas Group Credit Guidelines – GCG) do CA Auto Bank acompanham, passo a passo, as várias fases do processo de concessão e gestão do crédito, definindo políticas, abordagens, metodologias e diretrizes com o objetivo de fornecer as informações necessárias à gestão dos processos de crédito.

O objetivo geral e essencial das GCG da CA Auto Bank é a assunção de riscos, que devem ser controlados, razoáveis e contidos, dentro de determinados parâmetros.

As GCG visam ainda apoiar os responsáveis pela concessão de limites de crédito nas suas avaliações e estabelecer e manter a qualidade dos padrões de crédito.

Os requisitos acima referidos têm como objetivo satisfazer as necessidades de crédito dos Clientes, avaliar as oportunidades de negócio provenientes dos Mercados e limitar as perdas.

SISTEMAS DE SCORING

Os instrumentos do Sistema de Pontuação utilizados pela CA Auto Bank para avaliar e medir o risco de contraparte baseiam-se na avaliação estatística da evolução dos clusters de clientes. Os Scorecards têm como objetivo ser o primeiro passo do «sistema de aprovação» e têm em consideração os elementos e aspetos de crédito mais preditivos na fase de aceitação e aprovação.

DEFINIÇÃO DE KRI ESPECÍFICOS

O Quadro de Apetite pelo Risco do CA Auto Bank definiu os seguintes indicadores como relevantes para a gestão e o controlo do risco de crédito:

- Rácio de Créditos Não Produtivos (NPL), calculado como a relação entre as exposições deterioradas e o total das exposições no final do mês;
- Rácio de Custo do Risco (CoR), calculado como a relação entre o montante das provisões para imparidade de crédito e a exposição média calculada no final do mês.

Neste caso, com referência específica ao negócio de retalho, a entidade R&PC monitoriza igualmente a evolução de:

- Taxa de Incidência de Prestações, calculada como o número de contratos de uma determinada geração (n) que apresentam duas ou mais prestações vencidas e não pagas, em relação ao volume total dessa mesma geração;
- indicadores de cobrança, expressos como % do total em dívida em cobrança;
- indicadores de litígio, expressos como % do total em dívida em litígio.

MONITORIZAÇÃO DE KRI ESPECÍFICOS

A primeira linha de defesa monitoriza mensalmente e com foco específico, sempre que tal se revele útil/necessário, os indicadores de risco de crédito.

O Departamento de Risco e Controlo Permanente monitoriza constantemente a evolução da carteira de crédito, analisando, para cada linha de negócio (Retalho e Financiamentos por Grosso), a evolução de indicadores-chave de risco (KRI) específicos e o cumprimento dos limites de risco definidos no Quadro de Apetite de Risco, com sistemas de escalonamento em caso de incumprimento.

ATIVIDADES DE CONTROLO DE SEGUNDO NÍVEL REALIZADAS PELO ÓRGÃO R&PC

O Órgão R&PC, no âmbito dos controlos de segundo nível, tem a responsabilidade de realizar as chamadas Credit and Collection Reviews, que consistem numa série de controlos sobre a atividade desenvolvida pelos Órgãos de subscrição (por exemplo: verificar o cumprimento das políticas de crédito do Grupo e dos procedimentos em vigor; avaliar eventuais necessidades de formação; identificar potenciais riscos adicionais).

ATIVIDADE DE CONTROLO DE TERCEIRO NÍVEL REALIZADA PELA ENTIDADE – AUDITORIA INTERNA

A terceira linha de defesa (Auditoria Interna), que funciona como último nível de controlo do Grupo, deve avaliar regularmente se as políticas, os métodos e os procedimentos são adequados e verificar a sua aplicação eficaz na gestão.

GARANTIAS

Durante a análise do processo de crédito, o Banco e as outras Sociedades do Grupo podem subordinar a aceitação do pedido de crédito à apresentação de garantias. As técnicas de mitigação do risco são utilizadas principalmente no âmbito da linha de negócio de Financiamentos Wholesale.

A seguir, resumem-se os tipos de garantias permitidos pelas políticas de crédito em vigor:

- garantias reais: penhor, cauções, hipoteca;
- garantias de assinatura: bancárias, seguradoras (apólices de fiança), fianças;
- outras formas: fundos solidários, carta de apoio, reserva de propriedade, mandato de crédito, obrigação de recompra.

A fim de garantir a plena eficácia das garantias, a Sociedade-Mãe previu controlos específicos destinados a verificar a presença dos seguintes elementos:

- certeza da data de emissão, que se alcança com a aposição de uma data e com o cumprimento e execução das formalidades necessárias;
- contexto com o financiamento;
- referência à relação subjacente.

Cada Mercado/Filial é responsável pela gestão das garantias e dos ativos de garantia (definição de níveis adequados de cobertura, verificações de validade, controlo das datas de renovação e dos prazos de vencimento).

POLÍTICA DE MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO (CRM)

Seguindo o disposto pela Autoridade de Supervisão em matéria de reconhecimento, para efeitos prudenciais, das técnicas de mitigação do risco de crédito ou Credit Risk Mitigation (CRM), o Grupo CA Auto Bank dotou-se de uma política que permite regular as referidas técnicas de mitigação. Estas, especificamente, consistem em contratos acessórios ao crédito ou noutros instrumentos e técnicas que determinam uma redução do risco de crédito, reconhecida no cálculo dos requisitos de capital.

Atualmente, o Grupo utiliza, para efeitos de técnicas de mitigação de risco e por motivos prudenciais, os seguintes instrumentos:

- operações de margem em derivados - Cash Collateral;
- operações do tipo Repurchase Agreement – REPO;
- compensações no balanço.

A Política tem como objetivo definir:

- as características gerais das técnicas de atenuação do risco de crédito (ou Credit Risk Mitigation - CRM);
- os requisitos necessários para que as garantias sejam consideradas para efeitos de Mitigação do Risco de Crédito;
- os instrumentos de mitigação do risco de crédito utilizados pelo Grupo.

Neste caso, a Política define os princípios gerais e específicos da Mitigação do Risco de Crédito, tal como regulamentados pelo CRR, capítulo 4, secção 1, artigos 192.º e seguintes. Para tudo o que não esteja expressamente previsto no presente documento, aplica-se o disposto na regulamentação CRR.

As técnicas de CRM reconhecidas no cálculo do requisito de capital estão divididas em duas categorias gerais:

- a «proteção de crédito de tipo real» (funded), que prevê a redução do risco de crédito sobre a exposição de uma entidade decorrente do direito da entidade, na eventualidade de incumprimento da contraparte ou na ocorrência de outros eventos específicos relacionados com o crédito que digam respeito à contraparte, de liquidar determinados ativos ou montantes, ou de obter a sua transferência ou apropriação, ou de manter a sua posse, ou de reduzir o montante da exposição ao montante da diferença entre o montante da exposição e o montante de um crédito sobre a instituição, ou de substituí-la por esse montante (Ref. art. 4.º do CRR, ponto 58);
- a «proteção de crédito de natureza pessoal» (sem cobertura) que prevê a redução do risco de crédito sobre a exposição de uma instituição, decorrente da obrigação de um terceiro de pagar um determinado montante em caso de incumprimento do devedor ou na ocorrência de outros eventos específicos relacionados com o crédito (Ref. art. 4.º do CRR, ponto 59).

3. EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO DETERIORADAS

3.1 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS DE GESTÃO

A CA Auto Bank continua a registar níveis moderados de NPL.

A CA Auto Bank, enquanto holding de um Grupo presente em vários mercados/ramos:

- define as estratégias relativas aos NPL no âmbito do RAF, da estratégia de risco e do orçamento a nível consolidado, com posterior repartição a nível de mercado/agência;
- define os indicadores de desempenho da carteira e os indicadores precoces de deterioração;
- estabelece as diretrizes em matéria de gestão de NPL no âmbito das CA Auto Bank Group Credit Guidelines, fazendo referência às várias fases e ações possíveis para a recuperação. Estas diretrizes são depois aplicadas pelas entidades individuais do Grupo, em função da sua dimensão, das regulamentações e normas locais da sua organização e dos níveis de NPL;
- define, em conformidade com as regulamentações nacionais e europeias, as regras de classificação dos créditos para as linhas de negócio, com vista à correta representação e gestão das exposições deterioradas.

3.2 BAIXA

O CA Auto Bank regulamenta, no âmbito das Diretrizes de Crédito do Grupo, a definição das exposições consideradas irre recuperáveis, tais como, por exemplo, a inviabilidade económica de prosseguir com as ações de recuperação, a impossibilidade comprovada de localizar o devedor ou a confirmação legal de que não é possível processar o devedor em caso de insolvência.

A baixa contabilística dos referidos créditos prevê o cancelamento contabilístico atempado, que deve ser executado pelos Mercados/Sucursais em conformidade com as restrições legais e fiscais locais.

A baixa, se prevista pela legislação local, pode ocorrer antes de as ações judiciais contra o cliente para recuperar a dívida terem sido completamente concluídas; a operação não implica para o banco a perda do direito legal de recuperar a dívida.

3.3 ATIVOS FINANCEIROS IMPARED ADQUIRIDOS OU ORIGINADOS

Esta secção não é aplicável ao Grupo.

4. ATIVOS FINANCEIROS OBJETO DE RENEGOCIAÇÕES COMERCIAIS E EXPOSIÇÕES CONCESSÕES

OBJETO DE

As políticas relativas às medidas de concessão definem:

- os critérios para a identificação das posições passíveis de concessão, em conformidade com o disposto na legislação aplicável;
- as medidas de concessão permitidas;
- as regras para a concessão de medidas de tolerância, tais como o acordo com o cliente, a avaliação da medida mais adequada para o cliente, tendo em conta as suas características específicas, e a análise da contraparte;
- as limitações à concessão de medidas de tolerância;
- o acompanhamento e as ações a empreender em caso de incumprimento;
- a classificação dessas exposições em termos de qualidade de crédito.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

A. QUALIDADE DE CRÉDITO

A.1 EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO DETERIORADAS E NÃO DETERIORADAS: SALDOS, CORREÇÕES DE VALOR, DINÂMICA E DISTRIBUIÇÃO ECONÓMICA

A.1.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS POR FAIXAS DE VENCIMENTO (VALORES DE BALANÇO)

Carteiras/fases de risco	Primeiro estágio			Segundo estágio			Terceiro estágio			Impaired adquiridos ou originados		
	De 1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias	De 1 dia a 30 dias	Mais de 30 dias até 90 dias	Mais de 90 dias
1. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	-	4.869	2.371	226.587	144.131	291.609	10.513	8.864	482.606	-	-	-
2. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto na rentabilidade global	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Ativos financeiros em processo de alienação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2025	-	4.869	2.371	226.587	144.131	291.609	10.513	8.864	482.606	-	-	-
Total em 31/12/2024	31.457	1.584	1.775	231.835	115.345	69.971	13.073	12.877	427.397	-	-	-

A.1.2 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – ATIVOS FINANCEIROS, COMPROMISSOS DE CONCESSÃO DE FUNDOS E GARANTIAS FINANCEIRAS
EMITIDAS: EVOLUÇÃO DAS CORREÇÕES DE VALOR CONJUNTAS E DAS PROVISÕES CONJUNTAS

P.1

Motivos/níveis de risco	Correções de valor globais																	
	Ativos abrangidos pelo primeiro estágio						Ativos abrangidos pelo segundo estágio						Ativos abrangidos pelo terceiro estágio					
	Créditos a bancos e bancos centrais à vista	Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	Ativos financeiros avaliados pelo justo	Ativos financeiros em processo de alienação	das quais: imparidades individuais	das quais: imparidades coletivas	Créditos a bancos e bancos centrais à vista	Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	Ativos financeiros avaliados pelo justo	Ativos financeiros em processo de alienação	das quais: imparidades individuais	das quais: imparidades coletivas	Créditos a bancos e bancos centrais à vista	Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	Ativos financeiros avaliados ao justo valor com	Ativos financeiros em processo de alienação	das quais: imparidades individuais	das quais: imparidades coletivas
Ajustamentos totais iniciais	-	76 689	-	-	1.277	75.412	-	78.170	-	-	312	77.858	(731)	263.561	-	-	38.254	225.307
Variações em aumento de provisões	-	-	-	-	-	-	-	478	-	-	-	478	-	1.403	-	-	-	1.403
adquiridas ou originadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulações diferentes das gravações baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(449)	-	-	-	(449)
Ajustamentos/reversões de valor líquido	-	1.838	-	-	(5)	1.833	-	2.150	-	-	25	2.125	-	54.980	-	-	1.553	53 427
crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações contratuais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
cancelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações metodologia de da	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
estimativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas não identificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.297)	-	-	(3.475)	(50 822)
demonstração de resultados	-	(25 216)	-	-	(543)	(24.673)	-	(19 814)	-	-	(270)	(19 544)	-	59 779	-	-	12.917	46 863
Outras variações	-	(25 216)	-	-	(543)	(24.673)	-	(19 814)	-	-	(270)	(19 544)	-	59 779	-	-	12.917	46 863
Ajustes totais finais	-	53.311	-	-	729	52.582	-	60.983	-	-	67	60.917	(731)	314.911	-	-	49.249	265.662
Recuperação de provisões financeiras sobre o balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-
Baixas contabilizadas diretamente em demonstração de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(838)	-	-	-	(838)

A.1.2 CONSOLIDADO PRUDENCIAL – ATIVOS FINANCEIROS, COMPROMISSOS DE CONCESSÃO DE FUNDOS E GARANTIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: EVOLUÇÃO DAS CORREÇÕES DE VALOR CONJUNTAS E DAS PROVISÕES CONJUNTAS
P.2

Motivos/níveis de risco	Ajustes de valor globais					Provisões globais sobre compromissos de concessão de fundos e garantias financeiras concedidas				Tot.
	Ativos financeiros com imparidade adquiridos ou originados									
	Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto no resultado global	Ativos financeiros em processo de alienação	das quais: imparidades individuais	das quais: imparidades coletivas	Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Compromissos de concessão de fundos e garantias financeiras emitidas, adquiridas ou originadas	
Ajustamentos globais iniciais	-	-	-	-	-	43.089	-	-	-	462 240
Variações positivas decorrentes de ativos financeiros adquiridos ou originados										1.881
Baixas que não sejam abatimentos										(449)
Ajustes/recuperações de valor líquidos por risco de crédito										58 968
Alterações contratuais sem cancelamentos										-
Alterações na metodologia de estimativa										-
Abates não reconhecidos diretamente na demonstração de resultados										(54.297)
Outras variações	-	-	-	-	-	(42.901)	-	-	-	148.442
Ajustes finais totais	-	-	-	-	-	188	-	-	-	429 393
Recuperações de cobranças sobre ativos financeiros objeto de abatimento										1
Abates contabilizados diretamente na demonstração de resultados										(838)

A.1.3 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - ATIVOS FINANCEIROS, COMPROMISSOS DE CONCESSÃO DE FUNDOS E GARANTIAS
FINANCEIRAS CONCEDIDAS: TRANSFERÊNCIAS ENTRE DIVERSOS NÍVEIS DE RISCO DE CRÉDITO (VALORES BRUTOS E NOMINAIS)

Carteiras/níveis de risco	Exposição bruta/valor nominal					
	Transferências entre o primeiro e o segundo estágio		Transferências entre o segundo e o terceiro estágios		Transferências entre a primeira fase e a terceira fase	
	Da primeira para a segunda fase	Do segundo estágio para o primeiro estágio	Do segundo estágio para o terceiro estágio	Do terceiro estágio para o segundo estágio	Da primeira fase para a terceira fase	Da terceira fase para a primeira fase
1. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado	48 206	44.115	9.487	1.800	20.104	840
2. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global						
3. Ativos financeiros em processo de alienação						
4. Compromissos de concessão de fundos e garantias financeiras concedidas						
Total em 31/12/2025	48 206	44.115	9.487	1.800	20.104	840
Total em 31/12/2024	906.983	197.293	72.758	25.006	399 364	1.457

A.1.4 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO PERANTE BANCOS: VALORES BRUTOS E LÍQUIDOS

Tipos de exposições/valores	Exposição bruta					Correções de valor totais e provisões totais					Exposição líquida	Baixas parciais totais*
		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidades adquiridas		Primeiro estágio	Segundo estágio	Terceiro estágio	Imparidades adquiridas		
A. Exposições de crédito em dinheiro												
A.1 À vista	1 447 886	1 447 886	-	-	-	-	-	-	-	-	1 447 886	-
a) Imparidade	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
b) Não deterioradas	1 447 886	1.447.886	-	X	-	-	-	-	X	-	1 447 886	-
A.2 Outras	151.886	151.886	-	-	-	-	(13)	-	-	-	151.886	-
a) Créditos em incumprimento	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
- das quais: exposições objeto de concessões	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
b) Incumprimentos prováveis	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
- das quais: exposições objeto de concessões	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
c) Exposições vencidas deterioradas	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
- das quais: exposições objeto de concessões	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
d) Exposições vencidas não deterioradas	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
- das quais: exposições objeto de concessões	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
e) Outras exposições não deterioradas	151 886	151.886	-	X	-	-	-	-	X	-	151 886	-
- das quais: exposições objeto de concessões	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Total (A)	1 599 772	1 599 772	-	-	-	-	-	-	-	-	1 599 772	-
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais		-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Deterioradas	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	-
b) Não deterioradas	-	-	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (A+B)	1 599 772	1 599 772	-	-	-	-	-	-	-	-	1 599 772	-

*Valor a apresentar para fins informativos

A.1.5 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO RELATIVAS À CLIENTELA: VALORES BRUTOS E LÍQUIDOS

Tipos de exposições/valores	Exposição bruta					Correções de valor globais e provisões globais					Exposição líquida	Abates parciais totais*
		Primeira fase	Segunda fase	Terceira fase	Imparidades adquiridas ou originadas		Primeiro estágio	Segundo estágio	Terceiro estágio	Créditos deteriorados adquiridos ou originados		
A. EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM DINHEIRO												
a) Créditos em incumprimento	X	-	377.599	-	168 328	X	-	168 328	-	545.927	1.324	
377.599												
- das quais: exposições objeto de concessões	2.948	X	-	2.948	-	618	X	-	618	-	2.330	-
b) Incumprimentos prováveis	104.828	X	-	104.828	-	40.333	X	-	40.333	-	64.495	-
- das quais: exposições objeto de concessões	9.375	X	-	9.375	-	3.047	X	-	3.047	-	6.327	-
c) Exposições vencidas deterioradas	344.670	X	-	344.670	-	106 250	X	-	106 250	-	238.420	-
- dos quais: exposições de objetos de concessões	88	X	-	88	-	27	X	-	27	-	61	-
d) Exposições vencidas não deterioradas	752.884	33.876	719.009	X	-	41.514	55	41.459	X	-	711.376	-
- das quais: exposições de objetos de concessões	217	-	217	X	-	-	-	-	X	-	217	-
e) Outras exposições não deterioradas	23 297 565	22.544.695	752.870	X	-	72 779	53.256	19 523	X	-	23 247 189	-
- das quais: exposições de objetos de concessões	24.631	24 611	20	X	-	206	206	0	X	-	24.425	-
TOTAL (A)	24 877 546	22 578 571	1.471.879	827.097	-	429 205	53.311	60.983	314.911	-	23 715 552	1.324
B. EXPOSIÇÕES CREDITÍCIAS FORA BALANÇO												
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Deterioradas	-	-	-	-	-	1	X	-	1	-	113	-
b) Não imparidade	2.268.031	2.268.031	-	X	-	71	69	2	X	-	1 346 009	-
TOTAL (B)	2 268 031	2.268.031	-	-	-	72	69	2	1	-	1 346 122	-
TOTAL (A+B)	27 145 577	24 846 602	1.471.879	827.097	-	429 276	53 379	60.985	314.912	-	25 061 674	1.324

*Valor a apresentar para fins informativos

A.1.7 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO À CLIENTELA: EVOLUÇÃO DAS EXPOSIÇÕES BAIXADAS BRUTAS

Motivos/Categorias	Créditos em incumprimento	Inadimplências prováveis	Exposições vencidas deterioradas
A. Exposição bruta inicial	273 965	123 724	400 918
- das quais: exposições cedidas não canceladas	20 022	11 358	54.943
B. Variações em aumento	208.385	72.855	141.510
B.1 Receitas de exposições não deterioradas	45 761	36.919	85.210
B.2 receitas de atividades financeiras exposições deterioradas	-	-	-
B.3 transferências de outras categorias de adquiridas ou originadas, baixas	79 563	13.481	10.260
B.4 alterações contratuais sem	-	-	-
B.5 outras variações em aumento	83.061	22.455	46.041
C. Variações em diminuição	104 752	91 750	197.759
C.1 saídas para exposições não	753	1.918	21.686
C.2 abatimentos	85.460	64	117
C.3 recebimentos	9.131	39.181	81.241
C.4 Realizações por cessões	-	-	-
exposições por cessão	776	-	-
C.6 transferências para outras categorias de deterioradas	931	44.425	57.947
C.7 alterações contratuais sem cancelamentos	-	-	-
C.8 outras variações negativas	7.700	6.163	36 767
D. Exposição bruta final	377.599	104.828	344.670
- das quais: exposições cedidas não canceladas	20 022	11 358	54.943

A.1.7BIS CONSOLIDADO PRUDENCIAL – EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO À CLIENTELA: EVOLUÇÃO DAS EXPOSIÇÕES BRUTAS OBJETO DE CONCESSÕES, DISTINGUIDAS POR QUALIDADE DE CRÉDITO

Motivos/Qualidade	Exposições objeto de concessões: deterioradas	Exposições objeto de concessões: não deterioradas
A. Exposição bruta inicial	9.653	23.487
- das quais: exposições cedidas não canceladas	883	-
B. Variações em aumento	13 094	8.756
B.1 Entradas provenientes de exposições não deterioradas não sujeitas a concessões	8.381	6.184
B.2 receitas de exposições não deterioradas objeto de concessões	-	-
B.3 Entradas de exposições objeto de concessões deterioradas	-	13
B.4 Entradas de exposições deterioradas não abrangidas por concessões	1.207	-
B.5 outras variações positivas	3.505	2.559
C. Variações em diminuição	10 335	7.396
C.1 saídas para exposições não deterioradas não abrangidas por concessões	-	374
C.2 Saídas para exposições não deterioradas objeto de concessões	13	-
C.3 Saídas relativas a exposições objeto de concessões deterioradas	-	-
C.4 abatimento	-	-
C.5 Cobranças	2.339	697
C.6 receitas por cessões	-	-
C.7 perdas por alienação	-	-
C.8 outras variações negativas	7.983	6.326
D. Exposição bruta final	12.411	24.847
- das quais: exposições cedidas não canceladas	-	-

A.1.9 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR VALOR DE BALANÇO DETERIORADAS RELATIVAS À CLIENTELA: EVOLUÇÃO DAS CORREÇÕES DE VALOR GLOBAL

Motivos/Categorias	Créditos em incumprimento		Inadimplências prováveis		Exposições vencidas deterioradas	
	Total	das quais: exposições objeto de concessões	Total	das quais: exposições objeto de concessões	Total	das quais: exposições objeto de concessões
A. Ajustamentos globais iniciais	128.204	741	45.434	2.121	115.536	-
- das quais: exposições cedidas não canceladas	9.449	-	5.464	354	11.190	-
B. Variações positivas	139.539	622	16.551	2.790	29.607	29
B.1 correções de valor de ativos financeiros em imparidade adquiridas ou originadas	-	-	-	-	1.308	-
B.2 outras correções de valor	22.205	-	4.635	718	5.647	28
B.3 perdas de alienação	-	-	-	-	-	-
B.4 transferências de outras categorias de exposições deterioradas	32.620	5	4.712	94	2.462	-
B.5 Alterações contratuais sem cancelamentos	-	-	-	-	-	-
B.6 outras variações positivas	84.714	618	7.203	1.979	20.191	-
C. Variações negativas	99.415	745	21.651	1.864	38.892	1
C.1 recuperações de valor decorrentes da avaliação	9.054	687	1.365	1.306	2.058	1
C.2 recuperações de valor de cobranças	175	-	26	-	393	-
C.3 Ganhos com alienação	-	-	-	-	-	-
C.4 abatimento	85.460	59	64	-	117	-
C.5 transferências para outras categorias de exposições deterioradas	444	-	17.554	5	21.788	-
C.6 alterações contratuais sem cancelamentos	-	-	-	-	-	-
C.7 outras variações negativas	4.282	-	2.643	554	14.536	-
D. Ajustamentos finais totais	168.328	618	40.333	3.047	106.251	27
- das quais: exposições cedidas não canceladas	18.185	66	7.551	564	12.822	-

A.2 CLASSIFICAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES COM BASE NAS NOTAÇÕES EXTERNAS E INTERNAS

A.2.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS FINANCEIROS, DOS COMPROMISSOS DE CONCESSÃO DE FUNDOS E DAS GARANTIAS FINANCEIRAS EMITIDAS: POR CLASSES DE NOTAÇÃO EXTERNA (VALORES BRUTOS)

Exposições	Classificações externas						Sem classificação	Total
	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4	Classe 5	Classe 6		
A. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado							31 554 764	31.554.764
- Primeira fase							29 631 683	29 631 683
- Segunda fase							1.410.896	1 410 896
- Terceiro estágio								
- Imparidade adquiridas ou originadas								
B. Ativos financeiros avaliados ao justo valor com impacto no resultado global								
- Primeira fase								
- Segunda fase								
- Terceiro estágio								
- Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade								
C. Ativos financeiros em processo de alienação								
- Primeira fase								
- Segunda fase								
- Terceira fase								
- Ativos com imparidade adquiridos ou originados								
Total (A+B+C)							31 554 764	31 554 764
D. Compromissos de concessão de fundos e garantias financeiras prestadas							2 268 031	2 268 031
- Primeira fase							2 268 031	2 268 031
- Segunda fase								
- Terceiro estágio								
- Imparidades adquiridas ou originadas								
Total (D)							2.268.031	2 268 031
Total (A+B+C+D)							33 822 795	33 822 795

A.3 DISTRIBUIÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO GARANTIDAS POR TIPO DE GARANTIA

A.3.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO PERANTE BANCOS GARANTIDAS P.1

	Exposição bruta	Exposição líquida	Garantias reais				Garantias pessoais	
							(2)	
			(1)				Derivados sobre créditos	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locação financeira	Títulos	Outras garantias reais	CLN	Outros derivados
								Contrapartes centrais
1. Exposições de crédito garantidas em numerário:	22.217	22.217	-	-	20.344	21	-	-
1.1. totalmente garantidas	20.355	20.355	-	-	20.344	21	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. parcialmente garantidas	1.862	1.862	-	-	-	-	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-	-	-
1.3. Exposições de crédito não garantidas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Exposições de crédito «fora de balanço» garantidas:	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. totalmente garantidas	-	-	-	-	-	-	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. parcialmente garantidas	-	-	-	-	-	-	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-	-	-

A.3.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO PERANTE BANCOS GARANTIDAS
p.2

	Garantias pessoais							Total (1)+(2)	
	(2)								
	Derivados de crédito			Garantias de crédito					
	Outros derivados			Administrações públicas	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outros sujeitos		
Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades							
1. Exposições de crédito garantidas por ativos:									20 365
1.1. totalmente garantidas									20 365
- das quais deterioradas									
1.2. parcialmente garantidas									
- das quais deterioradas									
2. Exposições de crédito «fora de balanço» garantidas:									
2.1. totalmente garantidas									
- das quais deterioradas									
2.2. parcialmente garantidas									
- das quais deterioradas									

A.3.2 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO PERANTE A CLIENTELA
GARANTIDAS P.1

	Exposição bruta	Exposição líquida	Garantias reais				Garantias pessoais	
			(1)				(2)	
			Imóveis - hipotecas	Imóveis - locação financeira	Títulos	Outras garantias reais	Derivados sobre créditos	
							CLN	Outros derivados Contrapartes centrais
1. Exposições de crédito garantidas em numerário:	9 806 820	9 638 621			3.693.299	2 393 291		
1.1. totalmente garantidas	6.380.616	6 277 033			3.693.299	2 391 404		
- das quais deterioradas	198.815	131.105			78.996	34.231		
1.2. parcialmente garantidas	3.181.351	3.120.026				1.887		
- das quais deterioradas	8.118	6.021						
2. Exposições de crédito «fora de balanço» garantidas:						40.016		
2.1. totalmente garantidas						38.049		
- das quais deterioradas								
2.2. parcialmente garantidas						1.967		
- das quais deterioradas								

A.3.2 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E FORA DE BALANÇO PERANTE CLIENTES GARANTIDAS

P.2	Garantias pessoais						Total (1)+(2)
	(2)						
	Derivados sobre créditos			Garantias de assinatura			
	Outros derivados			Administrações públicas	Bancos	Outras sociedades financeiras	
Bancos	Outras sociedades financeiras	Outras entidades					
1. Exposições de crédito em numerário garantidas:							
18 942						1.610	6.107.142
1.1. totalmente garantidas							6.084.703
- das quais deterioradas							113.228
1.2. parcialmente garantidas							22 439
18 942						1.610	
- das quais deterioradas							
2. Exposições de crédito «fora de balanço» garantidas:							40.016
2.1. totalmente garantidas							38.049
- das quais deterioradas							
2.2. parcialmente garantidas							1.967
- das quais deterioradas							

B. DISTRIBUIÇÃO E CONCENTRAÇÃO DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO

B.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E «FORA DE BALANÇO»
PERANTE A CLIENTELA

P.1

Exposições/Contrapartes	Administrações públicas		Sociedades financeiras		Sociedades financeiras (das quais: empresas de seguros)	
	Exposição líquida	Ajustes de valor totais	Exposição líquida	Ajustamentos de valor totais	Exposição líquida	Ajustes de valor totais
A. Exposições de crédito em numerário						
A.1 Créditos em incumprimento	-	-	426	(259)		
- das quais exposições objeto de concessões	-	-	-	-		
A.2 Incumprimentos prováveis	-	-	76	(78)		
- das quais exposições objeto de concessões	-	-	-	-		
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	331	(168)	649	(296)		
- das quais exposições objeto de concessões	-	-	-	-		
A.4 Exposições não deterioradas	17.408	(130)	2 998 635	(403)		
- das quais exposições objeto de concessões	-	-	-	-		
Total (A)	17 739	(298)	2 999 786	(1.036)		
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais						
B.1 Exposições deterioradas						
B.2 Exposições não deterioradas						
Total (B)						
Total (A+B) 31/12/2025	17 739	(298)	2.999.786	(1.036)		
Total (A+B) 31/12/2024	16.826	(184)	4.495.954	(3.307)		

B.1 BALANÇO CONSOLIDADO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E «FORA DE BALANÇO» RELATIVAS À
CLIENTES P.2

Exposições/Contrapartes	Empresas não financeiras		Famílias	
	Exposição líquida	Ajustamentos de valor totais	Exposição líquida	Ajustamentos de valor totais
A. Exposições de crédito à vista	-	-	-	-
A.1 Créditos em incumprimento	86 933	(61.404)	121.912	(106 665)
- das quais exposições objeto de concessões	2.306	(596)	23	(22)
A.2 Incumprimentos prováveis	38 079	(19 300)	26 341	(20 954)
- das quais exposições objeto de concessões	5.849	(2.738)	475	(301)
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	109.876	(48.740)	127.564	(57 046)
- das quais exposições objeto de concessões	21	(12)	26	(16)
A.4 Exposições não deterioradas	9 166 089	(54.718)	11 776 432	(59 042)
- das quais exposições objeto de concessões	519	(115)	72	(23)
Total (A)	9 400 977	(184.162)	12 052 249	(243 708)
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais	-	-	-	-
B.1 Exposições deterioradas	-	-	-	-
B.2 Exposições não deterioradas	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2025	9 400 977	(184.162)	12 052 249	(243.708)
Total (A+B) 31/12/2024	8.538.250	(186.066)	13.331.443	(211 325)

B.2 O CONSOLIDADO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE E «FORA DE BALANÇO» PERANTE CLIENTES
P.1

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus	
	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais
A. Exposições de crédito em numerário				
A.1 Créditos em incumprimento	141.398	(125.437)	67.873	(42.891)
A.2 Incumprimentos prováveis	36.014	(26.182)	28.481	(14.151)
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	57.610	(31.897)	180.810	(74.353)
A.4 Exposições não deterioradas	7.509.916	(32.497)	18.889.343	(81.796)
Total (A)	7.744.938	(216.013)	19.166.506	(213.191)
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais				
B.1 Exposições deterioradas	-	-	-	-
B.2 Exposições não deterioradas	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2025	7.744.938	(216.013)	19.166.506	(213.191)
Total (A+B) 31/12/2024	10.266.651	(254.255)	14.444.900	(144.259)

B.2 BALANÇO CONSOLIDADO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR OPERAÇÕES DE
 «ANEXO 15 - TABELA DE BALANÇO»

Exposições/Áreas geográficas	América	Ásia		Resto do mundo	
	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais
A. Exposições de crédito à vista	-	-	-	-	-
A.1 Créditos em incumprimento	-	-	-	-	-
A.2 Incumprimentos prováveis	-	-	-	-	-
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não deterioradas	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais					
B.1 Exposições deterioradas	-	-	-	-	-
B.2 Exposições não deterioradas	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2025	-	-	-	-	-

B.3 BALANÇO CONSOLIDADO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO POR OPERAÇÕES DE
 EXPOSIÇÕES DE BALANÇO»
 BANCOS P.1

Exposições/Áreas geográficas	Itália		Outros países europeus		América
	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas
A. Exposições de crédito à vista					
A.1 Créditos em incumprimento	-	-	-	-	-
A.2 Incumprimentos prováveis	-	-	-	-	-
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não deterioradas	92.822	-	59.054	-	-
Total (A)	92.822	-	59.054	-	-
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais	-	-	-	-	-
B.1 Exposições deterioradas	-	-	-	-	-
B.2 Exposições não deterioradas	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2025	92.822	-	59.054	-	-

B.3 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS EXPOSIÇÕES DE CRÉDITO EM CONTA E «FORA DE BALANÇO»
PERANTE
BANCOS
P.2

Exposições/Áreas geográficas	América	Ásia		Resto do mundo	
	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais	Exposições líquidas	Ajustamentos de valor totais
A. Exposições de crédito à vista					
A.1 Créditos em incumprimento	-	-	-	-	-
A.2 Incumprimentos prováveis	-	-	-	-	-
A.3 Exposições vencidas e deterioradas	-	-	-	-	-
A.4 Exposições não deterioradas	-	-	-	-	-
Total (A)	-	-	-	-	-
B. Exposições de crédito extrapatrimoniais					
B.1 Exposições deterioradas	-	-	-	-	-
B.2 Exposições não deterioradas	-	-	-	-	-
Total (B)	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2025	-	-	-	-	-
Total (A+B) 31/12/2024	-	-	-	-	-

B.4 GRANDES EXPOSIÇÕES

De acordo com as disposições regulamentares em vigor, o número de grandes exposições apresentado na tabela é determinado com base nas «exposições» não ponderadas que excedem 10% do Tier 1, tal como definido pelo Regulamento UE n.º 575/2013 (o chamado CRR) e atualizações subsequentes, onde por «exposições» entende-se a soma dos ativos de risco de caixa e das operações extrapatrimoniais em relação a um cliente, ou a um grupo de clientes ligados, sem a aplicação de fatores de ponderação.

Esses critérios de exposição levam a incluir na tabela do balanço relativa às grandes exposições também entidades que — embora com ponderação igual a 0% ou isentas nos termos do art. 400.º do CRR — apresentem uma exposição não ponderada superior a 10% do Tier 1 para efeitos de grandes riscos.

(€/000)	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
A. Montante (valor de balanço)	946.186	957.701
B. Montante (valor ponderado)	-	-
C. Número	1	1

C. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

ESTRATÉGIAS E PROCESSOS SUBJACENTES ÀS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO E DE CESSÃO DE CRÉDITOS

As operações de titularização são realizadas pela CA Auto Bank com o objetivo de alcançar quatro resultados:

- diversificação das fontes de financiamento: a titularização representa uma importante fonte de financiamento alternativa para a Sociedade em relação à captação bancária ordinária;
- melhoria da posição de liquidez: a capacidade potencial da Sociedade para titularizar créditos representa também um importante apoio à sua posição de liquidez. O excelente desempenho das operações realizadas até à data, aliado à reputação das sociedades operacionais no papel de «servicer», garante, de facto, a acessibilidade imediata deste instrumento, caso se verifiquem situações de dificuldade nos outros mercados financeiros de referência;
- otimização do custo de financiamento: as estruturas utilizadas para realizar as titularizações e a qualidade da carteira cedida permitem, através da obtenção de uma notação elevada, obter um custo de financiamento competitivo;
- eventual otimização das atividades ponderadas pelo risco associadas à carteira titularizada, tanto através de operações tradicionais como de operações sintéticas.

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO TRADICIONAIS

As operações de titularização atualmente em vigor, realizadas pela CA Auto Bank nos termos da Lei n.º 130/1999, prevêem a cessão de carteiras de créditos a Entidades de Finalidade Específica (SPE) constituídas para o efeito, cuja aquisição é financiada através das receitas provenientes da emissão, pelas próprias SPE, de séries de Títulos Assegurados por Ativos emitidos em diferentes classes: Títulos Senior, Títulos Mezzanine e Títulos Junior.

Sempre que as condições de mercado o permitam, os Títulos Seniores e, eventualmente, os Títulos Mezaninos e Juniores podem ser oferecidos a investidores profissionais europeus ou ser refinanciados de forma privada, na totalidade ou em parte.

Os Títulos Sénior podem também ser utilizados no âmbito de operações de refinanciamento conduzidas pelo Banco Central e, nesse caso, os Títulos são subscritos pelo próprio Originador (as chamadas operações de «autocartolarização» ou «retained»).

No caso de operações cujos Títulos Sénior e Mezaninos estejam cotados numa bolsa regulamentada, esses Títulos são dotados de uma notação pública de, pelo menos, duas agências de notação. Por outro lado, as operações de tipo privado não prevêem, normalmente, a atribuição de uma notação aos Títulos.

A colocação de Títulos Mezzanine e Junior é tipicamente efetuada com o objetivo de otimizar as atividades ponderadas pelo risco associadas à carteira titularizada, conforme mencionado acima.

A operação de titularização pode ser do tipo «revolving», prevendo, isto é, que a Sociedade Originadora tenha a faculdade de ceder, periodicamente, créditos adicionais no respeito das restrições previstas no contrato de titularização e dentro dos limites do montante do próprio programa, por um período pré-estabelecido, de modo a manter a carteira existente a um nível constante igual ao existente no momento da emissão inicial, ou pode ser do tipo «amortizing», em que, não tendo a Sociedade Originadora a possibilidade de ceder créditos adicionais, a carteira está sujeita a amortização desde o momento da emissão dos Títulos.

No final do período revolving, ou desde o momento da emissão dos Títulos ABS no caso de a operação ser do tipo «amortizing», face à amortização da carteira, ocorrerá o consequente reembolso dos Títulos ABS emitidos, de acordo com a prioridade previamente estabelecida.

ESTRUTURA REVOLVING

As operações, caso sejam do tipo «revolving», tal como descrito anteriormente, podem prever que, durante um período pré-determinado, a SPE possa adquirir novas carteiras de créditos, com a mesma natureza económico-jurídica e perfil de risco semelhante, financiando a sua aquisição tanto com os rendimentos de capital decorrentes dos recebimentos obtidos sobre os créditos que fazem parte da carteira existente no momento da emissão dos títulos ABS, e dos quais a Sociedade Originadora se tenha tornado anteriormente cessionária, como de emissões adicionais de títulos dentro dos limites de montante do programa de titularização.

No final da fase revolving, os títulos emitidos são reembolsados com um perfil de amortização que segue o dos créditos subjacentes.

A estrutura revolving permite a amortização dos custos fixos da operação ao longo de um período mais extenso, otimizando o custo da operação.

GESTÃO DA LIQUIDEZ (LIQUIDITY LINE)

Pode ser solicitado à Sociedade Originadora, em função das metodologias de avaliação das Agências de Notação, que aloque uma linha de liquidez ou um depósito de caixa para apoiar a SPE, sob formas que podem ser formalmente diferentes entre si.

O montante deste valor é determinado contratualmente e é suficiente para permitir que o veículo faça face a necessidades temporárias de liquidez (normalmente, nas datas de pagamento) que possam surgir na aplicação da «waterfall» dos pagamentos, tal como descrito a seguir.

ESTRUTURA DA «WATERFALL»

A «waterfall», ou «cascata» de pagamentos, identifica quais são as prioridades na alocação do dinheiro disponível no âmbito da SPE.

Normalmente, todas as operações de titularização têm uma estrutura em cascata semelhante, que prevê uma ordem predefinida dos pagamentos a efetuar em cada data de pagamento.

No caso de operações originadas de créditos de retalho, nas quais se opera geralmente uma distinção entre a componente «Income» (equivalente à componente de desconto resultante da cessão do crédito) e a componente «Principal» dos recebimentos obtidos pela SPE, a cascata prevê — de forma simplificada — os seguintes tipos de pagamentos:

RENDIMENTO

- a) despesas do veículo (principalmente despesas relativas aos prestadores de serviços da operação);
- b) swaps (previstos contratualmente para fins de imunização do risco de taxa de juro da SPE);
- c) remuneração do Servicer;
- d) juros sobre os títulos;
- e) reabastecimento/remuneração da linha de liquidez;
- f) provisão para cobertura de créditos vencidos;
- g) outras rubricas.

PRINCIPAL

- a) cobertura de eventuais pagamentos previstos mas não efetuados no âmbito da cascata de receitas acima referida;
- b) aquisição de créditos (durante o período de renovação);
- c) reembolso dos Títulos emitidos (no final do eventual período rotativo);
- d) outras rubricas.

No caso de operações originadas por créditos de Financiamentos Wholesale, dadas as diferentes características da carteira, é geralmente aplicada uma gestão de tesouraria que prevê, face à receção dos seguintes fluxos de entrada:

- a) saldo da conta corrente;
- b) liberação de fundos da estrutura sobre a Reserva de Caixa;
- c) receitas da carteira de créditos;
- d) eventual emissão de novos títulos sénior;
- e) eventual emissão de novos Títulos Júnior.

O pagamento dos seguintes fluxos:

- a) despesas do veículo;
- b) juros sobre os Títulos Senior;
- c) provisões na estrutura da Reserva de Caixa;
- d) aquisição de créditos (durante o período de renovação);
- e) eventual reembolso de Títulos Sénior;
- f) juros sobre Títulos Júnior;
- g) eventual reembolso de Títulos Júnior.

ATIVIDADES DE SERVIÇO

A função de Servicer nas operações de titularização é sempre desempenhada pela Sociedade Originadora.

A função de Servicer nas operações pressupõe o cumprimento de uma série de parâmetros qualitativos relacionados com a gestão correta dos ativos subjacentes aos Títulos emitidos pela SPE, bem como uma estrutura organizacional adequada em termos de gestão e pessoal especializado.

Operacionalmente, o Servicer assegura:

- gerir os contratos em vigor de acordo com as suas políticas de crédito e cobrança e com a legislação, em concertação com a SPV e o administrador fiduciário/representante dos detentores de títulos das transações, e cumprindo as obrigações de informação, nomeadamente às agências de notação, em caso de eventos relevantes;
- efetuar o registo dos recebimentos e das cobranças, transferindo os respetivos montantes. Os recebimentos efetuados pelo Servicer das várias operações são transferidos para a SPE de acordo com prazos predefinidos em cada transação (normalmente diariamente) e são mantidos em contas correntes remuneradas até à primeira data de pagamento útil, na qual são utilizados para os pagamentos previstos na cascata, ou, em alternativa, no caso de operações na Fase Warehouse ou na Fase ABS Revolving, até à data em que possam ser utilizados para o pagamento do preço de compra relativo a cessões posteriores de créditos;
- realizar atividades de monitorização, elaboração de relatórios e verificação da operação (as funções de Agente Pagador/Agente de Cálculo/Banco Agente são atribuídas a uma entidade bancária terceira).

A atividade de Servicing é remunerada pela SPE com base nas condições de mercado.

AGÊNCIAS DE NOTAÇÃO

As operações de titularização foram estruturadas de forma a obter, no caso de operações públicas, pelo menos a notação AA para os Títulos Senior emitidos pela SPE. Para todas as operações públicas em curso, foi obtida uma notação dos Títulos ABS (Sénior e Mezanino, excluindo os Júnior) por pelo menos duas das quatro principais Agências de Notação elegíveis no Eurosistema (Standard&Poor's, Moody's Investor Service, DBRS e Fitch Ratings). Os títulos ABS das operações privadas podem, por outro lado, ser ou não dotados de notação (se atribuída, é de forma privada), consoante as necessidades do subscritor.

DESEMPENHO DAS TITULIZAÇÕES

Verifica-se um excelente desempenho das carteiras cedidas, tanto através dos relatórios produzidos pelo Servicer, como nos relatórios elaborados pelo Calculation Agent (em benefício dos investidores, no caso de operações públicas).

Isto é também evidenciado, em alguns casos, pela revisão positiva («upgrade») das notações atribuídas pelas agências aos títulos de algumas operações.

As carteiras respeitam amplamente os limites e as restrições previstos nas diversas operações, sem que se tenha verificado qualquer evento que tenha determinado a não conformidade da carteira em relação aos gatilhos com base nos quais a mesma é monitorizada.

O acompanhamento dos gatilhos relativos à carteira é efetuado, no que diz respeito às operações originadas de créditos de retalho, em cada data de cessão (o acompanhamento não é efetuado no caso de operações «amortizantes», uma vez que, sendo a carteira, neste caso,

estático, ou seja, não está sujeito a alterações decorrentes de cessões revolving, está sujeito apenas à avaliação inicial das agências de notação de risco e, por conseguinte, a recolha de dados sobre o desempenho tem um valor meramente informativo).

No que diz respeito às operações originadas de créditos de Financiamentos Wholesale, o acompanhamento dos gatilhos e do desempenho da carteira é realizado com periodicidade pelo menos mensal, e observam-se tendências regulares no desempenho dos créditos cedidos.

OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO SINTÉTICA

A Sociedade realizou, no primeiro semestre de 2023, três operações de titularização sintética, com o objetivo de otimizar os ativos ponderados pelo risco, através da emissão, em 6 de abril de 2023, de três séries de *Credit Linked Notes* num montante total de 906,2 milhões de euros.

As três operações sintéticas dizem respeito a créditos a prestações e contratos de locação financeira a particulares, créditos a prestações e contratos de locação financeira a PME e créditos a concessionários, originados pela CA Auto Bank S.p.A. ou pelas suas filiais em diversas jurisdições europeias (Itália, Alemanha, França, Espanha).

Das três operações, a relativa a créditos a concessionários foi objeto de uma reestruturação em outubro de 2023, na sequência do bom desempenho das cobranças.

No final de 2025, o montante de Credit Linked Notes em vigor ascendia a 174,6 milhões de euros.

RISCOS RELACIONADOS COM A OPERAÇÃO EM TITULARIZAÇÕES

As empresas do Grupo participam nos programas na qualidade de originadoras, gestoras e investidoras de uma ou mais classes de títulos e são responsáveis pela estruturação das operações de titularização e pela realização dos controlos e da monitorização para o bom desenrolar das mesmas, bem como pela atividade de gestão, incluindo a elaboração dos relatórios periódicos previstos contratualmente.

As Sociedades realizam operações de titularização tradicionais que têm por objeto empréstimos destinados à aquisição de veículos automóveis (crédito ao consumo, ou também «autoloans») ou ainda créditos decorrentes de contratos de locação financeira.

Para essas operações de titularização, a entidade Treasury formalizou um procedimento com o objetivo de descrever e regulamentar o processo de gestão e controlo da operação.

O risco decorrente de operações de titularização representa o risco de que a substância económica da operação de titularização não se reflita plenamente nas decisões de avaliação e gestão do risco.

O Grupo considera que o risco decorrente de titularizações poderá surgir caso o cálculo do requisito de capital seja determinado pelo banco com base nas posições relativas à titularização, em vez de nas ativos subjacentes. Apenas neste caso poderá surgir o risco de o requisito de capital não ser suficientemente representativo do risco efetivo da operação.

O tratamento contabilístico não tem relevância para efeitos prudenciais, uma vez que, em conformidade com o princípio contabilístico IFRS 9, os ativos titularizados continuam a ser apresentados no balanço com base nas seguintes considerações:

-
- a) os riscos e benefícios relativos à carteira cedida não são integralmente transferidos para terceiros;

- b) o cedente continua a exercer controlo sobre a carteira cedida;
- c) o cedente também realiza a atividade de servicing.

No caso de as operações de titularização serem realizadas sem a desreconhecimento dos créditos, em virtude da subscrição – por parte da CA Auto Bank – da tranche de primeira perda (junior notes), a quantificação desse risco está incluída no âmbito do capital interno relativo ao risco de crédito.

Nesse caso, tendo em conta o duplo papel de cedente dos créditos e de subscritor da tranche subordinada dos títulos, e considerando que (em conformidade com as Instruções de supervisão em matéria de titularizações, que estabelecem que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relativas a uma mesma titularização não pode ser superior ao valor ponderado dos ativos titularizados, calculado como se estes últimos não tivessem sido titularizados) o requisito de capital é calculado com base nos ativos subjacentes e, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), a quantificação desse risco está incluída no âmbito do capital interno para o risco de crédito.

Ausenta-se, portanto, neste caso, a incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações, que resultam de uma categorização explícita para efeitos do cálculo dos requisitos de capital.

Por outro lado, no caso de as operações de titularização serem realizadas com a desreconhecimento dos créditos apenas para fins prudenciais, a CA Auto Bank procede a uma avaliação específica do risco decorrente das titularizações relativamente à transferência efetiva do risco de crédito subjacente às relações titularizadas.

As Sociedades não se propõem determinar uma avaliação quantitativa (capital interno) face a esse risco, mas sim avaliar as metodologias e os processos implementados para controlar e mitigar o próprio risco.

Por conseguinte, as titularizações realizadas pela empresa apresentam, alternativamente, absorções de capital iguais à absorção relativa aos ativos cedidos (em conformidade com as Instruções de supervisão em matéria de titularizações, que estabelecem que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relativas a uma mesma titularização não pode ser superior ao valor ponderado dos ativos titularizados, calculado como se estes últimos não tivessem sido titularizados) ou, no caso de se proceder à desreconhecimento do crédito apenas para efeitos prudenciais, como no caso da operação A-Best Twenty-Three S.à.r.l., A-Best Twenty-Four S.r.l. e A-Best Twenty-Five S.r.l. ou das operações de titularização sintética implementadas ao longo de 2023, absorções de capital iguais às determinadas com base nas posições detidas pelo banco em relação a essas titularizações.

No que diz respeito ao risco decorrente de titularizações, ou seja, o risco de que a substância económica da operação de titularização não se reflita plenamente nas decisões de avaliação e gestão do risco, uma vez que a transferência significativa do risco é obtida nos termos do Regulamento (UE) 2017/2401, através da realização de uma avaliação específica do risco decorrente de titularizações e das metodologias e processos implementados para controlar e mitigar esse risco, considera-se que não existe risco decorrente de titularizações.

O Grupo considera, portanto, que não existe incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações, as quais são explicitamente classificadas para efeitos do cálculo dos requisitos de fundos próprios.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de fazer face aos riscos de titularização, a CA Auto Bank dotou-se de:

- um modelo organizacional articulado;
- um processo para a identificação, monitorização e atenuação dos riscos de titularização, formalizado em procedimentos internos específicos.

Cada nova operação de titularização, estruturada pelo departamento de Securitização e Transferência de Risco da Direção de Tesouraria, é validada pelo Diretor Financeiro do Grupo, sendo submetida à aprovação do comité NPA, presidido pelo CEO e Diretor Geral, pelas suas linhas de frente e pelas funções de controlo interno de segundo nível.

A ata de aprovação e os eventuais pareceres emitidos pelas funções de controlo de segundo nível da empresa são enviados, juntamente com o conceito do produto, ao Conselho de Administração para aprovação final.

O departamento de Securitização e Transferência de Risco, integrado na Direção de Tesouraria, é responsável por:

- a estruturação de todas as operações do grupo e pela gestão direta (em Itália) e pela supervisão (no estrangeiro) das atividades de servicing das operações de titularização realizadas, bem como pela gestão das relações com as agências de notação e com os investidores;
- a execução dos controlos de nível 2.1. Os controlos de nível 1 são, por sua vez, efetuados diretamente pelos mercados.

O Risk & Permanent Control define e desenvolve as metodologias, políticas e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e atenuação dos riscos de titularização de 2.º nível; além disso, emite o seu parecer no âmbito do Comité NPA.

A Auditoria Interna verifica a adequação do sistema de controlo interno e a conformidade com a regulamentação relativa à gestão das operações de titularização e das atividades de servicing realizadas pela CA Auto Bank S.p.A. Além disso, a função de Auditoria Interna realiza uma revisão bienal em conformidade com as Orientações sobre a notificação das operações de titularização (artigos 6.º a 8.º do Regulamento de Titularização).

Os instrumentos de controlo previstos pela empresa articulam-se nos seguintes processos:

- controlo de toda a documentação e da estrutura contratual da operação por parte da Unidade de Tesouraria - Securitização e Transferência de Risco, em colaboração com escritórios de advogados internos e externos;
- controlo da correção e da adequação económica da operação no seu conjunto por parte da Unidade de Tesouraria - Securitização e Transferência de Risco;
- A Risk & Permanent Control é igualmente responsável diretamente pelos controlos permanentes de segundo nível sobre as operações de titularização.

Salienta-se ainda que todas as operações realizadas até ao momento tiveram um desempenho em linha com as expectativas, tanto em termos de adequação dos fluxos de caixa em relação às previsões efetuadas no momento do lançamento da operação, como no que diz respeito ao cumprimento dos principais indicadores (triggers) relativos à carteira.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

As tabelas em anexo resumem as informações relativas às principais operações de titularização em vigor a 31 de dezembro de 2025.

Recorde-se que as seguintes operações, tendo como Sociedade Originadora do Grupo, foram encerradas durante o presente exercício ou em exercícios anteriores, através do exercício, por parte da Originadora, no final do período de amortização, da opção de «clean-up» prevista contratualmente, pela qual a Originadora se reserva a possibilidade, ao atingir um limiar mínimo de carteira previsto contratualmente, de readquirir a carteira residual para poder encerrar a operação:

SPV	Data de Clean-up
A-BEST TWENTY FT	22/03/2025

CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

€/000	A-BEST NINETEEN UG			A-BEST TWENTYONE UG		
Start date	November-20			August-21		
Transaction type	Public			Public		
Originator	CA Auto Bank S.p.A. (German Branch)			CA Auto Bank S.p.A. (German Branch)		
Servicer	CA Auto Bank S.p.A. (German Branch)			CA Auto Bank S.p.A. (German Branch)		
Arranger	Banca IMI / Unicredit / Crédit Agricole - CIB			Unicredit / Crédit Agricole - CIB		
Joint Lead Manager	Banca IMI / Unicredit / Crédit Agricole - CIB			Unicredit / Crédit Agricole - CIB		
Underlying assets	German AutoLoans			German AutoLoans and Leasing		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000	NA			NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	0	0,00%	1M E+70	25.981	23,10%	1M E+70
Class B (Mezzanine)	8.903	13,20%	65	20.700	18,40%	65
Class C (Mezzanine)	18.200	26,90%	125	20.200	17,90%	125
Class D (Mezzanine)	10.300	15,20%	198	15.500	13,80%	198
Class E (Mezzanine)	10.700	15,80%	350	12.700	11,30%	350
Class M (Junior)	19.600	28,90%	650	17.500	15,50%	650
Class X	-	0,00%	-	-	0,00%	-
Current rating	Fitch	Moody's		Fitch	Moody's	
Class A (Senior)				AAA	Aaa	
Class B (Mezzanine)	AAA	Aaa		AAA	Aaa	
Class C (Mezzanine)	AAA	Aaa		AAA	Aaa	
Class D (Mezzanine)	AAA	Aaa		AAA	Aaa	
Class E (Mezzanine)	AAA	Aaa		AAA	Aaa	
Class M (Junior)	Unrated			Unrated		
Class X	NA			NA		

NOTAS

(1) Limite do Programa financiado por terceiros NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada

(anos) VR = Rendimento variável

1M E = Euribor a 1

mês 1M L = Libor a 1

mês

Cupão (bps) = taxa de base + margem

€/000	A-BEST TWENTYTWO S.r.l.			A-BEST TWENTY-THREE S.à r.l.		
Start date	October-23			November-2024		
Transaction type	Public			Public		
Originator	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A. Niederfassung Deutschland		
Servicer	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A. Niederfassung Deutschland		
Arranger	Crédit Agricole-CIB / Unicredit			Crédit Agricole-CIB		
Joint Lead Manager	NA			Crédit Agricole-CIB UNICREDIT BANK GMBH BANCO SANTANDER S.A.		
Underlying assets	Italian AutoLoans			German AutoLoans		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000	NA			NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	589.146	71,90%	1M E+100	303.738	79,20%	1M E +63
Class B (Mezzanine)	79.300	9,70%	475	22.904	6,00%	130
Class C (Mezzanine)	64.900	7,90%	490	18.842	4,90%	160
Class D (Mezzanine)	28.900	3,50%	500	12.619	3,30%	190
Class E (Mezzanine)	14.400	1,80%	525	12.100	3,20%	240
Class M (Junior)	43.000	5,20%	600	13.483	3,50%	620
Class X		0,00%			0,00%	495
Current rating	S&P	Fitch		Fitch	Moody's	
Class A (Senior)	AA+	AA+		AAA	Aaa	
Class B (Mezzanine)	AA+	AA+		AA+	Aa1	
Class C (Mezzanine)	AA-	A+		AA-	Aa2	
Class D (Mezzanine)	A	A-		A+	A1	
Class E (Mezzanine)	BBB+	BBB+		BBB+	Baa1	
Class M (Junior)	Unrated			Unrated	B2	
Class X	NA					

NOTAS

(1) Limite do Programa financiado por contrapartes

terceiras NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada

(anos) VR = Rendimento variável

1M E = Euribor a 1

mês 1M L = Libor a 1

mês

Cupão (bps) = taxa de base + margem

€/000	A-BEST TWENTY-FOUR S.R.L			A-BEST TWENTY-FIVE S.R.L		
Start date	November-2025 (restructuring, new ISIN emission)			December-2024		
Transaction type	Public			Public		
Originator	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Servicer	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Arranger	Crédit Agricole-CIB			Crédit Agricole-CIB		
Joint Lead Manager				BofA Securities Europe S.A. Crédit Agricole-CIB UniCredit Bank GmbH		
Underlying assets	Italian AutoLoans			Italian AutoLoans		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000	NA			NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	805.000	86,30%	1M E +72	249.938	81,40%	1M E +82
Class B (Mezzanine)	56.400	6,00%	115	24.640	8,00%	125
Class C (Mezzanine)	16.400	1,80%	130	9.577	3,10%	160
Class D (Mezzanine)	20.000	2,10%	160	8.707	2,80%	250
Class E (Mezzanine)	31.000	3,30%	175	9.577	3,10%	400
Class M (Junior)	2.400	0,30%	250	4.789	1,60%	614
Class X	2.000	0,20%	250		0,00%	535
Current rating	DBRS	Fitch		DBRS	Fitch	
Class A (Senior)	AAA	AA+		AAA	AA+	
Class B (Mezzanine)	AA	AA		AA-	A+	
Class C (Mezzanine)	A+	A+		A	A-	
Class D (Mezzanine)	A-	A		BBB+	BBB	
Class E (Mezzanine)	BBB+	BBB+		BBB-	BB+	
Class M (Junior)	Unrated			CCC	Unrated	
Class X	Unrated					

NOTAS

(1) Limite do Programa financiado por contrapartes

terceiras NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada

(anos) VR = Rendimento variável

1M E = Euribor a 1

mês 1M L = Libor a 1

mês

Cupão (bps) = taxa de base + margem

€/000	NIXES SIX PLC			RAST SA RL		
Start date	December-13			December-23		
Transaction type	Private			Private		
Originator	CA Auto Finance UK Ltd			FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH		
Servicer	CA Auto Finance UK Ltd			FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH (acting through its UK Branch)		
Arranger	Crédit Agricole-CIB			BAML		
Underlying assets	UK AutoLoans			UK AutoLoans		
Currency (CCY)	GBP			GBP		
Transfer of collections (frequency)	daily			daily		
Programme Amount CCY/000	1,050,000,000 (1)			500000000 (1)		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Class A (Senior)	947.233	65,60%	NA	406.024	87,60%	NA
Class M (Junior)	497.371	34,40%	VR	57.561	12,40%	VR
Current rating (private)						
Class A (Senior)	Unrated			Unrated		
Class M (Junior)	Unrated			Unrated		

NOTAS

(1) Limite do Programa financiado por contrapartes

terceiras NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada

(anos) VR = Rendimento variável

1M E = Euribor a 1

mês 1M L = Libor a 1

mês

Cupão (bps) = taxa de base + margem

€/000	PERSEVERANCE SERIES I			PERSEVERANCE SERIES II		
Start date	April-23			April-23		
Transaction type	Private			Private		
Originator	CA Auto Bank S.p.A. CA Auto Bank S.p.A. (German Branch) CA Auto Bank S.p.A. (French Branch) CA Auto Bank S.p.A. (Spanish Branch)			CA Auto Bank S.p.A. CA Auto Bank S.p.A. (German Branch) CA Auto Bank S.p.A. (French Branch) CA Auto Bank S.p.A. (Spanish Branch)		
Servicer	CA Auto Bank S.p.A.			CA Auto Bank S.p.A.		
Arranger	Crédit Agricole-CIB			Crédit Agricole-CIB		
Underlying assets	Auto Loan/Lease			Auto Loan/Lease		
Currency (CCY)	EUR			EUR		
Transfer of collections (frequency)	NA			NA		
Programme Amount CCY/000	NA			NA		
Notes outstanding	Amount	%	Coupon (bps)	Amount	%	Coupon (bps)
Senior Tranche	1.073.441	89,20%	NA	408.981	90,10%	NA
Junior Tranche	129.609	10,80%	NA	44.956	9,90%	NA
Current rating (private)						
Senior Tranche	Unrated			Unrated		
Junior Tranche	Unrated			Unrated		

NOTAS

(1) Limite do Programa financiado por contrapartes

terceiras NA = Não aplicável

WAL (aa) = Duração média ponderada

(anos) VR = Rendimento variável

1M E = Euribor a 1

mês 1M L = Libor a 1

mês

Cupão (bps) = taxa base + margem

C.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DECORRENTES DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO «PRÓPRIAS»,
REPARTIDAS POR TIPO DE ATIVIDADE TITULARIZADA E POR TIPO DE EXPOSIÇÃO

p.1

Tipo de ativos titularizados/Exposições	Exposições em numerário					
	Sénior		Mezzanine		Junior	
	Valor de Ajustamentos/recuperações contábilísticas valor		Valor de contábilísticas	Ajustes/correções valor	Valor de Ajustes/recuperações contábilísticas valor	
A. Objeto de cancelamento integral do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- das quais deterioradas	-	-	-	-	-	-
B. Objeto de cancelamento parcial do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
C. Não excluídos do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	362 255	-	268 872	-	701 783	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-

C.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DECORRENTES DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO «PRÓPRIAS»,
REPARTIDAS POR TIPO DE ATIVIDADE TITULARIZADA E POR TIPO DE EXPOSIÇÃO

p.2

Tipo de ativos titularizados/Exposições	Garantias prestadas					
	Sénior		Mezzanine		Júnior	
	Exposição ções líquidas	Ajustes/recupera de valor	Exposição ções líquidos	Ajustes/recupera de valor	Exposição ções líquidos	Ajustes/recupera de valor
A. Objeto de cancelamento integral do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
B. Objeto de cancelamento parcial do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
C. Não eliminadas do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-

C.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - EXPOSIÇÕES DECORRENTES DAS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO «PRÓPRIAS»,
REPARTIDAS POR TIPO DE ATIVIDADE TITULARIZADA E POR TIPO DE EXPOSIÇÃO

p.3

Tipo de atividade titularizada/Exposições	Linhas de crédito					
	Sênior		Mezzanine		Júnior	
	Exposição es do valor líquido	Ajustes/recuperaçõ valor	Exposição es de valor líquido	Ajustes/recuperaçõ valor	Exposição es do valor líquido	Ajustes/recuperaçõ valor
A. Objeto de cancelamento integral do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
B. Objeto de cancelamento parcial do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
C. Não eliminadas do balanço						
Factoring	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-
Outros financiamentos	-	-	-	-	-	-
- dos quais deteriorados	-	-	-	-	-	-

C.3 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES DE ESTRUTURA ESPECIAL PARA A TITULARIZAÇÃO

Nome da titularização/Denominação da sociedade veículo	Sede social	Consolidação	Ativos			Passivo		
			Créditos	Titulos de dívida	Outros	Sênior	Mezzanine	Júnior
A-BEST TWENTYONE UG	Frankfurt sobre Menos-Alemanha	Integral	103.322		11.098	23.545	69.100	17.500
A-BEST TWENTYTWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália	Integral	804.046		57.003	629.674	187.500	43.000
A-BEST TWENTY-THREE S.À R.L.	Frankfurt sobre Menos-Alemanha	Integral	381.677		22.922	303.241	66.465	13.483
A-BEST TWENTY-FOUR S.R.L.	Conegliano – Itália	Integral	888.580		83.674	808.284	123.800	4.400
A-BEST TWENTY-FIVE S.R.L.	Conegliano – Itália	Integral	299.038		19.871	251.440	52.502	4.789
NIXES SIX PLC	Londres - Reino Unido	Integral	1.395.383		76.569	947.233		497.371
RASTSRL	Frankfurt am Main – Alemanha	Integral	442.636		19.187	465.304		65.964

C.4 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – SOCIEDADES DE ESTRUTURA PARA A TITULARIZAÇÃO NÃO CONSOLIDADAS

Não existem sociedades veículo para titularizações não consolidadas.

C.5 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – ATIVIDADE DE SERVIÇO DE RECOBRANÇA – TITULARIZAÇÕES PRÓPRIAS: RECEITAS DE CRÉDITOS TITULARIZADOS E REEMBOLSOS DE TÍTULOS EMITIDOS PELA SOCIEDADE VEÍCULO PARA A TITULARIZAÇÃO

Servicer	Sociedade veículo	Ativos titularizados (dado no final do período)		Cobranças de créditos realizadas no ano		Percentagem de títulos reembolsados (dado no final do período)					
		Imparidade	Não deteriorados	Deterioradas	Não deterioradas	Sênior		Mezanino		Junior	
						Ativos deteriorados	Não deteriora das	Ativos deteriorados	Ativos não deteriora dos	Ativos deteriorados	Ativos não deteriora dos
CAAUTOBANCO S.p.A. (Sucursal na Alemanha)	A-Best Twenty-One B.V.	3.318	100.005	1.807	75.129						
CA Auto Bank S.p.A.	A-Best Twenty-Two S.r.l.	13.938	790.108	3.854	359.333						
CAAUTOBANCO S.p.A. (Filial na Alemanha)	A-Best Twenty-Three S.à r.l	6.667	375.010	3.795	165.829						
CA Auto Bank S.p.A.	A-Best Twenty-Four S.r.l.	5.293	883.288	585	196.330						
CA Auto Bank S.p.A.	A-Best Twenty-Five S.r.l.	2.160	296.878	351	127.989						
CA Auto Finance UK LTD.	Nixes Six PLC	4.325	1 391 058	-	806.877						
Ferrari Financial Services GmbH que atua através de a sua sucursal no Reino Unido)	RASTS.àr.l.	6.232	436.404	6.627	400.579						

C.6 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – SOCIEDADE VEÍCULO PARA A CARTOLARIZAÇÃO CONSOLIDADAS

Denominação das empresas	Sede
Nixes Six Plc	Londres - Reino Unido
A-BEST NINETEEN UG	Frankfurt am Main - Alemanha
A-BEST TWENTY-ONE UG	Amesterdão - Países Baixos
A-BEST TWENTY-TWO S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-BEST TWENTY-THREE Sà.r.s	Luxemburgo - Luxemburgo
A-BEST TWENTY-FOUR S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
A-BEST TWENTY-FIVE S.r.l.	Conegliano (TV) - Itália
RACE AUTO SECURITIZATION TRANSACTION S.A.R.L.	Luxemburgo - Luxemburgo

D. OPERAÇÕES DE CESSÃO

A. ATIVIDADES FINANCEIRAS ALIENADAS E NÃO TOTALMENTE BAIXADAS DO BALANÇO

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

Para além do já exposto no «Ponto C. Operações de Titularização», para o qual se remete, a CA Auto Bank realiza, a título residual, operações de cessão realizadas nos termos da Lei n.º 52/1991 (Factoring), que são levadas a cabo com o objetivo de alcançar dois resultados:

- melhoria da posição de liquidez;
- desconsolidação de alguns ativos, no caso de a cessão ser efetuada «sem recurso».

TIPOS DE OPERAÇÕES

É possível distinguir, essencialmente, dois tipos diferentes de operações:

- operações de factoring em regime rotativo;
- operações de factoring em regime não rotativo.

OPERAÇÕES DE FACTORING EM BASE ROTATIVA

Neste caso, o cessionário (Factor) procede à aquisição de créditos com periodicidade pré-definida ao longo de um período de tempo pré-definido. A Sociedade Originadora tem a possibilidade de ceder, periodicamente, novos créditos, respeitando as restrições previstas no contrato de cessão. A aquisição dessas carteiras de créditos é financiada pelo cessionário (Factor). No final do período de cessão, a carteira começará a amortizar-se e, conseqüentemente, ocorrerá o reembolso do montante financiado.

OPERAÇÕES DE FACTORING EM BASE NÃO ROTATIVA

Neste caso, o comprador (Factor) procede à aquisição de créditos de acordo com o proposto pelo cedente. A aquisição desses créditos é financiada pelo Factor, em função dos limites de crédito atribuídos a cada um dos devedores cedidos.

Em dezembro de 2025, foi concluída uma cessão de créditos sem recurso IAS numa base não rotativa no valor de cerca de 266 milhões de euros.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

D.1 CONSOLIDAÇÃO PRUDENCIAL – ATIVOS FINANCEIROS CEDIDOS RECONHECIDOS NA TOTALIDADE E PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS: VALORES DE BALANÇO

			Ativos financeiros alienados reconhecidos na totalidade				Passivos financeiros associados		
			Valor de balanço	dos quais: objeto de operações de titularização	dos quais: objeto de contratos de venda com cláusula de recompra	dos quais deteriorados	Valor contabilístico	dos quais: objeto de operações de titularização	dos quais: objeto de contratos de venda com cláusula de recompra
A. Ativos financeiros detidos para negociação			-	-	-	X	-	-	-
1. Títulos de dívida			-	-	-	X	-	-	-
2. Títulos de capital			-	-	-	X	-	-	-
3. Financiamentos			-	-	-	X	-	-	-
4. Derivados			-	-	-	X	-	-	-
B. Outros ativos financeiros que devem ser avaliados ao justo			-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida			-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital			-	-	-	X	-	-	-
3. Financiamentos			-	-	-	-	-	-	-
C. Ativos financeiros designados ao justo valor			-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida			-	-	-	-	-	-	-
2. Financiamentos			-	-	-	-	-	-	-
D. Ativos financeiros avaliados pelo justo valor com impacto no rendimento global			-	-	-	-	-	-	-
1. Títulos de dívida			-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital			-	-	-	X	-	-	-
3. Financiamentos			-	-	-	-	-	-	-
E. Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado			3.316.360	3.316.360	-	41.931	3.584.782	3.584.782	-
1. Títulos de dívida			-	-	-	-	-	-	-
2. Financiamentos			3 316 360	3.316.360	-	41.931	3.584.782	3.584.782	-
Total 31/12/2025			3.316.360	3.316.360	-	41.931	3 584 782	3.584.782	-
Total 31/12/2024			3.414.019	3.414.019	-	23.356	3.762.177	3.762.177	-

B. ATIVIDADES FINANCEIRAS ALIENADAS E BAIXADAS NA TOTALIDADE COM REGISTRO DO CONTINUING INVOLVEMENT

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

Durante o mês de dezembro de 2025, foi concluída a operação de factoring sem recurso com reconhecimento do envolvimento contínuo. O valor nominal dos créditos cedidos ascendeu a cerca de 266 milhões de euros.

Conforme exigido pela norma contabilística IFRS 7, especifica-se que nas rubricas «Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado» e «Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado» do balanço do presente exercício está registado o montante máximo de juros a pagar ao cessionário a título de garantia até 90 dias após a data de vencimento do crédito cedido.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

A seguir, apresenta-se a informação prevista na IFRS 7:

- o montante máximo de encargos a reconhecer ao cessionário, a título de garantia até 90 dias após a data de vencimento do crédito cedido, em 31 de dezembro de 2025, é de 11,8 milhões de euros;
- na rubrica «Juros passivos e encargos assimilados» da demonstração de resultados do presente balanço estão registados, num montante de 365 mil euros, os juros vencidos em 31 de dezembro de 2025 e relativos ao crédito cedido. Esses juros foram calculados sobre o montante da exposição antecipada ao cessionário.

E.4 OPERAÇÃO DE COVERED BOND

No final do exercício, não existem operações de «covered bond» em curso.

1.2 RISCOS DE MERCADO

A. ASPECTOS GERAIS

O risco de mercado é o risco de perda gerado pela atividade nos mercados relativos a instrumentos financeiros (carteira de negociação para efeitos de supervisão), moedas e mercadorias, decorrente da evolução dos fatores de mercado ou da situação do emitente. O tipo de risco de mercado a que a CA Auto Bank está atualmente exposta é o risco cambial.

O risco cambial surge na sequência da atividade de financiamento a filiais estrangeiras em países que adotam moedas diferentes do euro, ou na sequência da contratação de financiamentos em moeda diferente daquelas das carteiras financiadas. Este tipo de risco, em 31 de dezembro de 2025, não é relevante, uma vez que a posição cambial líquida em aberto da Sociedade é inferior ao limiar mínimo de relevância (2% do total dos fundos próprios do Banco).

Salienta-se que o Banco não exerce atividades de negociação e, por conseguinte, não está exposto a riscos de mercado em sentido estrito.

Em conformidade com a definição de «Carteira de Negociação» do Regulamento UE n.º 575/2013 (CRR), os instrumentos financeiros derivados detidos pelo Banco não se enquadram nessa categoria, uma vez que não satisfazem o objetivo de negociação. Esses contratos são, de facto, celebrados exclusivamente para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro, no âmbito de operações de titularização, em conformidade com os critérios aplicados pelas agências de notação, que exigem a celebração dos referidos contratos de derivados para poderem atribuir uma notação aos títulos emitidos.

Por esse motivo, os instrumentos financeiros derivados não são incluídos no cálculo do requisito de capital relativo ao risco de mercado (Pilar I), nos termos da regulamentação sobre relatórios de supervisão prudencial, sendo, em vez disso, classificados na «Carteira Bancária», a carteira que inclui os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de capital para os riscos de crédito e de contraparte, tal como definido na referida regulamentação de supervisão.

1.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO E RISCO DE PREÇO – CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO DE SUPERVISÃO

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A. ASPECTOS GERAIS

O principal instrumento para a gestão do risco de posição consiste em manter a exposição, em relação a cada contraparte, dentro de limites que sejam coerentes com uma notação de crédito mínima – medida através da notação atribuída pelas principais agências internacionais de notação – reconhecida como aceitável pela Sociedade para as contrapartes, tanto em operações de curto como de médio-longo prazo.

B. PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO E DO RISCO DE PREÇO

Tendo em conta o indicado no parágrafo anterior, a empresa não implementa processos de gestão nem métodos de medição do risco de taxa de juro e do risco de preço no que diz respeito à carteira de negociação de supervisão.

C. INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

Tal como indicado no parágrafo «A. Aspectos Gerais», no final do exercício, o Banco não detém instrumentos financeiros classificáveis na carteira de negociação de supervisão.

1.2.2 RISCO DE TAXA DE JURO E RISCO DE PREÇO – CARTEIRA BANCÁRIA INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A. ASPETOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO E DO RISCO DE PREÇO

O risco de taxa de juro é representado, para o Grupo CA Auto Bank, pela exposição da margem financeira à flutuação das taxas de juro de mercado. Mais especificamente, reside no eventual desfasamento temporal («mismatch») entre a data de reajustamento das taxas (data em que a taxa é fixada: para operações a taxa fixa coincide com o vencimento, para operações a taxa variável coincide com o fim do período de juros) sobre os ativos e a data de reajustamento das taxas sobre os passivos.

No que diz respeito à gestão do risco de taxa de juro, a entidade central de Tesouraria do CA Auto Bank, não atuando como centro de lucro, visa exclusivamente a cobertura do risco e, consequentemente, a minimização do impacto económico que, de outra forma, decorreria da volatilidade das taxas de juro de mercado.

Esta atividade é também exercida pelas sucursais e pelas empresas controladas do Grupo. A mitigação do risco é efetuada através de operações com derivados exclusivamente com base em contratos-tipo de mercado (ISDA, International Swaps and Derivatives Association).

Para o cálculo da exposição ao risco de taxa de juro, são utilizadas as seguintes metodologias:

- Metodologia de Matching do Grupo Credit Agricole SA: esta metodologia visa identificar a exposição média líquida entre ativos e passivos (incluindo o capital próprio) de acordo com a data de reajustamento das taxas, devidamente agregadas em faixas mensais. O método exige que a exposição média anual líquida respeite os limites pré-estabelecidos, destinados a garantir que um potencial choque de taxa de +/-200 pontos base não comprometa, para além de determinados limiares, a Demonstração de Resultados e o Capital Próprio;
- Análise da Duração: esta metodologia tem como objetivo identificar a diferença entre a duração financeira média dos ativos e a dos passivos analisados por data de reajuste. Em particular, os ativos que apresentam um reajuste num determinado mês são somados e descontados através do fator de desconto adequado, calculado com base nas taxas de juro de mercado registadas no final do mês de análise. A soma de todos os ativos assim descontados, ponderados pela sua duração residual efetiva em termos de meses, dividida pela soma de todos os ativos descontados, é definida como Duração dos Ativos. Os passivos que apresentam um reajuste num determinado mês são somados e descontados através do fator de desconto adequado, calculado com base nas taxas de juro de mercado. A soma de todos os passivos descontados, ponderada pela sua duração residual efetiva em meses, dividida pela soma de todos os passivos descontados, é definida como Duração dos Passivos. A diferença entre a Duração dos Ativos e a Duração dos Passivos, rapportada à Duração dos Ativos, é definida como Índice de Diferencial de Duração.

A fim de garantir o cumprimento dos limites estabelecidos a nível consolidado pela «Política de Ativos e Passivos» e impostos pela

regulamentação europeia relativa ao «Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária» a partir de 30/09/2024, a Tesouraria recorre a instrumentos derivados, quase exclusivamente

Swaps de Taxas de Juro, com o objetivo de corrigir adequadamente os desfasamentos acima descritos, uniformizando os perfis de reajustamento das taxas dos ativos e passivos.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O modelo de governação definido pelo Banco para o Grupo prevê processos específicos de gestão e controlo do risco de mercado que se desenvolvem a vários níveis da estrutura organizacional:

- **O Conselho de Administração** tem a função de direção, orientação e verificação da conformidade, bem como da adequação, da estrutura de gestão de riscos;
- **O Comité de Finanças e Controlo** tem como objetivo monitorizar a posição da Sociedade e do Grupo relativamente ao risco de mercado e definir estratégias de cobertura dos riscos relevantes;
- **O Comité Interno de Risco do Grupo** tem a função de orientação e monitorização com o objetivo de assegurar o correto funcionamento do Sistema de Controlos Internos e pode ser convocado em sessão extraordinária na ocorrência de uma eventual situação de crise;
- **O Comité Interno de Gestão de Risco (I.C.)** tem como função:
 - monitorizar e controlar os riscos financeiros, em particular assegurar a coerência entre as operações de cobertura dos riscos de taxa de juro e de câmbio aprovadas e as realizadas mensalmente;
 - apoiar o Diretor Financeiro na aprovação das operações de cobertura de risco de mercado a realizar;
 - avaliar as operações financeiras extraordinárias e a evolução do passivo, bem como dos encargos financeiros;
 - avaliar e monitorizar o nível de capitalização.
- A função de **Tesouraria** tem como função:
 - executar as operações de cobertura aprovadas pelo Diretor Financeiro;
 - controlar o processo de negociação;
 - definir a estratégia de cobertura dentro dos limites estabelecidos pelo Comité Interno de ALM, em conjunto com a função de ALM;
 - executar continuamente os controlos de primeiro nível. Estes são realizados diretamente pelo pessoal operacional da Entidade sobre a atividade de monitorização e cobertura dos riscos de taxa de juro, de câmbio e de posição.
- A função **ALM** tem como função:
 - monitorizar o risco de taxa de juro e de câmbio para as moedas com que a Empresa e o Grupo operam;
 - monitorizar o risco de posição e os riscos de liquidez, em particular os índices regulamentares LCR e NSFR, tanto a nível de resultados como a nível de previsões;
 - definir a estratégia de cobertura dentro dos limites estabelecidos pelo Comité Interno de ALM, em conjunto com a função de Tesouraria;

- executar continuamente os controlos de primeiro nível. Estes são realizados diretamente pelo pessoal operacional da entidade sobre a atividade de monitorização e cobertura do risco de taxa de juro, de câmbio e de liquidez;
 - realizar os testes de stress exigidos;
 - desempenhar atividades de middle office nas operações executadas pela Tesouraria;
 - elaborar os relatórios para o Comité Interno de ALM.
- A função **Risk & Permanent Control** realiza controlos sistemáticos sobre a correta aplicação dos procedimentos de Tesouraria/ALM.

MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) refere-se ao risco atual ou futuro para o capital e os lucros do Banco, decorrente de variações adversas nas taxas de juro relativas à carteira bancária. Com efeito, a flutuação das taxas de juro, ao determinar uma variação no valor atual e nos prazos dos fluxos de caixa futuros, altera consequentemente o valor subjacente dos ativos, passivos e instrumentos extrapatrimoniais e, por conseguinte, o seu valor económico. Além disso, as variações das taxas de juro influenciam também todas as componentes da demonstração de resultados a elas associadas.

Em conformidade com a Diretiva 2013/36/UE, com a Circular 285/2013 do Banco de Itália (Título III, Capítulo I, Anexo C) e em consonância com o disposto nas Orientações da EBA, o Grupo CA Auto Bank avalia a exposição ao risco de taxa de juro através da utilização das seguintes abordagens:

- IRRBB Economic Value of Equity (EVE) – metodologia simplificada (impacto do IRRBB no EVE - Anexo C da Circular 285/2013);
- IRRBB Net Interest Income (NII) – metodologia simplificada (impacto do IRRBB no NII – Anexo C-bis da Circular 285/2013).

No âmbito do processo ICAAP e para efeitos do cálculo e da afetação do capital do segundo pilar para cobertura do risco IRRBB, o Grupo CA Auto Bank adota o resultado da metodologia mais conservadora, através da comparação dos resultados das duas abordagens acima referidas.

A fim de determinar se o indicador de risco se enquadra nos limites de atenção relevantes, são realizadas as seguintes operações de cálculo: o impacto da variação do valor económico (EVE) é comparado tanto com o capital Tier 1, com um limiar de 15% (em conformidade com o Supervisory Outlier Test previsto pelas orientações da EBA), como com os Fundos Próprios, com um limiar de alerta de 20% (em conformidade com os requisitos da Circular 285/2013 do Banco de Itália).

- os ativos e passivos da carteira são classificados em 19 faixas temporais, tendo em conta a sua composição. Em particular, os ativos e passivos de taxa fixa são classificados com base na sua vida residual, enquanto os de taxa variável são distribuídos pelas diferentes faixas temporais com base na data de renegociação da taxa;
- cada intervalo temporal inclui as posições ativas compensadas com as passivas, obtendo-se assim a posição líquida;

-
- A posição líquida de cada faixa é multiplicada pelos fatores de ponderação, obtidos como o produto entre uma variação hipotética das taxas e uma aproximação da duração modificada relativa a cada faixa. Para o cálculo desses fatores, o Grupo aplica os pressupostos definidos no «Anexo C – Risco de Taxa de Juro na Carteira Bancária» da Circular 285/2013 do Banco de Itália;
 - as exposições ponderadas das diferentes faixas são somadas entre si; a exposição ponderada líquida assim obtida aproxima a variação do valor atual das rubricas denominadas numa determinada moeda na eventualidade do choque de taxa hipotético. As exposições relativas às «moedas relevantes» individuais (EUR e GBP) e ao agregado das «moedas não relevantes» são somadas entre si. Desta forma, obtém-se um valor que representa a variação do valor económico da empresa face ao cenário hipotético sobre as taxas de juro.

Os testes de resistência para avaliar o risco de taxa de juro são realizados trimestralmente.

1. CARTEIRA BANCÁRIA: DISTRIBUIÇÃO POR PRAZO RESIDUAL (POR DATA DE REAVALIAÇÃO) DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Tipo/Prazo residual	À vista	Até 3 meses	De mais de 3 meses até 6 meses	Mais de 6 meses até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos até 10 anos	Mais de 10 anos	Duração indeterminada
1. Ativos de tesouraria	2 743 826	2 643 657	1.764.573	2 728 877	13 399 441	2.631.299	100.096	20.903
1.1 Títulos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2 Empréstimos a bancos	1 485 162	86.138	7	16	2.735	19	-	10.256
1.3 Empréstimos a clientes	1.259.460	2.559.140	1.765.678	2.730.571	13 405 181	2 632 934	100.160	10.650
- conta corrente	17.056	25.433	27.244	58.894	162.943	50.128	-	7.484
- outros financiamentos	1 242 403	2.533.707	1.738.435	2.671.677	13 242 237	2.582.806	100.160	3.165
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	1 242 403	2.533.707	1.738.435	2.671.677	13 242 237	2.582.806	100.160	3.165
2. Passivos de caixa	1.970.997	14.165.901	1.501.087	2.431.610	6 327 854	277.343	-	24
2.1 Dívidas para com a clientela	374.144	2.712.750	583.721	839 207	177.070	6.157	-	-
- conta corrente	233.115	-	-	-	-	-	-	-
- outras dívidas	141.029	2 712 750	583.721	839.207	177.070	6.157	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	141.029	2 712 750	583.721	839.207	177.070	6.157	-	-
2.2 Dívidas a bancos	1.119.308	7.475.491	154.269	670.043	1.665.092	-	-	-
- conta corrente	43.831	61.889	24.756	78.393	290.465	-	-	-
- outras dívidas	1.075.477	7.413.602	129.513	591.650	1 374 627	-	-	-
2.3 Títulos de dívida	532	3 916 903	720.412	885.415	4 280 959	270.991	-	-
- com opção de reembolso antecipado	-	1.004.107	614.416	459.619	2.493.930	171.784	-	-
- outros	532	2 912 796	105.995	425.796	1.787.029	99.207	-	-
2.4 Outros passivos	505.042	41 397	41 190	32 853	212 982	-	-	25
- com opção de reembolso antecipado	-	-	-	-	-	-	-	-
- outros	505.042	41.397	41.190	32.853	212.982	-	-	25
3. Derivados financeiros	(465.302)	(2 774 043)	(1.211.979)	(2 234 712)	(7 178 200)	(1 782 257)	-	-
3.1 Com título subjacente	2	802	(976)	(458)	-	-	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	2	802	(976)	(458)	-	-	-	-
+ Posições longas	272.105	1 946 884	100.184	22 462	-	-	-	-
+ Posições curtas	272.103	1 946 082	101.161	22.920	-	-	-	-
3.2 Sem título subjacente	(465.304)	(2 774 845)	(1 211 002)	(2 234 254)	(7 178 200)	(1 782 257)	-	-
- Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-
- Outros derivados	(465 304)	(2 774 845)	(1 211 002)	(2 234 254)	(7 178 200)	(1.782.257)	-	-
+ Posições longas	-	462.792	104 391	175 705	1 081 631	2.495	-	-
+ Posições curtas	465.304	3.237.638	1 315 394	2.409.959	8 259 830	1 784 753	-	-
4. Outras operações extrapatrimoniais	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições longas	-	-	-	-	-	-	-	-
+ Posições curtas	-	-	-	-	-	-	-	-

1.2.3. RISCO CAMBIAL

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A. ASPECTOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO CAMBIAL

Em termos de risco cambial, o Grupo CA Auto Bank não detém posições em moeda estrangeira que excedam os limites predefinidos, conforme estabelecido anualmente pelo Conselho de Administração. Por conseguinte, os créditos financeiros em moedas diferentes do euro são financiados na moeda correspondente ou, em alguns casos, também através da contratação de financiamentos em moedas diferentes das das carteiras financiadas, mas, em qualquer caso, através da utilização de instrumentos derivados (Foreign Exchange Swap) de acordo com a norma ISDA.

O risco cambial em 31 de dezembro de 2025 diz respeito às atividades em moeda local realizadas pelas empresas controladas pela CA Auto Bank S.p.A. que operam em países com moeda diferente do euro. O montante da posição cambial líquida total representa mais de 2% do total dos fundos próprios; por conseguinte, o Grupo calcula um requisito de fundos próprios para esse risco.

1.3 OS INSTRUMENTOS DERIVADOS E AS POLÍTICAS DE COBERTURA

1.3.1 OS INSTRUMENTOS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO

Tal como referido no parágrafo «A. Aspectos Gerais», o Grupo não exerce atividades de negociação e, por conseguinte, não está exposto a riscos de mercado em sentido estrito, mas os derivados financeiros classificados no balanço entre os instrumentos financeiros de negociação referem-se a contratos celebrados para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro, no âmbito de operações de titularização, em conformidade com os critérios aplicados pelas agências de notação, que exigem a celebração dos referidos contratos de derivados para poderem atribuir uma notação aos títulos emitidos.

A. DERIVADOS FINANCEIROS

A.1 DERIVADOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO: VALORES NOMINAIS NO FINAL DO PERÍODO

Ativos subjacentes/Tipos de derivados	Total 31/12/2025				Total 31/12/2024			
	Over the counter			Mercados organizados	Mercados de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	6.032.232	-	-	-	6.924.279	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	6.032.232	-	-	-	6.924.279	-
c) Forward	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Avançado	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Moedas e ouro	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Avançado	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	6.032.232	-	-	-	6.924.279	-

A.2 DERIVADOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO: JUSTO VALOR BRUTO POSITIVO E NEGATIVO - REPARTIÇÃO POR PRODUTOS

Tipos de derivados	Total em 31/12/2025					Total 31/12/2024			
	Over the counter				Mercados organizados	Mercados de balcão			Mercado s organizado s
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		Contrapartes centrais		Sem contrapartes centrais			
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação		
1. Justo valor positivo									
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap de taxas de juro	-	-	1.511	-	-	-	-	1.245	-
c) Swap cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Swap de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Avançado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	1.511	-	-	-	-	1.245	-
2. Valor justo negativo									
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap de taxas de juro	-	-	3.255	-	-	-	-	2.901	-
c) Swap cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Swap de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Avançado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	3.255	-	-	-	-	2.901	-

A.3 DERIVADOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OTC – VALORES NOMINAIS, JUSTO VALOR BRUTO POSITIVO E NEGATIVO POR CONTRAPARTES

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outros sujeitos

Contratos não abrangidos por acordos de compensação

1) Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	-	-
- valor nocional	X	6.032.232	-	-
- valor justo positivo	X	1.511	-	-
- valor justo negativo	X	3.215	-	-
2) Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
3) Moedas e ouro	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
4) Mercadorias	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
5) Outros	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-

A.4 VIDA RESIDUAL DOS DERIVADOS FINANCEIROS NEGOCIADOS NO MERCADO DE BALCÃO (OTC): VALORES NOMINAIS

Subjacentes/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	1 203 300	-	4.828.932	6.032.232
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
A.3 Derivados financeiros sobre moedas e ouro	-	-	-	-
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias	-	-	-	-
A.5 Outros derivados financeiros	-	-	-	-
Total em 31/12/2025	1 203 300	-	4.828.932	6.032.232
Total em 31/12/2024	1.283.224	-	5.641.054	6.924.278

1.3.2. COBERTURAS CONTABILÍSTICAS

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A CA Auto Bank S.p.A. utiliza principalmente swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor, para fazer face à exposição ao risco de taxa de juro sobre créditos para financiamentos a prestações, locação financeira e obrigações emitidas.

Em particular, o risco de taxa de juro relativo à carteira de créditos é coberto através de swaps de taxa de juro com a metodologia de cobertura de justo valor macro, enquanto as obrigações podem ser cobertas através de swaps de taxa de juro com a metodologia de cobertura de justo valor micro.

A EFICÁCIA DAS ATIVIDADES DE COBERTURA

A CA Auto Bank S.p.A. avalia a eficácia da cobertura Fair Value Macro Hedge em cada encerramento de balanço ou situação intercalar, utilizando testes prospetivos que justificam a aplicação da contabilização de cobertura, na medida em que demonstram a sua eficácia esperada.

O teste prospetivo compara:

- 1) o run-off da carteira de retalho de taxa fixa em vigor na data de observação (instrumento coberto);
- 2) o run-off dos swaps em vigor na data de observação (valor nocional).

Ambos os run-offs são comparados por intervalo temporal.

O teste de eficácia é considerado aprovado se, para cada intervalo temporal, o valor médio da carteira for superior ao valor médio dos instrumentos derivados.

ATIVIDADES DE COBERTURA DE FLUXOS FINANCEIROS, INSTRUMENTOS COBERTOS

O Banco utiliza swaps de taxa de juro (com opção floor) designados como Cash Flow Micro Hedge para fazer face ao risco de taxa de juro sobre financiamentos passivos.

A eficácia é medida comparando a variação do justo valor dos instrumentos derivados (swaps de taxa de juro) com a variação do justo valor do instrumento coberto.

O teste de eficácia é considerado positivo se o resultado da cobertura (diferença percentual entre a variação do justo valor dos swaps de taxa de juro e a variação do justo valor do instrumento coberto) se situar no intervalo de 80 a 125%.

O teste é considerado, em qualquer caso, aprovado se o valor do instrumento coberto for superior ao valor do instrumento derivado (em valor absoluto) na data de observação.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A. DERIVADOS FINANCEIROS DE COBERTURA

A.1 DERIVADOS FINANCEIROS DE COBERTURA: VALORES NOMINAIS NO FINAL DO PERÍODO

Ativos subjacentes/Tipos de derivados	Total 31/12/2025				Total 31/12/2024			
	Over the counter			Mercados organizados	Mercados de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
		Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação			Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação	
1. Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	13 267 654	-	-	-	12 377 726	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	13 267 654	-	-	-	12 377 726	-
c) Forward	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Avançado	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Moedas e ouro	-	-	2 341 635	-	-	-	2 411 069	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap	-	-	-	-	-	-	-	-
c) Avançado	-	-	2 341 635	-	-	-	2 411 069	-
d) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	15 609 289	-	-	-	14 788 795	-

A.2 DERIVADOS FINANCEIROS DE COBERTURA: JUSTO VALOR BRUTO POSITIVO E NEGATIVO - REPARTIÇÃO POR PRODUTOS

Tipos de derivados	Justo valor positivo e negativo							
	Total 31/12/2025				Total 31/12/2024			
	Mercado de balcão			Mercado s organizado s	Mercado de balcão			Mercados organizados
	Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais			Contrapartes centrais	Sem contrapartes centrais		
Com acordos de compensação		Sem acordos de compensação	Com acordos de compensação	Sem acordos de compensação				
Justo valor positivo	-	-	-	-	-	-	-	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap de taxas de juro	36.624	-	334	-	90.906	-	295	-
c) Swap cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Swap de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Avançado	-	-	7.078	-	-	-	3.262	-
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	36 624	-	7.412	-	90.906	-	3.557	-
Justo valor negativo					-	-	-	-
a) Opções	-	-	-	-	-	-	-	-
b) Swap de taxas de juro	75.293	-	4.350	-	112.515	-	8.284	-
c) Swap cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
d) Swap de ações	-	-	-	-	-	-	-	-
e) Avançado	-	-	7.943	-	-	-	16.110	-
f) Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	75 293	-	12 293	-	112 515	-	24.394	-

A.3 DERIVADOS FINANCEIROS DE COBERTURA OTC – VALORES NOMINAIS, JUSTO VALOR BRUTO POSITIVO E NEGATIVO POR CONTRAPARTES

Ativos subjacentes	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outros sujeitos
Contratos não abrangidos por acordos de compensação	-	-	-	-
1) Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	-	-
- valor nocional	X	13 267 654	-	-
- valor justo positivo	X	36.958	-	-
- valor justo negativo	X	79.643	-	-
2) Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
3) Moedas e ouro	-	-	-	-
- valor nocional	X	2 341 635	-	-
- valor justo positivo	X	7.078	-	-
- valor justo negativo	X	7.943	-	-
4) Mercadorias	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
5) Outros	-	-	-	-
- valor nocional	X	-	-	-
- valor justo positivo	X	-	-	-
- valor justo negativo	X	-	-	-
Contratos abrangidos por acordos de compensação	-	-	-	-
1) Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo positivo	-	-	-	-
- valor justo negativo	-	-	-	-
2) Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo positivo	-	-	-	-
- valor justo negativo	-	-	-	-
3) Moedas e ouro	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo positivo	-	-	-	-
- valor justo negativo	-	-	-	-
4) Mercadorias	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo positivo	-	-	-	-
- valor justo negativo	-	-	-	-
5) Outros	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo positivo	-	-	-	-
- valor justo negativo	-	-	-	-

A.4 VIDA RESIDUAL DOS DERIVADOS FINANCEIROS DE COBERTURA OTC: VALORES NOMINAIS

Subjacentes/Vida residual	Até 1 ano	Mais de 1 ano e até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
A.1 Derivados financeiros sobre títulos de dívida e taxas de juro	4.409.513	8.608.140	250.000	13 267 654
A.2 Derivados financeiros sobre títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
A.3 Derivados financeiros sobre moedas e ouro	2 341 635	-	-	2.341.635
A.4 Derivados financeiros sobre mercadorias	-	-	-	-
A.5 Outros derivados financeiros	-	-	-	-
Total em 31/12/2025	6 751 149	8.608.140	250.000	15.609.290
Total em 31/12/2024	3.898.512	11.357.183	650.000	15.905.695

1.3.2 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE OS INSTRUMENTOS DERIVADOS (DE NEGOCIAÇÃO E DE COBERTURA)

A. DERIVADOS FINANCEIROS E DE CRÉDITO

A.1 DERIVADOS FINANCEIROS E DE CRÉDITO OTC: JUSTO VALOR LÍQUIDO POR CONTRAPARTES

	Contrapartes centrais	Bancos	Outras sociedades financeiras	Outros sujeitos
A. Derivados financeiros	-	-	-	-
1) Títulos de dívida e taxas de juro	-	-	-	-
- valor nocional	-	13 267 654	-	-
- valor justo líquido positivo	-	36.958	-	-
- valor justo líquido negativo	-	79.644	-	-
2) Títulos de capital e índices bolsistas	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- valor justo líquido positivo	-	-	-	-
- valor justo líquido negativo	-	-	-	-
3) Moedas e ouro	-	-	-	-
- valor nocional	-	2 341 635	-	-
- valor justo líquido positivo	-	7.078	-	-
- valor justo líquido negativo	-	7.943	-	-
4) Mercadorias	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- valor justo líquido negativo	-	-	-	-
5) Outros	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- valor justo líquido negativo	-	-	-	-
B. Derivados de crédito	-	-	-	-
1) Aquisição de proteção	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- valor justo líquido negativo	-	-	-	-
2) Venda de proteção	-	-	-	-
- valor nocional	-	-	-	-
- justo valor líquido positivo	-	-	-	-
- valor justo líquido negativo	-	-	-	-

1.4 RISCO DE LIQUIDEZ INFORMAÇÕES

DE NATUREZA QUALITATIVA

A. ASPECTOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez representa, para a Sociedade, a impossibilidade de cumprir os seus compromissos financeiros nas datas de vencimento previstas. Mais especificamente, o risco consiste na impossibilidade da Sociedade de renovar, prorrogar ou refinanciar, no vencimento, no todo ou em parte, em qualquer data futura no horizonte de análise, quotas de financiamento nas suas diversas formas, estruturadas ou não.

Para facilitar a correta identificação e gestão do risco de liquidez, convém salientar que:

- a gestão financeira é realizada de forma centralizada na CA Auto Bank S.p.A., sob a responsabilidade do departamento de Tesouraria da Sociedade-mãe, que garante a correta gestão financeira de todas as sociedades participadas. Além disso, a negociação de todas as operações de financiamento estruturado, eventualmente originadas pelas suas filiais e subsidiárias, incluindo as estrangeiras, é coordenada e acompanhada centralmente;
- A CA Auto Bank é a única entidade do Grupo com notação de crédito atribuída pela Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poor's. Neste sentido, todas as relações bancárias e as consequentes linhas de crédito são geridas centralmente;
- Todas as filiais e sociedades controladas recorrem à CA Auto Bank S.p.A. (empresa-mãe) para a cobertura das suas necessidades financeiras, através da negociação dos instrumentos de financiamento mais adequados, tanto no que diz respeito às fontes de financiamento disponíveis localmente e atribuíveis à própria controlada, como no que se refere aos financiamentos intragrupo.

Para a gestão deste risco, o Grupo aplica uma política de cobertura do perfil de vencimento dos ativos com o das passivas (em termos de montante e duração). Esta gestão permite minimizar a exposição da Sociedade e das participadas ao risco de liquidez. A situação de liquidez é, além disso, avaliada mensalmente para cada segmento monetário em que a Empresa opera (Euro, Libra Esterlina, Franco Suíço, Coroa Dinamarquesa, Coroa Sueca, Coroa Checa, Coroa Norueguesa e Zloty Polaco).

O modelo de gestão do risco de liquidez é composto por uma série de pontos-chave, tais como:

- gestão da liquidez operacional e da liquidez estrutural, nomeadamente através de um planeamento financeiro revisto e atualizado mensalmente;
- monitorização constante dos movimentos dos fluxos de caixa e adoção de métricas de medição e controlo da exposição ao risco de liquidez (abordagem do «mismatch de maturidade»);
- definição de limites de exposição e de concentração relativos ao risco de liquidez;
- análise de testes de esforço para avaliar a exposição ao risco;

- definição do Plano de Financiamento de Contingência, com o objetivo de definir as funções e responsabilidades, os processos, as ações a empreender e a identificação de instrumentos de atenuação do risco a adotar no caso de se manifestar uma crise repentina de liquidez.

A abordagem metodológica adotada pelo CA Auto Bank para a medição do risco prevê o cálculo, tanto em relação à liquidez operacional como à liquidez estrutural, da:

- Maturity Ladder, com o qual se calculam, monitorizam e controlam os desequilíbrios de liquidez por faixas de vencimento;
- Liquidity Gap acumulado, através do qual se calcula o fluxo de caixa líquido progressivo e se verifica a existência de eventuais fluxos líquidos negativos para os quais será necessário realizar operações de cobertura.

A CA Auto Bank S.p.A., em conformidade com as disposições regulamentares previstas no «quadro» regulamentar denominado Basileia III, procede ao cálculo periódico dos indicadores:

- Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) com periodicidade mensal;
- Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) trimestralmente.

Da mesma forma, a CA Auto Bank S.p.A. monitoriza o Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) diariamente.

No que diz respeito ao indicador de liquidez de curto prazo (LCR), a CA Auto Bank S.p.A. gere as necessidades através de instrumentos que respeitem a «Política de Liquidez».

A gestão dos HQLA, necessários para cumprir o indicador de liquidez de curto prazo, é realizada em conjunto pelos departamentos de ALM e Tesouraria da CA Auto Bank S.p.A., que também atua na qualidade de empresa-mãe para efeitos de coordenação das subsidiárias estrangeiras sujeitas a obrigações individuais análogas de LCR por parte das respetivas autoridades de supervisão locais.

A este respeito, salienta-se que, a partir de 16 de novembro de 2018, a CA Auto Bank S.p.A. abriu uma conta direta no Banco de Itália e, por conseguinte, a gestão dos HQLA necessários para satisfazer os objetivos fixados é assegurada principalmente através da constituição de depósitos junto do Banco Central e, em menor parte, através de operações de mercado.

POSICIONAMENTO DE LIQUIDEZ: INDICADORES REGULAMENTARES

Os rácios de liquidez regulamentares previstos pela normativa de Basileia III apresentam, a nível individual da CA Auto Bank S.p.A., os seguintes valores a 31 de dezembro de 2025:

- Rácio de Cobertura de Liquidez (LCR) de 133%;
- Rácio de Financiamento Estável Líquido (NSFR) de 111%.

Os indicadores acima referidos registaram valores acima do limiar mínimo regulamentar também em todas as medições infra-anuais do próprio exercício.

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

1. DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL POR PRAZO RESIDUAL CONTRATUAL DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

p.1

Rubricas/ Intervalos temporais	À vista	Mais de 1 dia a 7 dias	Mais de 7 dias a 15 dias	Mais de 15 dias a 1 mês	De mais de 1 mês a 3 meses
Ativos de tesouraria	2 802 116	132 702	217 675	1 035 928	1 224 653
A.1 Títulos do Tesouro	-	-	-	-	-
A.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-
A.3 Quotas de OICR	-	-	-	-	-
A.4 Financiamentos	2 802 116	132 702	217 675	1 035 928	1 224 653
- Bancos	1.543.452	33.167	-	-	20 273
- Clientes	1 258 665	99.535	217.675	1.035.928	1.204.381
Passivos de caixa	767.958	134.217	82.193	1.158.732	3.037.211
B.1 Depósitos e contas correntes	291.304	67.204	82.144	189.961	47.514
- Bancos	58 273	9.595	-	-	30 681
- Clientes	233.031	57.610	82.144	189.961	16 832
B.2 Títulos de dívida	533	1.867	-	968.146	2.951.490
B.3 Outros passivos	476.121	65.146	48	626	38.208
Operações «fora de balanço»	-	-	-	-	-
C.1 Derivados financeiros com troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	272.105	272.105	866.102	1 478 445	1.549.221
- Posições curtas	272.103	272.103	866.513	1.479.436	1.546.215
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	1.545.311	980	174 251	21.812	53 618
- Posições curtas	12.558	523	636.880	21.240	10.961
C.3 Depósitos e financiamentos a receber	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.4 Compromissos de concessão de fundos	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.5 Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-
C.6 Garantias financeiras recebidas	-	-	-	-	-
C.7 Derivados de crédito com troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-

Itens/Intervalos temporais	De mais de 3 meses até 6 meses	De mais de 6 meses até 1 ano	Mais de 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	Duração indeterminada
Ativos de tesouraria	1 764 566	2 731 742	13 396 706	2.731.377	10.648
A.1 Títulos do Tesouro	-	-	-	-	-
A.2 Outros títulos de dívida	-	-	-	-	-
A.3 Quotas de OICR	-	-	-	-	-
A.4 Financiamentos	1 764 566	2 731 742	13 396 706	2 731 377	10 648
- Bancos	-	2.880	-	-	-
- Clientes	1 764 566	2 728 862	13 396 706	2.731.377	10.648
Passivos de caixa	919.745	3.158.629	15.440.515	2.012.470	24
B.1 Depósitos e contas correntes	160.333	2.241.568	10.955.942	1.741.282	-
- Bancos	101 397	65.167	10 151 519	667.570	-
- Clientes	58.936	2.176.401	804.422	1.073.712	-
B.2 Títulos de dívida	720.579	886.088	4 283 780	271.147	-
B.3 Outros passivos	38.832	30.973	200.793	42	24
Operações «fora de balanço»	-	-	-	-	-
C.1 Derivados financeiros com troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	200.369	44.924	-	-	-
- Posições curtas	202.322	45.840	-	-	-
C.2 Derivados financeiros sem troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	66.750	126.650	615.100	-	-
- Posições curtas	16.452	55.065	182.938	1.532.257	-
C.3 Depósitos e financiamentos a receber	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.4 Compromissos de concessão de fundos	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.5 Garantias financeiras prestadas	-	-	-	-	-
C.6 Garantias financeiras recebidas	-	-	-	-	-
C.7 Derivados de crédito com troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-
C.8 Derivados de crédito sem troca de capital	-	-	-	-	-
- Posições longas	-	-	-	-	-
- Posições curtas	-	-	-	-	-

OPERAÇÕES DE AUTOCARTARIZAÇÃO E OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DO BANCO CENTRAL EUROPEU

À data de encerramento do balanço anual, salienta-se que a CA Auto Bank, para além das outras operações anteriormente descritas, tem em curso as seguintes operações de auto-titularização, cujos títulos emitidos, na sequência do reembolso integral dos títulos da classe A, são integralmente detidos pela CA Auto Bank, A-Best Nineteen UG.

Os ativos financeiros subjacentes aos títulos emitidos e relativos às titularizações próprias acima referidas dizem respeito à carteira de crédito ao consumo proveniente de atividades de retalho. Em 31 de dezembro de 2025, o montante dos ativos subjacentes era igual ao valor contabilístico de 61 milhões de euros.

No que diz respeito ao tipo de títulos emitidos e à sua notação de risco, remete-se para a Secção «C. Operações de titularização» da presente parte do balanço.

Por último, salienta-se que, em 31 de dezembro de 2025, estavam em vigor operações de recompra («REPO») de curto e médio-longo prazo, garantidas por Títulos da Classe Senior A-Best Twenty-Two, num total de cerca de 294 milhões de euros.

1.5 RISCO OPERACIONAL

INFORMAÇÕES DE NATUREZA

QUALITATIVA

A. ASPECTOS GERAIS, PROCESSOS DE GESTÃO E MÉTODOS DE MEDIÇÃO DO RISCO OPERACIONAL

Por risco operacional entende-se o risco de sofrer perdas decorrentes da inadequação ou disfunção de processos, recursos humanos e sistemas internos, ou de eventos exógenos, incluindo o risco jurídico. Enquadram-se nesta categoria, entre outros, o risco de perdas decorrentes de fraudes, erros humanos, interrupções operacionais, indisponibilidade dos sistemas, incumprimento contratual e catástrofes naturais. O risco operacional inclui o risco jurídico, mas não inclui o risco estratégico nem o risco de reputação.

Neste caso, o tipo de risco mais relevante para o Banco está relacionado com as perdas decorrentes de fraudes externas.

Para o cálculo do capital interno relativo ao risco operacional, a CA Auto Bank S.p.A., em conformidade com o disposto na Circular 285/2013 do Banco de Itália para os bancos de classe 2 (Significativos), utiliza o método básico (BIA) para o cálculo dos requisitos do Pilar I.

O Modelo Organizacional para a gestão dos riscos operacionais, implementado a nível do Grupo, prevê a presença dos seguintes intervenientes:

- Função de Risco e Controlo Permanente: define e desenvolve as metodologias, *políticas* e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e mitigação dos riscos operacionais a nível do Grupo;
- unidades organizacionais individuais dentro do Banco e das Sociedades do Grupo: participam ativamente, com diferentes níveis de responsabilidade e envolvimento, nos processos de gestão do risco operacional, através da identificação dos principais riscos (efetivos e potenciais) que podem surgir no decorrer das atividades diárias e da monitorização contínua dos riscos no âmbito das suas competências.

O Modelo Organizacional para a gestão dos riscos operacionais articula-se nos seguintes processos:

- mapeamento dos riscos operacionais por processo empresarial, na sua natureza esperada e inesperada (atualização anual ou na sequência de alterações estruturais do processo);
- registo trimestral dos eventos de perda;
- análise e classificação dos eventos de risco e de perda e definição, quando necessário, de medidas de controlo e atenuação dos riscos.

CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO OPERACIONAL

A classificação dos eventos de risco operacional foi adaptada ao longo dos anos à realidade específica da CA Auto Bank S.p.A. e articula-se em:

- fraude interna;
- fraude externa;
- relação laboral e segurança no trabalho;
- clientes, produtos e práticas profissionais;
- danos a bens materiais;
- interrupção da atividade e falhas nos sistemas de informação;
- execução e gestão dos processos.

O Risco Operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e é gerado em todas as áreas de negócio e de apoio.

Por conseguinte, todo o pessoal é responsável pela gestão e controlo dos riscos operacionais decorrentes da sua área de atuação. O pessoal responsável por cada uma das unidades organizacionais do Grupo é igualmente responsável pelo risco operacional nessas unidades. Assim, neste domínio, devem ser garantidos níveis adequados de empenho e formação; devendo também ser definidos sistemas de incentivos para evitar possíveis conflitos de interesses.

A estrutura organizacional das unidades deve ser adequada ao perfil de risco assumido, bem como à dimensão, estratégia e modelo de negócio da entidade, aplicando, quando necessário, o princípio da proporcionalidade.

O risco operacional deve ser gerido e controlado ao longo de todo o seu ciclo, que inclui: o planeamento, os processos de identificação e avaliação dos riscos, o acompanhamento do risco e a aplicação de medidas de mitigação, a disponibilidade de informações, o reporte e a comunicação dos aspetos relevantes.

É, por conseguinte, necessário:

- recorrer e documentar as políticas, os procedimentos e os instrumentos necessários e adequados à natureza e ao tipo de riscos, identificando os participantes, os controlos e as evidências necessárias;
- garantir canais de comunicação e governação adequados entre o pessoal responsável pelos processos, as funções de controlo especializadas na gestão de riscos operacionais e o responsável pelo controlo;
- comunicar eventos que possam constituir Riscos Operacionais, independentemente de implicarem ou não uma perda para a entidade, de acordo com as orientações estabelecidas caso a caso.

SECÇÃO 3 – RISCOS DAS EMPRESAS DE SEGUROS

3.1 RISCOS DE SEGUROS

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

Esta rubrica abrange a informação exigida pela IFRS 4, parágrafos 38, 39, alíneas a) e b), e 39A.

A ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCO

A Sociedade (CA Auto Reinsurance DAC) criou uma estrutura de controlo de risco com o objetivo de identificar e monitorizar as áreas de risco. Está previsto que a verificação da estrutura seja realizada, pelo menos, uma vez por ano.

RISCO CAMBIAL

Todas as transações significativas das Sociedades são expressas em euros, com exceção de uma atividade de menor dimensão desenvolvida na Polónia relativa às apólices GAP. Todas as contas bancárias são mantidas em euros e em zlotys polacos. Os fundos que excedam 100 000 zlotys são convertidos regularmente em euros. A Sociedade não tem qualquer exposição significativa ao risco cambial.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito decorrente dos créditos sobre cedentes é mitigado pelos direitos de compensação previstos nos contratos específicos de resseguro e retrocessão com as contrapartes seguradoras.

RISCO DE CONTRAPARTE

As principais rubricas financeiras do ativo consistem em créditos de seguros e outros créditos, ativos de resseguro, caixa e outras rubricas equiparáveis. O risco de contraparte relativo à tesouraria e a rubricas análogas é controlado através da imposição de requisitos mínimos de notação de risco e de medidas de diversificação adotadas no âmbito da política de investimento definida pela Assembleia. Os investimentos dos ativos disponíveis limitam-se, assim, a instrumentos e depósitos de elevada liquidez junto de bancos e contrapartes com boas notações de risco, incluindo investimentos intragrupo com a CA Auto Bank S.p.A.

RISCO DE LIQUIDEZ

A Sociedade monitoriza constantemente a disponibilidade de caixa, principalmente para fazer face aos processos de indemnização relacionados com os contratos de resseguro. O risco de liquidez consiste no perigo de não poder cumprir o pagamento de um compromisso financeiro, mesmo que este corresponda a um montante razoável.

A Sociedade gere as suas disponibilidades de forma a garantir que esteja disponível um montante adequado de fundos para as referidas inspeções.

O RISCO DE SEGURO

O risco inerente às apólices vendidas pela Sociedade consiste na possibilidade de os custos dos sinistros suportados ao longo do tempo serem superiores aos prémios recebidos pela respetiva cobertura.

Para o efeito, a Sociedade elaborou uma estratégia que implica uma diversificação tanto dos tipos de riscos de seguros como dentro de cada tipo de risco, para manter uma carteira de riscos suficientemente ampla para reduzir a sua concentração e, consequentemente, a volatilidade esperada.

Os riscos cobertos incluem eventos de Vida e Danos, com prazos de vigência das apólices que variam entre 1 e 120 meses, situando-se numa média de cerca de 54 meses.

A fim de evitar perdas excessivas nos riscos segurados e permitir uma gestão eficiente do capital de risco, a Sociedade opera principalmente através de acordos de retrocessão, tanto para o produto CPI como para o produto GAP, ambos segurados pela CACI Life DAC e pela CACI Non-Life DAC. O principal retrocessionário é a CNP Assurances S.A. (anteriormente Hannover Re e AXA France IARD).

Para uma parte menor do negócio GAP segurado pela AXA, a Sociedade tem um acordo de Stop Loss, destinado a limitar as perdas em excesso. A Sociedade recorre a um atuário independente para avaliar as atividades seguradoras no final do ano.

SECÇÃO 4 – RISCOS DE OUTRAS EMPRESAS

4.1 RISCOS DECORRENTES DE OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

A Sociedade participa nos programas na qualidade de originadora, gestora e investidora de uma ou mais classes de títulos e é responsável pela estruturação das operações de titularização e pela realização dos controlos e do acompanhamento necessários ao bom desenrolar das mesmas, bem como pela atividade de gestão, incluindo a elaboração dos relatórios periódicos previstos contratualmente.

A Sociedade realiza operações de titularização tradicionais que têm por objeto empréstimos destinados à aquisição de veículos automóveis (crédito ao consumo, ou também «autoloans») ou ainda créditos decorrentes de contratos de locação financeira.

Para essas operações de titularização, a entidade Treasury formalizou um procedimento com o objetivo de descrever e regulamentar o processo de gestão e controlo da operação. O risco decorrente de operações de titularização representa o risco de que a substância económica da operação de titularização não seja plenamente refletida nas decisões de avaliação e gestão do risco. A Sociedade considera que o risco decorrente de titularizações poderá ocorrer no caso de o cálculo do requisito de capital ser determinado pelo banco com base nas posições relativas à titularização, em vez de nas ativas subjacentes. Apenas neste caso poderá surgir o risco de o requisito de capital não ser suficientemente representativo do risco efetivo da operação.

O tratamento contabilístico não é relevante para efeitos de reconhecimento prudencial, uma vez que, em conformidade com a norma contabilística IFRS 9, os ativos titularizados continuam a ser apresentados no balanço com base nas seguintes considerações:

- a) os riscos e benefícios relativos à carteira cedida não são integralmente transferidos para terceiros;
- b) o cedente continua a exercer controlo sobre a carteira cedida;
- c) O cedente também realiza a atividade de servicing.

No caso de as operações de titularização serem realizadas sem a desreconhecimento dos créditos, em virtude da subscrição – por parte da CA Auto Bank – da tranche de primeira perda (junior notes), a quantificação desse risco está incluída no âmbito do capital interno para o risco de crédito.

Nesse caso, tendo em conta o duplo papel de cedente dos créditos e de subscritor da tranche subordinada dos títulos, e considerando que (em conformidade com as Instruções de supervisão em matéria de titularizações, que estabelecem que o valor ponderado pelo risco de todas as posições relativas a uma mesma titularização não pode ser superior ao valor ponderado dos ativos titularizados, calculado como se estes últimos não tivessem sido titularizados) o requisito de capital é calculado com base nos ativos subjacentes e, nos termos do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (CRR), a quantificação desse risco está incluída no âmbito do capital interno para o risco de crédito.

Nesse caso, não existe, portanto, incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações, o que resulta numa categorização explícita para efeitos do cálculo dos requisitos de fundos próprios. Por outro lado, no caso de as operações de titularização serem

realizadas com a desreconhecimento dos créditos apenas para fins prudenciais, a CA Auto Bank procede a uma avaliação específica do risco decorrente das titularizações relativamente à transferência efetiva do risco de crédito subjacente às relações titularizadas. A Sociedade não se propõe determinar uma avaliação quantitativa (capital interno) face a esse risco, mas sim avaliar as metodologias e os processos implementados para controlar e mitigar o próprio risco.

Por conseguinte, as titularizações realizadas pela empresa apresentam, alternativamente, absorções de capital iguais à absorção relativa aos ativos cedidos (em conformidade com as Instruções de supervisão em matéria de titularizações, que estabelecem que o valor ponderado pelo risco de todas as posições em relação a uma mesma titularização não pode ser superior ao valor ponderado dos ativos titularizados, calculado como se estes últimos não tivessem sido titularizados) ou, no caso de ser efetuada a derecognition do crédito apenas para fins prudenciais, como no caso da operação A-Best Twenty-Three S.à.r.l, A-Best Twenty-Four S.r.l. e A-Best Twenty-Five S.r.l. ou das operações de titularização sintética implementadas ao longo dos anos anteriores, absorções de capital iguais às determinadas com base nas posições detidas pelo banco em relação a essas titularizações.

No que diz respeito ao risco decorrente de titularizações, ou seja, o risco de que a substância económica da operação de titularização não se reflita plenamente nas decisões de avaliação e gestão do risco, uma vez que a transferência significativa do risco é alcançada nos termos do Regulamento (UE) 2017/2401, através da realização de uma avaliação específica do risco decorrente de titularizações e das metodologias e processos implementados para monitorizar e mitigar esse risco, considera-se que não existe risco decorrente de titularizações.

A Sociedade, portanto, considera que não existe incerteza na avaliação da natureza económica das titularizações que resultam de uma categorização explícita para efeitos do cálculo dos requisitos de fundos próprios.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de fazer face aos riscos de titularização, o Grupo CA Auto Bank dotou-se de:

- um modelo organizacional articulado;
- um processo de identificação, monitorização e atenuação dos riscos de titularização, formalizado em procedimentos internos específicos.

Cada nova operação de titularização, estruturada pelo departamento de Securitização e Transferência de Risco da Direção de Tesouraria, é validada pelo Diretor Financeiro do Grupo e submetida à aprovação do Comité NPA, presidido pelo CEO e Diretor Geral, pelas suas linhas de gestão de primeira linha e pelas funções de controlo interno de segundo nível.

A ata de aprovação e as eventuais opiniões emitidas pelas funções de controlo de segundo nível da empresa são transmitidas, juntamente com o conceito do produto, ao Conselho de Administração para aprovação final.

O departamento de Securitização e Transferência de Risco, da Ente Treasury, é responsável por:

- a estruturação de todas as operações do Grupo e pela gestão direta (em Itália) e pela supervisão (no estrangeiro) das atividades de servicing das operações de titularização realizadas, bem como pela gestão das relações com as agências de notação e com os investidores;
- a execução dos controlos de nível 2.1. Os controlos de nível 1, por sua vez, são realizados diretamente pelos mercados estrangeiros.

A Risk & Permanent Control define e desenvolve as metodologias, políticas e procedimentos para a deteção, avaliação, monitorização, medição e atenuação dos riscos de titularização de 2.º nível; além disso, emite o seu parecer no âmbito do Comité NPA.

A Auditoria Interna realiza, com periodicidade mínima de três anos, a verificação do grau de adequação do sistema de controlo interno e a verificação do cumprimento da regulamentação no que se refere à gestão das operações de titularização e às atividades de servicing realizadas pela CA Auto Bank S.p.A.

Os instrumentos de controlo previstos pela Empresa articulam-se nos seguintes processos:

- controlo de toda a documentação e da estrutura contratual da operação por parte da Unidade de Tesouraria - Securitização e Transferência de Risco, em colaboração com escritórios de advogados internos e externos;
- controlo da correção e da adequação económica da operação no seu conjunto por parte da Unidade de Tesouraria - Securitização e Transferência de Risco;
- O Risk & Permanent Control é também diretamente responsável pelos controlos permanentes de segundo nível sobre as operações de titularização.

Salienta-se ainda que todas as operações realizadas até ao momento tiveram um desempenho em linha com as expectativas, tanto em termos de adequação dos fluxos de caixa em relação às previsões efetuadas no momento do lançamento da operação, como no que diz respeito ao cumprimento dos principais indicadores (triggers) relativos à carteira.

Confirma-se que não são aplicadas técnicas de apoio implícito às operações, não existem cláusulas de «clean-up call» para valores superiores a 10% da emissão inicial, nem existem mecanismos automáticos de reembolso antecipado ligados aos níveis de «excess spread», em conformidade com os procedimentos da empresa.

PARTE F – INFORMAÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO

CONSOLIDADO SECÇÃO 1 – O PATRIMÓNIO CONSOLIDADO

A. INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUALITATIVA

O «Grupo Bancário» difere no que diz respeito à área de consolidação relevante para efeitos do balanço elaborado de acordo com os princípios contabilísticos IAS/IFRS. As diferenças devem-se essencialmente à consolidação integral no balanço IAS/IFRS das sociedades não bancárias e instrumentais (principalmente as sociedades que operam no setor segurador) não incluídas no «Grupo Bancário».

Os Fundos Próprios, os requisitos patrimoniais mínimos obrigatórios e os consequentes coeficientes de supervisão bancária foram determinados em conformidade com as disposições contidas nas Circulares do Banco de Itália n.º 285, de 17 de dezembro de 2013 (e atualizações subsequentes) «Disposições de supervisão para os bancos» e n.º 286, de 17 de dezembro de 2013 (e atualizações subsequentes) «Instruções para o preenchimento dos relatórios prudenciais para os bancos».

O capital próprio da empresa é constituído pela soma dos saldos das seguintes rubricas do passivo do balanço:

- Capital social;
- Prémio de emissão;
- Reservas;
- Capital adicional de classe 1 (Additional Tier 1 - AT1);
- Ações próprias;
- Reservas de avaliação;
- Resultado do exercício.

O capital próprio em 31 de dezembro de 2025, incluindo as reservas de avaliação e o resultado do exercício, ascende a 4.244,7 milhões de euros, em comparação com os 3.868,7 milhões de euros do exercício anterior.

Os principais eventos, em aumento e diminuição, que conduziram ao aumento de 300,8 milhões de euros foram a concessão da linha de crédito pela Sociedade-Mãe no valor de 300 milhões de euros, a afetação às reservas do resultado do exercício anterior no valor de 259 milhões de euros e o pagamento de juros sobre instrumentos de capital à Sociedade-Mãe no valor de 54,6 milhões de euros.

B. INFORMAÇÕES DE NATUREZA QUANTITATIVA

B.1 PATRIMÓNIO CONSOLIDADO: REPARTIÇÃO POR TIPO DE EMPRESA

Rubricas do capital próprio	Consolidação prudencial	Empresas de seguros	Outras empresas	Elisões e ajustamentos de consolidação	Total
1. Capital	700.000	1.086	100	(1.186)	700.000
2. Prémio de emissão	192.746	5.000	-	(5.000)	192.746
3. Reservas	2.282.289	35.033	(2)	(35.031)	2.282.289
4. Instrumentos de capital	899.985	-	-	-	899.985
6. Reservas de avaliação:	(4.595)	(184)	-	184	(4.595)
- Cobertura de investimentos no estrangeiro	119	-	-	-	119
- Cobertura dos fluxos financeiros	(2.296)	-	-	-	(2.296)
- Diferenças cambiais	7.757	-	-	-	7.757
- Ganhos (perdas) atuariais em planos de pensões de benefício definido	(10 629)	(184)	-	184	(10.629)
- Leis especiais de reavaliação	454	-	-	-	454
7. Resultado (prejuízo) do exercício (+/-) do grupo e de terceiros	174 225	10.574	-	(10.574)	174.225
Total	4.244.650	51.510	98	(51.608)	4.244.650

B.4 RESERVAS DE AVALIAÇÃO RELATIVAS A PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS: VARIAÇÕES ANUAIS

Movimentos de 2025

	Grupo Bancário	Empresas de seguros	Outras empresas	Elisões e ajustamentos de consolidação	Total
1. Saldo inicial líquido	(7.534)	(103)	-	103	(7.534)
2. Variações positivas	-	-	-	-	-
2.1 Aumentos do justo valor	-	-	-	-	-
2.2 Outras variações	-	-	-	-	-
3. Variações negativas	(3.095)	(81)	-	81	(3.095)
3.1 Reduções do justo valor	(3.095)	(81)	-	81	(3.095)
3.2 Outras variações	-	-	-	-	-
4. Existências finais	(10.629)	(184)	-	184	(10.629)

SECÇÃO 2 – FUNDOS PRÓPRIOS E COEFICIENTES DE SUPERVISÃO BANCÁRIA

O requisito patrimonial regulamentar, para cobertura dos riscos do chamado Primeiro Pilar, é calculado pela Sociedade aplicando o método padrão, para a medição do risco de crédito, e o método básico, para o risco operacional.

A Sociedade está ainda exposta ao risco de contraparte, associado aos produtos derivados que cobrem a carteira da Sociedade e das suas participadas, mede esse risco no âmbito do método SA-CCR e recorre à compensação através de contrapartes centrais qualificadas, conforme previsto na regulamentação EMIR.

No que diz respeito à adequação patrimonial (o chamado Segundo Pilar), o seu processo de autoavaliação (ICAAP, Internal Capital Adequacy Assessment Process) realiza-se anualmente e é efetuada uma autoavaliação interna semestral a nível do Grupo Bancário numa base consolidada, do qual o Banco é a Entidade-Mãe. O Banco realiza ainda, de forma contínua, controlos trimestrais sobre o cumprimento dos limites regulamentares presentes no RAF (Risk Appetite Framework).

Fundos próprios e índices (€/000)	31/12/2025	31/12/2024
Capital primário de classe 1 (Common Equity Tier 1 - CET1)	2.886.743	2.992.688
Capital adicional de nível 1 (Additional Tier 1 - AT1)	907 757	610 388
Capital de Nível 1 (Tier 1 - T1)	3 794 500	3 603 076
Capital de classe 2 (Tier 2 - T2)	510.363	381 622
Fundos próprios	4 304 863	3 984 698
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	23 980 553	24 026 357
RÁCIOS REGULAMENTARES		
CET 1	12,04%	12,46%
Rácio de Capital Total (TCR)	17,95%	16,58%
LCR	133%	143%
NSFR	111%	112%
OUTROS RÁCIOS		
Rácio de alavancagem	12,52%	11,40%
RONE (Lucro Líquido/Capital Próprio Normativo Médio)	6,55%	13,13%
RONE Normalizado (Lucro Líquido/Capital Próprio Normalizado Médio) (**)	8,78%	

(**) Conforme mostra a tabela, excluindo o efeito extraordinário da provisão na subsidiária do Reino Unido, o RONE teria sido de 8,78%.

Além disso, remete-se para a informação sobre fundos próprios e adequação patrimonial constante da informação ao público («Terceiro Pilar»).

PARTE G – OPERAÇÕES DE AGREGAÇÃO RELATIVAS A EMPRESAS OU RAMOS DE ATIVIDADE

SECÇÃO 1 – OPERAÇÕES REALIZADAS DURANTE O EXERCÍCIO

Em 26 de junho, a CA Auto Bank adquiriu à sua controladora, a Crédit Agricole Personal Finance & Mobility, 50% da CA Auto Bank GmbH por um valor de 33,65 milhões de euros. Esta operação não deu origem ao registo de goodwill, uma vez que o preço de aquisição corresponde ao capital próprio à data da transação.

Posteriormente, em 12 de dezembro de 2025, a mesma foi objeto de transformação em sucursal, com um excedente de fusão de 25,45 milhões de euros.

Embora o ramo de atividade tenha capacidade para gerar resultados, ou seja, para ser rentável, as sociedades envolvidas (vendedora, compradora e adquirida) estão todas sob o controlo comum do Grupo Crédit Agricole S.A.

A IFRS 3 não regulamenta este tipo de operações, pelo que os ativos e passivos transferidos (adquiridos) — incluindo o eventual goodwill existente reconhecido à data da aquisição — devem ser reconhecidos pelo seu valor contabilístico nos livros da empresa-mãe, mesmo que o seu justo valor possa ser avaliado de forma fiável. Consequentemente, o adquirente não reconhece qualquer goodwill novo ou adicional, nem goodwill negativo, ao contrário do tratamento aplicado às aquisições externas.

SECÇÃO 2 – OPERAÇÕES REALIZADAS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

À data do presente Balanço, não foram realizadas ou deliberadas, após o encerramento do exercício, operações de agregação relativas a empresas ou ramos de atividade, nos termos da IFRS 3, nem operações entre entidades sob controlo comum.

PARTE H - OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

1. INFORMAÇÕES SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES COM RESPONSABILIDADES ESTRATÉGICAS

Aos administradores, ao longo do ano de 2025, foram pagos remunerações no valor de 1 044 mil euros, incluindo encargos sociais e encargos acessórios.

Aos membros do Conselho Fiscal da CA Auto Bank S.p.A. foram pagos, durante o exercício, remunerações no valor de 218 mil euros. Não foram concedidos créditos nem prestadas garantias a administradores e membros do Conselho Fiscal.

2. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições equivalentes às aplicadas às operações realizadas com terceiros independentes. As operações intragrupo foram realizadas na sequência de avaliações de conveniência mútua e de condições de mercado. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, as operações e os saldos em curso com partes relacionadas intragrupo são eliminados.

O quadro abaixo apresenta os ativos, passivos, custos e receitas em 31 de dezembro de 2025, diferenciados por tipos de partes relacionadas.

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: RUBRICAS DO BALANÇO

Saldo em 31/12/2025				
	Acionistas	Dirigentes com responsabilidade des estratégicas	Outras partes relacionadas	Total
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado	469	-	12.056	12.525
- Créditos a bancos	469	-	12.056	12.525
Derivados de cobertura - Ativos	-	-	616	616
Outros ativos	2.482	-	6.620	9.102
Total do ativo	2.951	-	19.292	22.243
Passivos financeiros avaliados ao custo amortizado	6.207.995	-	1.221.499	7.429.494
- Dívidas a bancos	6.207.995	-	1.221.499	7.429.494
- Dívidas para com clientes	-	-	-	-
Derivados de cobertura - Passivos	-	-	2.644	2.644
Títulos em circulação	1 302 180	-	-	1.302.180
Outros passivos	12.217	-	357	12.574
Total do passivo	7.522.393	-	1.224.500	8.746.892

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Saldo em 31/12/2025				
	Acionistas	Dirigentes com responsabilidade des estratégicas	Outras partes relacionadas	Total
Juros ativos e rendimentos assimilados	83 374	-	18.554	101.927
Juros passivos e encargos assimilados	(505.693)	-	(59.627)	(565.320)
Comissões ativas	-	-	11.751	11.751
Comissões passivas	(139)	-	-	(139)
Receitas (encargos) líquidos decorrentes de instrumentos financeiros ao justo valor	-	-	6.242	6.242
na demonstração de resultados				

Despesas administrativas	(4.405)	(1.263)	(111)	(5.779)
Outros rendimentos/encargos de gestão	(837)	-	(551)	(1.387)

PUBLICAÇÃO DOS REMUNERAÇÕES RELATIVAS À AUDITORIA CONTÁBIL E A SERVIÇOS DIVERSOS DA AUDITORIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2427, N.º 16-BIS, DO CÓDIGO CIVIL

<i>Remunerações devidas pela atividade de:</i>	<i>Prestador do serviço</i>	<i>31/12/2025</i>
Auditoria	PricewaterhouseCoopers	2 679 808
Auditoria	Outros	966.383
Outros serviços de auditoria	PricewaterhouseCoopers	387.416
Outros serviços de auditoria	Outros	32.190
Outros serviços	PricewaterhouseCoopers	84.783
Outros serviços	Outros	16 980
Total		4.167.561

Os honorários acima indicados não incluem indexações, contribuição à CONSOB, reembolso de despesas e IVA.

PARTE L - INFORMAÇÃO SECTORIAL

OPERAÇÕES E RENTABILIDADE POR LINHAS DE NEGÓCIO

Os dados relativos à operação e à rentabilidade por áreas de negócio são apresentados em conformidade com a IFRS 8 Segmentos Operacionais, com a adoção da «abordagem de relatório de gestão completo».

O Grupo CA Auto Bank opera através de uma estrutura organizacional articulada em linhas de negócio: Financiamento e Leasing, Financiamentos Wholesale e Drivalia (Aluguer/Mobilidade).

Os ativos por segmento (em valores pontuais) são constituídos exclusivamente por créditos a clientes. No final de 2025, os ativos da linha de negócio Financiamento e Leasing atingem 20,6 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 9% em relação a 31 de dezembro de 2024, os ativos da linha de negócio Financiamentos Wholesale mantêm-se substancialmente em linha com o ano anterior, situando-se em 3,8 mil milhões de euros, e, por fim, os ativos da linha de negócio Drivalia (Aluguer/Mobilidade) aumentam 19% em relação a 31 de dezembro de 2024, atingindo o montante de 3,9 mil milhões de euros.

Em conformidade com a IFRS 8, especifica-se que a atividade do Grupo se desenvolve essencialmente no território europeu; no entanto, não são objeto de apresentação periódica à gestão relatórios de desempenho que façam distinções por áreas geográficas estrangeiras.

Informação setorial (€/milhões)	Financiamento e leasing 31/12/2025	Financiament os grossistas 31/12/2025	Drivalia (aluguer/mobilidade) 31/12/2025	Outros 31/12/2025	Total 31/12/2025
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	587	88	135	(27)	784
Custos operacionais líquidos	(223)	(27)	(74)	-	(324)
Custo do risco	(130)	(19)	(13)	-	(161)
Outros rendimentos/ (encargos) não alocados	(75)	(7)	(2)	-	(84)
Lucro antes de impostos	160	35	47	(27)	215
Impostos não atribuídos	-	-	-	(41)	(41)
Lucro do período	160	35	47	(68)	174

Informação por setor (€/milhões)	Financiamento e leasing 31/12/2025	Financiamentos grossistas 31/12/2025	Drivalia (aluguer/mobilidade) 31/12/2025	Outros 31/12/2025	Total 31/12/2025
Atividades					
Ativos por segmento no final do período	20 630	3.835	3.927	-	28 392
Ativos médios por segmento	20.382	3.828	3.692	-	27 902
Atividades não alocadas	-	-	-	-	-

Informação setorial (milhões de euros)	Financiamento e leasing 31/12/2024	Financiamentos grossistas 31/12/2024	Drivalia (aluguer/mobilidade) 31/12/2024	Outros 31/12/2024	Total 31/12/2024
Margem de intermediação bancária e margem de aluguer	579	90	164		833
Custos operacionais líquidos	(206)	(25)	(78)	-	(308)
Custo do risco	(125)	(5)	(4)	-	(134)
Outros rendimentos/ (encargos) não alocados	(8)	(0)	(2)	-	(10)
Lucro antes de impostos	239	60	81	(33)	347
Impostos não atribuídos	-	-	-	(87)	(87)
Lucro do período	239	60	81	(120)	260

Informação por setor (€/milhões)	Financiamento e leasing 31/12/2024	Financiamentos grossistas 31/12/2024	Drivalia (aluguer/mobilidade) 31/12/2024	Outros 31/12/2024	Total 31/12/2024
Atividades					
Ativos por segmento no final do período	22 699	3.782	3.301	-	29 782
Atividades médias por segmento	21 463	3.693	2.887	-	28 043
Atividades não alocadas				-	-

PARTE M - INFORMAÇÃO SOBRE

LOCAÇÃO FINANCEIRA SECÇÃO 1 –

LOCATÁRIO

INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

De acordo com o disposto nos parágrafos 51-59 da IFRS 16, apresentam-se a seguir as informações complementares relativas aos contratos de locação dos quais o Grupo CA Auto Bank é locatário.

A partir da análise dos contratos abrangidos pelo âmbito de aplicação da IFRS 16, o Grupo identificou como caso mais significativo o relativo aos contratos de locação imobiliária. Estes incluem principalmente instalações para uso de escritório.

Informações quantitativas

O Grupo registou, em 31 de dezembro de 2025, direitos de uso adquiridos através de locação no valor de 163 milhões de euros, dos quais 114 milhões de euros correspondem à respectiva provisão para amortização. As dívidas por locação na mesma data ascendem a 49 milhões de euros. Os juros passivos sobre as dívidas por locação totalizam 3 milhões de euros.

Apresentam-se a seguir os prazos de vencimento das dívidas de locação:

€/000

	12 meses	12 - 18 meses	18 - 24 meses	24 - 36 meses	36 - 48 meses	48 - 60 meses	60 - 84 meses	84 - 120 meses	120 - 180 meses	> 180 meses
Dívida por leasing	15 615	6.202	4.925	7.235	5.323	3.925	4.042	1.260	15	

Não existem contratos de sublocação.

O Grupo CA Auto Bank, em conformidade com as isenções concedidas pela norma, optou por não aplicar a IFRS 16 aos contratos com duração total inferior ou igual a 12 meses e aos contratos cujo valor do bem subjacente, quando novo, seja inferior ou igual a 5.000 euros. Neste caso, as rendas relativas a essas locações são reconhecidas como custo – à semelhança do que era feito no passado.

SECÇÃO 2 – LOCADOR

INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

O Grupo CA Auto Bank oferece contratos de locação financeira e operacional nos mercados em que opera, com o objetivo de apoiar o negócio automóvel do Grupo CA Auto Bank e das empresas parceiras.

No setor do aluguer, o Grupo CA Auto Bank operou em 2025 através da sua controlada Drivalia e das respetivas subsidiárias. A oferta destina-se tanto a grandes empresas e PME, como a profissionais e particulares.

Na qualidade de locador, a gestão do risco associado aos direitos que o Grupo CA Auto Bank detém sobre os ativos subjacentes é efetuada através de:

- acordos de recompra (buy back);
- garantias reais: cauções;
- garantias de assinatura: bancárias, de seguros e fianças.

No caso de contratos em que o Grupo CA Auto Bank assume diretamente o risco sobre o valor residual do contrato, uma vez que não existe um acordo de recompra com o concessionário ou o fabricante, é efetuado um acompanhamento trimestral, com o objetivo de constituir um fundo de valores residuais.

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS

1. INFORMAÇÕES DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Consulte as tabelas correspondentes nas secções do balanço e da demonstração de resultados.

2. LEASING FINANCEIRO

2.1 CLASSIFICAÇÃO POR PERÍODOS DOS PAGAMENTOS A RECEBER E RECONCILIAÇÃO COM FINANCIAMENTOS DE LEASING REGISTRADOS NO ATIVO

(valor expresso em milhares de euros)

Intervalos temporais	Total 31/12/2025 Pagamentos a receber relativos ao leasing	Total 31/12/2024 Pagamentos a receber relativos ao leasing
Até 1 ano	2 292 803	2.478.779
Mais de 1 ano até 2 anos	2 527 397	2 524 209
Mais de 2 anos até 3 anos	2.424.431	2 573 697
Mais de 3 anos até 4 anos	1.739.845	2 075 129
Mais de 4 anos até 5 anos	863.137	1 056 335
Mais de 5 anos	338.628	619.480
Total dos pagamentos a receber relativos a locações financeiras	10.186.241	11 327 629
Reconciliação com financiamentos		
Resultados financeiros não realizados (-)	(1 126 056)	(1 384 933)
Valor residual não garantido (-)		
Correções de valor (-)	(129.880)	(156.161)
Financiamentos para leasing	8 930 305	9.786.535

A rubrica «Correções de valor» foi incluída para a reconciliação com os financiamentos para leasing registados no ativo e apresentados na Parte B da presente Nota Explicativa, Secção 4 (4.2 Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado: composição por tipo de crédito a clientes).

3. LEASING OPERACIONAL

3.1 CLASSIFICAÇÃO POR PERÍODOS DOS PAGAMENTOS A RECEBER

(valor expresso em milhares de euros)

Intervalos temporais	Total 31/12/2025	Total 31/12/2024
	Pagamentos a receber relativos ao leasing	Pagamentos a receber relativos ao leasing
Até 1 ano	87 792	53 172
Mais de 1 ano até 2 anos	76 239	50 930
Mais de 2 anos até 3 anos	71.813	51 050
Mais de 3 anos até 4 anos	45 952	39 516
Mais de 4 anos até 5 anos	20.085	14 582
Mais de 5 anos	-	-
Total	301.881	209 250

3.2 OUTRAS INFORMAÇÕES

Não há informações adicionais a comunicar para além das já referidas anteriormente.

DADOS DO BALANÇO DA EMPRESA-MÃE CRÉDIT AGRICOLE CONSUMER FINANCE S.A.

Apresentam-se a seguir os balanços e as demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2024 da Crédit Agricole Consumer Finance S.A., à qual está subordinado o Grupo CA Auto Bank, elaborados em conformidade com o artigo 2497-bis do Código Civil. Para uma compreensão adequada da situação patrimonial e financeira, bem como do resultado económico alcançado pela Crédit Agricole Consumer Finance S.A. em 31 de dezembro de 2024, remete-se para a leitura das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da empresa de auditoria, disponíveis nas formas e nos termos previstos na lei.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVOS

(em milhares de euros)	31/12/2024	31/12/2023
Caixa, bancos centrais	6.311.881	4.085.491
Ativos financeiros ao valor justo através dos resultados	16.667	13.819
<i>Ativos financeiros detidos para negociação</i>	11.012	9.187
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através dos resultados</i>	5.655	4.632
Instrumentos derivados de cobertura	633.572	1.054.278
Ativos financeiros ao valor justo através de outros resultados	136.533	126.416
<i>Instrumentos de dívida ao justo valor através de outros resultados que podem ser reclassificados para resultados</i>	-	9.763
<i>Instrumentos de capital ao justo valor através de outros resultados que não serão reclassificados para resultados</i>	136.533	129.044
Ativos financeiros ao custo amortizado	78.598.403	77.415.326
<i>Empréstimos e contas a receber de instituições de crédito</i>	10 599 164	12 240 279
<i>Empréstimos e créditos a receber de clientes</i>	67 999 239	65 174 459
<i>Títulos de dívida</i>	-	588
Ajustamento de reavaliação em carteiras com cobertura de taxa de juro	(34.280)	(613.128)
Ativos fiscais correntes e diferidos	962 354	1.297.316
Acréscimos, pagamentos antecipados e ativos diversos	1.711.659	2.110.969
Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	1.363.304	1.199.231
Propriedades de investimento	781	781
Ativos fixos tangíveis	3.698.410	2.816.755
Ativos intangíveis	652.055	626.753
Ágio	827.732	825.642
TOTAL DO ATIVO	94.879.071	90 972 041

BALANÇO - PASSIVO

<i>(em milhares de euros)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	12.668	10.925
<i>Passivos financeiros detidos para negociação</i>	12.668	10.925
Instrumentos derivados de cobertura	599.109	432.074
Passivos financeiros ao custo amortizado	80.460.497	76 179 137
<i>Dívidas a instituições de crédito</i>	39 149 838	38 882 097
<i>Devido aos clientes</i>	20 195 196	18.234.490
<i>Títulos de dívida</i>	21.115.463	19.062.550
Ajuste de reavaliação em carteiras com cobertura de taxa de juro	1.068	572
Passivos fiscais correntes e diferidos	309.147	433.843
Acréscimos, rendimentos diferidos e passivos diversos	1.957.768	2.577.780
Provisões	293.444	314.049
Dívida subordinada	2.195.101	1.892.340
Total do passivo	85 828 802	81.840.720
Capital próprio	9.050.269	9.131.321
Capital próprio - Participação do Grupo	8.488.520	8.598.781
Capital social e reservas	5.295.761	5.070.761
Reservas consolidadas	2.875.430	2.849.631
Outros resultados abrangentes	(3.359)	(17 269)
Resultado líquido do exercício	320.688	695.658
Participações não controladoras	561.748	532.540
TOTAL DO PASSIVO E DO CAPITAL PRÓPRIO	94 879 071	90 972 041

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

<i>(em milhares de euros)</i>	31/12/2024	31/12/2023
Juros e rendimentos similares	6.101.889	4.769.225
Juros e despesas similares	(4.430.723)	(3.037.933)
Receitas de comissões e honorários	841.797	700.736
Despesas com comissões e honorários	(194.834)	(92.629)
Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos financeiros ao justo valor através dos resultados	(9.269)	(23.512)
<i>Ganhos (perdas) líquidos em ativos/passivos detidos para negociação</i>	(3.100)	(10.143)
<i>Ganhos (perdas) líquidos em outros ativos/passivos financeiros ao valor justo através dos resultados</i>	(6.169)	(13.368)
Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos financeiros ao justo valor através de outros resultados	(2.515)	38
<i>Ganhos (perdas) líquidos em instrumentos de dívida ao justo valor através de outros resultados que possam ser reclassificados posteriormente para resultados</i>	-	414
<i>Remuneração de instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outros resultados que não serão reclassificados posteriormente para resultados (dividendos)</i>	(2.515)	(376)
Ganhos (perdas) líquidos decorrentes do desconhecimento de ativos financeiros ao custo amortizado	-	(666)
Resultados de outras atividades	1 192 230	992.542
Despesas com outras atividades	(752.185)	(428.444)
RECEITAS	2.746.390	2.879.358
Despesas operacionais	(1.210.603)	(1.137.095)
Depreciação, amortização e imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(147.151)	(145.028)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	1.388.636	1.597.234
Custo do risco	(877.346)	(808.116)
RESULTADO OPERACIONAL	511.290	789.118
Participação no resultado líquido de entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	132.942	133.999
Ganhos (perdas) líquidos em outros ativos	(3.990)	97.163
Variação no valor do goodwill	-	11.715
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	640.242	1.031.995
Imposto sobre o rendimento	(242.692)	(261.422)
RESULTADO LÍQUIDO	397.550	770 573
Participações não controladoras	76.863	74.914
RESULTADO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AO GRUPO	320.688	695.658
Lucro por ação (em euros) (1)	22,56	48,93
Lucro diluído por ação (em euros) (1)	22,56	48,93

(1) Composto por Lucro ou prejuízo, incluindo o Lucro líquido proveniente de atividades operacionais descontinuadas.

INFORMAÇÃO AO PÚBLICO POR PAÍS - DADOS A 31/12/2025

Lista das empresas do Grupo CA Auto Bank por local de estabelecimento e natureza da atividade exercida:

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	EMPRESA	NATUREZA DA ATIVIDADE
ÁUSTRIA	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL NA ÁUSTRIA	BANCOS
BÉLGICA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL NA BÉLGICA)	BANCOS
	DRIVALIA LEASE BELGIUM S.A.	NÃO FINANCEIRAS
REPÚBLICA CHECA	DRIVALIA LEASE REPÚBLICA CHECA S.R.O.	NÃO
	FLEET INSURANCE PLAN S.R.O.	FINANCEIRAS
	DRIVALIA REPÚBLICA CHECA S.R.O.	NÃO
		FINANCEIRAS
DINAMARCA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S	NÃO FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE DANMARK A/S	FINANCEIRAS
FINLÂNDIA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S FILIAL NA FINLÂNDIA	NÃO FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE FINLAND OY	FINANCEIRAS
FRANÇA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL EM FRANÇA BPM	NÃO
	LEASE S.A.S.	BANCOS
	DRIVALIA FRANCE S.A.S.	FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE FRANCE S.A.	NÃO
		FINANCEIRAS
ALEMANHA	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL NA ALEMANHA CA	FINANCEIRAS
	VERSICHERUNGSSERVICE GMBH	BANCOS
	FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH	NÃO
		FINANCEIRAS
GRÉCIA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL HELÉNICA)	BANCOS
	DRIVALIA LEASE HELLAS SM S.A.	NÃO
	CA AUTO INSURANCE HELLAS S.A.	FINANCEIRAS
		NÃO
IRLANDA	CA AUTO BANK S.P.A. (SUCURSAL IRLANDESA)	FINANCEIRAS
	CA AUTO REINSURANCE DAC	BANCOS
	DRIVALIA LEASE IRELAND LTD	NÃO
		FINANCEIRAS
ITÁLIA	CA AUTO BANK S.P.A.	BANCOS
	DRIVALIA S.P.A.	NÃO FINANCEIRAS
MARROCOS	DRIVALIA LEASE, SUCURSAL NO MARROCOS	FINANCEIRAS
NORUEGA	CA AUTO FINANCE NORGE AS	FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE NORGE AS	NÃO FINANCEIRAS
PAÍSES BAIXOS	CA AUTO FINANCE NEDERLAND B.V.	FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE NEDERLAND B.V.	NÃO FINANCEIRAS

POLÓNIA	CA AUTO BANK S.P.A. S.A. FILIAL NA POLÓNIA	BANCOS
	DRIVALIA LEASE POLSKA SP Z O.O.	FINANCEIRAS
PORTUGAL	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL EM PORTUGAL	BANCOS
	DRIVALIA PORTUGAL S.A.	NÃO FINANCEIRAS
REINO UNIDO	CA AUTO FINANCE UK LTD.	FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE UK LTD.	NÃO
	DRIVALIA UK LTD	FINANCEIRAS
		NÃO
		FINANCEIRAS

ESPANHA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL EM ESPANHA	BANCOS
	DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U.	FINANCEIRAS
	DRIVALIA ESPAÑA S.L.U.	NÃO FINANCEIRAS
SUÉCIA	CA AUTO FINANCE SVERIGE AB	FINANCEIRAS
	DRIVALIA LEASE SVERIGE AB	NÃO FINANCEIRAS
SUÍÇA	CA AUTO FINANCE SUISSE SA	FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 89.º da Diretiva 2013/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho (CRD IV):

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	EMPRESA	NATUREZA DA ATIVIDADE	MARGEM DE INTERMEDIAR (dados em milhares de euros)	NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS EM	BASE EQUIVALENTE A TEMPO	LUCRO DEGRADAÇÃO ANTES DE IMPOSTOS (dados em milhares de euros)	IMPOSTO SOBRE O LUCRO OU PERDA (dados em milhares de euros)
ÁUSTRIA	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL ÁUSTRIA	BANCOS	9.444	33	2.706	629	
BÉLGICA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL BELGA	BANCOS	14.622	39	4.889	1.222	
	DRIVALIA LEASE BELGIUM S.A.	NÃO FINANCEIRAS	(114)	4	(398)	(99)	
REPÚBLICA CHECA	DRIVALIA LEASE CZECH REPUBLIC S.R.O.	NÃO FINANCEIRAS	24.104	181	21.152	4.626	
	FLEET INSURANCE PLAN S.R.O.	NÃO FINANCEIRAS	-	4	-	-	
	DRIVALIA CZECH REPUBLIC S.R.O.	NÃO FINANCEIRAS	(356)	7	(146)	(29)	
DINAMARCA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S	FINANCEIRAS	13.145	35	3.534	249	
	DRIVALIA LEASE DANMARK A/S	NÃO FINANCEIRAS	(7.515)	13	1.292	(816)	
FINLÂNDIA	CA AUTO FINANCE DANMARK A/S FILIAL NA FINLÂNDIA	FINANCEIRAS	172	1	(181)	(104)	
	DRIVALIA LEASE FINLAND OY	NÃO FINANCEIRAS	(1.395)	117	20.918	4.191	
FRANÇA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL EM FRANÇA	BANCOS	180.801	411	113.426	3.193	
	BPM LEASE S.A.S.	NÃO FINANCEIRAS	-	-	-	-	
	DRIVALIA FRANCE S.A.S.	NÃO FINANCEIRAS	(5.749)	69	(5.135)	(154)	
	DRIVALIA LEASE FRANCE S.A.	FINANCEIRAS	2.217	-	5.005	1.472	
ALEMANHA	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL ALEMANHA	BANCOS	109.450	234	35.975	11.622	
	CA VERSICHERUNGSSERVICE GMBH	NÃO FINANCEIRAS	1.970	12	1.012	309	
	FERRARI FINANCIAL SERVICES GMBH	FINANCEIRAS	44.442	45	31.267	5.978	
GRÉCIA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL NA GRÉCIA	BANCOS	1.970	41	848	227	
	DRIVALIA LEASE HELLAS SM S.A.	NÃO FINANCEIRAS	10.525	7	7.477	2.061	
	CA AUTO INSURANCE HELLAS S.A.	NÃO FINANCEIRAS	418	-	365	89	
IRLANDA	CA AUTO BANK S.P.A. FILIAL NA IRLANDA	BANCOS	371	2	18	(49)	
	CA AUTO REINSURANCE DAC	NÃO FINANCEIRAS	1.480	5	11.132	1.537	
	DRIVALIA LEASE IRELAND LTD	NÃO FINANCEIRAS	3.201	80	16.063	2.065	
ITÁLIA	CA AUTO BANK S.P.A.	BANCOS	195.583	479	47.072	803	
	DRIVALIA S.P.A.	NÃO FINANCEIRAS	(73.007)	109	(14.080)	(4.690)	
MARROCOS	DRIVALIA LEASE, FILIAL NO MARROCOS	FINANCEIRAS	1.543	3	1.021	344	
NORUEGA	CA AUTO FINANCE NORGE AS	FINANCEIRAS	28	2	(234)	(52)	
	DRIVALIA LEASE NORGE AS	NÃO FINANCEIRAS	7.440	58	3.845	900	
PAÍSES BAIXOS	CA AUTO FINANCE NEDERLAND B.V.	FINANCEIRAS	15.989	53	4.317	1.149	
	DRIVALIA LEASE NEDERLAND B.V.	NÃO FINANCEIRAS	(52)	4	(254)	(48)	
POLÓNIA	CA AUTO BANK S.P.A. S.A. FILIAL NA POLÓNIA	BANCOS	12.365	52	6.221	711	
	DRIVALIA LEASE POLSKA SP Z O.O.	FINANCEIRAS	2.979	1	795	143	
PORTUGAL	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL EM PORTUGAL	BANCOS	9.907	45	3.506	991	
	DRIVALIA PORTUGAL S.A.	NÃO FINANCEIRAS	(7.394)	35	(1.169)	(6)	
REINO UNIDO	CA AUTO FINANCE UK LTD.	FINANCEIRAS	80.398	151	(35.006)	(8.749)	
	DRIVALIA LEASE UK LTD.	NÃO FINANCEIRAS	(11.679)	9	3.858	148	
	DRIVALIA UK LTD	NÃO FINANCEIRAS	16.246	76	1.892	502	
ESPAÑHA	CA AUTO BANK S.P.A. SUCURSAL EM ESPAÑHA	BANCOS	51.891	87	27.575	6.693	
	DRIVALIA LEASE ESPAÑA S.A.U.	FINANCEIRAS	(3.161)	-	2.978	719	

	DRIVALIA ESPAÑA S.L.U.	NÃO FINANCEIRAS	(6.352)	59	(304)	(121)
SUÉCIA	CA AUTO FINANCE SVERIGE AB	FINANCEIRAS	2.187	2	715	17
	DRIVALIA LEASE SVERIGE AB	NÃO FINANCEIRAS	(2.993)	4	57	22
SUIÇA	CA AUTO FINANCE SUISSE SA	FINANCEIRAS	23.968	54	11.655	2.411
Total da empresa Grupo			719.088	2.623	335.678	40.106
Ajustamentos de consolidação			(115.104)		(120.903)	444
Total do Grupo			603.984		214.776	40.551

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

31 DE DEZEMBRO DE 2025

CA Auto Bank S.p.A.

Capital social 700.000 euros integralmente realizado
 Registro Comercial de Turim n.º 0B3495001g Inscrita no
 Registro de Bancos sob o n.º 5764
 Empresa-mãe do Grupo Bancário «Auto Bank», inscrita no Registro
 to Mnice CA Consumer Finance EA.

Relatório ao Conselho Fiscal sobre o exercício findo em 21.12.2025 nos termos da , Z4 r /O Wa 2, do Código Civil

Assembleia Geral da CA Auto Bank 6ª.

Spettabile Azionista,

As competências do Conselho Municipal de Golfeglo são definidas, em primeiro lugar, pelo presente Estatuto, bem como pelo Decreto Legislativo n.º 39/2010, pelo Decreto Legislativo n.º 38/1093 e pelas disposições de vigilância emitidas pelas autoridades competentes. No exercício de 2025, o Colégio de Supervisão cumpriu as obrigações previstas nas disposições normativas acima referidas, tendo em conta as orientações de conduta do Colégio Nacional emitidas pelo Conselho Nacional aos Setores Comerciais e aos Profissionais Contabilistas.

Atualizo «o compromisso de cumprir a Lei B da Estação, no que diz respeito ao respeito pelos princípios da boa administração, bem como da estrutura organizacional - sem menção ao sistema de controlos internos - do sistema administrativo e compatível com a legislação 5 letã, não sobre a fiabilidade de este sistema em refletir corretamente os eventos de gestão.

B. RESULTADOS DO EXERCÍCIO E F

Balanço de exercícios em 31 de dezembro. A 2025 registou um resultado líquido de 591 milhões de euros, um resultado da gestão operacional antes de impostos de 201 milhões de euros e um resultado líquido após impostos de 216 milhões de euros. O património líquido em 31.12.2022 ascende a 3 650 milhões de euros; os fundos próprios em 31.12.2025 ascendem a 3,21 mil milhões de euros, o que corresponde a um rácio de capital próprio de 21,96.

O AYTTVtÂ Dfil ç0LMG¥O SIN^AAAIF

O Conselho Fiscal da In CòriGB foi nomeado por deliberação da assembleia geral de 3 de abril de 2024, sendo composto pela Presidente Ludovica Gkxranardl e pelos membros efetivos Vincenzo leurlzlo e Nauro RAnalli. Na sequência da demissão de M. S. Vincenzo Maurizio Disprmeri, com efeito a partir de 1 de julho de 2025, foi nomeada a suplente Francesca Nickels Naurelli, confirmada pelo Conselho de Administração da em 1 de novembro de 2025.

Avenao rlguaao eie mæaiáo com que d é wo1Ła a amvitò institucionais de competência do Conselho Fiscal, e tendo em conta o Öe[fe indioæzlonî Em matéria de regulamentação emitida pelas autoridades de supervisão e das Normas de Conduta do Código 5inçlaçale emitidas pelo Conselho Nacional da Ordem dos Comerciantes »d como Comablli, formulamos as seguintes considerações.

2. As observações sobre as questões de relevância económica, financeira e patrimonial levantadas pela S. Neçè e pela IFa, em conformidade com e , bem como com o escândalo *ala

As informações obtidas sobre as principais operações económicas, financeiras e patrimoniais realizadas pelo Banco, que exigiram a verificação da sua conformidade com a lei e os estatutos, bem como da sua compatibilidade com o interesse social; o Conselho não formulou quaisquer observações sobre a gestão.

Com efeito a partir de 26 de junho de 2025, a CA Auto ^.^ *-e-**- Comemoração do 50.º aniversário da empresa austríaca CA aë Bank GmbH (com sede em Amstrla e que opera também na Grécia através da sua) adquiriu da Consumer Finance S.A. as restantes participações na sociedade austríaca, tornando-se assim o único acionista. Consequentemente, a CA Auto Bank S.p.A. concluiu, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2025, o processo de fusão unional da sua filial austríaca e a transformação desta numa única entidade jurídica. Na sequência da referida fusão, também a filial grega do banco austríaco foi incorporada, passando a operar simultaneamente sob a nova designação CA Auto Bank S.p.A., que opera com a denominação CA Auto Bank S.p.A. Hellenic Branch, mantendo a sua sede em Atenas.

iz:iz zndiz sziono <n evancu de eslcoenza di oporazlonT *t pfcn- **/o
lrz**s****li, compreende cjtJæiN fnfrægxyzpj>o ou oon paz€i s>orrcJAt .

A Auto Bank S.p.A. está sujeita à supervisão e coordenação da CA Consumer Finance S.A. As sociedades controladas pela CA Auto Bank S.p.A. estão sujeitas à supervisão e coordenação desta última, que atua como sociedade

Ao longo do exercício, obtivemos informações adequadas sobre as operações realizadas e as transações relacionadas. Essas operações foram devidamente descritas no relatório de gestão e nas notas explicativas, em conformidade com o disposto no artigo 242-B, n.º 3, do Código Civil. Da nossa parte, reconhecemos a plena conformidade com a lei e os estatutos, a plena responsabilidade e interesse sociale, nonché da situação que se mantém em , conforme o anexo e o menu.

Não se verificam operações de natureza anómala ou invulgar relacionadas com

wa Obrigado por vosso apoio à Aa /c>•s • t•:z t Ræ•t»ione
sobre a revisão corza€dfo •al •ll•• eu d'••aercî ID

L1ncartco de revisão legale do Làlanoo de exercício é açl:rlbulro à
soclè

erl ate seCoopers 5.p.a..

A Sodet8 de Revisão, com a qual mantivemos um contacto contínuo e um intercâmbio de dados e informações relevantes para o desempenho da nossa atividade de supervisão, inclusive através de reuniões periódicas, e que se pronunciou sobre o trabalho de revisão come a avaliação da situação de segurança na condução das atividades da e do Grupo e que não encontrou dificuldades significativas na disponibilização das informações necessárias à atividade de revisão.

Tomámos conhecimento do relatório da ** da Revlsionlendlpenderibe, nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 59/2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, emitido em 31.3.2026, que dá início à revisão contábil do orçamento do exercício em 31.12.2025 e, a este respeito, observamos que o mesmo não apresenta observações nem exceções, os pontos-chave da revisão do balanço de exercício, a avaliação dos créditos a clientes, avaliados de acordo com o método de cesto de caixas autorizado, e a avaliação e recuperabilidade do valor do cartão de garantia.

Ratazlona dejœiřaoi• gwacaje em 31.12.J0çZs

A AUŁo arfk S.p.A
diritto di voto, il Pregiudice del Collegio Sindacale, ou seja, um membro del Collegio,
participou em todas as reuniões do it Audit Committee.

2.9 Osservazioni sul rispetto dei principi di corretta amministrazione

Adquirimos conhecimento e supervisionamos, no âmbito das nossas competências, o cumprimento dos critérios fundamentais de uma gestão sã e prudente do Banco e do princípio mais geral da diligência, graças à participação desses mesmos critérios nas deliberações do Conselho de Administração, à análise da documentação e das informações oportunas recebidas dos diversos órgãos de gestão relativamente às operações em curso pela empresa, e aos relatórios apresentados por no âmbito da sua função, o

o Conselho e do Órgão de Fiscalização. Além disso, reunido com a Administração, durante as reuniões periódicas, entre a Albo Pretório e o Collegio Sindical da Drivalia S.p.r. e não surgiram quaisquer informações relevantes que devam ser mencionadas no presente relatório.

As informações recolhidas permitiram à NL verificar a conformidade com a lei e os estatutos sociais das deliberações e resoluções em vigor, bem como confirmar que as fontes não apresentavam riscos manifestos de fraude.

Constatamos que o Banco adotou uma política de gestão e controlo de riscos, da qual é dada uma representação pontual no relatório de gestão.

Concluimos, recorrendo também à função do E, e a consultas com as diversas funções administrativas envolvidas, a adaptação substancial da atividade do grupo no âmbito da luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, bem como das disposições em vigor para a identificação das operações suspeitas, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 31/2007.

Acompanhamos os pontos de ação destacados pelos responsáveis internos da , bem como a utilização de Emenda, no âmbito das atividades desenvolvidas pelas mesmas Furores, e sobre as respetivas ações programadas para a superação das dificuldades detetadas. Iremos acompanhar o processo de envio das notificações à Banca d'Italia.

Emitiu-se, no âmbito das nossas competências, um parecer sobre a adequação global do procedimento em curso na Sociedade, com vista a cumprir os requisitos normativos previstos para a IIEAP, tal como refletido no nosso relatório de 30 abril 2025.

Por fim, em conformidade com o disposto na Portaria do Banco da Itália de 2 de maio de 2019 e seguintes, que atribui ao Collegio di Amministratori a função de supervisão integral do sistema de prevenção de fraudes, bem como da complexidade, funcionalidade e adequação do sistema de prevenção de fraudes, pelo que avaliamos a adequação das Sottigliezze para l'Weguaia procedure adottate, a verificação da d'azienda, a registrazione e la conservazione das Informazioni e para a sua comunicação operazioni sospette.

2.10 Osservazioni sulla adeguazione della votazione - argomentazioni

A Aobiettivi supervisionou o exercício dos poderes delegados e procuramos attenzione l'evoluzione dell'assetto organizzativo della Banca, o objetivo de garantir a adequação do mesmo, bem como o funcionamento do Conselho de Administração

do Aç/çZY Cøerr/7z/žfe'e, o comitê

Ing ¥ II OmlÊ IO RBmM/terBÒO/i.

Foi verificada a eficácia do procedimento, desenvolvido pela Autoridade de Supervisão,
no que diz respeito à adequação, ao cumprimento e à integração do modelo
organizacional adotado

ai fini della prevenzione dei reati di cui al D. Lgs. 231/2001.

z.ÿJ oaaæ€"vaaonl Œu1l•æægu£gœœa Mai s1soema Si æ€¥trollio In rno

Temos vigilância sobre os controlos externos e internos. Da nossa parte, consideramos que as freições ai r,xg«,a «rt a'+aæ «manem» «c»t«r e«»xp/«»rea rioe=«oy e que respondam aos requisitos de competência, autonomia e independência e que, em conjunto com os outros órgãos e funções aos quais é atribuída uma função contrária, colaborem entre si, trocando todas as informações necessárias para o cumprimento dos respetivos conceitos.

2-1Z €¥saorvaxloni suTI'azteg-etmzao cieli ezstama ammlniGzrativo-zzont:ablle e sulla wfWçLablllt& z?l z zzmato a Wpprz erzçaire zzorrtw€arz+ante getti zàz pwat?oz'fe

Avaliámos, na medida das nossas competências, a fiabilidade global do sistema administrativo e a sua aptidão para integrar e representar corretamente os dados de gestão, mediante a obtenção de informações dos responsáveis pelas diversas funções, que, através de funções periódicas, a Sociedade de Revisão e a análise dos resultados do trabalho realizado na In•-. _____

z.a:svalucozionì Conclusões Em ordem all"atzlvn:ô •l v1elran-suol a, noncpsg Em orsslns aiça æ«ancuati omlæont, atgi <-nsurablll ou l•«gcd•Ct& rizavsoe no caso da mesma

Constatamos que a nossa atividade de vigilância decorreu, ao longo do exercício, de forma normal e que da mesma não emergiram factos significativos que justifiquem a sua menção no presente relatório.

Sim, concluímos que, no âmbito do presente relatório, e em conformidade **19 D.LGS. 39/2010** com o disposto no ART.

No que diz respeito às funções do Comité de Auditoria Interna e à revisão contábil, atribuídas ao Conselho Fiscal nos termos do art. 10.º do Decreto Legislativo n.º 89/2010, solicitam que a Comissão de Revisão Legal das Contas examine os seguintes documentos, que foram submetidos à análise no âmbito da missão atribuída pela Comissão:

- os relatórios nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39/2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 relativo à verificação da conformidade do balanço de exploração e
- As demonstrações financeiras BI 31 de dezembro de 2025, que atestam que o balanço de exercício e o consolidado **constituem** uma representação verdadeira e correta da situação patrimonial e financeira, do resultado económico e dos fluxos de caixa do exercício encerrado em 31 de dez ;
- o relatório nos termos do artigo 14.º-B-I do Decreto Legislativo n.º 39/2010, em que a Sociedade de Revisão, encarregada de efetuar a análise limitada: ou da prestação de contas consolidada de sustentabilidade relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram recebidos elementos que levem a considerar que: i) a prestação de contas consolidada de sustentabilidade relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi redigida. Nesses casos significativos, em conformidade com o princípio de prestação de contas «ESRS» apresentado à Comissão Europeia, ii) as informações contidas nos parágrafos «A prestação de contas no âmbito da Taxonomia da UE (Regulamento UE 2020/BS2)» e «Indicadores para a Taxonomia Ambiental» do relatório consolidado de sustentabilidade foram redigidos, em todos os aspetos significativos, em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (UE)

- 2020/BS2;
- o relatório a que se refere o artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, que conclui sem evidenciar carências significativas no que diz respeito a , no que diz respeito ao processo de informação financeira;
 - a “Confirmação anual de independência nos termos do artigo 6.º, n.º 3, alínea a) do Regulamento (UE) n.º 537/2014 e nos termos do n.º 17 do Princípio de Revisão Internacional IVA Itália 260”;
-

- la relazione di trasparenza di cui all'art. 13 del Regolamento (UE) n. 537/2014, com data de 30 de julho de 2025

— Esse membro do Conselho tem:

- O processo de informação financeira e de prestação de contas consolidada de *della rendicontazione*, bem como as procedimentos implementados pela Empresa com o objetivo de cumprir as normas de prestação de contas;
- conhecer a eficácia dos mecanismos de controlo interno e de gestão de risco e da revisão interna, na medida em que se refiram à informação financeira e à prestação de contas consolidada da Soctenibill5ae ;
- supervisionado a revisão legal das contas anuais e do balanço consolidado e a emissão d o de certificação da conformidade das demonstrações financeiras consolidadas de *sostenibilità*;
- Verificámos e confirmámos a independência da Sociedade de Revisão e a sua legalidade, dedicando especial atenção à adequação da prestação dos serviços de revisão, em conformidade com o Regulamento (UE) n.º 537/2014.

Constatamos que, da nossa atividade de vigilância, não emergiram factos significativos que justifiquem uma notificação.

4. OSSfRV ONI6PRDPO&TI8D4ORDIëEXLBILAM6IREALLA5tAAAPPRR¥AEIDME æ*œMndodndBo

No que diz respeito ao princípio da continuidade da empresa e ao correto registo do valor patrimonial nos registos contabilísticos, bem como à correspondência entre as informações financeiras e os resultados dos registos contabilísticos e da conformidadedo balanço elaborado nos termos da lei, recorde-se que tais tarefas são atribuídas _____ a Comissão de Auditoria. Da nossa parte, em conformidade com a Norma 3.B. das «Normas de conduta do Conselho Fiscal de sociedades não cotadas», analisámos a estrutura geral do balanço através de um controlo sintético global destinado a verificar se o balanço foi corretamente elaborado.

Em particular, após ter verificado, mediante consulta aos responsáveis pelas funções em causa e à Sociedade de Revisão, a adequação do sistema administrativo e contabilístico para registar e representar corretamente os factos de gestão e para os transpor para sistemas de dados fiáveis, com vista à elaboração da informação externa, d/8 O BIO W:

- O balanço é elaborado de acordo com os modelos previstos no Decreto n.º 38, de 28 de fevereiro de 2015, em conformidade com os princípios contabilísticos internacionais IFRS e em conformidade com a circular do Banco da Itália n.º 262, de 22 de dezembro de 2005:
- Fornecemos informações sobre o processo de imparidade da empresa, tendo em conta os exercícios anteriores, com o consentimento do Conselho Fiscal; a este respeito, obtivemos também informações sobre as verificações realizadas pela Sociedade de Revisão,
- Constatámos que o relatório está em conformidade com os princípios FAIT e com as informações de que tomámos conhecimento na sequência da participação nas reuniões dos órgãos sociais, o que nos permitiu obter informações adequadas sobre as operações do exercício em causa, bem como sobre as informações divulgadas pela Sociedade.

Constatamos que não ocorreram desvios em relação aos critérios de avaliação para casos excecionais.

1. As contas anuais e o relatório de gestão que as acompanha parecem adequados para fornecer informações sobre a situação do Banco, os fundamentos da gestão ao longo do exercício, bem como a indicação dos principais riscos e oportunidades do Banco

4.2 Bilancio consolidato

No que diz respeito à compilação de e ao Decreto Legislativo n.º 227/2003, que tornou facultativa a elaboração do relatório do Conselho Fiscal para as contas consolidadas, tendo-se limitado apenas à do sujeito encarregado Stella, revisor legal das contas, a 5 de outubro de 2011, conforme o formulário 09/11z/ontSç e çel el t«rzi, dado que o Banco procedeu à elaboração do balanço consolidado nos termos das instruções refletidas na Circular do Banco de Itália n.º 262 de 22.12.30E15, que estabelecem esquemas e regras para a sua aplicação, com base nos princípios internacionais (IAS/IFRS), conforme ilustrado na nota 10.

Verificámos, em conjunto com a entidade InCarka, no âmbito da revisão legal, a constituição da área de consolidação. Os princípios contabilísticos e os critérios de avaliação são idênticos aos utilizados no exercício anterior.

Os resultados transferidos das subsidiárias para a empresa-mãe, para efeitos da elaboração do balanço consolidado, foram objeto de análise por parte dos órgãos e/ou entidades responsáveis pelo controlo das sociedades, de acordo com os respetivos regulamentos OrdIPB e IP-Ltli, e por parte da Sociedade de Revisão»ÎOFÆ FÆll"BFFžbiŁo das procedimentos seguidos para a elaboração do balanço

Tendo em conta a aplicação do princípio da consolidação internacional, o âmbito da consolidação incluiu as sociedades de gestão de crédito, as quais, embora não fossem diretamente detidas pela CA Auto BBNk S.p.A., apresentavam requisitos de consolidação efetiva. A nota explicativa ilustra, numa nota separada, a lista das sociedades que se enquadram no perímetro de consolidação em 31.12.2025. Essas sociedades são, no total, 40 (incluindo a consolidante e as sociedades para as operações de cartões de crédito), entre as quais a Rnancîgl Service GmbH (Alemanha), detida em 50,0196%. O montante do património líquido e do resultado económico consolidado atribuível a ações de terceiros deve serrespectivamente nas rubricas do balanço consolidado «património de terceiros» e «lucros (ou prejuízos) de participação de terceiros».

O património líquido total é de 25 milhões de euros, com um resultado consolidado, líquido de impostos, de 174 milhões de euros.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações **financeiras consolidadas**, como é sabido, cabe ao órgão de administração da sociedade, e compete à Sociedade de Revisão Pzlcewa useCoopem S emitir sobre as mesmas um parecer profissional, com base na revisão contabilística. Esse parecer foi emitido em 31 de março de 2026, antes da aprovação.

Com base na auditoria realizada, bem como nas informações fornecidas pela Sociedade de Revisão, consideramos que a definição do perímetro de consolidação, a escolha dos métodos de consolidação e os procedimentos selecionados para os seus aplicativos tenham conseguido representar a estrutura patrimonial e financeira e as classes significativas do valor do rendimento com a devida clareza, respeitando os esquemas do balanço patrimoniale do balanço económico previstos na legislação aplicável.

No relatório de gestão e no balanço da Stolid são fornecidas informações relativas às finanças das sociedades consolidadas, aos resultados económicos e financeiros e aos esclarecimentos necessários sobre o ativo e o passivo. São ainda apresentadas, tal como no balanço anual, as informações solicitadas sobre os principais riscos a que o Banco está e , juntamente com informações sobre os fundos próprios e sobre o coeficiente de vigilância.

A rota integrativa ilustra os critérios de avaliação adotados na determinação das restrições patrimoniais e processuais, bem como na implementação da E*. As intervenções na composição das atbvlfã e passults Is elite no Parlamento, bem como as vozes do cCeito económico. A aplicação de tais medidas, sem que tenham surgido quaisquer

exceções, permitiu representar, numa perspetiva global, a situação patrimonial, financeira e a conjuntura económica atual.

No que diz respeito ao relatório consolidado sustentabilidade em 31.12.2023, o Conselho de Administração verificou o cumprimento das disposições do referido Decreto dos

legislativo n. 125 del 6 settembre 2024.

Conforme acima exposto, a abL4rno tomou conhecimento do conteúdo do relatório nos termos do artigo 14.º-A do Decreto Legislativo n.º 39/2010, de 31 de fevereiro de 2016, e declaramos ter supervisionado, através de reuniões e trocas regulares de dados e informações com a Sociedade de Revisão e com os órgãos e estruturas competentes, o processo de predisposição da implementação da estratégia de sustentabilidade e dos respetivos ativos organizacionais. Constatamos que, desde o início das investigações sobre o tema da sustentabilidade, «não surgiram factos significativamente dignos de menção».

4.3 mapaste em <<dline alB app e dM bitancio d'y

Tendo em conta o seguinte: o que foi adquirido, a revisão da vigilância e os resultados expostos, bem como os resultados da atividade realizada pelo responsável pela revisão legal da PricewaterhouseCooperss.QA. sem qualquer ação da revisão independente nos termos do art. 14.º do D. Lgs. 3B/ZO10 e do art. 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/Z014, o Colégio de Revisores declara não ter quaisquer observações ou propostas a apresentar. No que se refere ao balanço relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não se verificam saldos a regularizar à aprovação pela Assembleia da • e com a proposta formulada pelo Conselho de Administração no que diz respeito à destinação dos lucros

marinha. 31 de março de 2026

Dra. NarB Ludovica Glovenardi, Presidente



OatLsss Fraucesca Hîchele Haurelli, **Presidente** do Conselho de Administração: Irma



Mauro Panalli, Secretário Executivo



RELATÓRIO DA EMPRESA DE AUDITORIA

31 DE DEZEMBRO DE 2025



Relatório da sociedade de revisão independente nos termos do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 39/2010 e do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Ao Acionista Único da

CA Auto Bank SpA

Relatório sobre a revisão de contas das demonstrações financeiras consolidadas

Parecer

Realizámos a revisão de contas das demonstrações financeiras consolidadas do grupo CA Auto Bank (o «Grupo»), constituídas pelo balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025, pela demonstração de resultados consolidada, pela demonstração do rendimento consolidado global, pela demonstração das variações do capital próprio consolidado, pelo fluxo de caixa consolidado relativo ao exercício encerrado nessa data e pela nota explicativa consolidada, que inclui informações relevantes sobre os princípios contabilísticos aplicados.

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada a situação patrimonial e financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2025, dos resultados económicos e dos fluxos de caixa relativos ao exercício encerrado nessa data, em conformidade com as normas contabilísticas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board e adotadas pela União Europeia, bem como com as disposições promulgadas em aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/2005 e do artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/2015.

Elementos subjacentes ao parecer

Realizámos a revisão de contas em conformidade com os princípios internacionais de revisão (ISA Italia). As nossas responsabilidades nos termos desses princípios são descritas em pormenor na secção



PricewaterhouseCoopers SpA

Sede legale: **Milano** 20145 Piazza Tre Torri 2 Tel. 02 77851 Fax 02 7785240, Capitale Sociale Euro 6.890.000,00 i.v., C.F. e P.IVA e Reg. Imprese
Milano Monza Brianza Lodi 12979880155 Iscritta al n° 119644 del Registro dei Revisori Legali - Altri Uffici: **Ancona** 60131 Via Sandro Totti 1 Tel. 071
2132311 - **Bari** 70122 Via Abate Gimma 72 Tel. 080 5640211 - **Bergamo** 24121 Largo Belotti 5 Tel. 035 229691 - **Bologna** 40124 Via Luigi Carlo Farini
12 Tel. 051 8186211 - **Brescia** 25121 Viale Duca d'Aosta 28 Tel. 030 3697501 - **Catania** 95129 Corso Italia 302 Tel. 095 7532311 - **Firenze** 50121
Viale Gramsci 15 Tel. 055 2482811 - **Genova** 16121 Piazza Piosapietra 9 Tel. 010 29041 - **Napoli** 80121 Via del Mille 16 Tel. 081 36181 - **Padova**
35138 Via Vicenza 4 Tel. 049 873481 - **Palermo** 90141 Via Marchese Ugo 60 Tel. 091 349737 - **Parma** 43121 Via Pisacane 18 Tel. 0521 275911 -
Pescara 65127 Piazza Ettore Troilo 8 Tel. 085 4545711 - **Roma** 00154 Largo Fochetti 29 Tel. 06 570231 - **Torino** 10122 Via Santa Maria 11 Tel. 011
556771 - **Trento** 38122 Viale della Costituzione 33 Tel. 0461 237004 - **Treviso** 31100 Viale Feltrina 90 Tel. 0422 696911 - **Udine** 33100 Via Pascolle
43 Tel. 0432 25789 - **Varese** 21100 Via Albuzzi 43 Tel. 0332 285039 - **Verona** 37135 Via Francia 21/C Tel. 045 8263001.

www.pwc.com/it

«Responsabilidades da sociedade de revisão pela revisão de contas das demonstrações financeiras consolidadas» do presente relatório. Somos independentes em relação ao banco CA Auto Bank SpA (o «Banco»), em conformidade com as normas e princípios em matéria de ética e independência aplicáveis no ordenamento jurídico italiano à revisão de contas das demonstrações financeiras. Consideramos ter obtido provas suficientes e adequadas nas quais basear o nosso parecer.

Aspectos-chave da revisão de contas

Os aspetos-chave da auditoria são aqueles que, na nossa opinião profissional, foram mais significativos no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras consolidadas do exercício em análise. Abordámos esses aspetos no âmbito da auditoria e na formulação do nosso parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto; por conseguinte, não emitimos um parecer separado sobre esses aspetos.

Aspectos-chave	Procedimentos de auditoria em resposta aos aspectos-chave
Avaliação dos créditos a clientes relativos a créditos avaliados ao custo amortizado Notas explicativas consolidadas: Parte A – Políticas contabilísticas Parte B – Informações sobre o balanço consolidado, Secção 4 do ativo Parte C – Informações sobre a demonstração de resultados consolidada, Secção 8 Parte E – Informações sobre os riscos e as respetivas políticas de cobertura Os créditos a clientes relativos a empréstimos, que em 31 de dezembro de 2025 representam a rubrica global 40 b) «Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado – Créditos a clientes», apresentam um saldo de 24 448 milhões de euros, correspondente a 77 por cento do total do ativo do balanço consolidado. As correções de valor líquidas, registadas no exercício, ascendem a 142 milhões de euros e representam a melhor estimativa formulada pelos administradores com o objetivo de ajustar as perdas esperadas à data de referência do balanço consolidado, com base nos princípios contabilísticos aplicáveis.	No âmbito da atividade de revisão de contas, tivemos em consideração o sistema de controlo interno relevante para a elaboração do balanço consolidado, a fim de definir os procedimentos de revisão adequados às circunstâncias. Para orientar este aspeto fundamental da revisão, foram realizadas as seguintes atividades principais, também com o apoio de especialistas pertencentes à rede PwC: • análise da adequação do ambiente informático e verificação da eficácia operacional dos controlos relevantes para a supervisão dos sistemas e aplicações informáticas utilizados pelo Grupo; • compreensão e avaliação da estrutura dos controlos relevantes no âmbito da monitorização, classificação e avaliação de crédito, bem como verificação da eficácia operacional desses controlos; • análise crítica das verificações realizadas no exercício em referência pelas funções de controlo, dos resultados obtidos nesse âmbito e das eventuais medidas corretivas adotadas;

O processo de classificação nas diferentes categorias de risco e os métodos de avaliação caracterizam-se por um elevado nível de complexidade e exigem a estimativa de numerosas variáveis. O recurso a pressupostos significativos é relevante, em particular, para a verificação do aumento significativo do risco de crédito (*Significant Increase in Credit Risk - SICR*), para a alocação aos vários estágios de risco (*Staging*), para a elaboração e determinação dos parâmetros de risco subjacentes ao cálculo da perda esperada (*Expected Credit Loss - ECL*) e, relativamente à parte residual dos créditos objeto de avaliação analítica, para a estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados, dos prazos de recuperação correspondentes e do valor de realização de eventuais garantias.

No exercício em referência, além de conduzir o processo de aperfeiçoamento e atualização dos parâmetros de risco, que incluiu também a atualização dos cenários macroeconómicos, bem como a adoção do modelo de avaliação de financiamentos «wholesale» do Crédit Agricole SA, o Grupo recorreu à gestão de «*post model adjustments/management overlays*», com o objetivo de ponderar alguns elementos adicionais não devidamente captados pelos modelos utilizados.

Foi dedicada especial atenção à avaliação desses créditos no âmbito da nossa atividade de revisão, tendo em conta a relevância do valor contabilístico, bem como a complexidade dos processos e das metodologias de avaliação.

- compreensão e verificação da adequação das políticas, procedimentos e modelos utilizados para a medição do *SICR*, para o *Staging* e para a determinação do *ECL*, tanto numa base coletiva como numa base analítica;
- compreensão e análise dos métodos de determinação dos principais parâmetros de risco utilizados para a determinação do *ECL*; em particular, foi dada atenção à verificação da razoabilidade do processo de aperfeiçoamento e atualização dos parâmetros de risco de *PD* (*Probability of Default*) e *LGD* (*Loss Given Default*), bem como das estimativas efetuadas na definição dos cenários macroeconómicos esperados, inclusive através da comparação com fontes externas;
- verificação da razoabilidade dos pressupostos e das avaliações subjacentes ao método de gestão dos «*post model adjustments/management overlays*»;
- verificação da exaustividade e da exatidão das bases de dados utilizadas para efeitos do cálculo do *ECL*;
- verificação, por amostragem, com referência à parte preponderante da carteira de créditos objeto de avaliação coletiva, da razoabilidade da classificação entre créditos não deteriorados e créditos deteriorados (*Staging*), com base nas informações disponíveis sobre a situação do devedor, bem como da correta atribuição dos parâmetros de risco aplicáveis e da exatidão da fórmula de cálculo do *ECL*; no que diz respeito aos créditos avaliados analiticamente, foram realizadas análises específicas, com base em amostras, sobre a razoabilidade dos pressupostos formulados relativamente à identificação e quantificação dos fluxos de caixa futuros esperados, à avaliação de eventuais garantias que asseguram essas exposições e à estimativa dos prazos de recuperação;
- verificação da exaustividade e adequação da informação prestada nas notas explicativas, em conformidade com o disposto nas normas internacionais de contabilidade e no quadro regulamentar aplicável.

Avaliação e recuperabilidade do valor contabilístico do goodwill

Notas explicativas consolidadas:

Parte A - Políticas contabilísticas

Parte B – Informações sobre o balanço consolidado, Secção 10 do ativo

O goodwill, apresentado na rubrica 100 «Ativos intangíveis» do balanço consolidado, apresenta, em 31 de dezembro de 2025, um saldo de 127 milhões de euros.

A norma contabilística IAS 36 de referência prevê, pelo menos com periodicidade anual, a verificação de que um ativo intangível com vida útil indefinida, como o goodwill, não tenha sofrido uma redução de valor, através da comparação do valor contabilístico com o seu valor recuperável (o chamado «teste de imparidade»).

O modelo utilizado pelo Grupo para o teste de imparidade, embora consolidado e comumente utilizado na prática prevalecente, caracteriza-se pela complexidade e requer a estimativa de numerosas variáveis, baseando-se, entre outros aspetos, em projeções económico-financeiras desenvolvidas com base em hipóteses definidas pelos administradores, que podem também depender de eventos fora do controlo destes, além de ser muito sensível aos dados de entrada e às pressuposições utilizadas.

Tendo em conta os elementos de subjetividade e de elevada incerteza intrínsecos ao processo de estimativa utilizado, bem como a complexidade das metodologias adotadas, para além da relevância do montante correspondente registado, foi dedicada especial atenção à avaliação e à recuperabilidade do goodwill no âmbito da nossa atividade de revisão.

No âmbito da atividade de revisão de contas, com o objetivo de abordar este aspeto-chave da revisão, foram realizadas as seguintes atividades principais, também com o apoio de especialistas pertencentes à rede PwC:

- compreensão e avaliação do processo e das modalidades de realização do teste de imparidade por parte dos administradores; em particular, analisámos a metodologia utilizada e o modelo de avaliação adotado (método do rendimento), tal como aprovados pelo conselho de administração;
- verificação da coerência da metodologia de avaliação utilizada com o disposto no princípio contabilístico de referência, tendo também em conta a prática profissional;
- reuniões com a direção do Banco, com o objetivo de compreender os principais pressupostos subjacentes à elaboração das projeções económico-financeiras;
- avaliação da razoabilidade dos dados previsíveis utilizados para a determinação dos fluxos financeiros prospectivos das diferentes «Unidades Geradoras de Caixa» («CGU»), bem como dos principais pressupostos utilizados pelos administradores para determinar o valor recuperável das CGU identificadas (custo de capital, taxa de atualização e taxa de crescimento perpétuo), incluindo através da comparação com dados externos, quando disponíveis;
- avaliação dos resultados das análises de sensibilidade realizadas pelos administradores face à variação dos dados-chave de entrada utilizados;
- verificação da exatidão dos cálculos matemáticos subjacentes ao modelo de avaliação adotado e da correção dos cálculos elaborados;
- verificação da exaustividade e adequação da informação prestada nas notas explicativas, em conformidade com o disposto nas normas internacionais de contabilidade e no quadro regulamentar aplicável.

Responsabilidade dos administradores e do conselho fiscal pelo balanço consolidado

Os administradores são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem uma imagem fiel e correta, em conformidade com os princípios contabilísticos IFRS emitidos pelo International Accounting Standards Board e adotados pela União Europeia, bem como com as disposições promulgadas em aplicação do artigo 9.º do Decreto Legislativo n.º 38/2005 e do artigo 43.º do Decreto Legislativo n.º 136/2015 e, nos termos previstos na lei, pela parte do controlo interno que considerem necessária para permitir a elaboração de um balanço que não contenha erros significativos decorrentes de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais.

Os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo de continuar a operar como uma entidade em funcionamento e, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, pela adequação da utilização do pressuposto da continuidade das operações, bem como pela divulgação adequada de informações sobre o assunto. Os administradores utilizam o pressuposto da continuidade das operações na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a menos que tenham avaliado que existem condições para a liquidação da empresa-mãe CA Auto Bank SpA ou para a interrupção da atividade, ou que não tenham alternativas realistas a essas opções.

O conselho fiscal tem a responsabilidade de supervisionar, nos termos previstos na lei, o processo de elaboração da informação financeira do Grupo.

Responsabilidade da empresa de auditoria pela revisão das contas do balanço consolidado

Os nossos objetivos consistem em obter uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, no seu conjunto, não contêm erros significativos, decorrentes de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais, e em emitir um relatório de auditoria que inclua o nosso parecer. Por segurança razoável entende-se um nível elevado de segurança que, no entanto, não oferece a garantia de que uma revisão de contas realizada em conformidade com os princípios internacionais de revisão (ISA Itália) identifique sempre um erro significativo, caso este exista. Os erros podem resultar de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais e são considerados significativos quando se possa razoavelmente esperar que, individualmente ou no seu conjunto, sejam capazes de influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

No âmbito da revisão de contas realizada em conformidade com os princípios internacionais de revisão (ISA Itália), exercemos o nosso julgamento profissional e mantivemos o ceticismo profissional durante toda a duração da revisão de contas. Além disso:

- Identificámos e avaliámos os riscos de erros significativos nas demonstrações financeiras consolidadas, decorrentes de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais; definimos e executámos procedimentos de auditoria em resposta a esses riscos; obtivemos provas suficientes e adequadas nas quais basear o nosso parecer. O risco de não detetar um erro significativo devido a fraude é mais elevado do que o risco de não detetar um erro significativo resultante de comportamentos ou eventos não intencionais, uma vez que a fraude pode implicar a existência de conluio, falsificações, omissões intencionais, declarações enganosas ou burlas ao controlo interno;
- adquirimos uma compreensão do controlo interno relevante para efeitos da revisão de contas, com o objetivo de definir procedimentos de revisão adequados às circunstâncias e não para expressar um parecer sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliámos a adequação dos princípios contabilísticos utilizados, bem como a razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelos administradores, incluindo a respetiva divulgação;
- chegámos a uma conclusão sobre a adequação da utilização, por parte dos administradores, do pressuposto da continuidade das operações e, com base nas evidências obtidas, sobre a eventual existência de uma incerteza significativa relativamente a eventos ou circunstâncias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo de continuar a operar como uma entidade em funcionamento. Na presença de uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório de revisão, para a respectiva informação prestada nas demonstrações financeiras ou, caso essa informação seja inadequada, a refletir essa circunstância na formulação do nosso parecer. As nossas conclusões baseiam-se nas evidências obtidas até à data do presente relatório. No entanto, eventos ou circunstâncias posteriores podem levar a que o Grupo deixe de operar como uma entidade em funcionamento;
- avaliámos a apresentação, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas no seu conjunto, incluindo as notas explicativas, e se as demonstrações financeiras consolidadas refletem as transações e os eventos subjacentes de forma a proporcionar uma imagem fiel;
- obtivemos evidência suficiente e adequada sobre as informações financeiras das empresas ou das diferentes atividades económicas desenvolvidas no seio do Grupo para emitir um

parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e execução do trabalho de revisão das demonstrações financeiras do Grupo. Somos os únicos responsáveis pelo parecer de revisão sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Comunicámos aos responsáveis pelas atividades de governação, identificados a um nível adequado conforme exigido pelas ISA Itália, entre outros aspetos, o âmbito e o calendário previstos para a revisão de contas e os resultados significativos que surgiram, incluindo eventuais deficiências significativas no controlo interno identificadas durante a revisão de contas.

Fornecemos também aos responsáveis pelas atividades de governação uma declaração confirmando que respeitámos as normas e os princípios em matéria de ética e independência aplicáveis na legislação italiana e comunicámos-lhes todas as situações que possam razoavelmente afetar a nossa independência e, quando aplicável, as medidas tomadas para eliminar os riscos correspondentes ou as salvaguardas aplicadas.

Entre os aspetos comunicados aos responsáveis pelas atividades de governação, identificámos aqueles que foram mais relevantes no âmbito da revisão de contas das demonstrações financeiras consolidadas do exercício em análise, os quais constituíram, por conseguinte, os aspetos-chave da revisão. Descrevemos esses aspetos no relatório de revisão.

Outras informações comunicadas nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

A assembleia de acionistas da CA Auto Bank SpA conferiu-nos, em 25 de março de 2020, o mandato de revisão legal das contas individuais e consolidadas do Banco para os exercícios de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2029.

Declaramos que não foram prestados serviços distintos da revisão de contas, proibidos nos termos do artigo 5.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência em relação ao Banco na execução da revisão legal.

Confirmamos que o parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas expresso no presente relatório está em conformidade com o indicado no relatório adicional destinado ao conselho fiscal, na sua função de comité de controlo interno e de revisão de contas, elaborado nos termos do artigo 11.º do referido Regulamento.

Relatório sobre outras disposições legais e regulamentares

Pareceres e declaração nos termos do artigo 14.º, n.º 2, alíneas e), e-bis) e e-ter), do Decreto Legislativo n.º 39/2010 e nos termos do artigo 123.º-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/1998

Os administradores da CA Auto Bank SpA são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão e do relatório sobre a governação societária e a estrutura acionista do grupo CA Auto Bank em 31 de dezembro de 2025, incluindo a sua coerência com as respetivas demonstrações financeiras consolidadas e a sua conformidade com a legislação em vigor.

Executámos os procedimentos indicados no princípio de revisão (SA Italia) 720B com o objetivo de:

- emitir um parecer sobre a coerência do relatório de gestão e de algumas informações específicas contidas no relatório sobre a governança corporativa e a estrutura acionista, indicadas no artigo 123-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo 58/1998, com as demonstrações financeiras consolidadas;
- emitir um parecer sobre a conformidade com a legislação do relatório de gestão, com exceção da secção relativa ao relatório consolidado de sustentabilidade, e de determinadas informações específicas contidas no relatório sobre a governação societária e a estrutura acionista, indicadas no artigo 123.º-A, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/1998;
- emitir uma declaração sobre eventuais erros significativos no relatório de gestão e em determinadas informações específicas contidas no relatório sobre a governança corporativa e a estrutura acionista indicadas no artigo 123-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/1998.

Na nossa opinião, o relatório de gestão e as informações específicas contidas no relatório sobre a governança corporativa e a estrutura acionista indicadas no artigo 123-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo 58/1998 são coerentes com as demonstrações financeiras consolidadas do grupo CA Auto Bank em 31 de dezembro de 2025.

Além disso, em nossa opinião, o relatório de gestão, com exceção da secção relativa ao relatório consolidado de sustentabilidade, e as informações específicas contidas no relatório sobre a governança corporativa e a estrutura acionista indicadas no artigo 123-bis, n.º 4, do Decreto Legislativo n.º 58/1998, foram redigidas em conformidade com as disposições legais.

No que se refere à declaração prevista no artigo 14.º, n.º 2, alínea e-ter), do Decreto Legislativo n.º 39/2010, emitida com base no conhecimento e na compreensão da empresa e do seu contexto adquiridos no decurso da atividade de revisão, não temos nada a relatar.

O nosso parecer sobre a conformidade com as disposições legais não se estende à secção do relatório de gestão relativa ao relatório consolidado de sustentabilidade. As conclusões sobre a conformidade dessa secção com as normas que regulam os critérios de elaboração e com o cumprimento das obrigações de informação previstas no artigo 8.º do Regulamento (UE) n.º 852/2020 são formuladas por nós no relatório de certificação nos termos do artigo 14.º-A do Decreto Legislativo n.º 39/2010.

Roma, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers SpA

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Lorenzo Bellilli'.

Lorenzo Bellilli (Auditor

legal)



Relatório da sociedade de revisão independente sobre a análise limitada do relatório consolidado de sustentabilidade nos termos do artigo 14.º-A do Decreto Legislativo n.º 39/2010

Ao Acionista Único da

CA Auto Bank SpA

Conclusões

Nos termos dos artigos 8.º e 18.º, n.º 1, do Decreto Legislativo n.º 125/2024 (o «Decreto»), fomos encarregados de realizar a revisão limitada («limited assurance *engagement*») do relatório consolidado de sustentabilidade do grupo CA Auto Bank (o «Grupo») relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaborado nos termos do artigo 4.º do Decreto, apresentado na secção específica do relatório consolidado de gestão.

Com base no trabalho realizado, não chegaram ao nosso conhecimento elementos que nos levem a considerar que:

- o relatório consolidado de sustentabilidade do grupo CA Auto Bank relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 não tenha sido elaborado, em todos os aspetos significativos, em conformidade com os princípios de reporte adotados pela Comissão Europeia nos termos da Diretiva (UE) 2013/34/UE («European Sustainability Reporting Standards», também designadas «ESRS»);
- as informações contidas nos parágrafos «O relatório nos termos da Taxonomia da UE (Regulamento UE 2020/852)» e «Indicadores para a Taxonomia Ambiental» do relatório consolidado de sustentabilidade não tenham sido redigidas, em todos os aspetos significativos, em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento (UE) 852/2020 (o «Regulamento da Taxonomia»).



PricewaterhouseCoopers SpA

Sede legale: **Milano** 20145 Piazza Tre Tori 2 Tel. 02 77851 Fax 02 7785240, Capitale Sociale Euro 6.890.000,00 i.v. C.F. e P.IVA e Reg. Imprese
Milano Monza Brianza Lodi 12979680155 Iscritta al n° 119644 del Registro dei Revisori Legali - Altri Uffici: **Ancona** 60131 Via Sandro Totti 1 Tel. 071
2132311 - **Bari** 70122 Via Abate Gimma 72 Tel. 080 5640211 - **Bergamo** 24121 Largo Belotti 5 Tel. 035 229691 - **Bologna** 40124 Via Luigi Carlo Farini
12 Tel. 051 6186211 - **Brescia** 25121 Viale Duca d'Aosta 28 Tel. 030 3697501 - **Catania** 95129 Corso Italia 302 Tel. 095 7532311 - **Firenze** 50121
Viale Gramsci 15 Tel. 055 2482811 - **Genova** 16121 Piazza Piccapietra 9 Tel. 010 29041 - **Napoli** 80121 Via del Mille 16 Tel. 081 36181 - **Padova**
35138 Via Vicenza 4 Tel. 049 873481 - **Palermo** 90141 Via Marchese Ugo 60 Tel. 091 349737 - **Parma** 43121 Via Pisacane 18 Tel. 0521 275911 -
Pescara 65127 Piazza Ettore Troilo 8 Tel. 085 4545711 - **Roma** 00154 Largo Fochetti 29 Tel. 06 570251 - **Torino** 10122 Via Santa Maria 11 Tel. 011
558771 - **Trento** 38122 Viale della Costituzione 33 Tel. 0461 237004 - **Treviso** 31100 Viale Fellasant 90 Tel. 0422 898911 - **Udine** 33100 Via Pascoletti
43 Tel. 0432 25789 - **Varese** 21100 Via Abuzzi 43 Tel. 0332 285039 - **Verona** 37135 Via Francia 21/C Tel. 045 6263001.

www.pwc.com/it

Elementos subjacentes às conclusões

Realizámos o trabalho de revisão limitada em conformidade com o Princípio de Certificação do Relatório de Sustentabilidade - SSAE (Itália). Os procedimentos realizados neste tipo de trabalho variam em natureza e duração em relação aos necessários para a realização de um trabalho destinado a obter um nível de segurança razoável e são, além disso, menos abrangentes.

Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de revisão limitada é substancialmente inferior ao nível de segurança que teria sido obtido se tivesse sido realizado um trabalho destinado a obter um nível de segurança razoável. As nossas responsabilidades nos termos desse Princípio são descritas mais detalhadamente na secção «Responsabilidades da sociedade de revisão pela certificação do relatório consolidado de sustentabilidade» do presente relatório.

Somos independentes em conformidade com as normas e princípios em matéria de ética e independência aplicáveis ao trabalho de certificação do relatório consolidado de sustentabilidade no ordenamento jurídico italiano.

A nossa sociedade de revisão aplica o Princípio Internacional de Gestão da Qualidade (ISQM Italia) 1, nos termos do qual é obrigada a configurar, implementar e tornar operacional um sistema de gestão da qualidade que inclua diretrizes ou procedimentos relativos à conformidade com os princípios éticos, os princípios profissionais e as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Consideramos ter obtido evidências suficientes e adequadas nas quais basear as nossas conclusões.

Responsabilidades dos administradores e do conselho fiscal da CA Auto Bank SpA relativamente ao relatório consolidado de sustentabilidade

Os administradores são responsáveis pelo desenvolvimento e implementação dos procedimentos adotados para identificar as informações incluídas no relatório consolidado de sustentabilidade, em conformidade com o exigido pelos ESRS (o «processo de avaliação da relevância»), e pela descrição desses procedimentos no parágrafo «Gestão de impactos, riscos e oportunidades» do relatório consolidado de sustentabilidade.

Os administradores são ainda responsáveis pela elaboração do relatório consolidado de sustentabilidade, que contém as informações identificadas através do processo de avaliação da relevância, em conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto, incluindo:

- a conformidade com os ESRS;
- a conformidade com o artigo 8.º do Regulamento de Taxonomia das informações contidas nos parágrafos «O relatório nos termos da Taxonomia da UE (Regulamento UE 2020/852)» e «Indicadores para a Taxonomia ambiental».

Essa responsabilidade implica a definição, a implementação e a manutenção, nos termos previstos na lei, da parte do controlo interno considerada necessária pelos administradores, a fim de permitir a elaboração de um relatório consolidado de sustentabilidade em conformidade com o disposto no artigo 4.º do Decreto, que não contenha erros significativos decorrentes de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais. Essa responsabilidade implica igualmente a seleção e a aplicação de métodos adequados para o tratamento da informação, bem como a elaboração de hipóteses e estimativas relativas a informações específicas de sustentabilidade que sejam razoáveis nas circunstâncias.

O conselho fiscal tem a responsabilidade de supervisionar, nos termos previstos na lei, o cumprimento das disposições estabelecidas no Decreto.

Limitações intrínsecas à elaboração do relatório consolidado de sustentabilidade

Conforme indicado no parágrafo «Critérios para a elaboração - Informação relativa a circunstâncias específicas» da «Secção 1 – Informações gerais»:

- Para efeitos da prestação de informações prospectivas em conformidade com as ESRS, os administradores devem elaborar essas informações com base em pressupostos, descritos no relatório consolidado de sustentabilidade, relativos a eventos que poderão ocorrer no futuro e a possíveis ações futuras por parte do Grupo. Devido à aleatoriedade associada à concretização de qualquer evento futuro, tanto no que diz respeito à ocorrência do evento como à sua magnitude e momento de ocorrência, os desvios entre os valores efetivos e as informações prospectivas podem ser significativos;
- a informação fornecida pelo Grupo sobre as emissões de Âmbito 3 está sujeita a maiores limitações intrínsecas do que as de Âmbito 1 e 2, devido à escassa disponibilidade e à precisão relativa das informações utilizadas para definir as informações sobre as emissões de Âmbito 3, tanto de natureza quantitativa como qualitativa, relativas à cadeia de valor.

Responsabilidade da empresa de auditoria pela certificação do relatório consolidado de sustentabilidade

Os nossos objetivos consistem em planejar e executar procedimentos com o intuito de obter um nível de segurança limitado de que o relatório consolidado de sustentabilidade não contém erros significativos, decorrentes de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais, e emitir um relatório contendo as nossas conclusões. Os erros podem resultar de fraudes ou de comportamentos ou eventos não intencionais e são considerados significativos quando se possa razoavelmente esperar que, individualmente ou no seu conjunto, sejam capazes de influenciar as decisões dos utilizadores tomadas com base no relatório consolidado de sustentabilidade.

No âmbito do trabalho destinado a obter um nível de segurança limitado, em conformidade com o Princípio de Certificação de Relatórios de Sustentabilidade - SSAE (Itália), exercemos o nosso julgamento profissional e mantivemos o ceticismo profissional durante todo o período de duração do trabalho.

As nossas responsabilidades incluem:

- a consideração dos riscos para identificar as informações nas quais é provável que ocorra um erro significativo, seja devido a fraude ou a comportamentos ou eventos não intencionais;
- a definição e a execução de procedimentos para verificar as informações em que é provável que ocorra um erro significativo. O risco de não detetar um erro significativo resultante de fraude é mais elevado do que o risco de não detetar um erro significativo resultante de comportamentos ou eventos não intencionais, uma vez que a fraude pode implicar a existência de conluio, falsificações, omissões intencionais, declarações enganosas ou burlas ao controlo interno;
- a direção, supervisão e realização da revisão limitada do relatório consolidado de sustentabilidade e a assunção da plena responsabilidade pelas conclusões sobre o relatório consolidado de sustentabilidade.

Resumo do trabalho realizado

Um encargo destinado a obter um nível de segurança limitado implica a realização de procedimentos para obter evidências que sirvam de base para a formulação das nossas conclusões.

Os procedimentos realizados basearam-se no nosso julgamento profissional e incluíram entrevistas, principalmente com o pessoal da CA Auto Bank SpA responsável pela elaboração das informações apresentadas no relatório consolidado de sustentabilidade, bem como análises de documentos, recálculos e outros procedimentos destinados à obtenção de evidências consideradas úteis.

Realizámos os seguintes procedimentos principais:

- compreensão do modelo de negócio, das estratégias do Grupo e do contexto em que opera no que diz respeito às questões de sustentabilidade;
- compreensão dos processos subjacentes à geração, recolha e gestão das informações qualitativas e quantitativas incluídas no relatório consolidado de sustentabilidade;
- compreensão do processo implementado pelo Grupo para a identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades relevantes, com base no princípio da dupla relevância, em relação às questões de sustentabilidade e, com base nas informações aí obtidas, realização de considerações sobre eventuais elementos contraditórios que possam evidenciar a existência de questões de sustentabilidade não consideradas pelo Grupo no processo de avaliação da relevância;
- identificação das informações em que é provável que ocorra um erro significativo;
- definição e execução de procedimentos, com base no nosso julgamento profissional, para responder aos riscos de erro significativo identificados;
- compreensão do processo implementado pelo Grupo para identificar as exposições elegíveis e determinar a sua quota alinhada com as previsões do Regulamento de Taxonomia, e verificação da informação relevante incluída no relatório consolidado de sustentabilidade;
- comparação das informações apresentadas no relatório consolidado de sustentabilidade com as informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do quadro de divulgação financeira

aplicável, ou com os dados contábilísticos utilizados para a elaboração das próprias demonstrações financeiras, ou com os dados de gestão de natureza contábilística;

- verificação da estrutura e da apresentação das informações incluídas no relatório consolidado de sustentabilidade, em conformidade com os ESRS;
- obtenção da carta de certificação.

Roma, 31 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers SpA

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Lorenzo Bellilli'.

Lorenzo Bellilli (Auditor

legal)

CA AUTO BANK S.A.

Sociedade unipessoal

Sede em Turim, Corso Orbassano n.º 367 Capital

social de 700 000 000 euros integralmente realizado

Registo Comercial – Conservatória de Turim n.º 08349560014 Direção e

Coordenação nos termos do Art. 2497 do Código Civil

CA Consumer Finance S.A. ATA DA

ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

DE ACIONISTAS REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2026

No dia 15 de abril de 2026, às 14h00, exclusivamente através de ligações dos participantes por meios de telecomunicações que garantam a sua identificação, a sua participação e o exercício do direito de voto, reuniu-se a Assembleia Geral de Acionistas para deliberar sobre a seguinte

Ordem de trabalhos

1. Deliberações nos termos do artigo 2364.º do Código Civil:

1.1 : Aprovação do balanço em 31.12.2025 e destinação do resultado do exercício;

... omissis ...

Assume a presidência, por designação unânime dos presentes, o
o senhor

CARELLI GIACOMO , Administrador Delegado e Diretor Geral,

que verifica a participação, através dos referidos meios de telecomunicação, dos
senhores

LAZAREVITCH SOPHIE Administradora Independente

GIOVANARDI MARIA LUDOVICA Vogal Efetiva Presidente RANALLI

MAURO Membro efetivo do Conselho

Fiscal

MAURELLI FRANCESCA MICHELA Conselheira Efetiva

justificando a ausência dos senhores

PRIAMI STEPHANE	Presidente
BOULIGNY RICHARD	Administrador
MOUILLET YANNICK	Administrador
GUIRCHOUX ANNE MARIE	Administradora
HOMBOURGER JEROME	Administrador
DE VINCENTIIS PAOLA	Administradora Independente
RATTO VITTORIO	Administrador
VINCENT LAIME' ANNE	Administrador e

declara igualmente que o único acionista participa

<u>Acionista</u>	<u>N.º de ações</u> <u>ordinárias</u>	<u>Representante</u>
CA Consumer Finance S.A.	700 000 000	FERRERO FABRICE

estando, portanto, representadas na Assembleia 700.000.000 de ações, correspondentes a 100% do capital social. Participam ainda nos trabalhos o Diretor Financeiro LUCA CAFFARO, o responsável pelos Recursos Humanos ANDREA BARCIO, o responsável pelas Regulamentações Bancárias e Políticas de Remuneração de RH GIOVANNI PRINZIVALLI e o responsável pelos Assuntos Corporativos ENRICO ZACCARIA.

Por designação unânime, ENRICO ZACCARIA exerce as funções de secretário.

O Presidente da reunião constata e declara que:

- a Assembleia foi regularmente convocada nos termos do artigo 9.º dos estatutos;
- na convocatória foi expressamente previsto que a participação na Assembleia se realizaria exclusivamente através de meios de telecomunicação que garantissem a identificação dos participantes, a sua participação e o exercício do direito de voto, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 2370.º, n.º 4, do Código Civil, sem que, em caso algum, fosse necessário que o Presidente e o secretário se encontrassem no mesmo local;

- foi verificada a identidade e a legitimidade dos presentes;
- o único acionista titular da totalidade do capital social está validamente representado, por meio de procuração escrita que se encontra arquivada nos autos da sociedade;
- O interveniente declarou, na sequência de um pedido específico nesse sentido, não se encontrar em situações de exclusão do direito de voto nos termos da legislação em vigor, em particular, nos termos do artigo 24.º do Decreto Legislativo n.º 385/1993 e do Título II, Capítulo 1, secção V, n.º 1 da circular do Banco de Itália n.º 229, de 21 de abril de 1999,
- que foram efetuadas as verificações com base nas informações disponíveis para a admissão ao voto da mesma;
- a Assembleia está regularmente constituída e apta a deliberar sobre a ordem do dia.

O presidente da reunião passa então à execução da ordem do ponto.

Sobre o n.º 1

Sobre o n.º 1.1

O presidente da reunião convida o diretor financeiro, Luca Caffaro, a apresentar, a título informativo e de forma preliminar, ao sócio único os principais elementos das contas consolidadas do Grupo CA Auto Bank relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pelo conselho de administração em 26 de fevereiro passado.

Luca Caffaro inicia a apresentação expondo os principais dados do grupo a nível consolidado, salientando que o total de ativos diminuiu, em relação ao ano passado, de 33,158 mil milhões de euros para 31,573 mil milhões, devido principalmente à redução dos empréstimos a particulares e, consequentemente, das receitas. Por outro lado, destaca-se também um aumento dos ativos tangíveis na rubrica 90, de 3,405 mil milhões de euros para 3,704 mil milhões, em linha com a evolução da carteira da Drivalia.

Continuando, Luca Caffaro apresenta os passivos relativos ao balanço consolidado. O aspeto mais relevante é a redução global das dívidas financeiras classificadas na rubrica 10, que diminuíram proporcionalmente à redução da carteira, mas com um aumento do financiamento proveniente da captação de depósitos de clientes e da emissão de obrigações, e uma redução do financiamento proveniente de bancos terceiros.

O diretor financeiro destaca ainda o aumento do capital próprio de 3,869 mil milhões de euros para 4,245 mil milhões. Este aumento de 376 milhões de euros, registado no ano de 2025, deve-se principalmente à emissão de 300 milhões de euros de AT1 subscritos pela CAPFM, ao resultado líquido de 162 milhões de euros, compensado pelo pagamento de 55 milhões de euros de juros ao acionista CAPFM em relação à emissão do AT1 e pelos 33 milhões de euros pagos à CAPFM pela aquisição da participação no banco austríaco CA Auto Bank GmbH.

Em seguida, é apresentada a demonstração de resultados consolidada, passando-se depois ao quadro de reconciliação entre a versão de gestão apresentada mensalmente ao Conselho de Administração do CA Auto Bank e a demonstração de resultados, elaborada de acordo com as normas do Banco de Itália. O resultado líquido para o ano de 2025 ascende a 174 milhões de euros, enquanto o resultado relativo a 2024 foi de 260 milhões de euros.

O diretor financeiro passa então a resumir os principais rácios regulamentares, em particular o CET1, que em 31 de dezembro de 2025 se situava em 12,04%, e o rácio de capital total, em 17,95%, sublinhando o seu aumento em relação ao ano anterior (16,58%). A variação deve-se principalmente à diminuição dos RWA e ao efeito da emissão dos novos instrumentos AT1 e Tier 2. O CET1, como referido, é de 12,04%, enquanto o RONE, calculado considerando um capital regulamentar igual a 11% dos RWA, é de 6,55%. Normalizando o efeito não recorrente das provisões relacionadas com o caso das comissões no Reino Unido, o valor situa-se em 8,78%.

Por fim, Luca Caffaro apresenta a secção do balanço consolidado do exercício de 2025 relativa ao relatório de sustentabilidade. Em comparação com o ano anterior, não se verificam alterações no índice ou nos temas abordados, e a estrutura do relatório de sustentabilidade mantém-se inalterada. Os quatro capítulos são confirmados: o primeiro sobre informações gerais, o segundo sobre responsabilidades ambientais, o terceiro sobre responsabilidade social e o último sobre ética empresarial. No entanto, embora o documento mantenha uma conformidade geral em relação ao ano passado, no documento deste ano procurou-se reduzir ao mínimo o número de IRO (Impactos, Riscos e Oportunidades) a relatar, passando de 99 para 94.

Nesta altura, o diretor financeiro prossegue apresentando os principais dados relativos às demonstrações financeiras da CA Auto Bank SpA, detendo-se em particular nos dados relativos ao passivo e ao capital próprio, para sublinhar que o aumento do capital próprio de 486 milhões de euros, passando de 3,2 mil milhões de euros para 3,7 mil milhões de euros, é essencialmente atribuível ao que já foi comentado a nível consolidado, ou seja, a emissão de AT1 no valor de 300 milhões de euros, o resultado líquido do exercício, que para a CA Auto Bank SpA ascende a 216 milhões de euros, 25 milhões de euros decorrentes da fusão da subsidiária austríaca, menos os 55 milhões de euros de juros pagos à CAPFM em relação à emissão do AT1.

No que diz respeito ao resultado líquido, Caffaro esclarece que este registou um aumento, em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (119 milhões de euros), principalmente devido à distribuição de reservas pela subsidiária Drivalia Lease France.

O diretor financeiro apresenta, assim, o montante dos fundos próprios e os principais rácios regulamentares também a nível individual, destacando um rácio de capital total de 21,00% em comparação com os 18,96% do ano anterior.

Luca Caffaro lê agora aos presentes a proposta de aplicação do lucro líquido obtido a nível individual pela CA Auto Bank S.p.A.:

«Senhores Acionistas,

juntamente com a aprovação das contas anuais em 31 de dezembro de 2025, tendo em conta que a reserva legal já se encontra constituída no valor de um quinto do capital social, propomos-vos a seguinte destinação do resultado do exercício:

Lucro do exercício	216.099.504
Distribuição de dividendos aos acionistas	89 000 000
Lucros transitados	127 099 504”.

O presidente da assembleia informa ainda que a PricewaterhouseCoopers S.p.A., encarregada da revisão das contas relativas a 31 de dezembro de 2025, emitiu um parecer favorável sobre as mesmas. Considerado lido também o relatório dos auditores, com o consentimento dos presentes, o presidente passa então à votação.

A Assembleia, tendo em conta as conclusões positivas da empresa de auditoria, bem como o parecer favorável emitido pelos Auditores no seu relatório, com o voto favorável do representante do único acionista, tal como identificado na introdução, expresso verbalmente

- aprova as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025;
- aprova a proposta de aplicação do resultado do exercício de 2025, deliberando, face ao resultado do exercício obtido no valor de 216 099 504 euros, distribuir 89 000 000 de euros ao único acionista e destinar o montante remanescente à reserva de lucros transitados, uma vez que a reserva legal já atingiu um quinto do capital social.

O Presidente da assembleia comunica que o dividendo será pago a partir de amanhã, 16 de abril de 2026, e passa ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

... omissis ...

* * * * *

Concluída a discussão da ordem do dia, o presidente da reunião encerra a Assembleia por volta das 14h20.

O Presidente da reunião: GIACOMO

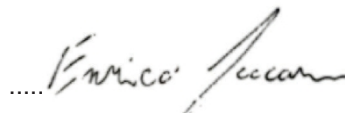
CARELLI



.....

O secretário: ENRICO

ZACCARIA



.....